Quarta-Feira, 15 de Outubro de 2025

Série I, N.° 42 AAA

JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

$ 25.50

Número Extraordinário

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL :

Resolução do Parlamento Nacional N.º 38/2025 de 15 de Outubro
Aprova, para adesão, o Acordo sobre Privilégios e Imunidades da ASEAN 1

Resolução do Parlamento Nacional N.º 39/2025 de 15 de Outubro
Aprova, para adesão, o Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios e os seus Instrumentos de Incorporação 18

Resolução do Parlamento Nacional N.º 40/2025 de 15 de Outubro
Aprova, para adesão, o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a Liberalização Total dos Serviços de Passageiros e os seus Protocolos 61

Resolução do Parlamento Nacional N.º 41/2025 de 15 de Outubro
Aprova, para adesão, o Acordo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN e os seus Protocolos de 2006 e 2015 104

Resolução do Parlamento Nacional N.º 42/2025 de 15 de Outubro
Ratifica, para adesão, a Convenção da ASEAN contra o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças 140

Resolução do Parlamento Nacional N.º 43/2025 de 15 de Outubro
Ratifica, para adesão, o Tratado da ASEAN de Assistência Mútua em Matéria Penal 173

Resolução do Parlamento Nacional N.º 44/2025 de 15 de Outubro
Aprova, para adesão, o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias e os seus Protocolos 201

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 38/2025

de 15 de Outubro

APROVA, PARA ADESÃO, O ACORDO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DA ASEAN

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste tem reafirmado, de forma consistente, o seu compromisso com os princípios do direito internacional e com a sua plena integração na ASEAN, incluindo o reconhecimento dos privilégios e imunidades indispensáveis ao funcionamento eficaz da organização;

Tendo em conta que, nos termos do artigo 3.º da Carta da ASEAN, é reconhecida à ASEAN a natureza de organização intergovernamental com personalidade jurídica e que, por sua vez, os seus artigos 17.º, 18.º e 19.º conferem à própria ASEAN, ao seu Secretário-Geral, ao pessoal do Secretariado e aos Representantes Permanentes dos Estados-Membros, bem como aos funcionários em missão, os privilégios e imunidades necessários ao exercício independente e eficaz das respetivas funções nos territórios dos Estados-Membros;

Considerando que a aprovação do referido Acordo constitui um dos requisitos previstos no roteiro para a adesão de Timor-Leste à ASEAN, no quadro do Pilar Política e Segurança, e deve ser implementada após a adesão formal;
Tendo em consideração que, para se integrar plenamente na ASEAN, o Governo da República Democrática de Timor-Leste deve alinhar os seus instrumentos jurídicos com o quadro jurídico da ASEAN;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º

Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, aprovar, para adesão, o Acordo sobre Privilégios e Imunidades da ASEAN, adotado em 25 de outubro de 2009, cuja versão em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.
Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se. 9/10/2025.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versão autêntica na língua inglesa

2009 AGREEMENT ON THE PRIVILEGES AND IMMUNITIES OF THE ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), hereinafter collectively referred to as "Member States" or individually as "Member State";
RECALLING the ASEAN Charter signed in Singapore on 20 November 2007;

RECOGNISING that Article 3 of the ASEAN Charter confers on ASEAN, as an inter-governmental organisation, legal personality; and

FURTHER RECOGNISING that Articles 17, 18 and 19 of the ASEAN Charter accord privileges and immunities to ASEAN in the territories of its Member States as are necessary for the fulfilment of its purposes; the Secretary-General of ASEAN and staff of the ASEAN Secretariat as are necessary for the independent exercise of their functions; and the Permanent Representatives of the Member States to ASEAN, officials of the Member States and officials on ASEAN duties as are necessary for the exercise of their functions, respectively,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

Article 1
Definitions

In this Agreement, the terms:

1. "Host Member State" means the Member State where the ASEAN Secretariat or other ASEAN institution or institutions are situated;

2. "Members of the administrative and technical staff" means members of the staff of the Permanent Mission employed in the administrative and technical service of the Permanent Mission";

3. "Members of the service staff" means members of the staff of the Permanent Mission employed in the domestic service of the Permanent Mission;

4. "Official ASEAN activities" means meetings, conferences and activities of the organs of ASEAN referred to in Chapter IV of the ASEAN Charter in the exercise of their tasks and functions;

5. "Officials of the Member States" means persons duly appointed by a Member State to act in an official capacity and who participate in official ASEAN activities in that capacity on behalf of that Member State, or who are appointed by an appropriate organ of ASEAN referred to in Chapter IV of the ASEAN Charter as its representatives in the Member States, who are:

   a) in possession of a diplomatic or official passport; or

   b) notified to the receiving Member State, either through diplomatic channels or to the agency prescribed by the receiving Member State, as persons to be accorded the privileges and immunities under this Agreement; which privileges and immunities may be denied by the receiving Member State, in accordance with the provisions of the ASEAN Charter and relevant principles of international law.

6. "Officials on ASEAN duties" means persons appointed by each Member State to be members of the Permanent Mission, having diplomatic rank, with the duty of supporting the functions of the Permanent Representative;

7. "Permanent Mission" means the mission of a Member State to ASEAN based in Jakarta, headed by the Permanent Representative of that Member State;

8. "Permanent Representative" means the person appointed as Permanent Representative to ASEAN, with the rank of Ambassador, by each Member State to be based in Jakarta, with the duty of acting in that capacity;

9. "Premises of ASEAN" means the buildings or parts of buildings and the land ancillary thereto, irrespective of ownership, used for the purposes of ASEAN, including the residence of the Secretary-General of ASEAN;

10. "Premises of the Permanent Mission" means the buildings or parts of buildings and the land ancillary thereto, irrespective of ownership, used for the purposes of the Permanent Mission, including the residence of the Permanent Representative;

11. "Private servants" means persons who are in the domestic service of any member of the Permanent Mission and who are not employees of the sending Member State;

12. "Property and assets of ASEAN" means all property, whether immovable or movable, which belong to ASEAN, wherever located and by whomsoever held;

13. "Vienna Convention" means the 1961 Vienna Convention on Diplomatic Relations.

Article 2
Legal Personality

1. As a legal person, ASEAN shall have the following capacities under domestic laws:

   (a) to enter into contracts;

   (b) to acquire and dispose of movable and immovable property; and

   (c) to institute and defend itself in legal proceedings.

In the exercise of these capacities, ASEAN shall be represented by the Secretary-General of ASEAN, Deputy Secretaries-General or any member of the staff of the ASEAN Secretariat authorised by the Secretary-General of ASEAN.

2. In exercising its capacities under international law, including the power to conclude agreements under Article 41 (7) of the ASEAN Charter, ASEAN shall act through its representatives authorised by the Member States.

Article 3
ASEAN

1. ASEAN and the property and assets of ASEAN shall enjoy immunity from every form of legal process except insofar as in any particular case it has expressly waived its immunity. It is, however, understood that no waiver of immunity shall extend to any measure of execution.

2. The premises of ASEAN shall be inviolable. The property and assets of ASEAN shall be immune from search, requisition, confiscation, expropriation and any other form of interference, whether by executive, administrative, judicial or legislative action.

3. All forms of communications and the archives of ASEAN, and in general all documents wherever located, belonging to it or held by it, whether in electronic or any other form where the information contained therein can be retrieved for future reference, shall be inviolable.

4. Without being restricted by financial controls, regulations or moratoria of any kind, ASEAN:

   a) may hold funds, gold or currency of any kind and operate accounts in any currency; and

   b) shall be free to transfer its funds, gold or currency from one country to another or within any country and to convert any currency held by it into any other currency.

5. Notwithstanding Paragraph 4 of this Article, ASEAN shall comply with the laws and regulations of the Member States relating to the reporting of funds and foreign exchange movements.

6. In exercising its rights in Paragraph 4 of this Article, ASEAN shall pay due regard to any representations made by the Government of any Member State insofar as it is considered that effect can be given to such representations without detriment to the interests of ASEAN.

7. ASEAN and the property and assets of ASEAN shall be:

   a) exempt from all direct taxes; it is understood, however, that ASEAN will not claim exemption from taxes which are, in fact, no more than charges for public utility services;

   b) exempt from customs duties and prohibitions and restrictions on imports and exports in respect of articles imported or exported by ASEAN for its official use. It is understood, however, that articles imported under such exemption will not be sold in the Member State into which they were imported except under conditions agreed with the Government of that Member State;

   c) exempt from customs duties and prohibitions and restrictions on imports and exports in respect of its publications.

8. While ASEAN will not, as a general rule, claim exemption from excise duties and from taxes on the sale of movable and immovable property which form part of the price to be paid, nevertheless when ASEAN is

making important purchases for official use of property on which such duties and taxes have been charged or are chargeable, Member States will, whenever possible, make appropriate administrative arrangements for the remission or return of the amount of duty or tax.

9. The exemption from taxation and duties referred to in this Article shall not apply to such taxes and dues payable under the law of the Member States by persons contracting with ASEAN.

10. ASEAN shall enjoy in the territory of each Member State for its official communications treatment not less favourable than that accorded by the Government of that Member State to any other Government including its diplomatic mission in the matter of priorities, rates and taxes on mails, cables, telegrams, radiograms, telephotos, telephones and other communications; and press rates for information to the press and radio. No censorship shall be applied to the official correspondence and other official communications of ASEAN.

11. ASEAN shall have the right to use codes and to dispatch and receive its correspondence by courier or in bags, which shall have the same privileges and immunities as diplomatic couriers and bags.

Article 4
Secretary-General of ASEAN

and Staff of the ASEAN Secretariat

1. The Secretary-General of ASEAN, subject to the decision of the Committee of Permanent Representatives, shall specify the categories of staff of the ASEAN Secretariat to which the provisions of this Article apply. These categories shall be communicated to the Governments of all Member States. The names of the persons included in these categories shall from time to time be made known to the Governments of Member States.

2. The staff of the ASEAN Secretariat who are entitled to privileges and immunities under this Agreement shall be provided with special Identification Cards issued by the Secretary-General of ASEAN or his or her authorised representative that identify them as such persons.

3. The Secretary-General of ASEAN and the staff of the ASEAN Secretariat referred to in Paragraph 1 of this Article shall, while in the performance of and for the independent exercise of their respective duties, functions and responsibilities:

   a) be immune from legal process in respect of words spoken or written and all acts performed by them in their official capacity;

   b) be exempt from taxation on the salaries and emoluments paid to them by ASEAN;

   c) be immune from national service obligations;

   d) be immune, together with their spouses, dependent children, and minor children, from immigration restrictions and alien registration;

   e) be accorded the same privileges in respect of exchange facilities as are accorded to the officials of comparable ranks forming part of diplomatic missions to the Government concerned;

   f) be given, together with their spouses, relatives and children, the same repatriation facilities in time of international crisis as diplomatic envoys;

   g) have the right to import free of duty their furniture and effects, including one motor vehicle, at the time of first taking up their post in the host Member State.

4. In addition to the privileges and immunities specified in Paragraph 3 of this Article, the Secretary-General of ASEAN and all Deputy Secretaries-General of ASEAN shall be accorded in respect of themselves, their spouses and minor children, the privileges and immunities, exemptions and facilities accorded to diplomatic envoys, in accordance with international law.

5. The privileges and immunities under this Article, except Paragraph 3(a), shall not apply to persons referred to in Paragraph 1 of this Article, who are nationals of or permanently resident in the granting Member State.

6. Privileges and immunities are granted to the Secretary-General of ASEAN and staff of the ASEAN Secretariat referred to in Paragraph 1 of this Article in the interests of ASEAN and not for the personal benefit of the individuals themselves. The Secretary-General of ASEAN shall have the right and the duty to waive the immunity of any member of the staff of the ASEAN Secretariat in any case where, in his or her opinion, the immunity would impede the course of justice and can be waived without prejudice to the interests of ASEAN. The immunity of the Secretary-General of ASEAN may be waived by the ASEAN Summit, or by whomsoever authorised by the ASEAN Summit.

7. The Secretary-General of ASEAN shall cooperate at all times with the appropriate authorities of Member States to facilitate the proper administration of justice, secure the observance of police regulations and prevent the occurrence of any abuse in connection with the privileges, immunities and facilities provided under this Article.

Article 5
Experts on Missions for ASEAN

1. Each Member State shall, where it considers appropriate, accord any or all of, but not limited to, the following privileges and immunities to experts on missions for ASEAN:

a) immunity from personal arrest or detention and from seizure of their personal baggage;

b) in respect of words spoken or written and acts done by them in the course of the performance of their mission, immunity from legal process of every kind. This immunity from legal process shall continue to be accorded notwithstanding that the persons concerned are no longer employed on missions for ASEAN or participating on behalf of Member States in connection with official ASEAN activities;

c) inviolability for all papers and documents;

d) for the purpose of their communications with ASEAN, the right to use codes and to receive papers or correspondence by courier or in sealed bags;

e) the same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are accorded to representatives of foreign governments on temporary official missions;

f) the same immunities and facilities in respect of their personal baggage as are accorded to diplomatic envoys.

2. Privileges and immunities are granted to experts in the interests of ASEAN and not for the personal benefit of the individuals themselves. The Secretary-General of ASEAN shall have the right and the duty to waive the immunity of any expert in any case where, in his or her opinion, the immunity would impede the course of justice and it can be waived without prejudice to the interests of ASEAN.

3. Before the commencement of missions of such experts on missions for ASEAN, the Secretary-General of ASEAN shall:

a) send a notification to the ASEAN National Secretariat of the Member State concerned in which they are performing their missions, the names of the appointed experts on missions for ASEAN, the nature of their missions and the length of their stay; and

b) issue documents of identification, if necessary, for such appointed experts on missions for ASEAN.

Article 6
Permanent Mission

The relevant provisions on privileges and immunities relating to diplomatic missions in the Vienna Convention shall apply mutatis mutandis to the Permanent Mission.

ARTICLE 7
PERMANENT REPRESENTATIVES AND OFFICIALS ON ASEAN DUTIES

1. The relevant provisions in the Vienna Convention relating to privileges and immunities for diplomatic agents and members of their families forming part of their households shall apply mutatis mutandis to the Permanent Representatives and officials on ASEAN duties and members of their families while they are in the host Member State.

2. The provisions on privileges and immunities relating to the officials of the Member States under Article 9 of this Agreement shall apply mutatis mutandis to the Permanent Representatives and officials on ASEAN duties while they participate in official ASEAN activities or represent ASEAN in Member States, other than the host Member State.

3. Privileges and immunities are accorded to the Permanent Representatives and officials on ASEAN duties in order to safeguard the independent exercise of their functions in connection with ASEAN and not for the personal benefit of the individuals themselves. Consequently, a Member State not only has the right but is under a duty to waive the immunity of its Permanent Representative and officials on ASEAN duties in any case where in the opinion of that Member State the immunity would impede the course of justice, and it can be waived without prejudice to the purposes for which the immunity is accorded.

ARTICLE 8
STAFF OF THE PERMANENT MISSION

1. The relevant provisions in the Vienna Convention relating to privileges and immunities for members of the administrative and technical staff of a diplomatic mission and members of their families forming part of their respective households shall apply mutatis mutandis to members of the administrative and technical staff of the Permanent Mission and members of their families.

2. The relevant provisions in the Vienna Convention relating to privileges and immunities for members of the service staff of a diplomatic mission shall apply mutatis mutandis to members of the service staff of the Permanent Mission.

3. Private servants shall, if they are not nationals of or permanently resident in the host Member State, be exempt from dues and taxes on the emoluments they receive by reason of their employment. In other respects, they may enjoy privileges and immunities only to the extent admitted by the host Member State. However, the host Member State must exercise its jurisdiction over those persons in such a manner as not to interfere unduly with the performance of the functions of the Permanent Mission.

4. Other members of the staff of the Permanent Mission and private servants who are nationals of or permanently resident in the host Member State shall enjoy privileges and immunities only to the extent admitted

by the host Member State. However, the host Member State must exercise its jurisdiction over those persons in such a manner as not to interfere unduly with the performance of the functions of the Permanent Mission.

ARTICLE 9
OFFICIALS OF THE MEMBER STATES

1. The officials of the Member States shall, while participating in official ASEAN activities or representing ASEAN in the Member States, enjoy the following privileges and immunities as are necessary for the exercise of their functions:

   (a) immunity from personal arrest or detention and from seizure of their personal baggage, and, in respect of words spoken or written and all acts done by them in their capacity as representatives, immunity from legal process of every kind;

   (b) inviolability for all papers and documents;

   (c) the right to use codes and to receive papers or correspondence by courier or in sealed bags;

   (d) the same facilities in respect of currency or exchange restrictions as are accorded to representatives of foreign governments on temporary official missions;

   (e) the immunities and facilities in respect of their personal baggage as are accorded to diplomatic envoys.

2. In order to secure, for the officials of the Member States, complete freedom of speech and independence in the discharge of their duties, the immunity from legal process in respect of words spoken or written and all acts done by them in discharging their duties shall continue to be accorded, notwithstanding that the persons concerned are no longer the officials of the Member States.

3. Privileges and immunities are accorded to the officials of the Member States in order to safeguard the independent exercise of their functions in connection with ASEAN and not for the personal benefit of the individuals themselves. Consequently a Member State not only has the right but is under a duty to waive the immunity of its officials in any case where in the opinion of that Member State the immunity would impede the course of justice, and it can be waived without prejudice to the purposes for which the immunity is accorded.

4. The provisions of Paragraphs 1 and 2 of this Article are not applicable as between the officials of the Member States and the authorities of the Member State of which they are nationals or are permanently resident, or of which they are or have been the officials.

ARTICLE 10
COOPERATION AND COMPLIANCE

1. ASEAN, as an inter-governmental organisation, shall, where possible, cooperate at all times with the appropriate authorities of Member States to facilitate the proper administration of justice, secure the observance of laws and regulations and prevent the occurrence of any abuse in connection with the persons entitled to the privileges and immunities under this Agreement.

2. Member States shall ensure that the persons whom they have appointed or employed who are accorded privileges and immunities under this Agreement, respect the laws and regulations of the Member State in whose territory they are in, in a manner that is consistent with the privileges and immunities enjoyed by them.

ARTICLE 11
SETTLEMENT OF DISPUTES

Disputes arising out of the interpretation or application of this Agreement shall be resolved amicably in accordance with Chapter VIII of the ASEAN Charter.

ARTICLE 12
AMENDMENTS

1. Amendments to this Agreement may be made at any time by consensus of all Member States and shall be ratified by them in accordance with their respective internal procedures.

2. An amendment shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the last instrument of ratification with the Secretary-General of ASEAN.

ARTICLE 13
FINAL PROVISIONS

1. This Agreement shall be signed by all Member States.

2. This Agreement shall be subject to ratification by all Member States in accordance with their respective internal procedures.

3. Instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly notify all Member States of each deposit.

4. This Agreement shall enter into force on the thirtieth day following the date of deposit of the tenth instrument of ratification with the Secretary-General of ASEAN.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

DONE at Cha-am Hua Hin, Thailand, on the Twenty-fifth Day of October in the Year Two Thousand and Nine, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam:

LIM JOCK SENG
Second Minister of Foreign Affairs and Trade

For the Government of the Kingdom of Cambodia:

HOR NAMHONG
Deputy Prime Minister and
Minister of Foreign Affairs and International Cooperation

For the Government of the Republic of Indonesia:

DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:

DR. THONGLOUN SISOULITH
Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs

For the Government of Malaysia:

DATUK ANIFAH AMAN
Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Union of Myanmar:

NYAN WIN
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of the Philippines:

ALBERTO G. ROMULO
Secretary of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Singapore:

GEORGE YONG-BOON YEO
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Kingdom of Thailand:

KASIT PIROMYA
Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:

DR. PHAM GIA KHIEM
Deputy Prime Minister and Minister for Foreign Affairs

ACORDO SOBRE OS PRIVILÉGIOS E IMPUNIDADES DA ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO

Os Governos de Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Popular Democrática do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudoeste Asiático (ASEAN), doravante referidos coletivamente como "Estados-Membros" ou individualmente como "Estado-Membro";

RECORDANDO a Carta da ASEAN assinada em Singapura a 20 de novembro de 2007;

RECONHECENDO que o Artigo 3.º da Carta da ASEAN confere à ASEAN, como organização intergovernamental, personalidade jurídica; e

RECONHECENDO AINDA que os Artigos 17.º, 18.º e 19.º da Carta da ASEAN concedem privilégios e imunidades à ASEAN nos territórios dos seus Estados-Membros, na medida necessária para o cumprimento dos seus objetivos; ao Secretário-Geral da ASEAN e aos funcionários da Secretaria da ASEAN, conforme necessário, para o exercício independente das suas funções; e aos Representantes Permanentes dos Estados-Membros junto à ASEAN, aos funcionários dos Estados-Membros e aos funcionários em funções na ASEAN, conforme necessário, para o exercício das suas funções, respetivamente.

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos deste Acordo, os termos:

1. "Estado-Membro Anfitrião" significa o Estado-Membro onde a Secretaria da ASEAN ou outra instituição ou instituições da ASEAN estão localizadas;

2. "Membros da equipa administrativa e técnica" significa membros da equipa da Missão Permanente empregados no serviço administrativo e técnico da Missão Permanente;

3. "Membros da equipa de serviço" significa membros da equipa da Missão Permanente empregados no serviço interno da Missão Permanente;

4. "Atividades oficiais da ASEAN" significa reuniões, conferências e atividades dos órgãos da ASEAN referidos no Capítulo IV da Carta da ASEAN, no exercício das suas tarefas e funções;

5. "Funcionários dos Estados-Membros" significa pessoas devidamente nomeadas por um Estado-Membro para atuar em capacidade oficial e que participam em atividades oficiais da ASEAN nessa capacidade, em nome desse Estado-Membro, ou que são nomeadas por um órgão competente da ASEAN, referido no Capítulo IV da Carta da ASEAN, como seus representantes nos Estados-Membros, que estão:

   a) Em posse de passaporte diplomático ou oficial; ou

   b) Notificadas ao Estado-Membro recetor, seja por meio de canais diplomáticos ou à agência prescrita pelo Estado-Membro recetor, como pessoas a quem devem ser concedidos os privilégios e imunidades nos termos deste Acordo; os quais privilégios e imunidades podem ser negados pelo Estado-Membro recetor, de acordo com as disposições da Carta da ASEAN e os princípios relevantes do direito internacional.

6. "Funcionários em funções na ASEAN" significa as pessoas nomeadas por cada Estado-Membro para serem membros da Missão Permanente, com categoria diplomática, com o dever de apoiar as funções do Representante Permanente;

7. "Missão Permanente" significa a missão de um Estado-Membro junto à ASEAN com sede em Jacarta, chefiada pelo Representante Permanente desse Estado-Membro;

8. "Representante Permanente" significa a pessoa nomeada como Representante Permanente junto à ASEAN, com o grau de Embaixador, por cada Estado-Membro, com sede em Jacarta, com o dever de atuar nessa capacidade;

9. "Instalações da ASEAN" significa os edifícios ou partes de edifícios e o terreno adjacente, independentemente da sua titularidade, utilizados para os fins da ASEAN, incluindo a residência do Secretário-Geral da ASEAN;

10. "Instalações da Missão Permanente" significa os edifícios ou partes de edifícios e o terreno adjacente, independentemente da sua titularidade, utilizados para os fins da Missão Permanente, incluindo a residência do Representante Permanente;

11. "Empregados domésticos" significa as pessoas que estão ao serviço doméstico de qualquer membro da Missão Permanente e que não são empregados do Estado-Membro que envia;

12. "Propriedade e bens da ASEAN" significa toda a propriedade, imóvel ou móvel, que pertença à ASEAN, onde quer que se encontrem e por quem quer que os detenha;

13. "Convenção de Viena" significa a Convenção de Viena de 1961 sobre Relações Diplomáticas.

Artigo 2.º
Personalidade Jurídica

1. Como pessoa jurídica, a ASEAN terá as seguintes capacidades de acordo com as leis internas:

a) Celebrar contratos;

b) Adquirir e dispor de bens móveis e imóveis;

c) E iniciar e defender-se em processos legais.

No exercício dessas capacidades, a ASEAN será representada pelo Secretário-Geral da ASEAN, pelos Secretários-Gerais Adjuntos ou por qualquer membro da equipa da Secretaria da ASEAN autorizado pelo Secretário-Geral da ASEAN.

2. No exercício das suas capacidades de acordo com o direito internacional, incluindo o poder de concluir acordos nos termos do Artigo 41.O (7) da Carta da ASEAN, a ASEAN agirá através dos seus representantes autorizados pelos Estados-Membros.

Artigo 3.º
ASEAN

1. A ASEAN e a propriedade e os bens da ASEAN gozarão de imunidade contra qualquer forma de processo legal, salvo na medida em que, em caso específico, tenha renunciado expressamente à sua imunidade. Compreende-se, no entanto, que nenhuma renúncia à imunidade se estenderá a qualquer medida de execução.

2. As instalações da ASEAN serão invioláveis. A propriedade e os bens da ASEAN gozarão de imunidade contra busca, requisição, confisco, expropriação e qualquer outra forma de interferência, seja por ação executiva, administrativa, judicial ou legislativa.

3. Todas as formas de comunicação e os arquivos da ASEAN, e, em geral, todos os documentos, onde quer que se encontrem, que pertençam à ASEAN ou que estejam em sua posse, sejam eletrónicos ou de qualquer outra forma, onde as informações nelas contidas possam ser recuperadas para consulta futura, serão invioláveis.

4. Sem ser restringida por controlos financeiros, regulamentações ou moratórias de qualquer tipo, a ASEAN:

   a) Pode manter fundos, ouro ou moeda de qualquer tipo e operar contas em qualquer moeda; e

   b) Será livre para transferir os seus fundos, ouro ou moeda de um país para outro ou dentro de qualquer país e converter qualquer moeda que possua em qualquer outra moeda.

5. Não obstante o Parágrafo 4 deste Artigo, a ASEAN deverá cumprir as leis e regulamentações dos Estados-Membros relativas à comunicação de fundos e movimentos de divisas.

6. No exercício de seus direitos no Parágrafo 4 deste Artigo, a ASEAN deverá dar a devida consideração a quaisquer representações feitas pelo Governo de qualquer Estado-Membro, na medida em que se considere que é possível atender a tais representações sem prejuízo dos interesses da ASEAN.

7. A ASEAN e a propriedade e os bens da ASEAN serão:

   a) Isentos de todos os impostos diretos; compreende-se, no entanto, que a ASEAN não solicitará isenção de impostos que, na realidade, sejam apenas encargos por serviços públicos;

   b) Isentos de direitos aduaneiros e proibições e restrições sobre importações e exportações em relação aos artigos importados ou exportados pela ASEAN para o seu uso oficial. Compreende-se, no entanto, que os artigos importados sob tal isenção não serão vendidos no Estado-Membro para o qual foram importados, exceto sob condições acordadas com o Governo desse Estado-Membro;

   c) Isentos de direitos aduaneiros e proibições e restrições sobre importações e exportações em relação às suas publicações.

8. Embora a ASEAN não requeira, como regra geral, isenção de impostos sobre produtos e de impostos sobre a venda de bens móveis e imóveis que façam parte do preço a ser pago, no entanto, quando a ASEAN realizar compras importantes para uso oficial de bens sobre os quais tais impostos tenham sido cobrados ou sejam cobrados, os Estados-Membros, sempre que possível, tomarão as providências administrativas apropriadas para a remissão ou devolução do valor do imposto ou taxa.

9. A isenção de impostos e taxas referida neste Artigo não se aplicará a tais impostos e taxas devidas segundo a legislação dos Estados-Membros por pessoas que contratem com a ASEAN.

10. A ASEAN gozará, no território de cada Estado-Membro, para as suas comunicações oficiais, de um tratamento não menos favorável do que o concedido pelo Governo desse Estado-Membro a qualquer outro Governo, incluindo a sua missão diplomática, no que diz respeito a prioridades, taxas e impostos sobre correios, cabos, telegramas, radiogramas, telefotos, telefones e outras comunicações; e taxas de imprensa para informações à imprensa e rádio. Nenhuma censura será aplicada à correspondência oficial e a outras comunicações oficiais da ASEAN.

11. A ASEAN terá o direito de utilizar códigos e de enviar e receber a sua correspondência por correio expresso ou em malas diplomáticas, que terão os mesmos privilégios e imunidades que os correios e malas diplomáticas.

Artigo 4.º
Secretário-Geral da ASEAN e Pessoal da Secretaria da ASEAN

1. O Secretário-Geral da ASEAN, sujeito à decisão do Comité de Representantes Permanentes, especificará as categorias de pessoal da Secretaria da ASEAN às quais se aplicam as disposições deste Artigo. Estas categori-

as serão comunicadas aos Governos de todos os Estados-Membros. Os nomes das pessoas incluídas nestas categorias serão, de tempos a tempos, comunicados aos Governos dos Estados-Membros.

2. O pessoal da Secretaria da ASEAN que tenha direito a privilégios e imunidades nos termos deste Acordo será provido de Cartões de Identificação especiais emitidos pelo Secretário-Geral da ASEAN ou pelo seu representante autorizado, que os identifique como tais pessoas.

3. O Secretário-Geral da ASEAN e o pessoal da Secretaria da ASEAN referido no Parágrafo 1 deste Artigo gozarão, durante o desempenho e para o exercício independente das suas respetivas funções, deveres e responsabilidades:

   a) Imunidade de processo legal no que diz respeito a palavras faladas ou escritas e a todos os atos realizados por eles na sua capacidade oficial;

   b) Isenção de impostos sobre os salários e emolumentos pagos a eles pela ASEAN;

   c) Imunidade das obrigações de serviço nacional;

   d) Imunidade, juntamente com os seus cônjuges, filhos dependentes e filhos menores, das restrições de imigração e do registo de estrangeiros;

   e) Terão os mesmos privilégios em relação a facilidades de câmbio que são concedidos aos funcionários de postos comparáveis que fazem parte das missões diplomáticas junto ao Governo em questão;

   f) Terão as mesmas facilidades de repatriação, em tempos de crise internacional, que os enviados diplomáticos, juntamente com os seus cônjuges, parentes e filhos;

   g) Terão o direito de importar, isentos de direitos aduaneiros, os seus móveis e efeitos pessoais, incluindo um veículo automóvel, no momento de assumir o seu posto no Estado-Membro anfitrião.

4. Além dos privilégios e imunidades especificados no Parágrafo 3 deste Artigo, o Secretário-Geral da ASEAN e todos os Secretários-Gerais Adjuntos da ASEAN terão, em relação a si mesmos, aos seus cônjuges e filhos menores, os privilégios, imunidades, isenções e facilidades concedidos aos enviados diplomáticos, de acordo com o direito internacional.

5. Os privilégios e imunidades previstos neste Artigo, exceto o Parágrafo 3(a), não se aplicam às pessoas referidas no Parágrafo 1 deste Artigo, que sejam nacionais ou residentes permanentes do Estado-Membro concedente.

6. Os privilégios e imunidades são concedidos ao Secretário-Geral da ASEAN e ao pessoal da Secretaria da ASEAN referido no Parágrafo 1 deste Artigo no interesse da ASEAN e não para o benefício pessoal dos indivíduos em si mesmos. O Secretário-Geral da ASEAN terá o direito e o dever de renunciar à imunidade de qualquer membro do pessoal da Secretaria da ASEAN, em qualquer caso em que, na sua opinião, a imunidade obstruiria o curso da justiça e possa ser renunciada sem prejuízo dos interesses da ASEAN. A imunidade do Secretário-Geral da ASEAN pode ser renunciada pela Cúpula da ASEAN ou por quem for autorizado pela Cúpula da ASEAN.

7. O Secretário-Geral da ASEAN cooperará em todos os momentos com as autoridades competentes dos Estados-Membros para facilitar a devida administração da justiça, garantir o cumprimento das regulamentações policiais e prevenir o aparecimento de qualquer abuso relacionado com os privilégios, imunidades e facilidades previstas neste Artigo.

Artigo 5.º
Especialistas em Missões para a ASEAN

1. Cada Estado-Membro, quando o considerar apropriado, concederá quaisquer ou todos, mas não limitando, os seguintes privilégios e imunidades aos especialistas em missões para a ASEAN:

   a) Imunidade contra prisão ou detenção pessoal e contra a apreensão da sua bagagem pessoal;

   b) No que diz respeito a palavras faladas ou escritas e atos realizados por eles no curso da execução de sua missão, imunidade contra processo legal de qualquer tipo. Esta imunidade contra processo legal continuará a ser concedida, mesmo que as pessoas em questão não estejam mais empregadas em missões para a ASEAN ou participando em nome dos Estados-Membros em atividades oficiais da ASEAN;

   c) Inviolabilidade para todos os papéis e documentos;

   d) Para o efeito das suas comunicações com a ASEAN, o direito de usar códigos e de receber papéis ou correspondência por correio expresso ou em malas lacradas;

   e) As mesmas facilidades em relação a restrições de moeda ou câmbio que são concedidas aos representantes de governos estrangeiros em missões oficiais temporárias;

   f) As mesmas imunidades e facilidades em relação à sua bagagem pessoal que são concedidas aos enviados diplomáticos.

2. Os privilégios e imunidades são concedidos aos especialistas no interesse da ASEAN e não para o benefício pessoal dos indivíduos em si. O Secretário-Geral da ASEAN terá o direito e o dever de renunciar à imunidade de qualquer especialista em qualquer caso onde, na sua opinião, a imunidade obstruiria o curso da justiça e possa ser renunciada sem prejuízo dos interesses da ASEAN.

3. Antes do início das missões desses especialistas em missões para a ASEAN, o Secretário-Geral da ASEAN deverá:

   a) Enviar uma notificação à Secretaria Nacional da ASEAN do Estado-Membro em questão, informando sobre os especialistas nomeados para missões da ASEAN, a natureza de suas missões e a duração da sua estadia;

   b) Emitir documentos de identificação, se necessário, para os especialistas nomeados para missões da ASEAN.

Artigo 6.º
Missão Permanente

As disposições relevantes sobre privilégios e imunidades relacionadas com missões diplomáticas na Convenção de Viena aplicar-se-ão, mutatis mutandis, à Missão Permanente.

Artigo 7.º
Representantes Permanentes e Funcionários em Funções da ASEAN

1. As disposições relevantes da Convenção de Viena relativas a privilégios e imunidades para agentes diplomáticos e membros das suas famílias que fazem parte dos seus agregados familiares aplicar-se-ão, mutatis mutandis, aos Representantes Permanentes e funcionários em funções da ASEAN, bem como aos membros das suas famílias, enquanto se encontrem no Estado-Membro anfitrião.

2. As disposições sobre privilégios e imunidades relativas aos funcionários dos Estados-Membros, conforme o Artigo 9.° deste Acordo, aplicar-se-ão, mutatis mutandis, aos Representantes Permanentes e funcionários em funções da ASEAN enquanto participam em atividades oficiais da ASEAN ou representam a ASEAN nos Estados-Membros, para além do Estado-Membro anfitrião.

3. Os privilégios e imunidades são concedidos aos Representantes Permanentes e funcionários em funções da ASEAN com o objetivo de salvaguardar o exercício independente das suas funções no contexto da ASEAN e não para o benefício pessoal dos próprios indivíduos. Consequentemente, um Estado-Membro tem não só o direito, mas também o dever de renunciar à imunidade do seu Representante Permanente e dos funcionários em funções da ASEAN, em qualquer caso onde, na opinião desse Estado-Membro, a imunidade obstrua o curso da justiça, e possa ser renunciada sem prejuízo dos fins para os quais a imunidade foi concedida.

Artigo 8.º
Pessoal da Missão Permanente

1. As disposições relevantes da Convenção de Viena relativas a privilégios e imunidades para membros do pessoal administrativo e técnico de uma missão diplomática e membros das suas famílias que fazem parte dos respetivos agregados familiares aplicar-se-ão, mutatis mutandis, aos membros do pessoal administrativo e técnico da Missão Permanente e aos membros das suas famílias.

2. As disposições relevantes da Convenção de Viena relativas a privilégios e imunidades para membros do pessoal de serviço de uma missão diplomática aplicar-se-ão, mutatis mutandis, aos membros do pessoal de serviço da Missão Permanente.

3. Os criados particulares, se não forem nacionais ou residentes permanentes do Estado-Membro anfitrião, serão isentos de taxas e impostos sobre os emolumentos que recebem em razão do seu emprego. Em outros aspetos, poderão gozar de privilégios e imunidades apenas na medida em que o Estado-Membro anfitrião o permita. No entanto, o Estado-Membro anfitrião deve exercer a sua jurisdição sobre essas pessoas de uma forma que não interfira indevidamente no desempenho das funções da Missão Permanente.

4. Outros membros do pessoal da Missão Permanente e criados particulares que sejam nacionais ou residentes permanentes do Estado-Membro anfitrião gozarão de privilégios e imunidades apenas na medida em que o Estado-Membro anfitrião o permita. No entanto, o Estado-Membro anfitrião deve exercer a sua jurisdição sobre essas pessoas de forma a não interferir indevidamente no desempenho das funções da Missão Permanente.

Artigo 9.º
Funcionários dos Estados-Membros

1. Os funcionários dos Estados-Membros, enquanto participam em atividades oficiais da ASEAN ou representam a ASEAN nos Estados-Membros, gozarão dos seguintes privilégios e imunidades, conforme necessário para o exercício das suas funções:

   (a) Imunidade contra arresto pessoal ou detenção e contra a apreensão da sua bagagem pessoal, bem como, no que respeita às palavras proferidas ou escritas e todos os atos praticados por eles na sua qualidade de representantes, imunidade de qualquer processo legal;

   (b) Inviolabilidade para todos os papéis e documentos;

   (c) O direito de usar códigos e de receber papéis ou correspondência por correio ou em malas seladas;

   (d) As mesmas facilidades em relação a restrições cambiais ou de troca de moeda que sejam concedidas aos representantes de governos estrangeiros em missões oficiais temporárias;

   (e) As imunidades e facilidades em relação à sua bagagem pessoal, como são concedidas a enviados diplomáticos.

2. Para garantir, aos funcionários dos Estados-Membros,

total liberdade de expressão e independência no cumprimento dos seus deveres, a imunidade de processo legal em relação às palavras proferidas ou escritas e a todos os atos praticados por eles no exercício dos seus deveres continuará a ser concedida, mesmo que as pessoas em questão já não sejam mais funcionários dos Estados-Membros.

3. Os privilégios e imunidades são concedidos aos funcionários dos Estados-Membros para salvaguardar o exercício independente das suas funções no âmbito da ASEAN e não para benefício pessoal dos próprios indivíduos. Consequentemente, um Estado-Membro não só tem o direito, mas também o dever de renunciar à imunidade dos seus funcionários em qualquer caso onde, na opinião desse Estado-Membro, a imunidade obstrua o curso da justiça, podendo ser renunciada sem prejuízo dos fins para os quais a imunidade foi concedida.

4. As disposições dos Parágrafos 1 e 2 deste Artigo não são aplicáveis entre os funcionários dos Estados-Membros e as autoridades do Estado-Membro de que são nacionais ou residentes permanentes, ou de que são ou foram os funcionários.

Artigo 10.º
Cooperação e Cumprimento

1. A ASEAN, enquanto organização intergovernamental, deverá, sempre que possível, cooperar a todo o momento com as autoridades competentes dos Estados-Membros para facilitar a devida administração da justiça, assegurar a observância das leis e regulamentos e prevenir o surgimento de qualquer abuso relacionado com as pessoas que gozam dos privilégios e imunidades ao abrigo deste Acordo.

2. Os Estados-Membros deverão garantir que as pessoas que tenham nomeado ou contratado, e que gozam de privilégios e imunidades ao abrigo deste Acordo, respeitem as leis e regulamentos do Estado-Membro no território do qual se encontram, de maneira compatível com os privilégios e imunidades que lhes são conferidos.

Artigo 11.º
Resolução de Disputas

As disputas que surgirem da interpretação ou aplicação deste Acordo serão resolvidas amigavelmente, de acordo com o Capítulo VIII da Carta da ASEAN.

Artigo 12.º
Emendas

1. Emendas a este Acordo poderão ser feitas a qualquer momento por consenso de todos os Estados-Membros e deverão ser ratificadas por eles de acordo com os seus respetivos procedimentos internos.

2. Uma emenda entrará em vigor no trigésimo dia após a data de depósito do último instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral da ASEAN.

Artigo 13.º
Disposições Finais

1. Este Acordo será assinado por todos os Estados-Membros.

2. Este Acordo estará sujeito à ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com os seus respetivos procedimentos internos.

3. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto ao Secretário-Geral da ASEAN, que notificará prontamente todos os Estados-Membros de cada depósito.

4. Este Acordo entrará em vigor no trigésimo dia após a data de depósito do décimo instrumento de ratificação junto ao Secretário-Geral da ASEAN.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram este Acordo.

Feito em Cha-am Hua Hin, Tailândia, no vigésimo quinto dia de outubro do ano de dois mil e nove, em um único exemplar na língua inglesa.

Pelo Governo de Brunei Darussalam:
[observa-se uma assinatura]
LIM JOCK SENG
Segundo Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio

Pelo Governo de Reino do Camboja:
[observa-se uma assinatura]
HOR NAMHONG
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional

Pelo Governo da República de Indonésia:
[observa-se uma assinatura]
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministro de Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República Popular Democrática do Laos:
[observa-se uma assinatura]
DR. THONGLOUN SISOULITH
Primeiro-Ministro Adjunto e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo de Malásia
[observa-se uma assinatura]
DATUK ANIFAH AMAN
Ministro de Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da União do Myanmar:
[observa-se uma assinatura]
NYAN WIN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República de Filipinas:
[observa-se uma assinatura]
ALBERTO G. ROMULO
Secretário dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República de Singapura:
[observa-se uma assinatura]
GEORGE YONG-BOON YEO
Ministro de Negócios Estrangeiros

Pelo Governo do Reino de Tailândia
[observa-se uma assinatura]
KASIT PIROMYA
Ministro de Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República Socialista de Vietname:
[observa-se uma assinatura]
DR. PHAM GIA KHIEM
Primeiro Ministro Adjunto e Ministro dos Negócios Estrangeiros

ANEXO III
Tradução para língua tétum

AKORDU KONA-BA PRIVILÉJIU NO IMUNIDADE SIRA HOSI ASOSIASAUN NASAUN SIRA HOSI SUDESTE AZIÁTIKU

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN), ne'ebé tuirmai koletivamente refere hanesan "Estadu-Membru sira" ka individualmente hanesan "Estadu-Membru";

REKORDA fali Karta ASEAN nian ne'ebé asina iha Singapura iha loron 20 fulan Novembru tinan 2007;

REKOÑESE katak Artigu 3 hosi Karta ASEAN nian konfere ba ASEAN, hanesan organizasaun inter-governamentál, personalidade jurídika; no

REKOÑESE LIUTAN katak Artigu 17, 18 no 19 hosi Karta ASEAN nian fó priviléjiu no imunidade sira ba ASEAN iha território sira hosi nia Estadu-Membru sira hanesan nesesáriu ba realizasaun hosi nia objetivu sira; Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no funsionáriu sira Sekretariadu ASEAN nian ne'ebé nesesáriu ba ezersísiu independente sira-nia funsaun nian; no Reprezentante Permanente sira hosi Estadu-Membru sira ba ASEAN, funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira no funsionáriu sira iha knaar ASEAN nian ne'ebé nesesáriu ba ezersísiu hosi sira-nia funsaun sira, respetivamente,

KONKORDA ONA HANESAN TUIRMAI NE'E:

Artigu 1
Definisaun sira

Iha Akordu ida-ne'e, termu sira:

1. "Estadu-Membru uma-na'in" katak Estadu-Membru ne'ebé Sekretariadu ASEAN nian ka instituisaun ka instituisaun ASEAN sira seluk ne'ebé maka situa;

2. "Membru sira hosi pesoál administrativu no tékniku" maka membru sira hosi pesoál Misaun Permanente nian ne'ebé servisu iha servisu administrativu no tékniku Misaun Permanente nian";

3. "Membru sira hosi pesoál servisu nian" maka membru sira hosi pesoál Misaun Permanente nian ne'ebé servisu iha servisu doméstiku hosi Misaun Permanente;

4. "Atividade ofisiál sira ASEAN nian" katak reuniaun, konferénsia no atividade sira hosi órgaun sira ASEAN nian ne'ebé refere iha Kapítulu IV hosi Karta ASEAN nian iha ezersísiu hosi sira nia knaar no funsaun sira;

5. "Funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira" katak ema sira ne'ebé devidamente nomeia hosi Estadu-Membru ida atu atua iha kapasidade ofisiál no ne'ebé partisipa iha atividade ofisiál sira ASEAN nian iha kapasidade ne'e hodi Estadu-Membru ne'e nia naran, ka ne'ebé hetan nomeasaun hosi órgaun apropriadu ida hosi ASEAN refere iha Kapítulu IV hosi Karta ASEAN nian hanesan ninia reprezentante sira iha Estadu-Membru sira, ne'ebé maka:

   (a) Iha pasaporte diplomátiku ka ofisiál; ka

   (b) Notifika ba Estadu-Membru simu-na'in, liuhosi kanál diplomátiku sira ka ba ajénsia ne'ebé maka Estadu-Membru simu-na'in prevee, nu'udar ema sira ne'ebé sei hetan priviléjiu no imunidade sira tuir Akordu ida-ne'e; priviléjiu no imunidade sira ne'ebé Estadu-Membru ne'ebé simu bele nega, tuir dispozisaun sira iha Karta ASEAN nian no prinsípiu relevante sira direitu internasionál nian.

6. "Funsionáriu sira iha knaar ASEAN nian" katak ema sira ne'ebé nomeia hosi Estadu-Membru ida-idak atu sai membru ba Misaun Permanente, ho pozisaun diplomátiku, ho knaar atu apoia funsaun sira Reprezentante Permanente nian;

7. "Misaun Permanente" katak misaun Estadu-Membru ida nian ba ASEAN ne'ebé sede iha Jakarta, ne'ebé xefia hosi Reprezentante Permanente Estadu-Membru ne'e nian;

8. "Reprezentante Permanente" signifika ema ne'ebé nomeia nu'udar Reprezentante Permanente ba ASEAN, ho grau Embaixadór, hosi Estadu-Membru ida-idak ho sede iha Jakarta, ho knaar atu atua iha kapasidade ne'e;

9. "Instalasaun sira ASEAN nian" katak edifísiu sira ka parte hosi edifísiu sira no rai ne'ebé besik, la haree ba propriedade, ne'ebé uza ba efeitu sira ASEAN nian, inklui rezidénsia hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian;

10. "Misaun Permanente nia Instalasaun" maka edifísiu sira ka parte hosi edifísiu sira no rai ne'ebé besik, la haree ba propriedade, ne'ebé uza ba efeitu sira Misaun Permanente nian, inklui Reprezentante Permanente nia rezidénsia;

11. "Funsionáriu privadu sira" maka ema sira ne'ebé iha servisu doméstiku hosi membru ruma hosi Misaun Permanente no ne'ebé la'ós funsionáriu hosi Estadu-Membru ne'ebé haruka;

12. "Propriedade no patrimóniu sira ASEAN nian" signifika propriedade hotu-hotu, imóvel ka móvel, ne'ebé pertense ba ASEAN, iha ne'ebé de'it lokaliza no hosi sé de'it maka kaer;

13. "Konvensaun Viena" signifika Konvensaun Viena 1961 kona-ba Relasaun Diplomátika.

Artigu 2
Personalidade Jurídika

1. Nu'udar ema jurídiku, ASEAN sei iha kapasidade sira tuirmai, tuir lei interna sira:

   (a) Atu halo kontratu sira;

   (b) Atu hetan no dispoin sasán movel no imóvel sira; no

   (c) Atu institui no defende-an iha prosesu legál.

Iha ezersísiu kapasidade sira-ne'e, ASEAN sei hetan reprezentasaun hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, Sekretáriu-Jerál Adjuntu sira ka membru ruma hosi funsionáriu Sekretariadu ASEAN nian ne'ebé hetan autorizasaun hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

2. Bainhira ezerse nia kapasidade sira tuir direitu internasionál, inklui kbiit atu konklui akordu sira tuir artigu 41 (7) hosi Karta ASEAN nian, ASEAN sei atua liuhosi ninia reprezentante sira ne'ebé hetan autorizasaun hosi Estadu-Membru sira.

Artigu 3
ASEAN

1. ASEAN no propriedade no patrimóniu sira ASEAN nian sei goza imunidade hosi forma hotu-hotu prosesu legál nian eseptu bainhira iha kazu partikulár ruma dezisti espresamente ninia imunidade. Maibé, kompriende katak laiha renúnsia ba imunidade ne'ebé sei estende ba medida ezekusaun ruma.

2. Instalasaun sira husi ASEAN nian labele viola. Propriedade no patrimóniu sira ASEAN nian sei imunidade hosi buska, rekizisaun, konfisku, espropriasaun no kualkér forma interferénsia seluk, atu liuhosi asaun ezekutiva, administrativa, judisiál ka lejizlativa.

3. Forma komunikasaun hotu-hotu no arkivu sira ASEAN nian, no iha jerál, dokumentu sira-hotu ne'ebé nia hetan, pertense ba nia ka kaer hosi nia, atu iha forma eletrónika ka forma seluk ne'ebé informasaun ne'ebé kontein iha laran bele hetan fali ba referénsia iha futuru, sei inviolável.

4. Laiha restrisaun hosi kontrolu finanseiru sira, regulamentu sira ka kualkér tipu moratória sira, ASEAN:

   (a) Bele kaer fundu, osan-mean ka moeda ho tipu saida de'it no hala'o konta sira iha saida de'it; no

   (b) Sei livre atu transfere nia fundu, osan-mean ka moeda hosi nasaun ida ba nasaun seluk ka iha nasaun ruma nia laran no atu konverte moeda ruma ne'ebé nia kaer ba moeda seluk ruma.

5. La haree ba Parágrafu 4 hosi Artigu ida-ne'e, ASEAN sei kumpre lei no regulamentu Estadu-Membru sira-nian relasiona ho relatóriu kona-ba fundu no movimentu kambiál sira.

6. Bainhira ezerse ninia direitu sira iha Parágrafu 4 husi Artigu ida-ne'e, ASEAN sei fó konsiderasaun loloos ba kualkér reprezentasaun ne'ebé halo hosi Governu hosi kualkér Estadu-Membru iha medida ne'ebé konsidera bele fó efeitu ba reprezentasaun sira-ne'e la prejudika interese ASEAN nian.

7. ASEAN no propriedade no patrimóniu ASEAN nian maka:

   (a) Izensaun hosi impostu diretu hotu-hotu; maibé, kompriende katak ASEAN sei la reklama izensaun hosi impostu sira ne'ebé, tuir loloos, la liu hosi enkargu sira ba servisu sira utilidade públika nian;

   (b) Izensaun hosi direitu aduaneiru no bandu no restrisaun ba importasaun no esportasaun kona-ba artigu sira ne'ebé importa ka esporta husi ASEAN ba nia uzu ofisiál. Maibé, kompriende katak artigu sira ne'ebé importa tuir izensaun ne'e sei la fa'an iha Estadu-Membru ne'ebé sira importa ba eseptu tuir kondisaun sira ne'ebé konkorda ho Governu Estadu-Membru ne'ebá nian;

   (c) Izensaun hosi direitu aduaneiru no bandu no restrisaun sira ba importasaun no esportasaun sira kona-ba ninia publikasaun sira.

8. Enkuantu ASEAN sei labele, nu'udar regra jerál, reklama izensaun hosi impostu sira no hosi taxa sira kona-ba venda sasán móvel no imóvel ne'ebé halo parte iha folin ne'ebé tenke selu, maski nune'e bainhira ASEAN halo hela kompra importante sira ba uzu ofisiál propriedade nian ne'ebé maka impostu no taxa sira-ne'e kobra ona

ka bele kobra, Estadu-Membru sira sei, bainhira de'it posivel, halo akordu administrativu apropriadu sira ba remisaun ka retornu ba montante impostu ka taxa nian.

9. Izensaun hosi impostu no taxa sira ne'ebé temi iha artigu ida-ne'e sei la aplika ba taxa no impostu sira-ne'e ne'ebé tenke selu tuir lei hosi Estadu-Membru sira hosi ema sira ne'ebé halo kontratu ho ASEAN.

10. ASEAN sei goza iha território Estadu-Membru ida-idak nian ba nia tratamentu komunikasaun ofisiál la menus favoravel duke ida-ne'ebé fó hosi Governu Estadu-Membru ne'e nian ba Governu seluk ruma inklui nia misaun diplomátika iha kestaun prioridade sira, impostu no taxa sira ba korreiu sira, kabel sira, telegrama sira, radiograma sira, telefoto sira, telefone sira no komunikasaun sira seluk; no impostu ba informasaun ba imprensa no rádiu. Sei la aplika sensura ba korrespondénsia ofisiál no komunikasaun ofisiál sira seluk hosi ASEAN.

11. ASEAN iha direitu atu uza kódigu sira no atu haruka no simu ninia korrespondénsia liuhosi korreiu ka iha mala sira, ne'ebé iha priviléjiu no imunidade hanesan ho korreiu no mala diplomátiku sira.

Artigu 4
Sekretáriu-Jerál ASEAN no Funsionáriu Sekretariadu ASEAN nian

1. Sekretáriu-Jerál ASEAN, sujeita ba desizaun Komité Reprezentante Permanente, sei espesifika kategoria funsionáriu sira Sekretariadu ASEAN atu aplika dispozisaun sira Artigu ida-ne'e nian. Kategoria sira-ne'e sei komunika ba Governu Estadu-Membru sira-hotu. Naran ema sira ne'ebé tama iha kategoria sira-ne'e, hosi tempu ba tempu sei fó-hatene ba Governu Estadu-Membru sira.

2. Funsionáriu Sekretariadu ASEAN nian ne'ebé iha direitu ba priviléjiu no imunidade tuir Akordu ida-ne'e sei hetan Kartaun Identifikasaun espesiál ne'ebé hasai hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN ka ninia reprezentante autorizadu ne'ebé identifika sira nu'udar ema sira-ne'e.

3. Sekretáriu-Jerál ASEAN no funsionáriu sira hosi Sekretariadu ASEAN nian ne'ebé temi iha Parágrafu 1 husi Artigu ida-ne'e, bainhira hala'o no ba ezersísiu independente hosi sira-nia knaar, funsaun no responsabilidade ida-idak:

   (a) Iha imunidade hosi prosesu legál kona-ba liafuan sira ne'ebé ko'alia ka hakerek no aktu hotu-hotu ne'ebé sira hala'o iha sira nia kapasidade ofisiál;

   (b) Hetan izensaun hosi tributasaun ba saláriu no emolumentu sira ne'ebé mak ASEAN selu ba sira;

   (c) Imunidade ba obrigasaun servisu nasionál nian;

   (d) Imunidade, hamutuk ho sira-nia kaben, oan dependente sira, no oan menór sira, hosi restrisaun sira imigrasaun nian no rejistu estranjeiru nian;

   (e) Hetan priviléjiu hanesan kona-ba fasilidade sira troka nian, hanesan fó ba funsionáriu husi postu komparavel sira ne'ebé halo parte iha misaun diplomátika sira ba Governu ne'ebé iha interese;

   (f) Hetan, hamutuk ho sira-nia kaben, parente no oan sira, instalasaun sira repatriamentu nian ne'ebé hanesan iha tempu krize internasionál nian, hanesan enviadu diplomátiku sira;

   (g) Iha direitu atu importa, livre hosi impostu, sira-nia mobiliáriu no sasán sira, inklui veíkulu motorizadu ida, iha momentu ne'ebé sira simu sira-nia kargu ba dala uluk iha Estadu-Membru uma-na'in.

4. Aleinde priviléjiu no imunidade sira ne'ebé espesifika iha Parágrafu 3 hosi Artigu ida-ne'e, Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no Sekretáriu-Jerál Adjuntu hotu-hotu ASEAN nian sei hetan priviléjiu no imunidade sira, izensaun no fasilidade sira ne'ebé fó ba enviadu diplomátiku sira, tuir lei internasionál.

5. Priviléjiu no imunidade sira tuir Artigu ida-ne'e, eseptu Parágrafu 3(a), sei la aplika ba ema sira ne'ebé temi iha Parágrafu 1 Artigu ida-ne'e nian, ne'ebé sidadaun ka rezidente permanente iha Estadu-Membru ne'ebé fó.

6. Priviléjiu no imunidade sira fó ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no pesoál Sekretariadu ASEAN nian ne'ebé temi iha Parágrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e ba interese ASEAN nian no la'ós ba benefísiu pesoál individuál sira-nian rasik. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei iha direitu no devér atu renunsia imunidade ba kualkér membru pesoál Sekretariadu ASEAN nian iha kualkér kazu ne'ebé, tuir nia opiniaun, imunidade ne'e sei impede lala'ok justisa nian no bele renunsia lahó prejuizu ba interese ASEAN nian. Imunidade hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian bele hetan dispensa hosi Simeira ASEAN nian, ka hosi sé de'it maka hetan autorizasaun hosi Simeira ASEAN nian.

7. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei koopera iha tempu hotu-hotu ho autoridade kompetente sira hosi Estadu-Membru sira hodi fasilita administrasaun loloos justisa nian, asegura observasaun regulamentu polísia nian no prevene akontesimentu abuzu ruma iha ligasaun ho priviléjiu, imunidade no instalasaun sira ne'ebé prevee tuir Artigu ida-ne'e.

Artigu 5
Peritu sira kona-ba Misaun sira ba ASEAN

1. Estadu-Membru ida-idak, bainhira nia konsidera apropriadu, sei fó priviléjiu no imunidade sira tuirmai ne'e, maibé la limita ba, espesialista sira iha misaun ba ASEAN:

   (a) Imunidade hosi kaptura pesoál ka detensaun no hosi apriensaun ba sira-nia bagajen pesoál;

(b) Kona-ba liafuan sira ne'ebé ko'alia ka hakerek no hahalok sira ne'ebé sira halo durante hala'o sira-nia misaun, imunidade hosi prosesu legál ho tipu hotu-hotu. Imunidade ida-ne'e hosi prosesu legál sei kontinua atu fó maski ema sira ne'ebé iha interese la servisu ona iha misaun sira ba ASEAN ka partisipa hodi Estadu-Membru nia naran iha ligasaun ho atividade ofisiál ASEAN nian;

(c) Inviolabilidade ba papél no dokumentu hotu-hotu;

(d) Ba objetivu sira-nia komunikasaun ho ASEAN, direitu atu uza kódigu sira no atu simu surat-tahan ka korespondénsia sira liuhosi korreiu ka iha mala sira ne'ebé taka metin;

(e) Fasilidade sira hanesan kona-ba restrisaun sira ba moeda ka troka nian ne'ebé mak fó ba reprezentante sira hosi governu estranjeiru sira iha misaun ofisiál temporáriu sira;

(f) Imunidade no fasilidade sira hanesan kona-ba sira nia bagajen pesoál ne'ebé mak fó ba enviadu diplomátiku sira.

2. Priviléjiu no imunidade sira fó ba espesialista sira iha interese ASEAN nian no la'ós ba benefísiu pesoál ema ida-idak nian rasik. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian iha direitu no devér atu renúnsia imunidade hosi espesialista ruma iha kazu ruma ne'ebé, tuir nia opiniaun, imunidade ne'e sei impede lala'ok justisa nian no bele renunsia lahó prejuizu ba interese sira ASEAN nian.

3. Molok hahú misaun hosi espesialista sira-ne'e kona-ba misaun sira ba ASEAN, Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei:

(a) Haruka notifikasaun ida ba Sekretariadu Nasionál ASEAN nian hosi Estadu-Membru sira ne'ebé envolve iha ne'ebé sira hala'o sira-nia misaun, naran hosi peritu sira ne'ebé nomeadu kona-ba misaun sira ba ASEAN, natureza hosi sira nia misaun sira no durasaun sira-nia estadia nian; no

(b) Fó sai dokumentu sira identifikasaun nian, karik presiza, ba espesialista sira ne'ebé nomeadu iha misaun sira ba ASEAN.

Artigu 6
Misaun Permanente

Dispozisaun relevante sira kona-ba priviléjiu no imunidade sira ne'ebé relasiona ho misaun diplomátika sira iha Konvensaun Viena nian sei aplika mutatis mutandis ba Misaun Permanente.

Artigu 7
Reprezentante Permanente no Funsionáriu sira nia Knaar sira iha ASEAN

1. Dispozisaun relevante sira iha Konvensaun Viena relasiona ho priviléjiu no imunidade ba ajente diplomátiku sira no membru sira hosi sira-nia família ne'ebé halo parte iha sira-nia uma-kain sei aplika mutatis mutandis ba Reprezentante Permanente no funsionáriu sira nia knaar iha ASEAN no membru sira hosi sira nia família bainhira sira iha Estadu-Membru uma-na'in nian.

2. Dispozisaun sira kona-ba priviléjiu no imunidade sira ne'ebé relasiona ho funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira tuir Artigu 9 hosi Akordu ida-ne'e sei aplika mutatis mutandis ba Reprezentante Permanente sira no funsionáriu sira nia knaar iha ASEAN, enkuantu sira partisipa iha atividade ofisiál sira ASEAN nian ka reprezenta ASEAN iha Estadu-Membru sira, seluk tan duke Estadu-Membru uma-na'in nian.

3. Priviléjiu no imunidade sira fó ba Reprezentante Permanente sira no funsionáriu sira nia knaar sira ASEAN, atu nune'e bele salvaguarda ezersísiu independente hosi sira-nia funsaun sira iha ligasaun ho ASEAN no la'ós ba benefísiu pesoál hosi indivíduu sira rasik. Ho konsekuénsia, Estadu-Membru ida la'ós de'it iha direitu maibé iha devér atu renunsia imunidade hosi nia Reprezentante Permanente no Funsionáriu sira iha knaar sira ASEAN nian iha kazu ruma ne'ebé tuir Estadu-Membru ne'e nia opiniaun imunidade sei impede kursu justisa nian, no bele dispensa lahó prejuizu ba objetivu sira ne'ebé imunidade ne'e hetan.

Artigu 8
Funsionáriu sira hosi Misaun Permanente

1. Dispozisaun sira ne'ebé relevante iha Konvensaun Viena nian kona-ba priviléjiu no imunidade sira ba membru pesoál administrativu no tékniku misaun diplomátika nian no membru hosi sira-nia família ne'ebé halo parte iha sira-nia umakain ida-idak sei aplika mutatis mutandis ba membru pesoál administrativu no tékniku Misaun Permanente no membru sira hosi sira-nia família.

2. Dispozisaun relevante sira iha Konvensaun Viena nian relasiona ho priviléjiu no imunidade ba membru pesoál servisu sira misaun diplomátika nian sei aplika mutatis mutandis ba membru pesoál servisu sira Misaun Permanente nian.

3. Funsionáriu privadu sira sei, bainhira sira la'ós sidadaun ka rezidente permanente iha Estadu-Membru uma-na'in, hetan izensaun hosi impostu no taxa sira kona-ba emolumentu sira ne'ebé sira simu tanba sira-nia serbisu. Iha aspetu sira seluk, sira bele goza de'it priviléjiu no imunidade sira to'o de'it pontu ne'ebé maka Estadu-Membru uma-na'in admite. Maibé, Estadu-membru uma-na'in nian tenke ezerse nia jurisdisaun ba ema sira-ne'e iha maneira ida atu labele interfere indevidamente ho dezempeñu funsaun sira Misaun Permanente nian.

4. Membru sira seluk hosi pesoál Misaun Permanente nian no funsionáriu privadu sira ne'ebé sidadaun ka rezidente permanente iha Estadu-Membru uma-na'in nian sei goza de'it priviléjiu no imunidade sira to'o de'it medida ne'ebé Estadu-Membru uma-na'in nian admite. Maibé, Estadu-Membru uma-na'in nian tenke ezerse nia juris-

disaun ba ema sira-ne'e iha maneira ida atu labele interfere indevidamente ho dezempeñu funsaun sira Misaun Permanente nian.

Artigu 9
Funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira

1. Funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira, bainhira partisipa iha atividade ofisiál sira ASEAN nian ka reprezenta ASEAN iha Estadu-Membru sira, goza priviléjiu no imunidade sira tuirmai ne'ebé nesesáriu ba ezersísiu sira-nia funsaun:

   (a) Imunidade hosi kaptura pesoál ka detensaun no hosi apriensaun ba sira-nia bagajen pesoál, no, kona-ba liafuan sira ne'ebé ko'alia ka hakerek no hahalok hotu-hotu ne'ebé sira halo iha sira-nia kapasidade nu'udar reprezentante, imunidade hosi prosesu legál ho tipu hotu-hotu;

   (b) Inviolabilidade ba papél no dokumentu hotu-hotu;

   (c) Direitu atu uza kódigu sira no atu simu surat-tahan sira ka korrespondénsia sira liuhosi mensajeiru ka iha mala sira ne'ebé taka metin;

   (d) Fasilidade sira hanesan kona-ba restrisaun sira ba moeda ka troka nian ne'ebé mak fó ba reprezentante sira hosi governu estranjeiru sira iha misaun ofisiál temporáriu sira;

   (e) Imunidade no fasilidade sira kona-ba sira-nia bagajen pesoál ne'ebé mak fó ba enviadu diplomátiku sira.

2. Atu asegura, ba funsionáriu Estadu-Membru sira-nian, liberdade ko'alia no independénsia kompletu bainhira hala'o sira-nia knaar, imunidade hosi prosesu legál kona-ba liafuan ne'ebé ko'alia ka hakerek no hahalok hotu-hotu ne'ebé sira halo bainhira hala'o sira-nia knaar sei kontinua atu fó, maski ema sira ne'ebé iha interese la'ós ona funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira.

3. Priviléjiu no imunidade sira fó ba funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira atu nune'e bele salvaguarda ezersísiu independente hosi sira-nia funsaun sira iha ligasaun ho ASEAN no la'ós ba benefísiu pesoál hosi ema ida-idak rasik. Konsekuentemente Estadu-Membru ida la'ós de'it iha direitu maibé iha devér atu renunsia imunidade hosi nia funsionáriu sira iha kazu ruma ne'ebé tuir Estadu-Membru ne'e nia opiniaun imunidade ne'e sei impede kursu justisa nian, no bele renunsia lahó prejuizu ba objetivu sira ne'ebé maka fó imunidade.

4. Dispozisaun sira iha Parágrafu 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e la aplika hanesan entre funsionáriu sira hosi Estadu-Membru sira no autoridade sira hosi Estadu-Membru ne'ebé sira sidadaun ka rezidente permanente, ka ne'ebé sira maka ka sai ona funsionáriu sira .

Artigu 10
Kooperasaun no Kumprimentu

1. ASEAN, nu'udar organizasaun inter-governamentál ida, sei, bainhira bele, koopera iha tempu hotu-hotu ho autoridade kompetente sira hosi Estadu-Membru sira hodi fasilita administrasaun loloos justisa nian, asegura observasaun ba lei no regulamentu sira no prevene akontesimentu abuzu ruma iha ligasaun ho ema sira ne'ebé iha direitu ba priviléjiu no imunidade sira tuir Akordu ida-ne'e.

2. Estadu-Membru sira tenke garante katak ema sira ne'ebé sira nomeia ka emprega ne'ebé hetan priviléjiu no imunidade tuir Akordu ida-ne'e, respeita lei no regulamentu Estadu-Membru iha ne'ebé território sira iha ba, iha maneira ida ne'ebé konsistente ho priviléjiu no imunidade sira ne'ebé sira goza.

Artigu 11
Rezolusaun ba Disputa

Disputa sira ne'ebé mosu hosi interpretasaun ka aplikasaun hosi Akordu ida-ne'e sei rezolve ho amigável tuir Kapítulu VIII hosi Karta ASEAN nian.

Artigu 12
Alterasaun

1. Alterasaun sira ba Akordu ida-ne'e bele halo iha kualkér tempu liuhosi konsensu hosi Estadu-Membru hotu-hotu no sei ratifika hosi sira, tuir sira ida-idak nia prosedimentu internu.

2. Alterasaun sei tama iha vigór iha loron tolu-nulu tuir data depózitu instrumentu ratifikasaun ikus nian iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

Artigu 13
Dispozisaun Finál

1. Akordu ida-ne'e sei asina hosi Estadu-Membru hotu-hotu.

2. Akordu ida-ne'e sei sujeita ba ratifikasaun hosi Estadu-Membru hotu-hotu tuir sira-nia respetivu prosedimentu internu.

3. Instrumentu sira ratifikasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fó-hatene lalais Estadu-Membru hotu-hotu kona-ba depózitu ida-idak.

4. Akordu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron tolu-nulu tuir data depózitu instrumentu ratifikasaun ba dala sanulu iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira-nia Governu ida-idak, asina ona Akordu ida-ne'e.

Halo iha Cha-am Hua Hin, Tailándia, iha loron ruanulu-resin-lima fulan Outubru iha Tinan Rihun Rua Sia, iha kópia ida de'it iha lian Inglés.

Husi Governu Brunei Darussalam:

[Asinatura]
LIM JOCK SENG
Ministru Negósiu Estranjeiru no Komérsiu Daruak

Husi Governu Reinu Kamboja:

[Asinatura]
HOR NAMHONG
Vise-Primeiru-Ministru no
Ministru Negósiu Estranjeiru no Kooperasaun Internasionál

Husi Governu República Indonézia:

[Asinatura]
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu República Demokrátika Populár Laos:

[Asinatura]
DR. THONGLOUN SISOULITH
Vise-Primeiru-Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu Malázia:

[Asinatura]
DATUK ANIFAH AMAN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu Uniaun Myanmar:

[Asinatura]
NYAN WIN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu República Filipina:

[Asinatura]
ALBERTO G. ROMULO
Sekretáriu Negósiu Estranjeiru

Husi Governu República Singapura:

[Asinatura]
GEORGE YONG-BOON YEO
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu Reinu Tailándia:

[Asinatura]
KASIT PIROMYA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Governu República Sosialista Vietname:

[Asinatura]
DR. PHAM GIA KHIEM
Vise-Primeiru-Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 39/2025

de 15 de Outubro

APROVA, PARA ADESÃO, O PROTOCOLO À CARTA DA ASEAN SOBRE MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E OS SEUS INSTRUMENTOS DE INCORPORAÇÃO

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste tem reiterado de forma consistente o seu compromisso com o multilateralismo, com a ordem internacional baseada em regras e com a integração regional, através da sua adesão plena à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês);

Tendo em conta que o Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios, adotado em Ha Noi, Vietname, a 8 de abril de 2010, o Instrumento de Incorporação das Regras para Referência de Litígios Não Resolvidos à Cimeira da ASEAN ao Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios, adotado em Ha Noi, Vietname, em 27 de outubro de 2010, e o Instrumento de Incorporação das Regras de Referência de Incumprimento à Cimeira da ASEAN ao Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios, adotado em Phnom Penh, Camboja, em 2 de abril de 2012, estabelecem procedimentos formais para a resolução pacífica de litígios entre os Estados-Membros da ASEAN relativos à interpretação ou aplicação da Carta da ASEAN e de outros instrumentos jurídicos da organização;

Considerando que, nos termos da alínea d) do artigo 2.º da Carta da ASEAN, a ASEAN e os seus Estados-Membros se comprometem a agir de acordo com o princípio da resolução pacífica de litígios;

Tendo em consideração que a ratificação do referido Protocolo constitui um dos requisitos previstos no roteiro para a adesão de Timor-Leste à ASEAN, no quadro do Pilar Política e Segurança, e deve ser implementada após a adesão formal;

Considerando que, para se integrar plenamente na ASEAN, o Governo da República Democrática de Timor-Leste deve alinhar os seus instrumentos jurídicos com o quadro jurídico da ASEAN;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, aprovar, para adesão, o Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios e os seus Instrumentos de Incorporação, cujas versões autênticas em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se. 9/10/2025.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versões autênticas na língua inglesa

2010 PROTOCOL TO THE ASEAN CHARTER ON DISPUTE SETTLEMENT MECHANISMS

Adopted in Ha Noi, Viet Nam on 8 April 2010

THE GOVERNMENTS of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), hereinafter collectively referred to as "Member States" or individually as "Member State";

MINDFUL of the desire of ASEAN Leaders in transforming ASEAN into a rules-based organisation with practical, efficient and credible mechanisms in place to resolve disputes in an effective and timely manner;

RECALLING Paragraph 2(d) of Article 2 of the ASEAN Charter that ASEAN and its Member States shall act in accordance with the principle of reliance on peaceful settlement of disputes;

FURTHER RECALLING Paragraph 2 of Article 22 of the ASEAN Charter requiring ASEAN to maintain and establish dispute settlement mechanisms in all fields of ASEAN cooperation;

RECOGNISING that in accordance with Article 25 of the ASEAN Charter, where not otherwise specifically provided, appropriate dispute settlement mechanisms shall be established for disputes which concern the interpretation or application of the ASEAN Charter and other ASEAN instruments; and

CONVINCED that having credible dispute settlement mechanisms would help ASEAN prevent festering conflicts and confrontation among the Member States, preserving the cooperative atmosphere for concerted efforts towards building a peaceful and prosperous ASEAN Community;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Protocol:

(a) ASEAN instrument means any instrument which is concluded by Member States, as ASEAN Member States, in written form, that gives rise to their respective rights and obligations In accordance with international law;

(b) Complaining Party means any Member State which requests consultation under Article 5 of this Protocol;

(c) Responding Party means any Member State to which the request for consultation is made under Article 5 of this Protocol;

(d) Parties to the dispute means the Complaining Party and the Responding Party; and

(e) Unresolved dispute means a dispute over the interpretation or application of the ASEAN Charter or other ASEAN instruments which has failed to be resolved by mutual agreement, and after the application and implementation of Article 9 of this Protocol.

ARTICLE 2
SCOPE AND APPLICATION

1. This Protocol shall apply to disputes which concern the interpretation or application of:

   (a) the ASEAN Charter;

   (b) other ASEAN instruments unless specific means of settling such disputes have already been provided for; or

   (c) other ASEAN instruments which expressly provide that this Protocol or part of this Protocol shall apply.

2. Paragraph 1 (b) of this Article shall be without prejudice to the right of the Parties to such disputes to mutually agree that this Protocol shall apply.

ARTICLE 3
GENERAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be interpreted in accordance with the customary rules of treaty interpretation of public international law.

2. The Parties to the dispute are encouraged at every stage of a dispute to make every effort to reach a mutually agreed solution to the dispute. Where a mutually agreed solution is reached, it shall be notified to the Secretary ¬General of ASEAN and other Member States.

ARTICLE 4
COMMUNICATION AND TIME PERIODS

1. All communications including notifications, requests, replies and referrals made pursuant to this Protocol shall be in writing and are deemed to have been received if they are physically delivered to the addressed Party through diplomatic channels.

2. Unless otherwise specified, any time period provided for in this Protocol shall not be modified by mutual agreement of the Parties to the dispute.

ARTICLE 5
CONSULTATION

1. A Complaining Party may request consultation with a Responding Party with respect to any dispute concerning the interpretation or application of the ASEAN Charter or other ASEAN instruments. The Responding Party shall accord due consideration to a request for consultation made by the Complaining Party and shall accord adequate opportunity for such consultation.

2. The request for consultation shall state the reason for the request, including identification of the matters giving rise to the dispute and an indication of the legal basis for the complaint. A copy of such request shall be simultaneously provided to the Secretary-General of ASEAN who shall notify all other Member States of such request.

3. If a request for consultation is made, the Responding Party shall reply to the request within thirty (30) days from the date of its receipt and shall enter into consultation within sixty (60) days from the date of receipt of the request for consultation, with a view to reaching a mutually agreed solution. The consultation shall be completed within ninety (90) days, or any other period mutually agreed by the Parties to the dispute, from the date of receipt of the request for consultation.

ARTICLE 6
GOOD OFFICES, MEDIATION AND CONCILIATION

1. The Parties to the dispute may at any time agree to good offices, mediation or conciliation. Proceedings for good offices, mediation or conciliation may begin and be terminated at any time.

2. The Parties to the dispute may request the Chairman of ASEAN or the Secretary-General of ASEAN, acting in an ex officio capacity, to provide good offices, mediation or conciliation.

3. Proceedings involving good offices, mediation or conciliation, and positions taken by any of the Parties to the dispute during these proceedings, shall be without prejudice to the rights of any of the Parties to the dispute in any further or other proceedings.

4. (a) Good offices, mediation or conciliation directed by the ASEAN Coordinating Council to the Parties to the dispute pursuant to Article 9 of this Protocol shall be in accordance with this Protocol, and the Rules of Good Offices, Rules of Mediation or Rules of Conciliation annexed to this Protocol.

   (b) Procedures of good offices, mediation or conciliation directed by the ASEAN Coordinating Council pursuant to Article 9 of this Protocol shall be in accordance with the Rules of Good Offices, Rules of Mediation or Rules of Conciliation, subject to such modifications as the Parties to the dispute may agree in writing.

ARTICLE 7
FUNCTIONS OF GOOD OFFICES, MEDIATION AND CONCILIATION

1. The persons providing good offices, mediation or conciliation shall assist and facilitate the Parties to the dispute to achieve an amicable settlement of the dispute between them in the light of the relevant provisions of the ASEAN Charter and/or any ASEAN instruments.

2. Where the Parties to the dispute reach an amicable settlement of the dispute, they shall draw up and sign a written settlement agreement.

3. By signing the settlement agreement, the Parties to the dispute put an end to the dispute and are bound by the agreement.

4. The settlement agreement shall then be notified by the Parties to the dispute to the Secretary-General of ASEAN, other Member States, and the ASEAN Coordinating Council where good offices, mediation or conciliation is directed by it.

ARTICLE 8
REQUEST FOR ARBITRATION

1. The Complaining Party may, by notice in writing addressed to the Responding Party, request for the establishment of an arbitral tribunal to resolve the dispute, if:

   (a) the Responding Party does not reply within thirty (30) days from the date of receipt of the request for consultation;

   (b) the Responding Party does not enter into consultation within sixty (60) days from the date of receipt of the request for consultation; or

   (c) the consultation fails to settle the dispute within ninety (90) days, or any other period mutually agreed by the Parties to the dispute, from the date of receipt of the request for consultation.

2. A copy of the notice shall be provided to the Secretary General of ASEAN who shall notify all other Member States of such request. The notice shall state a summary of the factual and legal basis of the request sufficient to present the problem clearly, including the provisions of the ASEAN Charter or ASEAN instrument to be addressed by the arbitral tribunal.

3. The Responding Party shall express its consent to the establishment of an arbitral tribunal within fifteen (15) days from the date of receipt of the notice from the Complaining Party. The Parties to the dispute may agree to extend the period for the Responding Party to express its consent for a period of up to thirty (30) days from the date of receipt of the notice from the Complaining Party. The copy of the reply sent shall be provided to the Secretary-General of ASEAN who shall notify all other Member States of such reply.

4. Where the Responding Party does not agree to the request for the establishment of an arbitral tribunal, or fails to respond within the period specified in Paragraph 3 of this Article, the Complaining Party may refer the dispute to the ASEAN Coordinating Council.

ARTICLE 9
REFERENCE TO THE ASEAN COORDINATING COUNCIL

1. Where a dispute is referred to the ASEAN Coordinating Council pursuant to Paragraph 4 of Article 8, the ASEAN Coordinating Council may direct the Parties to the dispute to resolve their dispute through good offices, mediation, conciliation or arbitration.

2. The ASEAN Coordinating Council shall notify its decision to the Parties to the dispute within forty-five (45) days from the date the dispute was referred to it. The Chairman of the ASEAN Coordinating Council shall determine the processes by which the ASEAN Coordinating Council shall come to its decision. Such processes may include consultations through correspondence, emails, video-conferencing, or other means. The ASEAN Coordinating Council can, in exceptional circumstances, decide to convene an urgent special meeting of the ASEAN Coordinating Council to decide on the dispute.

3. Where the ASEAN Coordinating Council is of the view that it is unable to come to a decision on the dispute within the period specified in Paragraph 2 of this Article to notify the Parties to the dispute of its decision, it may decide to extend this time by a period of not more than thirty (30) days and shall inform the Parties to the dispute accordingly.

4. Where the ASEAN Coordinating Council is unable to reach a decision on how the dispute is to be resolved within the period specified in Paragraph 2 of this Article to notify the Parties to the dispute, or any extended period, any Party to the dispute may refer the dispute to the ASEAN Summit as an unresolved dispute under Article 26 of the ASEAN Charter.

ARTICLE 10
ARBITRATION

1. Arbitration, arising from mutual consent of the Parties to the dispute or a direction of the ASEAN Coordinating Council, shall be in accordance with this Protocol and the Rules of Arbitration annexed to this Protocol.

2. Procedures of arbitration shall be in accordance with the Rules of Arbitration annexed to this Protocol, subject to such modifications as the Parties to the dispute may agree in writing.

ARTICLE 11
ARBITRATORS

1. The number of arbitrators and the manner in which they are appointed or replaced shall be prescribed in the Rules of Arbitration annexed to the Protocol.

2. All arbitrators shall:

   (a) have expertise or experience in law, other matters covered by the ASEAN Charter or the relevant ASEAN instrument, or the resolution of disputes arising under international agreements;

   (b) be chosen strictly on the basis of objectivity, reliability, and sound judgment;

   (c) be independent of, and not be affiliated with or take instructions from, any Party to the dispute;

   (d) not have dealt with the matter in any capacity; and

(e) disclose, to the Parties to the dispute, information which may give rise to justifiable doubts as to their independence or impartiality.

3. The Chair of the arbitral tribunal shall not be a national of any Party to the dispute, and shall preferably be a national of a Member State.

ARTICLE 12
FUNCTIONS OF ARBITRAL TRIBUNAL

An arbitral tribunal shall make an examination of the facts of the case before it, and decide the case in the light of the relevant provisions of the ASEAN Charter and/or the ASEAN instrument cited by the Parties to the dispute to resolve the dispute between them, and shall provide reasons for its rulings.

ARTICLE 13
THIRD PARTY

1. Any Member State which has notified its substantial interests in a matter in dispute within thirty (30) days from the notification of the reply of the Responding Party consenting to the request for the establishment of the arbitral tribunal pursuant to Paragraph 3 of Article 8 or the notification of the decision of the ASEAN Coordination Council directing the Parties to the dispute to resolve their dispute through arbitration pursuant to Article 9, shall have rights and obligations of a Third Party.

2. The Third Party shall have an opportunity to be heard by the arbitral tribunal and to make submissions to the arbitral tribunal. These submissions shall also be given to the Parties to the dispute and shall be reflected in the award of the arbitral tribunal.

3. The Third Party shall receive from the Parties to the dispute their submissions to the first substantive meeting of the arbitral tribunal.

ARTICLE 14
APPLICABLE LAW

1. The arbitral tribunal shall apply the provisions of the ASEAN Charter and other ASEAN instruments, as well as applicable rules of public international law.

2. The arbitral tribunal shall apply other rules of law applicable to the substantive questions of the dispute or to decide a case ex aequo et bono, if so agreed by the Parties to the dispute.

ARTICLE 15
ARBITRAL AWARD

1. The award of the arbitral tribunal shall be final and binding on the Parties to the dispute. It shall be fully complied with by the Parties to the dispute.

2. The award of the arbitral tribunal shall not add to or diminish the rights and obligations provided in the ASEAN Charter or any other relevant ASEAN instrument.

ARTICLE 16
COMPLIANCE WITH ARBITRAL AWARD AND SETTLEMENT AGREEMENT

1. Parties to the dispute shall comply with the arbitral awards and settlement agreements resulting from good offices, mediation and conciliation.

2. Any Party to the dispute required to comply with an arbitral award or settlement agreement shall provide the Secretary-General of ASEAN with a status report in writing stating the extent of its compliance with the arbitral award or settlement agreement.

ARTICLE 17
COSTS

1. The costs of arbitration under this Protocol shall be borne by the Parties to the dispute in accordance with the Rules of Arbitration annexed to this Protocol.

2. The costs of good offices, mediation and conciliation shall be determined by the persons providing good offices, mediation and conciliation in consultation with and agreement of the Parties to the dispute, and shall be borne equally by the Parties to the dispute. All other expenses incurred by a Party to the dispute shall be borne by that Party.

ARTICLE 18
FUNCTIONS OF THE ASEAN SECRETARIAT

1. The ASEAN Secretariat shall have the responsibility of assisting the arbitral tribunals and persons providing good offices, mediation and conciliation, especially on the legal, historical and the procedural aspects of the matters dealt with, and of providing secretarial and technical support.

2. The expenses of the ASEAN Secretariat's support shall be borne by the Parties to the dispute.

ARTICLE 19
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be signed by all Member States.

2. This Protocol shall be subject to ratification by all Member States in accordance with their respective internal procedures.

3. Instruments of ratification shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly notify all Member States of each deposit.

4. This Protocol shall enter into force on the day following the date of deposit of the tenth instrument of ratification with the Secretary-General of ASEAN.

5. This Protocol shall be deposited with the Secretary¬ General of ASEAN, who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Member State.

ARTICLE 20 ANNEXES

1. All of the Annexes to this Protocol shall form integral parts of this Protocol.

2. In the event of a conflict between this Protocol and any of the Annexes thereto, this Protocol shall prevail.

ARTICLE 21 AMENDMENTS

1. Any Member State may propose amendments to this Protocol and/or any of the Annexes to the Committee of Permanent Representatives to ASEAN.

2. Proposed amendments to this Protocol and/or any of the Annexes shall, by consensus, be submitted by the Committee of Permanent Representatives to ASEAN to the ASEAN Coordinating Council.

3. Amendments to this Protocol and/or any of the Annexes adopted by consensus of the ASEAN Coordinating Council shall be ratified by all Member States in accordance with their respective internal procedures.

4. An amendment shall enter into force on the thirtieth day following the date of the deposit of the tenth instrument of ratification with the Secretary-General of ASEAN.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms.

DONE AT Ha Noi, Viet Nam, on the Eighth Day of April in the Year Two Thousand and Ten, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam:
MOHAMED BOLKIAH
Minister of Foreign Affairs and Trade

For the Government of the Kingdom of Cambodia:
HOR NAM HONG
Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs and International Cooperation

For the Government of the Republic of Indonesia:
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Minster for Foreign Affairs

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
DR. THONGLOUN SISOULITH
Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs

For the Government of Malaysia:
TAN SRI RASTAM MOHD ISA
Secretary General
Ministry of Foreign Affairs of Malaysia

For the Government of the Union of Myanmar:
NYAN WIN
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of the Philippines:
ERLINDA F. BASILIO
Undersecretary, Department of Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Singapore:
GEORGE YONG-BOON YEO
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Kingdom of Thailand:
KASIT PIROMYA
Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
DR. PHAM GIA KHIEM
Deputy Prime Minister and Minister for Foreign Affairs

ANNEX 1
RULES OF GOOD OFFICES

Rule 1: Commencement

1. Where the ASEAN Coordinating Council directs that the dispute be resolved through good offices, it shall request the Chairman of ASEAN or the Secretary-General of ASEAN, acting in an ex officio capacity, or a suitable person to provide good offices. References in these Rules to "person providing good offices" shall be construed to include "persons providing good offices" where more than one person provides good offices.

2. The person providing good offices shall communicate directly with the Parties to the dispute who shall render to him or her all necessary assistance to enable him or her to carry out his or her responsibilities.

Rule 2: Role Of Person Providing Good Offices

The person providing good offices shall assist the Parties to the dispute in an independent, neutral and impartial manner in order to resolve the dispute.

Rule 3: Conduct Of Person Providing Good Offices

The person providing good offices may proceed in such a manner as he or she considers appropriate, taking into account the circumstances of the case and the wishes that the Parties to the dispute may express.

Rule 4: Confidentiality

Unless the Parties to the dispute agree otherwise, the person providing good offices and the Parties to the dispute shall keep confidential the matters relating to the good offices proceedings.

Rule 5: Cessation

1. Good offices shall cease:

   (a) on the date of a written communication by the Parties to the dispute addressed to the ASEAN Coordinating Council that the dispute has been resolved;

   (b) on the date of a written communication by the person providing good offices, after consultation with the Parties to the dispute, addressed to the ASEAN Coordinating Council, that further conduct of good offices is no longer necessary or justified;

   (c) on the date of a written communication by the Parties to the dispute addressed to the person providing good offices and the ASEAN Coordinating Council, that the conduct of good offices should cease; or

   (d) on the date of a written communication by a Party to the dispute addressed to the other Party to the dispute, the person providing good offices, and the ASEAN Coordinating Council, that the conduct of good offices should cease.

ANNEX 2
RULES OF MEDIATION

Rule 1: Appointment Of Mediator

There shall be one mediator. The Parties to the dispute shall agree on the name of the mediator. The Parties to the dispute shall appoint the mediator within forty-five (45) days from the date of receipt of the notification from the ASEAN Coordinating Council of its decision to direct the Parties to the dispute to resolve the dispute through mediation, and shall notify the ASEAN Coordinating Council accordingly. The Parties to the dispute may choose from the list drawn up and maintained by the Secretary-General of ASEAN under Rule 5 of the Rules of Arbitration.

Rule 2: Role Of Mediator

A mediator shall help to facilitate communication and negotiation between the Parties to the dispute and assist them in an independent, neutral and impartial manner in order to resolve the dispute.

Rule 3: Representation And Assistance

The Parties to the dispute may be represented or assisted by persons of their choice. The names and addresses of such persons are to be communicated to the other Party to the dispute and to the mediator. Such communication is to specify whether the appointment is made for purposes of representation or of assistance.

Rule 4: Communication Between Mediator And Parties To The Dispute

The mediator may invite the Parties to the dispute to meet with him or her or may communicate with them orally or in writing. He or she may meet or communicate with the Parties to the dispute together or with each of them separately.

Rule 5: Conduct Of Mediation

The mediation shall be conducted in the manner agreed by the Parties to the dispute. If, and to the extent that, the Parties to the dispute have not made such agreement, the mediator shall, in accordance with this Protocol and these Rules, determine the manner in which the mediation shall be conducted.

Rule 6: Disclosure Of Information

When the mediator receives factual information concerning the dispute from a Party to the dispute, he or she may disclose the substance of that information to the other Party to the dispute in order that such Party may have the opportunity to respond. However, when a Party to the dispute gives any information to the mediator subject to a specific condition that it be kept confidential, the mediator shall not disclose that information to the other Party to the dispute.

Rule 7: Confidentiality

Unless the Parties to the dispute agree otherwise, the mediator and the Parties to the dispute shall keep confidential all matters relating to the mediation proceedings.

Rule 8: Termination Of Mediation Proceedings

1. The mediation proceedings shall be terminated:

   (a) on the date of the signing of the settlement agreement by the Parties to the dispute;

   (b) on the date of a written communication by the mediator, after consultation with the Parties to the dispute, addressed to the ASEAN Coordinating Council, to the effect that further efforts at mediation are no longer necessary or justified;

   (c) on the date of a written communication by the Parties to the dispute addressed to the mediator and to the ASEAN Coordinating Council to the effect that the mediation proceedings are terminated; or

   (d) on the date of a written communication by a Party to the dispute to the other Party to the dispute, the mediator, if appointed, and the ASEAN Coordinating Council to the effect that the mediation proceedings are terminated.

ANNEX 3
RULES OF CONCILIATION

Rule 1: Appointment Of Conciliators

1. There shall be one conciliator unless the Parties to the dispute agree that there shall be two or three conciliators. The Parties to the dispute shall appoint the conciliator within forty-five (45) days from the date of receipt of the notification from the ASEAN Coordinating Council of its decision to direct the Parties to the dispute to resolve the dispute through conciliation, and shall notify the ASEAN Coordinating Council accordingly. The Parties to the dispute may choose from the list drawn up and maintained by the Secretary-General of ASEAN under Rule 5 of the Rules of Arbitration.

2. Where there is more than one conciliator, they ought, as a general rule, to act jointly. References in these Rules to "conciliator" shall be construed to include "conciliators" where the Parties to the dispute have agreed that there shall be two or three conciliators.

3. (a) In conciliation proceedings with one conciliator, the Parties to the dispute shall endeavour to reach agreement on the name of the sole conciliator;

   (b) In conciliation proceedings with two conciliators, each Party to the dispute shall appoint one conciliator;

   (c) In conciliation proceedings with three conciliators, each Party to the dispute shall appoint one conciliator. The Parties to the dispute shall endeavour to reach agreement on the name of the third conciliator.

Rule 2: Submission Of Statements To Conciliator

1. The conciliator, upon his or her appointment, shall request each Party to the dispute to submit to him or her a brief written statement describing the general nature of the dispute and the points at issue. Each Party to the dispute shall send a copy of its statement to the other Party to the dispute.

2. The conciliator may request each Party to the dispute to submit to him or her a further written statement of its position and the facts and grounds in support thereof, supplemented by any documents and other evidence that it deems appropriate. The Party to the dispute shall send a copy of its statement to the other Party to the dispute.

3. At any stage of the conciliation proceedings, the conciliator may request any Party to the dispute to submit to him or her such additional information as he or she deems appropriate.

Rule 3: Representation And Assistance

The Parties to the dispute may be represented or assisted by persons of their choice. The names and addresses of such persons shall be communicated to the other Party to the dispute and to the conciliator. Such communication shall specify whether the appointment is made for purposes of representation or of assistance.

Rule 4: Role Of Conciliator

1. The conciliator shall assist the Parties to the dispute in an independent, neutral and impartial manner in order to resolve the dispute.

2. The conciliator shall be guided by principles of objectivity, fairness and justice, giving consideration to, among other things, the rights and obligations of the Parties to the dispute and the circumstances surrounding the dispute, including any previous practices between the Parties to the dispute.

3. The conciliator may, at any stage of the conciliation proceedings, make proposals for a settlement of the dispute. Such proposals need not be in writing and need not be accompanied by a statement of the reasons therefore.

Rule 5: Communication Between Conciliator And Parties To The Dispute

The conciliator may invite the Parties to the dispute to meet with him or her or may communicate with them orally or in writing. He or she may meet or communicate with the Parties to the dispute together or with each of them separately.

Rule 6: Conduct Of Conciliation

The conciliator may conduct the conciliation proceedings in such a manner as he or she considers appropriate, taking into account the circumstances of the case, the wishes the parties to the dispute may express, including any request by a Party to the dispute that the conciliator hear oral statements, and any special need for a speedy settlement of the dispute, as well as the provisions of this Protocol and these Rules.

Rule 7: Disclosure Of Information

When the conciliator receives factual information concerning the dispute from a Party to the dispute, he or she may disclose the substance of that information to the other Party to the dispute in order that such Party may have the opportunity to respond. However, when a Party to the dispute gives any information to the conciliator subject to a specific condition that it be kept confidential, the conciliator shall not disclose that information to the other Party to the dispute.

Rule 8: Cooperation Of Parties To The Dispute With Conciliator

The Parties to the dispute shall in good faith cooperate with the conciliator and, in particular, shall endeavour to comply with requests by the conciliator to submit written materials, provide evidence and attend meetings.

Rule 9: Suggestions By Parties To The Dispute For Settlement Of Dispute

A Party to the dispute may, on its own initiative or at the invitation of the conciliator, submit to the conciliator suggestions for the settlement of the dispute.

Rule 10: Settlement Agreement

1. When it appears to the conciliator that there exist elements of a settlement which would be acceptable to the Parties to the dispute, he or she shall formulate the terms of a possible settlement and submit them to the Parties to the dispute for their observations. After receiving the observations of the Parties to the dispute, the conciliator may reformulate the terms of a possible settlement in ' light of such observations.

2. If the Parties to the dispute reach agreement on a settlement of the dispute, they shall draw up and sign a written settlement agreement. If requested by the Parties to the dispute, the conciliator shall draw up or assist the Parties to the dispute in drawing up the settlement agreement.

Rule 11: Confidentiality

Unless the Parties to the dispute agree otherwise, the conciliator and the Parties to the dispute shall keep confidential all matters relating to the conciliation proceedings.

Rule 12: Termination Of Conciliation Proceedings

The conciliation proceedings shall be terminated:

(a) on the date of the signing of the settlement agreement by the Parties to the dispute;

(b) on the date of a written communication by the conciliator, after consultation with the Parties to the dispute, addressed to the ASEAN Coordinating Council, to the effect that further efforts at conciliation are no longer necessary or justified;

(c) on the date of a written communication by the Parties to the dispute addressed to the conciliator and to the ASEAN Coordinating Council to the effect that the conciliation proceedings are terminated; or

(d) on the date of a written communication by a Party to the dispute to the other Party to the dispute, the conciliator, if appointed, and the ASEAN Coordinating Council to the effect that the conciliation proceedings are terminated.

Rule 13: Role Of Conciliator In Other Proceedings

The Parties to the dispute and the conciliator undertake that, unless the Parties to the dispute agree otherwise, the conciliator shall not act as an arbitrator or as a representative or counsel of a Party to the dispute in any arbitral or judicial proceedings in respect of a dispute that is the subject of the conciliation proceedings. The Parties to the dispute also undertake that they shall not present the conciliator as a witness in any such proceedings.

Rule 14: Admissibility Of Evidence In Other Proceedings

The Parties to the dispute undertake not to rely on or introduce as evidence in any arbitral or judicial proceedings, whether or not such proceedings relate to the dispute that is the subject of the conciliation proceedings:

(a) views expressed or suggestions made by the other Party to the dispute in respect of a possible settlement of the dispute;

(b) admissions made by the other Party to the dispute in the course of the conciliation proceedings;

(c) proposals made by the conciliator;

(d) the fact that the other Party to the dispute had indicated its willingness to accept a proposal for settlement made by the conciliator.

ANNEX 4
RULES OF ARBITRATION

Rule 1: Appointment Of Arbitrators

1. The arbitral tribunal shall consist of three arbitrators.

2. Each Party to the dispute shall appoint one arbitrator and notify the other Party to the dispute within thirty (30) days from the date of receipt of the reply of the Responding Party consenting to the request for arbitration or forty-five (45) days from the date of receipt of the notification from the ASEAN Coordinating Council of its decision to direct the Parties to the dispute to resolve the dispute through arbitration.

3. If any Party to the dispute fails to appoint an arbitrator within the period referred to in Paragraph 2 of this Rule, the other Party to the dispute which has appointed an arbitrator may, within fifteen (15) days from the expiration of that period, request the Secretary-General of ASEAN to appoint the second arbitrator. The Secretary-General of ASEAN shall, within fifteen (15) days from the date of receipt of such request, in consultation with the Party to the dispute which has failed to appoint an arbitrator, appoint the second arbitrator and notify the Parties to the dispute of the appointment. In that event, the arbitrator shall preferably be drawn from the list to be maintained in accordance with Rule 5.

4. (a) The Parties to the dispute shall agree on the appointment of the third arbitrator within thirty (30) days from the date of receipt of notification of the appointment of the second arbitrator, and promptly notify the Secretary-General of ASEAN of such appointment.

(b) If the Parties to the dispute fail to do so, any Party to the dispute may request the Chairman of the ASEAN Coordinating Council to appoint the third arbitrator. Within fifteen (15) days from the date of receipt of such request, the Chairman of the ASEAN Coordinating Council shall appoint the third arbitrator, on the recommendation of the Secretary-General of ASEAN

after consulting the Committee of Permanent Representatives to ASEAN, and promptly notify the Secretary-General of ASEAN and the Parties to the dispute of the appointment.

(c) The third arbitrator shall chair the arbitral tribunal.

(d) In making an appointment under Paragraph 4(b) of this Rule, the Chairman of the ASEAN Coordinating Council shall appoint a national of an ASEAN Member State, who may be in the list to be maintained in accordance with Rule 5, unless he concludes that exceptional circumstances call for otherwise.

(e) If the Chairman of the ASEAN Coordinating Council is a national of one of the Parties to the dispute, the appointment of the third arbitrator shall be made by the next Chairman of the ASEAN Coordinating Council who is not a national of one of the Parties to the dispute.

5. The date of establishment of the arbitral tribunal shall be the date on which the third arbitrator is appointed. The Secretary-General of ASEAN shall promptly notify all Member States of such date.

6. A substitute arbitrator shall be appointed in the same manner as prescribed for the appointment of the original arbitrator and shall have the same powers and duties as the original arbitrator. The work of the arbitral tribunal shall be suspended until that substitute arbitrator is appointed.

Rule 2: Challenge Of An Arbitrator

1. A prospective arbitrator shall disclose to those who approach him or her in connection with the possible appointment any circumstances likely to give rise to justifiable doubts as to his or her impartiality or independence. An arbitrator, once appointed, shall disclose such circumstances to the Parties to the dispute unless they have already been informed by him or her of these circumstances.

2. Any arbitrator may be challenged if circumstances exist that give rise to justifiable doubts as to his or her impartiality or independence.

3. A Party to the dispute may challenge the arbitrator appointed by that Party only for reasons of which it becomes aware after the appointment has been made.

4. A Party to the dispute which intends to challenge an arbitrator shall send notice of its challenge within thirty (30) days from the date of receipt of notification of the appointment of the challenged arbitrator or within thirty (30) days after the circumstances referred to in Paragraphs 1 to 3 of this Rule became known to that Party to the dispute.

5. The challenge shall be notified to the other Party to the dispute, the arbitrator who is challenged and the other members of the arbitral tribunal. The notification shall state the reasons for the challenge.

6. When an arbitrator has been challenged by a Party to the dispute, the other Party to the dispute may agree to the challenge. The arbitrator may also, after the challenge, withdraw from serving in the arbitral tribunal. In neither case does this imply acceptance of the validity of the grounds for the challenge. In both cases, the procedure provided for in Rule 1 shall be used in full for the appointment of the substitute arbitrator even if during the process of appointing the challenged arbitrator, a Party to the dispute had failed to exercise its right to appoint or to participate in the appointment.

7. If the other Party to the dispute does not agree to the challenge and the challenged arbitrator does not withdraw, the decision on the challenge shall be made by:

   (a) the Secretary-General of ASEAN in consultation with the Committee of Permanent Representatives to ASEAN, when the appointment was made in accordance with Paragraphs (2) and (3) of Rule 1; or

   (b) the Chairman of the ASEAN Coordinating Council, on the recommendation of the Secretary-General of ASEAN after consulting the Committee of Permanent Representatives to ASEAN, when the appointment was made in accordance with Paragraph (4) of Rule 1.

8. If the challenge is sustained, a substitute arbitrator shall be appointed pursuant to the procedures applicable to the appointment of an arbitrator as provided for in Rule 1.

Rule 3: Replacement Of An Arbitrator

1. In the event of the death or resignation of an arbitrator during the course of the arbitral proceedings, a substitute arbitrator shall be appointed in accordance with the procedure in Rule 1 that is applicable to the appointment of the arbitrator being replaced. Resignation by an arbitrator shall be addressed to the arbitral tribunal and notified to the Secretary-General of ASEAN and the Parties to the dispute, and shall not be effective unless the arbitral tribunal determines that there are sufficient reasons to accept the resignation. If the arbitral tribunal so determines, the resignation shall become effective on the date designated by the arbitral tribunal. In the event that an arbitrator whose resignation is not accepted by the tribunal nevertheless fails to participate in the arbitration, Paragraph 3 of this Rule shall apply.

2. In the event that an arbitrator fails to act or in the event of the de jure or de facto impossibility to perform his or her functions, the procedure in respect of the challenge and replacement of an arbitrator as provided in Rule 2 and Paragraph 1 of this Rule shall apply, subject to Paragraph 3 of this Rule.

3. If an arbitrator fails to participate in the arbitration, the

other arbitrators shall, unless the Parties to the dispute agree otherwise, have the power in their sole discretion to continue the arbitration and to make any decision, ruling or award, notwithstanding the failure of one arbitrator to participate. In determining whether to continue the arbitration or to render any decision, ruling, or award without the participation of an arbitrator, the other arbitrators shall take into account the stage of the arbitration, the reason, if any, expressed by the arbitrator for such non-participation, and such other matters as they consider appropriate in the circumstances of the case. In the event that the other arbitrators determine not to continue the arbitration without the non-participating arbitrator, the arbitral tribunal shall declare the office vacant, and a substitute arbitrator shall be appointed pursuant to the procedures applicable to the appointment of an arbitrator as provided for in Rule 1.

Rule 4: Repetition Of Hearings

If under Rule 2 or 3, the Chair of the arbitral tribunal is replaced, all hearings held previously shall be repeated. If any other arbitrator is replaced, the hearings held previously may be repeated at the discretion of the arbitral tribunal.

Rule 5: List Of Individuals Who May Serve As Arbitrators

1. A list of individuals having the qualifications under Paragraphs 2 and 3 of Article 11 of this Protocol, from which arbitrators may be appointed, as appropriate, shall be drawn up and maintained by the Secretary-General of ASEAN who shall keep the Member States updated of any change to the list. Every Member State shall be entitled to make ten nominations.

2. A Member State may withdraw any of its nominations from the list. Such withdrawal shall not affect any appointment already made.

3. If at any time the individuals nominated by a Member State in the list are fewer than ten, that Member State shall be entitled to make further nominations as necessary.

Rule 6: Procedures For Cases Involving More Than Two Member States

1. Where more than two Member States are involved in a dispute related to the same matter, a single arbitral tribunal of which the number of arbitrators shall be subject to an ad hoc agreement of all Member States involved in the dispute may be established to examine these complaints. In that case, the procedures provided for under these Rules shall be applied to the greatest extent possible.

2. The single arbitral tribunal shall organise its examination and make its award in such a manner that the rights which the Parties to the dispute would have enjoyed had the separate arbitral tribunals examined the complaints are in no way impaired.

Rule 7: Third Party

The Parties to the dispute may agree to provide additional rights to those provided for in Article 13 of this Protocol, to a Third Party regarding participation in arbitral proceedings. In providing additional rights, the Parties to the dispute may impose conditions. Unless the Parties to the dispute agree otherwise, the arbitral tribunal shall not grant any additional rights to any Third Party regarding participation in arbitral proceedings.

Rule 8: Arbitral Procedures

1. The arbitral tribunal shall apply the procedures provided for in these Rules. The arbitral tribunal may adopt additional procedures which do not conflict with this Protocol or these Rules.

2. The arbitral tribunal shall, as soon as practicable within fifteen (15) days from the date of its establishment, fix the timetable for the arbitral proceedings. The arbitral proceedings, from the date of the establishment of the arbitral tribunal until the date of the final award, shall not exceed the period of six months, unless the Parties to the dispute agree otherwise.

3. Each Party to the dispute shall have an opportunity to set out in writing the facts of its case, its arguments and counter-arguments. The timetable fixed by the arbitral tribunal shall include deadlines for submissions by the Parties to the dispute and Third Parties.

4. The timetable fixed by the arbitral tribunal shall provide for at least one hearing for the Parties to the dispute to present their case to the arbitral tribunal.

5. The arbitral tribunal shall regularly consult the Parties to the dispute and provide adequate opportunities for the development of a mutually agreed solution to the dispute.

Rule 9: Suspension Of Proceedings

The Parties to the dispute may agree that the arbitral tribunal suspend its work at any time for a period not exceeding twelve (12) months from the date of such agreement. Within this period, the suspended arbitral proceedings shall be resumed upon the request of any Party to the dispute. If the work of the arbitral tribunal has been continuously suspended for more than twelve (12) months, the arbitral tribunal shall cease to function unless the Parties to the dispute agree otherwise;

Rule 10: Settlement Or Other Grounds For Termination

1. If, before the award is made, the Parties to the dispute agree on a settlement of the dispute, the arbitral tribunal shall either issue an order for the termination of the arbitral proceedings or, if requested by the Parties to the dispute and accepted by the arbitral tribunal, record the settlement in the form of an arbitral award on agreed terms. The arbitral tribunal is not obliged to give reasons for such an award.

2. If, before the award is made, the continuation of the arbitral proceedings becomes unnecessary or impossible for any reason not mentioned in Paragraph 1 of this Rule, the arbitral tribunal shall inform the Parties to the dispute of its intention to issue an order for the termination of the arbitral proceedings. The arbitral tribunal shall have the power to issue such an order unless a Party to the dispute raises justifiable grounds for objection.

3. Copies of the order for termination of the arbitral proceedings or of the arbitral award on agreed terms, signed by the arbitrators, shall be communicated by the arbitral tribunal to the Parties to the dispute, the Secretary-General of ASEAN, the Third Parties, if any, and the ASEAN Coordinating Council, where the arbitration is directed by the ASEAN Coordinating Council.

Rule 11: Costs

1. Each Party to the dispute shall bear the costs of the arbitrator appointed by it pursuant to Paragraph 2 of Rule 1 or by the Secretary General of ASEAN pursuant to Paragraph 3 of Rule 1, and its own expenses and legal costs.

2. The costs of the Chair of the arbitral tribunal and other expenses associated with the conduct of the arbitral proceedings shall be borne in equal parts by the Parties to the dispute.

Rule 12: Place Of Arbitration

1. Unless the Parties to the dispute agree otherwise, the place of arbitration shall be the ASEAN Secretariat, Jakarta, the Republic of Indonesia.

2. The arbitral tribunal may hold meetings for consultation among its members either at the place of arbitration, or at any other place where this would mitigate the cost of such meetings.

3. The award shall be made at the place of arbitration.

Rule 13: Language

1. The language of arbitration shall be English.

2. The arbitral tribunal may order that any documents submitted in the course of the arbitral proceedings, delivered in their original language, be accompanied by a translation into English.

Rule 14: Decisions

The decisions of the arbitral tribunal shall be taken by a majority vote of its arbitrators. Where there is no majority, the Chair of the arbitral tribunal shall have a casting vote.

Rule 15: Default Of Appearance

If any Party to the dispute does not appear before the arbitral tribunal or fails to defend its case, the other Party to the dispute may request the arbitral tribunal to continue the arbitral proceedings and to make its award. Absence of the Party to the dispute or failure of the Party to the dispute to defend its case shall not constitute a bar to the arbitral proceedings.

Rule 16: Pleas As To The Jurisdiction Of The Arbitral Tribunal

1. The arbitral tribunal shall have the power to rule on objections that it has no jurisdiction.

2. A plea that the arbitral tribunal does not have jurisdiction shall be raised not later than the date of the first hearing of the arbitral tribunal.

3. In general, the arbitral tribunal should rule on a plea concerning its jurisdiction as a preliminary question. However, the arbitral tribunal may proceed with the arbitration and rule on such a plea in its final award.

Rule 17: Award

1. The award of the arbitral tribunal shall be made in writing and confined to the subject-matter of the dispute. The arbitral tribunal shall set out in its award: (a) a descriptive section summarising the facts of the case and the arguments of the Parties to the dispute and Third Parties, if any; and (b) its rulings on the interpretation or application of the ASEAN Charter or any ASEAN instruments cited by the Parties to the dispute, and the reasons for such rulings.

2. Any member of the arbitral tribunal may attach a separate or dissenting opinion to the award.

3. The award shall be signed by the arbitrators and shall contain the date on which and the place where the award was made. The award shall state the reason for the absence of the signature of any arbitrator.

4. Copies of the award signed by the arbitrators shall be communicated by the arbitral tribunal to the Parties to the dispute and to the Secretary-General of ASEAN.

5. Where arbitration is directed by the decision of the ASEAN Coordinating Council pursuant to Article 9 of this Protocol, the arbitral tribunal shall notify the ASEAN Coordinating Council of its award.

2010 INSTRUMENT OF INCORPORATION OF THE RULES FOR REFERENCE OF UNRESOLVED DISPUTES TO THE ASEAN SUMMIT TO THE PROTOCOL TO THE ASEAN CHARTER ON DISPUTE SETTLEMENT MECHANISMS

Adopted in Ha Noi, Viet Nam on 27 October 2010

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), hereinafter collectively referred to as "Member States" or individually as "Member State";
RECALLING that the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms was signed on 8 April 2010, hereinafter referred to as "the Protocol";

BEARING IN MIND that the Protocol has not entered into force;

RECALLING ALSO that the Rules for Reference of Unresolved Disputes to the ASEAN Summit was adopted by the ASEAN Foreign Ministers on 27 October 2010 in Ha Noi;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1

The Annex of this Instrument, which is titled "Rules for Reference of Unresolved Disputes to the ASEAN Summit", shall be incorporated as Annex 5 to the Protocol and constitute an annex under Article 20 thereof

ARTICLE 2

1. This Instrument shall enter into force upon signature.

2. Annex 5 to the Protocol shall apply to any reference of unresolved disputes to the ASEAN Summit only upon the entry into force of the Protocol.

3. The instrument of ratification of the Protocol by any Member State shall also represent its consent to be bound by Annex 5 to the Protocol.

4. This Instrument shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN, who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Member State.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed the Instrument of Incorporation of the Rules for Reference of Unresolved Disputes to the ASEAN Summit to the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms.

DONE at Ha Noi, Viet Nam, on the Twenty-Seventh Day of October in the Year Two Thousand and Ten, in a single copy in the English language.

For Brunei Darussalam:
MOHAMED BOLKIAH
Minister of Foreign Affairs and Trade

For the Kingdom of Cambodia:
HOR NAMHONG
Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs and International Cooperation

For the Republic of Indonesia:
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Minister for Foreign Affairs

For the Lao People's Democratic Republic:
DR. THONGLOUN SISOULITH
Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs

For Malaysia:
DATUK RICHARD RIOT ANAK JAEM
Deputy Minister of Foreign Affairs

For the Union of Myanmar:
NYAN WIN
Minister for Foreign Affairs

For the Republic of the Philippines:
ALBERTO G. ROMULO
Secretary of Foreign Affairs

For the Republic of Singapore:
GEORGE YONG-BOON YEO
Minister for Foreign Affairs

For the Kingdom of Thailand
KASIT PIROMYA
Minister of Foreign Affairs

For the Socialist Republic of Viet Nam:
DR.PHAM GIA KHIEM
Deputy Prime Minister and Minister for Foreign Affairs

2012 INSTRUMENT OF INCORPORATION OF THE RULES FOR REFERENCE OF NON-COMPLIANCE TO THE ASEAN SUMMIT TO THE PROTOCOL TO THE ASEAN CHARTER ON DISPUTE SETTLEMENT MECHANISMS

Signed in Phnom Penh, the Kingdom of Cambodia on 2 April 2012

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the

Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN), hereinafter collectively referred to as "Member States" or individually as "Member State"·

RECALLING that the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms, hereinafter referred to as "the Protocol", was signed on 8 April 2010;

BEARING IN MIND that the Protocol has not entered into force;

RECALLING ALSO that the Rules for Reference of Non Compliance to the ASEAN Summit was adopted by the ASEAN Foreign Ministers on 2 April 2012 in Phnom Penh, Cambodia;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1

The Annex of this Instrument, which is titled "Rules for Reference of Non-Compliance to the ASEAN Summit", shall be incorporated as Annex 6 to the Protocol and constitute an annex under Article 20 thereof.

ARTICLE 2

1. This Instrument shall enter into force upon signature.

2. Annex 6 to the Protocol shall be applicable upon the entry into force of the Protocol.

3. The Instrument of Ratification of the Protocol by any Member State shall also represent its consent to be bound by Annex 6 to the Protocol.

4. This Instrument shall be deposited with the Secretary General of ASEAN, who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Member State.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Instrument of Incorporation of the Rules for Reference of Non-Compliance to the ASEAN Summit to the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms.

DONE at Phnom Penh, the Kingdom of Cambodia, on the Second Day of April in the Year Two Thousand and Twelve, in a single copy in the English language.

For Brunei Darussalam: **PEHIN DATO LIM JOCK SENG**, Minister of Foreign Affairs and Trade II

For the Kingdom of Cambodia: **HOR NAMHONG,** Deputy Prime Minister and Minister of Foreign Affairs and International Cooperation

For the Republic of Indonesia: **DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA,** Minister for Foreign Affairs

For the Lao People's Democratic Republic: **DR. THONGLOUN SISOULITH,** Deputy Prime Minister, Minister of Foreign Affairs.

For Malaysia: **DATO' SRI ANIFAH BIN HAJI AMAN,** Minister of Foreign Affairs

For the Republic of the Union of Myanmar: **WUNNA MAUNG LWIN,** Minister for Foreign Affairs

For the Republic of the Philippines: **ALBERT F. DEL ROSARIO,** Secretary of Foreign Affairs

For the Republic of Singapore: **K.SHANMUGAM,** Minister for Foreign Affairs and Minister for Law

For the Kingdom of Thailand: **SURAPONG TOVICHAKCHAIKUL**, Minister of Foreign Affairs

For the Socialist Republic of Viet Nam: PHAM BINH MINH, Minister for Foreign Affairs

ANNEX 5
RULES FOR REFERENCE OF UNRESOLVED DISPUTES TO THE ASEAN SUMMIT

These Rules have been made pursuant to the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms signed on 8 April 2010 in Ha Noi ("the Protocol") and are annexed to the Protocol.

Rule 1

An unresolved dispute under the Protocol shall be referred to the ASEAN Summit in the manner set out in the rules below.

Rule 2

A Party to the dispute may notify the ASEAN Coordinating Council of an unresolved dispute where:

1. the Parties to the dispute fail to carry out the direction of the ASEAN Coordinating Council as set out in Article 9 of the Protocol within 150 days in the case of arbitration, and 45 days in the case of good offices, mediation or conciliation, from the date of receipt of notification from the ASEAN Coordinating Council, or any extended timeline agreed to by the Parties;

2. the Parties to the dispute have carried out the direction of the ASEAN Coordinating Council but the dispute remains unresolved; or

3. the ASEAN Coordinating Council is unable to reach a decision on how the dispute is to be resolved pursuant to Paragraph 4 of Article 9 of this Protocol; or

4. the Parties to the dispute mutually decide that they are unable to resolve the dispute through the application of dispute settlement mechanisms as provided for under this Protocol which they have mutually agreed upon.

Rule 3

1. Upon receipt of a notification of an unresolved dispute pursuant to Rule 2, the ASEAN Coordinating Council shall inform all other Parties to the dispute of such notification.

2. Before an unresolved dispute as mentioned in Rule 2 is referred to the ASEAN Summit, the ASEAN Coordinating Council, within 45 days, may consider suggesting, recommending or providing assistance, as appropriate, to the Parties to the dispute to resolve the dispute through some other dispute settlement mechanisms provided for under this Protocol.

3. Where the ASEAN Coordinating Council makes any suggestion or recommendation or provides assistance to the Parties to the dispute pursuant to Paragraph 2 of this Rule, the Parties to the dispute may agree to resolve their dispute through some other dispute settlement mechanism. In such a case, the Parties to the dispute shall inform the ASEAN Coordinating Council of the agreement and the outcome of the dispute settlement mechanism utilised by them.

Rule 4

1. The ASEAN Coordinating Council shall refer the unresolved dispute to the ASEAN Summit within 90 days of the receipt of the notification pursuant to Rule 2 or any timeframe as deemed appropriate by the ASEAN Coordinating Council after the application of Paragraph 2 of Rule 3 or Paragraph 3 of Rule 3.

2. The reference to the ASEAN Summit pursuant to Paragraph 1 of this Rule, shall be accompanied by a report of the ASEAN Coordinating Council to the ASEAN Summit in order to facilitate the resolution of the dispute, and memoranda or submissions prepared by the respective Parties to the dispute at initial process of dispute settlement, if any.

3. The report of the ASEAN Coordinating Council to the ASEAN Summit shall contain the following information:

   (a) a summary of the dispute;

   (b) actions taken by the Parties to the dispute to resolve the dispute;

   (c) actions taken by the ASEAN Coordinating Council to resolve the dispute, including any action pursuant to Paragraph 2 of Rule 3;

   (d) any recommendations which the ASEAN Coordinating Council may wish to make to the ASEAN Summit on how the dispute may be resolved (which may include a recommendation that the dispute be referred to a panel of experts to advise the ASEAN Summit on the resolution of the dispute).

Rule 5

1. The Party to the dispute which has notified the ASEAN Coordinating Council of an unresolved dispute pursuant to Rule 2 above may, at any time when said Party considers that the dispute is no longer unresolved, withdraw its notification to the ASEAN Coordinating Council.

2. The Parties to the dispute may, at any time, inform the ASEAN Coordinating Council that they wish to jointly withdraw the reference of their unresolved dispute to the ASEAN Summit, with expressed explanation of such withdrawal which may specify that the dispute is no longer unresolved or that the dispute will be resolved in some other way.

ANNEX 6
RULES OF REFERENCE OF NON-COMPLIANCE TO THE ASEAN SUMMIT

These Rules have been made for the purpose of the Protocol to the ASEAN Charter on Dispute Settlement Mechanisms signed on 8 April 2010 in Ha Noi ("the Protocol") and pursuant to Paragraph 2 of Article 27 of the ASEAN Charter and are annexed to the Protocol.

Rule 1

(a) For the purpose of these Rules, "any Member State affected by non-compliance" shall mean any ASEAN Member State that is a Party to the dispute to which the instance of non-compliance relates.

(b) Any Member State affected by non-compliance with an arbitral award or settlement agreement resulting from good offices, mediation or conciliation under the Protocol, may refer the matter to the ASEAN Summit for a decision, through notification to the ASEAN Coordinating Council.

Rule 2

Upon receipt of the notification of non-compliance pursuant to Rule 1, the ASEAN Coordinating Council shall inform all other Member States that are Parties to the dispute to which the instance of non-compliance relates of such notification.

Rule 3

(a) Before a non-compliance is submitted to the ASEAN Summit, the ASEAN Coordinating Council shall attempt to facilitate consultations amongst the Member States that are Parties to the dispute to which the instance of non-compliance relates with a view to facilitating compliance with the arbitral award or settlement agreement without reference to the ASEAN Summit. Where such Member States have consulted amongst themselves they shall report the outcome of the consultation to the ASEAN Coordinating Council.

(b) The ASEAN Coordinating Council may authorise

the Chair of the ASEAN Coordinating Council, or some other person, to facilitate the consultations under Paragraph (a) of this Rule, and report to it the outcome of the consultations.

Rule 4

Any Member State affected by non-compliance may, at any time, withdraw its referral of non-compliance to the ASEAN Summit made under Paragraph (a) of Rule 1, including when that Member State is satisfied with the outcome of the consultations under Rule 3. Such withdrawal shall be made in writing.

Rule 5

(a) The ASEAN Coordinating Council shall refer the non-compliance to the ASEAN Summit within 90 days of the receipt of the notification pursuant to Rule 1 or within any other timeframe agreed by the Member States that are Parties to the dispute to which the instance of non-compliance relates.

(b) The referral by the ASEAN Coordinating Council to the ASEAN Summit of an instance of non-compliance shall be accompanied by a report of the ASEAN Coordinating Council setting out the following:

(i) the arbitral award or settlement agreement in question;

(ii) information provided by the relevant Parties to the dispute to which the instance of non-compliance relates, on actions taken to ensure compliance with the arbitral award or settlement agreement in question;

(iii) actions taken by the ASEAN Coordinating Council to facilitate consultations;

(iv) reference to the report of the Secretary-General of ASEAN submitted to the ASEAN Summit pursuant to Paragraph 1 of Article 27 of the ASEAN Charter, if any; and

(v) recommendations of the ASEAN Coordinating Council, if any.

ANEXO II
Traduções para língua portuguesa

PROTOCOLO DA CARTA DA ASEAN SOBRE MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a seguir designados coletivamente por "Estados Membros" ou individualmente por "Estado Membro",

CONSCIENTES do desejo dos Dirigentes da ASEAN de transformar a ASEAN numa organização baseada em regras, dotada de mecanismos práticos, eficazes e credíveis para resolver litígios de forma eficaz e atempada;

RECORDANDO a alínea d) do Parágrafo 2 do Artigo 2.º da Carta da ASEAN, segundo a qual a ASEAN e os seus Estados Membros atuarão em conformidade com o princípio da confiança na resolução pacífica dos litígios;

RECORDANDO AINDA o Parágrafo 2 do Artigo 22.º da Carta da ASEAN, que exige que a ASEAN mantenha e estabeleça mecanismos de resolução de litígios em todos os domínios da cooperação da ASEAN;

RECONHECENDO que, em conformidade com o Artigo 25.º da Carta da ASEAN, salvo disposição em contrário, serão criados mecanismos adequados de resolução de litígios relativos à interpretação ou aplicação da Carta da ASEAN e de outros instrumentos da ASEAN; e

CONVENCIDOS de que a existência de mecanismos credíveis de resolução de litígios ajudaria a ASEAN a evitar conflitos e confrontos entre os Estados Membros, preservando a atmosfera de cooperação para esforços concertados no sentido de construir uma Comunidade ASEAN pacífica e próspera;

ACORDARAM NO SEGUINTE:

ARTIGO 1.º
Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

a) Instrumento da ASEAN qualquer instrumento concluído pelos Estados Membros da ASEAN, sob forma escrita, que dê origem aos respetivos direitos e obrigações em conformidade com o direito internacional;

b) Parte Requerente significa qualquer Estado Membro que solicite a realização de consultas nos termos do Artigo 5.º do presente Protocolo:

c) Parte Requerida significa qualquer Estado Membro ao qual é apresentado um pedido de consulta nos termos do Artigo 5.º do presente Protocolo;

d) Partes no litígio significa a Parte Requerente e a Parte Requerida; e

e) Litígio Não Resolvido significa um litígio relativo à interpretação ou à aplicação da Carta da ASEAN ou de outros instrumentos da ASEAN que não tenha resolvido de comum acordo e após a aplicação e execução do artigo 9.º do presente Protocolo.

ARTIGO 2.º
Âmbito e Aplicação

1. O presente Protocolo aplica-se aos litígios relativos à interpretação ou à aplicação de:

(a) a Carta da ASEAN;

(b) outros instrumentos da ASEAN, exceto se já tiverem sido previstos meios específicos para a resolução desses litígios; ou

(c) outros instrumentos da ASEAN que prevejam expressamente a aplicação do presente Protocolo ou de parte do mesmo.

2. A alínea b) do Parágrafo 1 do presente Artigo não prejudica o direito de as Partes nesses litígios acordarem mutuamente na aplicação do presente Protocolo.

ARTIGO 3.º
Disposições gerais

1. O presente Protocolo deve ser interpretado de acordo com as regras habituais de interpretação dos tratados do direito internacional público.

2. As Partes no litígio são incentivadas, em todas as fases do litígio, a envidar todos os esforços para encontrar uma solução mutuamente acordada para o mesmo. Caso se chegue a uma solução mutuamente acordada, esta será notificada ao Secretário-Geral da ASEAN e aos outros Estados Membros.

ARTIGO 4.º
Comunicação e Períodos

1. Todas as comunicações, incluindo as notificações, os pedidos, as respostas e as consultas efetuadas nos termos do presente Protocolo devem ser por escrito e consideram-se recebidas se forem entregues fisicamente à Parte requerida por via diplomática.

2. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos no presente Protocolo não podem ser alterados por acordo mútuo das Partes em litígio.

ARTIGO 5.º
Consulta

1. A Parte Requerente pode solicitar a realização de consulta com a Parte Requerida sobre qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação da Carta da ASEAN ou de outros instrumentos da ASEAN. A Parte Requerida terá devidamente em conta o pedido de consulta apresentado pela Parte Requerente e a oportunidade de o fazer.

2. O pedido de consulta deve indicar o motivo do pedido, incluindo a identificação das questões que estão na origem do litígio e uma indicação da base jurídica da queixa. Uma cópia desse pedido é simultaneamente enviada ao Secretário-Geral da ASEAN, que o notifica a todos os outros Estados Membros.

3. Se for apresentado um pedido de consulta, a Parte Requerida responderá ao pedido no prazo de trinta (30) dias a contar da data da sua receção e iniciará as consultas no prazo de sessenta (60) dias a contar da data de receção do pedido de consulta, com vista a alcançar uma solução mutuamente acordada. A consulta deve estar concluída no prazo de noventa (90) dias, ou qualquer outro período mutuamente acordado pelas Partes no litígio, a contar da data de receção do pedido de consulta.

ARTIGO 6.º
Bons Ofícios, Mediação e Conciliação

1. As Partes em litígio podem, a qualquer momento, acordar em proceder a um procedimento de bons ofícios, de mediação ou de conciliação. O processo de bons ofícios, de mediação ou de conciliação pode ter início e ser encerrado em qualquer altura.

2. As Partes no litígio podem solicitar ao Presidente da ASEAN ou ao Secretário-Geral da ASEAN, agindo a título de ex officio, a prestação de bons ofícios, a mediação ou a conciliação.

3. Os processos que envolvam os bons ofícios, a mediação ou a conciliação, bem como as posições adotadas por qualquer das Partes no litígio durante esses processos, não prejudicarão os direitos de qualquer das Partes no litígio em qualquer outro processo.

4. (a) Os bons ofícios, a mediação ou a conciliação, dirigidos pelo Conselho de Coordenação da ASEAN às Partes em litígio, nos termos do Artigo 9.º do presente Protocolo, serão efetuados em conformidade com o presente Protocolo e com os Regulamentos dos Bons Ofícios, os Regulamentos de Mediação ou os Regulamentos de Conciliação anexos ao presente Protocolo.

(b) Os procedimentos de bons ofícios, mediação ou conciliação dirigidos pelo Conselho de Coordenação da ASEAN, nos termos do artigo 9.º do presente Protocolo, serão efetuados em conformidade com os Regulamentos de Bons Ofícios, os Regulamentos de Mediação ou os Regulamento de Conciliação, sob reserva das alterações que as Partes em litígio possam acordar por escrito.

ARTIGO 7.º
Funções dos Bons Ofícios, Mediação e Conciliação

1. As pessoas que prestem bons ofícios, mediação ou conciliação assistirão e facilitarão às Partes em litígio a obtenção de uma resolução amigável do litígio que as opõe, à luz das disposições pertinentes da Carta da ASEAN e/ou de quaisquer instrumentos da ASEAN.

2. Caso as Partes cheguem a uma resolução amigável do mesmo, deverão redigir e assinar um acordo de resolução por escrito.

3. Ao assinarem o acordo de resolução de litígios, as partes litígio põem termo ao litígio e ficam vinculadas ao acordo.

4. O acordo de resolução do litígio será em seguida no-

tificado pelas Partes em litígio ao Secretário-Geral da ASEAN, aos outros Estados Membros e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, sempre que este último tenha a direção dos bons ofícios, a mediação ou a conciliação.

ARTIGO 8.º
Pedido de Arbitragem

1. A Parte Requerente pode, mediante notificação por escrito dirigida à Parte Requerida, solicitar a constituição de um tribunal arbitral para resolver o litígio, se:

   a) a Parte Requerida não responder no prazo de trinta (30) dias a contar da data de receção do pedido de consulta;

   b) a Parte Requerida não iniciar as consultas no prazo de sessenta (60) dias a contar da data de receção do pedido de consulta; ou

   c) a consulta não resolver o litígio no prazo de noventa (90) dias, ou em qualquer outro período mutuamente acordado pelas Partes no litígio, a contar da data de receção do pedido de consulta.

2. Uma cópia da notificação será enviada ao Secretário-Geral da ASEAN, que notificará todos os outros Estados Membros desse pedido. A notificação deve conter um resumo dos fundamentos de facto e de direitodo pedido, suficiente para expor claramente o problema, incluindo as disposições da Carta da ASEAN ou do instrumento da ASEAN que o tribunal arbitral deve analisar.

3. A Parte Requerida manifestará o seu consentimento à constituição de um tribunal arbitral no prazo de quinze (15) dias a contar da data de receção da notificação da Parte Requerente. As Partes no litígio podem acordar em prorrogar o prazo para a Parte requerida exprimir o seu consentimento por um período máximo de trinta (30) dias a contar da data de receção da notificação da Parte requerente. A cópia da resposta enviada será enviada ao Secretário-Geral da ASEAN, que notificará todos os outros Estados Membros dessa resposta.

4. Se a Parte Requerida não concordar com o pedido de constituição de um tribunal arbitral ou falhar em responder no prazo especificado no Parágrafo 3 do presente Artigo, a Parte Requerente pode submeter o litígio ao Conselho de Coordenação da ASEAN.

ARTIGO 9.º
Referência ao Conselho de Coordenação da ASEAN

1. Sempre que um litígio seja submetido ao Conselho de Coordenação da ASEAN nos termos do Parágrafo 4 do Artigo 8.º, o Conselho de Coordenação da ASEAN pode instruir as Partes em litígio no sentido de resolverem o seu litígio através de bons ofícios, mediação, conciliação ou arbitragem.

2. O Conselho de Coordenação da ASEAN notificará a sua decisão às Partes no litígio no prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar da data em que o litígio lhe foi submetido. O Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN determinará os processos através dos quais o Conselho de Coordenação da ASEAN tomará a sua decisão. Esses processos podem incluir consultas por correspondência, correio eletrónico, videoconferência ou outros meios. O Conselho de Coordenação da ASEAN pode, em circunstâncias excepcionais, decidir convocar uma reunião extraordinária urgente do Conselho de Coordenação da ASEAN para decidir sobre o litígio.

3. Se o Conselho de Coordenação da ASEAN considerar que não pode uma decisão sobre o litígio no prazo especificado no Parágrafo 2 do presente Artigo para notificar as Partes no litígio da sua decisão, pode decidir prorrogar esse prazo por um período não superior a trinta (30) dias e informará as Partes no litígio em conformidade.

4. Se o Conselho de Coordenação da ASEAN não conseguir chegar a uma decisão sobre a forma de resolver o litígio no prazo especificado no Parágrafo 2 do presente Artigo para notificar as Partes no litígio, ou num prazo mais alargado, qualquer Parte no litígio pode submetê-lo à Cimeira da ASEAN como um litígio não resolvido, em conformidade com o artigo 26.o da Carta da ASEAN.

ARTIGO 10.º
Arbitragem

1. A arbitragem, resultante do consentimento mútuo das Partes em litígio ou de uma instrução do Conselho de Coordenação da ASEAN, será efetuada em conformidade com o presente Protocolo e com as regras de Arbitragem anexas ao presente Protocolo.

2. Os procedimentos de arbitragem são efetuados em conformidade com os Regulamentos de Arbitragem anexo ao presente Protocolo, sob reserva as alterações que as Partes em litígio possam acordar por escrito.

ARTIGO 11.º
Árbitros

1. O número de árbitros e as modalidades da sua nomeação ou substituição são fixados nos Regulamentos de Arbitragem anexo ao Protocolo.

2. Todos os árbitros devem:

   (a) possuir conhecimentos ou experiência em direito, noutras matérias abrangidas pela Carta da ASEAN ou pelo instrumento pertinente da ASEAN, ou na resolução de litígios decorrentes de acordos internacionais;

   (b) ser escolhidos estritamente com base na objetividade, fiabilidade e bom senso;

(c) ser independente de qualquer das Partes no litígio, não estar associado a nenhuma delas nem receber instruções das mesmas;

(d) não ter tratado do assunto a qualquer título; e

(e) revelar, às Partes no litígio, informações que possam suscitar dúvidas justificadas quanto à sua independência ou imparcialidade.

3. O Presidente tribunal arbitral não deve ser nacional de nenhuma das Partes no litígio e deve ser, de preferência, nacional de um Estado Membro.

ARTIGO 12.º
Funções do Tribunal Arbitral

O tribunal arbitral examina os factos do processo que lhe é submetido e decide-o à luz das disposições pertinentes da Carta da ASEAN e/ou do instrumento da ASEAN invocado pelas Partes em litígio para resolver o litígio que as opõe, fundamentando as suas decisões.

ARTIGO 13.º
Terceiro

1. Qualquer Estado Membro que tenha notificado os seus interesses substanciais numa questão em litígio no prazo de trinta (30) dias a contar notificação da resposta da Parte Requerida consentindo com o pedido de constituição de um tribunal arbitral nos termos do Parágrafo 3 do Artigo 8.º ou da notificação da decisão do Conselho de Coordenação da ASEAN que ordena às Partes no litígio que resolvam o seu litígio através de arbitragem nos termos do Artigo 9,o, terá os direitos e obrigações do Terceiro

2. O Terceiro terá a oportunidade de ser ouvido pelo tribunal arbitral e de apresentar as suas observações ao tribunal arbitral. Estas observações serão igualmente comunicadas às Partes no litígio e refletir-se-ão na decisão do tribunal arbitral.

3. A Terceira Parte receberá das Partes no litígio as suas propostas para a primeira reunião substantiva do tribunal arbitral.

ARTIGO 14.º
Legislação aplicável

1. O tribunal arbitral aplicará as disposições da Carta da ASEAN e de outros instrumentos da ASEAN, bem como as regras aplicáveis de direito internacional público.

2. O tribunal arbitral aplicará outras regras de direito aplicáveis às questões de fundo do litígio ou decidirá um caso ex aequo et bono, se assim for acordado Partes no litígio.

ARTIGO 15.º
Decisão Arbitral

1. A decisão do tribunal arbitral será definitiva e vinculativa para as Partes em litígio. Deverá ser integralmente cumprida pelas Partes no litígio.

2. A decisão do tribunal arbitral não aumenta nem diminui os direitos e obrigações previstos na Carta da ASEAN ou em qualquer outro instrumento relevante da ASEAN.

ARTIGO 16.º
Cumprimento da Decisão Arbitral e do do Acordo de Resolução de Litígios

1. As partes em litígio cumprirão as decisões arbitrais e os acordos de resolução de litígios resultantes dos bons ofícios, da mediação e da conciliação

2. Qualquer Parte no litígio que tenha de cumprir uma decisão arbitral ou um acordo de resolução de litígios apresentará ao Secretário-Geral da ASEAN um relatório escrito sobre a situação, indicando o grau de cumprimento da decisão arbitral ou do acordo de resolução de litígios.

ARTIGO 17.º
Custos

1. Os custos da arbitragem ao abrigo do presente Protocolo serão suportados pelas Partes em litígio, em conformidade com o Regulamento de Arbitragem anexo ao presente Protocolo.

2. Os custos dos bons ofícios, da mediação e da conciliação serão determinados pelas pessoas que prestam os bons ofícios, a mediação e a conciliação, em consulta e com o acordo das Partes em litígio, e serão suportados em partes iguais pelas Partes em litígio. Todas as outras despesas incorridas por uma Parte no litígio serão suportadas por essa Parte.

ARTIGO 18.º
Funções do Secretariado da ASEAN

1. O Secretariado da ASEAN tem a responsabilidade de assistir os tribunais arbitrais e as pessoas que prestam bons ofícios, mediação e conciliação, especialmente no que respeita aos aspetos jurídicos, históricos e processuais das questões tratadas, e de prestar apoio técnico e de secretariado.

2. As despesas de apoio do Secretariado da ASEAN serão suportadas pelas Partes no litígio.

ARTIGO 19.º
Disposições finais

1. O presente Protocolo será assinado por todos os Estados Membros.

2. O presente Protocolo será sujeito a ratificação por todos os Estados Membros, em conformidade com os respetivos procedimentos internos,

3. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que notificará imediatamente todos os Estados Membros de cada depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor no dia seguinte à data de depósito do décimo instrumento de ratificação junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Estado Membro.

ARTIGO 20.º
Anexos

1. Todos os Anexos do presente Protocolo são partes integrantes do mesmo.

2. Em caso de conflito entre o presente Protocolo e qualquer dos seus Anexos, prevalece o presente Protocolo.

ARTIGO 21.º
Alterações

1. Qualquer Estado Membro pode propor alterações ao presente Protocolo e/ou a qualquer dos Anexos ao Comité de Representantes Permanentes junto da ASEAN.

2. As propostas de alteração do presente Protocolo e/ou de qualquer dos Anexos são apresentadas, por consenso, pelo Comité de Representantes Permanentes junto da ASEAN ao Conselho de Coordenação da ASEAN.

3. As alterações ao presente Protocolo e/ou a qualquer dos Anexos adotadas por consenso pelo Conselho de Coordenação da ASEAN serão ratificadas por todos os Estados Membros, em conformidade com os respetivos procedimentos internos.

4. As alterações entrarão em vigor no trigésimo dia seguinte à data de depósito do décimo instrumento de ratificação junto do Secretário-Geral da ASEAN.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo à Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Litígios.

FEITO em Ha Noi, Vietname, no Oitavo Dia do mês de abril do Ano de Dois Mil e Dez, num único exemplar em Língua Inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[observa-se uma assinatura]
MOHAMED BOLKIAH
Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio

Pelo Governos do Reino do Camboja:
[observa-se uma assinatura]
HOR NAM HONG
Vice-Primeiro-Ministro e
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional

Pelo Governo da República da Indonésia:
[observa-se uma assinatura]
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[observa-se uma assinatura]
DR. THONGLOUN SISOULITH
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da Malásia:
[observa-se uma assinatura]
TAN SRI RASTAM MOHD ISA
Secretário-Geral
Ministério dos Negócios Estrangeiros da Malásia

Pelo Governo da União de Myanmar:
[observa-se uma assinatura]
NYAN WIN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República das Filipinas:
[observa-se uma assinatura]
ERLINDA F. BASILIO
Subsecretária, Ministério dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República de Singapura:
[observa-se uma assinatura]
GEORGE YONG-BOON YEO
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[observa-se uma assinatura]
KASIT PIROMYA
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República Socialista do Vietname
[observa-se uma assinatura]
DR. PHAM GIA KHIEM
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros

ANEXO 1

Regras dos Bons Ofícios

Regra 1: Início

1. Se o Conselho de Coordenação da ASEAN decidir que o litígio ser resolvido por meio de bons ofícios, solicitará ao Presidente da ASEAN ou ao Secretário-Geral da ASEAN, agindo na capacidade de ex officio, ou a uma pessoa idónea que preste bons ofícios. As referências nos presentes Regulamentos a "pessoa que presta bons ofícios" devem ser interpretadas como incluindo "pessoas que prestam bons ofícios" quando mais de uma pessoa presta bons ofícios.

2. A pessoa que presta bons ofícios comunicará diretamente com as Partes em litígio, que lhe prestarão toda a assistência necessária para lhe permitir cumprir as suas responsabilidades.

Regra 2: Papel da pessoa que presta bons ofícios

A pessoa que presta os bons ofícios assistirá as Partes no litígio de forma independente, neutra e imparcial, a fim de resolver o litígio.

Regra 3: Conduta da pessoa que presta bons ofícios

A pessoa que presta os bons ofícios pode proceder da forma que considerar adequada, tendo em conta as circunstâncias do caso e os desejos que as Partes no litígio possam manifestar.

Regra 4: Confidencialidade

Salvo acordo em contrário das Partes no litígio, a pessoa que presta os bons ofícios e as Partes no litígio manterão a confidencialidade dos assuntos relacionados com o processo de bons ofícios.

Regra 5: Cessação

1. Os bons ofícios cessarão:

   (a) na data de uma comunicação escrita das Partes no litígio dirigida ao Conselho de Coordenação da ASEAN, indicando que o litígio foi resolvido;

   (b) na data de uma comunicação escrita da pessoa que prestou os bons ofícios, após consulta das Partes no litígio, dirigida ao Conselho de Coordenação da ASEAN, segundo a qual já não é necessário ou justificado continuar a prestar os bons ofícios;

   (c) na data de uma comunicação escrita das Partes no litígio dirigida à pessoa que prestou os bons ofícios e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, no sentido de cessar o exercício dos bons ofícios; ou

   (d) na data de uma comunicação escrita de uma Parte no litígio dirigida à outra Parte no litígio, à pessoa que prestou bons ofícios e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, no sentido de cessar o exercício dos bons ofícios.

ANEXO 2

Regras de Mediação

Regra 1: Nomeação do mediador

Haverá um mediador. As Partes no litígio chegarão a acordo quanto ao nome do mediador. As Partes no litígio nomearão o mediador no prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar da data de receção da notificação do Conselho de Coordenação da ASEAN da sua decisão de instruir as Partes no litígio para resolverem o litígio através da mediação, e notificarão o Conselho de Coordenação da ASEAN em conformidade. As Partes no litígio podem escolher um mediador da lista elaborada e mantida pelo Secretário-Geral da ASEAN em conformidade com a Regra 5 dos Regulamentos de Arbitragem.

Regra 2: Papel do mediador

O mediador ajudará a facilitar a comunicação e a negociação entre as Partes em litígio e assisti-las-á de forma independente, neutra e imparcial, com vista à resolução do litígio.

Artigo 3: Representação e assistência

As Partes em litígio poderão ser representadas ou assistidas por pessoas da sua escolha. Os nomes e endereços dessas pessoas deverão ser comunicados à outra Parte no diferendo e ao mediador. Esta comunicação deverá especificar se a nomeação é efectuada para efeitos de representação ou de assistência.

Regra 4: Comunicação entre o mediador e as Partes em litígio

O mediador pode convidar as Partes em litígio a reunir-se com ele ou pode comunicar com elas oralmente ou por escrito. O mediador pode reunir-se ou comunicar com as Partes no diferendo em conjunto ou com cada uma separadamente.

Regra 5: Condução da mediação

A mediação será conduzida da forma acordada pelas Partes no diferendo. Se, e na medida em que, as Partes no diferendo não tiverem chegado a esse acordo, o mediador determinará, em conformidade com o presente Protocolo e o presente Regulamento, a forma como a mediação será.

Artigo 6: Divulgação de informações

Quando o mediador receber informações factuais relativas ao litígio de uma Parte no litígio, poderá revelar o conteúdo dessas informações à outra no litígio, a fim de que esta tenha a oportunidade de responder. No entanto, quando uma Parte no diferendo fornecer qualquer informação ao mediador sob a condição específica de a manter confidencial, o mediador não divulgará essa informação à outra Parte no litígio.

Regra 7: Confidencialidade

Salvo acordo em contrário das Partes no litígio, o mediador e as Partes no litígio manterão a confidencialidade de todas as questões relacionadas com o processo de mediação.

Regra 8: Encerramento do processo de mediação

1. O processo de mediação é encerrado:

   (a) na data da assinatura do acordo de resolução de litígios pelas Partes no litígio;

   (b) na data de uma comunicação escrita do mediador, após consulta das Partes no litígio, dirigida ao Conselho Coordenador da ASEAN, segundo a qual já não são necessários ou justificados novos esforços de mediação;

   (c) na data de uma comunicação escrita das Partes no litígio dirigida ao mediador e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, indicando que o processo de mediação foi encerrado; ou

   (d) na data de uma comunicação escrita de uma Parte no litígio à outra Parte no litígio, ao mediador, se este tiver sido nomeado, e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, indicando que o processo de mediação foi encerrado.

ANEXO 3

Regras de Conciliação

Regra 1: Nomeação dos conciliadores

1. Haverá um conciliador, exceto se as Partes em litígio acordarem na existência de dois ou três conciliadores. As Partes litígio nomearão o conciliador num prazo de quarenta e cinco (45) dias a contar da data de receção da notificação do Conselho Coordenador da ASEAN da sua decisão de instruir as Partes no litígio a resolverem o litígio através da conciliação e notificará o Conselho Coordenador da ASEAN em conformidade. As Partes no litígio podem escolher um dos membros da lista elaborada e atualizada pelo Secretário-Geral da ASEAN em conformidade com a Regra 5 do Regulamento de Arbitragem.

2. Quando houver mais do que um conciliador, estes deverão, regra geral, atuar conjuntamente. As referências a "conciliador" nas presentes Regras devem ser interpretadas de modo a incluir "conciliadores" quando as Partes no diferendo tiverem acordado que haverá dois ou três conciliadores.

3. (a) Nos processos de conciliação com um único conciliador, as Partes em litígio esforçar-se-ão por chegar a acordo sobre o nome do único conciliador;

   (b) Nos processos de conciliação com dois conciliadores, cada Parte no litígio deve nomear um conciliador;

   (c) Nos processos de conciliação com três conciliadores, cada Parte em litígio nomeará um conciliador. As Partes litígio esforçar-se-ão por chegar a acordo sobre o nome do terceiro conciliador.

Regra 2: Apresentação de declarações ao conciliador

1. O conciliador, após a sua nomeação, solicitará a cada uma das Partes em litígio que lhe apresente uma breve declaração escrita descrevendo a natureza geral do litígio e os pontos em causa. Cada Parte em litígio enviará uma cópia da sua declaração à outra Parte em litígio,

2. O conciliador pode solicitar a cada uma das Partes no litígio que lhe apresente uma nova declaração escrita da sua posição e dos factos e fundamentos que a sustentam, complementada por quaisquer documentos e outros elementos de prova que considere adequados. A Parte em litígio enviará uma cópia da sua declaração à outra Parte em litígio.

3. Em qualquer fase do processo de conciliação, o conciliador pode solicitar a qualquer das Partes em litígio que lhe apresente as informações adicionais que considere adequadas.

Artigo 3: Representação e assistência

As Partes em litígio podem ser representadas ou assistidas por pessoas da sua escolha. Os nomes e endereços dessas pessoas serão comunicados à outra Parte no litígio e ao conciliador. Essa comunicação deverá especificar se a nomeação é feita para efeitos de representação ou de assistência.

Regra 4: Papel do conciliador

1. O conciliador assistirá as Partes em litígio de forma independente, neutra e imparcial, com o objetivo de resolver o litígio.

2. O conciliador deve guiar-se por princípios de objetividade, equidade e justiça, tendo em conta, entre outros aspetos, os direitos e obrigações das Partes no litígio e as circunstâncias que o rodeiam, incluindo quaisquer práticas anteriores entre as Partes no litígio.

3. O conciliador pode, em qualquer fase do processo de conciliação, apresentar propostas de resolução do litígio. Essas propostas não precisam de ser apresentadas por escrito e não precisam de ser acompanhadas de uma declaração dos motivos que as justificam.

Regra 5: Comunicação entre o conciliador e as Partes no processo disputa

O conciliador pode convidar as Partes em litígio a reunir-se com ele ou ela, ou pode comunicar com as Partes, oralmente ou por escrito. Pode reunir-se ou comunicar com as partes em litígio em conjunto ou com cada uma delas separadamente.

Regra 6: Condução da conciliação

O conciliador pode conduzir o processo de conciliação da forma que considerar adequada, tendo em conta as

circunstâncias do caso, os desejos das Partes em litígio que possam ser expressos, incluindo qualquer solicitação de uma Parte no litígio para que o conciliador ouça declarações orais, e qualquer necessidade especial de resolução célere do litígio, bem como as disposições deste Protocolo e destas Regras.

Regra 7: Divulgação de informações

Quando o conciliador receber informações factuais relativas ao litígio de uma das partes no litígio, poderá divulgar o conteúdo dessas informações à outra parte, de forma a possibilitar que esta tenha a oportunidade de se pronunciar. Contudo, quando uma das partes fornecer informações ao conciliador com a condição específica de que sejam mantidas confidenciais, o conciliador não poderá divulgar essas informações à outra parte no litígio.

Regra 8: Cooperação das Partes com o conciliador

As Partes em litígio deverão cooperar de boa-fé com o conciliador e, em particular, deverão esforçar-se por cumprir os pedidos do conciliador para submeter documentos por escrito, fornecer provas e comparecer a reuniões.

Regra 9: Sugestões das Partes para a resolução do litígio

Uma das Partes em litígio poderá, por iniciativa própria ou a convite do conciliador, submeter sugestões para a resolução do litígio ao conciliador.

Regra 10: Acordo de Resolução

1. Quando o conciliador entender que existem elementos de uma resolução que possam ser aceitáveis para as Partes em litígio, deverá formular os termos de uma possível resolução e submetê-los às partes para suas observações. Após receber as observações das Partes em litígio, o conciliador poderá reformular os termos da possível resolução à luz de tais observações.

2. Se as Partes chegarem a um acordo sobre a resolução do litígio, deverão redigir e assinar um acordo de resolução por escrito. Se solicitado pelas Partes em litígio, o conciliador deverá redigir ou auxiliar as Partes em litígio na elaboração do acordo de resolução.

Regra 11: Confidencialidade

Salvo se as Partes acordarem de outra forma, o conciliador e as Partes em litígio deverão manter confidenciais todas as questões relativas ao processo de conciliação.

Regra 12: Término do processo de conciliação

O processo de conciliação será encerrado:

a) na data da assinatura do acordo de resolução pelas Partes em litígio;

b) na data de uma comunicação por escrito do conciliador, após consulta com as Partes em litígio, dirigida ao Conselho Coordenador da ASEAN, indicando que esforços adicionais de conciliação não são mais necessários ou justificáveis;

c) na data de uma comunicação por escrito das Partes em litígio dirigida ao conciliador e ao Conselho Coordenador da ASEAN, indicando que o processo de conciliação foi encerrado; ou

d) na data de uma comunicação por escrito de uma Parte em litígio para a outra Parte em litígio, ao conciliador, se nomeado, e ao Conselho Coordenador da ASEAN, indicando que o processo de conciliação foi encerrado.

Regra 13: Papel do conciliador em outros processos

As Partes em litígio e o conciliador acordam que, salvo se as Partes em litígio acordarem de outra forma, o conciliador não atuará como árbitro ou como representante ou advogado de uma das Partes em litígio em qualquer processo arbitral ou judicial relacionado com o litígio que seja objeto do processo de conciliação. As Partes em litígio também concordam que não apresentarão o conciliador como testemunha em tais processos.

Regra 14: Admissibilidade de provas em outros processos

As Partes em litígio concordam em não se basear nem apresentar como prova em qualquer processo arbitral ou judicial, seja ou não relacionado com o litígio objeto da conciliação, as seguintes questões:

a) as opiniões expressas ou as sugestões feitas pela outra Parte em litígio em relação a uma possível resolução do litígio;

b) as admissões feitas pela outra Parte em litígio no decorrer do processo de conciliação;

c) as propostas feitas pelo conciliador;

d) o fato de a outra Parte em litígio ter indicado a sua disposição em aceitar uma proposta de resolução feita pelo conciliador.

ANEXO 4

Regras de Arbitragem

Regra 1: Nomeação dos árbitros

1. O tribunal arbitral é composto por três árbitros.

2. Cada Parte em litígio deverá nomear um árbitro e notificar a outra Parte no litígio no prazo de trinta (30) dias a contar da data de receção da resposta da Parte Requerida consentindo com o pedido de arbitragem ou quarenta e cinco (45) dias a contar da data de receção da notificação do Conselho de Coordenação da ASEAN da sua decisão de instruir as Partes no litígio para resolverem o litígio através de arbitragem.

3. Se uma Parte emlitígio não nomear um árbitro no prazo referido no Parágrafo 2 da presente Regra, a outra Parte em litígio que nomeou um árbitro pode, no prazo de quinze (15) dias a contar do termo desse prazo, solic-

itar ao Secretário-Geral da ASEAN que nomeie o segundo árbitro. O Secretário-Geral da ASEAN, no prazo de quinze (15) dias a contar da data de receção desse pedido, em consulta com a Parte no diferendo que não nomeou um árbitro, nomeará o segundo árbitro e notificará as Partes no diferendo dessa nomeação. Nesse caso, o árbitro será preferencialmente selecionado da lista a ser mantida em conformidade com a Regra 5.

4. (a) As Partes no litígio acordarão na nomeação do terceiro árbitro no prazo de trinta (30) dias a contar da data de receção da notificação da nomeação do segundo árbitro e notificarão imediatamente o Secretário-Geral da ASEAN dessa nomeação.

(b) Se as Partes no litígio não o fizerem, qualquer Parte no litígio pode solicitar ao Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN que nomeie o terceiro árbitro. No prazo de quinze (15) dias a contar da data de receção desse pedido, o Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN nomeará o terceiro árbitro, com base na recomendação do Secretário-Geral da ASEAN, após consulta do Comité de Representantes Permanentes da ASEAN, e notificará imediatamente o Secretário-Geral da ASEAN e as Partes no litígio dessa nomeação.

(c) O terceiro árbitro presidirá ao tribunal arbitral.

(d) Ao proceder a uma nomeação nos termos da alínea b) do parágrafo 4 da presente Regra, o Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN nomeia um nacional de um Estado Membro da ASEAN, que pode constar da lista a manter em conformidade com a Regra 5, a menos que conclua que circunstâncias excecionais exijam outra solução.

(e) Se o Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN for nacional de uma das Partes no litígio, a nomeação do terceiro árbitro será efetuada pelo Presidente seguinte do Conselho de Coordenação da ASEAN que não seja nacional de uma das Partes no litígio.

5. A data de constituição do tribunal arbitral será a data em que o terceiro árbitro for nomeado. O Secretário-Geral da ASEAN notificará prontamente todos os Estados Membros dessa data.

6. O árbitro substituto será nomeado da mesma forma que a prescrita para a nomeação do árbitro inicial e os mesmos poderes e deveres que o árbitro inicial. Os trabalhos tribunal arbitral serão suspensos até que o árbitro substituto seja nomeado.

Regra 2: Impugnação de um árbitro

1. Um candidato a árbitro revelará àqueles que o contactarem no âmbito de uma eventual nomeação quaisquer circunstâncias suscetíveis de suscitar dúvidas justificadas quanto à sua imparcialidade ou independência. Uma vez nomeado, o árbitro revelará essas circunstâncias às Partes no litígio, exceto se estas já tiverem sido informadas por ele.

2. Qualquer árbitro pode ser contestado se existirem circunstâncias que dêem origem a dúvidas justificadas quanto à sua imparcialidade ou independência.

3. Uma Parte no litígio pode contestar o árbitro nomeado por essa Parte apenas por razões de que tenha conhecimento após a nomeação.

4 Uma Parte no litígio que pretenda impugnar um árbitro deverá enviar uma notificação da sua impugnação no prazo de trinta (30) dias a contar da data de receção da notificação nomeação árbitro impugnado ou no prazo de trinta (30) dias após as circunstâncias referidas nos Parágrafos 1 a 3 da presente Regra terem chegado ao conhecimento dessa Parte no litígio.

5. A impugnação será notificada à outra Parte no litígio, ao árbitro que é impugnado e aos outros membros do tribunal arbitral. A notificação deve indicar os motivos da impugnação.

6. Quando um árbitro tiver sido contestado por uma Parte no litígio, a outra Parte no litígio pode concordar com a contestação. O árbitro também pode, após a contestação, retirar-se do tribunal arbitral. Em nenhum dos casos tal implica a aceitação da validade dos fundamentos da impugnação. Em ambos os casos, o procedimento previsto na Regra 1 será utilizado na íntegra para a nomeação do árbitro substituto, mesmo que, durante o processo de nomeação do árbitro impugnado, uma Parte no litígio não tenha exercido o seu direito de nomear ou de participar na nomeação.

7. Se a outra Parte no litígio não concordar com a impugnação e o árbitro impugnado não se retirar, a decisão sobre a impugnação será tomada por:

(a) o Secretário-Geral da ASEAN, em consulta com o Comité de Representantes Permanentes junto da ASEAN, se a nomeação tiver sido feita em conformidade com os parágrafos 2 e 3 da Regra 1.

(b) o Presidente do Conselho de Coordenação da ASEAN, por recomendação do Secretário-Geral da ASEAN, após consulta do Comité de Representantes Permanentes junto da ASEAN, quando a nomeação for feita nos termos do parágrafo 4 da Regra 1.

8. Se a impugnação for aceite, nomeado um árbitro substituto de acordo com os procedimentos aplicáveis à nomeação de um árbitro, conforme previsto na Regra 1.

Regra 3: Substituição de um árbitro

1. Em caso de morte ou renúncia de um árbitro no decurso do processo arbitral, será nomeado um árbitro substituto em conformidade com procedimento previsto na Regra 1 aplicável à nomeação do árbitro substituído. A renúncia de um árbitro deve ser dirigida ao tribunal

arbitral e notificada ao Secretário-Geral da ASEAN e às Partes no litígio, e só produzirá efeitos se o tribunal arbitral determinar que existem razões suficientes para aceitar a renúncia. Se o tribunal arbitral assim o determinar, a renúncia produzirá efeitos na data designada pelo tribunal arbitral. No caso de um árbitro cuja renúncia não seja aceite pelo tribunal não participar na arbitragem, aplica-se o parágrafo 3 da presente Regra.

2. No caso de um árbitro falhar em atuar ou de impossibilidade de jure ou de facto de exercer as suas funções, aplica-se o procedimento relativo à recusa e substituição de um árbitro previsto na Regra 2 e parágrafo 1 da presente Regra, sujeito ao parágrafo 3 da presente Regra.

3. Se um árbitro não participar na arbitragem, os outros árbitros, salvo acordo em contrário das Partes em litígio, terão o poder de, segundo o seu critério exclusivo, prosseguir a arbitragem e de tomar qualquer decisão, sentença ou acórdão, não obstante a falta de presença de um árbitro. Ao determinarem se devem prosseguir a arbitragem ou proferir qualquer decisão, sentença ou acórdão sem a participação de um árbitro, os outros árbitros terão em conta a fase da arbitragem, a razão, se existir, expressa pelo árbitro para a sua falta de participação e outras questões adequadas às circunstâncias do caso. Se os outros árbitros decidirem não continuar a arbitragem sem o árbitro não participante, o tribunal arbitral declarará o cargo vago e um árbitro substituto será nomeado de acordo com os procedimentos aplicáveis à nomeação de um árbitro, conforme previsto na Regra 1.

Regra 4: Repetição de audições

Se, nos termos da Regra 2 ou 3, o Presidente do tribunal arbitral for substituído, todas as audiências realizadas anteriormente serão repetidas. Se qualquer outro árbitro for substituído, as audiências realizadas anteriormente poderão ser repetidas, a critério do tribunal arbitral.

Regra 5: Lista de pessoas que podem atuar como árbitros

1. Será elaborada e mantida pelo Secretário-Geral da ASEAN uma lista de pessoas com as qualificações previstas nos parágrafos 2 e 3 do Artigo 11.º do presente Protocolo, de entre as quais poderão ser nomeados árbitros, se for caso disso, que manterá os Estados Membros informados de qualquer alteração da lista. Cada Estado Membro tem direito a apresentar dez candidaturas.

2. Um Estado Membro pode retirar qualquer das suas candidaturas da lista. Essa retirada não afeta as nomeações já efetuadas.

3. Se, em qualquer momento, o número de pessoas designadas por um Estado Membro na lista for inferior a dez, esse Estado Membro tem o direito de efetuar novas designações, se necessário.

Regra 6: Processo aplicável a casos que envolvam mais de dois Estados Membros

1. Quando mais de dois Estados Membros estiverem envolvidos num litígio relacionado com a mesma matéria, poderá ser constituído um único tribunal arbitral, cujo número de árbitros será objeto de um acordo ad hoc de todos os Estados Membros envolvidos no litígio, para examinar essas queixas. Nesse caso, os procedimentos previstos no presente Regulamento serão aplicados na maior medida possível.

2. O tribunal arbitral único organizará a sua apreciação e proferirá a sua decisão de modo a que os direitos de que as Partes no litígio teriam beneficiado se os tribunais arbitrais distintos tivessem apreciado as queixas não sejam de modo algum prejudicados.

Regra 7: Terceiro

As Partes em litígio podem acordar conceder direitos adicionais aos previstos no Artigo 13.º do presente Protocolo a um Terceiro no que respeita à participação em processos arbitrais. Ao conceder direitos adicionais, as Partes no litígio podem impor condições. Salvo acordo em contrário das Partes no litígio, o tribunal arbitral não concederá quaisquer direitos adicionais a qualquer Terceiro relativamente à participação no processo arbitral.

Regra 8: Procedimentos arbitrais

1. O tribunal arbitral aplicará os procedimentos previstos no presente regulamento. O tribunal arbitral pode adotar procedimentos adicionais que não sejam contrários ao presente Protocolo ou ao presente regulamento

2. O tribunal arbitral deve, logo que possível, no prazo de quinze(15) dias a contar da data da sua constituição, fixar o calendário do processo arbitral. O processo arbitral, desde a data da constituição do tribunal arbitral até à data da sentença final, não excederá o período de seis meses, salvo acordo em contrário das Partes em litígio.

3. Cada Parte no litígio terá a oportunidade de expor por escrito os factos da sua causa, os seus argumentos e contra-argumentos. O calendário fixado pelo tribunal arbitral incluirá os prazos para a apresentação das alegações das Partes em litígio e de Terceiros.

4. O calendário fixado pelo tribunal arbitral deve prever, pelo menos, uma audiência para que as Partes no litígio apresentem seu caso ao tribunal arbitral.

5. O tribunal arbitral consultará regularmente as Partes no litígio e proporcionará oportunidades adequadas para o desenvolvimento de uma solução mutuamente acordada para o litígio.

Regra 9: Suspensão do processo

As Partes no litígio podem acordar que o tribunal arbitral suspenda os seus trabalhos em qualquer altura por um período não superior a doze (12) meses a contar da data desse acordo. Durante este período, o processo arbitral suspenso será retomado a pedido de qualquer Parte no

litígio. Se os trabalhos do tribunal arbitral tiverem sido suspensos de forma contínua por um período superior a doze (12) meses, o tribunal arbitral cessará as suas atividades, salvo acordo em contrário das Partes no litígio.

Regra 10: Liquidação ou outros motivos de rescisão

1. Se, antes de ser proferida a sentença, as Partes no litígio chegarem a acordo sobre uma solução para o litígio, o tribunal arbitral emitirá uma ordem para pôr termo ao processo arbitral ou, se tal for solicitado pelas Partes no litígio e aceite pelo tribunal arbitral, registará a solução sob a forma de uma sentença arbitral nos termos acordados. O tribunal arbitral não é obrigado a fundamentar essa decisão.

2. Se, antes de ser proferida a sentença arbitral, a continuação do processo arbitral se tornar desnecessária ou impossível por qualquer razão não mencionada no parágrafo 1 da presente Regra, o tribunal arbitral informará as Partes em litígio da sua intenção de emitir uma ordem de encerramento do processo arbitral. O tribunal arbitral terá o poder de emitir tal ordem, a menos que uma Parte no litígio apresente motivos justificados de objeção.

3. O tribunal arbitral enviará cópias da ordem de encerramento do processo arbitral ou da sentença arbitral nos termos acordados, assinadas pelos árbitros, às Partes no litígio, Secretário-Geral da ASEAN, às terceiras Partes, caso existam, e ao Conselho de Coordenação da ASEAN, caso a arbitragem seja dirigida pelo Conselho de Coordenação da ASEAN.

Regra 11: Custos

1. Cada Parte no litígio suportará as despesas do árbitro por si nomeado nos termos do parágrafo 2 da Regra 1 ou pelo Secretário-Geral da ASEAN nos termos do parágrafo 3 do Regra 1, e as suas próprias despesas e custos legais.

2. Os custos do Presidente do tribunal arbitral e outras despesas associadas à condução do processo arbitral serão suportados em partes iguais pelas Partes no litígio.

Regra 12: Local de arbitragem

1. Salvo acordo em contrário das Partes em litígio, o local de arbitragem será o Secretariado da ASEAN, em Jacarta, na República da Indonésia.

2. O tribunal arbitral pode realizar reuniões de consulta entre os seus membros, quer na sede da arbitragem, quer em qualquer outro local, desde que tal permita reduzir os custos dessas reuniões.

3. A decisão é proferida no local da arbitragem.

Regra 13: Língua

1. A língua da arbitragem será o Inglês.

2. O tribunal arbitral pode ordenar que todos os documentos apresentados no decurso do processo arbitral, entregues na sua língua original, sejam acompanhados de uma tradução para Inglês.

Regra 14.º: Decisões

As decisões do tribunal arbitral tomadas por maioria de votos dos seus árbitros. Se não houver maioria, o Presidente do tribunal arbitral tem voto de qualidade.

Regra 15: Falta de comparência

Se uma Parte no litígio não comparecer perante o tribunal arbitral ou não defender a sua causa, a outra Parte no litígio pode solicitar ao tribunal arbitral que prossiga o processo arbitral e profira a sua decisão. A ausência da Parte em litígio ou o facto de a Parte em litígio não defender a sua causa não constituirá um impedimento ao processo arbitral.

Regra 16: Fundamentos relativos à competência do tribunal arbitral

1. O tribunal arbitral tem o poder de decidir sobre as objeções de incompetência.

2. A exceção de incompetência do tribunal arbitral deve ser invocada o mais tardar na data da primeira audiência do tribunal arbitral.

3. Em geral, o tribunal arbitral deve decidir sobre um fundamento relativo à sua competência como uma questão preliminar. No entanto, o tribunal arbitral pode prosseguir com arbitragem e decidir sobre esse fundamento na sua decisão final.

Regra 17: Sentença

1. A sentença do tribunal arbitral deverá ser proferida por escrito e limitar-se ao objeto do litígio. O tribunal arbitral incluirá na sua sentença: (a) uma secção descritiva resumindo os factos do caso e os argumentos das Partes no litígio e de Terceiros, caso existam; e (b) as suas decisões sobre interpretação ou a aplicação da Carta da ASEAN ou de quaisquer instrumentos da ASEAN citados pelas Partes no litígio, bem como a fundamentação dessas decisões.

2. Qualquer membro do tribunal arbitral pode juntar à sentença uma opinião separada ou divergente.

3. A sentença será assinada pelos árbitros e conterá a data e o local em que foi proferida. A sentença deve indicar o motivo da ausência da assinatura de qualquer árbitro.

4. O tribunal arbitral enviará cópia da sentença arbitral assinada pelos árbitros às Partes no litígio e ao Secretário-Geral da ASEAN.

5. Se a arbitragem for dirigida pela decisão do Conselho de Coordenação da ASEAN nos termos do Artigo 9.º do presente Protocolo, o tribunal arbitral notificará o Conselho de Coordenação da ASEAN da sua decisão.

INSTRUMENTO DE INCORPORAÇÃO DAS REGRAS PARA REFERÊNCIA DE DISPUTAS NÃO RESOLVIDAS À CIMEIRA DA ASEAN AO PROTOCOLO DA CARTA DA ASEAN SOBRE MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

Os Governos de Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), doravante coletivamente referidos como "Estados Membros" ou individualmente como "Estado Membro";

TENDO EM MENTE que o Protocolo da Carta da ASEAN sobre os Mecanismos de Resolução de Disputas foi assinado em 8 de abril de 2010, doravante referido como "o Protocolo";

CONSIDERANDO que o Protocolo ainda não entrou em vigor;

RECORDANDO TAMBÉM que as Regras para Referência de Disputas Não Resolvidas à Cimeira da ASEAN foram adotadas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN em 27 de outubro de 2010 em Ha Noi;

ACORDARAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1

O Anexo deste Instrumento, intitulado "Regras para Referência de Disputas Não Resolvidas à Cimeira da ASEAN", será incorporado como Anexo 5 ao Protocolo e constituirá um anexo nos termos do Artigo 20 do mesmo.

ARTIGO 2

1. Este Instrumento entrará em vigor após a sua assinatura.

2. O Anexo 5 do Protocolo aplicará a qualquer referência de disputas não resolvidas à Cimeira da ASEAN apenas após a entrada em vigor do Protocolo.

3. O instrumento de ratificação do Protocolo por qualquer Estado Membro representará também o seu consentimento para ser vinculado pelo Anexo 5 do Protocolo.

4. Este Instrumento será depositado junto ao Secretário-Geral da ASEAN, que deverá fornecer prontamente uma cópia certificada do mesmo a cada Estado Membro.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados para tal pelos seus respetivos Governos, assinaram o Instrumento de Incorporação das Regras para Referência de Disputas Não Resolvidas à Cimeira da ASEAN ao Protocolo da Carta da ASEAN sobre os Mecanismos de Resolução de Disputas.

FEITO em Ha Noi, Vietname, no vigésimo sétimo dia de outubro do ano de dois mil e dez, em uma única cópia na língua inglesa.

ANEXO 5
REGRAS PARA REFERÊNCIA DE DISPUTAS NÃO RESOLVIDAS À CIMEIRA DA ASEAN

Estas Regras foram elaboradas nos termos do Protocolo da Carta da ASEAN sobre Mecanismos de Resolução de Disputas, assinado em 8 de abril de 2010 em Ha Noi ("o Protocolo"), e são anexadas ao Protocolo.

Regra 1

Uma disputa não resolvida ao abrigo do Protocolo será referida à Cimeira da ASEAN da maneira estabelecida nas regras abaixo.

Regra 2

Uma das partes da disputa pode notificar o Conselho Coordenador da ASEAN sobre uma disputa não resolvida quando:

1. as partes da disputa não cumprirem a diretriz do Conselho Coordenador da ASEAN, conforme estabelecido no Artigo 9 do Protocolo, no prazo de 150 dias no caso de arbitragem, e 45 dias no caso de bons ofícios, mediação ou conciliação, a contar da data de receção da notificação do Conselho Coordenador da ASEAN, ou qualquer prazo alargado acordado pelas partes;

2. as partes da disputa tiverem cumprido a diretriz do Conselho Coordenador da ASEAN, mas a disputa permanece não resolvida; ou

3. o Conselho Coordenador da ASEAN não conseguir chegar a uma decisão sobre como a disputa deve ser resolvida, conforme o Parágrafo 4 do Artigo 9 deste Protocolo; ou

4. as partes da disputa decidirem mutuamente que não conseguem resolver a disputa através da aplicação dos mecanismos de resolução de disputas previstos no presente Protocolo, com os quais tenham mutuamente concordado.

Regra 3

1. Após a receção da notificação de uma disputa não resolvida nos termos da Regra 2, o Conselho Coordenador da ASEAN informará todas as outras partes da disputa sobre tal notificação.

2. Antes de uma disputa não resolvida, como mencionado na Regra 2, ser referida à Cimeira da ASEAN, o Conselho Coordenador da ASEAN, dentro de 45 dias, pode considerar sugerir, recomendar ou fornecer assistência, conforme apropriado, às partes da disputa para resolver a disputa através de outros mecanismos de resolução de disputas previstos neste Protocolo.

3. Quando o Conselho Coordenador da ASEAN fizer alguma sugestão ou recomendação ou fornecer assistência às partes da disputa nos termos do Parágrafo 2 desta Regra, as partes da disputa poderão acordar resolver a sua disputa através de outro mecanismo de resolução de disputas. Nesse caso, as partes da disputa deverão informar o Conselho Coordenador da ASEAN sobre o acordo e o resultado do mecanismo de resolução de disputas utilizado.

Regra 4

1. O Conselho Coordenador da ASEAN deverá referir a disputa não resolvida à Cimeira da ASEAN dentro de 90 dias após a receção da notificação nos termos da Regra 2 ou qualquer prazo que o Conselho Coordenador da ASEAN considere apropriado após a aplicação do Parágrafo 2 da Regra 3 ou do Parágrafo 3 da Regra 3.

2. A referência à Cimeira da ASEAN nos termos do Parágrafo 1 desta Regra deverá ser acompanhada de um relatório do Conselho Coordenador da ASEAN à Cimeira da ASEAN, a fim de facilitar a resolução da disputa, e de memorandos ou submissões preparados pelas respetivas partes da disputa durante o processo inicial de resolução da disputa, se houver.

3. O relatório do Conselho Coordenador da ASEAN à Cimeira da ASEAN deverá conter as seguintes informações:

   (a) um resumo da disputa;

   (b) as ações tomadas pelas partes da disputa para resolver a disputa;

   (c) as ações tomadas pelo Conselho Coordenador da ASEAN para resolver a disputa, incluindo qualquer ação nos termos do Parágrafo 2 da Regra 3;

   (d) quaisquer recomendações que o Conselho Coordenador da ASEAN deseje fazer à Cimeira da ASEAN sobre como a disputa pode ser resolvida (o que pode incluir uma recomendação de que a disputa seja referida a um painel de peritos para aconselhar a Cimeira da ASEAN sobre a resolução da disputa).

Regra 5

1. A parte da disputa que tenha notificado o Conselho Coordenador da ASEAN sobre uma disputa não resolvida nos termos da Regra 2 acima poderá, a qualquer momento em que considere que a disputa já não está não resolvida, retirar a sua notificação ao Conselho Coordenador da ASEAN.

2. As partes da disputa poderão, a qualquer momento, informar o Conselho Coordenador da ASEAN de que desejam retirar conjuntamente a referência da sua disputa não resolvida à Cimeira da ASEAN, com explicação expressa dessa retirada, que pode especificar que a disputa já não está não resolvida ou que a disputa será resolvida de outra forma.

INSTRUMENTO DE INCORPORAÇÃO
DAS REGRAS **DE REFERÊNCIA DE NÃO CUMPRIMENTO À CIMEIRA DA ASEAN AO PROTOCOLO DA CARTA DA ASEAN SOBRE MECANISMOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da República da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), doravante referidos coletivamente como "Estados Membros" ou individualmente como "Estado Membro";

RECORDANDO que o Protocolo à Carta da ASEAN sobre os Mecanismos de Resolução de Litígios, doravante referido como "o Protocolo", foi assinado em 8 de abril de 2010;

TENDO PRESENTE que o Protocolo ainda não entrou em vigor;

RECORDANDO TAMBÉM que as Regras para Referência de Não Cumprimento à Cimeira da ASEAN foram adotadas pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da ASEAN em 2 de abril de 2012, em Phnom Penh, Camboja;

ACORDARAM NO SEGUINTE:

ARTIGO 1

O Anexo deste Instrumento, intitulado "Regras para Referência de Não Cumprimento à Cimeira da ASEAN", será incorporado como Anexo 6 ao Protocolo e constituirá um anexo nos termos do Artigo 20 do mesmo.

ARTIGO 2

1. O presente Instrumento entra em vigor após a sua assinatura.

2. O Anexo 6 do Protocolo será aplicável após a entrada em vigor do Protocolo.

3. O Instrumento de Ratificação do Protocolo por qualquer Estado Membro representará também o seu consentimento em estar vinculado ao Anexo 6 do Protocolo.

4. Este Instrumento será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia certificada do mesmo a cada Estado Membro.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram este Instrumento de Incorporação das Regras para Referência de Não Cumprimento à Cimeira da ASEAN ao Protocolo da Carta da ASEAN sobre os Mecanismos de Resolução de Litígios.

FEITO em Phnom Penh, no Reino do Camboja, no segundo dia de abril do ano de dois mil e doze, em único exemplar na língua inglesa.

ANEXO 6
REGRAS PARA REFERÊNCIA DE NÃO CUMPRIMENTO À CIMEIRA DA ASEAN

As presentes Regras foram elaboradas para os efeitos do Protocolo à Carta da ASEAN sobre os Mecanismos de Resolução de Litígios, assinado em 8 de abril de 2010, em Ha Noi ("o Protocolo"), e em conformidade com o Parágrafo 2 do Artigo 27 da Carta da ASEAN, estando anexadas ao Protocolo.

Regra 1

(a) Para os efeitos destas Regras, "qualquer Estado Membro afetado por não cumprimento" significa qualquer Estado Membro da ASEAN que seja Parte no litígio a que se refere a ocorrência de não cumprimento.

(b) Qualquer Estado Membro afetado por não cumprimento de uma sentença arbitral ou acordo de resolução resultante de bons ofícios, mediação ou conciliação ao abrigo do Protocolo pode submeter a questão à Cimeira da ASEAN para decisão, através de notificação ao Conselho Coordenador da ASEAN.

Regra 2

Após o recebimento da notificação de não cumprimento nos termos da Regra 1, o Conselho Coordenador da ASEAN informará todos os outros Estados Membros que sejam Partes no litígio a que se refere a ocorrência de não cumprimento sobre tal notificação.

Regra 3

(a) Antes de uma ocorrência de não cumprimento ser submetida à Cimeira da ASEAN, o Conselho Coordenador da ASEAN tentará facilitar consultas entre os Estados Membros que sejam Partes no litígio a que se refere a ocorrência de não cumprimento, com vista a facilitar o cumprimento da sentença arbitral ou do acordo de resolução sem recurso à Cimeira da ASEAN. Quando tais Estados Membros tiverem consultado entre si, deverão reportar o resultado da consulta ao Conselho Coordenador da ASEAN.

(b) O Conselho Coordenador da ASEAN poderá autorizar o Presidente do Conselho Coordenador da ASEAN, ou outra pessoa, a facilitar as consultas previstas no Parágrafo (a) desta Regra e a reportar ao Conselho o resultado das mesmas.

Regra 4

Qualquer Estado Membro afetado por não cumprimento pode, a qualquer momento, retirar a sua referência de não cumprimento à Cimeira da ASEAN feita ao abrigo do Parágrafo (b) da Regra 1, incluindo quando esse Estado Membro estiver satisfeito com o resultado das consultas nos termos da Regra 3. Tal retirada deverá ser feita por escrito.

Regra 5

(a) O Conselho Coordenador da ASEAN deverá referir o não cumprimento à Cimeira da ASEAN dentro de 90 dias após o recebimento da notificação nos termos da Regra 1 ou dentro de qualquer outro prazo acordado pelos Estados Membros que sejam Partes no litígio a que se refere a ocorrência de não cumprimento.

(b) A referência feita pelo Conselho Coordenador da ASEAN à Cimeira da ASEAN sobre uma ocorrência de não cumprimento deverá ser acompanhada por um relatório do Conselho Coordenador da ASEAN, contendo o seguinte:

(i) a sentença arbitral ou o acordo de resolução em questão;

(ii) informações fornecidas pelas Partes relevantes no litígio a que se refere a ocorrência de não cumprimento, sobre as ações tomadas para assegurar o cumprimento da sentença arbitral ou do acordo de resolução em questão;

(iii) ações tomadas pelo Conselho Coordenador da ASEAN para facilitar as consultas;

(iv) referência ao relatório do Secretário-Geral da ASEAN submetido à Cimeira da ASEAN nos termos do Parágrafo 1 do Artigo 27 da Carta da ASEAN, se houver; e

(v) recomendações do Conselho Coordenador da ASEAN, se houver.

ANEXO III
Traduções para língua tétum

PROTOKOLU BA KARTA ASEAN NIAN KONA-BA MEKANIZMU SIRA BA REZOLUSAUN DISPUTA

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN), ne'ebé tuirmai refere koletivamente hanesan "Estadu-Membru sira" ka individualmente hanesan "Estadu-Membru";

KONSIENTE ba Líder sira ASEAN nian nia hakarak hodi transforma ASEAN sai organizasaun ida ne'ebé bazeia ba regra ho mekanizmu ne'ebé prátiku, efisiente no kredível ne'ebé iha atu rezolve disputa sira ho maneira ne'ebé efetivu no atempada;

HANOIN Parágrafu 2(d) hosi Artigu 2 Karta ASEAN nian, katak ASEAN no nia Estadu-Membru sira sei atua tuir prinsípiu konfiansa iha rezolusaun pasífika ba disputa sira;

HANOIN HIKAS Parágrafu 2 hosi Artigu 22 hosi Karta ASEAN nian ne'ebé ezije ASEAN atu nafatin no harii mekanizmu ba rezolusaun disputa sira iha kampu hotu-hotu kooperasaun ASEAN nian;

REKOÑESE katak tuir Artigu 25 hosi Karta ASEAN nian, bainhira la prevee espesifikamente, mak sei estabelese mekanizmu rezolusaun disputa ne'ebé adekuadu ba disputa sira-ne'ebé relasiona ho interpretasaun ka aplikasaun Karta ASEAN no instrumentu sira seluk ASEAN nian; no

KONVENSE katak iha mekanizmu sira ba rezolusaun disputa nian ne'ebé kredivel sei ajuda ASEAN atu prevene konflitu no konfrontu sira entre Estadu-Membru sira, hodi prezerva atmosfera kooperativa nian ba esforsu konsertadu sira hodi harii Komunidade ASEAN ida ne'ebé pasífiku no prósperu;

KONKORDA ONA HANESAN TUIRMAI NE'E:

ARTIGU 1
Definisaun sira

Ba hosi Protokolu ida-ne'e:

(a) Instrumentu ASEAN signifika instrumentu ruma ne'ebé konklui hosi Estadu-Membru sira, ho forma eskrita, ne'ebé fó orijen ba sira ida-idak nia direitu no obrigasaun sira tuir lei internasionál;

(b) Parte Rekerente signifika Estadu-Membru ruma ne'ebé husu konsulta tuir Artigu 5 hosi Protokolu ida-ne'e;

(c) Parte Rekerida signifika Estadu-Membru ruma ne'ebé maka ba nia aprezenta pedidu ba konsulta tuir Artigu 5 hosi Protokolu ida-ne'e;

(d) Parte iha disputa signifika Parte Rekerente no Parte Rekerida; no

(e) Disputa ne'ebé ladauk rezolve katak disputa kona-ba interpretasaun ka aplikasaun Karta ASEAN nian ka instrumentu sira seluk ASEAN nian ne'ebé la konsege rezolve liuhosi akordu mútuo, no hafoin aplikasaun no implementasaun Artigu 9 hosi Protokolu ida-ne'e.

ARTIGU 2
Ámbitu no Aplikasaun

1. Protokolu ida-ne'e sei aplika ba disputa sira-ne'ebé kona-ba interpretasaun ka aplikasaun:

   (a) Karta ASEAN nian;

   (b) instrumentu sira seluk ASEAN nian, eseptu bainhira dalan espesífiku sira atu rezolve disputa sira-ne'e prevee tiha ona; ka

   (c) instrumentu sira seluk ASEAN nian ne'ebé hatuur no prevee katak Protokolu ida-ne'e ka parte ida hosi Protokolu ida-ne'e sei aplika.

2. Parágrafu 1(b) hosi Artigu ida-ne'e, la prejudika direitu hosi Parte sira iha disputa sira-ne'e atu konkorda mutuamente ba aplikasaun Protokolu ida-ne'e.

ARTIGU 3
Dispozisaun Jerál

1. Protokolu ida-ne'e sei interpreta tuir regra kostumeiru kona-ba interpretasaun tratadu ba direitu internasionál públiku nian.

2. Parte sira iha disputa hetan enkorajamentu iha faze hotu-hotu disputa nian, atu halo esforsu hotu-hotu hodi hetan solusaun ne'ebé konkorda hamutuk ba disputa. Bainhira hetan ona solusaun ne'ebé konkorda hamutuk ona, sei notifika ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no Estadu-Membru sira seluk.

ARTIGU 4
Komunikasaun no Períodu sira

1. Komunikasaun hotu-hotu, inklui notifikasaun, pedidu, resposta no konsulta ne'ebé halo tuir Protokolu ida-ne'e tenke ho eskrita no konsidera simu ona bainhira sira entrega fizikamente ba Parte ne'ebé hetan diresaun liuhosi diplomátiku sira.

2. Eseptu iha espesifikasaun seluk, kualkér prazu ne'ebé prevee iha Protokolu ida-ne'e sei la altera tuir akordu mútuo hosi Parte sira ne'ebé iha disputa.

ARTIGU 5
Konsulta

1. Parte Rekerente bele husu konsulta ba Parte Rekerida kona-ba disputa ruma kona-ba interpretasaun nian ka aplikasaun Karta ASEAN nian ka instrumentu sira seluk ASEAN nian. Parte Rekerida sei fó konsiderasaun loloos ba pedidu konsulta ne'ebé halo hosi Parte Rekerente no sei fó oportunidade adekuadu ba konsulta ne'e.

2. Iha pedidu ba konsulta tenke hatudu motivu hosi pedidu ne'e, inklui identifikasaun kona-ba matéria sira ne'ebé hamosu disputa no indikasaun kona-ba keixa nia baze jurídika. Kópia ida hosi pedidu ne'e sei fó moos ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei notifika Estadu-Membru sira seluk hotu kona-ba pedidu ne'e.

3. Karik halo pedidu ba konsulta, Parte Rekerida tenke hatán ba pedidu ne'e iha loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi loron simu no sei halo konsulta iha loron neen-nulu (60) nia laran hahú hosi loron simu pedidu ba konsulta, ho hanoin atu hetan solusaun ida-ne'ebé konkorda hamutuk. Konsulta tenke kompleta iha prazu loron sianulu (90) nia laran, ka kualkér períodu seluk ne'ebé Parte sira iha disputa konkorda hamutuk, hahú hosi data simu pedidu ba konsulta.

ARTIGU 6
Bon Ofisiu, Mediasaun no Konsiliasaun

1. Parte sira-ne'ebé iha disputa bele, iha kualkér tempu, konkorda kona-ba Bon Ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun. Prosedimentu ba Bon Ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun bele hahú no termina iha tempu ne'ebé de'it.

2. Parte sira iha disputa bele husu ba Prezidente ASEAN nian ka ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé atua iha kapasidade ex officio, atu presta Bon Ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun.

3. Prosesu sira ne'ebé envolve Bon Ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun, no pozisaun sira-ne'ebé adota hosi Parte sira-ne'ebé iha disputa durante prosesu sira-ne'e, sei la prejudika direitu sira hosi Parte sira-ne'ebé iha disputa ba prosesu sira seluk.

4.

(a) Bon Ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun ne'ebé dirije hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian ba Parte sira iha disputa, tuir Artigu 9 hosi Protokolu ida-ne'e, sei tuir Protokolu ida-ne'e, no Regulamentu sira ba Bon Ofisiu, Regulamentu sira ba Mediasaun ka Regulamentu sira ba Konsiliasaun ne'ebé aneksa ba Protokolu ida-ne'e.

(b)Prosedimentu sira kona-ba bon ofosiu, mediasaun ka konsiliasaun ne'ebé dirije hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian tuir Artigu 9 hosi Protokolu ida-ne'e, sei halo tuir Regulamentu sira ba Bon Ofisiu Regulamentu sira ba Mediasaun ka Regulamentu sira ba Konsiliasaun, sujeitu ba alterasaun sirane'ebé Parte sira iha disputa bele konkorda ho eskrita.

ARTIGU 7
Funsaun sira hosi Bon Ofisiu sira, Mediasaun no Konsiliasaun

1. Ema sira-ne'ebé presta Bon ofisiu, mediasaun ka konsiliasaun sei tulun no fasilita Parte sira iha disputa atu hetan solusaun amigavel ba disputa entre sira tuir dispozisaun relevante sira hosi Karta ASEAN nian no/ka kualkér instrumentu ASEAN nian.

2. Kuandu Parte sira iha disputa hetan solusaun amigavel kona-ba disputa, sira tenke hakerek no asina akordu ba rezolusaun ho eskrita.

3. Hodi asina akordu ba rezolusaun, Parte sira iha disputa hakotu disputa no sei vinkula ho akordu.

4. Akordu ba rezolusaun sei hetan notifikasaun hosi Parte sira iha disputa ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ba Estadu-Membru sira seluk, no ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian iha ne'ebé maka, bon ofisiu sira, mediasaun ka konsiliasaun dirije ba.

ARTIGU 8
Pedidu ba Arbitrajen

1. Parte Rekerente bele, liuhosi notifikasaun eskritu dirijidu ba Parte Rekerida, husu atu harii tribunál arbitrál ida atu rezolve disputa, bainhira:

   (a) Parte Rekerida la hatán iha prazu loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi loron simu pedidu ba konsulta;

   (b) Parte Rekerida la inisia konsulta iha prazu loron neen-nulu (60) nia laran hahú hosi loron simu pedidu ba konsulta; ka

   (c) konsulta la konsege rezolve disputa iha loron sianulu (90) nia laran, ka kualkér períodu seluk ne'ebé Parte sira konkorda hamutuk iha disputa, hahú hosi loron simu pedidu ba konsulta.

2. Kópia notifikasaun nian sei fó ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei notifika Estadu-Membru sira seluk hotu kona-ba pedidu ne'e. Notifikasaun tenke hateten rezumu ida kona-ba fundamentu sira ba faktu no baze legál hosi pedidu, ne'ebé sufisiente atu aprezenta problema ho klaru, inklui dispozisaun sira hosi Karta ASEAN nian ka instrumentu ASEAN nian ne'ebé sei analiza hosi tribunál arbitrál.

3. Parte Rekerida tenke espresa nia konsentimentu ba harii tribunál arbitrál iha prazu loron sanulu-resin-lima (15) hahú hosi loron simu notifikasaun hosi Parte Rekerente. Parte sira iha disputa bele konkorda atu hanaruk prazu ba Parte Rekerida atu espresa nia konsentimentu ho períodu másimu loron tolunulu (30) hahú hosi loron simu notifikasaun hosi Parte Rekerente. Kópia hosi resposta ne'ebé haruka, sei haruka ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei notifika ba Estadu-Membru sira seluk hotu kona-ba resposta ne'e.

4. Bainhira Parte Rekerida la konkorda ho pedidu ba harii tribunál arbitrál, ka falla atu hatán iha prazu ne'ebé espesifika iha Parágrafu 3 hosi Artigu ida-ne'e, Parte Rekerente bele haruka disputa ne'e ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian.

ARTIGU 9
Referénsia ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian

1. Bainhira disputa haruka ba Konsellu Koordenadór ASEAN tuir Parágrafu 4 hosi Artigu 8, Konsellu Koordenadór ASEAN bele dirije Parte sira iha disputa atu rezolve sira-nia disputa liuhosi Bon ofisiu sira, mediasaun, konsiliasaun ka arbitrajen.

2. Konsellu Koordenadór ASEAN sei notifika nia desizaun ba Parte sira iha disputa iha prazu loron haatnulu-resin-lima (45) hahú hosi data ne'ebé disputa haruka ba nia. Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei determina prosesu sira-ne'ebé Konsellu Koordenadór ASEAN sei halo iha ninia desizaun. Prosesu sira hanesan ne'e bele inklui konsulta sira liuhosi korrespondénsia, korreiu eletróniku, vídeo konferénsia, ka meiu sira seluk. Konsellu Koordenadór ASEAN bele, iha sirkunstánsia esepsionál, deside atu konvoka reuniaun estraordinária urjente Konsellu Koordenadór ASEAN nian hodi deside kona-ba disputa.

3. Bainhira Konsellu Koordenadór ASEAN konsidera katak nia labele foti desizaun kona-ba disputa iha prazu ne'ebé espesifika iha Parágrafu 2 hosi Artigu ida-ne'e atu notifika Parte sira iha disputa kona-ba nia desizaun,

nia bele deside atu hanaruk prazu ne'e ho períodu la liu loron tolunulu (30) no tenke informa ba Parte sira iha disputa ho loloos.

4. Bainhira Konsellu Koordenasaun ASEAN labele foti desizaun ida kona-ba oinsa atu rezolve disputa ne'e iha prazu ne'ebé espesifika iha Parágrafu 2 hosi Artigu ida-ne'e atu notifika Parte sira-ne'ebé iha disputa, ka kualkér prazu ne'ebé prolongadu, kualkér Parte iha disputa ne'e bele haruka disputa ba Simeira ASEAN hanesan disputa ne'ebé seidauk rezolve, tuir Artigu 26 hosi Karta ASEAN nian.

ARTIGU 10
Arbitrajen

1. Arbitrajen, ne'ebé mosu hosi konsentimentu hamutuk hosi Parte sira iha disputa ka instrusaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian, sei halo tuir Protokolu ida-ne'e no Regra sira Arbitrajen nian ne'ebé aneksa ba Protokolu ida-ne'e.

2. Prosedimentu sira arbitrajen nian tenke halo tuir Regra sira Arbitrajen nian ne'ebé aneksa ba Protokolu ida-ne'e, sujeita ba alterasaun sira-ne'ebé maka entre Parte sira iha disputa bele konkorda ho eskrita.

ARTIGU 11
Árbitru sira

1. Númeru árbitru sira no modalidade sira ba nomeasaun ka substituisaun sira, sei hakerek iha Regulamentu sira Arbitrajen nian ne'ebé aneksa ba Protokolu.

2. Árbitru hotu-hotu tenke:

   (a) iha koñesimentu ka esperiénsia iha direitu, matéria sira seluk ne'ebé kobre hosi Karta ASEAN nian ka instrumentu relevante ASEAN nian, ka rezolusaun ba disputa sira ne'ebé mosu tuir akordu internasionál sira;

   (b) hili ho rigorozu bazeia ba objetividade, fiabilidade, no bon sensu;

   (c) sai independente hosi kualkér Parte sira iha disputa, no la iha afiliasaun ho ka simu instrusaun sira hosi Parte ruma iha disputa;

   (d) la trata asuntu ne'e iha títulu ruma; no

   (e) fó-sai, ba Parte sira iha disputa, informasaun ne'ebé bele hamosu dúvida justifikavel kona-ba sira-nia independénsia ka imparsialidade.

3. Prezidente tribunál arbitrál nian labele sidadaun ka nasionál hosi Parte ruma iha disputa, no prefere liu maka sidadaun hosi Estadu-Membru seluk ida.

ARTIGU 12
Funsaun sira hosi Tribunál Arbitrál

Tribunál arbitrál sei halo ezame ba faktu hirak hosi kazu ne'ebé iha antes tiha ona, no deside kazu ne'e tuir dispozisaun relevante sira hosi Karta ASEAN nian no/ka instrumentu ASEAN nian ne'ebé invoka hosi Parte sira iha disputa hodi rezolve disputa entre sira, no sei fornese razaun sira ba nia desizaun sira.

ARTIGU 13
Parte Datoluk

1. Kualkér Estadu-Membru ne'ebé notifika ona ninia interese substansiál sira iha asuntu ne'ebé iha disputa iha loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi notifikasaun kona-ba resposta hosi Parte rekerida ne'ebé konkorda ho pedidu ba harii tribunál arbitrál tuir Parágrafu 3 hosi Artigu 8 ka notifikasaun ba desizaun Konsellu Koordenadór ASEAN nian ne'ebé ordena Parte sira iha disputa atu rezolve sira-nia disputa liuhosi arbitrajen tuir Artigu 9, sei iha direitu no obrigasaun Parte Datoluk nian.

2. Parte Datoluk sei iha oportunidade atu rona hosi tribunál arbitrál no atu aprezenta sira-nia observasaun sira ba tribunál arbitrál. Observasaun sira ne'e sei fó mós ba Parte sira iha disputa no sei reflete iha tribunál arbitrál nia desizaun.

5. Parte Datoluk sei simu hosi Parte sira iha disputa, proposta sira ba tribunál arbitrál nia reuniaun substantiva dahuluk tribunál arbitrál nian.

ARTIGU 14
Lei Aplikavel

1. Tribunál arbitrál sei aplika dispozisaun sira iha Karta ASEAN nian no instrumentu sira seluk ASEAN nian, nomós regra sirane'ebé aplikavel hosi direitu internasionál públiku.

2. Tribunál arbitrál sei aplika regra sira seluk hosi direitu aplikavel ba disputa nia kestaun substantiva ka atu deside kauza ex aequo et bono, kuandu Parte sira iha disputa konkorda nune'e.

ARTIGU 15
Desizaun Arbitrajen

1. Tribunál arbitrál nia desizaun sai finál no vinkulativu ba Parte sira iha disputa. Sei kumpri integralmente hosi Parte sira iha disputa.

2. Desizaun hosi tribunál arbitrál sei la aumenta ka hamenus direitu no obrigasaun sira-ne'ebé prevee iha Karta ASEAN nian ka instrumentu seluk ASEAN ne'ebé relevante.

ARTIGU 16
Kumprimentu ba Desizaun Arbitrajen no Akordu ba Rezolusaun Disputa

1. Parte sira iha disputa tenke kumpre ba desizaun arbitrál no akordu ba rezolusaun ba disputa nian ne'ebé rezulta hosi bon ofisiu sira, mediasaun no konsiliasaun.

2. Kualkér Parte iha disputa ne'ebé presiza atu kumpre desizaun arbitrál ka akordu ba rezolusaun disputa

nian tenke aprezenta ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, relatóriu ne'ebé hateten to'o iha ne'ebé nia kumprimentu ba desizaun arbitrál ka akordu ba rezolusaun disputa nian.

ARTIGU 17
Kustu sira

1. Kustu sira arbitrajen nian tuir Protokolu ida-ne'e sei responsabiliza hosi Parte sira iha disputa, tuir Regulamentu Arbitrajen nian ne'ebé aneksa ba Protokolu ida-ne'e.

2. Kustu ba bon ofisiu, mediasaun no konsiliasaun sei determina hosi ema sira ne'ebé presta Bon ofisiu, mediasaun no konsiliasaun iha konsulta no akordu hosi Parte sira iha disputa, no sei responsabiliza hanesan hosi Parte sira ne'ebé iha disputa. Despeza sira seluk hotu ne'ebé maka Parte ida iha disputa halo, sei responsabiliza hosi Parte ne'e.

ARTIGU 18
Funsaun sira hosi Sekretariadu ASEAN nian

1. Sekretariadu ASEAN nian iha responsabilidade atu fó tulun ba tribunál arbitrál sira no ema sira ne'ebé presta bon ofisiu, mediasaun no konsiliasaun, liuliu kona-ba aspetu jurídiku, istóriku no prosesuál kona-ba asuntu sira-ne'ebé trata ona, no fó apoiu sekretariadu no tékniku.

2. Despeza sira hosi apoiu Sekretariadu ASEAN nian sei responsabiliza hosi Parte sira iha disputa.

ARTIGU 19
Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei asina hosi Estadu-Membru hotu-hotu.

2. Protokolu ida-ne'e sei sujeita ba ratifikasaun hosi Estadu-Membru hotu-hotu, tuir ida-idak nia prosedimentu internu sira.

3. Instrumentu sira ratifikasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei notifika lalais Estadu-Membru hotu-hotu kona-ba depózitu ida-idak.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron tuir mai ba data depózitu instrumentu ratifikasaun ba dala-sanulu iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikada ida-ne'e nian ba Estadu-Membru ida-idak.

ARTIGU 20
Aneksu sira

1. Aneksu hotu-hotu iha Protokolu ida-ne'e sei halo parte integrante ba Protokolu ida-ne'e.

2. Bainhira mosu konflitu entre Protokolu ida-ne'e no nia aneksu ruma, Protokolu ida-ne'e sei prevalese.

ARTIGU 21
Alterasaun sira

1. Kualkér Estadu-Membru bele propoin alterasaun ba Protokolu ida-ne'e no/ka Aneksu ruma ba Komité Reprezentante Permanente ASEAN nian.

2. Proposta sira ba alterasaun Protokolu ida-ne'e no/ka kualkér Aneksu sira, ne'e aprezenta, tuir konsensu, hosi Komité Reprezentante Permanente ASEAN nian ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian.

3. Alterasaun sira ba Protokolu ida-ne'e no/ka Aneksu ruma ne'ebé adota tuir konsensu hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei ratifika hosi Estadu-Membru hotu-hotu, tuir sira-nia prosedimentu internu ida-idak.

4. Alterasaun sira sei tama iha vigór iha loron tolunulu tuir data depózitu instrumentu ratifikasaun dala-sanulu nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira-ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu sira ba Rezolusaun Disputa nian.

HALO iha Ha Noi, Vietnam, iha Loron Ualu fulan Abril iha Tinan Rihun Rua Sanulu, iha kópia ida de'it iha Lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam:
[Asinatura]
MOHAMED BOLKIAH
Ministru Negósiu Estranjeiru no Komérsiu

Hosi Governu Reinu Kamboja:
[Asinatura]
HOR NAM HONG
Vise-Primeiru-Ministru no
Ministru Negósiu Estranjeiru no Kooperasaun Internasionál

Hosi Governu República Indonézia:
[Asinatura]
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
DR. THONGLOUN SISOULITH
Vise-Primeiru-Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu Malázia:
[Asinatura]
TAN SRI RASTAM MOHD ISA
Sekretáriu-Jerál
Ministériu Negósiu Estranjeiru Malázia

Hosi Governu Uniaun Myanmar nian:
[Asinatura]
NYAN WIN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu República Filipina:
[Asinatura]
ERLINDA F. BASILIO
Sub-Sekretária, Departamentu Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu República Singapura:
[Asinatura]
GEORGE YONG-BOON YEO
Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu Reinu Tailándia:
[Asinatura]
KASIT PIROMYA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
DR. PHAM GIA KHIEM
Vise-Primeiru-Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

ANEKSU 1
Regulamentu sira ba Bon Ofisiu

Regra 1: Inísiu

1. Bainhira Konsellu Koordenadór ASEAN deside katak disputa ne'e rezolve liuhosi bon ofisiu, nia sei husu ba Prezidente ASEAN nian ka Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé hala'o kapasidade hanesan ex officio, ka ema ida-ne'ebé adekuadu atu fó bon ofisiu. Referénsia sira iha Regulamentu sira-ne'e ba "ema ne'ebé fornese bon ofisiu" tenke interpreta atu inklui "ema sira-ne'ebé fornese bon ofisiu sira" bainhira liu ema ida maka fornese bon ofisiu sira.

2. Ema ne'ebé fó bon ofisiu sira tenke komunika diretamente ho Parte sira ne'ebé iha disputa, ne'ebé tenke fó ba nia asisténsia nesesária hotu-hotu atu nia bele kumpre nia responsabilidade.

Regra 2: Papel ema ne'ebé fornese bon ofisiu sira

Ema ne'ebé fó bon ofisiutenke tulun Parte sira iha disputa ho maneira independente, neutru no imparsiál atu nune'e bele rezolve disputa.

Regra 3: Konduta ema ne'ebé fornese bon ofisiu sira

Ema ne'ebé fornese bon ofisiu bele prosede ho forma ne'ebé nia konsidera apropriadu, hodi konsidera sirkunstánsia sira kazu nian no hakarak ne'ebé Parte sira iha disputa bele espresa.

Regra 4: Konfidensialidade

Salvu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk, ema ne'ebé fornese bon ofisiu no Parte sira iha disputa sei mantein konfidensialidade ba asuntu sira ne'ebé relasiona ho prosesu bon ofisiu sira.

Regra 5: Sesasaun

1. Bon Ofisiu di'ak sira sei hotu:

   (a) iha data komunikasaun eskrita hosi Parte sira iha disputa ne'ebé dirije ba Konsellu Koordenadór ASEAN katak disputa ne'e rezolve ona;

   (b) iha data komunikasaun eskrita hosi ema ne'ebé fornese bon ofisiu sira, hafoin konsulta ho Parte sira iha disputa, dirije ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian, tuir ne'ebé la nesesáriu ka justifika ona atu kontinua fornese bon ofisiu sira;

   (c) iha data komunikasaun eskrita hosi Parte sira iha disputa ne'ebé dirije ba ema ne'ebé fornese bon ofisiu sira no ba Konsellu Kordenadór ASEAN nian, atu nune'e bele hapara ezersísiu ba bon ofisiu sira; ka

   (d) iha data komunikasaun eskrita ida hosi Parte ida iha disputa ne'ebé dirije ba Parte seluk iha disputa, ba ema ne'ebé fornese bon ofisiu sira, no ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian, katak konduta bon ofisiu sira tenke hotu.

ANEKSU 2
Regulamentu sira Mediasaun nian

Regra 1: Nomeasaun ba mediadór

Sei iha mediadór ida de'it. Parte sira iha disputa sei konkorda kona-ba mediadór nia naran. Parte sira iha disputa tenke nomeia mediadór iha prazu loron haatnulu-resin-lima (45) hahú hosi loron simu notifikasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN kona-ba nia desizaun hodi dirije Parte sira iha disputa atu rezolve disputa liuhosi mediasaun, no tenke notifika Konsellu Koordenadór ASEAN nian tuir loloos. Parte sira iha disputa bele hili mediadór hosi lista ne'ebé elabora no mantein hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian tuir Regra 5 hosi Regulamentu ba Arbitrajen nian.

Regra 2: Papél mediadór nian

Mediadór tenke tulun atu fasilita komunikasaun no

negosiasaun entre Parte sira iha disputa no tulun sira ho maneira independente, neutru no imparsiál atu nune'e bele rezolve disputa ne'e.

Regra 3: Reprezentasaun no asistênsia

Parte sira iha disputa bele hetan reprezentasaun ka asistênsia hosi ema sira ne'ebé sira hili. Naran no helafatin hosi ema sira ne'e tenke komunika ba Parte seluk iha disputa no ba mediadór. Komunikasaun hanesan ne'e atu espesifika se nomeasaun ne'e halo ba efeitu sira ba reprezentasaun ka asistênsia nian.

Regra 4: Komunikasaun entre mediadór no Parte sira iha disputa

Mediadór bele konvida Parte sira iha disputa atu hasoru malu ho nia ka bele komunika ho sira oralmente ka ho eskrita. Mediadór bele hasoru ka komunika ho Parte sira iha disputa hamutuk ka ho sira ida-idak.

Regra 5: Konduta mediasaun nian

Mediasaun sei hala'o tuir forma ne'ebé Parte sira iha disputa konkorda ona. Karik, no iha medida ida-ne'ebé, Parte sira iha disputa seidauk to'o iha akordu ne'e, mediadór sei determina, tuir Protokolu ida-ne'e no Regulamentu sira-ne'e, ho forma ne'ebé maka sei hala'o mediasaun

Regra 6: Divulgasaun informasaun nian

Bainhira mediadór simu informasaun faktuál sira kona-ba disputa hosi Parte ida iha disputa, nia bele fó sai substánsia hosi informasaun ne'e ba Parte seluk iha disputa atu nune'e Parte ne'e bele iha oportunidade atu hatán. Maibé, bainhira Parte ida iha disputa fó informasaun ruma ba mediadór sujeita ba kondisaun espesífika ida katak ida-ne'e tenke mantein konfidensiál, mediadór sei la fó sai informasaun ne'e ba Parte seluk iha disputa.

Regra 7: Konfidensialidade

Salvu Parte sira ne'ebé iha disputa konkorda buat seluk, mediadór no Parte sira ne'ebé iha disputa sei mantein konfidensiál asuntu hotu-hotu ne'ebé iha relasaun ho prosesu mediasaun nian.

Regra 8: Terminasaun ba prosesu mediasaun nian

1. Prosedimentu mediasaun sei termina:

   (a) iha data asinatura akordu ba rezolusaun disputa hosi Parte sira iha disputa;

   (b) iha data komunikasaun eskrita hosi mediadór, hafoin konsulta hosi Parte sira iha disputa, dirije ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian, tuir ne'ebé esforsu mediasaun foun sira la nesesáriu ka la justifikadu ona;

   (c) iha data komunikasaun eskrita hosi Parte sira iha disputa ne'ebé dirije ba mediadór no ba Konsellu Koordenadór ASEAN indika katak prosesu mediasaun termina tiha ona; ka

   (d) iha data komunikasaun eskrita hosi Parte ida iha disputa ba Parte seluk iha disputa, mediadór, karik hetan nomeasaun, no Konsellu Koordenadór ASEAN, indika katak prosesu mediasaun termina tiha ona.

ANEKSU 3
Regulamentu sira Konsiliasaun nian

Regra 1: Nomeasaun ba konsiliadór sira

1. Sei iha konsiliadór ida de'it, salvu kuandu Parte sira ne'ebé iha disputa konkorda katak sei iha konsiliadór rua ka tolu. Parte sira iha disputa tenke hili konsiliadór iha prazu loron haatnulu-resin-lima (45) nia laran hahú hosi data simu notifikasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian kona-ba ninia desizaun hodi dirije Parte sira iha disputa atu rezolve disputa liuhosi konsiliasaun, no sei notifika Konsellu Koordenadór ASEAN tuir loloos. Parte sira iha disputa bele hili ida hosi membro sura iha lista ne'ebé elabora no mantein hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian tuir Regra 5 hosi Regulamentu Arbitrajen nian.

2. Bainhira iha konsiliadór liu ida, sira tenke, tuir regra jerál, aktua hamutuk. Referénsia sira iha Regra sira-ne'e ba "konsiliadór" sei interpreta atu inklui "konsiliadór sira" bainhira Parte sira iha disputa konkorda ona katak sei iha konsiliadór na'in rua ka tolu.

3 (a) Iha prosesu sira konsiliasaun ho konsiliadór na'in ida, Parte sira iha disputa sei esforsu atu hetan akordu kona-ba konsiliadór úniku nia naran;

   (b) Iha prosesu sira konsiliasaun ho konsiliadór na'in rua, Parte ida-idak iha disputa tenke nomeia konsiliadór ida;

   (c) Iha prosesu sira konsiliasaun ho konsiliadór na'in tolu, parte ida-idak iha disputa tenke nomeia konsiliadór na'in ida. Parte sira iha disputa sei esforsu atu hetan akordu kona-ba konsiliadór datoluk nia naran.

Regra 2: Aprezentasaun ba deklarasaun sira ba konsiliadór

1. Konsiliadór, hafoin hetan nomeasaun, husu ba Parte ida-idak iha disputa atu apresenta ba nia deklarasaun eskrita ida ne'ebé deskreve disputa nia natureza jerál no pontu sira ne'ebé iha kestaun. Parte ida-idak iha disputa sei haruka kópia ida hosi nia deklarasaun ba Parte seluk iha disputa.

2. Konsiliadór bele husu ba Parte ida-idak iha disputa atu aprezenta ba nia deklarasaun eskrita ida kona-ba nia pozisaun no faktu no fundamentu sira ne'ebé apoia ida-ne'e, no aumenta dokumentu ruma no prova sira seluk ne'ebé konsidera adekuadu. Parte iha disputa tenke haruka nia deklarasaun nia kópia ba Parte seluk iha disputa ne'e.

3. Iha kualkér faze hosi prosesu konsiliasaun nian, konsiliadór bele husu ba kualkér Parte iha disputa atu aprezenta ba nia informasaun adisionál sira ne'ebé nia konsidera adekuadu.

Regra 3: Reprezentasaun no asisténsia

Parte sira iha disputa bele hetan reprezentasaun ka asisténsia hosi ema sira ne'ebé sira hili. Naran no enderesu ema sira ne'e nian sei komunika ba Parte seluk iha disputa no ba konsiliadór. Komunikasaun ne'e tenke espesifika se nomeasaun ne'e halo ba efeitu reprezentasaun ka asisténsia nian.

Regra 4: Papél konsiliadór nian

1. Konsiliadór fó tulun ba Parte sira iha disputa ho forma independente, neutru no imparsiál atu bele rezolve disputa ne'e.

2. Konsiliadór sei hetan orientasaun hosi prinsípiu sira objetividade nian, ekuidade no justisa nian, hodi fó konsiderasaun ba, entre aspetu sira seluk, direitu no obrigasaun sira hosi Parte sira iha disputa no sirkunstánsia sira ne'ebé haleu disputa ne'e, inklui kualkér prátika anteriór entre Parte sira iha disputa ne'e.

3. Konsiliadór bele, iha kualkér faze prosesu konsiliasaun, aprezenta proposta atu rezolve disputa. Proposta sira hanesan ne'e la presiza aprezenta ho eskrita no la presiza akompaña ho deklarasaun ida kona-ba razaun sira.

Regra 5: Komunikasaun entre konsiliadór no Parte sira iha disputa

Konsiliadór bele konvida Parte sira iha disputa atu hasoru malu ho nia, ka bele komunika ho sira oralmente ka ho eskrita. Nia bele hasoru ka komunika ho Parte sira iha disputa hamutuk ka ho ida-idak separadamente.

Regra 6: Konduta konsiliasaun nian

Konsiliadór bele hala'o prosesu konsiliasaun iha forma ne'ebé nia konsidera adekuadu, hodi haree ba kazu nia sirkunstánsia, Parte sira iha disputa nia hakarak bele espresa, inklui kualkér pedidu hosi Parte ida iha disputa katak konsiliadór rona deklarasaun orál sira, no kualkér nesesidade espesiál ba rezolusaun lalais hosi disputa, nomós dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e no Regra sira-ne'e.

Regra 7: Divulgasaun informasaun nian

Bainhira konsiliadór simu informasaun faktuál kona-ba disputa hosi Parte ida iha disputa, nia bele fó sai substánsia hosi informasaun ne'e ba Parte seluk iha disputa, atu nune'e Parte ne'e bele iha oportunidade atu hatán. Maibé, bainhira Parte ida iha disputa fó informasaun ruma ba konsiliadór sujeita ba kondisaun espesífika ida katak ida-ne'e tenke mantein konfidensial, konsiliadór sei la fó sai informasaun ne'e ba Parte seluk iha disputa.

Regra 8: Kooperasaun hosi Parte sira iha disputa ho konsiliadór

Parte sira iha disputa tenke ho boa-fé koopera ho konsiliadór no, liuliu, tenke esforsu atu kumpre pedidu sira hosi konsiliadór atu aprezenta dokumentu eskrita, fornese prova no atende enkontru sira.

Regra 9: Sujestaun sira hosi Parte sira iha disputa ba rezolusaun disputa nian

Parte ida iha disputa bele, ho nia inisiativa rasik ka tuir konvite hosi konsiliadór, aprezenta ba konsiliadór sujestaun sira ba rezolusaun disputa nian.

Regra 10: Akordu ba rezolusaun

1. Kuandu mosu ba konsiliadór katak iha elementu sira ba rezolusaun ida ne'ebé sei aseitavel ba Parte sira iha disputa, nia sei formula termu sira hosi rezolusaun posivel ida no submete sira ba Parte sira iha disputa ba sira-nia observasaun. Hafoin simu observasaun sira hosi Parte sira iha disputa, konsiliadór bele formula fali termu sira ba rezolusaun posivel ida tuir observasaun sira-ne'e.

2. Karik Parte sira iha disputa hetan akordu kona-ba rezolusaun disputa nian, sira sei hakerek no asina akordu ba rezolusaun ho eskrita. Karik husu hosi Parte sira iha disputa, konsiliadór sei hakerek ka tulun Parte sira iha disputa hodi elabora akordu ba rezolusaun nian.

Regra 11: Konfidensialidade

Salvu Parte sira ne'ebé iha disputa konkorda buat seluk, konsiliadór no Parte sira iha disputa sei mantein konfidensiál asuntu hotu-hotu ne'ebé iha relasaun ho prosesu konsiliasaun nian.

Regra 12: Terminasaun ba prosesu konsiliasaun nian

Prosesu konsiliasaun nian sei termina:

(a) iha loron asinatura akordu ba rezolusaun hosi Parte sira iha disputa;

(b) iha data komunikasaun ho eskrita hosi konsiliadór, hafoin konsulta ho Parte sira iha disputa, haruka ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian, indika katak esforsu konsiliasaun sira seluk la nesesáriu ka justifikavel ona;

(c) iha data komunikasaun ho eskrita hosi Parte sira iha disputa ne'ebé haruka ba konsiliadór no ba Konsellu Kordenadór ASEAN nian, hatudu katak prosesu konsiliasaun termina ona; ka

(d) iha data komunikasaun ho eskrita hosi Parte ida iha disputa ba Parte seluk iha disputa, ba konsiliadór, karik nomeadu, no ba Konsellu Koordenadór ASEAN, indika katak prosesu konsiliasaun remata ona.

Regra 13: Papél konsiliadór nian iha prosesu sira seluk

Parte sira iha disputa no konsiliadór konkorda katak, eseptu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk, konsiliadór

sei la atua hanesan árbitru ka hanesan reprezentante ka konsellu hosi Parte ida iha disputa iha prosesu arbitrál ka judisiál ruma kona-ba disputa ne'ebé sai nu'udar objetu ba prosesu konsiliasaun. Parte sira iha disputa mós konkorda katak sira sei la aprezenta konsiliadór nu'udar sasin iha prosesu ruma hanesan ne'e.

Regra 14: Admisibilidade ba prova iha prosesu sira seluk

Parte sira iha disputa konkorda atu la bazeia ka aprezenta nu'udar prova iha prosesu arbitrál ka judisiál ruma, maski prosesu sira-ne'e relasiona ka lae ho disputa ne'ebé sai nu'udar objetu ba prosesu konsiliasaun nian:

(a) hanoin sira ne'ebé espresa ka sujestaun sira ne'ebé hato'o hosi Parte seluk iha disputa kona-ba posivel rezolusaun disputa nian;

(b) admisaun sira ne'ebé halo hosi Parte seluk iha disputa iha prosesu konsiliasaun nia laran;

(c) proposta sira ne'ebé konsiliadór hato'o;

(d) faktu katak Parte seluk iha disputa hatudu ona ninia vontade atu simu proposta ba rezolusaun ne'ebé halo hosi konsiliadór.

ANEKSU 4
Regulamentu sira Arbitrajen nian

Regra 1: Nomeasaun ba árbitru sira

1. Tribunál arbitrál kompostu hosi árbitru na'in tolu.

2. Parte ida-idak iha disputa tenke nomeia árbitru na'in ida no notifika Parte seluk iha disputa iha prazu loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi loron simu resposta hosi Parte Rekerida ne'ebé konkorda ho pedidu arbitrajen ka loron haatnulu-resin-lima (45) hahú hosi loron simu notifikasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian kona-ba ninia desizaun atu orienta Parte sira iha disputa atu rezolve disputa liuhosi arbitrajen.

3. Karik Parte ruma iha disputa la konsege nomeia árbitru ida iha prazu ne'ebé refere iha Parágrafu 2 hosi Regulamentu ida-ne'e, Parte seluk iha disputa ne'ebé nomeia ona árbitru ida bele, iha prazu loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hahú hosi prazu ne'e nia rohan, husu Sekretáriu-Jerál ASEAN nian hodi nomeia árbitru daruak. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei, iha loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hahú hosi loron simu pedidu ne'e, iha konsulta ho Parte iha disputa ne'ebé la konsege nomeia árbitru, nomeia árbitru daruak no notifika Parte sira iha disputa hosi nomeasaun. Iha eventu ne'e, árbitru sei prefere liu selesiona hosi lista ne'ebé sei mantein tuir Regra 5.

4. (a) Parte sira iha disputa tenke konkorda kona-ba nomeasaun árbitru datoluk nian iha prazu loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi loron simu notifikasaun kona-ba nomeasaun árbitru daruak nian, no notifika lalais Sekretáriu-Jerál ASEAN nian kona-ba nomeasaun ne'e .(b) Karik Parte sira iha disputa la konsege halo ida-ne'e, kualkér Parte iha disputa bele husu ba Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian atu nomeia árbitru datoluk. Iha prazu loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hahú hosi loron simu pedidu ne'e, Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei nomeia árbitru datoluk, tuir rekomendasaun hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, hafoin konsulta hosi Komité Reprezentante Permanente ASEAN nian, no notofika lalais ba Sekretáriu-Jerál ASEAN no Parte sira iha disputa kona-ba nomeasaun ne'e.

(c) Árbitru datoluk sei preside ba tribunál arbitrál.

(d) Bainhira halo nomeasaun tuir Parágrafu 4(b) hosi Regra ida-ne'e, Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei nomeia nasionál ida hosi Estadu-Membru ASEAN nian, ne'ebé tama iha lista atu mantein tuir Regra 5, eseptu nia konklui katak sirkunstánsia esepsionál sira ezije solusaun seluk.

(e) Karik Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian maka sidadaun hosi Parte ida iha disputa, nomeasaun ba árbitru datoluk sei halo hosi Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN tuirmai nian, ne'ebé la'ós nasionál ida hosi Parte sira iha disputa.

5. Data atu harii tribunál arbitrál maka data ne'ebé nomeia árbitru datoluk. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei notifika lalais ba Estadu-Membru hotu-hotu kona-ba data ne'e.

6. Árbitru substitutu sei hetan nomeasaun tuir forma hanesan ne'ebé prevee ona ba nomeasaun árbitru inisiál no iha podér no knaar hanesan ho árbitru inisiál. Tribunál arbitrál nia serbisu sei suspende to'o árbitru substitutu ne'e hetan nomeasaun.

Regra 2: Inpugnasaun hosi árbitru ida

1. Kandidatu ba árbitru ida tenke fó sai ba sira ne'ebé kontaktu iha ámbitu ba eventuál nomeasaun ba kualkér sirkunstánsia ne'ebé bele hamosu dúvida justifikavel kona-ba ninia imparsialidade ka independénsia. Árbitru ida, bainhira hetan nomeasaun, sei fó sai sirkunstánsia sira-ne'e ba Parte sira iha disputa, salvu sira hetan ona informasaun kona-ba sirkunstánsia sira-ne'e.

2. Árbitru ruma bele hetan impugnasaun bainhira iha sirkunstánsia ruma ne'ebé hamosu dúvida justifikavel kona-ba nia imparsialidade ka independénsia.

3. Parte iha disputa bele impugna árbitru ne'ebé Parte ne'e nomeia de'it tanba razaun ne'ebé nia iha koñesimentu hafoin nomeasaun ne'e halo tiha.

4. Parte iha disputa ne'ebé iha intensaun atu impugna árbitru ida tenke haruka notifikasaun kona-ba ninia impugnasaun iha prazu loron tolunulu (30) nia laran hahú hosi loron simu notifikasaun kona-ba nomeasaun árbitru impugnadu nian ka iha prazu loron tolunulu (30)

nia laran hafoin sirkunstánsia sira ne'ebé refere atu iha Parágrafu 1 to'o 3 hosi Regra ida-ne'e hetan koñesimentu hosi Parte iha disputa ne'e.

5. Tenke notifika impugnasaun ne'e ba Parte seluk iha disputa, ba árbitru ne'ebé hetan impugnasaun no ba tribunál arbitrál nia membru sira seluk. Iha notifikasaun tenke hatudu impugnasaun nia motivu.

6. Kuandu árbitru ida hetan impugnasaun hosi Parte ida iha disputa, Parte seluk iha disputa bele konkorda ho impugnasaun ne'e. Árbitru bele mós, liu tiha impugnasaun, deziste hosi servisu iha tribunál arbitrál. Iha kazu sira ne'e la implika aseitasaun ba validade hosi fundamentu sira impugnasaun nian. Iha kazu rua ne'e, prosedimentu ne'ebé prevee iha Regra 1 sei uza tomak ba nomeasaun árbitru substitutu nian, maski durante prosesu nomeasaun árbitru impugnadu nian, Parte ida iha disputa la konsege ezerse nia direitu atu nomeia ka atu partisipa iha nomeasaun.

7. Karik Parte ida seluk iha disputa la konkorda ho impugnasaun no árbitru impugnadu la deziste, desizaun kona-ba impugnasaun sei halo hosi:

   (a) Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, iha konsulta ho Komité Reprezentante Permanente ASEAN nian, bainhira nomeasaun ne'e halo tuir Parágrafu (2) no (3) hosi Regra 1; ka

   (b) Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian, tuir rekomendasaun husi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian hafoin konsulta ho Komité Reprezentante Permanente ASEAN nian, bainhira nomeasaun ne'e halo tuir Parágrafu (4) hosi Regra 1.

8. Karik impugnasaun ne'e aseita, sei nomeia árbitru substitutu ida tuir prosedimentu sira ne'ebé aplikavel ba nomeasaun árbitru nian, hanesan prevee iha Regra 1.

Regra 3: Substituisaun ba árbitru ida

1. Iha kazu mate ka renúnsia hosi árbitru ida durante prosesu arbitrál nia laran, sei nomeia árbitru substitutu ida tuir prosedimentu iha Regra 1 ne'ebé aplikavel ba nomeasaun ba árbitru ne'ebé hetan substituisaun. Renúnsia hosi árbitru sei diriji ba tribunál arbitrál no notifika ba Sekretáriu-Jerál ASEAN no Parte sira iha disputa, no sei la sai efetivu salvu tribunál arbitrál determina katak iha razaun sufisiente atu simu renúnsia. Karik tribunál arbitrál determina nune'e, renúnsia ne'e sei produs efeitu iha data ne'ebé tribunál arbitrál dezigna. Iha kazu ne'ebé árbitru ida ne'ebé nia renúnsia la simu hosi tribunál hodi la partisipa iha arbitrajen, sei aplika Parágrafu 3 hosi Regra ida-ne'e.

2. Iha kazu ne'ebé árbitru falla atu atua ka iha kazu imposibilidade de Jure ka de facto atu hala'o nia funsaun sira, sei aplika prosedimentu kona-ba impugnasaun no substituisaun árbitru nian hanesan prevee iha Regra 2 no Parágrafu 1 husi Regra ida-ne'e, sujeita ba Parágrafu 3 husi Regra ida-ne'e.

3. Karik árbitru ida la partisipa iha arbitrajen, árbitru sira seluk sei, eseptu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk, iha podér tuir sira-nia diskrisaun rasik atu kontinua arbitrajen no atu foti desizaun, sentensa ka akórdaun ruma, maski iha fallansu ida árbitru atu partisipa. Hodi determina atu kontinua arbitrajen ka atu fó desizaun, sentensa ka akórdaun ruma, lahó partisipasaun hosi árbitru ida, árbitru sira seluk sei konsidera faze arbitrajen nian, razaun, karik iha, ne'ebé espresa hosi árbitru ba la -partisipasaun, no asuntu sira seluk ne'ebé sira konsidera adekuadu ba sirkunstánsia sira kazu nian. Iha kazu ne'ebé árbitru sira seluk determina atu la kontinua arbitrajen lahó árbitru ne'ebé la partisipa, tribunál arbitrál sei deklara kargu ne'e mamuk, no sei nomeia árbitru substitutu ida, tuir prosedimentu sira-ne'ebé aplikavel ba nomeasaun árbitru ida nian hanesan prevee ona ba iha Regra 1.

Regra 4: Repetisaun ba audiénsia sira

Karik tuir Regra 2 ka 3, Prezidente tribunál arbitrál nian hetan substituisaun, audiénsia hotu-hotu ne'ebé hala'o antes sei repete fila fali. Karik árbitru seluk ruma hetan substituisaun, audiénsia sira-ne'ebé hala'o antes bele repete tuir tribunál arbitrál nia kritériu.

Regra 5: Lista ema sira ne'ebé bele sai hanesan árbitru

1. sei elabora no mantein hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, Lista indivídu sira ne'ebé iha kualifikasaun tuir Parágrafu 2 no 3 hosi Artigu da-11 hosi Protokolu ida-ne'e, entre sira-ne'ebé bele nomeia hanesan árbitru sira, karik aplikavel, ne'ebé sei mantein Estadu-Membru sira informadu ba alterasaun ruma iha lista. Estadu-Membru ida-idak iha direitu atu aprezenta kandidatura na'in sanulu.

2. Estadu-Membru ida bele hasai ninia kandidatura ruma hosi lista. Retirada ne'e sei la afeta nomeasaun ne'ebé halo ona.

3. Bainhira, iha tempu ruma, ema sira-ne'ebé Estadu-Membru ida nomeia iha lista menus hosi na'in sanulu, Estadu-Membru ne'e iha direitu atu halo nomeasaun sira seluk bainhira presiza.

Regra 6: Prosesu aplikavel ba kazu sira ne'ebé envolve liu Estadu-Membru rua

1. Bainhira liu Estadu-Membru rua maka envolve iha disputa ida-ne'ebé relasiona ho asuntu hanesan, bele konstitui hosi tribunál arbitrál ida de'it, ne'ebé número árbitru sira sei sujeita ba akordu ad hoc ida hosi Estadu-Membru hotu-hotu ne'ebé envolve iha disputa, hodi ezamina keixa sira-ne'e. Iha kazu ne'e, prosedimentu sira ne'ebé prevee iha Regulamentu sira ne'e sei aplika to'o medida bo'ot ne'ebé posivel.

2. Tribunál arbitrál úniku sei organiza ninia ezame no halo ninia desizaun iha maneira ida-ne'ebé direitu sira-ne'ebé Parte sira iha disputa sei goza bainhira tribunál arbitrál ketak sira ezamina keixa sira-ne'ebé la hetan prejuízu ruma.

Regra 7: Parte Datoluk

Parte sira iha disputa bele konkorda atu fornese direitu adisionál sira ba sira ne'ebé prevee iha Artigu 13 hosi Protokolu ida-ne'e, ba Parte Datoluk ida kona-ba partisipasaun iha prosesu arbitrál. Bainhira fornese direitu adisionál sira, Parte sira iha disputa bele impoin kondisaun sira. Eseptu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk, tribunál arbitrál sei la fó direitu adisionál ruma ba Parte Datoluk ruma kona-ba partisipasaun iha prosesu arbitrál.

Regra 8: Prosedimentu sira arbitrajen nian

1. Tribunál arbitrál sei aplika prosedimentu sira-ne'ebé prevee iha Regulamentu ne'e. Tribunál arbitrál bele adota prosedimentu adisionál sira ne'ebé la iha konflitu ho Protokolu ida-ne'e ka Regulamentu sira ne'e.

2. Tribunál arbitrál tenke, bainhira de'it maka bele, iha prazu loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hahú hosi loron ne'ebé nia harii, fiksa oráriu ba prosesu arbitrál. Prosesu arbitrál, hahú hosi loron ne'ebé harii tribunal arbitrál to'o loron ne'ebé fó desizaun finál, labele liu prazu fulan neen, eseptu kuandu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk.

3. Parte ida-idak iha disputa sei iha oportunidade atu hatudu ho eskrita faktu sira kona-ba nia kazu, nia argumentu no kontra-argumentu sira. Oráriu ne'ebé maka tribunál arbitrál fiksa sei inklui prazu sira ba aprezentasaun sira hosi Parte sira iha disputa no Parte Datoluk sira.

4. Oráriu ne'ebé tribunál arbitrál fiksa tenke prevee pelumenus audiénsia dala ida ba Parte sira iha disputa atu aprezenta sira-nia kazu ba tribunál arbitrál.

5. Tribunál arbitrál tenke konsulta regularmente Parte sira iha disputa no fó oportunidade adekuada ba dezenvolvimentu solusaun ne'ebé konkorda hamutuk ba disputa ne'e.

Regra 9: Suspensaun ba prosesu sira

Parte sira iha disputa bele konkorda katak tribunál arbitrál suspende ninia serbisu iha kualkér tempu ba períodu ida-ne'ebé la liu fulan sanulu-resin-rua (12) hahú hosi data akordu ne'e nian. Iha prazu ida-ne'e nia laran, prosesu arbitrál ne'ebé suspende ona sei hahú fali tuir pedidu hosi kualkér Parte iha disputa. Karik tribunál arbitrál nia servisu hetan suspensaun beibeik liu fulan sanulu-resin-rua (12), tribunál arbitrál sei hotu nia atividade, salvu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk.

Regra 10: Likidasaun ka fundamentu sira seluk ba terminasaun

1. Karik, molok halo sentensa, Parte sira ne'ebé iha disputa konkorda kona-ba solusaun ba disputa, tribunál arbitrál sei hasai orden atu termina prosesu arbitrál ka, karik Parte sira ne'ebé iha disputa husu no hetan aseitasaun hosi tribunál arbitrál, rejista solusaun iha forma sentensa arbitrál nian tuir termu sira-ne'ebé konkorda ona. Tribunál arbitrál la iha obrigasaun atu fó razaun sira ba desizaun hanesan ne'e.

2. Karik, molok halo desizaun, prosedimentu arbitrál nia kontinuasaun sai desnesesáriu ka imposivel tanba razaun ruma ne'ebé la temi iha parágrafu 1 hosi Regra ida-ne'e, tribunál arbitrál tenke informa ba Parte sira iha disputa kona-ba nia intensaun atu hasai orden ba prosesu arbitrál nia terminasaun. Tribunál arbitrál sei iha podér atu fó sai orden hanesan ne'e, salvu Parte ida iha disputa ne'e hamosu fundamentu justifikavel ba objesaun.

3. Kópia sira hosi orden atu termina prosesu arbitrál ka hosi desizaun arbitrál tuir termu sira-ne'ebé konkorda ona, ne'ebé asina hosi árbitru sira, sei komunika hosi tribunál arbitrál ba Parte sira iha disputa, Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ba Parte Datoluk sira, karik iha, no ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian, iha ne'ebé arbitrajen ne'e dirije hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian.

Regra 11: Kustu sira

1. Parte ida-idak iha disputa sei suporta despeza sira simu kustu sira hosi árbitru ne'ebé nia nomeia tuir Parágrafu 2 hosi Regra 1 ka hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian tuir Parágrafu 3 hosi Regra 1, no nia despeza rasik no kustu legál sira.

2. Kustu sira ba Prezidente Tribunál arbitrál nian no despeza sira seluk ne'ebé asosiadu ho kondusaun ba prosesu arbitrál nian sei responsabiliza iha parte hanesan hosi Parte sira ne'ebé iha disputa.

Regra 12: Fatin arbitrajen nian

1. Salvu Parte sira iha disputa konkorda buat seluk, fatin ba arbitrajen sei iha Sekretariadu ASEAN, Jakarta, República Indonézia.

2. Tribunál arbitrál bele hala'o reuniaun sira ba konsulta entre nia membru sira tantu iha fatin arbitrajen nian, ka iha fatin seluk ruma ne'ebé ida-ne'e sei hamenus kustu hosi reuniaun sira-ne'e.

3. Desizaun tenke halo iha arbitrajen nia fatin.

Regra 13: Lian

1. Arbitrajen nia lian maka Inglés.

2. Tribunál arbitrál bele haruka atu dokumentu ruma ne'ebé aprezenta iha prosesu arbitrál nia laran, ne'ebé entrega iha nia lian orijinál, tenke akompaña ho tradusaun ba lian Inglés.

Regra 14: Desizaun sira

Tribunál arbitrál nia desizaun sira sei foti ho votu maioria hosi nia árbitru sira. Kuandu laiha maioria, Prezidente tribunál arbitrál nian sei iha votu determinante.

Regra 15: Falta ba komparénsia

Karik Parte ruma iha disputa la mosu iha tribunál arbitrál ka la defende nia kazu, Parte seluk iha disputa bele husu ba tribunál arbitrál atu kontinua prosesu arbitrál no atu halo nia desizaun. Auzénsia hosi Parte iha disputa ka fallansu hosi Parte iha disputa atu defende nia kazu sei la konstitui impedimentu ba prosesu arbitrál.

Regra 16: Fundamentu sira kona-ba kompeténsia tribunal arbitrál nian

1. Tribunál arbitrál iha podér atu deside kona-ba objesaun ne'ebé dehan katak nia la iha kompeténsia.

2. Fundamentu ne'ebé dehan tribunál arbitrál la iha kompeténsia tenke hatoo la tarde liu loron audiénsia dahuluk iha tribunál arbitrál.

3. Jeralmente, tribunál arbitrál tenke deside kona-ba fundamentu kona-ba ninia kompeténsia nu'udar kestaun preliminár. Maibé, tribunál arbitrál bele kontinua ho arbitrajen no deside kona-ba fundamentu ne'e iha ninia desizaun finál.

Regra 17: Desizaun

1. Tribunál arbitrál nia desizaun sei halo ho eskritu no limita de'it ba disputa nia matéria. Tribunál arbitrál sei estabelese iha ninia desizaun: (a) seksaun deskritiva ida-ne'ebé halo rezumu ba faktu sira kazu nian no argumentu sira hosi Parte sira iha disputa no Parte Datoluk sira, karik iha; no (b) ninia desizaun sira kona-ba interpretasaun ka aplikasaun hosi Karta ASEAN nian ka kualkér instrumentu ASEAN nian ne'ebé sita hosi Parte sira iha disputa, no razaun sira ba desizaun sira-ne'e.

2. Kualkér membru tribunál arbitrál nian bele tau paresér ketak ka opiniaun ne'ebé la konkorda ba desizaun.

3. Desizaun tenke asina hosi árbitru sira no tenke tau loron no fatin iha ne'ebé desizaun ne'e halo. Desizaun tenke hatudu razaun ba auzénsia hosi asinatura hosi árbitru ruma.

4. Kópia sira desizaun nian ne'ebé asina hosi árbitru sira sei haruka hosi tribunál arbitrál ba Parte sira iha disputa no ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. Bainhira arbitrajen dirije hosi desizaun Konsellu Kordenadór ASEAN nian tuir Artigu 9 hosi Protokolu ida-ne'e, tribunál arbitrál sei notifika Konsellu Koordenadór ASEAN kona-ba ninia desizaun.

INSTRUMENTU INKORPORASAUN REGRA SIRA BA REFERÉNSIA DISPUTA SIRA LA REZOLVIDU IHA SIMEIRA ASEAN BA PROTOKOLU KARTA ASEAN KONA-BA MEKANIZMU REZOLUSAUN DISPUTA SIRA

Governu sira, Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN), iha ne'e refere koletivamente hanesan "Estadu-Membru sira" ka individualmente hanesan "Estadu-Membru";

REKORDA katak Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu Rezolusaun Disputa sira nian asina ona iha loron 8 fulan Abril tinan 2010, ne'ebé tuir mai refere nu'udar "Protokolu";

KONSIDERA katak Protokolu seidauk tama iha vigór;

REKORDA MÓS katak Regra sira ba Referénsia ba Disputa sira-ne'ebé seidauk rezolve ba Simeira ASEAN nian adota hosi Ministru Negósiu Estranjeiru sira ASEAN nian iha loron 27 fulan Outubru tinan 2010 iha Ha Noi;

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

ARTIGU 1

Aneksu hosi Instrumentu ida-ne'e nian, ne'ebé ho títulu "Regra sira ba Referénsia Disputa sira-ne'ebé seidauk rezolve ba Simeira ASEAN nian", sei inkorpora hanesan Aneksu 5 ba Protokolu no konstitui aneksu ida tuir Artigu 20 hosi ida-ne'e

ARTIGU 2

1. Instrumentu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira asina.

2. Aneksu 5 ba Protokolu sei aplika ba kualkér referénsia kona-ba disputa sira-ne'ebé seidauk rezolve ba Simeira ASEAN nian bainhira Protokolu tama iha vigór.

3. Instrumentu ratifikasaun ba Protokolu hosi kualkér Estadu-Membru sei reprezenta mós ninia konsentimentu atu vinkula hosi aneksu 5 ba Protokolu.

4. Instrumentu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikada ida-ne'e nian ba Estadu-Membru ida-idak.

HANESAN SASIN IDA-NE'E, sira-ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Instrumentu Inkorporasaun hosi Regra sira Referénsia nian hosi Disputa sira-ne'ebé seidauk Rezolve ba Simeira ASEAN nian ba Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu ba Rezolusaun Disputa nian.

HALO iha Ha Noi, Vietname, iha Loron Ruanulu-resin-hitu fulan Outubru Tinan Rihun Rua Sanulu, iha kópia ida de'it iha lian Inglés.

Husi Brunei Darussalam:

MOHAMED BOLKIAH
Ministru Negósiu Estrangeiru no Komérsiu

Husi Reinu Kambodia:

HOR NAMHONG
Vise Primeiru Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru no Kooperasaun Internasionál

Husi República Indonézia:

DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Demokrátika Populár Laos:

DR. THONGLOUN SISOULITH
Vise Primeiru Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Malázia:

DATUK RICHARD RIOT ANAK JAEM
Vise-Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Uniaun Mianmar:

NYAN WIN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Filipina:

ALBERTO G. ROMULO
Sekretáriu Negósiu Estranjeiru

Husi República Singapura:

GEORGE YONG-BOON YEO
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Reinu Tailándia:

KASIT PIROMYA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Sosialista Vietnam:

DR. PHAM GIA KHIEM
Vise Primeiru Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

ANEKSU 5

REGRA SIRA BA REFERÉNSIA DISPUTA SIRA LA REZOLVIDU BA SIMEIRA ASEAN NIAN

Regra sira-ne'e elabora tuir Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu ba Rezolusaun Disputa sira nian ne'ebé asina iha loron 8 fulan Abril tinan 2010 iha Ha Noi ("Protokolu") no aneksa ona ba Protokolu.

Regra 1

Disputa ne'ebé seidauk rezolve tuir Protokolu sei refere ba Simeira ASEAN tuir maneira ne'ebé hatuur iha regra sira iha kraik.

Regra 2

Parte ida iha disputa bele notifika Konsellu Koordenadór ASEAN nian kona-ba disputa ne'ebé seidauk rezolve iha ne'ebé:

1. Parte sira iha disputa la konsege hala'o orientasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN hanesan hakerek iha Artigu 9 hosi Protokolu nian iha prazu loron 150 iha kazu arbitrajen nian, no loron 45 iha kazu ofisiu di'ak sira, mediasaun ka konsiliasaun nian, hahú hosi loron simu notifikasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian, ka kualkér liña tempu ne'ebé maka Parte sira konkorda ona;

2. Parte sira-ne'ebé iha disputa hala'o ona orientasaun hosi Konsellu Koordenadór ASEAN maibé disputa ne'e seidauk rezolve; ka

3. Konsellu Koordenadór ASEAN labele hetan desizaun kona-ba oinsá atu rezolve disputa ne'e tuir Parágrafu 4 hosi Artigu 9 hosi Protokolu ida-ne'e; ka

4. Parte sira iha disputa deside hamutuk katak sira labele rezolve disputa liuhosi aplikasaun mekanizmu sira ba rezolusaun disputa nian hanesan prevee iha Protokolu ida-ne'e ne'ebé sira konkorda hamutuk ona.

Regra 3

1. Bainhira simu notifikasaun kona-ba disputa ne'ebé seidauk rezolve tuir Regra 2, Konsellu Koordenadór ASEAN sei informa ba Parte sira seluk hotu iha disputa kona-ba notifikasaun ne'e.

2. Molok disputa ne'ebé seidauk rezolve hanesan temi iha Regra 2 refere ba Simeira ASEAN nian, Konsellu Koordenadór ASEAN nian, iha loron 45 nia laran, bele konsidera sujere, rekomenda ka fornese asisténsia, tuir apropriadu, ba Parte sira iha disputa atu rezolve disputa liuhosi mekanizmu ba rezolusaun disputa sira seluk ne'ebé prevee tuir Protokolu ida-ne'e.

3. Bainhira Konsellu Koordenadór ASEAN halo sujestaun ka rekomendasaun ruma ka fó asisténsia ba Parte sira iha disputa tuir Parágrafu 2 hosi Regra ida-ne'e, Par-

te sira iha disputa bele konkorda atu rezolve sira-nia disputa liuhosi mekanizmu rezolusaun disputa seluk ruma. Iha kazu hanesan ne'e, Parte sira iha disputa sei informa Konsellu Koordenadór ASEAN nian kona-ba akordu no rezultadu hosi mekanizmu rezolusaun disputa ne'ebé sira utiliza.

Regra 4

1. Konsellu Koordenadór ASEAN nian haruka disputa ne'ebé seidauk rezolve ba Simeira ASEAN nian iha loron 90 nia laran hafoin simu notifikasaun tuir Regra 2 ka prazu ruma ne'ebé konsidera apropriadu hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian hafoin aplikasaun hosi Parágrafu 2 hosi Regra 3 ka Parágrafu 3 hosi Regra 3.

2. Referénsia ba Simeira ASEAN nian tuir Parágrafu 1 hosi Regra ida-ne'e, sei akompaña ho relatóriu hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian ba Simeira ASEAN nian atu nune'e bele fasilita rezolusaun disputa nian, no memorandu ka submisaun sira-ne'ebé prepara hosi respetiva Parte sira ba disputa iha prosesu inisiál rezolusaun disputa nian, karik iha.

3. Relatóriu Konsellu Koordenadór ASEAN nian ba Simeira ASEAN tenke iha informasaun sira tuirmai ne'e:

   (a) sumáriu ida kona-ba disputa;

   (b) asaun sira-ne'ebé maka Parte sira iha disputa halo hodi rezolve disputa;

   (c) asaun sira-ne'ebé foti hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian hodi rezolve disputa, inklui asaun ruma tuir Parágrafu 2 hosi Regra 3;

   (d) rekomendasaun ruma ne'ebé Konsellu Koordenadór ASEAN hakarak atu halo ba Simeira ASEAN nian kona-ba oinsá disputa ne'e bele rezolve (ne'ebé bele inklui rekomendasaun ida katak disputa ne'e bele refere ba painél peritu ida atu fó konsellu ba Simeira ASEAN nian kona-ba rezolusaun disputa nian).

Regra 5

1. Parte iha disputa ne'ebé notifika ona Konsellu Koordenadór ASEAN nian kona-ba disputa ne'ebé seidauk rezolve tuir Regra 2 iha leten bele, iha kualkér tempu bainhira Parte referidu konsidera katak disputa ne'e la'ós ona la rezolve, retira ninia notifikasaun ba Konsellu Koordenadór ASEAN.

2. Parte sira-ne'ebé iha disputa bele, iha kualkér momentu, informa ba Konsellu Koordenadór ASEAN nian katak sira hakarak retira hamutuk referénsia hosi sira-nia disputa ne'ebé seidauk rezolve ba Simeira ASEAN nian, ho esplikasaun espresa kona-ba levantamentu ne'e ne'ebé bele espesifika katak disputa ne'e la'ós ona la rezolve ka katak disputa ne'e sei rezolve ho maneira seluk ruma.

INSTRUMENTU INKORPORASAUN REGRA SIRA HUSI REFERÉNSIA INKUMPRIMENTU BA SIMEIRA ASEAN BA PROTOKOLU KARTA ASEAN KONA-BA MEKANISMU REZOLUSAUN LITÍJIU SIRA

Governu sira, Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Laos, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no Sosialista República Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN), iha ne'e refere koletivamente hanesan "Estadu-Membru sira" ka individualmente hanesan "Estadu-Membru";

REKORDA katak Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu sira Rezolusaun Disputa nian, ne'ebé tuirmai refere hanesan "Protokolu", asina iha loron 8 fulan Abril tinan 2010;

KONSIDERA katak Protokolu seidauk tama iha vigór;

REKORDA MÓS katak Regra sira ba Referénsia ba Inkumprimentu ba Simeira ASEAN nian adota hosi Ministru Negósiu Estranjeiru sira ASEAN nian iha loron 2 fulan Abril tinan 2012 iha Phnom Penh, Kamboja;

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

ARTIGU 1

Aneksu hosi Instrumentu ida-ne'e, ne'ebé ho títulu "Regra sira ba Referénsia Inkumprimentu ba Simeira ASEAN", sei inkorpora hanesan Aneksu 6 ba Protokolu no konstitui aneksu ida tuir Artigu 20 hosi ida-ne'e.

ARTIGU 2

1. Instrumentu ida-ne'e tama iha vigór bainhira asina.

2. Aneksu 6 hosi Protokolu sei aplika bainhira Protokolu tama iha vigór.

3. Instrumentu Ratifikasaun ba Protokolu hosi kualkér Estadu-Membru reprezenta mós nia konsentimentu atu vinkula aneksu 6 hosi Protokolu.

4. Instrumentu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikada ida-ne'e nian ba Estadu-Membru ida-idak.

HANESAN SASIN IDA-NE'E, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Instrumentu Inkorporasaun hosi Regra sira Referénsia Inkumprimentu nian ba Simeira ASEAN nian ba Protokolu ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu ba Rezolusaun Disputa nian.

HALO iha Phnom Penh, Reinu Kamboja nian, iha Loron Daruak fulan Abril nian iha Tinan Rihun Rua Sanulu-resin-rua, iha kópia ida de'it iha lian Inglés.

Husi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO LIM JOCK SENG
Segundu Ministru Negósiu Estrangeiru no Komérsiu

Husi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
HOR NAMHONG
Vise Primeiru Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru no Kooperasaun Internasionál

Husi República Indonézia:
[Asinatura]
DR. R.M. MARTY M. NATALEGAWA
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
DR. THONGLOUN SISOULITH
Vise Primeiru Ministru no Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi Malázia:
[Asinatura]
DATO' SRI ANIFAH BIN HAJI AMAN
Vise-Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Uniaun Mianmar:
[Asinatura]
WUNNA MAUNG LWIN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Filipina:
[Asinatura]
ALBERT F. DEL ROSARIO
Sekretáriu Negósiu Estranjeiru

Husi República Singapura:
[Asinatura]
K. SHANMUGAM
Ministru Negósiu Estranjeiru no Ministru ba Direitu

Husi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
SURAPONG TOVICHAKCHAIKUL
Ministru Negósiu Estranjeiru

Husi República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
PHAM BINH MINH
Ministru Negósiu Estranjeiru

ANEKSU 6
REGRA SIRA BA REFERÉNSIA
INKUMPRIMENTU BA SIMEIRA ASEAN NIAN

Regra sira-ne'e halo ona ba objetivu Protokolu nian ba Karta ASEAN nian kona-ba Mekanizmu sira Rezolusaun Disputa nian ne'ebé asina iha loron 8 fulan Abril tinan 2010 iha Ha Noi ("Protokolu") no tuir Parágrafu 2 hosi Artigu 27 hosi Karta ASEAN no aneksa ona ba Protokolu.

Regra 1

(a) Ba objetivu sira hosi Regra sira-ne'e, "Estadu-Membru ruma ne'ebé afetadu hosi inkumprimentu" sei signifika Estadu-Membru ASEAN ruma ne'ebé maka sai Parte ba disputa ne'ebé maka instánsia inkumprimentu nian relasiona.

(b) Kualkér Estadu-Membru ne'ebé afetadu hosi inkumprimentu ho desizaun arbitrál ka solusaun ba akordu ne'ebé rezulta hosi ofisiu di'ak, mediasaun ka konsiliasaun tuir Protokolu, bele refere asuntu ne'e ba Simeira ASEAN nian hodi hetan desizaun, liuhosi notifikasaun ba Konsellu Kordenadór ASEAN nian.

Regra 2

Bainhira simu notifikasaun kona-ba inkumprimentu tuir Regra 1, Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei informa Estadu-Membru sira seluk hotu ne'ebé maka sai hanesan Parte ba disputa ne'ebé maka instánsia inkumprimentu nian relasiona ho notifikasaun ne'e.

Regra 3

(a)Molok inkumprimentu ida submete ba Simeira ASEAN nian, Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei tenta atu fasilita konsulta sira entre Estadu-Membru sira ne'ebé maka sai hanesan Parte ba disputa ne'ebé maka instánsia inkumprimentu nian relasiona ho hanoin atu fasilita kumprimentu ba desizaun arbitrál ka solusaun ba akordu nian lahó referénsia ba Simeira ASEAN nian. Bainhira Estadu-Membru sira-ne'e konsulta ona entre sira, sira sei relata rezultadu konsulta nian ba Konsellu Koordenasaun ASEAN nian.

(b) Konsellu Koordenadór ASEAN nian bele autoriza Prezidente Konsellu Koordenadór ASEAN nian, ka ema seluk ruma, atu fasilita konsulta sira tuir Parágrafu (a) husi Regra ida-ne'e, no relata ba nia rezultadu hosi konsulta sira.

Regra 4

Estadu-Membru ruma ne'ebé afetadu hosi inkumprimentu bele, iha kualkér tempu, retira nia referénsia hosi inkumprimentu ba Simeira ASEAN nian ne'ebé halo tuir Parágrafu (b) hosi Regra 1, inklui bainhira Estadu-Membru ne'e satisfeitu ho rezultadu hosi konsulta sira tuir Regra 3. Deziténsia ne'e tenke halo ho eskrita.

Regra 5

(a) Konsellu Koordenadór ASEAN nian sei refere inkumprimentu ba Simeira ASEAN nian iha loron 90 nia laran hafoin simu notifikasaun tuir Regra 1 ka iha prazu seluk ne'ebé konkorda hosi Estadu-Membru sira-ne'ebé maka sai hanesan Parte ba disputa ne'ebé maka instánsia hosi inkumprimentu relasiona.

(b) Referénsia hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian ba Simeira ASEAN kona-ba instánsia inkumprimentu nian sei akompaña ho relatóriu ida hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian ne'ebé hatuur buat sira tuirmai:

(i) desizaun arbitrál ka solusaun ba akordu ne'ebé iha kestaun;

(ii) informasaun ne'ebé fornese hosi Parte relevante sira ba disputa ne'ebé instánsia inkumprimentu nian relasiona, kona-ba asaun sira ne'ebé foti atu asegura kumprimentu ho desizaun arbitrál ka solusaun ba akordu ne'ebé iha kestaun;

(iii) asaun sira ne'ebé Konsellu Koordenadór ASEAN foti hodi fasilita konsulta sira;

(iv) referénsia ba relatóriu Sekretáriu-Jerál hosi ASEAN submete ba Simeira ASEAN tuir Parágrafu 1 hosi Artigu 27 hosi Karta ASEAN nian, karik iha; no

(v) rekomendasaun sira hosi Konsellu Koordenadór ASEAN nian, karik iha.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 40/2025

de 15 de Outubro

APROVA, PARA ADESÃO, O ACORDO MULTILATERAL DA ASEAN SOBRE A LIBERALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS DE PASSAGEIROS E OS SEUS PROTOCOLOS

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste reiterou, desde a sua independência, o seu compromisso com o multilateralismo, a integração regional e a consolidação de relações de cooperação com os seus parceiros do Sudeste Asiático;

Tendo em conta que na 40.ª e 41.ª Cimeiras da ASEAN, realizadas em Phnom Penh, Camboja, em novembro de 2022, os líderes dos países da ASEAN decidiram, em princípio, admitir Timor-Leste como 11.º Estado-Membro da organização;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Atendendo a que o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a Liberalização Total dos Serviços de Passageiros (MAFLPAS, na sigla em inglês), assinado em 2010, estabelece um regime jurídico vinculativo para a liberalização dos serviços aéreos regulares de passageiros entre os Estados-Membros da ASEAN, com concessão de direitos de terceira, quarta e quinta liberdades entre cidades designadas, e é complementado por quatro Protocolos que disciplinam esses direitos e operações de code-share e co-terminalização, em rotas internacionais e sem cabotagem;

Considerando que a aviação civil é um setor estratégico para o desenvolvimento económico e para a mobilidade dos cidadãos, constituindo um dos pilares centrais da integração regional no espaço ASEAN;

Reconhecendo que a adesão ao MAFLPAS e aos seus Protocolos reforça a soberania funcional de Timor-Leste na formulação da sua política de transporte internacional, promove a conetividade aérea, o comércio, o turismo e o investimento e posiciona o País como um parceiro pleno nas deliberações regionais;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, aprovar, para adesão, o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a Liberalização Total dos Serviços de Passageiros, adotado em 12 de novembro de 2010, e os seus Protocolos, cujas versões autênticas em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versões autênticas na língua inglesa

ASEAN MULTILATERAL AGREEMENT ON FULL LIBERALISATION OF PASSENGER AIR SERVICES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred as "Lao PDR"), Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (hereinafter collectively referred to as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party")

RECALLING the earlier ASEAN Leaders' decision to establish by 2020 the ASEAN Community, including the ASEAN Economic Community (AEC) made in the Declaration of ASEAN Concord II in Bali, Indonesia on 7 October 2003;

AFFIRMING the policy agenda for progressive implementation of full liberalisation and integration of air services in ASEAN as laid down in the Action Plan for ASEAN Air Transport Integration and Liberalisation adopted at the Tenth (10th) ASEAN Transport Ministers' (ATM) Meeting on 23 November 2004 in Phnom Penh, Cambodia;

RECALLING the Vientiane Action Programme adopted at the Tenth (10th) ASEAN Summit on

29 November 2004 in Vientiane, Lao PDR, which calls for accelerating open sky arrangements and advancing liberalisation in air transport services;

BEING committed to maintain, further develop and strengthen friendly relations and cooperation between and among their countries;

RECOGNISING that efficient and competitive international air services are important to develop trade, benefit consumers, and promote economic growth;

DESIRING to ensure the highest degree of safety and security in international air transport and reaffirm their grave concern about acts or threats against the security of aircraft, which jeopardise the safety of persons or property, adversely affect the operation of air transportation, and undermine public confidence in the safety of civil aviation;

DESIRING to facilitate and enhance air services and their related activities, to complement the other transport facilitation and liberalisation efforts in ASEAN;

REAFFIRMING our collective commitment to build the ASEAN Single Aviation Market by 2015;

BEING Parties to the Convention on International Civil Aviation, opened for signature at Chicago on

7 December 1944, and desiring to adhere to the principles and provisions of the aforesaid Convention; and

DESIRING to conclude an ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Agreement only, unless the context otherwise requires:

1. The term "the Convention" means the Convention on International Civil Aviation opened for signature at Chicago on 7 December 1944, and includes: (i) any amendment that has entered into force under Article 94(a) of the Convention and has been ratified by all the Contracting Parties to this Agreement, and (ii) any Annex or any amendment thereto adopted under Article 90 of the Convention, insofar as such Annexes or amendments are, at any given time, effective for all the Contracting Parties to this Agreement;

2. The term "aeronautical authorities" means the Minister responsible for Civil Aviation, or any person or body authorised to perform any functions at present exercisable by him or similar functions;

3. The term "designated airline" means an airline which has been designated and authorised in accordance with Article 3 (Designation and Authorisation of Airlines) of this Agreement;

4. The term "territory" means the land territory, internal waters, territorial sea, archipelagic waters, the seabed and the sub-soil thereof and the airspace above them;

5. The terms "air service", "international air service", and "airline" have the meanings respectively assigned to them in Article 96 of the Convention;

6. The term "tariff" means the prices to be paid for the carriage of passengers and cargo and the conditions under which those prices apply, including prices and conditions for agency and other auxiliary services but excluding remuneration and conditions for the carriage of mail;

7. The term "specified routes" means the routes specified in the route schedule annexed to this Agreement;

8. The term "agreed services" means scheduled air services performed for the carriage of passengers, cargo and/or mail, separately or in combination, for remuneration or hire on the specified routes;

9. The term "stop for non-traffic purposes" means a landing for any purpose other than taking on or discharging passengers, cargo and/or mail in international air services;

10. The term "user charges" means a charge imposed on airlines by the competent authorities, or permitted by them to be imposed, for the provision of airport property or facilities or of air navigation facilities, including related services and facilities for aircraft, their crew, passengers and cargo;

11. The term "Agreement" means this Agreement, its Annexes and its Implementing Protocols and any amendments thereto;

12. The term "Depositary" means the Secretary-General of ASEAN; and

13. All references to the singular shall include the plural, and all references to the plural shall include the singular.

ARTICLE 2
GRANT OF RIGHTS

1. Each Contracting Party grants to the other Contracting Parties the following rights for the conduct of international air services by the designated airlines of the other Contracting Parties:

   a) the right to fly across its territory without landing;

   b) the right to make stops in its territory for non-traffic purposes; and

   c) the rights otherwise specified in this Agreement, including those rights stated in the Annex I (Scheduled Air Services) and, where applicable, Annex II (Implementing Protocols).

2. The airline(s) of each Contracting Party, other than those designated under Article 3 (Designation and Authorisation of Airlines) of this Agreement, shall also enjoy the rights specified in paragraphs 1 (a) and (b) of this Article. These airlines shall be required to meet other conditions prescribed under the laws, regulations and rules normally applied to the operation of the international air services by the Contracting Party considering the application.

3. Nothing in this Agreement shall be deemed to confer on the airline(s) of one Contracting Party the right to take on board, in the territory of another Contracting Party, passengers, baggage, cargo, or mail carried for remuneration and destined for another point in the territory of that other Contracting Party.

ARTICLE 3
DESIGNATION AND AUTHORISATION OF AIRLINES

1. Each Contracting Party shall have the right to designate as many airlines as it wishes for the purpose of conducting international air services in accordance with this Agreement and to withdraw or alter such designation. Such designation shall be transmitted in writing through diplomatic channels to the Depositary who shall subsequently inform all the Contracting Parties.

2. On receipt of such a designation, and of application from the designated airline(s), in the form and manner prescribed for operating authorisation and technical permission, each Contracting Party shall grant the appropriate authorisation and technical permission with minimum procedural delay, provided that:

   a) (i) substantial ownership and effective control of that airline are vested in the Contracting Party designating the airline, nationals of that Contracting Party, or both; or

   (ii) subject to acceptance by a Contracting Party re-ceiving such application, the designated airline which is incorporated and has its principal place of business in the territory of the Contracting Party that designates the airline, is and remains substantially owned and effectively controlled by one or more ASEAN Member States and/or its nationals, and the Contracting Party designating the airline has and maintains effective regulatory control; or

   (iii) subject to acceptance by a Contracting Party receiving such application, the designated airline is incorporated in and has its principal place of business in the territory of the Contracting Party that designates the airline in which the Contracting Party designating the airline, has and maintains effective regulatory control of that airline, provided that such arrangements will not be equivalent to allowing that airline or its subsidiaries access to traffic rights not otherwise available to that airline; and

   b) the designated airline is qualified to meet other conditions prescribed under the laws, regulations, and rules not normally applied to the operation of international air services by the Contracting Party considering the application; and

   c) the Contracting Party designating the airline is in compliance with the provisions set out in Article 5 (Safety) and Article 6 (Aviation Security) of this Agreement.

3. The Contracting Parties granting operational authorizations in accordance with accordance with paragraph 2 of this Article shall notify such action to the Depositary who will subsequently inform all the Contracting Parties.

ARTICLE 4
WITHHOLDING, REVOCATION, SUSPENSION AND LIMITATION OF AUTHORISATION

1. Each Contracting Party shall have the right to withhold,

revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisations or technical permission referred to in Article 3 (Designation and Authorisation of Airlines) of this Agreement with respect to an airline designated by another Contracting Party, temporarily or permanently where:

a) the airline has failed to prove that it is qualified under Article 3 paragraphs 2 (a) (i) or (ii) or (iii) as applicable; or

b) the airline has failed to comply with laws, regulations, and rules referred to in Article 14 (Application of Laws and Regulations) of this Agreement; or

c) the other Contracting Party is not maintaining and administering the standards as set forth in Article 5 (Safety) of this Agreement.

2. Unless immediate action is essential to prevent further noncompliance with paragraphs 1 (b) or 1 (c) of this Article, the rights established by this Article shall be exercised only after consultations with the Contracting Party designating the airline, in accordance with the provisions set forth in Article 16 (Consultations and Amendments).

3. A Contracting Party that has exercised its right to withhold, revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisation or technical permission of an airline in accordance with paragraph 1 of this Article shall notify its action to the Depositary and the Depositary shall subsequently inform all the Contracting Parties.

4. This Article does not limit the rights of any Contracting Party to withhold, revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisation or technical permission of an airline(s) of the other Contracting Parties in accordance with the provisions of Article 6 (Aviation Security).

ARTICLE 5
SAFETY

1. Each Contracting Party shall recognise as valid, for the purpose of operating the air services provided for in this Agreement, certificates of airworthiness, certificates of competency, and licences issued, or validated by the Contracting Party that designates that said airline and still in force, provided that the requirements for such certificates or licences are at least equal to the minimum standards which may be established pursuant to the Convention. Each Contracting Party reserves the right, however, to refuse to recognise as valid for the purpose of flight above its territory, certificates of competency and licences granted to or validated for its own nationals by another Contracting Party.

2. Each Contracting Party may request consultations concerning the aviation safety and security standards maintained by another Contracting Party relating to aeronautical facilities, flight crew, aircraft, and operation of that other Contracting Party's designated airline(s). If, following such consultations, the first Contracting Party finds that the other Contracting Party does not effectively maintain and administer safety and aviation security standards and requirements in these areas that are at least equal to the minimum standards which may be established pursuant to the Convention, the other Contracting Party shall be notified of such findings and the steps considered necessary to conform with these minimum standards; and the other Contracting Party shall take appropriate corrective action. Each Contracting Party reserves the right to withhold, revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisation or technical permissions of an airline or airlines designated by the other Contracting Party in the event the other Contracting Party does not take such appropriate corrective action within a reasonable time.

ARTICLE 6
AVIATION SECURITY

1. In accordance with their rights and obligations under international law, the Contracting Parties reaffirm their obligation to one another to protect the security of civil aviation against acts of unlawful interference forms an integral part of this Agreement. Without limiting the generality of their rights and obligations under international law, the Contracting Parties shall in particular act in conformity with the provisions of the Convention on Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft, signed at Tokyo on 14 September 1963, the Convention for the Suppression of Unlawful Seizure of Aircraft, signed at The Hague on 16 December 1970, the Convention for the Suppression of Unlawful Acts against the Safety of Civil Aviation, signed at Montreal on 23 September 1971, as well as any other convention or protocol relating to the security of civil aviation which all the Contracting Parties adhere to.

2. The Contracting Parties shall provide upon request all necessary assistance to one another to prevent acts of unlawful seizure of civil aircraft and other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airports and air navigation facilities, and to address any other threats to the security of civil aviation.

3. The Contracting Parties shall, in their mutual relations, act in conformity with the aviation security provisions established by the International Civil Aviation Organisation (ICAO) and designated as Annexes to the Convention; they shall require that operators of aircraft of their registry, operators of aircraft who have their principal place of business or permanent residence in their territory, and the operators of airports in their territory act in conformity with such aviation security provisions.

4. Each Contracting Party shall observe the aviation security provisions required by the other Contracting Parties

for entry into, departure from, and while within their respective territories and to take adequate measures to protect aircraft and to inspect passengers, crew, and their carry-on items, as well as cargo and aircraft stores, prior to and during loading or unloading. Each Contracting Party shall also give positive consideration to any request from another Contracting Party for special security measures to meet a particular threat.

5. When an incident or threat of an incident of unlawful seizure of civil aircraft or other unlawful acts against the safety of aircraft, passengers and crew, airports or air navigation facilities occurs, the Contracting Parties shall assist one another by facilitating communications and other appropriate measures intended to terminate rapidly and safely such incident or threat.

6. When a Contracting Party has reasonable grounds to believe that another Contracting Party has departed from the aviation security provisions of this Article, the aeronautical authorities of that Contracting Party may request immediate consultations with the aeronautical authorities of the other Contracting Party. Failure to reach a satisfactory agreement within fifteen (15) days from the date of receipt of such request shall constitute grounds to withhold, revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisation and technical permission of an airline(s) of that Contracting Party. When required by an emergency, a Contracting Party may take interim action prior to the expiry of fifteen (15) days.

7. Each Contracting Party shall require the airline(s) of another Contracting Party providing service to that Contracting Party to submit a written operator security programme which has been approved by the aeronautical authorities of the Contracting Party of that airline for acceptance.

ARTICLE 7
TARIFFS

1. The tariffs to be applied by the designated airline(s) of a Contracting Party for air services covered by this Agreement shall be established at reasonable levels, due regard being paid to all relevant factors, including interests of users, cost of operation, characteristics of service, reasonable profit, tariffs of other airlines, and other commercial considerations in the market-place.

2. Tariffs charged by airlines need not be filed with, or approved, by either Contracting Party. However, in the event the national law of a Contracting Party requires prior approval of a tariff, the tariff application shall be dealt with accordingly. In such cases, the principle of reciprocity may be applied by the Contracting Parties concerned at their discretion.

3. The Contracting Parties agree to give particular attention to tariffs that may be objectionable because they appear unreasonably discriminatory, unduly high or restrictive because of the abuse of a dominant position, or artificially low because of direct or indirect governmental subsidy or support or other anticompetitive practices.

4. The Contracting Parties shall ensure that their designated airline(s) provide the general public with full and comprehensive information on their air fares and rates and the conditions attached in advertisements to the public concerning their fares.

ARTICLE 8
OPERATION OF LEASED AIRCRAFT

1. When a designated airline proposes to use an aircraft other than one owned by it on the air services provided hereunder, this would only be done subject to the following conditions:

   a) that such arrangements will not be equivalent to allowing a lessor airline access to traffic rights not otherwise available to that airline;

   b) that the financial benefit to be obtained by the lessor airline will not be dependent on the profit or loss of the operation of the designated airline concerned; and

   c) that the responsibility for the continued airworthiness and the adequacy of operating and maintenance standards of any leased aircraft operated by an airline designated by one Contracting Party will be established in conformity with the Convention.

2. A designated airline is not otherwise prohibited from providing services using leased aircraft provided that any lease arrangement entered into satisfies the conditions listed in paragraph 1 of this Article.

ARTICLE 9
COMMERCIAL ACTIVITIES

1. In accordance with the laws and regulations of the other Contracting Parties, the designated airline(s) of a Contracting Party shall have the right:

   a) in relation to entry, residence and employment, to bring in and maintain in the territory of the other Contracting Parties, managerial and other specialist staff, office equipment and other related equipment and promotional materials required for the operation of international air services;

   b) to establish offices in the territory of the other Contracting Parties for the purposes of provision, promotion and sale of air services;

   c) to engage in the sale of air services in the territory of the other Contracting Parties directly and, at its discretion, through its agents; to sell such air services, and any person shall be free to purchase such services in local currency of that territory or, subject to the national laws and regulations, in freely convertible currencies of other countries;

d) to convert and remit to the territory of its incorporation, on demand, local revenues in excess of sums locally disbursed. Conversion and remittance shall be permitted promptly without restrictions or taxation in respect thereof at the rate of exchange applicable to current transactions and remittance on the date the airline(s) makes the initial application for remittance. Such conversion and remittance shall be made in accordance with the foreign exchange regulations of the Contracting Party concerned; and

e) to pay for local expenses, including purchases of fuel, in the territories of the other Contracting Parties in local currency. At their discretion, the airlines of each Contracting Party may pay for such expenses in the territory of the other Contracting Parties in freely convertible currencies according to local currency regulation.

2. In operating or holding out the authorised services on the agreed routes, the designated airline(s) may, subject to national laws and regulations and policies, enter into cooperative marketing arrangements, which may include but are not limited to, code-sharing or block-space with:

a) an airline(s) of the same Contracting Party; and

b) an airline(s) of the other Contracting Parties,

provided that all participants in such arrangements hold the underlying traffic rights and appropriate authorisation and meet the requirements applied to such arrangements.

3. The marketing airline may be required to file for approval to the aeronautical authorities of each Contracting Party of any cooperative marketing arrangements entered into with an operating airline, in accordance with paragraph 2 of this Article, before its proposed introduction.

4. When holding out air services for sale, the marketing airline(s) will make it clear to the purchaser of tickets for such services, at the point of sale, which airline(s) will be the operating airline on each sector of the services and with which airline(s) the purchaser is entering into a contractual relationship.

ARTICLE 10
USER CHARGES

1. No Contracting Party shall impose or permit to be imposed on the designated airline(s) of another Contracting Party user charges higher than those imposed on its own airline(s) operating similar international air services.

2. Each Contracting Party shall encourage consultations on user charges between its competent charging authorities and airline(s) using the services and facilities provided by those charging authorities, where practicable through those airlines' representative organisations. Reasonable notice of any proposals for changes in user charges should be given to such users to enable them to express their views before changes are made. Each Contracting Party shall further encourage its competent charging authorities and such users to exchange appropriate information concerning user charges.

ARTICLE 11
CUSTOMS DUTIES

1. Each Contracting Party shall on the basis of reciprocity, exempt a designated airline or designated airlines of another Contracting Party to the fullest extent possible under its national law from customs duties, excise taxes, inspection fees and other national duties and charges on aircraft, fuel, ground equipment, lubricating oils, consumable technical supplies, spare parts including engines, regular aircraft equipment, aircraft stores and other items, such as printed air waybills, any printed material which bears the insignia of the company printed thereon and usual publicity material distributed free of charge by those designated airlines, intended for use or used solely in connection with the operation or servicing of aircraft of those designated airline(s) operating the agreed services.

2. The exemptions granted by this Article shall apply to the items referred to in paragraph 1:

a) introduced into the territory of the Contracting Party by or on behalf of the designated airline(s) of another Contracting Party; or

b) retained on board aircraft of the designated airline(s) of one Contracting Party upon arrival in or leaving the territory of another Contracting Party; or

c) taken on board aircraft of the designated airline(s) of one Contracting Party in the territory of another Contracting Party and intended for use in operating the agreed services

whether or not such items are used or consumed wholly within the territory of the Contracting Party granting the exemption, provided the ownership of such items is not transferred in the territory of the said Contracting Party.

3. The regular airborne equipment, as well as the materials and supplies normally retained on board the aircraft of a designated airline(s) of any Contracting Party, may be unloaded in the territory of another Contracting Party only with the approval of the customs authorities of that territory. In such case, they may be placed under the supervision of the said authorities up to such time as they are re-exported or otherwise disposed of in accordance with customs regulations.

4. The exemptions provided by this Article shall also be available where the designated airline(s) of one Contracting Party has contracted with another designated airline(s), which similarly enjoys such exemptions from other Contracting Parties, for the loan or transfer in the territory of the other Contracting Parties of the items specified in paragraph 1 of this Article.

ARTICLE 12
FAIR COMPETITION

Each Contracting Party agrees:

a) that each designated airline shall have a fair and equal opportunity to compete in providing the international air services governed by this Agreement; and

b) to take action to eliminate all forms of discrimination and/or anti-competitive practices by that Contracting Party and/or its designated airline(s) that it deems to adversely affect the competitive position of a designated airline of any other Contracting Party.

ARTICLE 13
SAFEGUARDS

1. The Contracting Parties agree that the following airline practices may be regarded as possible anti-competitive practices that may merit closer examination:

   a) charging fares and rates on routes at levels which are, in the aggregate, insufficient to cover the costs of providing the air services to which they relate;

   b) the addition of excessive capacity or frequency of air services;

   c) the practices in question are sustained rather than temporary;

   d) the practices in question have a serious negative economic effect on, or cause significant damage to another airline;

   e) the practices in question reflect an apparent intent or have the probable effect, of crippling, excluding or driving another airline from the market; and

   f) behaviour indicating an abuse of dominant position on the route.

2. The grant of state aid and/or subsidy shall be transparent among the Contracting Parties, and shall not distort competition among the designated airlines of the Contracting Parties. The Contracting Parties concerned shall furnish other interested Contracting Parties, upon their requests, with complete information on such grant and any revision to or extension of such grant. Such information shall be treated with the utmost sensitivity and confidentiality.

3. If the aeronautical authorities of one Contracting Party consider that an operation or operations intended or conducted by the designated airline of another Contracting Party may constitute unfair competitive behaviour in accordance with the indicators listed in paragraph 1, or any discrimination by means of undue state aid and/or subsidy by that other Contracting Party, they may request consultations in accordance with Article 16 (Consultations and Amendment) with a view to resolving the problem. Any such request shall be accompanied by notice of the reasons for the request, and the consultations shall begin within fifteen (15) days of the receipt of such request.

4. If the Contracting Parties fail to reach a resolution of the problem through consultations, any Contracting Party may invoke the dispute resolution mechanism under Article 17 (Settlement of Disputes) to resolve the dispute.

5. Each Contracting Party shall have the right to withhold, revoke, suspend, impose conditions on or limit the operating authorisations with respect to an airline designated by another Contracting Party temporarily, should there be reasonable ground to believe that unfair or anti-competitive practices related to paragraphs 1 and 2 of this Article committed by a Contracting Party or its designated airline seriously affect the operation of its designated airline.

ARTICLE 14
APPLICATION OF LAWS AND REGULATIONS

1. While entering, within, or leaving the territory of one Contracting Party, its laws, regulations and rules relating to the operation and navigation of aircraft shall be complied with by the airline(s) designated by any other Contracting Party.

2. While entering, within, or leaving the territory of one Contracting Party, its laws, regulations and rules relating to the admission to or departure from its territory of passengers, crew or cargo on aircraft (including regulations relating to entry, clearance, aviation security, immigration, passports, customs and quarantine or, in the case of mail, postal regulations) shall be complied with by, or on behalf of, such passengers, crew or cargo of the airline(s) of any other Contracting Party.

3. Passengers, baggage and cargo in transit through the territory of any Contracting Party and not leaving the area of the airport reserved for such purpose shall not undergo any examination except for reasons of aviation security, narcotics control, prevention of illegal entry or in special circumstances.

ARTICLE 15
STATISTICS

The aeronautical authority of each Contracting Party shall provide the aeronautical authorities of the other Contracting Parties, upon request, with periodic statistics or other similar information relating to the traffic carried on the agreed services.

ARTICLE 16
CONSULTATIONS AND AMENDMENT

1. The aeronautical authorities of the Contracting Parties shall consult one another from time to time with a view to ensuring the implementation of, and satisfactory compliance with, the provisions of this Agreement. Un-

less otherwise agreed, such consultations shall begin at the earliest possible date, but not later than sixty (60) days from the date the other Contracting Party receives, through diplomatic or other appropriate channels, a written request, including an explanation of the issues to be raised. When the date for consultations has been agreed, the requesting Contracting Party shall also notify all the other Contracting Parties of the consultations and the issues to be raised. Any Contracting Party may attend. Once the consultations have been concluded, all the Contracting Parties as well as the Depositary shall be notified of the results.

2. If one third of the Contracting Parties consider it desirable to amend any provision of this Agreement they shall be entitled, by request addressed to the Secretary-General of ASEAN, given not earlier than twelve (12) months after the entry into force of this Agreement, to call a meeting of all the Contracting Parties in order to consider any amendments which they may propose to this Agreement. Such amendment, if agreed among all the Contracting Parties and if necessary after consultations in accordance with paragraph 1 of this Article, shall come into effect when more than half of the Contracting Parties have deposited their Instruments of Ratification or Acceptance of such amendment.

3. In the event of the conclusion of any general multilateral convention concerning international air services by which all the Contracting Parties become bound, this Agreement shall be so modified as to conform with the provisions of such convention.

ARTICLE 17
SETTLEMENT OF DISPUTES

The provisions of the ASEAN Protocol on Enhanced Dispute Settlement Mechanism, done at Vientiane, Lao PDR, on 29 November 2004 and any amendment thereto, shall apply to disputes arising under this Agreement.

ARTICLE 18
RELATIONSHIP TO OTHER AGREEMENTS

1. This Agreement or any actions taken thereto shall not affect the rights and obligations of the Contracting Parties under any existing agreements or international conventions to which they are also Contracting Parties, except as provided in paragraph 3 of this Article.

2. Nothing in this Agreement shall prejudice the rights or the exercise of these rights by any Contracting Party under the provisions of the United Nations Convention on the Law of the Sea of 1982, in particular with regard to freedom of the high seas, rights of innocent passage, archipelagic sea lanes passage or transit passage of ships and aircraft, and consistent with the Charter of the United Nations.

3. In the event of any inconsistency between a provision of this Agreement and a provision of any existing bilateral or multilateral air services agreement(s) (including any amendments thereto), by which two or more of the ASEAN Member States are bound or which is not covered by this Agreement, the provision which is less restrictive or more liberal or which is not covered by this Agreement, shall prevail. If the inconsistency concerns provisions relating to safety or aviation security, the provisions prescribing a higher or more stringent standard of safety or aviation security shall prevail to the extent of the inconsistency.

ARTICLE 19
FINAL PROVISIONS

1. This Agreement shall be deposited with the Depositary who shall promptly furnish a certified true copy thereof to each Contracting Party.

2. This Agreement is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instruments of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Depositary and the Depositary shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

3. This Agreement shall enter into force on the date of the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance with the Depositary and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified, or accepted it.

4. Subject to paragraph 3 of this Article, the Implementing Protocols as listed in Annex II of this Agreement shall enter into force upon ratification or acceptance as set out in the "Final Provisions" of the respective Implementing Protocols. The provisions of this Agreement shall only apply in respect of the Implementing Protocol that has entered into force among the Contracting Parties that have ratified or accepted it.

5. The Depositary shall maintain a centralised register of airline designations and operating authorisation in accordance with Article 3 (Designation and Authorisation of Airlines) of this Agreement.

6. The Depositary shall register this Agreement with the ICAO as soon as it enters into force.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised by their respective Governments, have signed this ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services.

DONE at Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, this 12th Day of November in the Year Two Thousand and Ten, in a single original copy in the English Language.

For the Government of Brunei Darussalam:
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Minister of Communications

For the Government of the Kingdom of Cambodia:
MAO HAVANNALL
Secretary of State
State Secretariat of Civil Aviation

For the Government of the Republic of Indonesia:
MOH. IKSAN TATANG
Secretary General
Ministry of Transportation

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
SOMMAD PHOLSENA
Minister of Public Works and Transport

For the Government of Malaysia:
DATO' SERI KONG CHO HA
Minister of Transport

For the Government of the Union of Myanmar:
U THEIN SWE
Minister for Transport

For the Government of the Republic of the Philippines:
JOSE P. DE JESUS
Secretary of Transportation and Communications

For the Government of the Republic of Singapore
RAYMOND LIM
Minister for Transport

For the Government of the Kingdom of Thailand:
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Deputy Permanent Secretary
Minister of Transport

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
HO NGHIA DZUNG
Minister of Transport

ANNEX I
SCHEDULED AIR SERVICES

SECTION 1
ROUTING AND TRAFFIC RIGHTS

1. Subject to the national laws and regulations of each Contracting Party and in accordance with Article 12 (Fair Competition) of this Agreement, the designated airline(s) of each Contracting Party shall , in accordance with the terms of their designation, be allowed to operate from any points in the territory of the Contracting Party designating the airline(s) via any intermediate points to any points in the territory of any other Contracting Party and to any points beyond in any combination or order, provided that all the points are international airports.

2. Notwithstanding the above provisions, the right to take on board or put down, in the territory of any other Contracting Party, passengers, baggage, cargo, or mail carried for remuneration and destined for or coming from points in the territory of any non-Contracting Party, shall be subject to the agreement between the aeronautical authorities of the Contracting Parties concerned.

3. Each Contracting Party undertakes to accord designated airlines of all Contracting Parties which have ratified this Agreement and corresponding Implementing Protocols thereto no less favourable treatment than that accorded to its own airlines with respect to the access to its cities with international airports as laid out in the Implementing Protocols of this Agreement.

SECTION 2
OPERATIONAL FLEXIBILITY

1. Each designated airline may, on any or all flights and at its option:

   a) operate flights in either or both directions;

   b) combine different flight numbers within one aircraft operation;

   c) serve behind, intermediate, and beyond points and points in the territories of the Contracting Parties on the routes in any combination and in any order;

   d) omit stops at any point or points;

   e) transfer traffic from any of its aircraft to any of its other aircraft at any point on the routes; and

   f) serve points behind any point in its territory with or without change of aircraft or flight number and may hold out and advertise such services to the public as through services without directional or geographic limitation and without loss of any right to carry traffic otherwise permissible under this Agreement; provided that the service serves a point in the territory of the Contracting Party designating the airline.

2. On any segment(s) of the routes above, any designated

airline may perform international air services without any limitation as to change of gauge, at any point on the route, on an one-onone basis (with the exception of code-sharing) provided that, in the outbound direction, the air services beyond such point is a continuation of the air services from the territory of the Contracting Party that has designated the airline and, in the inbound direction , the air services to the territory of the Contracting Party that has designated the airline is a continuation of the air services from beyond such point.

3. The designated airline(s) of each Contracting Party may be required to submit its envisaged flight schedules for approval to the aeronautical authorities of the other Contracting Party at least thirty (30) days prior to the operation of the agreed services. Any modification thereof shall be submitted for consideration at least fifteen (15) days prior to the operation.

4. For supplementary flights which the designated airline(s) of one Contracting Party wishes to operate on the agreed services outside the approved timetable, that airline must request prior permission from the aeronautical authorities of the other Contracting Party. Such requests shall usually be submitted at least four (4) working days prior to the operation of such flights.

ANNEX II. IMPLEMENTING PROTOCOLS

The Contracting Parties shall conclude the following Implementing Protocols which shall form integral parts of this Agreement:

a) Protocol 1 Unlimited Third and Fourth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities; and

b) Protocol 2 Unlimited Fifth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities.

PROTOCOL 1 ON UNLIMITED THIRD AND FOURTH FREEDOM TRAFFIC RIGHTS BETWEEN ANY ASEAN CITIES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred to as "Lao PDR"), Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (hereinafter referred to collectively as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party"),

RECALLING the ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services signed on 12 November 2010 in Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, its Annexes and its Implementing Protocols (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Annex II of the Agreement thereof provides for the conclusion of Implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECOGNISING also paragraph 3 of Article I of the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation signed on 28 January 1992 in Singapore, that, in the implementation of economic arrangements, two or more Member States may proceed first if other Member States are not ready to implement these arrangements; and DESIRING to remove restrictions on air services with a view of achieving full liberalisation in ASEAN by 2015,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
ROUTING AND TRAFFIC RIGHTS

The designated airline(s) of each Contracting Party shall be allowed to operate the agreed services from any cities with international airports in its territory to any cities with international airports in the territory of the other Contracting Parties and vice-versa with full third (3rd) and fourth (4th) freedom traffic rights by 30 June 2010, provided that in no case shall the origin and destination points both be capital cities.

ARTICLE 2
CAPACITY AND FREQUENCY

There shall be no limitation on capacity, frequency and aircraft type with regard to air passenger services operated under this Protocol as provided in Article 1.

ARTICLE 3
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties who have ratified or accepted the Agreement. The Instruments of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

3. This Protocol shall enter into force on the date of the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For each Contracting Party ratifying or accepting the Protocol after the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance, the Protocol shall enter into force on the date of the deposit of such Contracting Party of its Instrument of Ratification or Acceptance.

4. Any amendment to the provisions of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties, as provided for under Article 16 in the Agreement.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed Protocol 1 on Unlimited Third and Fourth Freedom Traffic Rights between Any ASEAN Cities.

DONE at Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, this 12th Day of November in the Year Two Thousand and Ten, in a single original copy in the English Language.

For the Government of Brunei Darussalam:
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Minister of Communications

For the Government of Kingdom of Cambodia:
MAO HAVANNALL
Secretary of State
State Secretariat of Civil Aviation

For the Government of the Republic of Indonesia:
MOH. IKSAN TATANG
Secretary General
Ministry of Transportation

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
SOMMAD PHOLSENA
Minister of Public Works and Transport

For the Government of Malaysia:
DATO' SERI KONG CHO HA
Minister of Transport

For the Government of the Union of Myanmar:
U THEIN SWE
Minister for Transport

For the Government of the Republic of the Philippines:
JOSE P. DE JESUS
Secretary of Transportation and Communications

For the Government of the Republic of Singapore:
RAYMOND LIM
Minister for Transport

For the Government of the Kingdom of Thailand:
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Deputy Permanent Secretary, Ministry of Transport

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
HO NGHIA DZUNG
Minister of Transport

PROTOCOL 2
ON UNLIMITED FIFTH FREEDOM TRAFFIC RIGHTS BETWEEN ANY ASEAN CITIES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred to as "Lao PDR"), Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (hereinafter referred to collectively as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party"),

RECALLING the ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services signed on 12 November 2010 in Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, its Annexes and its Implementing Protocols (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECONIZING that Annex II of the Agreement thereof provides for the conclusion of Implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECOGNIZING also paragraph 3 of Article I of the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation signed on 28 January 1992 in Singapore, that, in the implementation of economic arrangements, two or more Member States may proceed first if other Member States are not ready to implement these arrangements; and DESIRING to remove restrictions on air services with a view of achieving full liberalization in ASEAN by 2015,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purposes of this Protocol, the term "fifth (5th) freedom traffic rights" means intermediate and beyond fifth freedom traffic rights which are to be operated wholly within ASEAN.

ARTICLE 2
ROUTING AND TRAFFIC RIGHTS

Notwithstanding the provisions of Section 2 paragraph 1(d) of Annex I of this Agreement, the designated airline(s) of each Contracting Party shall be allowed to exercise fifth (5th) freedom traffic rights for the agreed services between any cities with international airports in the territories of other Contracting Parties by 30 June 2013. Provided that, in the exercise of fifth freedom traffic rights involving a capital city, one of the cities shall be a point other than a capital city airport.

ARTICLE 3
CAPACITY AND FREQUENCY

There shall be no limitation on capacity, frequency and aircraft type with regard to air passenger services operated under this Protocol as provided in Article 2.

ARTICLE 4
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties who have ratified or accepted the Agreement. The Instruments of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

3. This Protocol shall enter into force on the date of the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For each Contracting Party ratifying or accepting the Protocol after the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance, the Protocol shall enter into force on the date of the deposit of such Contracting Party of its Instrument of Ratification or Acceptance.

4. Any amendment to the provisions of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties, as provided for under Article 16 in the Agreement.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed Protocol 2 on Unlimited Fifth Freedom Traffic Rights between Any ASEAN Cities.

DONE at Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, this 12th Day of November in the Year Two Thousand and Ten, in a single original copy in the English Language.

For the Government of Brunei Darussalam:
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Minister of Communications

For the Government of Kingdom of Cambodia:
MAO HAVANNALL
Secretary of State

For the Government of the Republic of Indonesia:
MOH. IKSAN TATANG
Secretary General
Ministry of Transportation

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
SOMMAD PHOLSENA
Minister of Public Works and Transport

For the Government of Malaysia:
DATO' SERI KONG CHO HA
Minister of Transport

For the Government of the Union of Myanmar:
U THEIN SWE
Minister for Transport

For the Government of the Republic of the Philippines:
JOSE P. DE JESUS
Secretary of Transportation and Communications

For the Government of the Republic of Singapore:
RAYMOND LIM
Minister for Transport

For the Government of the Kingdom of Thailand:
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Deputy Permanent Secretary
Ministry of Transport

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
HO NGHIA DZUNG
Minister of Transport

PROTOCOL 3
ON DOMESTIC CODE-SHARE RIGHTS BETWEEN POINTS WITHIN THE TERRITORY OF ANY OTHER ASEAN MEMBER STATES

The Government of Brunei Darussalam, the Royal Government of Cambodia, the Government of the Republic of Indonesia, the Government of the Lao People's Democratic Republic (Lao PDR), the Government of Malaysia, the Government of the Republic of the Union of Myanmar, the Government of the Republic of the Philippines, the Government of the Republic of Singapore, the Government of the Kingdom of Thailand and the Government of the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations ("ASEAN") (hereinafter referred to collectively as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party");

RECALLING the ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services signed on 12 November 2010 in Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam (hereinafter referred to as "Agreement");

FURTHERING the effective implementation of the Agreement;

RECOGNISING paragraph 3 of Article I of the Framework

Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation signed on 28 January 1992 in Singapore, that, in the implementation of economic arrangements, two or more Member States may proceed first if other Member States are not ready to implement these arrangements; and

DESIRING to remove restrictions on air services,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Protocol, the term "domestic code share rights" means domestic code-share rights which shall only be available as part of an international journey.

ARTICLE 2
DOMESTIC CODE-SHARE RIGHTS

1. The designated airline(s) of each Contracting Party shall be allowed to exercise domestic code-share rights as marketing airline(s) provided that there shall be no exercise of cabotage rights. For the avoidance of doubt, the term "cabotage rights" in the aforementioned sentence includes the holding out of air services for sale on purely domestic routes by the marketing airline(s) of that Contracting Party.

2. In operating or holding out the code-share services on the specified route(s), the designated airline(s) of each Contracting Party may, market and sell, in addition to the points mentioned in Section 1 of Annex I of the Agreement, any other points within the territory of the other Contracting Parties. The domestic route, subject of the code-share rights, shall be operated by the airline(s) designated by those Contracting Parties. For avoidance of doubt, Section 2 of Annex I of the Agreement shall apply in the exercise of domestic code-share rights.

3. For Indonesia, the domestic code-share rights shall be exercised through five entry points: Jakarta, Denpasar, Makassar, Medan and Surabaya to any other points in Indonesia.

4. Either the operating or marketing airline may be required to file for approval, any cooperative marketing arrangements entered into in accordance with paragraphs 1, 2 and 3 of this Article, before its proposed introduction, with the aeronautical authorities of each Contracting Party.

5. When holding out air services for sale, the marketing airline(s) shall make it clear to the purchaser of tickets for such services, at the point of sale, which airline(s) will be the operating airline on each sector of the services and with which airline(s) the purchaser is entering into a contractual relationship.

ARTICLE 3
CAPACITY AND FREQUENCY

There shall be no limitation on capacity, frequency and aircraft type with regard to air passenger services operated under this Protocol exercising domestic code-share rights as provided in Article 2 of this Protocol.

ARTICLE 4
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instruments of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly notify all Contracting Parties of such deposit.

3. Notwithstanding paragraph 2 of Article 16 of the Agreement, this Protocol shall enter into force on the date of the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For a Contracting Party depositing its Instrument of Ratification or Acceptance after the date of entry into force of this Protocol, this Protocol shall enter into force for that Party on the date of its deposit of Instrument of Ratification or Acceptance.

4. This Protocol shall be added as Protocol 3 to Annex II of the Agreement which shall be amended pursuant to paragraph 2 of Article 16 of the Agreement to read as follows:

"ANNEX II
IMPLEMENTING PROTOCOLS

The following Implementing Protocols shall form integral parts of this Agreement:

a) Protocol 1 Unlimited Third and Fourth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities;

b) Protocol 2 Unlimited Fifth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities; and

c) Protocol 3 on Domestic Code-Share Rights between Points within the Territory of Any Other ASEAN Member State."

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed this Protocol.

DONE at Singapore, this Thirteenth Day of October in the Year Two Thousand and Seventeen, in a single original copy in the English language.

For Brunei Darussalam:
DATO MUSTAPPA SIRAT
Minister of Communications

For the Kingdom of Cambodia:
MAO HAVANNALL
Secretary of State
State Secretariat of Civil Aviation

For the Republic of Indonesia:
BUDI KARYA SUMADI
Minister of Transportation

For the Lao People's Democratic Republic:
BOUNCHANH SINTHAVONG
Minister of Public Works and Transport

For Malaysia:
DATUK SERI HJ. SARIPUDDIN HJ. KASIM
Secretary General
Ministry of Transport

For the Republic of the Union of Myanmar:
THANT SIN MAUNG
Union Minister for Transport and Communications

For the Republic of the Philippines:
ARTHUR P. TUGADE
Secretary of Transportation

For the Republic of Singapore:
KHAW BOON WAN
Coordinating Minister for Infrastructure and Minister for Transport

For the Kingdom of Thailand:
ARKHOM TERMPITTAYAPAISITH
Minister of Transport

For the Socialist Republic of Viet Nam:
LE DINH THO
Vice Minister of Transport

PROTOCOL 4
ON CO-TERMINAL RIGHTS BETWEEN POINTS WITHIN THE TERRITORY OF ANY OTHER ASEAN MEMBER STATE

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (Lao PDR), Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (hereinafter referred to collectively as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party");

RECALLING the ASEAN Multilateral Agreement on the Full Liberalisation of Passenger Air Services signed on 12 November 2010 in Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, its Annexes and its Implementing Protocols (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING also paragraph 3 of Article I of the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation signed on 28 January 1992 in Singapore, that, in the implementation of economic arrangements, two or more Member States may proceed first if other Member States are not ready to implement these arrangements; and DESIRING to remove restrictions on air services,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purposes of this Protocol, the term "co-terminal rights" refers to the right of the designated airline(s) of each Contracting Party to serve two or more points in another Contracting Party on the same routing and shall only be available as part of an international journey.

ARTICLE 2
CO-TERMINAL RIGHTS

1. The designated airline(s) of each Contracting Party shall be allowed to exercise co-terminal rights, provided that there shall be no exercise of cabotage rights. For the avoidance of doubt, the term "cabotage rights" includes the holding out of air services for sale on purely domestic routes by the designated airline(s) of that Contracting Party.

2. In addition to operating or holding out the agreed services on the specified route(s), the designated airlines of each Contracting Party shall be allowed to, when exercising co terminal rights, serve, in addition to the points mentioned in Section 1 of Annex I of the Agreement, any additional points with international airport, within the territory of other Contracting Parties. For the avoidance of doubt, Section 2 of Annex I of the Agreement shall apply to the exercise of co-terminal rights.

3. For Indonesia, the co-terminal rights shall be exercised between five points: Jakarta, Denpasar, Makassar, Medan and Surabaya.

ARTICLE 3
CAPACITY AND FREQUENCY

There shall be no limitation on capacity, frequency and aircraft type with regard to the agreed services served under this Protocol exercising co-terminal rights as provided in Article 2 of this Protocol.

ARTICLE 4
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instruments of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

3. Notwithstanding paragraph 2 of Article 16 of the Agreement, this Protocol shall enter into force on the date of the deposit of the third (3rd) Instrument of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For a Contracting Party depositing its Instrument of Ratification or Acceptance after the date of entry into force of this Protocol, this Protocol shall enter into force for that Contracting Party on the date of its deposit of Instrument of Ratification or Acceptance.

4. This Protocol shall be added as Protocol 4 to Annex II of the Agreement which shall be amended pursuant to paragraph 2 of Article 16 of the Agreement to read as follows:

ANNEX II
IMPLEMENTING PROTOCOLS

The following Implementing Protocols shall form integral parts of this Agreement:

a) Protocol 1 Unlimited Third and Fourth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities;

b) Protocol 2 Unlimited Fifth Freedom Traffic Rights Between Any ASEAN Cities;

c) Protocol 3 Domestic Code-Share Rights Between Points Within the Territory of Any Other ASEAN Member State; and

d) Protocol 4 Co-Terminal Rights Between Points Within the Territory of Any Other ASEAN Member State.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed this Protocol.

DONE at Bangkok, Thailand, this Ninth Day of November in the Year Two Thousand and Eighteen, in a single original copy in the English Language.

ANEXO II
Traduções para língua portuguesa

ACORDO MULTILATERAL DA ASEAN SOBRE A LIBERALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS AÉREOS DE PASSAGEIROS

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos (a seguir designada "RDP do Laos"), da Malásia, da União de Mianmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (a seguir designados coletivamente "Partes Contratantes" ou individualmente "Parte Contratante")

RELEMBRANDO a anterior decisão dos dirigentes da ASEAN de criar, até 2020, a Comunidade da ASEAN, incluindo a Comunidade Económica da ASEAN (CEA), tomada na Declaração de Concórdia II da ASEAN em Bali, Indonésia, em 7 de outubro de 2003;

AFIRMANDO a agenda política para a aplicação progressiva da plena liberalização e integração dos serviços aéreos na ASEAN, conforme estabelecido no Plano de Ação para a Integração e Liberalização dos Transportes Aéreos da ASEAN, adotado na décima reunião dos Ministros dos Transportes da ASEAN (ATM), realizada em 23 de novembro de 2004 em Phnom Penh, Camboja;

RECORDANDO o Programa de Ação de Vienciana aprovado na Décima Cimeira da ASEAN (10ª), realizada em 29 de novembro de 2004 em Vienciana, que apela à aceleração do regime de céu aberto e à liberalização dos serviços de transporte aéreo;

ESTANDO empenhadas em manter, continuar a desenvolver e reforçar as relações de amizade e a cooperação entre seus países;

RECONHECENDO que serviços aéreos internacionais eficientes e competitivos são importantes para desenvolver o comércio, beneficiar os consumidores e promover o crescimento económico;

PRETENDENDO garantir o mais elevado grau de segurança intrínseca e extrínseca nos transportes aéreos internacionais e a sua grande preocupação com os atos ou ameaças contra a segurança das aeronaves, que põem em causa a segurança de pessoas e bens, afetam negativamente o funcionamento dos transportes aéreos e minam a confiança do público na segurança da aviação civil;

PRETENDENDO facilitar e reforçar os serviços aéreos e as atividades conexas, de modo a complementar os outros esforços de facilitação e liberalização dos transportes na ASEAN;

REAFIRMANDO o nosso compromisso coletivo de construir o Mercado Único da Aviação da ASEAN até 2015;

SENDO Partes na Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago em 7 de dezembro de 1944, e desejando aderir aos princípios e disposições da referida Convenção; e

PRETENDENDO concluir um Acordo Multilateral da ASEAN sobre a liberalização total dos serviços aéreos de passageiros

ACORDARAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1.º
DEFINIÇÕES

Apenas para efeitos do presente Acordo, exceto se o contexto exigir o contrário:

1. O termo "a Convenção" designa a Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago em 7 de dezembro de 1944, e inclui (i) qualquer alteração que tenha entrado em vigor nos termos da alínea a) do artigo 94º da Convenção e que tenha sido ratificada por todas as Partes Contratantes no presente Acordo e (ii) qualquer anexo ou qualquer alteração ao mesmo adotada nos termos do artigo 90.º da Convenção, na medida em que esses anexos ou alterações são, num dado momento, efetivas para todas Partes Contratantes do presente Acordo;

2. O termo "autoridades aeronáuticas" designa o ministro responsável pela aviação civil ou qualquer pessoa ou organismo autorizado a desempenhar as funções atualmente exercidas por ele ou funções semelhantes;

3. A expressão "companhia aérea designada" designa uma companhia aérea que foi designada e autorizada em conformidade com o artigo 3;

4. O termo "território" designa o território terrestre, as águas interiores, o mar territorial, as águas arquipelágicas, os fundos marinhos e o seu subsolo, bem como o espaço aéreo que os cobre;

5. Os termos "serviço aéreo", "serviço aéreo internacional" e "companhia aérea" têm o significado que lhes é respetivamente atribuído no artigo 96º da Convenção;

6. O termo "tarifa" designa os preços a pagar pelo transporte de passageiros e de mercadorias e as condições em que esses preços se aplicam, incluindo os preços e as condições das agências e de outros serviços auxiliares, mas excluindo a remuneração e as condições do transporte de correio;

7. A expressão "rotas especificadas" designa as rotas especificadas na tabela de rotas anexa ao presente acordo;

8. Por "serviços acordados" entende-se os serviços aéreos regulares efetuados para o transporte de passageiros, carga e/ou correio, separadamente ou em combinação, mediante remuneração ou aluguer, nas rotas especificadas;

9. A expressão "escala para fins não comerciais" designa uma aterragem para qualquer fim que não seja o embarque ou desembarque de passageiros, carga e/ou correio nos serviços aéreos internacionais;

10. O termo "taxas de utilização" designa uma taxa imposta às companhias aéreas pelas autoridades competentes, ou por estas autorizada, pelo fornecimento de bens ou instalações aeroportuárias ou pelo fornecimento de serviços de transporte aéreo;

11. O termo "Acordo" designa o presente Acordo, os seus anexos e os seus protocolos de execução, bem como as suas eventuais alterações;

12. O termo "Depositário" designa o Secretário-Geral do ASEAN; e

13. Todas as referências ao singular incluem o plural, e todas as referências ao plural incluem o singular.

ARTIGO 2.º
CONCESSÃO DE DIREITOS

1. Cada Parte concede às outras Partes os direitos a seguir indicados para a realização de serviços aéreos internacionais pelas companhias aéreas designadas das outras Partes:

   a) o direito de atravessar o seu território sem aterrar;

   b) o direito de efetuar paragens no seu território para fins não relacionados com o trânsito; e

   c) os direitos de outro modo especificados no presente Acordo, incluindo os direitos previstos no Anexo I (serviços aéreos regulares) e, se for caso disso, no Anexo II (protocolos de aplicação).

2. A(s) transportadora(s) aérea(s) de cada Parte Contratante, com exceção das designadas nos termos do artigo 3.º (Designação e autorização das transportadoras aéreas) do presente Acordo, beneficiará(ão) igualmente dos direitos especificados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do presente artigo. Essas transportadoras aéreas terão de preencher outras condições previstas nas disposições legislativas, regulamentares e normativas normalmente aplicadas à exploração de serviços aéreos internacionais pela Parte Contratante que analisa o pedido.

3. Nenhuma disposição do presente Acordo será considerada como conferindo à(s) companhia(s) aérea(s) de uma Parte Contratante o direito de embarcar, no território de outra Parte Contratante, passageiros e bagagens, carga ou correio transportados mediante remuneração e destinados a outro ponto no território dessa outra Parte Contratante.

ARTIGO 3.º
DESIGNAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DAS COMPANHIAS AÉREAS

1. Cada Parte Contratante tem o direito de designar o número de companhias aéreas que desejar para efeitos de prestação de serviços aéreos internacionais em conformidade com o presente Acordo e de retirar ou alterar essa designação. Essa designação será transmitida por escrito, por via diplomática, ao depositário, que informará posteriormente todas as Partes Contratantes.

2. Após receção de tal designação e do pedido da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s), nos moldes prescritos para a autorização de exploração e a licença técnica, cada Parte Contratante concederá a autorização e a licença técnica adequadas num prazo processual mínimo, desde que:

   a) (i) A propriedade substancial e o controlo efetivo companhia aérea pertençam à Parte Contratante que designa a companhia aérea, a nacionais dessa Parte Contratante ou a ambos;

   Ou

   (ii) sob reserva de aceitação por uma Parte Contratante que receba esse pedido, a companhia aérea designada, constituída e com estabelecimento principal no território da Parte Contratante que designa a companhia aérea, seja e continue a ser substancialmente detida e efetivamente controlada por um ou mais Estados membros da ASEAN e/ou pelos seus nacionais e a Parte Contratante que designa a companhia aérea tenha e mantenha um controlo regulamentar efetivo; ou

   (ii) sob reserva de aceitação por uma Parte Contratante que receba esse pedido, a companhia aérea designada esteja constituída e tenha o seu estabelecimento principal no território da Parte Contratante que designa a companhia aérea, no qual a Parte Contratante que designa a companhia aérea tem e mantém o controlo regulamentar efetivo dessa companhia aérea, desde que tais acordos não sejam equivalentes a permitir que essa companhia aérea ou as suas filiais tenham acesso a direitos de tráfego de que essa companhia aérea não dispõe de outro modo; e

   b) a transportadora aérea designada está habilitada a satisfazer outras condições previstas nas disposições legislativas, regulamentares e normativas normalmente aplicadas à exploração de serviços aéreos internacionais pela Parte Contratante que analisa o pedido; e

   c) Parte Contratante que designa a companhia aérea cumpre o disposto nos artigos 5.o (Segurança) e 6.o (Segurança da aviação) do presente Acordo.

3. As Partes Contratantes que concederem autorizações de funcionamento em conformidade com o n.º 2 do presente artigo notificarão essa ação ao depositário, que informará posteriormente todas as Partes Contratantes.

ARTIGO 4.º
RETENÇÃO, REVOGAÇÃO, SUSPENSÃO E LIMITAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

1. Cada Parte Contratante terá o direito de recusar, revogar, suspender, impor condições ou limitar as autorizações de exploração ou as licenças técnicas referidas no artigo 3.º (Designação e Autorização das Companhias Aéreas) do presente Acordo relativamente a uma companhia aérea designada por outra Parte Contratante, a título temporário ou permanente, sempre que:

   a) a companhia aérea não conseguiu provar que possui as qualificações previstas no n.º 2, alínea a), subalíneas i) ou ii) ou iii), do artigo 3.º;

   b) b) a companhia aérea não tenha as leis, regulamentos e regras referidos no artigo 14.º (Aplicação das leis e regulamentos) do presente Acordo; ou

   c) a outra Parte Contratante não mantenha e administre as normas previstas no artigo 5.º (Segurança) do presente Acordo.

2. A menos que seja indispensável uma ação imediata para evitar o incumprimento do disposto nas alíneas b) ou c) do n.º 1 do presente artigo, os direitos estabelecidos no presente artigo só serão exercidos após consulta da Parte Contratante que designa a companhia aérea, em conformidade com o disposto no artigo 16.º

3. Uma Parte Contratante que tenha exercido o seu direito de reter, revogar, suspender, impor condições ou limitar a autorização de exploração ou a licença técnica de uma companhia aérea nos termos do n.º 1 do presente artigo notificará a sua ação ao Depositário e este informará subsequentemente todas as Partes Contratantes.

4. O presente artigo não limita os direitos de qualquer Parte Contratante de recusar, revogar, suspender, impor condições ou limitar a autorização de exploração ou a licença técnica de uma ou mais companhias aéreas das outras Partes Contratantes, em conformidade com o disposto no artigo 6.º

ARTIGO 5.º
SEGURANÇA

1. Cada Parte Contratante reconhecerá como válidos, para efeitos de exploração dos serviços aéreos previstos no presente Acordo, os certificados de aeronavegabilidade, os certificados de competência e as licenças emitidos ou validados pela Parte Contratante que designa a referida companhia aérea e ainda em vigor, desde os requisitos aplicáveis a esses certificados ou licenças sejam pelo menos equivalentes às normas mínimas que possam ser estabelecidas nos termos da Convenção. Todavia, cada Parte Contratante reserva-se o direito de recusar reconhecer como válidos, para efeitos de voo sobre o seu território, os certificados de competência e as licenças concedidos ou validados aos seus próprios nacionais por outra Parte Contratante.

2. Cada Parte Contratante pode solicitar a realização de consultas sobre as normas de segurança intrínseca e extrínseca da aviação aplicadas por outra Contratante relativamente a instalações aeronáuticas, tripulações de voo, aeronaves e operações da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) dessa outra Parte Contratante. Se, na sequência dessas consultas, a primeira Parte Contratante considerar que a outra Parte Contratante não manter e administrar efetivamente normas e requisitos de segurança intrínseca e extrínseca da aviação nesses domínios que sejam, pelo menos, equivalentes às normas mínimas que possam ser estabelecidas nos termos da Convenção, a outra Parte Contratante será notificada de tais conclusões e das medidas consideradas necessárias para dar cumprimento a essas normas mínimas; e a outra Parte Contratante tomará as medidas corretivas adequadas. Cada Parte Contratante reserva-se o direito de recusar, revogar, suspender, impor condições ou limitar a autorização de exploração ou as licenças técnicas de uma ou várias companhias aéreas designadas pela outra Parte Contratante, caso esta última não tome as medidas corretivas adequadas num prazo razoável.

ARTIGO 6.º
SEGURANÇA AÉREA

1. Em conformidade com os direitos e obrigações que lhes incumbem por força do direito internacional, as Partes Contratantes reafirmam a obrigação de proteger a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, que constitui parte integrante do presente Acordo. Sem prejuízo da generalidade dos seus direitos e obrigações ao abrigo do direito internacional, as Partes Contratantes atuarão, nomeadamente, conformidade com as disposições da Convenção Relativa às Infrações e a Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963, da Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves, assinada na Haia em 16 de dezembro de 1970, da Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971, bem como de qualquer outra convenção ou protocolo relativo à segurança da aviação civil a que todas as Partes Contratantes adiram.

2. As Partes Contratantes prestarão, mediante pedido, toda a assistência mútua necessária para prevenir atos de captura ilícita de aeronaves civis e outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, dos seus passageiros e tripulação, dos aeroportos e das instalações de navegação aérea, bem como para fazer face a quaisquer outras ameaças à segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes atuarão, nas suas relações mútuas, em conformidade com as disposições em matéria de segurança de transmissão estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e designados como anexos da Convenção; exigirão que os operadores de aeronaves do seu registo, os operadores de aeronaves que tenham o seu principal local de atividade ou residência permanente no seu território e os operadores de aeroportos situados no seu território atuem em conformidade com as referidas disposições de segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante respeitará as disposições de segurança da aviação exigidas pelas outras Partes Contratantes para entrada, e permanência nos respetivos territórios e as medidas adequadas para proteger as aeronaves e inspecionar os passageiros, a tripulação e os seus objetos de mão, bem como a carga e as provisões de bordo, antes e durante o carregamento ou descarregamento. Cada Parte Contratante terá igualmente em conta qualquer pedido de outra Parte Contratante no sentido de adotar medidas de segurança especiais para fazer face a uma ameaça específica.

5. Em caso de incidente ou de ameaça de incidente de captura ilícita de aeronaves civis ou de outros atos ilícitos contra a segurança das aeronaves, dos passageiros e da tripulação, dos aeroportos ou das instalações de navegação aérea, as Partes Contratantes prestar-se-ão assistência mútua, facilitando as comunicações e outras medidas adequadas destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a esse incidente ou ameaça.

6. Se uma Parte Contratante tiver motivos razoáveis para considerar que outra Parte Contratante se afastou das disposições de segurança da aviação previstas no presente artigo, as autoridades aeronáuticas dessa Parte Contratante podem solicitar consultas imediatas às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante. A incapacidade de chegar a um acordo satisfatório no prazo de quinze (15) dias a contar da data de receção do pedido constituirá motivo para recusar, revogar, suspender, impor condições ou limitar a autorização de exploração e a licença técnica de uma ou várias companhias aéreas dessa Parte Contratante. Em caso de emergência, uma Parte Contratante pode adotar medidas provisórias antes do termo do prazo de quinze (15) dias.

7. Cada Parte Contratante exigirá que a(s) companhia(s) aérea(s) de outra Parte Contratante que preste(m) serviço nessa Parte Contratante apresente(m) um programa escrito de segurança do operador que tenha sido aprovado pelas autoridades aeronáuticas da Parte Contratante dessa companhia aérea para aceitação.

ARTIGO 7.º
TARIFAS

1. As tarifas a aplicar pela(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante aos serviços aéreos abrangidos pelo presente Acordo serão estabelecidas a níveis razoáveis, tendo devidamente em conta todos os fatores relevantes, incluindo os interesses dos utilizadores, o custo da operação, as caraterísticas do serviço, o lucro razoável, as tarifas das outras companhias aéreas e outras considerações comerciais do mercado.

2. As tarifas cobradas pelas companhias aéreas não neces-

sitam de ser apresentadas ou aprovadas por qualquer das Contratantes. Contudo, caso a legislação nacional de uma Parte Contratante exija a aprovação prévia de uma tarifa, o pedido de tarifa será tratado em conformidade. Nesses casos, o princípio da reciprocidade poderá ser aplicado pelas Partes Contratantes em causa, à sua discrição.

3. As Partes Contratantes acordam em prestar especial atenção aos direitos aduaneiros que possam ser questionáveis por se afigurarem injustificadamente discriminatórios, indevidamente elevados ou restritivos devido ao abuso de uma posição dominante, ou artificialmente baixos devido a subsídios ou apoios governamentais diretos ou indiretos ou a outras práticas anti concorrenciais.

4. As Partes Contratantes garantirão que a(s) sua(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) forneça(m) ao público em geral informações completas e exaustivas sobre as suas tarifas aéreas e as condições associadas na publicidade ao público relativa às suas tarifas.

ARTIGO 8.º
OPERAÇÃO DE AERONAVES EM REGIME DE ALUGUER

1. Quando uma companhia aérea designada se propuser utilizar uma aeronave que não lhe pertença nos serviços aéreos prestados ao abrigo das presentes disposições, tal só será efetuado nas seguintes condições:

   a) que tais acordos não serão equivalentes a permitir a uma companhia aérea locadora o acesso a direitos de tráfego que de outra forma não estariam disponíveis para essa companhia aérea;

   b) que o benefício financeiro a obter pela companhia aérea locadora não dos lucros ou prejuízos da exploração da companhia aérea designada em causa; e

   c) que a responsabilidade pela aeronavegabilidade permanente e pela adequação das normas de exploração e manutenção de qualquer aeronave alugada explorada por uma companhia aérea designada por uma Parte Contratante será estabelecida em conformidade com a Convenção.

2. Uma companhia aérea designada não está proibida de prestar serviços utilizando aeronaves alugadas, desde que qualquer acordo de aluguer celebrado satisfaça as condições enumeradas no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 9.º
ATIVIDADES COMERCIAIS

1. Em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares das outras Partes Contratantes, a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante terá(ão) o direito a:

   a) no que respeita à entrada, residência e emprego, introduzir e manter no território das outras Partes Contratantes o pessoal de gestão e outro pessoal especializado, o equipamento de escritório e outro equipamento conexo e o material promocional necessário para a exploração de serviços aéreos internacionais;

   b) estabelecer escritórios no território das outras Partes Contratantes para efeitos de prestação, promoção e venda de serviços aéreos;

   c) a vender aéreos no território das outras Partes Contratantes diretamente e, se assim o entender, através dos seus agentes; a vender esses serviços aéreos, sendo qualquer pessoa livre de os adquirir na moeda local desse território ou, sob reserva das disposições legislativas e regulamentares nacionais, em moedas livremente convertíveis de outros países;

   d) converter e remeter para o território da sua sede, a pedido, as receitas locais que excedam os montantes desembolsados localmente. A conversão e a remessa são prontamente autorizadas, sem restrições nem tributação, à taxa de câmbio aplicável às transações e remessas correntes na data em que a(s) companhia(s) aérea(s) apresenta(m) o pedido inicial de remessa. A conversão e o envio serão efetuados em conformidade com a regulamentação cambial da Parte Contratante em causa; e

   e) pagar as despesas locais, incluindo a aquisição de combustível, no território das outras Partes Contratantes em moeda local. As companhias aéreas de cada Parte Contratante poderão, se assim o entenderem, efetuar o pagamento dessas despesas no território das outras Partes Contratantes em moeda livremente convertível, de acordo com a regulamentação monetária local.

2. Ao explorar ou oferecer os serviços autorizados nas rotas acordadas, a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) pode(m), sob reserva das disposições legislativas e regulamentares e das políticas nacionais, celebrar acordos de cooperação comercial, que podem incluir, designadamente, mas não limitando, a partilha de códigos ou de blocos de espaço com:

   a) uma ou mais companhias aéreas da mesma Parte Contratante; e

   b) uma ou mais companhias aéreas das outras Partes Contratantes,

desde que todos os participantes nesses acordos sejam titulares dos direitos de tráfego subjacentes e da autorização adequada e cumpram os requisitos aplicados a esses acordos.

3. A companhia aérea comercializadora pode ser obrigada a apresentar às autoridades aeronáuticas de cada Parte Contratante, para aprovação, quaisquer acordos de cooperação comercial celebrados com uma companhia aérea operadora, nos termos do n.º 2 do presente artigo, antes da sua introdução prevista.

4. Ao oferecer serviços aéreos para venda, a(s) com-

panhia(s) aérea(s) comercializadora(s) deve(m) indicar claramente ao comprador de bilhetes para esses serviços, no ponto de venda, qual(is) a(s) companhia(s) aérea(s) operadora(s) em cada sector dos serviços e com que companhia(s) aérea(s) o comprador está a estabelecer uma relação contratual.

ARTIGO 10.º
TAXAS DE UTILIZAÇÃO

1. Nenhuma Parte Contratante imporá ou permitirá que sejam impostas à(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de outra Parte Contratante taxas de utilização superiores às impostas à(s) sua(s) própria(s) companhia(s) aérea(s) que efetua(m) serviços aéreos internacionais semelhantes.

2. Cada Parte Contratante incentivará a realização de consultas sobre as taxas de utilização entre as suas autoridades competentes em matéria de tarifação e a(s) companhia(s) aérea(s) que utiliza(m) os serviços e instalações fornecidos por essas autoridades, sempre que possível através das organizações representativas das companhias aéreas. Qualquer proposta de alteração das taxas de utilização deve ser comunicada com antecedência razoável a esses utilizadores, para que possam exprimir os seus pontos de vista antes de serem introduzidas alterações. Cada Parte Contratante incentivará ainda as suas autoridades competentes em matéria de cobrança e os referidos utilizadores a trocarem informações adequadas sobre as taxas de utilização.

ARTIGO 11.º
DIREITOS ADUANEIROS

1. Cada Parte Contratante, numa base de reciprocidade, isentará uma ou mais companhias aéreas designadas de outra Parte Contratante, na medida do possível ao abrigo do seu direito interno, dos direitos aduaneiros, impostos especiais de consumo, taxas de inspeção e outros direitos e encargos nacionais aplicáveis às aeronaves, combustível, equipamento de terra, óleos lubrificantes, consumíveis técnicos, peças sobressalentes, incluindo motores, equipamento normal de bordo, provisões de bordo e outros artigos, tais como cartas de porte aéreo impressas, qualquer material impresso que ostente a insígnia da companhia e o material publicitário habitualmente distribuído gratuitamente pelas companhias aéreas designadas, destinados a serem utilizados ou exclusivamente utilizados no âmbito da operação ou da manutenção das aeronaves da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) que efetua(m) os serviços acordados.

2. As isenções concedidas pelo presente artigo aplicam-se aos itens referidos no n.º 1:

   a) introduzidas no território da Parte Contratante pela(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de outra Parte Contratante ou em seu nome; ou

   b) retidos a bordo de aeronaves da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante à chegada ou à partida do território de outra Parte Contratante; ou

   c) embarcados em aeronaves da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante no território de outra Parte Contratante e destinados a serem utilizados na prestação dos serviços acordados

independentemente de esses itens serem ou não utilizados ou consumidos inteiramente no território da Parte Contratante que concede a isenção, desde que a propriedade desses itens não seja transferida no território da referida Parte Contratante.

3. O equipamento de bordo normal, bem os materiais e fornecimentos normalmente conservados a bordo das aeronaves de uma ou várias companhias aéreas designadas de uma Parte Contratante, só podem ser descarregados no território de uma outra Parte Contratante com a aprovação das autoridades aduaneiras desse território. Nesse caso, podem ser colocados sob o controlo das referidas autoridades até serem reexportados ou eliminados de outra forma, em conformidade com a regulamentação aduaneira.

4. As isenções previstas no presente artigo são igualmente aplicáveis quando a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante tiver(em) celebrado um contrato com outra(s) companhia(s) aérea(s) designada(s), que beneficie(m) igualmente de tais isenções de outras Partes Contratantes, para o empréstimo ou transferência no território das outras Partes Contratantes dos artigos especificados no n.º 1 do presente artigo.

ARITGO 12.º
CONCORRÊNCIA LEAL

Cada Parte Contratante acorda que:

a) cada companhia aérea designada tenha uma oportunidade justa e equitativa de concorrer na prestação dos serviços aéreos internacionais regidos pelo presente Acordo; e

b) tome medidas para eliminar todas as formas de discriminação e/ou práticas anti concorrenciais dessa Parte Contratante e/ou da(s) sua(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) que considere afetarem negativamente a posição concorrencial de uma companhia aérea designada de qualquer outra Parte Contratante.

ARTIGO 13.º
GARANTIAS

1. As Partes Contratantes acordam em que as práticas das companhias aéreas a seguir indicadas podem ser consideradas como eventuais práticas anti concorrenciais sendo por isso alvo de análise mais aprofundada:

   a) cobrar tarifas e taxas nas rotas a níveis que, no seu conjunto, são insuficientes para cobrir os custos da prestação dos serviços aéreos a que se referem;

b) o aumento excessivo da capacidade ou da frequência dos serviços aéreos;

c) as práticas em causa são sustentadas e não temporárias;

d) as práticas em questão tenham um efeito económico negativo grave ou causem um prejuízo significativo a outra companhia aérea;

e) as práticas em causa refletem uma intenção aparente ou têm o efeito provável de paralisar, excluir ou afastar outra companhia aérea do mercado; e

f) comportamento que indique um abuso de posição dominante na rota.

2. A concessão de auxílios e/ou subvenções estatais será transparente entre as Partes Contratantes e não deverá provocar qualquer concorrência entre as companhias aéreas designadas das Partes Contratantes. As Partes Contratantes em causa deverão fornecer às outras Partes Contratantes interessadas, a pedido destas, informações completas sobre tais subvenções e sobre qualquer revisão ou prorrogação das mesmas. Essas informações serão tratadas com a máxima sensibilidade e confidencialidade.

3. Se as autoridades aeronáuticas de uma Parte Contratante considerarem que uma operação projetada ou realizada por uma companhia aérea designada de outra Parte Contratante pode constituir um comportamento concorrencial desleal, de acordo com os indicadores enumerados no n.º 1 do presente artigo, ou uma discriminação através de auxílios estatais e/ou subvenções indevidos por parte dessa outra Parte Contratante, podem solicitar a realização de consultas nos termos do artigo 16. Qualquer pedido deste tipo deverá ser acompanhado de uma notificação dos motivos do pedido e as consultas deverão ter início no prazo de quinze (15) dias a contar da data de receção do pedido.

4. Se as Partes Contratantes não conseguirem resolver o problema através de consultas, qualquer Parte Contratante pode invocar o mecanismo de resolução de litígios previsto no artigo 17º (Resolução de Litígios) para resolver o litígio.

5. Cada Parte Contratante tem o direito de recusar, revogar, suspender, impor condições ou limitar temporariamente as autorizações de exploração relativas a uma companhia aérea designada por outra Parte Contratante, caso existam motivos razoáveis para considerar que as práticas desleais ou anti concorrenciais relacionadas com os n.ºs 1 e 2 do presente artigo, cometidas por uma Parte Contratante ou pela companhia aérea designada por essa Parte Contratante, afetam gravemente a exploração da sua companhia aérea designada.

ARTIGO 14.º
APLICAÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS

1. Ao entrar, permanecer ou sair do território de uma Parte Contratante, a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) por qualquer outra Parte Contratante cumprirá(ão) as suas disposições legislativas, regulamentares e normativas relativas à exploração e navegação de aeronaves.

2. Ao entrar, permanecer ou sair do território de uma Parte Contratante, as suas leis, regulamentos e normas relativos à admissão ou saída do seu território de passageiros, tripulação ou carga em aeronaves (incluindo os regulamentos relativos à entrada, desalfandegamento, segurança da aviação, imigração, passaportes, alfândegas e quarentena ou, no caso do correio, os regulamentos postais) serão cumpridos por esses passageiros, tripulação ou carga da(s) companhia(s) aérea(s) de qualquer outra Parte Contratante, ou em nome destes.

3. 3Os passageiros, a bagagem e a carga em trânsito no território de qualquer Parte Contratante e que não abandonem a zona do aeroporto reservada para o efeito não serão submetidos a qualquer exame, exceto por razões de segurança aérea, de controlo de estupefacientes, de prevenção de entradas ilegais ou em circunstâncias especiais.

ARTIGO 15.º
ESTATÍSTICAS

A autoridade aeronáutica de cada Parte Contratante fornecerá às autoridades aeronáuticas das outras Partes Contratantes, a pedido destas, estatísticas periódicas ou outras informações semelhantes relativas ao tráfego efetuado nos serviços acordados.

ARTIGO 16.º
CONSULTAS E ALTERAÇÕES

1. As autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes periodicamente com vista a garantir a aplicação e o cumprimento satisfatório das disposições do presente Acordo. Salvo acordo em contrário, essas consultas terão início o mais possível, mas não mais de sessenta (60) dias a contar da data em que a outra Parte Contratante receba, por via diplomática ou por outros canais adequados, um pedido por escrito, incluindo uma explicação das questões a abordar. Uma vez acordada a data das consultas, a Parte Contratante requerente notificará igualmente todas as outras Partes Contratantes da realização das consultas e das questões a tratar. Qualquer parte contratante pode estar presente. Uma vez concluídas as consultas, todas as Partes Contratantes, bem como o depositário, serão notificados dos resultados.

2. Se um terço Partes Contratantes considerar desejável alterar qualquer disposição do presente Acordo, , mediante pedido dirigido ao Secretário-Geral da ASEAN, apresentado no prazo de doze (12) meses a contar da data de entrada em vigor do presente Acordo, convocar uma reunião de todas as Partes Contratantes para examinar as alterações que possam propor ao presente Acordo. Essas alterações, se acordadas por todas as Partes Contratantes e, se necessário, após consultas em conformidade com o n.º 1 do presente artigo, entrarão em

vigor quando mais de metade das Partes Contratantes tiverem depositado os seus instrumentos de ratificação ou aceitação dessas alterações.

3. Caso seja celebrada uma convenção multilateral geral sobre serviços aéreos internacionais que vincule todas Partes Contratantes, o presente Acordo será alterado de modo a conformar-se com as disposições dessa convenção.

ARTIGO 17.º
RESOLUÇÃO DE LITÍGIO

As disposições do Protocolo da ASEAN sobre o Mecanismo Reforçado de Resolução de Litígios, celebrado em Vientiane, Laos, em 29 de novembro de 2004, e as respetivas alterações, são aplicáveis aos litígios decorrentes do presente Acordo.

ARTIGO 18.º
RELAÇÕES COM OUTROS ACORDOS

1. O presente Acordo ou quaisquer ações nele previstas não afetam os direitos e obrigações das Partes Contratantes decorrentes de quaisquer acordos ou convenções internacionais em vigor em que sejam igualmente Partes Contratantes, exceto nos casos previstos no n.º 3 do presente artigo.

2. Nenhuma disposição do presente Acordo prejudica os direitos ou o exercício desses direitos por qualquer Parte Contratante ao abrigo das disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, em especial no que respeita à liberdade do alto mar, aos direitos de passagem inofensiva, à passagem nas rotas marítimas arquipelágicas ou à passagem em trânsito de navios e aeronaves, e em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

3. Em caso de incoerência entre uma disposição do presente Acordo e uma disposição de um ou mais acordos bilaterais ou multilaterais de serviços aéreos em vigor (incluindo eventuais alterações aos mesmos), a que estejam vinculados dois ou mais Estados membros da ASEAN ou que não esteja abrangida pelo presente Acordo, prevalece a disposição menos restritiva ou mais liberal ou que não esteja abrangida pelo presente Acordo. Se a incoerência disser respeito a disposições relativas à segurança intrínseca ou extrínseca da aviação, prevalecem as disposições que prescrevem uma norma mais elevada ou mais rigorosa de segurança intrínseca ou extrínseca da aviação, na medida da incoerência.

ARTIGO 19.º
DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Acordo será depositado junto do Depositário, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Acordo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. Os Instrumentos de Ratificação ou Aceitação serão depositados junto do Depositário e este informará prontamente cada Parte Contratante desse depósito.

3. O presente Acordo entrará em vigor na data do depósito do terceiro (3.º) Instrumento de Ratificação ou Aceitação junto do Depositário e só produzirá efeitos entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceite.

4. Sob reserva do disposto no n.º 3 do presente artigo, os protocolos de aplicação enumerados no Anexo II do presente Acordo entram em vigor após a sua ratificação ou aceitação, tal como previsto nas "Disposições finais" dos respetivos protocolos de aplicação. As disposições do presente Acordo só são aplicáveis ao protocolo de aplicação que tenha entrado em vigor entre as Partes Contratantes que o ratificaram ou aceitaram.

5. O depositário manterá um registo centralizado das designações das companhias aéreas e das autorizações de exploração, em conformidade com o artigo 3.º.

6. O depositário registará o presente acordo junto da ICAO logo que entre em vigor.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o presente Acordo Multilateral da ASEAN sobre a liberalização total dos serviços aéreos de passageiros.

FEITO em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, aos doze (12) dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, num único exemplar original em língua inglesa.

Pelo Governo de Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministro das Comunicações

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
MAO HAVANNAL
Secretário de Estado da Aviação Civil

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
MOH. IKSAN TATANG
Secretário Geral
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO'SRI ONG TEE KEAT
Ministros dos Transportes

Pelo Governo da União do Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U THEIN SWE
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
JOSE P. DE JESUS
Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

Pelo Governo da República da Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
RAYMOND LIM
Ministros dos Transportes

Pelo Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Secretário Adjunto Permanente
Ministro dos Transportes

Pela República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
HO NGHIA DZUNG
Ministro dos Transportes

ANEXO I
SERVIÇOS AÉREOS REGULARES

Secção 1
Direitos de rota e tráfego

1. Sob reserva das disposições legislativas e regulamentares nacionais de cada Parte Contratante e em conformidade com o artigo 12º (concorrência leal) do presente Acordo, a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante será(ão) autorizada(s), nos termos da sua designação, a operar a partir de quaisquer pontos do território da Parte Contratante que designa a(s) companhia(s) aérea(s), através de quaisquer pontos intermédios, para quaisquer pontos do território de qualquer outra Parte Contratante e para quaisquer pontos além destes, por qualquer combinação ou ordem, desde que todos os pontos sejam aeroportos internacionais.

2. Não obstante as disposições anteriores, o direito de embarcar ou desembarcar, no território de qualquer outra Parte Contratante, passageiros, bagagem, carga ou correio transportados mediante remuneração e destinados ou provenientes de pontos situados no território de qualquer Parte Não Contratante, está sujeito ao acordo entre as autoridades aeronáuticas das Partes Contratantes em causa.

3. Cada Parte Contratante compromete-se a conceder às companhias aéreas designadas de todas as Partes Contratantes que ratificaram o presente Acordo e respetivos protocolos de aplicação um tratamento não menos favorável do que o concedido às suas próprias companhias aéreas no que respeita ao acesso às suas cidades com aeroportos internacionais, conforme estabelecido nos protocolos de aplicação do presente Acordo.

Secção 2
Flexibilidade operacional

1. Cada companhia aérea designada pode, em qualquer ou em todos os voos e à sua escolha:

   a) operar voos em uma ou ambas as direções;

   b) combinar diferentes números de voo numa mesma operação de aeronave;

   c) servir os pontos aquém, intermédios e além e os pontos situados nos territórios das partes contratantes nas rotas, em qualquer combinação e por qualquer ordem;

   d) omitir paragens em qualquer ponto ou pontos;

   e) transferir tráfego de qualquer das suas aeronaves para qualquer das suas outras aeronaves em qualquer ponto das rotas; e

   f) servir pontos aquém de qualquer ponto do seu território, com ou sem mudança de aeronave ou de número de voo, e pode oferecer e publicitar esses serviços ao público como serviços diretos

sem limitação direcional ou geográfica e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outro modo autorizado nos termos do presente Acordo, desde que o serviço sirva um ponto no território da Parte Contratante que designa a companhia aérea.

2. Em qualquer segmento das rotas supramencionadas, qualquer companhia aérea designada pode prestar serviços aéreos internacionais, sem qualquer limitação quanto à mudança de gabarito, em qualquer ponto da rota, numa base individual (com exceção da partilha de códigos), desde , no sentido de saída, os serviços aéreos para além desse ponto sejam uma continuação dos serviços aéreos a partir do território da Parte Contratante que designou a companhia aérea e, no sentido de entrada, os serviços aéreos para o território Parte Contratante que designou a companhia aérea sejam uma continuação dos serviços aéreos a partir do ponto em questão.

3. A(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante pode(m) ser solicitada(s) a submeter os seus planos de voo previstos à aprovação das autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante, pelo menos trinta (30) dias antes da exploração dos serviços acordados. Qualquer alteração dos mesmos deverá ser submetida à apreciação das autoridades aeronáuticas pelo menos quinze (15) dias antes da exploração.

4. Para os voos suplementares que a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de uma Parte Contratante pretenda(m) efetuar nos serviços acordados fora do horário aprovado, essa companhia aérea deverá solicitar autorização prévia às autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante. Esses pedidos serão normalmente apresentados pelo menos quatro (4) dias úteis antes da realização desses voos.

ANEXO II
IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLOS

As Partes Contratantes celebram os seguintes protocolos de aplicação, que fazem parte integrante do presente Acordo:

a) Protocolo 1	Direitos de Tráfego Ilimitados de Terceira e Quarta Liberdade entre quaisquer cidades da ASEAN; e
b) Protocolo 2	Direitos de Tráfego Ilimitados de Quinta Liberdade entre quaisquer cidades da ASEAN.

PROTOCOLO 1
SOBRE OS DIREITOS DE TRÁFEGO ILIMITADOS DE TERCEIRA E QUARTA LIBERDADES ENTRE QUAISQUER CIDADES DA ASEAN

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos (a seguir designada por "RDP do Laos"), da Malásia, da União de Mianmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (a seguir designados coletivamente por "Partes Contratantes" ou individualmente por "Parte Contratante"),

RECORDANDO o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a liberalização dos serviços éreos de passageiros, assinado em 12 de novembro de 2010 em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, os seus anexos e os seus protocolos de aplicação (a seguir designado por "Acordo");

RECONHECENDO que o Anexo II do Acordo prevê a celebração de protocolos de execução que são parte integrante do Acordo;

RECONHECENDO igualmente o parágrafo 3 do artigo I do Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Económica da ASEAN, assinado em 28 de janeiro de 1992 em Singapura, segundo o qual, na aplicação de acordos económicos, dois ou mais Estados-Membros podem proceder em primeiro lugar se outros Estados-Membros não estiverem preparados para aplicar esses acordos; e

PRETENDENDO eliminar as restrições aos serviços aéreos com o objetivo de alcançar a plena liberalização na ASEAN até 2015,

ACORDARAM O SEGUINTE:

Artigo 1.º - Direitos de rota e de tráfego

A(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante será(ão) autorizada(s) a explorar os serviços acordados a partir de quaisquer cidades com aeroportos internacionais no seu território para quaisquer cidades com aeroportos internacionais no território das outras Partes Contratantes e vice-versa, com plenos direitos de tráfego de terceira (3.ª) e quarta (4.ª) liberdades até 30 de junho de 2010, desde que em caso algum os pontos de origem e de destino sejam ambos capitais.

Artigo 2.º - Capacidade e frequência

Os serviços aéreos de passageiros explorados ao abrigo do presente Protocolo, tal como previsto no artigo 1.º, não estão sujeitos a limitações de capacidade, frequência e tipo de aeronave.

Artigo 3.º - Disposições finais

1. O presente Protocolo será junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes que ratificaram ou aceitaram o Acordo. Os instrumentos de ratificação ou de aceitação serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará imediatamente cada Parte Contratante desse depósito.

3. O presente protocolo entra em vigor na data do depósito do terceiro (3.º) instrumento de ratificação ou aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN e só produz efeitos entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceite. Para cada Parte Contratante que ratifique ou aceite o Protocolo após o depósito do terceiro (3.º) Instrumento de Ratificação ou Aceitação, o Protocolo entrará em vigor na data do depósito, por essa Parte Contratante, do seu instrumento de ratificação ou de aceitação.

4. Qualquer alteração das disposições do presente Protocolo deve ser efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes, como previsto no artigo 16.º do Acordo.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados a assinar por seus respetivos Governos, assinaram o Protocolo 1 relativo aos direitos de tráfego ilimitado de terceira e quarta liberdades entre quaisquer cidades da ASEAN.

CELEBRADO em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, aos doze (12) dias do mês de novembro de dois mil e dez, num único exemplar original em língua inglesa.

Pelo Governo de Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministro das Comunicações

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
MAO HAVANNAL
Secretário de Estado da Aviação Civil

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
MOH. IKSAN TATANG
Secretário Geral
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO'SRI ONG TEE KEAT
Ministros dos Transportes

Pelo Governo da União do Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U THEIN SWE
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
JOSE P. DE JESUS
Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

Pelo Governo da República da Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
RAYMOND LIM
Ministros dos Transportes

Pelo Governo da Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Secretário Adjunto Permanente
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
HO NGHIA DZUNG
Ministro dos Transportes

PROTOCOLO 2
SOBRE OS DIREITOS DE TRÁFEGO ILIMITADOS DE QUINTA LIBERDADE ENTRE QUAISQUER CIDADES DA ASEAN

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos (a seguir designada por "RDP do Laos"), da Malásia, da União de Mianmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (a seguir designados coletivamente por "Partes Contratantes" ou individualmente por "Parte Contratante"),

RECORDANDO o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a liberalização dos serviços éreos de passageiros, assinado em 12 de novembro de 2010 em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, os seus anexos e os seus protocolos de aplicação (a seguir designado por "Acordo");

RECONHECENDO que o Anexo II do Acordo prevê a celebração de protocolos de execução que são parte integrante do Acordo;

RECONHECENDO igualmente o n.º 3 do artigo I do Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Económica da ASEAN, assinado em 28 de janeiro de 1992 em Singapura, segundo o qual, na aplicação de acordos económicos, dois ou mais Estados-Membros podem proceder em primeiro lugar se outros Estados-Membros não estiverem preparados para aplicar esses acordos; e

PRETENDENDO eliminar as restrições aos serviços aéreos com o objetivo de alcançar a plena liberalização na ASEAN até 2015,

ACORDARAM O SEGUINTE:

Artigo 1.º - Definições

Para efeitos do presente Protocolo, a expressão "direitos de tráfego da quinta liberdade (5ª)" designa os direitos de tráfego intermédios posteriores, que devem ser explorados exclusivamente no interior da ASEAN.

Artigo 2.º - Direitos de circulação e de tráfego

Sem prejuízo do disposto no n.º 1, alínea d), da Secção 2 do Anexo I do presente Acordo, a(s) companhia(s)

aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante será(ão) autorizada(s) a exercer direitos de tráfego de quinta liberdade para os serviços acordados entre quaisquer cidades com aeroportos internacionais no território de outras Partes Contratantes até 30 de junho de 2013. Desde que, no exercício de direitos de tráfego de quinta liberdade que envolva a capital, uma das cidades seja um ponto que não seja um aeroporto de uma cidade capital.

Artigo 3.º - Capacidade e frequência

Os serviços aéreos de passageiros operados ao abrigo do presente Protocolo não serão limitados em termos de capacidade, frequência e tipo de aeronave, conforme previsto no artigo 2.º.

Artigo 4.º - Disposições finais

1. O presente Protocolo será junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes que ratificaram ou aceitaram o Acordo. Os instrumentos de ratificação ou de aceitação serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará imediatamente cada Parte Contratante desse depósito.

3. O presente protocolo entra em vigor na data do depósito do terceiro (3º) instrumento de ratificação ou aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN e só produz efeitos entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceite. Para cada Parte Contratante que ratifique ou aceite o Protocolo após o depósito do terceiro (3º) Instrumento de Ratificação ou Aceitação, o Protocolo entrará em vigor na data do depósito, por essa Parte Contratante, do seu instrumento de ratificação ou de aceitação.

4. Qualquer alteração das disposições do presente Protocolo deve ser efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes, como previsto no artigo 16.º do Acordo.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados a assinar por seus respetivos Governos, assinaram o Protocolo 2 relativo aos direitos de tráfego ilimitado de quinta liberdade entre quaisquer cidades da ASEAN.

CELEBRADO em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, aos doze (12) dias do mês de novembro de dois mil e dez, num único exemplar original em língua inglesa.

Pelo Governo de Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministro das Comunicações

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
MAO HAVANNAL
Secretário de Estado da Aviação Civil

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
MOH. IKSAN TATANG
Secretário Geral
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO'SRI ONG TEE KEAT
Ministros dos Transportes

Pelo Governo da União do Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U THEIN SWE
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
JOSE P. DE JESUS
Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações

Pelo Governo da República da Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
RAYMOND LIM
Ministros dos Transportes

Pelo Governo da Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Secretário Adjunto Permanente
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
HO NGHIA DZUNG
Ministro dos Transportes

PROTOCOLO 3
RELATIVA AOS DIREITOS
DE PARTILHA DE CÓDIGOS NACIONAIS ENTRE PONTOS SITUADOS NO TERRITÓRIO DE QUAISQUER OUTROS ESTADOS-MEMBROS DA ASEAN

O Governo do Brunei Darussalam, o Governo Real do Camboja, o Governo da República da Indonésia, o Governo da República Democrática Popular do Laos (RDP do Laos), o Governo da Malásia, o Governo da República da União de Myanmar, o Governo da República das Filipinas o Governo da República de Singapura, o Governo do Reino da Tailândia e o Governo da República Socialista do Vietname, Estados membros Associação das Nações do Sudeste Asiático ("ASEAN") (a seguir designados coletivamente por "Partes Contratantes" ou individualmente por "Parte Contratante");

RECORDANDO o Acordo Multilateral da ASEAN sobre a Liberalização Total dos Serviços Aéreos de Passageiros, assinado em 12 de Novembro de 2010 em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam (a seguir designado por "Acordo")

PROMOVENDO a efetiva implementação d o Acordo;

RECONHECENDO o parágrafo 3 do Artigo I do Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Económica da ASEAN, assinado em 28 de Janeiro de 1992, em Singapura, segundo o qual, na aplicação de acordos económicos, dois ou mais Estados-Membros podem proceder em primeiro lugar se outros Estados-Membros não estiverem preparados para aplicar esses acordos; e

DESEJANDO eliminar as restrições aos serviços aéreos,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º Definições

Para efeitos do presente Protocolo, a expressão "direitos de partilha de códigos nacionais" designa os direitos de partilha de códigos nacionais que só podem ser obtidos no âmbito de uma viagem internacional.

Artigo 2.º
Direitos de Partilha de Códigos Nacionais

1. A(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante será(ão) autorizada(s) a exercer direitos de partilha de códigos nacionais na qualidade de companhia(s) aérea(s) comercializadora(s), desde que não sejam exercidos direitos de cabotagem. Para evitar dúvidas, o termo "direitos de cabotagem" na frase supracitada inclui a oferta de serviços aéreos para venda em rotas exclusivamente domésticas pela(s) companhia(s) aérea(s) comercializadora(s) dessa Parte Contratante.

2. Ao explorar ou oferecer serviços em regime de partilha de códigos na(s) rota(s) especificada(s), a(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante pode(m) comercializar e vender, para além dos pontos mencionados na Secção 1 do Anexo I do Acordo, quaisquer outros pontos no território das outras Partes Contratantes. A rota doméstica, objeto dos direitos de partilha de códigos nacionais, será explorada pela(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) por essas Partes Contratantes. Para evitar dúvidas, a Secção 2 do Anexo I do Acordo é aplicável ao exercício dos direitos de partilha de códigos nacionais.

3. Relativamente à Indonésia, os direitos de partilha de códigos nacionais serão exercidos através de cinco pontos de entrada: Jacarta, Denpasar, Makassar, Medan e Surabaya para quaisquer outros pontos na Indonésia.

4. Tanto a companhia aérea operadora como a de marketing podem ser obrigadas a solicitar aprovação, de quaisquer acordos cooperativos de marketing celebrados de acordo com os parágrafos 1, 2 e 3 deste Artigo, antes de sua introdução proposta junto às autoridades aeronáuticas de cada parte contratante.

5. Ao oferecer serviços aéreos para venda, a(s) companhia(s) aérea(s) comercializadora(s) deve(m) indicar claramente ao comprador de bilhetes para esses serviços, no ponto de venda, qual(is) a(s) companhia(s) aérea(s) operadora(s) em cada sector dos serviços e com que companhia(s) aérea(s) o comprador está a estabelecer uma relação contratual.

Artigo 3.º Capacidade e Frequência

Os serviços aéreos de passageiros operados ao abrigo do presente Protocolo que exerçam direitos de partilha de códigos nacionais, tal como previsto no Artigo 2.º do presente Protocolo, não estão sujeitos a limitações em termos de capacidade, frequência e tipo de aeronave.

Artigo4.º
DisposiçõesFinais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. Os instrumentos de ratificação ou de aceitação serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que notificará imediatamente todas as Partes Contratantes desse depósito.

3. Não obstante o parágrafo 2 do Artigo 16.º do Acordo, o presente Protocolo entrará em vigor na data do depósito do terceiro (3.º) Instrumento de Ratificação ou Aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN e só produzirá efeitos entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceite. Para uma Parte Contratante que deposite o seu instrumento de ratificação ou de aceitação após a data de entrada em vigor do presente Protocolo, o presente Protocolo entrará em vigor para essa Parte na data do seu depósito do instrumento de ratificação ou de aceitação.

4. O presente Protocolo é aditado como Protocolo 3 ao Anexo II do Acordo, que é alterado nos termos do parágrafo 2 do Artigo 16.º do Acordo, passando a ter a seguinte redação:

ANEXO II
IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLOS

Os seguintes Protocolos de Execução fazem parte integrante do presente Acordo:

a) Protocolo 1 Direitos de Tráfego Ilimitados de Terceira e Quarta Liberdades Entre Quaisquer Cidades da ASEAN;

b) Protocolo 2 Direitos de Tráfego Ilimitados de Quinta Liberdade Entre Quaisquer Cidades da ASEAN; e

c) Protocolo 3 relativo aos Direitos de Partilha de Códigos Internos Entre Pontos situados no Território de Qualquer Outro Estado Membro da ASEAN".

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados a assinar pelos respetivos Governos, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Singapura, aos Treze dias do mês de Outubro do Ano de Dois Mil e Dezassete, num único exemplar original em língua inglesa.

Por Brunei Darussalam:

[Observa-se uma assinatura]
DATO MUSTAPPA SIRAT
Ministro das Comunicações

Pelo Reino do Camboja:

[Observa-se uma assinatura]
MAO HAVANNALL
Secretário de Estado
Secretaria de Estado da Aviação Civil

Pela República da Indonésia:

[Observa-se uma assinatura]
BUDI KARYA SUMADI
Ministro dos Transportes

Pela República Popular Democrática do Laos:

[Observa-se uma assinatura]
BOUNCHANH SINTHAVONG
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes

Pela Malásia:
[Observa-se uma assinatura]

DATUK SERI HJ. SARIPUDDIN HJ. KASIM
Secretário Geral do Ministério dos Transportes

Pela República da União do Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]

THANT SIN MAUNG
Ministro da União para os Transportes e Comunicações

Pela República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]

ARTHUR P. TUGADE
Secretário de Estado dos Transportes

Pela República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]

KHAW BOON WAN
Ministro Coordenador das Infraestruturas e Ministro dos Transportes

Pelo Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
ARKHOM TERMPITTAYAPAISHITH
Ministro dos Transportes

Pela República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
LE DINH THO
Vice-Ministro dos Transportes

PROTOCOLO 4
SOBRE DIREITOS CO-TERMINAIS ENTRE PONTOS DO TERRITÓRIO DE QUALQUER OUTRO ESTADO MEMBRO DA ASEAN

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos (RDP do Laos), da Malásia, da República da União de Mianmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (a seguir designados coletivamente por "Partes Contratantes" ou individualmente por "Parte Contratante");

RECORDANDO o Acordo Multilateral da ASEAN sobre

a liberalização total dos serviços aéreos de passageiros, assinado em 12 de novembro de 2010 em Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, os seus anexos e os seus protocolos de aplicação (a seguir designado "o Acordo");

RECONHECENDO igualmente o parágrafo 3 do artigo I do Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Económica da ASEAN, assinado em 28 de janeiro de 1992 em Singapura, segundo o qual, na aplicação de acordos económicos, dois ou mais Estados-Membros podem proceder em primeiro lugar se outros Estados-Membros não estiverem preparados para aplicar esses acordos; e

PRETENDENDO eliminar as restrições aos serviços aéreos,

ACORDARAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º
Definições

Para efeitos do presente Protocolo, a expressão "direitos co-terminais" refere-se ao direito da(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante de servir dois ou mais pontos noutra Parte Contratante na mesma rota e só estará disponível como parte de uma viagem internacional.

Artigo 2.º
Direitos co-terminais

1. A(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) de cada Parte Contratante será() autorizada(s) a exercer direitos co-terminais, desde que não sejam exercidos direitos de cabotagem. Para evitar dúvidas, o termo "direitos de cabotagem" inclui a oferta de serviços aéreos para venda em rotas exclusivamente domésticas pela(s) companhia(s) aérea(s) designada(s) dessa Parte Contratante.

2. Para além de explorarem ou oferecerem os serviços acordados na(s) rota(s) especificada(s), as companhias aéreas designadas de cada Parte Contratante serão autorizadas, no exercício de direitos de co-terminal, a servir, para além dos pontos mencionados na Seção 1 do Anexo I do Acordo, quaisquer pontos adicionais com aeroporto internacional, no território de outras Partes Contratantes. Para evitar dúvidas, a Seção 2 do Anexo I do Acordo é aplicável ao exercício de direitos co-terminais.

3. Relativamente à Indonésia, os direitos co-terminais serão exercidos entre cinco pontos: Jacarta, Denpasar, Makassar, Medan e Surabaya.

Artigo 3.º Capacidade e Frequência

Não haverá qualquer limitação em termos de capacidade, frequência e tipo de aeronave no que respeita aos serviços acordados servidos ao abrigo do presente Protocolo que exerçam direitos co-terminais, conforme previsto no artigo 2.º do presente Protocolo.

Artigo 4.º
Disposições finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. Os instrumentos de ratificação ou de aceitação serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará imediatamente cada Parte Contratante desse depósito.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 do artigo 16.º do Acordo, o presente Protocolo entra em vigor na data de depósito do terceiro (3.º) instrumento de ratificação ou aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN e só produz efeitos entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceite. Para uma Parte Contratante que deposite o seu instrumento de ratificação ou de aceitação após a data de entrada em vigor do presente Protocolo, o presente Protocolo entrará em vigor para essa Parte Contratante na data de depósito do seu instrumento de ratificação ou de aceitação.

4. O presente Protocolo é aditado como Protocolo n.º 4 ao Anexo II do Acordo, que será alterado nos termos do parágrafo 2 do artigo 16.º do Acordo e o qual passará a ter a seguinte redação:

ANEXO II
IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLOS

Os seguintes Protocolos de Execução fazem parte integrante do presente Acordo:

a) Protocolo 1 Direitos de Tráfego Ilimitado de Terceira e Quarta Liberdades Entre Quaisquer Cidades da ASEAN;

b) Protocolo 2 Direitos de Tráfego Ilimitado de Quinta Liberdade Entre Quaisquer Cidades da ASEAN;

c) Protocolo 3 Direitos de Partilha de Códigos Internos Entre Pontos Situados no Território de Qualquer Outro Estado Membro da ASEAN; e

d) Protocolo 4 Direitos Co-Terminais Entre Pontos do Território de Qualquer Outro Estado Membro da ASEAN

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados a assinar pelos respetivos Governos, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Banguecoque, Tailândia, aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, num único exemplar original em língua inglesa.

ANEXO III
Traduções para língua tétum

AKORDU MULTILATERÁL ASEAN KONA-BA LIBERALIZASAUN TOTÁL BA SERVISU AÉREO BA PASAJEIRU SIRA-NIAN

Governu sira, husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos (iha ne'e refere hanesan "Laos PDR"), Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individulamente hanesan "Parte Kontratante")

HANOIN hikas fali dirijente ASEAN sira-nia desizaun antes atu estabelese to'o 2020 Komunidade ASEAN, inklui Komunidade Ekonómika ASEAN (AEC) ne'ebé halo iha Deklarasaun Konkordansia ASEAN II iha Bali, Indonézia iha loron 7 fulan-Outubru tinan 2003;

AFIRMA ajenda polítika ba implementasaun progresivu ba liberalizasaun tomak no integrasaun servisu aéreu iha ASEAN hanesan hatuur ona iha Planu Asaun ba Integrasaun no Liberalizasaun Transporte Aéreu husi ASEAN nian ne'ebé adota iha Sorumutu Ministru Transporte (ATM) ASEAN ba Dasanulu (10) iha loron 23 fulan-Novembru tinan 2004 iha Phnom Penh, Kamboja;

HANOIN hikas fali Programa Asaun Vientiane nian ne'ebé adota iha Simeira ASEAN ba Dasanulu (10) iha loron 29 fulan-Novembru tinan 2004 iha Vientiane, ne'ebé husu atu aselera akordu movimentu nakloke ba aéreu nian no avansa liberalizasaun iha servisu transporte aéreu;

IHA kompromisu atu mantein, dezenvolve liu-tán no hametin relasaun amizade no kooperasaun entre sira-nia nasaun;

REKOÑESE katak servisu aéreu internasionál sira hirak ne'ebé efisiente no kompetitivu importante atu dezenvolve komérsiu, fó benefísiu ba konsumidór sira, no promove kreximentu ekonómiku;

HAKARAK atu asegura grau aas seguransa intrínseka no ekstrínseka nian iha transporte aéreu internasionál no reafirma sira-nia preokupasaun maka'as kona-ba aktu ka ameasa sira hasoru seguransa aviaun, ne'ebé fó perigu ba seguransa ema ka propriedade, afeta negativamente ba operasaun transporte aéreu, no estraga konfiansa públikuiha seguransa aviasaun sivíl;

HAKARAK atu fasilita no hasa'e servisu aéreu no sira-nia atividade relasionadu, hodi komplementa esforsu fasilitasaun no liberalizasaun transporte siraseluk iha ASEAN;

REAFIRMA ita-nia kompromisu koletivu atu harii Merkadu Úniku Aviasaun ASEANto'o tinan 2015;

SAI Parte ba Konvensaun kona-ba Aviasaun Sivíl Internasionál, ne'ebé loke ba asinatura iha Chicago, iha loron 7 fulan-Dezembru tinan 1944, no hakarak atu kaer metin ba prinsípiu no dispozisaun sira hosi Konvensaun ne'ebé temi ona; no

HAKARAK atu konklui Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun Tomak ba Servisu Aéreu Pasajeiru nian.

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

ARTIGU 1
DEFINISAUN

Ba objetivu sira hosi Akordu ida-ne'e de'it, exetu bainhira kontestu ne'e ezije buat seluk:

1. Termu "Konvensaun" signifika Konvensaun kona-ba Aviasaun Sivíl Internasionál ne'ebé loke ba asinatura iha Chicago, iha loron 7 fulan-Dezembru tinan 1944, no inklui: (i) alterasaun ruma ne'ebé tama iha vigór tuir Artigu 94 (a) Konvensaun no ratifikadu hosi Parte Kontratante hotu-hotu ba Akordu ida-ne'e, no (ii) kualkér Aneksu ka kualkér alterasaun ba ida-ne'ebé adota tuir Artigu 90 hosi Konvensaun, iha medida ne'ebé Aneksu ka alterasaun sira-ne'e, iha kualkér tempu, efetivu ba Parte Kontratante hotu-hotu ba Akordu ida-ne'e;

2. Termu "autoridade aeronáutiku" signifika Ministru ne'ebé responsavel ba Aviasaun Sivíl, ka kualkér ema ka órgaun ne'ebé hetan autorizasaun atu hala'o funsaun ruma ne'ebé agora daudaun nia bele ezerse ka funsaun sirahirak ne'ebé hanesan;

3. Termu "kompañia aérea dezignada" signifika kompañia aérea ida ne'ebé maka dezignadu no hetan autorizasaun tuir Artigu 3 (Dezignasaun no Autorizasaun ba Kompañia Aérea) hosi Akordu ida-ne'e;

4. Termu "territóriu" signifika territóriu terestre, bee internu, tasi territoriál, bee arkipelájiku, tasi okos no nia sub-rai no espasu aéreu iha leten;

5. Termu "servisu aéreu" "servisu aéreu internasionál", no "kompaña aérea" iha signifikadu ne'ebé atribui dala barak iha Artigu 96 Konvensaun nian;

6. Termu "tarifa" signifika presu ne'ebé tenke selu ba transporte pasajeiru no karga no kondisaun ne'ebé aplika presu hirak ne'e, inklui presu no kondisaun ba ajénsia no servisu auxiliár seluk maibé esklui remunerasaun no kondisaun ba transporte korreiu nian;

7. Termu "Sirkulasaun espesifikadu sira" signifika Sirkulasaun sirahirak ne'ebé espesifika iha kalendáriu Sirkulasaun nian, ne'ebé aneksa ba Akordu ida-ne'e;

8. Termu "servisu sira hirak ne'ebé konkorda ona" signifika servisu aéreu sira ne'ebé programadu, ne'ebé hala'o ba transporte pasajeiru, karga no/ka korreiu, ketak ka iha kombinasaun, ba remunerasaun ka aluga iha Sirkulasaun ne'ebé espesifika ona;

9. Termu "ba objetivu sira hirak ne'ebé laós tránzitu nian" signifika aterrizajen ida ba kualkér finalidade ne'ebé laós foti ka hasai pasajeiru sira, karga no/ka korreiu iha servisu aéreu internasionál sira;

10. Termu "enkargu ba utilizadór" signifika enkargu ne'ebé impoin ba kompañia aérea sira hosi autoridade kompetente sira, ka permite hosi sira atu impoin, ba fornesimentu propriedade ka instalasaun aeroportu nian ka instalasaun navegasaun aérea nian, inklui servisu no instalasaun ne'ebé iha relasaun ho aviaun, nia tripulasaun, pasajeiru sira no karga;

11. Termu "Akordu" signifika Akordu ida-ne'e, ninian Aneksu no ninian Protokolu Implementasaun sira no alterasaun ruma ba ida-ne'e;

12. Termu "Depozitáriu' katak Sekretáriu-Jerál ASEAN; no

13. Referénsia hotu-hotu ba singulár tenke inklui plurál, no referénsia hotu-hotu ba plurál tenke inklui singulár.

ARTIGU 2
KONSESAUN BA DIREITU SIRA

1. Parte Kontratante ida-idak fó ba Parte Kontratante sira seluk, direitu tuirmai ba konduta servisu aéreu internasionál hosi kompañia aérea sirahirak ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante sira seluk:

   a) Direitu atu semo liu husi nia territóriu lahó aterrajen;

   b) Direitu atu halo parajen iha nia territóriu ho objetivu ne'ebé la'ós tránzitu; no

   c) Direitu ne'ebé espesifika iha Akordu ida-ne'e, inklui direitu sira ne'ebé hateten iha Aneksu I (Servisu Aéreu Ajendadu) no, bainhira aplikavel, Aneksu II (Protokolu Implementasaun).

2. Kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante ida-idak, la´os sira hirak ne'ebé dezignadu tuir Artigu 3 (Dezignasaun no Autorizasaun ba Kompañia Aéreasira) hosi Akordu ida-ne'e, sei goza mós direitu sira hirak ne'ebé espesifika iha parágrafu 1(a) no (b) hosi Artigu ida-ne'e. Kompañia aérea sira hirak ne'e sei presiza atu kumpre kondisaun sira seluk ne'ebé maka prevee tuir lei, regulamentu no regra sira ne'ebé bain-bain aplika ba operasaun servisu aéreu internasionál sira hosi Parte Kontratante ne'ebé analiza pedidu ne'e.

3. Laiha buat ida iha Akordu ida-ne'e sei konsidera atu konfere ba kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante ida, direitu atu tula, iha territóriu hosi Parte Kontratante seluk, pasajeiru sira, bagajen, karga, ka korreiu ne'ebé lori ba remunerasaun no destinadu ba pontu seluk iha territóriu Parte Kontratante seluk ne'e nian.

ARTIGU 3
DEZIGNASAUN NO AUTORIZASAUN BA KOMPAÑIA AÉREA SIRA

1. Parte Kontratante ida-idak sei iha direitu atu dezigna kompañia aérea barak ne'ebé nia hakarak ba efeitu sira prestasaun servisu aéreu internasionál, tuir Akordu ida-ne'e, no atu retira ka altera dezignasaun. Dezignasaun ida-ne'e sei transmite liu hosi eskrita, liu hosi kanál diplomátiku ba Depozitáriu ne'ebé tuirmai sei informa ba Parte Kontratante sira hotu.

2. Bainhira simu dezignasaun ida-ne'e, no aplikasaun hosi kompañia aérea (sira) ne'ebé dezignadu, iha forma no maneira ne'ebé prevee ba autorizasaun operasionál no lisensa téknika, Parte Kontratante ida-idak sei fó autorizasaun no lisensa téknika ne'ebé apropriadu ho atrazu prosesuál mínimu, bainhira iha ne'ebá:

   a)

   (i) Propriedade substansiál no kontrolu efetivu hosi kompañia aérea ne'ebá maka Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea, hosi Parte Kontratante nasionál sira, ka rua ne'e hotu; ka

   (ii) Sujeitu ba rezerva aseitasaun hosi Parte Kontratante ida ne'ebé simu pedidu ne'e, kompañia aérea dezignada ne'ebé inkorporadu no iha nia fatin negósiu prinsipál iha territóriu hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea, maka no nafatin propriedade no kontrola ho efetivu hosi ida ka barak liu husi Estadu-Membru ASEAN nian no/ka nia sidadaun sira, no Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea ne'e iha no mantein kontrolu regulatóriu ne'ebé efetivu; ka

   (iii) Sujeitu ba rezerva aseitasaun hosi Parte Kontratante ida ne'ebé simu aplikasaun hanesan ne'e, kompañia aérea ne'ebé dezignadu inkorporadu iha no iha nia fatin negósiu prinsipál iha territóriu hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea iha Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea, no mantein kontrolu regulatóriu efetivu ba kompañia aérea ne'ebá, bainhira akordu sira-ne'e sei la ekivalente atu permite kompañia aérea ka subsidiáriu sira hetan asesu ba direitu tránzitu nian ne'ebé la disponivel ba kompañia aérea ne'ebá; no

   b) Kompañia aérea dezignada iha kualifikasaun atu kumpre kondisaun siraseluk ne'ebé prevee tuir lei, regulamentu no regra sira ne'ebé bain-bain aplika ba operasaun servisu aéreu internasionál hosi Parte Kontratante ne'ebé analiza pedidu ne'e; no

   c) Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea ne'e kumpri dispozisaun sira ne'ebé hakerek iha Artigu 5 (Seguransa) no Artigu 6 (Seguransa Aviasaun) husi Akordu ida-ne'e.

3. Parte Kontratante sira ne'ebé fó autorizasaun operasionál tuir númeru 2 Artigu ida-ne'e nian tenke notifika asaun ba depozitáriu ne'ebé tuirmai sei informa ba Parte Kontratante sira hotu.

ARTIGU 4
RETENSAUN, REVOGASAUN, SUSPENSAUN NO LIMITASAUN BA AUTORIZASAUN

1. Parte Kontratante ida-idak iha direitu atu halo retensaun, revoga, suspende, impoin kondisaun ka limita autorizasaun operasionál ka lisensa téknika ne'ebé temi iha Artigu 3 (Dezignasaun no Autorizasaun ba Kom-

pañia Aérea sira) hosi Akordu ida-ne'e ho respeitu ba kompañia aérea ne'ebé dezigna hosi Parte Kontratante seluk, temporária ka permanente, bainhira:

a) Kompañia aérea la konsege prova katak nia hetan kualifikasaun, tuir Artigu 3 alínea 2 (a) (i) ka (ii) ka (iii); ka

b) Kompañia aérea laiha lei, regulamentu, no regra sira ne'ebé refere iha Artigu 14 (Aplikasaun Lei no Regulamentu sira) hosi Akordu ida-ne'e; ka

c) Parte Kontratante seluk la mantein no administra norma sira-ne'ebé hakerek iha Artigu 5 (Seguransa) hosi Akordu ida-ne'e.

2. Eseptu asaun imediata ne'ebé esensiál atu evita inkumprimentu husi número 1(b) ka 1(c) hosi Artigu ida-ne'e, direitu ne'ebé estabelese hosi Artigu ida-ne'e sei ezerse de'it hafoin konsulta ho Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea, tuir ho dispozisaun sira ne'ebé hatuur iha Artigu 16 (Konsulta no Alterasaun).

3. Parte Kontratante ne'ebé ezerse ona nia direitu atu retén, revoga, suspende, impoin kondisaun ka limita autorizasaun operasionál ka lisensa téknika kompañia aérea nian tuir número 1 hosi Artigu ida-ne'e tenke notifika nia asaun ba Depozitáriu no tenke tuirmai informa ba Parte Kontratante sira hotu.

4. Artigu ida-ne'e la limita direitu sira hosi kualkér Parte Kontratante ba retensaun, revoga, suspende, impoin kondisaun ka limita autorizasaun operasionál ka lisensa téknika hosi kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante sira seluk, tuir dispozisaun hosi Artigu 6 (Seguransa Aviasaun nian).

ARTIGU 5
SEGURANSA

1. Parte Kontratante ida-idak sei rekoñese hanesan válidu, ba efeitu siraeksplorasaun servisu aéreu sira-nian ne'ebé prevee iha Akordu ida-ne'e, sertifikadu sira kona-ba navegabilidade, sertifikadu sira kompeténsia nian, no lisensa ne'ebé fó sai, ka valida hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea refere no sei iha forsa, bainhira rekizitu sira ba sertifikadu ka lisensa sira-ne'e pelumenus hanesan ho norma mínimu sira ne'ebé bele estabelese tuir Konvensaun. Parte Kontratante ida-idak rezerva direitu, maski nune'e, atu rekuza ka rekoñese hanesan válidu ba objetivu semo nian iha nia territóriu, sertifikadu sira kompeténsia nian no lisensa ne'ebé fó ka valida ba nia sidadaun rasik hosi Parte Kontratante seluk.

2. Parte Kontratante ida-idak bele husu konsulta kona-ba norma ba seguransa intrínseka no ekstrínseka aviasaun nian ne'ebé mantein hosi Parte Kontratante seluk, relasiona ho instalasaun aeronáutika, tripulasaun voo nian, aviaun, no operasaun hosi Parte Kontratante seluk ne'e nia kompañia aérea dezignadu. Karik, tuir konsulta hanesan ne'e, Parte Kontratante dahuluk hetan katak Parte Kontratante seluk la mantein no administra ho efetivu ba norma no seguransa intrínseka no ekstrínseka aviasaun nian iha área ne'ebé pelumenus hanesan ho norma mínimu sira hirak ne'ebé bele estabelese tuir Konvensaun, Parte Kontratante seluk sei hetan notifikasaun kona-ba deskobrimentu no pasu sira ne'ebé konsidera nesesáriu hodi kumpri norma mínimu sira-ne'e; no Parte Kontratante seluk sei foti asaun koretiva ne'ebé adekuadu. Parte Kontratante ida-idak rezerva nia direitu atu rekuza, revoga, suspende, impoin kondisaun ka limita autorizasaun operasionál ka lisensa téknika sira hosi kompañia aérea ka kompañia aérea sira ne'ebé dezigna hosi Parte Kontratante seluk, iha kazu ne'ebé Parte Kontratante seluk la foti asaun koretiva ne'ebé adekuadu iha prazu ne'ebé razoavel.

ARTIGU 6
SEGURANSA AÉREA

1. Tuir sira-nia direitu no obrigasaun tuir lei internasionál, Parte Kontratante reafirma sira-nia obrigasaun ba malu atu proteje seguransa aviasaun sivíl nian hasoru hahalok interferénsia ilegál sira hirak ne'ebé forma parte integrante ida hosi Akordu ida-ne'e. Lahó limitasaun ba jenerálidade hosi sira nia direitu no obrigasaun tuir lei internasionál, Parte Kontratante sei atua liuliu iha konformidade ho dispozisaun hosi Konvensaun kona-ba Infrasaun no Aktu seluk ne'ebé komete iha Aviaun nia laran, ne'ebé asina iha Tókiu iha loron 14 fulan Setembru tinan 1963, Konvensaun ba Supresaun ba Apreensaun Ilegál Aviaun nian, ne'ebé asina iha Haia, iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1970, Konvensaun ba Supresaun ba Aktu Ilegál hasoru Seguransa Aviasaun Sivíl nian, ne'ebé asina iha Montreal, iha loron 23 fulan-Setembru tinan 1971, no mós konvensaun ka protokolu seluk ruma ne'ebé relasiona ho seguransa aviasaun sivíl nian, ne'ebé maka Parte Kontratante sira adere bá.

2. Parte Kontratante sira tenke fornese tuir pedidu asisténsia nesesária hotu-hotu ba malu atu prevene aktu prende ilegál ba aviasaun sivíl no aktu ilegál sira seluk hasoru seguransa aviaun sira-ne'e nian, sira-nia pasajeiru no tripulasaun, aeroportu no instalasaun navegasaun aérea nian, no atu rezolve kualkér ameasa sira seluk ba seguransa aviasaun sivíl nian.

3. Parte Kontratante sira, iha sira-nia relasaun mútua, sei atua tuir dispozisaun seguransa aviasaun nian ne'ebé estabelese hosi Organizasaun Internasionál Aviasaun Sivíl (OACI) no dezigna nu'udar Aneksu ba Konvensaun; sira sei ezije katak operadór hosi aviaun sira hosi sira nia rejistu, operadór hosi aviaun sira hirak ne'ebé iha sira nia fatin negósiu prinsipál ka rezidénsia permanente iha sira nia territóriu, no operadór sira hosi aeroportu iha sira nia territóriu atu atua tuir dispozisaun seguransa aviasaun nian ne'e.

4. Parte Kontratante ida-idak sei respeita dispozisaun sira seguransa aviasaun nian ne'ebé ezije ba Parte Kontratante seluk atu hetan entrada, sai husi, no bain-

hira iha sira nia territóriu respetivu no atu foti medida adekuadu hodi proteje aviaun no hodi halo inspesaun ba pasajeiru sira, tripulasaun, no sasán sira ne'ebé lori ba, no mós loja karga no aviaun nian, antes no durante karregamentu ka deskarregamentu. Parte Kontratante ida-idak mós sei fó konsiderasaun pozitivu ba kualkér pedidu hosi Parte Kontratante seluk ba medida seguransa espesiál hodi hasoru ameasa espedifiku ida.

5. Bainhira akontese insidente ka ameasa ba insidente prende ilegál ba aviaun sivíl ka hahalok ilegál seluk hasoru seguransa aviaun nian, pasajeiru no tripulasaun, aeroportu ka instalasaun navegasaun aérea nian, Parte Kontratante sira tenke tulun malu hodi fasilita komunikasaun no medida siraseluk ne'ebé maka adekuadu, ho forma rápidu ho seguru, ba insidente ka ameasa sira ne'e.

6. Kuandu Parte Kontratante ida iha fundamentu razoavel atu fiar katak Parte Kontratante seluk hadook-an ona hosi dispozisaun kona-ba seguransa aviasaun nian, iha Artigu ida-ne'e, autoridade aeronáutika sira hosi Parte Kontratante bele husu konsulta imediata ho autoridade aeronáutika sira hosi Parte Kontratante ida seluk. Ba inkapasidade atu hetan akordu satisfatóriu iha loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hahú hosi data simu pedidu ne'e, sei sai hanesan fundamentu atu reten, revoga, suspende, impoin kondisaun ka limita autorizasaun operasionál no lisensa téknika hosi kompañia aérea ida, husi Parte Kontratante ne'e. Bainhira emerjénsia ida ezije, Parte Kontratante ida bele foti medida provizoriu molok loron sanulu-resin-lima (15).

7. Parte Kontratante ida-idak sei ezije kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante seluk ne'ebé fornese servisu ba Parte Kontratante ne'ebá atu hatama programa seguransa operadór eskrita ne'ebé hetan ona aprovasaun hosi autoridade aeronáutika hosi Parte Kontratante ba kompañia aérea atu hetan aseitasaun.

ARTIGU 7
TARIFA

1. Tarifa sira hirak ne'ebé sei aplika hosi kompañia aérea (sira) dezignadu hosi Parte Kontratante ida ba servisu aéreu sira ne'ebé kobre hosi Akordu ida-ne'e, sei estabelese iha nivel razoavel, hodi konsidera fatór relevante hotu-hotu, inklui interese hosi utilizadór sira, kustu operasaun, karakterístika servisu, lukru razoavel, tarifa sira hosi kompañia aérea sira seluk, no konsiderasaun komersiál sira seluk iha merkadu.

2. Tarifa sira hirak ne'ebé kobra hosi kompañia aérea sira la presiza atu hatama, ka aprova, hosi Parte Kontratante ida. Maibé, iha kazu ne'ebé lei nasionál hosi Parte Kontratante ida ezije aprovasaun anteriór ba tarifa ida, aplikasaun tarifa nian ne'ebé sei trata ho konformidade. Iha kazu hanesan ne'e, prinsípiu resiprosidade nian bele aplika hosi Parte Kontratante ne'ebé iha interese tuir sira nia diskrisaun.

3. Parte Kontratante sira konkorda atu fó atensaun espesiál ba tarifa iha direitu aduaneiru ne'ebé bele mós kuestionavel tanba parese la iha justifikasaun diskriminatóriu, aas demais ka restritivu tanba abuzu pozisaun dominante, ka artifisiál kiik tanba subsídiu ka apoiu governamentál diretu ka indiretu ka prátika sira seluk ne'ebé anti-konkorénsia sira.

4. Parte Kontratante tenke garante katak sira-nia kompañia aérea (sira) ne'ebé dezignadu, fornese ba públiku kona-ba informasaun kompletu no komprensivu kona-ba ninia tarifa aérea sira no kondisaun sira hirak ne'ebé aneksa iha anúnsiu ba públiku kona-ba nia tarifa.

ARTIGU 8
OPERASAUN BA AVIAUN IHA REJIME ALUGÉR NIAN

1. Bainhira kompañia aérea dezignada ida propoin atu uza aviaun ida ne'ebé nia la pertense bá, iha servisu aéreu ne'ebé presta konforme dispozisaun ida-ne'e, sei hala'o de'it tuir kondisaun sira hirak tuirmai:

   a) Katak akordu sira hirak ne'e sei la ekivalente atu permite kompañia aérea lokadór ida atu asesu ba direitu tránzitu nian ne'ebé la disponivel ba kompañia aérea ne'e;

   b) Katak benefísiu finanseiru ne'ebé atu hetan hosi kompañia aérea lokadór sei la dependente ba lukru ka prejuizu esplorasaun hosi kompañia aérea dezignada ne'ebé hetan kauza; no

   c) Katak responsabilidade ba kontínua aeronavegabilidade no adekuasaun ba padraun operasaun no manutensaun nian ba kualkér aviaun alugadu ne'ebé opera hosi kompañia aérea ne'ebé dezigna hosi Parte Kontratante ida, sei estabelese tuir Konvensaun.

2. Kompañia aérea dezignada ida la hetan bandu atu fornese servisu sira kona-ba uza aviaun alugadu, bainhira kualkér akordu alugadu ne'ebé halo satisfás kondisaun sira hirak ne'ebé hakerek iha númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e.

ARTIGU 9
ATIVIDADE KOMERSIÁL

1. Tuir lei no regulamentu hosi Parte Kontratante sira seluk, kompañia aérea (sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida iha direitu:

   a) Relasiona ho entrada, rezidénsia no empregu, atu hatama no mantein iha Parte Kontratante sira seluk nia territóriu, pesoál jestaun no espesialista sira seluk, ekipamentu eskritóriu nian no ekipamentu relasionadu sira seluk no materiál promosionál sira ne'ebé presiza ba funsionamentu servisu aéreu internasionál;

   b) Harii eskritóriu iha Parte Kontratante sira seluk nia territóriu ba efeitu prestasaun, promosaun no fa'an servisu aéreu sira;

   c) Atu envolve direta iha venda servisu aéreu nian iha

territóriu Parte Kontratante seluk nian no, tuir nia diskrisaun, liu hosi nia ajente sira; atu faan servisu aéreu sira-ne'e, no ema ruma sei iha liberdade atu sosa servisu sira-ne'e iha moeda lokál territóriu ne'ebá nian ka, tuir lei no regulamentu nasionál sira, iha moeda bele konverte livremente hosi nasaun sira seluk;

d) Atu konverte no haruka ba territóriu husi nia sede, tuir pedidu, reseita lokál sira hirak ne'ebé liu montante dezembolsa lokál nian. Konversaun no haruka osan sei permite lalais lahó restrisaun ka tributasaun kona-ba ida-ne'e, ho taxa kambiu ne'ebé aplikavel ba tranzasaun atuál sira no haruka osan iha data ne'ebé maka kompañia aérea (sira) halo aplikasaun inisiál kona-ba haruka osan. Konversaun no remesa ne'e sei halo tuir regulamentu kona-ba kambiu hosi Parte Kontratante ne'ebé iha interese; no

e) Atu selu despeza lokál, inklui sosa kombustivel, iha territóriu husi Parte Kontratante sira seluk ho moeda lokál. Tuir sira-nia diskrisaun, kompañia aérea sira hosi Parte Kontratante ida-idak bele selu despeza sira-ne'e iha Parte Kontratante sira seluk nia teritóriu iha moeda hirak ne'ebé bele konverte ho livre tuir regulamentu moeda lokál nian.

2. Iha operasaun ka realizasaun servisu autorizadu iha Sirkulasaun hirak ne'ebé konkorda ona, kompañia aérea dezignadu (sira) bele, sujeita ba lei no regulamentu no polítika nasionál sira, tama iha akordu komersializasaun kooperativa nian, ne'ebé bele inklui maibé la limita ba, fahe kódigu ka bloku-espasu ho:

a) Kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante hanesan; no

b) Kompañia aérea (sira) hosi Parte Kontratante sira seluk,

desdeke partisipante hotu-hotu iha akordu hanesan ne'e, hanesan titulár ba direitu tránzitu subjasente no autorizasaun adekuadu no prienxe rekizitu ne'ebé aplika ba akordu hirak ne'e.

3. Kompañia aérea komersializasaun nian bele hetan ezijénsia atu hatama aprovasaun ba autoridade aeronáutika hosi Parte Kontratante ida-idak kona-ba kualkér akordu komersializasaun kooperativa ne'ebé halo ho kompañia aérea operativa ida, tuir númeru 2 hosi Artigu ida-ne'e, molok nia proposta introdusaun.

4. Bainhira oferese servisu aéreu sira, kompañia aérea (sira) ne'ebé halo marketing sei fó sai ho klaru ba kompradór billete ba servisu sirahirak ne'e, iha pontu fa'an nian, kompañia aérea ne'ebé maka sei sai kompañia aérea operasionál iha setór ida-idak hosi servisu no ho kompañia aérea (sira) ne'ebé maka kompradór atu estabelese relasaun kontratuál.

ARTIGU 10
KARGA UTILIZADÓR

1. Laiha Parte Kontratante ida maka sei impoin ka permite atu impoin ba kompañia aérea(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante seluk ba taxa utilizasaun ne'ebé aas liu duké sira hirak ne'ebé impoin ba nia kompañia aérea rasik, ne'ebé hala'o servisu aéreu internasionál ne'ebé hanesan.

2. Parte Kontratante ida-idak sei enkoraja hodi konsulta kona-ba enkargu utilizadór nian entre ninia autoridade kobransa kompetente no kompañia aérea(sira) ne'ebé uza servisu no fasilidade ne'ebé fornese hosi autoridade kobransa sira hirak ne'e, bainhira posivel liu hosi organizasaun reprezentativu sira hirak ne'e nian. Kualkér proposta ba alterasaun taxa utilizasaun sira hirak ne'e tenkikomunika antes ho razoavel ba utilizador sira-ne'e, atu sira bele hato'o sira-nia hanoin molok halo alterasaun. Parte Kontratante ida-idak sei enkoraja liután ninia autoridade kobransa kompetente no utilizadór atu troka informasaun adekuadu kona-ba taxa utilizasau sira ne'e.

ARTIGU 11
TAXA ADUANEIRA

1. Kontratante ida-idak sei ho baze iha resiprosidade, izensaun ba kompañia aérea dezignada ida ka kompañia aérea dezignada sira husi Parte Kontratante seluk to'o iha medida ida-ne'ebé posivel tuir ninia lei nasionál, husi taxa aduaneira, impostu espesiál ba konsumu, taxa inspesaun no direitu seluk no enkargu nasionál seluk kona-ba aviaun, kombustivel, ekipamentu rai nian, mina lubrikasaun sira, fornesimentu tékniku konsumivel, pesa seluk, inklui motór sira, ekipamentu aviaun nian, loja aviaun nian no sasán sira seluk, hanesan karta aérea nian ne'ebé imprime ona, kualkér materiál imprimidu ne'ebé iha insígnia empreza nian ne'ebé imprime iha leten no materiál publisidade baibain ne'ebé distribui gratuita hosi kompañia aérea sira hirak ne'ebé dezignadu, ne'ebé destinadu atu uza ka uza de'it iha ligasaun ho operasaun ka servisu ba aviaun sira hosi kompañia aérea dezignadu ne'ebé opera servisu ne'ebé konkorda ona.

2. Esesaun sira hirak ne'ebé artigu ida-ne'e fó, sei aplika ba item hirak ne'ebé temi iha númeru 1:

a) Introdús iha territóriu Parte Kontratante nian hosi ka hodi kompañia aérea dezignada hosi Parte Kontratante seluk nia naran; ka

b) Mantein iha aviaun nia laran hosi kompañia aérea dezignada (sira) hosi Parte Kontratante ida bainhira to'o ka sai hosi territóriu hosi Parte Kontratante seluk; ka

c) Foti iha aviaun hosi kompañia aérea dezignada (sira) hosi Parte Kontratante ida iha territóriu hosi Parte Kontratante seluk no destinadu atu uza iha operasaun servisu ne'ebé konkorda ona

la depende ba sasán hirak ne'e uza ka la uza ka konsumu tomak iha territóriu hosi Parte Kontratante ne'ebé fó izensaun, desdeke propriedade hosi sasán sira hirak ne'e la transfere iha Parte Kontratante refere nia territóriu.

3. Ekipamentu regulár aéreu nian, no mós materiál no fornesimentu ne'ebé bain-bain rai iha aviaun nia laran hosi kompañia aérea dezignada ida hosi Parte Kontratante ruma, bele deskarga iha Parte Kontratante seluk nia território de'it ho aprovasaun hosi autoridade aduaneira husi teritóriu ne'ebá. Iha kazu hanesan ne'e, sira bele tau iha supervizaun hosi autoridade sira ne'ebé refere to'o tempu ne'ebé sira hetan re-esportasaun ka elimina ho forma seluk, tuir regulamentu aduaneira nian.

4. Izensaun sira hirak ne'ebé fo iha Artigu ida-ne'e prevee, sei disponivel mós bainhira kompañia aérea (sira) dezignada hosi Parte Kontratante ida halo ona kontratu ho kompañia aérea dezignada seluk (sira), ne'ebé benefisia mós izensaun hirak ne'e hosi Parte Kontratante siraseluk, ba empréstimu ka transferénsia iha territóriu hosi Parte Kontratante seluk hosi item sira ne'ebé espesifika iha númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e.

ARTIGU 12
KONKORRÉNSIA LEÁL

Parte Kontratante ida-idak konkorda:

a) Katak kompañia aérea dezignada ida-idak sei iha oportunidade ne'ebé justu no hanesan atu kompete iha prestasaun servisu aéreu internasionál ne'ebé regula iha Akordu ida-ne'e; no

b) Atu foti asaun hodi halakon forma hotu-hotu diskriminasaun nian no/ka prátika anti-kompetitiva hosi Parte Kontratante ne'ebá no/ka ninia kompañia aérea dezignada(sira) ne'ebé nia konsidera katak afeta ho negativa ba pozisaun kompetitiva hosi kompañia aérea dezignada ida hosi kualkér Parte Kontratante seluk.

ARTIGU 13
GARANTIA SIRA

1. Parte Kontratante sira konkorda katak prátika kompañia aérea sirahirak tuirmai bele konsidera hanesan prátika anti-kompetitiva ne'ebé sai hanesan alvu hodi analize profundu liután:

   a) Kobra tarifa no taxa iha Sirkulasaun iha nivel sira hirak ne'ebé, dala barak, la sufisiente atu kobre kustu sira fornesimentu servisu aéreu hirak ne'ebé iha relasaun;

   b) Adisaun ba kapasidade esesivu ka frekuénsia servisu aéreu nian;

   c) Prátika sira ne'ebé temi ne'e sustentavel envezde temporáriu;

   d) Prátika sira ne'ebé temi iha efeitu ekonómiku negativu grave ba, ka kauza prejuizu signifikativu ba kompañia aérea seluk;

   e) Prátika sira hirak ne'ebé temi, reflete intensaun aparente ka iha efeitu provavel, atu paraliza, esklui ka hasai kompañia aérea seluk hosi merkadu; no

   f) Hahalok ne'ebé hatudu abuzu ba pozisaun dominante iha Sirkulasaun.

2. Fó ajuda no/ka subsídiu estatál sira-nian sei sai transparente entre Parte Kontratante sira, no labele provoka kualkér kompetisaun entre kompañia aérea ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante. Parte Kontratante ne'ebé iha interese sei fornese ba Parte Kontratante seluk ne'ebé iha interese, tuir sira-nia pedidu, ho informasaun kompletu kona-ba subvensaun sira-ne'e no kualkér revizaun ba ka estensaun ba subvensaun sira hirak ne'e. Informasaun sira ne'e sei trata ho hasa'e sensibilidade no konfidensialidade.

3. Karik autoridade aeronáutiku hosi Parte Kontratante ida konsidera katak operasaun ida-ne'ebé pretende ka hala'o hosi kompañia aérea dezignada hosi Parte Kontratante seluk bele konstitui hahalok kompetisaun ho la justu tuir indikadór sira hirak ne'ebé alista iha númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e, ka diskriminasaun ruma liu hosi meiu indevidu ajuda estatál sira no/ka subsídiu hosi Parte Kontratante seluk, sira bele husu realizasaun ba konsulta sira tuir Artigu 16 (Konsulta no Alterasaun) ho hanoin atu rezolve problema. Kualkér pedidu hanesan ne'e sei akompaña ho avizu kona-ba razaun ba pedidu ne'e, no konsulta sira-hotu sei hahú iha loron sanulu-resin-lima (15) nia laran hafoin simu pedidu ne'e.

4. Karik Parte Kontratante sira la konsege hetan rezolusaun ba problema liu hosi konsultasaun, kualkér Parte Kontratante bele invoka mekanizmu rezolusaun ba litíjiu sira tuir Artigu 17 (Rezolusaun ba Litíjiu sira) hodi rezolve litíjiu ne'e.

5. Parte Kontratante ida-idak iha direitu atu reten, revoga, suspende, impoin kondisaun siraka limita autorizasaun operasionál ho respeitu ba kompañia aérea ne'ebé dezigna hosi Parte Kontratante seluk temporaria, karik iha razaun razoavel atu fiar katak prátika sirahirak ne'ebé la justu ka anti-kompetitivu relasiona ho parágrafu 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e ne'ebé komete hosi Parte Kontratante ida ka hosi Parte Kontratante ne'e nia kompañia aérea dezignada afeta ho sériu operasaun hosi nia kompañia aérea dezignada.

ARTIGU 14
APLIKASAUN BA LEI NO REGULAMENTU

1. Bainhira tama, iha laran, ka sai hosi territóriu Parte Kontratante ida nian, ninia lei, regulamentu no regra sirarelasiona ho operasaun no navegasaun aviaun nian sei kumpre hosi kompañia aérea(sira) ne'ebé dezigna hosi kualkér Parte Kontratante seluk.

2. Bainhira tama, iha, ka sai hosi Parte Kontratante ida nia territóriu, ninian lei, regulamentu no regra sirarelasiona ho admisaun ka saída hosi ninian territóriu pasajeiru, tripulasaun ka karga iha aviaun (inklui regulamentu sira kona-ba entrada, apuramentu, aviasaun seguransa, imigrasaun, pasaporte, alfándega no kuarentena ka, iha kazu korreiu nian, regulamentu postál sira) sei kumpri hosi, ka hodi naran, pasajeiru sira-ne'e, tripulasaun ka karga hosi kompañia aérea(sira) hosi Parte Kontratante seluk.

3. Pasajeiru 30 resin, bagajen no karga ne'ebé iha tránzitu liuhosi kualkér Parte Kontratante nia território no la sai hosi área aeroportu nian ne'ebé rezerva ba objetivu ne'e labele tuir ezame ruma, exetu tanba razaun seguransa aviasaun nian, kontrolu narkótiku, ba prevensaun ba entrada ilegál siraka iha sirkunstânsia espesiál sira.

ARTIGU 15
ESTATÍSTIKA SIRA

Autoridade aeronáutika hosi Parte Kontratante ida-idak sei fornese ba autoridade aeronáutika sira hosi Parte Kontratante sira seluk, bainhira husu, ho estatístika periódika ka informasaun seluk ne'ebé hanesan relasiona ho tráfiku ne'ebé hala'o iha servisu sira hirak ne'ebé konkorda ona.

ARTIGU 16
KONSULTA NO ALTERASAUN SIRA

1. Autoridade aeronáutika sira hosi Parte Kontratante sira-nian sei konsulta malu hosi tempu ba tempu ho hanoin atu asegura implementasaun, no kumprimentu satisfatóriu ba, dispozisaun sira hosi Akordu ida-ne'e. Salvu iha akordu seluk, konsulta sira-ne'e sei hahú iha data ne'ebé lalais liu, maibé la tarde liu loron neen-nulu (60) hosi data ne'ebé Parte Kontratante seluk simu, liu hosi kanál diplomátiku ka kanál adekuadu sira seluk, pedidu eskrita ida, inklui esplikasaun kona-ba kestaun ba hasa'e. Bainhira konkorda ona kona-ba data ba konsulta sira, Parte Kontratante ne'ebé halo pedidu sei fó-hatene mós ba Parte Kontratante sira seluk hotu kona-ba konsulta sira no kestaun sira-ne'ebé atu hato'o. Parte Kontratante ruma bele tuir. Bainhira konsultasaun sira hirak ne'e konklui ona, Parte Kontratante hotu-hotu no mós Depozitáriu sei hetan notifikasaun kona-ba rezultadu sira-ne'e.

2. Karik tersu ida hosi Parte Kontratante sira konsidera dezejavel atu altera dispozisaun ruma hosi Akordu ida-ne'e, sira sei iha direitu, liuhosi pedidu ne'ebé diriji ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé fó antes liu fulan sanulu-resin-rua (12) hafoin tama iha vigór Akordu ida-ne'e, atu konvoka reuniaun ida hosi Parte Kontratante hotu atu nune'e bele konsidera alterasaun ruma ne'ebé sira bele propoin ba Akordu ida-ne'e. Alterasaun ida-ne'e, karik hetan akordu entre Parte Kontratante sira-hotu no se nesesáriu hafoin konsulta tuir parágrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e, sei tama iha vigór bainhira liu metade hosi Parte Kontratante sira hetan depozita ona sira-nian Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun ba alterasaun ida-ne'e.

3. Iha kazu konkluzaun ba konvensaun jerál multilaterál ruma kona-ba servisu aéreu internasionál sira ne'ebé maka Parte Kontratante sira hotu sai vinkuladu, Akordu ida-ne'e sei hetan alterasaun ho modu konforme ho dispozisaun konvensaun ne'e nian.

ARTIGU 17
REZOLUSAUN BA DISPUTA

Dispozisaun hosi Protokolu ASEAN nian kona-ba Mekanizmu Reforsadu ba Rezolusaun Litíjiu sira nian, halo iha Vientiane, Laos PDR, iha loron 29 fulan-Novembru tinan 2004 no respetivu alterasaun sira, sei aplika ba litíjiu sira hirak ne'ebé mosu tuir Akordu ida-ne'e.

ARTIGU 18
RELASAUN HO AKORDU SIRA SELUK

1. Akordu ida-ne'e ka kualkér asaun sira ne'ebé prevista iha-ne'e sei la afeta direitu no obrigasaun sira hosi Parte Kontratante sira tuir kualkér akordu sira-ne'ebé eziste ka konvensaun internasionál sira hirak ne'ebé sira mós nu'udar Parte Kontratante, exetu hanesan prevee iha parágrafu 3 hosi Artigu ida-ne'e.

2. Laiha buat ida iha Akordu ida-ne'e sei prejudika direitu ka ezersísiu direitu sira-ne'e hosi Parte Kontratante ruma tuir dispozisaun Konvensaun Nasoins Unidas nian kona-ba Lei Marítima nian hosi tinan 1982, liu liu kona-ba liberdade ba altu már nian, direitu sira hosi pasajen inosente, pasajen iha Sirkulasaun marítima arkipelájiku sira-nian ka pasajen tránzitu ró no aviaun nian, ho konformidade ho Karta Nasoins Unidas nian.

3. Karik iha inkoerénsia ruma entre dispozisaun ida hosi Akordu ida-nee no dispozisaun ruma hosi akordu servisu aéreu bilaterál ka multilaterál ruma ne'ebé eziste (inklui alterasaun ruma ba ida-ne'e), ne'ebé Estadu-Membru ASEAN rua ka liu maka vinkuladu ka sira hirak ne'ebé la tama iha Akordu ida-ne'e, sei prevalese ba dispozisaun ne'ebé menus restritivu ka liberál ka ne'ebé la tama iha Akordu ida-ne'e. Karik inkoerénsia ne'e kona-ba dispozisaun ne'ebé relasiona ho seguransa intrínseka ka ekstrínseka aviasaun nian, sei prevalese ba dispozisaun sira ne'ebé preskreve norma ida-ne'ebé aas liu ka rigorozu liu kona-ba seguransa intrínseka ka estrínseka aviasaun nian, iha nia medida inkoerénsia nian.

ARTIGU 19
DISPOZISAUN FINÁL

1. Akordu ida-ne'e sei depozita ba Depozitáriu ne'ebé sei fornese prontamente kópia verdadeira autentikadu ida ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Akordu ida-ne'e sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita iha Depozitáriu no Depozitáriu sei informa prontamente ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. Akordu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3) nian ba Depozitáriu no sei produs efeitu de'it entre Parte Kontratante hirak ne'ebé ratifika ka aseita ona.

4. Sujeitu ba parágrafu 3 hosi Artigu ida-ne'e, Protokolu Implementasaun hanesan lista iha Aneksu II hosi Akordu ida-ne'e sei tama ba vigór bainhira hetan ratifikasaun ka aseitasaun hanesan hakerek iha "Dispozisaun

Finál sira" hosi respetivu Protokolu aplikaasaun. Dispozisaun hosi Akordu ida-ne'e sei aplika de'it kona-ba Protokolu ba aplikasaun ne'ebé tama ona ba vigór entre Parte Kontratante ne'ebé ratifika ka aseita ona.

5. Depozitáriu sei mantein rejistu sentralizadu ida kona-ba dezignasaun kompañia aérea sira no autorizasaun operasionál tuir Artigu 3 (Dezignasaun no Autorizasaun ba Kompañia Aérea) hosi Akordu ida-ne'e.

6. Depozitáriu sei rejista Akordu ida-ne'e ho ICAO bainhira de'it ida-ne'e tama ba vigór.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun loloos hosi sira-nia Governu ida-idak, asina ona Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun Totál hosi Servisu Aéreu Pasajeiru sira-nian.

HALO iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, iha loron 12 fulan-Novembru tinan Rihun Rua Sanulu, iha kópia orijinál ida de'it ho Lian Inglés.

Husi Governu Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Ministru Komunikasaun

Husi Governu Reinu Kamboja:
[Asinatura]
MAO HAVANNALL
Sekretáriu Estadu
Sekretaria Estadu Aviasaun Sivil

Husi Governu República Indonézia:
[Asinatura]
MOH. IKSAN TATANG
Sekretáriu Jerál Ministériu Transporte

Husi Governu República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministru Obras Públikas no Transportes

Husi Governu Malázia:
[Asinatura]
DATO SERI KONG CHO HA
Ministru Transporte

Husi Governu Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
U THEIN SWE
Ministru Transporte

Husi Governu República Filipina:
[Asinatura]
JOSE P. DE JESUS
Sekretáriu Transporte no Komunikasaun

Husi Governu República Singapura:
[Asinatura]
RAYMOND LIM
Ministru Transporte

Husi Governu Reinu Tailándia:
[Asinatura]
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Adjuntu Sekretáriu Permanente Ministériu Transporte

Husi Governu República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
HỌ NGHĨA DZUNG
Ministru Transporte

ANNEKSU I
Servisu Aéreu hirak ne'ebé ajenda ona

Seksaun 1
Direitu ba Sirkulasaun no Tráfiku

1. Sujeitu ba lei no regulamentu nasionál hosi Parte Kontratante ida-idak no tuir Artigu 12 (Konkorrénsia leál) hosi Akordu ida-ne'e, kompañia aérea (sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei autoriza, tuir termu hosi sira-nia dezignasaun, sei hetan permisaun atu opera hosi pontu ruma iha teritóriu hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea liu hosi pontu intermédiu ruma ba pontu ruma iha teritóriu hosi Parte Kontratante seluk no ba kualkér pontu iha kombinasaun ka orden ruma, bainhira pontu hotu aeroportu internasionál.

2. La haree ba dispozisaun anteriór, direitu atu sae ka tun iha kualkér Parte Kontratante seluk nia territóriu, pasajeiru sira, bagajen, karga, ka korreiu ne'ebé lori ba remunerasaun no destina ka mai hosi pontu iha territóriu parte ruma nian ne'ebé laós - Parte Kontratante, sei sujeita ba akordu entre autoridade aeronáutika husi Parte Kontratante hirak ne'ebé iha interese.

3. Parte Kontratante ida-idak kompromete atu fó ba kompañia aérea dezignadu hosi Parte Kontratante hotu-hotu ne'ebé ratifika ona Akordu ida-ne'e no Protokolu Implementasaun korrespondente ba ida-ne'e tratamentu ne'ebé la menus favoravel duké ida-ne'ebé fó ba nia kompañia aérea rasik ho respeitu ba asesu ba nia sidade ho aeroportu internasionál hanesan hakerek iha Protokolu ba aplikasaun husi Akordu ida-ne'e.

Seksaun 2
Fleksibilidade Operasionál

1. Kompañia aérea dezignada ida-idak bele, ba iha kualker ka aviaun hotu-hotu no tuir nia opsaun:

   a) Hala´o operasaun ba aviaun iha diresaun ida ka rua ne'e hotu;

   b) Kombina númeru aviaun ho oioin iha operasaun aviaun ida nia laran;

   c) Serve iha kotuk, intermédiu, no liu pontu no pontu hirak iha território Parte Kontratante sira-nian iha trajetu iha kualkér kombinasaun no iha kualkér orden;

   d) Halakon parajen iha pontu ka pontu ruma;

   e) Transfere tráfiku hosi ninian aviaun ruma ka ninian aviaun seluk iha pontu ruma iha trajetu; no

   f) Serbi pontu hirak inklui kualkér pontu iha nia território, ho ka lahó mudansa ba númeru aviaun ka aerú, no bele fornese no fó sai servisu hirak ne'e ba públiku hanesan servisu diretu.

lahó limitasaun diresionál ka jeográfika no la halakon direitu ruma atu lori tráfiku ne'ebé maka autoriza ona tuir Akordu ida-ne'e; bainhira servisu ne'e serbi ba pontu ida iha território hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna kompañia aérea.

2. Iha segmentu ruma hosi Sirkulasaun iha leten, kualkér kompañia aérea dezignadu bele hala'o servisu aéreu internasionál lahó limitasaun ruma kona-ba mudansa hosi medida, iha kualkér pontu iha Sirkulasaun, iha baze ida-idak (ho esepsaun husi partilla kódigu) bainhira, iha diresaun saída, servisu aéreu liu pontu ne'e maka kontinuasaun ida hosi servisu aéreu hosi território hosi Parte Kontratante ne'ebé dezigna ona kompañia aérea no, iha diresaun entrada, servisu aéreu ba território Parte Kontratante nian ne'ebé maka dezigna ona kompañia aérea maka kontinuasaun ida hosi servisu aéreu hosi pontu ne'e nia liur.

3. Kompañia aérea (sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak bele hetan ezijénsia atu hatama nia oráriu semo nian ne'ebé prevee ona ba aprovasaun ba autoridade aeronáutiku hosi Parte Kontratante seluk pelumenus loron tolunulu (30) antes operasaun hosi serbisu ne'ebé konkorda ona. Kualkér modifikasaun sei submete ba konsiderasaun pelumenus loron sanulu-resin-lima (15) antes operasaun.

4. Ba aviaun suplementár hirak ne'ebé maka kompañia aérea dezignadu hosi Parte Kontratante ida hakarak atu opera iha serbisu ne'ebé maka konkorda ona fora hosi oráriu ne'ebé maka aprova ona, kompañia aérea ne'e tenke husu lisensa antes hosi autoridade aeronáutiku hosi Parte Kontratante seluk. Pedidu hanesan ne'e bainbain sei hatama pelumenus loron haat (4) loron útil molok operasaun voo hanesan ne'e.

ANEKSU II
IMPLEMENTASAUN PROTOKOLU

Parte Kontratante sira sei konklui protokolu aplikasaun tuirmai, ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu ida-ne'e:

a) Protokolu 1 Direitu Tráfiku Ilimitada Terseiru no Kuartu Liberdade entre kualkér sidade ASEAN nian; no

b) Protokolu 2 Direitu Tráfiku Ilimitada husi Kintu Liberdade entre kualkér sidade ASEAN nian.

PROTOKOLU 1
KONA-BA DIREITU LAIHA LIMITE BA LIBERDADE TRÁFEGU DATOLUK NO DAHAAT ENTRE KUALKÉR SIDADE SIRA ASEAN NIAN

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos (iha ne'e refere hanesan "Laos PDR"), Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante")

HANOIN Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun ba Servisu Aéreu Pasajeiru nian ne'ebé asina iha loron 12 fulan Novembru tinan 2010 iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, nia Aneksu no nia Protokolu Implementasaun sira (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Aneksu II hosi Akordu ne'e prevee konkluzaun ba Protokolu Implementasaun sira ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu ne'e;

REKOÑESE mós parágrafu 3 hosi Artigu 1 hosi Akordu Kuadru kona-ba Hasa'e Kooperasaun Ekonómika ASEAN nian ne'ebé asina iha loron 28 fulan Janeiru tinan 1992 iha Singapura, katak, iha implementasaun akordu ekonómiku sira, Estadu-Membru rua ka liu bele prosede uluk karik Estadu-Membru sira seluk seidauk prontu atu implementa akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu hasai restrisaun sira ba servisu aéreu sira ho objetivu atu atinji liberalizasaun totál kompleta iha ASEAN to'o 2015,

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

Artigu 1 – Direitu Sirkulasaun no Tráfegu

Kompañia aérea(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei hetan autorizasaun atu esplora servisu sira ne'ebé konkorda ona hosi sidade ruma ho aeroportu internasionál iha nia território ba sidade ruma ho aeroportu internasionál iha Parte Kontratante sira seluk nian território no vise-versa ho plenu direitu ba liberdade tráfegu datoluk (3) no dahaat (4) to'o loron 30 fulan juñu tinan 2010, desdeke iha kazu balun pontu sira husi destinu no orijen, pontu rua ne'e labele sai kapitál nasaun nian.

Artigu 2 - Kapasidade no Frekuénsia

Sei laiha limitasaun ba kapasidade, frekuénsia no tipu aeronave nian kona-ba servisu pasajeiru aéreu sira ne'ebé hala'o tuir Protokolu ida-ne'e hanesan prevee iha Artigu 1.

Artigu 3 - Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikadu ida hosi ida-ne'e ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka aseita ona Akordu ne'e. Instrumentu sira Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3) nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no sei prodús efeitu de'it entre Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka aseita ona. Ba Parte Kontratante ida-idak ne'ebé ratifika ka aseita Protokolu hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3), Protokolu sei tama iha vigór iha data ne'ebé Parte Kontratante ne'e depózitu nia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun.

4. Alterasaun ruma ba dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu, hanesan prevee iha Artigu 16 iha Akordu ida-ne'e.

SAI HANESAN SASIN MAKsira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun atu asina hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 1 kona-ba Direitu Laiha Limite ba Liberdade Tráfegu Datoluk no Dahaat entre Sidade sira ASEAN nian.

HALO iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, iha loron 12 fulan Novembru iha Tinan Rihun Rua Sanulu, iha kópia orijinál ida de'it ho Lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministru Komunikasaun

Hosi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
MAO HAVANNALL
Sekretáriu Estadu
Sekretaria Estadu Aviasaun Sivíl.

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
JUSMAN SYAFII DJAMAL
Ministru Transporte

Hosi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLESENA
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATO´ SRI ONG TEE KEAT
Miistru Transporte

Hosi Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
MAJOR GENERAL AHEIN SWE
Ministru Transporte

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
LEANDRO R. MENDOZA
Sekretáriu Transporte no Komunikasaun.

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
RAYMOND LIM
Ministru Transporte

Hosi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
SOPHON ZARAM
Ministru Transporte

Hosi República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
HO NGHIA DZUNG
Ministru Transporte

PROTOKOLU 2
KONA-BA DIREITU LAIHA LIMITE BALIBERDADE TRÁFEGU DALIMAK ENTRE SIDADE SIRA IHA ASEAN

Governu sira, husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos (iha ne'e refere hanesan República Demokrátika Reinu Laos "Laos PDR"), Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia

no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante")

HANESAN Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun Tomak ba Servisu Pasajeiru Aéreu nian ne'ebé asina iha loron 12 fulan Novembru tinan 2010 iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, ninian Aneksu no ninian Protokolu Implementasaun (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Aneksu II hosi Akordu ne'e prevee konkluzaun hosi Protokolu Implementasaun sira ne'ebé sei sai parte integrante sira hosi Akordu;

REKOÑESE mós parágrafu 3 hosi Artigu I hosi Akordu Kuadru kona-ba Hasa'e Kooperasaun Ekonómika ASEAN nian ne'ebé asina iha loron 28 fulan Janeiru tinan 1992 iha Singapura, katak, iha implementasaun Akordu Ekonómiku, Estadu-Membru rua ka liu bele tama uluk karik Estadu-Membru sira seluk seidauk preparadu atu implementa Akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu halakon restrisaun sira ba servisu aéreu sira ho objetivu atu atinji liberalizasaun tomak iha ASEAN to'o 2015,

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

Artigu 1 - Definisaun sira

Ba objetivu Protokolu ida-ne'e nian, termu "direitu tráfegu liberdade dalimak (5)" signifika direitu tráfegu liberdade intermédiu no liután ida-ne'e sei sai operasionál tomak iha ASEAN nia laran.

Artigu 2 Direitu Sirkulasaun no Tráfegu nian

La ho prejuizu ba dispozisaun sira hosi Seksaun 2 parágrafu 1(d) hosi Aneksu I hosi Akordu ida-ne'e, kompañia aérea dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei hetan lisensa atu ezerse direitu tráfeguliberdade dalimak (5) ba servisu sira ne'ebé konkorda ona entre sidade ruma ho aeroportu internasionál sira iha território Parte Kontratante sira seluk nian to'o loron 30 fulan Juñu tinan 2013. Desde ke, iha ezersísiu direitu tránzitu liberdade dalimak nian ne'ebé envolve kapitál, sidade sira-ne'e ida sei sai pontu ida ne'ebé laós aeroportu sidade kapitál nian.

Artigu 3 - Kapasidade no Frekuénsia

Sei laiha limitasaun ba kapasidade, frekuénsia no tipu aviaun nian kona-ba servisu pasajeiru aéreu sira ne'ebé hala'o tuir Protokolu ida-ne'e hanesan prevee iha Artigu 2.

Artigu 4 - Dispozisaun Finál Sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese kedas kópia autentikada ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka aseita ona Akordu. Instrumentu sira Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3) nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no iha de'it efeitu entre Parte Kontratante ne'ebé ratifika ka aseita ona. Ba Parte Kontratante ida-idak ne'ebé ratifika ka aseita Protokolu ne'e hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3), Protokolu sei tama iha vigór iha data ne'ebé Parte Kontratante ne'e hatama nia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian.

4. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante hotu, hanesan prevee iha Artigu 16 iha Akordu.

HANESAN SASIN, sira ne'ebé asina, hetan autorizasaun atu asina hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 2 kona-ba Direitu Laiha Limite ba Liberdade Tráfegu Dalimak entre Sidade ASEAN nian sira.

HALO iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, Loron 12 Novembru iha Tinan Rihun Rua Sanulu, iha kópia orijinál ida de'it ho Lian Inglés.

Husi Governu Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Ministru Komunikasaun

Husi Governu Reinu Kamboja:
[Asinatura]
MAO HAVANNALL
Sekretáriu Estadu
Sekretaria Estadu Aviasaun Sivil

Husi Governu República Indonézia:
[Asinatura]
MOH. IKSAN TATANG
Sekretáriu Jerál
Ministériu Transporte

Husi Governu República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministru Obras Públikas no Transportes

Husi Governu Malázia:
[Asinatura]
DATO SERI KONG CHO HA
Ministru Transporte

Husi Governu Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
U THEIN SWE
Ministru Transporte

Husi Governu República Filipina:
[Asinatura]
JOSE P. DE JESUS
Sekretáriu Transporte no Komunikasaun

Husi Governu República Singapura:
[Asinatura]
RAYMOND LIM
Ministru Transporte

Husi Governu Reinu Tailándia:
[Asinatura]
SILPACHAI JARUKASEMRATANA
Adjuntu Sekretáriu Permanente Ministériu Transporte

Husi Governu República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
HỌ NGHIA DZUNG
Ministru Transporte

PROTOKOLU 3
KONA-BA DIREITU SIRA BA PARTILLA KÓDIGU NASIONÁL ENTRE PONTU SIRA IHA TERRITÓRIU KUALKÉR ESTADU-MEMBRU ASEAN SIRA SELUK

Governu hosi, Brunei Darussalam, Governu hosi Reál Kamboja, Governu hosi República Indonézia, Governu hosi República Demokrátika Populár Laos (Laos PDR), Governu hosi Malázia, Governu hosi República Uniaun Myanmar, Governu hosi República Filipina, Governu hosi República Singapura, Governu hosi Reinu Tailándia no Governu hosi República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian ("ASEAN") (tuir mai refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante");

HANOIN FILAFALI Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun Kompletu ba Servisu Aéreu Pasajeiru nian ne'ebé asina iha loron 12 fulan Novembru tinan 2010 iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

PROMOVE implementasaun efetivu ba Akordu;

REKOÑESE parágrafu 3 hosi Artigu I hosi Akordu Kuadru kona-ba Hasa'e Kooperasaun Ekonómika ASEAN nian ne'ebé asina iha loron 28 fulan Janeiru tinan 1992 iha Singapura, katak, iha aplikasaun akordu ekonómiku sira, Estadu-Membru rua ka liu bele prosede uluk bainhira Estadu-Membru sira seluk seidauk prontu atu aplika akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu hasai restrisaun ba servisu aéreu sira,

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

Artigu 1
Definisaun sira

Ba efeitu sira Protokolu ida-ne'e nian, espresaun "direitu sira ba partilla kódigu nasionál sira" signifika direitu sira ba fahe kódigu nasionál ne'ebé sei disponivel de'it nu'udar parte ida hosi viajen internasionál ida.

Artigu 2
Direitu ba Fahe Kódigu Nasionál sira

1. Kompañia(sira) aérea(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei hetan autorizasaun atu ezerse direitu ba fahe kódigu nasionál nian hanesan kompaña aérea(sira) komersializadora nian, bainhira laiha ezersísiu ba direitu sira kabotajen nian. Atu evita dúvida, termu "direitu sira kabotájen nian" iha fraze ne'ebé temi ona inklui oferta servisu aéreu sira ba fa'an iha sirkulasaun eskluzivamente doméstiku sira hosi kompaña(-sira) aérea(sira) komersializadora(sira) nian hosi Parte Kontratante.

2. Atu esplora ka hala'o servisu sira ba fahe kódigu nian iha sirkulasaun(sira) ne'ebé espesifika ona, kompañia(-sira) aérea(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak bele, halo merkadu no fa'an, aleinde pontu sira ne'ebé temi iha Seksaun 1 hosi Aneksu I hosi Akordu, pontu sira seluk ruma iha territóriu Parte Kontratante sira seluk nian. Sirkulasaun doméstika, sujeitu ba direitu sira ba fahe kódigu nian, sei esplora hosi kompañia(sira) aérea(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante sira-ne'e. Atu evita dúvida, Seksaun 2 hosi Aneksu I hosi Akordu sei aplika iha ezersísiu direitu ba fahe kódigu nasionál.

3. Kona-ba Indonézia, direitu ba fahe kódigu nasionál sira sei ezerse liuhosi pontu entrada lima: Jakarta, Denpasar, Makassar, Medan no Surabaya ba kualkér pontu sira seluk iha Indonézia.

4. Tantu kompañia aérea operadora ka komersializasaun bele hetan ezijénsia atu husu aprovasaun, kualkér akordu komersial kooperativu ne'ebé selebra tuir parágrafu 1, 2 no 3 hosi Artigu ida-ne'e, molok nia proposta introdusaun ba autoridade aeronáutiku sira hosi Parte Kontratante ida-idak.

5. Bainhira oferese servisu aéreu sira atu fa'an, kompañia(sira) aérea (sira) komersializadora(sira) tenke hatudu ho klaru ba kompradór billete sira ba servisu sira-ne'e, iha pontu fa'an nian, komapañia (sira) aérea(-sira) operadora(sira) iha setór servisu ida-idak nian no ho kompañia(sira) aérea(sira) ne'ebé maka kompradór estabelese iha relasaun kontratuál.

Artigu 3
Kapasidade no Frekuénsia

Sei laiha limitasaun ba kapasidade, frekuénsia no tipu aeronave nian kona-ba servisu pasajeiru aéreu sira ne'ebé opera tuir Protokolu ida-ne'e ne'ebé ezerse direituba fahe kódigu nasionál sira hanesan prevee iha Artigu 2 hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 4
Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikadu ida ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira. Instrumentu sira Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fó hatene lalais ba Parte Kontratante hotu-hotu kona-ba depózitu ne'e.

3. La haree ba parágrafu 2 hosi Artigu 16 hosi Akordu, Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3) nian iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no sei prodús efeitu de'it entre Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka simu ona. Ba Parte Kontratante ida ne'ebé depozita ninia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun-hafoin data tama iha vigór Protokolu ida-ne'e nian, Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór ba parte ne'e iha data ninia depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian.

4. Protokolu ida-ne'e sei aumenta hanesan Protokolu 3 ba Aneksu II hosi Akordu ne'ebé sei altera tuir parágrafu 2 hosi Artigu 16 hosi Akordu hodi iha redasaun hanesan tuirmai:

ANEKSU II
IMPLEMENTASAUN PROTOKOLU SIRA

Protokolu Ezekusaun sira tuirmai sei sai parte integrante sira hosi Akordu ida-ne'e:

a. Protokolu 1 Direitu Laiha Limite ba Liberdade Tráfegu Liberdade Datoluk no Dahaat Entre Kualkér Sidade ASEAN nian;

b. Protokolu 2 Direitu Laiha Limite ba Liberdade Tráfegu Dalimak Entre Kualkér Sidade ASEAN nian; no

c. Protokolu 3 kona-ba Direitu ba Fahe Kódigu Nasionál entre pontu sira iha Territóriu Kualkér Estadu-Membru ASEAN nian."

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente atu asina hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu ida-ne'e.

HALO iha Singapura, loron Sanulu-Resin-Tolu fulan Outubru iha Tinan Rihun Rua Sanulu-Resin-Hitu, iha kópia orijinál ida de'it ho lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
DATO MUSTAPPA SIRAT
Ministro Komunikasaun

Hosi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
MAO HAVANNALL
Sekretáriu Estadu
Sekretaria Estadu Aviasaun Sivil

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
BUDI KARYA SUMADI
Ministru Transporte

Hosi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
BOUNCHANH SINTHAVONG
Ministru Obras Públikas no Transportes

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATUK SERI HJ. SARIPUDDIN HJ. KASIM
Sekretáriu Jerál
Ministériu Transporte

Hosi República Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
THANT SIN MAUNG
Ministru Uniaun ba Transporte no Komunikasaun sira

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
ARTHUR P. TUGADE
Sekretáriu Transporte

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
KHAW BOON WAN
Ministru Koordenadór Infraestrutura no Ministru Transporte

Hosi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
ARKHOM TERMPITTAYAPAISITH
Ministru Transporte

Hosi República Sosialista Vietnam:
[Asinatura]
LE DINH THO
Vise Ministru Transporte

PROTOKOLU 4
KONA-BA DIREITU KO-TERMINAL SIRA ENTRE PONTU SIRA IHA TERRITÓRIU LARAN HOSI KUALKÉR ESTADU-MEMBRU ASEAN.

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrática Populár Laos (Laos PDR), Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante Sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante");

HANOIN FILA-FALI Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Liberalizasaun Tomak ba Servisu Aéreu Pasajeiru nian, ne'ebé asina iha loron 12 fulan Novembru tinan 2010 iha Bandar Seri Begawan, Brunei Darussalam, nia Aneksu sira no nia protokolu aplikasaun sira (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE mós parágrafu 3 hosi Artigu 1 hosi Akordu Kuadru kona-ba Hasa'e Kooperasaun Ekonómika ASEAN nian, ne'ebé asina iha loron 28 fulan Janeiru tinan 1992 iha Singapura, katak, iha aplikasaun akordu ekonómiku sira, Estadu-Membru rua ka liu bele prosede uluk karik Estadu-Membru sira seluk seidauk prontu atu aplika akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu hasai restrisaun ba servisu aéreu sira,

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

Artigu 1
Definisaun sira

Ba efeitu sira hosi Protokolu ida-ne'e, espresaun "direitu ko-terminál sira" refere ba direitu hosi kompañia (sira) aérea (sira) ne'ebé dezignadu hosi parte kontratante ida-idak atu serve pontu rua ka liu iha Parte Kontratante seluk iha sirkulasaun hanesan no sei disponivel de'it hanesan parte hosi viajen internasionál ida.

Artigu 2
Direitu Ko-Terminál sira

1. A Kompañia (sira) aérea (sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei hetan autorizasaun atu ezerse direitu ko-terminál sira, bainhira laiha ezersísiu direitu sira kabotajen nian. Atu evita dúvida sira, termu "direitu sira ba kabotajen" inklui oferta servisu aéreu sira ba fa'an iha sirkulasaun doméstiku sira de'it hosi kompañia (sira) aéreu (sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante.

2. Aleinde esplora ka oferese servisu sira ne'ebé konkorda ona iha sirkulasaun (sira) ne'ebé espesifika ona, kompañia aéreu sira ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei hetan autorizasaun atu, bainhira ezerse direitu ko-terminál sira, serve, aleinde pontu sira ne'ebé temi iha seksaun 1 hosi aneksu I hosi akordu, pontu adisionál ruma ho aeroportu internasionál, iha territóriu hosi Parte Kontratante sira seluk. Atu evita dúvida sira, seksaun 2 hosi Aneksu I hosi akordu sei aplika ba ezersísiu direitu ko-terminál sira.

3. Ba Indonézia, direitu ko-terminál sira sei ezerse entre pontu lima: Jakarta, Denpasar, Makassar, Medan no Surabaya.

Artigu 3
Kapasidade no Frekuénsia

Sei laiha limitasaun ruma ba kapasidade, frekuénsia no tipu aeronave nian kona-ba servisu sira ne'ebé konkorda ona ne'ebé serve tuir Protokolu ida-ne'e hodi ezerse direitu ko-terminál sira hanesan prevee iha Artigu 2 hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 4
Provizaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentika-da ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira. Instrumentu sira ratifika-saun ka aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kon-tratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. La haree ba parágrafu 2 hosi Artigu 16 hosi Akordu, Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé depózitu instrumentu ratifikasaun ka aseitasaun datoluk (3) nian iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no sei prodús efeitu de'it entre Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka aseita tiha ona. Ba Parte Kontratante ida ne'ebé de-pozita ninia instrumentu ratifikasaun ka aseitasaun nian hafoin data tama iha vigór Protokolu ida-ne'e nian, Pro-tokolu ida-ne'e sei tama iha vigór ba Parte Kontratante ne'e iha loron ne'ebé nia depozita instrumentu ratifika-saun ka aseitasaun nian.

4. Protokolu ida-ne'e sei aumenta hanesan protokolu 4 ba aneksu II hosi Akordu ne'ebé sei altera tuir parágrafu 2 husi Artigu 16 husi Akordu hodi lee hanesan tuir mai ne'e:

ANEKSU II
IMPLEMENTASAUN PROTOKOLU SIRA

Protokolu implementasaun sira tuirmai sei sai parte integrante sira hosi akordu ida-ne'e:

a) Protokolu 1	Direitu Laiha Limite ba liber dade Tráfegu Datoluk no Dahaat nian Entre Kualkér Sidade ASEAN nian;
b) Protokolu 2	Direitu Laiha Limite ba Liber dade Tráfegu Dalimak nian Entre Kualkér Sidade ASEAN nian;

c) Protokolu 3	Direitu ba Fahe Kódigu Inter nu Entre Pontu sira Iha Território Kualkér Estadu-Membru Seluk ASEAN nian; no
d) Protokolu 4	Direitu Ko-Terminál sira Entre Pontu sira Iha Território hosi Kualkér Estadu-Membru ASEAN nian.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente atu asina hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu ida-ne'e.

HALO iha Bangkok, Tailándia, iha Loron Sia fulan Novembru nian iha Tinan Rihun Rua Sanulu-resin-ualu, iha kópia orijinál ida iha lian Inglés.

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 41/2025

de 15 de Outubro

APROVA, PARA ADESÃO, O ACORDO PARA ESTABELECER E IMPLEMENTAR A JANELA ÚNICA DA ASEAN E OS SEUS PROTOCOLOS DE 2006 E 2015

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste reiterou, desde a sua independência, o seu compromisso com o multilateralismo, a integração regional e a consolidação de relações de cooperação com os seus parceiros do Sudeste Asiático;

Tendo em conta que o Acordo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN, bem como os respetivos Protocolos de 2006 e 2015, estabelecem as obrigações normativas para a criação e funcionamento das Janelas Únicas Nacionais, interoperáveis entre os Estados-Membros;

Considerando que a implementação plena e eficaz do Acordo sobre o Comércio de Mercadorias da ASEAN (ATIGA, na sigla em inglês) depende do funcionamento da Janela Única da ASEAN, enquanto sistema de facilitação do comércio e de verificação eletrónica de certificados de origem;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, aprovar, para adesão, o Acordo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN, adotado em Kuala Lumpur, Malásia, a 9 de dezembro de 2005, o Protocolo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN, adotado em Siem Reap, Reino do Camboja, a 20 de dezembro de 2006, e o Protocolo sobre o Quadro Jurídico para Implementar a Janela Única da ASEAN, adotado em Ha Noi, Vietname, a 4 de setembro de 2015, cujas versões autênticas em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versões autênticas na língua inglesa

2005 AGREEMENT TO ESTABLISH AND IMPLEMENT THE ASEAN SINGLE WINDOW

Adopted in Kuala Lumpur, Malaysia on 9 December 2005

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred to as "Lao PDR"), Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member Countries of the Association of South East Asian Nations (hereinafter collectively referred to as "ASEAN" or "Member Countries" or individually as "Member Country"):

RECALLING the Declaration of ASEAN Concord II (Bali Concord II) of October 7 2003, pursuant to which ASEAN is working towards the realisation of an ASEAN Economic Community by 2020;

RECALLING that in moving towards the ASEAN Economic Community, ASEAN shall, inter alia, institute new mechanisms and measures to strengthen the implementation of its existing economic initiatives including the ASEAN Free Trade Area (AFTA);

RECOGNISING that the ASEAN Cooperation in Customs supports the implementation of AFTA, and the establishment of the ASEAN Economic Community through its trade facilitation measures;

RECALLING the decision of the Leaders for ASEAN to adopt the Single Window approach including the electronic processing of trade documents at national and regional level as one of the mechanisms to realise the ASEAN Economic Community;

RECALLING Article 8(f) of the ASEAN Framework Agreement for the Integration of Priority Sectors, that Member Countries shall develop the Single Window approach, including the electronic processing of trade documents at national and regional level by 31 December 2005;

RECALLING that ASEAN Customs Administrations are ultimate decision-makers for release and clearance of cargo at import and export points on the basis of communicated information from agencies of Member Countries;

RECALLING the leading role by ASEAN Customs Administrations in the international supply chain, and in trade facilitation initiatives;

NOTING international best practices and provisions of GATT 1994 and the International Convention on the Simplification and Harmonization of Customs Procedures as well as other internationally accepted legal instruments for trade facilitation as reference;

AGREEING that an effective and efficient arrangement to expedite customs release and clearance will promote trade facilitation, achieve better economic efficiency and effectiveness of ASEAN economies and further the establishment of the ASEAN Economic Community by the year 2020;

MINDFUL of the different levels of economic development and diverse cultural backgrounds of Member Countries;

MINDFUL of different systems and documentation requirements for clearance of goods in use in Member Countries; and

DESIRING to establish the legal framework for the establishment and the implementation of the ASEAN Single Window in Member Countries,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

PART I
GENERAL PROVISIONS

ARTICLE 1
DEFINITION OF THE ASEAN SINGLE WINDOW AND THE NATIONAL SINGLE WINDOW

1. The ASEAN Single Window is the environment where National Single Windows of Member Countries operate and integrate.

2. The National Single Window is a system which enables:

   a. a single submission of data and information;

   b. a single and synchronous processing of data and information; and

   c. a single decision-making for customs release and clearance. A single decision-making shall be uniformly interpreted as a single point of decision for the release of cargoes by the Customs on the basis of decisions, if required, taken by line ministries and agencies and communicated in a timely manner to the Customs.

ARTICLE 2
GENERAL DEFINITIONS

For the purposes of this Agreement:

1. "Customs Administration" means the government agency which is responsible for the administration of Customs law and related national legislation.

2. "Lead agency" means the government agency appointed by Member Countries to take the leading role in the establishment and the implementation of the ASEAN Single Window.

3. "Line ministries and agencies" means government agencies which are responsible for the administration and enforcement of trade laws and regulations as relevant to the release and clearance of cargo.

PART II
OBJECTIVES AND PRINCIPLES

ARTICLE 3
OBJECTIVES

The objectives of this Agreement to Establish and Implement the ASEAN Single Window (hereinafter referred to as "this Agreement") are:

a. To provide a legal framework to establish and implement the ASEAN Single Window;

b. To ensure the implementation of regional commitments by ASEAN to establish and implement the ASEAN Single Window;

c. To strengthen the coordination and partnership among ASEAN Customs Administrations and relevant line ministries and agencies, and economic operators (importers, exporters, transport operators, express industries, customs brokers, forwarders, commercial banking entities and financial institutions, insurers, and those relevant to the international supply chain) to effectively and efficiently implement the ASEAN Single Window.

ARTICLE 4
PRINCIPLES OF THE IMPLEMENTATION OF THE ASEAN SINGLE WINDOW

Member Countries shall ensure that transactions, processes and decisions under their National Single Windows and the ASEAN Single Window are performed, carried out or made in a manner complying with the principles of:

1. consistency;

2. simplicity;

3. transparency; and

4. efficiency.

PART III
DEVELOPMENT OF THE ASEAN SINGLE WINDOW

ARTICLE 5
OBLIGATIONS OF MEMBER COUNTRIES

1. Member Countries shall develop and implement their National Single Windows in a timely manner for the establishment of the ASEAN Single Window. Brunei Darussalam, Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand and Singapore shall operationalise their National Single Windows by 2008, at the latest. Cambodia, Lao PDR, Myanmar, and Viet Nam shall operationalise their National Single Windows no later than 2012.

2. Member Countries shall ensure that their line ministries and agencies co-operate with, and provide necessary information to their Lead agency in accordance with their national laws in the development and implementation of their National Single Windows.

3. Member Countries shall make use of information and communication technology that are in line with relevant internationally accepted standards in the development and implementation of their National Single Windows.

4. Member Countries shall work in partnership with industries and businesses to support the establishment of their National Single Windows.

ARTICLE 6
TECHNICAL MATTERS OF THE ASEAN SINGLE WINDOW

Member Countries shall, by means of a Protocol to be agreed upon, adopt relevant internationally accepted standards, procedures, documents, technical details and formalities for the effective implementation of the ASEAN Single Window.

PART IV
IMPLEMENTATION

ARTICLE 7
MONITORING MECHANISMS

1. The Ministers responsible for ASEAN economic integration, with the assistance of the Senior Economic Officials Meeting (SEOM) and the ASEAN Directors-General of Customs, shall regularly oversee, monitor, coordinate and review the implementation of this Agreement.

2. The ASEAN Secretariat shall:

   a. provide support to the Ministers, the SEOM, the ASEAN Directors-General of Customs and relevant ASEAN bodies for overseeing, monitoring, coordinating and reviewing the implementation of this Agreement; and

   b. regularly report to the SEOM and the ASEAN Directors-General of Customs and Leaders of agencies of regional economic integration on the progress in the implementation of this Agreement.

PART V
OTHER PROVISIONS

ARTICLE 8
DISPUTE SETTLEMENT

The provisions of the ASEAN Protocol on Enhanced Dispute Settlement Mechanism, done at Vientiane, Lao PDR on the 29th day of November 2004, shall apply to disputes arising under this Agreement.

ARTICLE 9
FURTHER MEASURES

The Ministers responsible for ASEAN economic integration shall meet whenever necessary to review this Agreement for the purpose of considering further measures to improve the development and/or implementation of the ASEAN Single Window.

ARTICLE 10
FINAL PROVISIONS

1. The provisions of this Agreement may be modified through amendments to be mutually agreed upon in writing by all Member Countries.

2. This Agreement shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN, who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Member Country.

ARTICLE 11
ENTRY INTO FORCE

1. This Agreement shall enter into force upon signing.

2. Each Member Country shall, upon the completion of its national procedures of ratification of this Agreement, notify the ASEAN Secretariat in writing.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Agreement to Establish and Implement the ASEAN Single Window.

DONE at Kuala Lumpur, Malaysia, on this Ninth Day of December in the Year Two Thousand and Five, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam:
LIM JOCK SENG
Second Minister of Foreign Affairs and Trade

For the Royal Government of Cambodia:
CHAM PRASIDH
Senior Minister and Minister of Commerce

For the Government of the Republic of Indonesia:
MARI ELKA PANGESTU
Minister of Trade

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
SOULIVONG DARAVONG
Minister of Commerce

For the Government of Malaysia:
RAFIDAH AZIZ
Minister of International Trade and Industry

For the Government of the Union of Myanmar:
SOE THA
Minister of National Planning and Economic Development

For the Government of the Republic of the Philippines:
PETER B. FAVILA
Secretary of Trade and Industry

For the Government of the Republic of Singapore:
LIM HNG KIANG
Minister for Trade and Industry

For the Government of Thailand:
SOMKID JATUSRIPITAK
Deputy Prime Minister and Minister of Commerce

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
TRUONG DINH TUYEN
Minister of Trade

2006 PROTOCOL TO ESTABLISH AND IMPLEMENT THE ASEAN SINGLE WINDOW

Adopted in Siem Riep, Kingdom of Cambodia on 20th December 2006

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred to as "Lao PDR"), Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of South East Asian Nations (hereinafter collectively referred to as "ASEAN" or "Member Countries" or individually as "Member Country"),

RECALLING that the adoption of the ASEAN Single Window approach, including the electronic processing of trade documents at national and regional levels, is one of the mechanisms to realise the ASEAN Economic Community by facilitating trade and investment under the Vientiane Action Programme (2004);

NOTING that as a concrete step towards the establishment and implementation of the ASEAN Single Window, the ASEAN Economic Ministers have signed the Agreement to Establish and Implement the ASEAN Single Window on 9 December 2005 in Kuala Lumpur, Malaysia (hereinafter referred to as the "ASW Agreement");

RECALLING that Article 6 of the ASW Agreement mandates Member Countries, by means of a protocol, to adopt relevant internationally accepted standards, procedures, documents, technical details and formalities for the effective implementation of the ASEAN Single Window;

AFFIRMING that the terms of this Protocol shall be based on the objectives, principles and obligations under the ASW Agreement,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

PART I
GENERAL PROVISIONS AND OBJECTIVES

ARTICLE 1
GENERAL DEFINITION AND INTERPRETATION

1. For the purposes of this Protocol, the following terms shall be defined as follows:

   a. The ASEAN Single Window (hereinafter "ASW") is the environment where National Single Windows of Member Countries operate and integrate.

   b. The National Single Window (hereinafter "NSW") is a system which enables:

      i. a single submission of data and information;

      ii. a single and synchronous processing of data and information; and

iii. a single decision-making for customs release and clearance of cargo. A single decision-making shall be uniformly interpreted as a single point of decision for the release of cargoes by the Customs on the basis of decisions, if required, taken by Line ministries and agencies and communicated in a timely manner to the Customs.

2. This Protocol shall be read and interpreted in accordance with the ASW Agreement. In the event of any inconsistency between this Protocol and the ASW Agreement, the provisions of the ASW Agreement shall take precedence.

3. The Technical Guide of ASW and NSWs Implementation is the compilation of relevant internationally accepted standards, procedures, documents, glossary, technical details and formalities for the effective implementation of the ASEAN Single Window, to be adopted as deemed appropriate by Member Countries. It constitutes the technical guidance of the implementation subject to regular reviews and updates in line with new technology and development as deemed necessary by Member Countries. The Technical Guide of ASW and NSWs Implementation (hereinafter the "ASW Technical Guide") appears as ANNEX 1.

4. The Action Plan of ASW Implementation is the schedule comprising activities required, as specified in ANNEX 2.

ARTICLE 2
OBJECTIVES

The objectives of this Protocol are:

a) To provide a legal and technical framework to establish and implement the ASW and NSWs as regional commitments towards the establishment of an ASEAN Economic Community;

b) To strengthen the coordination and partnership among Lead agencies/ASEAN Customs Administrations and relevant line ministries and agencies and economic operators (importers, exporters, transport operators, express industries, customs brokers, forwarders, commercial banking entities and financial institutions, insurers, and those relevant to the international supply chain) to effectively and efficiently implement the ASW;

c) To encourage participation of economic operators to the implementation of the ASW and NSWs; and

d) To provide technical, functional and operational guidance for the implementation of the ASW and NSWs in Member Countries as set forth in the ASW Agreement, taking into consideration the ASW Technical Guide.

PART II
SCOPE AND COVERAGE

ARTICLE 3
SCOPE OF APPLICATION

Provisions under this Protocol shall apply for the establishment and implementation of the ASW and NSWs at regional and national levels, respectively.

ARTICLE 4
ASEAN SINGLE WINDOW MODEL

1. The conceptual ASW Model appears in the ASW Technical Guide.

2. The ASW shall operate in an open environment of required relationships and linkages between economic operators and governments, for a completion of a transaction, such as Government-to-Business, Business-to-Business, or Government-to-Government, and others of such nature, through a secure infrastructure.

ARTICLE 5
NATIONAL SINGLE WINDOWS

Member Countries shall develop and implement their NSWs based on international standards and best practices as established in international agreements and conventions concerning trade facilitation and modernisation of customs techniques and practices.

PART III
TECHNICAL ASPECTS OF THE ASEAN SINGLE WINDOW AND NATIONAL SINGLE WINDOWS

ARTICLE 6
DOCUMENTS AND FORMALITIES

1. Documents and formalities that shall be used in the ASW system by Member Countries comprise, inter alia, the following:

   a. ASEAN Customs Declaration Document as endorsed by ASEAN Directors-General of Customs, as in ANNEX 3;

   b. Commercial and transport documents for the release and clearance of goods and commodities by Customs Administrations as stipulated in national laws and regulations of Member Countries, as appropriate;

   c. Formalities and documents required by national laws and regulations for the release and clearance of goods and commodities by Customs Administrations as stipulated in national laws and regulations of Member Countries, as appropriate; and

   d. Other formalities as stipulated by national laws and regulations and international conventions where relevant.

2. The format of documents and formalities for the purpose of NSW systems shall be determined by the respective national competent authorities in line with international standards.

ARTICLE 7
DATA AND INFORMATION

3. Data and information, including regulatory information, for the purpose of a single submission, of a single and synchronous processing and of a single decision making shall be submitted, collected and processed in an agreed format and transmitted through secured channels and in established communication and interface protocols as defined by Member Countries.

4. For the purpose of the ASW and NSWs, Member Countries shall, as deemed appropriate, align data and information parameters, for customs clearance and release, to the World Customs Organization (WCO) Data Model and relevant international standards.

5. Bilateral or regional arrangements among Member Countries for the exchange and sharing of data and information for the ASW shall be encouraged.

6. The access to, exchange, use, legal validity, and confidentiality of data and information in the framework of the ASW are subject to the national laws and regulations of the respective Member Countries.

ARTICLE 8
APPLICATIONS OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGY

1. The NSWs shall make use of the appropriate technology with open architecture based on international standards and technical advancements in areas of information and communication technology and data processing.

2. The implementation of the NSWs shall make use of international standards of data and information, processing and management, such as the United Nation Electronic Data Interchange for Administration, Commerce and Transport (UN/EDIFACT), Extensible Mark-up Language (XML), American National Standard Institution X.12 (ANSI X12), RosettaNet or others relevant to the implementation of the NSWs.

3. The secure infrastructure for the ASW and NSWs shall follow international standards and best practices with features such as confidentiality, data integrity, authenticity and non-repudiation.

ARTICLE 9
THE ASW TECHNICAL GUIDE

Member Countries shall implement the ASW and NSWs based on the ASW Technical Guide, with the necessary modifications or updates as required by individual Member Countries for effective implementation.

ARTICLE 10
PROTECTION OF INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS

The protection of intellectual property rights of technological products and services being developed by Member Countries for the ASW shall be enforced in conformity with the respective national laws and regulations of the Member Countries and with international agreements to which the Member Countries are Contracting Parties.

ARTICLE 11
PARTNERSHIP IN THE ASW AND NSWS IMPLEMENTATION

Member Countries shall strengthen the partnership with the trading community and businesses in the implementation of the ASW and NSWs. Business-to-business initiatives as relevant to the ASW and NSWs shall be encouraged.

ARTICLE 12
MOBILISATION OF RESOURCES FOR IMPLEMENTATION

Member Countries shall mobilise resources for the establishment and implementation of their respective NSWs, as well as their respective components of the ASW.

PART IV
PROCESSES, ROLES AND FUNCTIONS

ARTICLE 13
CUSTOMS AND BUSINESS PROCESSES

Customs and business processes are established on the basis of international standards and best practices.

ARTICLE 14
ROLES AND FUNCTIONS OF LINE MINISTRIES AND AGENCIES

1. Member Countries shall determine the roles and functions of their respective Line Ministries and agencies for the effective implementation and operation of the ASW and NSWs. All Line Ministries and agencies of the respective Member Countries shall support and cooperate closely with their respective Lead agency as determined in the ASW Agreement.

2. The respective ASEAN Customs Administrations are ultimate decision-makers for release and clearance of cargo on the basis of timely communicated information, if required, from Line ministries and agencies of respective Member Countries.

ARTICLE 15
ACTION PLAN OF ASW IMPLEMENTATION

The implementation of the ASW and NSWs shall be in accordance with the Action Plan of ASW Implementation, which may be reviewed or revised as deemed appropriate.

PART V
OTHER PROVISIONS

ARTICLE 16
ANNEXES

Annexes to this Protocol are integral parts of this Protocol.

ARTICLE 17
DISPUTE SETTLEMENT

The provisions of the ASEAN Protocol on Enhanced Dispute Settlement Mechanism/done at Vientiane, Lao PDR on the 29th day of November 2004, shall apply to disputes arising under this Protocol.

ARTICLE 18
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The Ministers responsible for ASEAN Economic Integration shall meet whenever necessary to review this Protocol for the purpose of considering further measures to improve the development and/or implementation of the ASW.

2. The Steering Committee of ASW implementation (ASW Steering Committee) shall be established by the Ministers responsible for ASEAN Economic Integration to monitor and coordinate the implementation of the ASW and NSWs. The ASW Steering Committee shall be led by a high level officer of an ASEAN Customs Administration or of a government agency as designated by the Ministers.

3. The ASEAN Secretariat shall provide technical and secretarial support to the ASW Steering Committee.

ARTICLE 19
MUTUAL ASSISTANCE

Mutual assistance among Member Countries shall be promoted for effective and efficient implementation of the ASW and NSWs.

ARTICLE 20
FINAL PROVISIONS

1. The provisions of this Protocol may be modified through amendments mutually agreed upon in writing by all Member Countries.

2. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN, who shall furnish a certified copy to each Member Country.

ARTICLE 21
ENTRY INTO FORCE

1. This Protocol shall enter into force upon signing.

2. Each Member Country shall, upon the completion of its national procedures of ratification of this Protocol, notify the ASEAN Secretariat in writing.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed the Protocol to Establish and Implement the ASEAN Single Window.

DONE on this Twentieth day of December in the Year 2006, in a single copy in the English language:

For the Government of Brunei Darussalam
PEHIN DATO PADUKA HAJI ABDUL RAHMAN BIN HAJI IBRAHIM
Minister of Finance II

For the Royal Government of Cambodia
KEAT CHHON
Senior Minister and Minister of Economy and Finance

For the Government of the Republic of Indonesia
SRI MULYANI INDRAWATI
Minister of Finance

For the Government of the Lao People's Democratic Republic
CHANSY PHOSIKHAM
Minister of Finance

For the Government of Malaysia
TAN SRI NOR MOHAMED YAKCOP
Minister of Finance II

For the Government of the Union of Myanmar
MAJOR-GENERAL HLA TUN
Minister of Finance and Revenue

For the Government of the Republic of the Philippines
MARGARITO B. TEVES
Secretary of Finance

For the Government of the Republic of Singapore
THARMAN SHANMUGARATNAM
Minister for Education and Second Minister for Finance

For the Government of the Kingdom of Thailand
THANONG BIDAYA
Minister of Finance

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam
VU VAN NINH
Minister of Finance

2015 Protocol on the Legal Framework to Implement the ASEAN Single Window

Signed in Ha Noi, Viet Nam on 4 September 2015

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic (hereinafter referred to as "Lao PDR"), Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of South East Asian Nations (hereinafter collectively referred to as "ASEAN" or "Member States" or individually as "Member State");

RECALLING the commitments and agreements that Member States have made to establish the ASEAN Single Window (hereinafter referred to as "ASW"), as well as the National Single Windows (hereinafter referred to as "NSWs" or individually as "NSW"), including the Agreement to Establish and Implement the ASEAN' Single Window (hereinafter referred to as "ASW Agreement") signed on 9 December 2005 in Kuala Lumpur, Malaysia and the Protocol to Establish and Implement the ASEAN Single Window (hereinafter referred to as "ASW Protocol") signed on 20 December 2006 in Siem Reap, the Kingdom of Cambodia;

FURTHER RECALLING the importance of a harmonised trade and customs environment to the ASEAN Economic Community as stated in the Vientiane Action Programme; RECOGNISING the importance of establishing an enabling legal framework based on international standards and best practices for the implementation of the ASW as mandated in Article 6 of the ASW Agreement;

NOTING that Member States have also committed in Article 5 of the ASW Protocol to utilising international standards and best practices reflected in international conventions and agreements;

AFFIRMING that the terms of this Protocol shall be based on the objectives, principles and obligations established by the ASW Agreement and the ASW Protocol;

NOTING the relevant principles and recommendations developed by international bodies such as the United Nations Commission on International Trade Law (UNCITRAL) Model Law on Electronic Commerce, the United Nations Centre for Trade Facilitation and Electronic Business (UN/CEFACT) Recommendation 35 and the United Nations Convention on the Use of Electronic Communications in International Contracts for purposes of transactions between the NSWs within the ASW environment,

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

PART I
SPHERE OF APPLICATION

Article 1
Scope of Application

1. This Protocol shall apply to transactions between NSWs within the ASW environment exclusively among Member States.

2. Nothing in this Protocol shall be construed as creating any obligations for Member States with respect to the domestic operations and transactions of their own NSW, save as prescribed in Article 9 (Information Security and Confidentiality) of this Protocol.

3. Such transactions that are contemplated in this Protocol shall comply with the technical and operational criteria to be agreed by Member States.

Article 2
Relationship to Other Agreements

1. This Protocol shall supplement and implement the ASW Agreement, and shall be read and interpreted in accordance with the ASW Agreement. In the event of any inconsistency between this Protocol and the ASW Agreement, the provisions of the ASW Agreement shall prevail to the extent of such inconsistency.

2. This Protocol shall not affect the rights and obligations of Member States under any other international agreements to which two or more Member States are party.

3. In the event of any inconsistency between this Protocol and the ASW Protocol, Member States shall immediately consult each other with a view to finding a mutually satisfactory solution.

4. Subject to paragraph 1 of this Article, in the event of any inconsistency between this Protocol and other international agreements in relation to the implementation of the ASW to which two or more Member States are party, Member States shall immediately consult each other with a view to finding a mutually satisfactory solution.

Article 3
Objectives

This Protocol aims to provide a legal framework for the operations, interactions, and electronic processing of transactions between NSWs within the ASW environment, taking into account the relevant international standards and best practices recommended by international agreements and conventions concerning trade facilitation and modernisation of customs techniques and practices.

Article 4
Exclusions

1. Nothing in this Protocol shall affect and/or limit any agreements or arrangements in relation to mutual assistance in criminal matters and for matters connected therewith to which a Member State is a party.

2. This Protocol shall not cover the enforcement of purely private or proprietary claims among private NSW users within the ASW environment.

3. This Protocol shall not cover electronic NSW transactions between a Member State and a non-Member State.

PART II
GENERAL PROVISIONS

Article 5
General Definitions

For the purposes of this Protocol, unless otherwise specified, the following terms shall be defined as follows:

a. "ASW" is the secured environment where NSWs of Member States operate and integrate. The ASW constitutes a regional facility to enable a seamless, standardised and harmonised routing and communication of trade and customs-related information and data for customs clearance and release from and to NSWs. Trade and related customs data and information will stay within, and belong to respective Member States;

b. "confidential information" means data and information that is protected from disclosure under the law of the Member State or that is considered confidential if the data and information convey any of the following:

   i. trade secret information that may give one entity a competitive advantage over another;

   ii. financial information including banking and insurance information;

   iii. proprietary information of any type;

   iv. personally identifiable information; or

   v. law enforcement information;

c. "NSW" is a system, which enables:

   i. a single submission of data and information;

   ii. a single and synchronous processing of data and information; and

   iii. a single decision-making for customs release and clearance. A single decision-making shall be uniformly interpreted as a single point of decision for the release of cargoes by the Customs on the basis of decisions, if required, taken by line ministries and agencies and communicated in a timely manner to the Customs;

d. "regional services" means a set of applications and information, to be agreed to by Member States, that will be accessible by Member States via the ASW closed secure network, providing supporting services to the ASW;

e. "Service Level Agreement" (hereinafter referred to as "SLA") refers to a service provider agreement dealing with quantitative performance metrics or key performance indicators for the service provider's services;

f. "service level requirements" means, in respect of services offered by a service provider, measurable and achievable standards for the performance of such services;

g. "transaction" means, as between NSWs, the transmission and receipt of information or data.

PART III
ASW AND NSW OPERATIVE PROVISIONS

Article 6
Transmission and Exchange of Data and Information

1. Member States shall establish and maintain national laws and regulations that enable the operation of their NSWs and permit cross-border transmission and exchange of trade and customs-related data and information between NSWs that Member States have specifically agreed to for the purposes of the ASW. Such transmission and exchange shall be subject to the consent of the trader submitting the data and information, where such consent is required by national law, and shall be made in accordance with this Protocol.

2. Member States shall establish policies and regulations for the transmission and exchange, use, and dissemination of NSW data and information for domestic government usage that are consistent with the provisions of this Protocol.

3. Data and information transmitted, exchanged and disseminated by a Member State's NSW to another Member State's NSW through the ASW environment shall be used and maintained only in furtherance of this Protocol and the objectives of the ASW.

4. For the purposes of the ASW, Member States shall recognise trade and customs-related data and information transmitted and exchanged within the ASW for customs clearance and release, to be agreed by Member States.

Article 7
Service Level Requirements

1. Any service level requirement related to ASW regional services shall be agreed among Member States and set out in SLAs to be entered into between an entity that is responsible for the governance of the ASW pursuant to Article 18 and service providers involved in ASW regional services.

2. Each Member State shall establish service level requirements for its NSW to carry out transactions in a timely manner.

Article 8
Standardised Data and Information

For purposes of transactions between NSWs within the ASW environment, Member States shall comply with the World Customs Organization Data Model or, where appropriate, any other data model or parameters that may be agreed by Member States.

Article 9
Information Security and Confidentiality

1. Each Member State 'shall ensure that its NSW protects the security and confidentiality of the data and information in its NSW information system.

2. Each Member State shall further ensure that the use of data and information received through the ASW environment shall be for lawful and authorised purposes consistent with the terms of this Protocol.

3. Each Member State shall establish in its national laws and regulations, protection from unlawful disclosure of confidential information that may be transmitted, exchanged or disseminated by the NSWs of other Member States pursuant to this Protocol. Such information shall be used only for the purposes specified, and shall not be otherwise disclosed by the receiving Member State without the specific permission of the Member State providing the information.

4. Where confidential information is transmitted, exchanged or disseminated between NSWs, Member States of both the transmitting and receiving NSWs shall ensure that there is no unlawful disclosure of such information.

5. Nothing in this Protocol shall be construed to require any Member State to furnish or allow access to confidential information pursuant to this Protocol the disclosure of which it considers would:

   a. be contrary to the public interest;

   b. be contrary to any of its legislation including but not limited to those protecting personal privacy or the financial affairs and accounts of individual customers of financial institutions;

   c. impede law enforcement; or

   d. prejudice the competitive position of the person providing the information.

6. Each Member State shall ensure that its NSW provides information security protections commensurate with the risk and magnitude of the harm resulting from the unauthorised access, use, disclosure, theft or loss of confidential information that is provided by other NSWs pursuant to this Protocol. Information security will include, but not be limited to, technical, managerial and operational security controls that are appropriate for the type of data and information for which it is responsible.

7. Each Member State shall ensure that its NSW adopts information security controls and procedures (technical, operational and managerial) for access to data and information contained in their respective NSW.

8. For the purpose of information security and confidentiality management in the ASW closed secure network, an entity that is responsible for the governance of the ASW pursuant to Article 18 shall:

   a. implement the use of privacy impact assessments periodically using risk analysis techniques to identify privacy risks to confidential information;

   b. determine how changes can be made to the ASW closed secure network or to the handling of the data to mitigate the risks identified in such assessments; and

   c. implement the required changes.

9. Member States shall jointly develop security incident management procedures for the purposes of information security in the ASW environment.

Article 10
Focal Point

Each Member State shall designate its focal point responsible for the monitoring and the implementation of this Protocol.

Article 11
NSW Registration and Authentication of Non-Governmental Users

1. Member States shall register all non-governmental entities, including individuals, companies, and organisations, that will be permitted access to their respective NSW for purposes of providing or receiving information and/or documents in electronic data format to or from their respective NSW and shall establish authentication procedures in relation to registered users.

2. Member States shall maintain a secure and updated electronic registry, listing all authorised registrants that are permitted to submit to or receive information from their respective NSW and shall not permit access to their respective NSW by any unauthorised person or entity.

3. Authorised registrants of a Member State's NSW shall not be permitted access to data or information other than such data or information that is authorised by law, rules, regulations and policies.

Article 12
Integrity of Data

1. Member States shall adopt data integrity requirements and measures that will ensure the integrity of electronic data and information that is processed in their respective NSW and transmitted in the ASW environment.

2. Such data integrity requirements and measures, where appropriate, shall also be applied to the transmission of data and information through the ASW environment.

3. Each Member State shall ensure that the data integrity requirements and measures adopted to assure the integrity of electronic data and information will provide for mechanisms, among others, that enable the recipients of electronic data and information to determine whether such data and information is complete and has not been altered in the process of transmission.

4. Each Member State shall ensure that its NSW adopts such data integrity requirements and measures to electronic archiving and data retention as well as with those for authentication purposes as provided for in this Protocol.

Article 13
Data Retention Requirements

1. Recognising the importance of retaining data and information that is submitted to and/or processed by an NSW or through the ASW for subsequent use, Member States agree to adopt minimum schedules for data retention, archiving, and data disposal for each type of data that is processed in their respective NSW.

2. Member States agree to establish technical standards and procedures for maintaining authenticated electronic data and information and for retaining such data and information, per the requirements of paragraph 1 of this Article, in a secured environment in their respective NSW.

3. In the event that a dispute arises in which one Member State has received electronic data and information from another Member State's NSW and has archived such data and information as provided for in paragraphs 1 and 2 of this Article, the Member State receiving such electronic data and information will, subject to its national laws and regulations, upon request of the sending Member State, provide a copy of it, upon payment of a fee as may be prescribed, in a timely and secured manner to the Member State in which such dispute has arisen; provided, however, no Member State shall be required to provide data and information beyond that which had been provided to it by the requesting Member State.

PART IV
ADDITIONAL PROVISIONS

Article 14
Protection of Intellectual Property Rights and Data Ownership

1. The protection of intellectual property rights of technological products and services being developed by Member States for the ASW or which is contained in any information that is exchanged under this Protocol shall be enforced in conformity with the respective national laws, rules and regulations of the Member States and with international agreements that the respective Member State is a party to.

2. The use of the name, logo and/or official emblem of any Member State on any publication, document and/or paper relating to this Protocol is prohibited without the prior written approval of that Member State.

3. Notwithstanding paragraph 1 of this Article, the intellectual property rights in respect of any data generated by or arising from the making, implementation or application of the ASW, technological development, products and services development, carried out -

   a. collectively by all the Member States or research results obtained through the collective activity efforts of all the Member States pursuant to the ASW shall be collectively owned by the Member States in accordance with terms to be mutually agreed upon;

   b. jointly by several Member States or research results obtained through the joint activity efforts of several Member States pursuant to the ASW shall be jointly owned by those Member States in accordance with terms to be mutually agreed upon; or

   c. solely and separately by one Member State or the research results obtained through the sole and separate effort of one Member State, shall be solely owned by the Member State concerned.

Article 15
Legal Effect of Electronic Documents, Data, and Information

1. Each Member State shall adopt procedures for the authentication of NSW electronic documents, data, and information that shall be used or processed within the NSW and transmitted in an electronic form in the ASW environment.

2. Subject to national laws, rules and regulations of each Member State, authenticated electronic documents produced in connection with transactions under this Protocol may be admissible as evidence of any fact stated therein.

Article 16
Liability Related to the ASW

SLAs established under Article 7 (Service Level Requirements) of this Protocol in respect of ASW regional services shall address the liability of the service provider by providing recourse (whether limited or otherwise) against such service provider in breach of the SLA for such parties in the ASW environment suffering loss as a result of such breach.

Article 17
Cooperative Efforts

1. Subject to Member States' national laws, rules, regulations and policies, Member States agree to cooperate on the following areas:

a. sharing of information and experiences in relation to the establishment of their NSWs and operations of the ASW environment with the view to facilitating transactions between NSWs; and

b. sharing of experiences related to the adoption of international best practices and approaches in the development of their respective NSW legal frameworks.

2. The cooperative activities undertaken under paragraph 1 of this Article shall be subject to resource constraints.

Article 18
Governance of the ASW

Member States agree to develop the ASW governance structure which shall cover the following areas, for the implementation of the ASW and as may be amended from time to time:

a. ownership composition;

b. management of operations;

c. type of entity; and

d. any other matters relating to the development of the ASW governance structure.

Article 19
Future Instruments

Member States may adopt legal instruments in the future pursuant to the provisions of this Protocol. Upon their respective entry into force, such instruments shall form part of this Protocol.

Article 20
Dispute Settlement

1. Any difference or dispute between Member States concerning the interpretation and/or implementation and/or application of any of the provisions of this Protocol shall be settled amicably through mutual consultations and/or negotiations between Member States without reference to any third party or international tribunal.

2. If Member States fail to resolve the difference or dispute pursuant to paragraph 1 of this Article, Member States maywish to settle any differences or disputes between them concerning the interpretation and/or implementation and/or application of this Protocol under the ASEAN Protocol on Enhanced Dispute Settlement Mechanism, signed on 29 November 2004 in Vientiane, Lao PDR.

PART V
FINAL PROVISIONS

Article 21
Revision, Modification and Amendment

1. Any Member State may request in writing a revision, modification or amendment of all or any part of this Protocol.

2. Any revision, modification or amendment agreed to by Member States shall be reduced into writing and shall form part of this Protocol.

3. Such revision, modification or amendment shall come into force on such date as may be determined by Member States.

4. Any revision, modification or amendment shall not prejudice the rights and obligations arising from or based on this Protocol before or up to the date of such revision, modification or amendment.

Article 22
Reservations

No reservations shall be made with respect to any of the provisions of this Protocol.

Article 23
Depository

This Protocol shall be deposited with the Secretary General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Member State.

Article 24
Force Majeure

1. In the event that an event or circumstance which is beyond the control and without the fault or negligence of the Member State affected and which by the exercise of reasonable diligence the Member State was unable to prevent, provided that event or circumstance is limited to the following:

   a. earthquakes, flood, fire or other physical natural disasters;

   b. war, invasion, acts of foreign enemies, hostilities (whether war be declared or not) acts of terrorism, civil war, rebellion, revolution, insurrection; and

   c. declared national security emergencies (“events of force majeure”).

2. Such Member State is not responsible for any failure to perform its obligations under this Protocol, if it is prevented or delayed in performing those obligations by an event of force majeure.

3. Where there is an event of force majeure, the Member State prevented from or delayed in performing its obligations under this Protocol shall immediately notify the other Member States giving full particulars of the event of force majeure and the reasons for the event of force majeure preventing it from, or delaying it in performing its obligations under this Protocol, and that Member State shall use its reasonable efforts to mitigate the effect of the event of force majeure.

4. Upon cessation of the event of force majeure, the Member State affected shall as soon as reasonably practicable recommence the performance of its obligations under this Protocol.

Article 25
Entry into Force

1. This Protocol shall enter into force, after all Member States have notified or, where necessary, deposited instruments of ratifications with the Secretary-General of ASEAN upon completion of their internal procedures, which shall not take more than one hundred and eighty (180) days after the signing of this Protocol.

2. The Secretary-General of ASEAN shall promptly notify all Member States of the notifications or deposit of each instrument of ratification referred to in paragraph 1 of this Article.

Article 26
Review

Member States may undertake a general review of this Protocol, with a view to promote the most effective use of this Protocol and furthering its objectives, at times to be mutually agreed upon by Member States.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised thereto by their respective Governments, have signed this Protocol.

DONE at Ha Noi, Viet Nam, this 4th Day of September in the Year Two Thousand and Fifteen, in a single original copy in the English Language.

For the Government of Brunei Darussalam: **PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM**, Minister of Finance II at the Prime Minister's Office

For the Government of the Kingdom of Cambodia: **VONGSEY VISSOTH**, Secretary of State, Ministry of Economy and Finance

For the Government of the Republic of Indonesia: **BAMBANG PERMADI SOEMANTRI BRODJONEGORO**, Minister of Finance

For the Government of the Lao People's Democratic Republic: **THIPPHAKONE CHANTHAVONGSA,** Deputy Minister of Finance

For the Government of Malaysia: DATO' SERI AHMAD HUSNI **MOHAMAD HANADZLAH,** Minister of Finance II

For the Government of the Republic of the Union of Myanmar: **U WIN SHEIN,** Union Minister, Minister of Finance

For the Government of the Republic of the Philippines: **CESAR V. PURISIMA,** Secretary of Finance

For the Government of the Republic of Singapore: **THARMAN SHANMUGARATNAM,** Deputy Prime Minister and Minister for Finance

For the Government of the Kingdom of Thailand: **SOMMAI PHASEE,** Minister of Finance

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam: **DINH TIEN DUNG**, Minister of Finance

ANEXO II
Traduções para língua portuguesa

ACORDO PARA ESTABELECER E APLICAR A JANELA ÚNICA DA ASEAN

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos (a seguir designada "RDP do Laos"), da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia, Malásia e da República Socialista do Vietname, países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (a seguir designados coletivamente "ASEAN" ou "países membros" ou individualmente "país membro")

RECORDANDO a Declaração de Concórdia II da ASEAN (Concórdia de Bali II), de 7 de outubro de 2003, nos termos da qual a ASEAN está a trabalhar no sentido da realização de uma Comunidade Económica da ASEAN até 2020;

RECORDANDO que, ao avançar para a Comunidade Económica da ASEAN, a ASEAN deve, nomeadamente, criar novos mecanismos e medidas para reforçar a implementação das suas iniciativas económicas existentes, incluindo a Zona de Comércio Livre da ASEAN (ATFA);

RECONHECENDO que a cooperação aduaneira da ASEAN apoia a aplicação da ATFA e a criação da Comunidade Económica da ASEAN através das suas medidas de facilitação do comércio;

RECORDANDO a decisão dos dirigentes no sentido de a ASEAN adotar a abordagem da Janela Única, incluindo o tratamento eletrónico dos documentos comerciais a nível nacional e regional, como um dos mecanismos para a realização da Comunidade Económica da ASEAN;

RECORDANDO a alínea f) do artigo 8.º do Acordo-Quadro da ASEAN para a Integração dos Sectores Prioritários, segundo a qual os países membros devem desenvolver a abordagem da Janela Única, incluindo o tratamento eletrónico dos documentos comerciais a nível nacional e regional, até 31 de dezembro de 2005;

RECORDANDO que as administrações aduaneiras da

ASEAN são os decisores finais para a autorização de saída e o desalfandegamento da carga nos pontos de importação e exportação, com base nas informações comunicadas pelas agências dos países membros;

RECORDANDO o papel de liderança desempenhado pelas administrações aduaneiras da ASEAN na cadeia de abastecimento internacional e nas iniciativas de facilitação do comércio;

TOMANDO NOTA as melhores práticas internacionais e as disposições do GATT 1994 e da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, bem como outros instrumentos jurídicos internacionalmente aceites para a facilitação do comércio, como referência;

ACORDANDO que um arranjo eficaz e eficiente para agilizar a liberação e o desalfandegamento promoverá a facilitação do comércio, alcançará uma melhor eficiência e eficácia económica das economias da ASEAN e avançará para a criação da Comunidade Económica da ASEAN até ao ano de 2020;

CONSCIENTES dos diferentes níveis de desenvolvimento económico e as diversas origens culturais dos países membros;

CONSCIENTE dos diferentes sistemas e requisitos de documentação para o desalfandegamento de mercadorias em uso nos países membros; e

DESEJANDO estabelecer o quadro jurídico para a criação e a aplicação da Janela Única da ASEAN nos Estados-Membros

ACORDARAM NO SEGUINTE:

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Definição da Janela Única da ASEAN e da Janela Única Nacional

1. A Janela Única da ASEAN é o ambiente em que funcionam e se integram as Janelas Únicas Nacionais dos países membros.

2. A Janela Única Nacional é um sistema que permite:

   a. uma única apresentação de dados e informações;

   b. um processamento único e sincronizado de dados e informações; e

   c. Uma tomada de decisão única para a autorização de saída e o desalfandegamento. Uma tomada de decisão única deverá ser uniformemente interpretada como um ponto de decisão único para a autorização de saída das cargas pelas Alfândegas, com base em decisões, se necessário, tomadas pelos ministros e agências competentes e comunicadas atempadamente às alfândegas.

Artigo 2.º
Definições gerais

Para efeitos do presente Acordo:

1. "Autoridade Aduaneira" significa o organismo governamental responsável pela administração da legislação aduaneira e da legislação nacional conexa.

2. "Agência líder" significa a agência governamental designada pelos países membros para assumir a liderança na criação e aplicação da Janela Única da ASEAN.

3. "Ministérios e agências de tutela" significa as agências governamentais responsáveis pela administração e aplicação das leis e regulamentos comerciais relevantes para a libertação e o desalfandegamento da carga.

PARTE II
OBJETIVOS E PRINCÍPIOS

Artigo 3.º
Objetivos

Os objetivos do presente Acordo para o estabelecimento e a aplicação da Janela Única da ASEAN (a seguir designado "presente Acordo") são os seguintes

a. Estabelecer um quadro jurídico para criar e implementar a Janela Única da ASEAN;

b. Assegurar o cumprimento dos compromissos regionais assumidos pela ASEAN no sentido de criar e aplicar a Janela Única da ASEAN;

c. Reforçar a coordenação e a parceria entre as administrações aduaneiras da ASEAN e os ministérios e agências competentes, bem como os operadores económicos (importadores, exportadores, operadores de transportes, indústrias de correio expresso, despachantes aduaneiros, transitários, entidades bancárias comerciais e instituições financeiras, seguradoras e todos os intervenientes na cadeia de abastecimento internacional), a fim de aplicar de forma eficaz e eficiente a Janela Única da ASEAN.

Artigo 4.º
Princípios de implementação da Janela Única da ASEAN

Os países membros asseguram que as transacções, os processos e as decisões no âmbito das suas Janelas Únicas Nacionais e da Janela Única da ASEAN sejam executados, realizados ou tomados em conformidade com os princípios de:

1. consistência;

2. simplicidade;

3. transparência; e

4. eficiência.

PARTE III
DESENVOLVIMENTO DA JANELA ÚNICA ASEAN

Artigo 5.º
Obrigações dos países membros

1. Os países membros deverão desenvolver e aplicar atempadamente as suas Janelas Únicas Nacionais com vista à criação da Janela Única da ASEAN. O Brunei Darussalam, a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, a Tailândia e Singapura deverão tornar operacionais as suas Janelas Únicas Nacionais, o mais tardar, até 2008. O Camboja, a RDP do Laos, o Myanmar e o Vietname devem tornar operacionais as suas Janelas Únicas Nacionais o mais tardar em 2012.

2. Os países membros devem assegurar que os seus ministérios e organismos competentes cooperem com a sua agência principal e forneçam as informações necessárias, em conformidade com a sua legislação nacional, para o desenvolvimento e a aplicação das suas Janelas Únicas Nacionais.

3. Os países membros devem utilizar as tecnologias da informação e da comunicação que estejam em conformidade com as normas internacionalmente aceites relevantes no desenvolvimento e implementação das suas Janelas Únicas Nacionais.

4. Os países membros trabalharão em parceria com as indústrias e as empresas para apoiar a criação das suas Janelas Únicas Nacionais.

Artigo 6.º
Questões técnicas da Janela Única da ASEAN

Os países membros adoptam, através de um protocolo a acordar, as normas, os procedimentos, os documentos, os pormenores técnicos e as formalidades pertinentes internacionalmente aceites para a aplicação efectiva da Janela Única da ASEAN.

PARTE IV
IMPLEMENTAÇÃO

Artigo 7.º
Mecanismos de controlo

1. Os Ministros responsáveis pela integração económica da ASEAN, assistidos pela Reunião de Altos Funcionários Económicos (SEOM) e pelos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN, supervisionam, acompanham, coordenam e analisam regularmente a aplicação do presente Acordo.

2. O Secretariado da ASEAN deverá:

   a. prestar apoio aos Ministros, ao SEOM, aos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN e aos órgãos relevantes da ASEAN para supervisionar, monitorizar, coordenar e rever a implementação do presente Acordo; e

   b) relatar regularmente ao SEOM, aos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN e aos líderes das agências de integração económica regional sobre o progresso na implementação deste Acordo.

PARTE V
OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 8.º
Resolução de litígios

As disposições do O Protocolo sobre o Mecanismo Reforçado de Resolução de Litígios para a ASEAN, celebrado em Vientiane, RDP do Laos, no dia 29 de novembro de 2004, deverão aplicar-se às disputas que surgirem ao abrigo do presente Acordo.

Artigo 9.º
Medidas adicionais

Os ministros responsáveis pela integração económica da ASEAN deverão reunir-se sempre que necessário para rever o presente Acordo, a fim de estudar novas medidas para melhorar o desenvolvimento e/ou a aplicação da Janela Única da ASEAN.

Artigo 10.º
Disposições finais

1. As disposições do presente acordo podem ser modificadas através de alterações a acordar mutuamente, por escrito, por todos os países membros.

2. O presente Acordo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada país membro.

Artigo 11.º
Entrada em vigor

1. O presente acordo entra em vigor a partir da sua assinatura.

2. Após a conclusão dos respectivos procedimentos nacionais de ratificação do presente Acordo, cada país membro notificará por escrito o Secretariado da ASEAN.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos respectivos Governos, assinaram o presente Acordo para o estabelecimento e a aplicação da Janela Única da ASEAN.

FEITO em Kuala Lumpur, Malásia, no dia nove do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, num único exemplar em língua inglesa

PROTOCOLO PARA ESTABELECER E IMPLEMENTAR A JANELA ÚNICA DA ASEAN

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino da Camboja, da República Democrática Popular do Laos (doravante referida como "Laos"), Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante coletivamente referidos como "ASEAN" ou "Países Membros" ou, individualmente, como "País Membro"),

RECORDANDO que a adoção da abordagem da Janela Única da ASEAN, incluindo o processamento eletrónico de documentos comerciais a nível nacional e regional, é um dos mecanismos para concretizar a Comunidade Económica da ASEAN, facilitando o comércio e o investimento ao abrigo do Programa de Ação de Vientiane (2004);

CONSIDERANDO que, como um passo concreto para o estabelecimento e implementação da Janela Única da ASEAN, os Ministros da Economia da ASEAN assinaram o Acordo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN a 9 de dezembro de 2005, em Kuala Lumpur, Malásia (doravante referido como o "Acordo ASW");

RECORDANDO que o Artigo 6.º do Acordo ASW impõe aos Países Membros, através de um protocolo, a adoção de normas, procedimentos, documentos, detalhes técnicos e formalidades internacionalmente aceites, relevantes para a implementação eficaz da Janela Única da ASEAN;

AFIRMANDO que os termos deste Protocolo serão baseados nos objetivos, princípios e obrigações estabelecidos no Acordo ASW;

CONCORDARAM NO SEGUINTE:

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS E OBJETIVOS

Artigo 1.º
Definição e Interpretação Geral

1. Para os fins deste Protocolo, os seguintes termos são definidos da seguinte forma:

   a. A Janela Única da ASEAN (doravante "ASW") é o ambiente onde as Janelas Únicas Nacionais dos Países Membros operam e se integram.

   b. A Janela Única Nacional (doravante "NSW") é um sistema que possibilita:

      i. a submissão única de dados e informações;

      ii. o processamento único e síncrono de dados e informações; e

      iii. a tomada de decisão única para o desembaraço aduaneiro e a libertação de mercadorias. A tomada de decisão única deve ser interpretada uniformemente como um ponto único de decisão para a libertação de mercadorias pelas Alfândegas, com base em decisões, se necessário, tomadas pelos ministérios e agências competentes, comunicadas em tempo útil às Alfândegas.

2. Este Protocolo deve ser lido e interpretado de acordo com o Acordo ASW. Em caso de qualquer inconsistência entre este Protocolo e o Acordo ASW, as disposições do Acordo ASW prevalecerão.

3. O Guia Técnico de Implementação da ASW e das NSWs é a compilação das normas, procedimentos, documentos, glossários, detalhes técnicos e formalidades internacionalmente aceites e relevantes para a implementação eficaz da Janela Única da ASEAN, a serem adotados pelos Países Membros conforme apropriado. Constitui a orientação técnica para a implementação, sujeita a revisões e atualizações regulares em linha com novos desenvolvimentos e tecnologia, conforme necessário pelos Países Membros. O Guia Técnico de Implementação da ASW e das NSWs (doravante o "Guia Técnico ASW") aparece no ANEXO 1.

4. O Plano de Ação de Implementação da ASW é o cronograma que compreende as atividades necessárias, conforme especificado no ANEXO 2.

Artigo 2.º
Objetivos

Os objetivos deste Protocolo são:

a. Fornecer um quadro jurídico e técnico para estabelecer e implementar a ASW e as NSWs como compromissos regionais para a criação de uma Comunidade Económica da ASEAN;

b. Reforçar a coordenação e a parceria entre as agências principais/ Administrações Aduaneiras da ASEAN e os ministérios e agências competentes e operadores económicos (importadores, exportadores, operadores de transporte, indústrias expresso, despachantes aduaneiros, transitários, entidades bancárias comerciais e instituições financeiras, seguradoras, e outros relevantes para a cadeia de fornecimento internacional) para implementar eficaz e eficientemente a ASW;

c. Incentivar a participação dos operadores económicos na implementação da ASW e das NSWs; e

d. Fornecer orientação técnica, funcional e operacional para a implementação da ASW e das NSWs nos Países Membros, conforme estabelecido no Acordo ASW, levando em consideração o Guia Técnico ASW.

PARTE II
ÂMBITO E COBERTURA

Artigo 3.º
Âmbito de Aplicação

As disposições deste Protocolo aplicam-se ao estabelecimento e implementação da ASW e das NSWs, a nível regional e nacional, respetivamente.

Artigo 4.º
Modelo de Janela Única da ASEAN

1. O modelo conceptual da ASW aparece no Guia Técnico ASW.

2. A ASW deve operar num ambiente aberto de relações e ligações necessárias entre operadores económicos e governos, para a conclusão de uma transação, como Governo-Empresa, Empresa-Empresa, ou Governo-Governo, entre outros dessa natureza, através de uma infraestrutura segura.

Artigo 5.º
Janelas Únicas Nacionais

Os Países Membros devem desenvolver e implementar as suas NSWs com base em normas internacionais e melhores práticas estabelecidas em acordos internacionais e convenções sobre facilitação comercial e modernização das técnicas e práticas aduaneiras.

PARTE III
ASPECTOS TÉCNICOS DA JANELA ÚNICA DA ASEAN E DAS JANELAS ÚNICAS NACIONAIS

Artigo 6.º
Documentos e Formalidades

1. Os documentos e formalidades a serem utilizados no sistema ASW pelos Países Membros incluem, entre outros, os seguintes:

   a. Documento de Declaração Aduaneira da ASEAN, conforme aprovado pelos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN, conforme descrito no ANEXO 3.

   b. Documentos comerciais e de transporte para o desembaraço aduaneiro e a libertação de mercadorias , conforme estipulado nas leis e regulamentos nacionais dos Países Membros, conforme apropriado:

   c. Formalidades e documentos exigidos pelas leis e regulamentos nacionais para o desembaraço aduaneiro e a libertação de mercadorias, conforme estipulado nas leis e regulamentos nacionais dos Países Membros, conforme apropriado; e

   d. Outras formalidades conforme estipulado pelas leis e regulamentos nacionais e convenções internacionais, onde relevantes.

2. O formato dos documentos e formalidades para o fim do sistema NSW será determinado pelas autoridades nacionais competentes, em conformidade com as normas internacionais.

Artigo 7.º
Dados e Informações

1. Os dados e informações, incluindo informações regulamentares, para o propósito de uma submissão única, processamento único e síncrono e uma tomada de decisão única, devem ser submetidos, recolhidos e processados num formato acordado e transmitidos através de canais seguros, seguindo os protocolos de comunicação e interface estabelecidos pelos Países Membros.

2. Para os fins da ASW e das NSWs, os Países Membros devem, conforme considerado apropriado, alinhar os parâmetros de dados e informações, para o desembaraço e a libertação aduaneira, com o Modelo de Dados da Organização Mundial das Alfândegas (OMA) e as normas internacionais relevantes.

3. Os acordos bilaterais ou regionais entre os Países Membros para a troca e partilha de dados e informações para a ASW serão incentivados.

4. O acesso a, troca, o uso, a validade jurídica e a confidencialidade dos dados e informações no âmbito da ASW estão sujeitos às leis e regulamentos nacionais dos respetivos Países Membros.

Artigo 8.º
Aplicações da Tecnologia da Informação e Comunicação

1. As NSWs devem utilizar a tecnologia apropriada com uma arquitetura aberta, baseada em normas internacionais e nos avanços técnicos nas áreas de tecnologia da informação, comunicação e processamento de dados.

2. A implementação das NSWs deve utilizar normas internacionais de dados e informações, processamento e gestão, como o Intercâmbio Eletrónico de Dados para a Administração, Comércio e Transporte das Nações Unidas (UN/EDIFACT), Linguagem de Marcação Extensível (XML), American National Standards Institute X.12 (ANSI X12), RosettaNet, ou outras relevantes para a implementação das NSWs.

3. A infraestrutura segura para a ASW e as NSWs deve seguir normas internacionais e melhores práticas, com características como confidencialidade, integridade de dados, autenticidade e não-repúdio.

Artigo 9.º
Guia Técnico da ASW

Os Países Membros devem implementar a ASW e as NSWs com base no Guia Técnico da ASW, com as modificações ou atualizações necessárias, conforme exigido por cada País Membro, para uma implementação eficaz.

Artigo 10.º
Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual

A proteção dos direitos de propriedade intelectual dos produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos pelos Países

Membros para a ASW será aplicada em conformidade com as respetivas leis e regulamentos nacionais dos Países Membros, bem como com os acordos internacionais dos quais os Países Membros sejam signatários.

Artigo 11.º
Parceria na Implementação da ASW e das NSWs

Os Países Membros devem fortalecer a parceria com a comunidade comercial e empresarial na implementação da ASW e das NSWs. Iniciativas de negócio a negócio, relevantes para a ASW e as NSWs, serão incentivadas.

Artigo 12.º
Mobilização de Recursos para Implementação

Os Países Membros devem mobilizar recursos para o estabelecimento e implementação das respetivas NSWs, bem como os seus componentes respetivos da ASW.

PARTE IV
PROCESSOS, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Artigo 13.º
Processos Aduaneiros e Empresariais

Os processos aduaneiros e empresariais são estabelecidos com base em normas internacionais e melhores práticas.

Artigo 14.º
Funções e Responsabilidades dos Ministérios e Agências Competentes

1. Os Países Membros devem determinar as funções e responsabilidades dos seus respetivos Ministérios e agências para a implementação e operação eficaz da ASW e das NSWs. Todos os Ministérios e agências dos respetivos Países Membros devem apoiar e cooperar estreitamente com a sua agência principal, conforme determinado no Acordo ASW.

2. As respetivas Administrações Aduaneiras da ASEAN são as decisoras finais para o desembaraço e a libertação de carga, com base em informações comunicadas de forma atempada, se necessário pelos Ministérios e agências dos respetivos Países Membros.

Artigo 15.º
Plano de Ação para Implementação da ASW

A implementação da ASW e das NSWs deve ser feita de acordo com o Plano de Ação de Implementação da ASW, o qual pode ser revisto ou alterado conforme considerado apropriado.

PARTE V
OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 16.º
Anexos

Os anexos deste Protocolo são parte integrante do mesmo.

Artigo 17.º
Resolução de Conflitos

As disposições do O Protocolo sobre o Mecanismo Reforçado de Resolução de Litígios para a ASEAN, assinado em Vientiane, Laos, no dia 29 de novembro de 2004, aplicar-se-ão a disputas decorrentes deste Protocolo.

Artigo 18.º
DisposiçõesInstitucionais

1. Os Ministros responsáveis pela Integração Económica da ASEAN devem reunir-se sempre que necessário para rever este Protocolo, com o objetivo de considerar novas medidas para melhorar o desenvolvimento e/ou implementação da ASW.

2. O Comité Diretor para a Implementação da ASW (Comité Diretor da ASW) será estabelecido pelos Ministros responsáveis pela Integração Económica da ASEAN para monitorizar e coordenar a implementação da ASW e das NSWs. O Comité Diretor da ASW será liderado por um oficial de alto nível de uma Administração Aduaneira da ASEAN ou de uma agência governamental designada pelos Ministros.

3. O Secretariado da ASEAN deve prestar apoio técnico e secretarial ao Comité Diretor da ASW.

Artigo 19.º
Assistência Mútua

A assistência mútua entre os Países Membros será promovida para a implementação eficaz e eficiente da ASW e das NSWs.

Artigo 20.º
Disposições Finais

1. As disposições deste Protocolo podem ser modificadas através de emendas mutuamente acordadas por escrito por todos os Países Membros.

2. Este Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá uma cópia autenticada a cada País Membro.

Artigo 21.º
Entrada em Vigor

1. Este Protocolo entrará em vigor após a assinatura.

2. Cada País Membro deve, após a conclusão dos seus procedimentos nacionais de ratificação deste Protocolo, notificar o Secretariado da ASEAN por escrito.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respetivos Governos, assinaram o Protocolo para Estabelecer e Implementar a Janela Única da ASEAN.

FEITO no presente dia 20 de dezembro do ano de 2006, numa única cópia, em língua inglesa:

PROTOCOLO RELATIVO AO QUADRO JURÍDICO DE APLICAÇÃO DA JANELA ÚNICA DA ASEAN

Os Governos do Brunei, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da República da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, da República da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático ("ASEAN"), a seguir designados coletivamente por "Estados-Membro" ou singularidade como "Estado Membro"

RECORDANDO o compromisso e os acordos que os Estados Membros assumiram para criar a Janela Única da ASEAN (a seguir designada "ASW"), bem como as Janelas Únicas Nacionais (a seguir designadas "NSWs" ou individualmente "NSW"), incluindo o acordo para estabelecer e implementar a Janela Única da ASEAN (a seguir designado "Acordo ASW"), assinado em 9 de dezembro de 2005 em Kuala Lumpur, Malásia, e o Protocolo para estabelecer e implementar a Janela Única da ASEAN (a seguir designado "Protocolo ASW"), assinado em 20 de dezembro de 2006 em Siem Reap, Reino do Camboja;

RECORDANDO AINDA a importância de um ambiente comercial e aduaneiro harmonizado para a Comunidade Económica da ASEAN, tal como referido no Programa de Ação de Vientiane;

RECONHECENDO a importância de estabelecer um quadro jurídico favorável baseado nas estandardização internacionais e nas melhores práticas para a aplicação da ASW, tal como previsto no artigo 6.º da ASW;

REGISTANDO que os Estados Membros também se comprometeram, no artigo 5.º do Protocolo ASW, a utilizar os padrões internacionais e as melhores práticas reflectidas nas convenções e acordos internacionais;

AFIRMANDO que a vigência do presente Protocolo se baseará nos objectivos, princípios e obrigações estabelecidos no Acordo ASW e no Protocolo ASW;

TENDO EM CONTA os princípios e recomendações relevantes desenvolvidos por organismos internacionais, tais como a Lei Modelo sobre Comércio Eletrónico da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), a Recomendação 35 do Centro das Nações Unidas para Facilitação do Comércio e Negócios Eletrónicos (UN/CEFACT) e a Convenção das Nações Unidas sobre a Utilização de Comunicações Eletrónicas nos Contratos Internacionais, para efeitos de transações entre as NSWs no âmbito da ASW.

ACORDARAM NO SEGUINTE:

PARTE I
ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Artigo 1.º
Âmbito de Aplicação

1. O presente Protocolo aplica-se às transações entre as NSW no âmbito da ASW exclusivamente entre Estados Membros.

2. Nenhuma disposição do presente Protocolo deverá ser interpretada como criando quaisquer obrigações para os Estados Membros no que respeita às operações e transações internas das suas próprias NSW, exceto nos casos descritos no artigo 9o. (Segurança e confidencialidade da informação) do presente Protocolo.

3. As transações previstas no presente Protocolo deverão respeitar os critérios técnicos e operacionais a acordar pelos Estados Membros.

Artigo 2.º
Relação com outros acordos

1. O presente Protocolo complementa e aplica o Acordo ASW e deverá ser lido e interpretado em conformidade com o Acordo ASW. Em caso de inconsistência entre o presente Protocolo e o Acordo ASW, as disposições do Acordo ASW prevalecerão na medida dessa inconsistência.

2. O presente Protocolo não afecta os direitos e obrigações dos Estados Membros ao abrigo de quaisquer outros acordos internacionais de que dois ou mais Estados Membros sejam parte.

3. Em caso de incoerência entre o presente Protocolo e o Protocolo ASW, os Estados Membros consultar-se imediatamente com uns aos outros com vista a encontrar uma solução mutuamente satisfatória.

4. Sob reserva do disposto no parágrafo 1 do presente Artigo, em caso de incoerência entre o presente Protocolo e outros acordos internacionais relativos à aplicação da ASW em que sejam partes dois ou mais Estados Membros, estes consultar-se imediatamente com uns aos outros com vista a encontrar uma solução mutuamente satisfatória.

Artigo 3.º
Objetivos

O presente Protocolo tem por objetivo estabelecer um quadro jurídico para as operações, as interações e o tratamento eletrónico das transações entre as NSW no âmbito da ASW, tendo em conta as normas internacionais pertinentes e as melhores práticas recomendadas pelos acordos e convenções internacionais relativos à facilitação do comércio e à modernização das técnicas e práticas aduaneiras.

Artigo 4.º
Exclusões

1. Nenhuma disposição do presente Protocolo afecta e/ou limita quaisquer acordos ou disposições relacionados com a assistência mútua em matéria penal e questões conexas das quais um Estado-Membro seja parte.

2. Este Protocolo não abrangerá a execução de reivindicações puramente privadas ou patrimoniais entre utilizadores privados da NSW no âmbito da ASW.

3. O presente Protocolo não abrange as transações electrónicas da NSW entre um Estado Membro e um Estado não Membro.

PARTE II
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 5.º
Definições Gerais

Para efeitos do presente Protocolo, e salvo indicação em contrário, os termos seguintes são definidos do seguinte modo:

a) ASW é o ambiente seguro onde operam e se integram as NSW dos Estados Membros. A ASW constitui uma instalação regional que permite o encaminhamento e a comunicação, padronizado e harmonizados de informações e dados comerciais e aduaneiros para efeitos de desalfandegamento e autorização de saida de e para as NSW. Os dados e informações comerciais e aduaneiros conexos permanecerão no interior dos respectivos Estados Membros e a eles pertencerão;

b) Por "informações confidenciais" entende-se os dados e informações que estão protegidos contra a divulgação ao abrigo da legislação do Estado Membro ou que são considerados confidenciais se os dados e informações transmitirem um dos seguintes elementos:

   i. Informações sobre segredos comerciais susceptíveis de conferir a uma entidade uma vantagem concorrencial sobre outra;

   ii. Informações financeiras, incluindo informações bancárias e de seguros;

   iii. Qualquer informações confidencial do proprietário;

   iv. Informações de identificação pessoal; ou

   v. Informações sobre a aplicação da lei;

c) NSW é um sistema que permite:

   i. Uma apresentação única de dados e informações;

   ii. Um processamento único e sincronizado de dados e informações; e

   iii. Uma tomada de decisão única para a autorização de saída e o desalfandegamento. Uma tomada de decisão única deverá ser uniformemente interpretada como um ponto de decisão único para a autorização de saída das cargas pelas alfândegas, com base em decisões, se necessário, tomadas pelos ministros e agências competentes e comunicadas atempadamente às alfândegas;

d) "Serviços regionais" significa um conjunto de aplicações e informações, a acordar pelos Estados Membros, que serão acessíveis aos Estados Membros por via de uma rede segura fechada da ASW, fornecendo serviços de apoio à ASW;

e) "Acordo de Nível de Serviço" (a seguir designado por "ANS") refere-se a um acordo de prestador de serviços que trata de métricas quantitativas de desempenho ou de indicadores-chave de desempenho para os serviços do prestador de serviços;

f) "Requisitos de nível de serviço" no que respeita aos serviços oferecidos por um prestador de serviços, normas mensuráveis e exequíveis para o desempenho desses serviços;

g) "Transação" significa, entre as NSWs, a transmissão e receção de informações ou dados.

PARTE III
DISPOSIÇÕES OPERATIVAS ASW E NSW

Artigo 6.º
Transmissão e Intercâmbio de Dados e Informações

1. Os Estados Membros deverão estabelecer e manter leis e regulamentos nacionais que possibilitem o funcionamento das suas NSWs e permitam a transmissão e troca transfronteiriça de dados e informações relacionados com o comércio e as alfândegas entre as NSWs, conforme acordado especificamente pelos Estados Membros para os fins da ASW. Tal transmissão e troca estarão sujeitas ao consentimento do comerciante que submeter os dados e informações, sempre que tal consentimento seja exigido pela legislação nacional, e deverão ser realizadas em conformidade com o presente Protocolo.

2. Os Estados Membros deverão estabelecer políticas e regulamentações para a transmissão e o intercâmbio, a utilização e a divulgação de dados e informações da NSW para uso dos governos nacionais que sejam coerentes com as disposições do presente Protocolo.

3. Os dados e informações transmitidos, trocadas e divulgadas pela NSW de um Estado Membro para a NSW de outro Estado Membro no âmbito da ASW deverão ser utilizados e mantidos apenas para promover o presente Protocolo e os objectivos do ASW.

4. Para efeitos da ASW, os Estados Membros deverão reconhecer os dados e informações comerciais e aduaneiras transmitidas e trocados no âmbito da ASW para efeitos de desalfandegamento e autorização da saída, a acordar pelos Estados Membros.

Artigo 7.º
Requisitos de Nível de Serviço

1. Todos os requisitos de nível de serviço relacionados com os serviços regionais da ASW deverão ser acordados entre os Estados Membros e estabelecidos em SLA a celebrar entre a entidade responsável pela governação da ASW nos termos do artigo 18.º e os serviços fornecidos e envolvidos nos serviços regionais da ASW.

2. Cada Estado Membro deverá estabelecer requisitos de nível de serviço para que a sua NSW efectue as transacções em tempo útil.

Artigo 8.º
Dados e Informações Normalizados

Para efeitos de transações entre as NSWs no âmbito da ASW, os Estados Membros deverão cumprir com o Modelo de Dados da Organização Mundial das Alfândegas ou, quando apropriado, com qualquer outro modelo de dados ou parâmetros que possam ser acordados pelos Estados Membros.

Artigo 9.º
Segurança e Confidencialidade da Informação

1. Cada Estado Membro deverá garantir que as suas NSW protegem a segurança e a confidencialidade dos dados e informações no seu sistema de informação NSW.

2. Cada Estado Membro deverá assegurar ainda que a utilização dos dados e informações recebidos no âmbito da ASW se destine a fins lícitos e autorizados, em conformidade com os termos do presente Protocolo.

3. Cada Estado Membro deverá estabelecer, nas suas disposições legislativas e regulamentares nacionais, uma proteção contra a divulgação ilegal de informações confidenciais que possam ser transmitidas, trocadas ou divulgadas pelas NSW de outros Estados Membros nos termos do presente Protocolo. Essas informações serão utilizadas apenas para os fins especificados e não serão divulgadas pelo Estado Membro que as recebe sem a autorização específica do Estado Membro que as forneceu.

4. Quando são transmitidas, trocadas ou divulgadas informações confidenciais entre NSWs, os Estados Membros das NSWs transmissores e receptores deverão assegurar que não haja divulgação ilegal dessas informações.

5. Nenhuma disposição do presente Protocolo deverá ser interpretada no sentido de exigir que qualquer Estado Membro forneça ou permita o acesso a informações confidenciais nos termos do presente Protocolo, cuja divulgação considere suscetível de:

   a. ser contrária ao interesse público;

   b. ser contrária a qualquer legislação, incluindo, mas não se limitando às que protegem a privacidade pessoal ou os assuntos financeiros e as contas de clientes individuais em instituições financeiras;

   c. impedir a aplicação da lei; ou

   d. prejudicar a posição concorrencial da pessoa que fornece as informações.

6. Cada Estado Membro deverá assegurar que o seu NSW proporcione protecções de segurança da informação proporcionais ao risco e à dimensão dos danos resultantes do acesso não autorizado, utilização, divulgação, roubo ou perda de informações confidenciais fornecidas por outros NSW nos termos do presente Protocolo. A segurança da informação incluirá, mas não se limitará a, controlos de segurança técnicos, de gestão e operacionais adequados ao tipo de dados e informações pelos quais é responsável.

7. Cada Estado Membro deverá assegurar que o seu NSW adopte controlos e procedimentos de segurança da informação (técnicos, operacionais e de gestão) para o acesso aos dados e informações contidos na respetiva NSW.

8. Para efeitos de gestão da segurança da informação e da confidencialidade na rede segura fechada da ASW, a entidade responsável pela governação da ASW nos termos do artigo 18.º:

   a. implementar periodicamente a utilização de avaliações do impacto na privacidade, recorrendo a técnicas de análise de risco para identificar o risco para a privacidade da informação confidencial;

   b. determinar como alterações podem ser feitas à rede protegida fechada da ASW ou o tratamento dos dados para mitigar o risco identificado nessas avaliações; e

   c. implementar as alterações necessárias.

9. Os Estados Membros desenvolverão conjuntamente procedimentos de gestão de incidentes de segurança para efeitos de segurança da informação no âmbito da ASW.

Artigo 10º
Ponto Focal

Cada Estado Membro deverá designar o seu ponto focal responsável pela monitorização e implementação do presente Protocolo.

Artigo 11º
Registo e Autenticação NSW dos Utilizadores Não Governamentais

1. O Estado Membro deverá registar todas as entidades não governamentais, incluindo indivíduos, empresas e organizações, a quem será permitido o acesso à respetiva NSW para efeitos de fornecimento ou receção de informações e/ou documentos em formato de dados electrónicos de ou para a respetiva NSW e deverá estabelecer procedimentos de autenticação em relação aos utilizadores registados.

2. Os Estados Membros deverão manter um registo eletrónico seguro e atualizado, enumerando todas as entidades registadas autorizadas a apresentar ou receber informações das respectivas NSWs e não deverão permitir o acesso às respectivas NSWs pelas pessoas ou entidades não autorizadas.

3. O registante autorizado da NSW de um Estado Membro não pode ter acesso a dados ou informações para além dos dados ou informações autorizados por lei, regras, regulamentos e políticas.

Artigo 12.º
Integridade dos Dados

1. Os Estados Membros deverão adotar requisitos e medidas de integridade dos dados que garantam a integridade dos dados e informações electrónicas processados nas respectivas NSWs e transmitidos no âmbito da ASW.

2. Tais requisitos e medidas de integridade dos dados, quando apropriados, deverão também ser aplicados à transmissão de dados e informações no âmbito da ASW.

3. Cada Estado Membro assegurará que os requisitos de integridade dos dados e as medidas adoptadas para garantir a integridade dos dados e informações electrónicas prevejam mecanismos, entre outros, que permitam aos destinatários dos dados e informações electrónicas determinar se esses dados e informações estão completos e não foram alterados no processo de transmissão.

4. Cada Estado Membro deverá assegurar que a sua NSW adote os requisitos e medidas de integridade dos dados para o arquivo eletrónico e a retenção de dados, bem como para os fins de autenticação, conforme previsto no presente Protocolo.

Artigo 13.º
Requisitos de Conservação dos Dados

1. Reconhecendo a importância de conservar os dados e informações que são submetidos a e/ou processados por uma NSW ou através da ASW para uso subsequente, os Estados Membros concordam em adotar calendários mínimos para a conservação de dados, arquivamento e eliminação de dados para cada tipo de dados que é processado na sua respetiva NSW.

2. Os Estados Membros acordam em estabelecer normas e procedimentos técnicos para a manutenção de dados e informações electrónicas autenticados e para a conservação desses dados e informações, de acordo com os requisitos do parágrafo 1 do presente Artigo, num ambiente seguro nas respectivas NSWs.

3. No caso de surgir uma disputa em que um Estado Membro tenha recebido dados e informações eletrónicas da NSW de outro Estado Membro e tenha arquivado tais dados e informações conforme previsto nos n.os 1 e 2 do presente artigo, o Estado Membro que tenha recebido esses dados e informações eletrónicas, sujeito às suas leis e regulamentos nacionais, fornecerá, a pedido do Estado Membro remetente e mediante o pagamento de uma taxa que possa ser estipulada, uma cópia desses dados de forma atempada e segura ao Estado Membro onde a disputa tenha surgido; contudo, nenhum Estado Membro será obrigado a fornecer dados e informações além do que tenha sido fornecido a ele pelo Estado Membro requerente.

PARTE IV
DISPOSIÇÕES ADICIONAIS

Artigo 14.º
Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual e da Propriedade de Dados

1. A proteção dos direitos de propriedade intelectual dos produtos e serviços tecnológicos que estão a ser desenvolvidos pelos Estados Membros para a ASW ou que estão contidos em qualquer informação trocada ao abrigo deste Protocolo deverá ser aplicada em conformidade com as respetivas leis, regras e regulamentos nacionais dos Estados Membros e com os acordos internacionais de que o respetivo Estado Membro é parte.

2. É proibida a utilização do nome, do logótipo e/ou do emblema oficial de qualquer Estado Membro em qualquer publicação, documento e/ou papel relacionado com o presente Protocolo sem a aprovação prévia por escrito desse Estado Membro.

3. Sem prejuízo do disposto no parágrafo 1 deste Artigo, os direitos de propriedade intelectual relativos a quaisquer dados gerados ou resultantes da criação, implementação ou aplicação da ASW, do desenvolvimento tecnológico, do desenvolvimento de produtos e serviços realizados:

   a. conjuntamente por todos os Estados Membros ou os resultados da investigação obtidos através dos esforços de atividade colectiva de todos os Estados Membros nos termos da ASW serão propriedade colectiva dos Estados Membros em conformidade com as condições a acordar mutuamente;

   b. conjuntamente por vários Estados Membros ou os resultados da investigação obtidos através dos esforços de atividade conjunta de vários Estados Membros nos termos da ASW serão propriedade conjunta desses Estados Membros, em conformidade com os termos a acordar mutuamente; ou

   c. exclusiva e separadamente por um Estado Membro ou o resultado da investigação obtido através do esforço exclusivo e separado de um Estado Membro, será propriedade exclusiva do Estado Membro em causa.

Artigo 15º
Efeito Jurídico dos Documentos, Dados e Informações Electrónicos

1. Cada Estado Membro adoptará procedimentos para a autenticação de documentos, dados e informações electrónicas NSW que serão utilizados ou processados no âmbito da NSW e transmitidos em formato eletrónico no âmbito da ASW.

2. Sob reserva das leis, regras e regulamentos internos de cada Estado Membro, os documentos electrónicos autenticados produzidos no âmbito de uma transação ao abrigo do presente Protocolo podem ser admissíveis como prova de qualquer facto nele declarado.

Artigo 16.º
Responsabilidade Relacionada com a ASW

Os SLAs estabelecidos nos termos do artigo 7.º (Requisitos de Nível de Serviço) do presente Protocolo, no que respeita ao serviço regional da ASW, deverão contemplar a responsabilidade do prestador de serviços, prevendo um recurso (limitado ou não) contra esse prestador de serviços em caso de incumprimento do SLA para as partes no âmbito da ASW que sofram prejuízos em resultado desse incumprimento.

Artigo 17.º
Esforços de Cooperação

1. Sob reserva das leis, regras, regulamentos e políticas nacionais dos Estados Membros, estes acordam em cooperar nos seguintes domínios:

   a. partilha de informações e experiências relacionadas com o estabelecimento das suas NSW e operações no âmbito da ASW, com vista a facilitar as transacções entre NSW; e

   b. partilha de experiências relacionadas com a adoção das melhores práticas e abordagens internacionais no desenvolvimento dos respectivos quadros jurídicos das NSW.

2. As atividades de cooperação empreendidas ao abrigo n.o 1 do presente artigo estão sujeitas a limitações de recursos.

Artigo 18.º
Governação da ASW

Os Estados Membros acordam em desenvolver a estrutura de governação da ASW, que abrangerá os seguintes domínios, para a implementação da ASW e que poderá ser alterada periodicamente:

a. composição da propriedade;

b. gestão das operações;

c. tipo de entidade; e

d. quaisquer outras questões relacionadas com o desenvolvimento da estrutura de governação da ASW.

Artigo 19.º
Instrumentos Futuros

Os Estados Membros podem adotar instrumentos jurídicos no futuro, em conformidade com as disposições do presente Protocolo. Após a sua entrada em vigor, esses instrumentos farão parte do presente Protocolo.

Artigo 20.º
Resolução de Litígios

1. Qualquer diferença ou litígio entre os Estados Membros relativamente à interpretação e/ou implementação e/ou aplicação de qualquer das disposições do presente Protocolo será resolvido amigavelmente através de consultas e/ou negociações mútuas entre os Estados Membros, sem recurso a terceiros ou a um tribunal internacional.

2. Se os Estados Membros não conseguirem resolver a diferença ou o litígio nos termos do parágrafo 1 do presente artigo, os Estados Membros podem pretender resolver qualquer diferença ou litígio entre si relativo à interpretação e/ou implementação e/ou aplicação do presente O Protocolo sobre o Mecanismo Reforçado de Resolução de Litígios para a ASEAN, assinado em 29 de novembro de 2004 em Vientiane, Laos.

PARTE V
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 21º
Revisão, Modificação e Alteração

1. Qualquer Estado Membro pode solicitar por escrito uma revisão, modificação ou alteração da totalidade ou de parte do presente Protocolo.

2. Qualquer revisão, modificação ou alteração acordada pelos Estados Membros será reduzida a escrito e fará parte do presente Protocolo.

3. Essa revisão, modificação ou alteração entrará em vigor na data determinada pelos Estados Membros.

4. Qualquer revisão, modificação ou alteração não prejudica os direitos e obrigações decorrentes ou baseados no presente Protocolo antes ou até à data dessa revisão, modificação ou alteração.

Artigo 22.º
Reservas

Não podem ser formuladas reservas relativamente a qualquer das disposições do presente Protocolo.

Artigo 23º
Depósito

O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Estado Membro.

Artigo 24º
Força Maior

1. No caso de um acontecimento ou circunstância que esteja fora do controlo e sem culpa ou negligência do Estado Membro afetado e que, pelo exercício de uma diligência razoável, o Estado Membro não tenha podido evitar, desde que esse acontecimento ou circunstância se limite ao seguinte:

   a. erramotos, inundações, incêndios ou outras catástrofes físicas naturais;

   b. guerra, invasão, actos de inimigos estrangeiros, hostilidades (quer a guerra seja declarada ou não), actos de terrorismo, guerra civil, rebelião, revolução, insurreição; e

   c. emergências de segurança nacional declaradas ("eventos de força maior").

2. Esse Estado Membro não é responsável pelo incumprimento das obrigações que lhe incumbem por força do presente Protocolo, se for impedido ou atrasado no cumprimento dessas obrigações por um caso de força maior.

3. Em caso de força maior, o Estado Membro impedido ou atrasado no cumprimento das suas obrigações decorrentes do presente Protocolo notificará imediatamente os outros Estados Membros, fornecendo-lhes todas as informações sobre o caso de força maior e as razões que o impedem, ou envidará os seus esforços razoáveis para atenuar o efeito do caso de força maior.

4. Após a cessação do caso de força maior, o Estado Membro afetado recomeçará, logo que seja razoavelmente possível, a cumprir as obrigações que lhe incumbem por força do presente Protocolo.

Artigo 25.º
Entrada em vigor

1. O presente Protocolo entrará em vigor depois de todos os Estados Membros terem notificado ou, se necessário, depositado os instrumentos de ratificação junto do Secretário-Geral da ASEAN, após a conclusão dos respetivos procedimentos internos, o que não deverá demorar mais de cento e oitenta (180) dias após a assinatura do presente Protocolo.

2. O Secretário-Geral da ASEAN notificará imediatamente todos os Estados Membros da notificação ou do depósito de cada instrumento de ratificação referido no parágrafo 1 do presente artigo.

Artigo 26.º
Revisão

Os Estados Membros podem proceder a uma revisão geral do presente Protocolo, a fim de promover a sua utilização mais eficaz e de promover os seus objetivos, em momentos a acordar mutuamente entre os Estados Membros.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito pelos respetivos governos, assinaram o presente Protocolo.

FEITO em Hanói, Vietname, aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, num único exemplar original em língua inglesa.

ANEXO III
Traduções para língua tétum

AKORDU KONA-BA ESTABELESIMENTU NO IMPLEMENTASAUN JANELA ÚNIKA IHA ASEAN

Governu sira Brunei Darussalam nian, Reinu Kamboja nian, República Indonézia nian, República Demokrátika Populár Laos nian (abreviadu hosi Lian Inglés "Lao PDR"), Malázia, Uniaun Mianmar nian, República Filipina nian, República Singapura nian, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (iha ne'e kolektivamente hanaran "ASEAN" ka "Estadu-Membru sira" ka individualmente hanaran "Estadu-Membru".

HANOIN hikas fali Deklarasaun Konkordánsia II kona-ba ASEAN (Konkordánsia Bali II) iha loron 7 Outubru 2003, ne'ebé ASEAN serbisu hela ba realizasaun Komunidade Ekonómika ASEAN to'o tinan 2020;

HANOIN katak, hodi hakat ba Komunidade Ekonómika ASEAN nian, ASEAN tenke, kria mekanizmu no medida foun sira hodi hametin implementasaun hosi ninia inisiativa ekonómika sira ne'ebé iha ona, inklui Área Komérsiu Livre ASEAN nian (abreviatura iha inglés AFTA/);

REKOÑESE katak Koperasaun ASEAN nian iha Alfándega, apoia implementasaun AFTA, no estabelesimentu Komunidade Ekonómika ASEAN liuhosi ninia medidas fasilitasaun komérsiu nian;

HANOIN hikas fali desizaun lider sira ASEAN nian hodi adota aprosimasaun Janela Úniku, inklui prosesamentu eletróniku ba dokumentu komérsiu nian iha nível nasionál no rejionál, nu'udar mekanizmu ida hodi realiza Komunidade Ekonómika ASEAN nian;

HANOIN hikas Artigu 8(f) hosi Akordu-Kuadru ASEAN nian kona-ba Integrasaun Setór Prioritáriu, tuir ne'ebé Estadu-Membru sira sei dezenvolve abordájen Janela Única, inklui prosesamentu dokumentu komérsiu eletróniku nian iha nível nasionál no rejionál, to'o loron 31 fulan-Dezembru tinan 2005;

HANOIN katak Autoridade Aduaneira ASEAN nian mak foti desizaun finál ba autorizasaun saída no dezembarasu aduaneiru ba karga iha pontu importasaun no esportasaun, bazeia ba informasaun ne'ebé komunika husi ajénsia Estadu-Membru sira;

HANOIN fali papél prinsipál ne'ebé hala'o hosi Autoridade

Aduaneira ASEAN nian iha kadeia fornesimentu internasionál no inisiativa sira ba fasilitasaun komérsiu nian;

REJISTU prátika Internasionál di'ak liu no dispozisaun sira husi GATT 1994 no Konvensaun Internasionál ba Simplifikasaun no Harmonizasaun Prosedimentu Alfándega nian, no mós instrumentu legál sira seluk ne'ebé simu iha nivel Internasionál ba fasilitasaun komérsiu, nu'udar referénsia;

KONKORDA katak aranju ida ne'ebé efetivu no efisiente hodi aselera dezembarasu aduaneiru no autorizasaun saída sei promove fasilitasaun komérsiu, hadi'a efisiénsia ekonómika no efikásia ekonómika ASEAN nian, no promove estabelesimentu Komunidade Ekonómika ASEAN to'o tinan 2020;

KONSIENTE kona-ba nivel oioin dezenvolvimentu ekonómiku nian no orijen kulturál oioin hosi Estadu-Membru sira;

KONSIENTE kona-ba sistema oioin no ezijénsia dokumentasaun nian ba dezembarasu aduaneiru ba merkadoria sira ne'ebé uza iha Estadu-Membru sira; no HAKARAK atu estabelese kuadru legál ida ba estabelesimentu no apliksaun janela únika ASEAN nian iha Estadu-Membru sira,

SIRA KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

PARTE I
DISPOZISAUN JERÁL SIRA

Artigu da-1
Definisaun Janela Únika ASEAN no Janela Únika Nasionál

1. Janela Únika ASEAN nian mak ambiente ne'ebé Janela Únika Nasionál funsiona no integra iha Estadu-Membru sira.

2. Janela Únika Nasionál hanesan sistema ida ne'ebé permite:

   a) aprezentasaun ida de'it kona-ba dadus no informasaun;

   b) Prosesamentu úniku no sinkronu ba dadus no informasaun; no

   c) Prosesu foti desizaun ida de'it ba autorizasaun saída no dezembarasu aduaneiru nian. Desizaun úniku ida sei interpreta uniformemente nu'udar pontu úniku desizaun nian ba autorizasaun karga hosi Aduaneira, bazeia ba desizaun sira, bainhira presiza, foti hosi ministériu no ajénsia relevante sira no komunika tuir prazu ba Alfándega.

Artigu da-2
Definisaun jerál sira

Ba objetivu sira husi Akordu ida-ne'e:

1. "Autoridade Aduaneira" katak órgaun governu ne'ebé responsável ba administrasaun lejizlasaun aduaneira no lejislasaun nasionál .

2. "Lead Agency" signifika ajénsia governu nian ne'ebé nomeia hosi Nasaun-membru sira hodi kaer papél prinsipál iha estabelesimentu no implementasaun Janela Únika ASEAN nian.

3. "Liña Ministeriál no Ajénsia tutela sira" signifika ajénsia governamental sira responsável ba administrasaun no aplikasaun ba lei no regulamentu komersiál sira ba libertasaun no dezalfandegamentu karga nian.

PARTE II
OBJETIVU NO PRINSÍPIU SIRA

Artigu da-3
Objetu sira

Objetivu husi Akordu ida ne'e atu estabelese no implementa Janela Únika ASEAN nian (iha ne'e refere hanesan "Akordu ida-ne'e") mak hanesan tuirmai ne'e:

a) Kria enkuadramentu legál ida hodi estabelese no implementa Janela Únika ASEAN nian;

b) Asegura kumprimentu ba kompromisu rejionál sira ne'ebé asume hosi ASEAN hodi kria no implementa Janela Únika ASEAN nian;

c) Hametin kordenasaun no parseria entre autoridade aduaneira ASEAN nian ho ministériu no ajénsia relevante sira, no mós operadór ekonómiku sira (importadór, esportadór, operadór transporte, despaxante aduaneiru, transportadór karga, entidade bankária komersiál no instituisaun finanseira, kompañia seguru no atór hotu-hotu iha kadeia fornesimentu internasionál) atu nune'e bele implementa ho efetivu no efisiente loja ida de'it ASEAN nian.

Artigu da-4
Prinsípiu sira aplikasaun Janela Únika ASEAN nian

Nasaun-membru sira asegura katak tranzasaun, prosesu no desizaun sira tuir sira-nia Janela Únika Nasionál no Janela Únika ASEAN nian ezekuta, hala'o ka foti tuir prinsípiu sira:

1. Konsisténsia;

2. Simplisidade;

3. Transparénsia; no

4. Efisiénsia

PARTE III
DEZENVOLVIMENTU JANELA ÚNIKA ASEAN NIAN

Artigu da-5
Obrigasaun ba Estadu-Membru nian

1. Estadu-Membru sira tenke dezenvolve no implementa sira-nia Janela Únika Nasionál iha tempu ne ebé loos

ho hanoin atu kria Janela Única ASEAN nian. Brunei Darussalam, Indonézia, Malázia, Filipina, Tailándia no Singapura hein atu halo sira nia janela única nasionál sai operasionál, la tarde liu, to´o 2008. Kamboja, PDR Lao, Myanmar no Vietname hein atu halo sira nia janela úniku nasionál sira sai operasionál, la tarde liu 2012.

2. Estadu-Membru sira tenke garante katak sira-nia ministériu no ajénsia sira kopera ho sira-nia ajénsia prinsipál no fornese informasaun nesesáriu, tuir sira-nia lejizlasaun nasionál, ba dezenvolvimentu no implementasaun sira-nia Janela Única Nasionál.

3. Estadu-Membru sira tenke uza teknolojia informasaun no komunikasaun sira ne'ebé kumpre ho padraun relevante sira ne'ebé aseita iha nivel internasionál iha dezenvolvimentu no implementasaun ba sira nia Janela Única Nasionál.

4. Estadu-Membru sira sei servisu iha parseria ho indústria no negósiu sira hodi apoia estabelesimentu no kriasaun sira-nia Janela Única Nasionál.

Artigu da-6
Kestaun Tékniku Janela Única ASEAN nian

Estadu-Membru sira adota, liuhosi protokolu ida ne'ebé sei konkorda ba, adota padraun, prosedimentu, dokumentu, detalle tékniku no formalidade relevante sira ne'ebé aseitadu iha nivel internasionál ba implementasaun efetiva Janela Única ASEAN nian.

PART IV
IMPLEMENTASAUN

Artigu da-7
Mekanizmu kontrolu/monitorizasaun sira

1. Ministru sira ne'ebé responsável ba integrasaun ekonómika ASEAN nian, ne'ebé hetan tulun husi Reuniaun Superiór Ofisiál Ekonómiku sira (abreviadu hosi lian inglés SEOM) no Diretór-Jerál Alfándega sira ASEAN nian, regularmente superviziona, akompaña, koordena no halo revizaun ba implementasaun Akordu ida-ne'e.

2. Sekretariadu ASEAN nian:

   a) Fó apoiu ba Ministru sira, SEOM, Diretór Jerál Alfándega sira ASEAN nian no órgaun relevante sira ASEAN nian atu superviziona, monitoriza, kordena no halo revizaun ba implementasaun Akordu ida-ne'e; no SEOM

   b) Informa regularmente ba SEOM no Diretór-Jerál Alfándega ASEAN no líder sira husi ajénsia integrasaun ekonómika rejionál sira kona-ba progresu sira ne'ebé halo hodi implementa Akordu ida-ne'e.

PARTE V
DISPOZISAUN SELUK

Artigu da-8
Rezolusaun Disputa

Dispozisaun sira hosi Protokolu ASEAN nian kona-ba Mekanizmu Rezolusaun Disputa Aumentadu, konklui iha Vientiane, Laos, iha 29 Novembru 2004, aplikável ba disputa sira ne'ebé mosu tuir Akordu ida-ne'e.

Artigu da-9
Medida Adisionál sira

Ministru sira ne'ebé iha responsábilidade ba integrasaun ekonómika ASEAN tenki halo reuniaun tuir nesesidade atu haruka revisão ba akordu ida-ne'e. Reunião ida-ne'e servisu hodi konsidera medida foun hodi habadak dezenvolvimentu no/ka implementasaun ba Janela Única ASEAN nian.

Artigu da-10
Dispozisaun Finál sira

1. Dispozisaun sira hosi Akordu ida-ne'e bele hetan modifikasaun liuhosi alterasaun sira ne'ebé sei hetan akordu mútuo liuhosi eskrita hosi Estadu-Membru sira hotu.

2. Akordu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikadu ida-ne'e nian ba Estadu-Membru ida-idak.

Artigu da-11
Tama iha vigór

1. Akordu ida-ne'e tama iha vigór bainhira nia asinatura.

2. Bainhira kompleta prosedimentu ratifikasaun nasionál respetivu sira hosi Akordu ida-ne'e, Estadu-Membru ida-idak sei notifika Sekretariadu ASEAN liuhosi eskrita.

SAI HANESAN TERTEMUÑA MAK, sira ne'ebé asina iha okos, ne'ebé hetan autorizasaun ba objetivu ne'e hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Akordu ida-ne'e hodi estabelese no implementa Janela Única ASEAN nian.

HALO IHA Kuala Lumpur, Malázia, iha loron sia fulan-Dezembru tinan rihun rua lima, ho kópia ida iha lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam
LIM JOCK SENG
Segundu Ministru Negósiu Estranjeiru no komérsiu

Hosi Liurai Governu Kamboja
CHAM PRASIDH
Ministru Superiór no Ministru Komérsiu

Hosi Governu República Indonézia
MARI ELKA PANGESTU
Ministru Komérsiu

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos
SOULIVONG DARAVOI
Ministru Komérsiu

Hosi Governu Malázia
RAFIDAH AZIZ
Ministru Internasionál Komérsiu no Indústria

Governu Uniaun Mianmar
SOE THA
Ministru Planeamentu Nasionál no Dezenvolvimentu Ekonómiku

Hosi Governu República Filipina
PETER B. FAVI LA
Sekretáriu Komérsiu no Indústria

Hosi Governu República Singapura
LIM HNG KIANG
Ministru Komérsiu no Indústria

Hosi Governu Tailándia
SOMKID JATUSRIPITAK
Vise-Primeiru-Ministru no ba Ministru Komérsiu

Hosi Governu República Sosialista Vietnam
TRUONG DING TUYEN
Minustru Komérsiu

PROTOKOLU ATU ESTABLESE NO IMPLEMENTA JANELA ÚNIKA ASEAN

Governu Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos (iha ne'e refere hanesan "Lao PDR") Malázia Uniaun Mianmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku Sira (iha ne'e refere koletivamente hanesan "ASEAN" ka " Estadu-Membru sira" ka individualmente hanesan "Estadu-Membru"),

HANOIN katak adosaun Janela Únika ASEAN, inklui tratamentu eletróniku ba dokumentu komérsiu sira iha nivel nasionál no rejionál, maka mekanizmu ida atu realiza Komunidade Ekonómika ASEAN nian liu husi fasilita komérsiu no investimentu tuir Programa Asaun Vientiane (2004);

NOTA katak hanesan pasu konkretu ida ba estabelesimentu no implementasaun Janela Únika ASEAN nian Ministru Ekonómiku sira iha ASEAN asina ona Akordu atu Estabelese no Implementa Janela Únika ASEAN iha loron 9 fulan-Dezembru tinan 2005 iha Kuala Lumpur, Malázia (iha ne'e refere hanesan "Akordu ASW");

HANOIN katak Artigu da- 6 husi Akordu ASW fó mandatu ba Estadu-Membru sira, liu husi Protokolu ida, atu adota prosedimentu, dokumentu, detallu tékniku no formalidade sira ne'ebé relevante ho internasionalmente aseita husi padraun, prosedimentu sira, dockumentu sira, detalle tékniku sira no formalidade ba implementasaun efetivu Janela Únika ASEAN nian;

AFIRMA katak termu hosi Protokolu ida-ne'e sei bazeia ba objetivu, prinsípiu no obrigasaun sira tuir Akordu ASW nian.

KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

PARTE I
DISPOZISAUN JERÁL NO OBJETIVU SIRA

Artigu da-1
Definisaun Jerál no Interpretasaun

1. Objetivu husi Protokolu ida-ne'e, termu sira tuir mai sei define nune´e:

   a. Janela Únika ASEAN nian (tuir mai bolu hanesan " ASW ") maka ambiente ne'ebé Janela Únika Nasionál sira hosi Estadu-Membru sira opera no integra.

   b. Janela Únika Nasionál (iha ne'e bolu hanesan " NSW ") maka sistema ida ne'ebé permite:

      i. submisaun úniku ba dadus no informasaun;

      ii. prosesamentu úniku no sinkronizadu ba dadus no informasaun; no

      iii. desizaun ida de'it ba libertasaun no apuramentu alfándega nian ba karga. Foti desizaun úniku sei interpreta ho uniforme hanesan pontu desizaun úniku ba libertasaun karga sira hosi Alfándega ho baze iha desizaun sira, karik nesesáriu, liña ministériu no ajénsia sira sei komunika iha tempu ne'ebé loos ba Alfándega

2. Protokolu ida ne'e sei lee no interpreta tuir Akordu ASW. Iha kazu inkonsistensia ruma entre Protokolu ida-ne'e no Akordu ASW, dispozisaun sira hosi Akordu ASW sei iha presedénsia.

3. Matadalan Tékniku Implementasaun ASW no NSW s nian maka kompilasaun norma, prosedimentu, dokumentu, glossáriu, pormenór tékniku no formalidade sira ne´ebé internasionalmente aseitável ba implementasaun efetivu Janela Únika ASEAN nian, ne'ebé sei adota bainhira konsidera apropriadu hosi Estadu-Membru sira. Ida-ne'e konstitui matadalan tékniku ba implementasaun ne'ebé sujeita ba revizaun regulár no atualizasaun sira iha liña ho teknolojia foun no dezenvolvimentu ne'ebé konsidera nesesáriu hosi País Membru sira. Matadalan Tékniku ba Implementasaun ASW no NSWs (iha ne'e "Matadalan Tékniku ASW ") mosu hanesan ANEKSU 1.

4. Planu Asaun Implementasaun ASW nian maka kalendáriu ne'ebé kompostu hosi atividade sira ne'ebé nesesáriu, hanesan espesifika ona iha ANEKSU 2.

Artigu da-2
Objetivu Sira

Objetivu husi Protokolu ne'e mak hanesan:

a) Atu fornese enkuadramentu legál no tékniku ida hodi estabelese no implementa ASW no NSW sira nu'udar kompromisu rejionál sira ba estabelesimentu Komunidade Ekonómika ASEAN nian;

b) Atu hametin koordenasaun no parseria entre ajénsia prinsipál sira/Administrasaun Alfándega ASEAN nian no liña ministériu relevante no ajénsia sira, operadór ekonómiku sira (importadór, esportadór, operadór transporte, indústria espresa, korretór alfándega, transportadór, entidade bankáriu komersiál no instituisaun finanseira, seguru sira, no sira ne'ebé relevante ba kadeia fornesimentu internasionál) atu implementa ASW ho efetivu no efisiente;

c) Atu enkoraja partisipasaun hosi operadór ekonómiku ba implementasaun hosi ASW no NSW; no

d) Atu fornese orientasaun funsionál no operasionál tékniku ba implementasaun ASW no NSW iha Estadu-Membru hanesan hakerek iha Akordu ASW, hodi konsidera Matadalan Tékniku ASW.

PARTE II
ÁMBITU NO KOBERTURA

Artigu da-3
Ámbitu Aplikasaun

Dispozisaun sira tuir Protokolu ida-ne'e sei aplika ba estabelesimentu no implementasaun ASW no NSW iha nivel rejionál no nasionál, respetivamente.

Artigu da-4
Modelu Janela Única ASEAN

1. Modelu konseituál ASW mosu iha Matadalan Tékniku ASW.

2. ASW sei opera iha ambiente nakloke ida ho relasaun no ligasaun sira ne'ebé maka nesesáriu entre operadór ekonómiku sira no administrasaun públika sira, hodi kompleta tranzasaun ida, hanesan Governu-ba-Negósiu, Negósiu-ba-Negósiu, ka Governu-ba-Governu, no sira seluk hosi natureza hanesan ne'e liu hosi infraestrutura ida ne'ebé seguru.

Artigu da-5
Janela Única Nasionál

Estadu-Membru sira sei dezenvolve no implementa sira nia NSWs bazeia ba padraun internasionál no prátika di'ak sira ne'ebé estabelese ona iha akordu internasional no konvensaun sira kona-ba fasilitasaun komérsiu no modernizasaun ba téknika no prátika alfándega sira.

PARTE III
ASPETU TÉKNIKU HUSI JANELA ÚNIKA ASEAN NO JANELA ÚNIKA NASIONÁL

Artigu da-6
Dokumentu no Formalidade sira

1. Dokumentu no formalidade sira ne'ebé sei uza iha sistema ASW hosi Estadu-Membru sira kompostu hosi inter alia, mak hanesan tuir mai:

   a) Dokumentu Deklarasaun Alfándega ASEAN nian hanesan promove hosi Diretór-Jerál Alfándega ASEAN nian, hanesan iha ANEKSU 3;

   b) Dokumentu komersiál no transporte libertasaun no apuramentu ba sasan no merkadoria hosi administrasaun aduaneira hanesan hatuur iha lei no regulamentu nasionál hosi Estadu-Membru sira, tuir apropriadu;

   c) Formalidade no dokumentus ne'ebé ezije hosi lei no regulamentu nasionál atu liberta no apuramentu sasan no merkadoria sira hosi administrasaun aduaneira hanesan hatuur iha lei no regulamentu nasionál hosi Estadu-Membru sira, tuir apropriadu; no

   d) Formalidade sira seluk ne'ebé hatuur iha lei no regulamentu nasionál no konvensaun internasionál bainhira relevante.

2. Formatu dokumentu no formalidade ba objetivu sistema NSW nian sei determina hosi respetiva autoridade nasionál kompetente tuir padraun internasionál sira.

Artigu da-7
Dadus no Informasaun

1. Dadus no informasaun, inklui informasaun regulamentár, ba objetivu submisaun ida de'it, husi prosesamentu ida de'it no sinkronu no husi halo desizaun ida de'it sei submete, halibur no prosesa iha formatu ne'ebé konkorda ona no transmite liuhosi kanál sira ne'ebé seguru no estabele komunikasaun no interfase protokolu sira ne'ebé maka define ona hosi Estadu-Membru sira.

2. Ba objetivu sira ASW no NSWs, Estadu-Membru sira, sei aliña dadus ne´ebé konsidera apropriadu, informasaun parámetru sira ba dezalfandegamentu no autorizasaun saída ho modelu dadus Organizasaun Mundiál Alfándega nian (sigla ho inglés WCO) no padraun internasionál sira ne'ebé relevante.

3. Sei insentiva akordu bilaterál ka rejionál sira entre Estadu-Membru sira ba interkámbiu no partilla ka fahe dadus informasaun sira kona-ba ASW.

4. Asesu ba, troka, utilizasaun, validade legál, no konfidensialidade ba dadus no informasaun iha kuadru ASW nian sujeita ba lei no regulamentu nasionál sira hosi Estadu-Membru respektivu.

Artigu da-8
Aplikasaun sira husi Teknolojia Informasaun no Komunikasaun

1. NSWs sei uza teknolojia apropriadu ho arkitetura nakloke bazeia ba padraun internasionál no tékniku avansadu iha área teknolojia informasaun no komunikasaun nian no prosesamentu dadus nian.

2. Implementasaun ba NSW tenke uza padraun internasionál ba dadus sira no informasaun, prosedimentu jestasaun sira hanesan Dadus Eletróniku Nasoins Unidas nian Interkámbiu ba Administrasaun, Komérsiu no Transporte (UN/EDIFACT), Extensible Mark-up Language (XML), Instituisaun Padraun Nasionál Amerikanu X.12 (ANSI X12) RosettaNet ka sira seluk ne'ebé relevante ba implementasaun NSWs nian.

3. Infraestrutura seguru ba ASW no NSWs tenke tuir padraun internasionál no prátika di'ak liu ho karakterístika sira hanesan konfidensialidade, integridade dadus, autentisidade no non-repudiasaun.

Artigu da-9
Matadalan Tékniku ASW

Estadu-Membru sira sei implementa ASW no NSW sira bazeia ba Matadalan Tékniku ASW nian, ho modifikasaun ka atualizasaun nesesáriu sira ne'ebé ezije hosi Estadu-Membru ida-idak ba implementasaun ne'ebé efetivu.

Artigu da-10
Protesaun ba Direitu Propriedade Intelektuál

Protesaun ba direitu propriedade intelektuál ba produtu no servisu teknolójiku ne'ebé dezenvolve hela hosi Estadu-Membru sira ba ASW sei aplika tuir lei no regulamentu nasionál sira hosi Estadu-Membru no ho akordu internasionál sira ne'ebé Estadu-Membru sai hanesan Parte Kontratante.

Artigu da-11
Parseria iha Implementasaun ASW no NSWs

Estadu-Membru sira tenke hametin parseria ho komunidade komersiál no negósiu iha implementasaun ASW no NSW. Sei enkoraja liu inisiativa sira negósiu-ba-negósiu nian ne'ebé relevante ba ASW no NSW.

Artigu da-12
Mobilizasaun Rekursu ba Implementasaun

Estadu-Membru sira tenke mobiliza rekursu ba estabelesimentu no implementasaun nia NSWs hanesan no mós sira nia komponente husi ASW.

PARTE IV
PROSESU, PAPEL NO FUNSAUN

Artigu da-13
Alfándega no Prosesu Negósiu

Alfándega no prosesu negósiu sira estabelese ho baze iha padraun internasionál no best practices.

Artigu da-14
Papél no Funsaun husi Liña Ministériu no Ajénsia sira

1. " Estadu-Membru sira sei determina papél no funsaun hosi nia Liña Ministériu no ajénsia sira ba implementasaun no operasaun efetivu hosi ASW no NSWs. Liña Ministériu no ajénsia sira hotu hosi Estadu-Membru sira ida-idak sei apoia no koopera besik ho sira nia ajénsia Xefe hanesan determina iha Akordu ASW.

2. Respetiva Administrasaun Alfándega ASEAN maka ema ne'ebé foti desizaun ikus liu ba libertasaun no apuramentu karga nian bazeia ba informasaun ne'ebé komunika iha tempu ne'ebé loos, karik ezije, hosi Liña ministériu no ajénsia sira hosi País Membru ida-idak.

Artigu da-15
Planu Asaun ba Implementasaun ASW

Implementasaun ASW no NSWs sei tuir Planu Asaun implementasaun ASW nian ne'ebé bele hetan revizaun bainhira konsidera apropriadu.

PARTE V
DISPOZISAUN SIRA SELUK

Artigu da-16
Aneksu sira

Aneksu sira ba Protokolu ida-ne'e sei sai parte integrál hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-17
Rezolusaun ba Disputa

Dispozisaun hosi Protokolu ASEAN nian kona-ba Reforsu Mekanizmu Rezolusaun Disputa nian, ne´ebé selebra iha Vientiane, Lao PDR iha loron 29 fulan Novembru tinan 2004, sei aplika ba disputa sira ne'ebé mosu iha Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-18
Akordu Institusionál

1. Ministru sira ne'ebé responsavel ba Integrasaun Ekonómika ASEAN nian sei reúne bainhira de´it mak presiza hodi halo revizaun ba Protokolu ida-ne'e ho objetivu atu konsidera medida sira seluk atu hadi'a dezenvolvimentu no/ka implementasaun ASW nian.

2. Komité Diretivu ba implementasaun ASW (Komité Diretiva ASW) tenke estabelese hosi Ministru sira ne'ebé responsavel ba Integrasaun Ekonómika ASEAN nian hodi monitoriza no koordena implementasaun ASW no NSW sira. Komité Diretivu ASW nian sei lidera hosi ofisiál nivel aas ida hosi Administrasaun Alfándega ASEAN nian ka hosi ajénsia governu nian ne'ebé dezignadu hosi Ministru sira.

3. Sekretariadu ASEAN sei fó apoiu tékniku no sekretariál ba Komité Diretiva ASW.

Artigu da-19
Asisténsia Mútua

Asisténsia mútua entre Estadu-Membru sira sei promove ba implementasaun efetivu no efisiente ba ASW no NSW sira.

Artigu da-20
Dispozisaun Finál

1. Dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e bele hetan modifikasaun liuhosi alterasaun sira ne'ebé konkorda hamutuk ho eskrita hosi Estadu-Membru sira hotu.

2. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese kópia sertifikadu ida ba Estadu-Membru ida-idak.

Artigu da-21
Tama iha Vigór

1. Protokolu ne'e tama iha vigór wainhira asina.

2. Estadu-Membru ida-idak, bainhira kompleta ninia prosedimentu nasionál sira kona-ba ratifikasaun ba Protokolu ida-ne'e, sei notifika Sekretariadu ASEAN ho eskrita.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina tuir mai ne'e, hetan autorizasaun duni hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu ida ne'e atu Estabelese no Implementa Janela Únika ASEAN nian.

HALO iha loron rua nulu fulan-Dezembru tinan 2006, iha kópia ida de'it ho lian Inglés.

Governu Brunei Darussalam:

PEHIN DATO PADUKA HAJI ABDUL RAHMAN BIN HAJI IBRAHIM
Ministru Finansa II

Governu Reál Kamboja:

KEAT CHHON
Ministru Seniór no Ministru Ekonomia no Finansa

Governu República Indonesia:

SRI MULYANI INDRAWATI
Ministru Finansa

Governu República Demokrátika Populár Laos:

CHANSY PHOSIKHAM
Ministru Finansa

Governu Malázia:

TAN SRI NORMOHAMED YAKCOP
Minustru Finansa II

Governu Uniaun Mianmar:

MAJOR-GENERAL HLA TUN
Ministru Finansa no Reseita

Governu República Filipina:

MARGARITO B. TEVES
Secretariu Financas

Governu República Singapura:

THARMAN SHANMUGARATNAM
Ministru Edukasaun no segundu Ministru Finansa

Governu Reinu Tailándia:

THANONG BIDAYA
Ministru Finansa

Governu República Sosialista Vietnam :

VU VAN NINH
Minustru Finansa

PROTOKOLU KONA-BA ENKUADRAMENTU LEGÁL ATU IMPLEMENTA JANELA ÚNIKA ASEAN NIAN

Governu sira husi Brunei, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, República Uniaun Mianmar, República Filipina, República Singapura,República Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu Membru sira husi Asosiasaun Nasaun sira iha Sudeste Aziátiku nian (tuir mai koletivamente hanaran "ASEAN" ka "Estadu-Membru sira" ka ho singulár "Estadu- Membru");

HANOIN-HIKAS kompromisu no akordu sira ne'ebé Estadu-Membru sira halo ona hodi kria Janela Únika

ASEAN nian (iha-ne'e refere nu'udar "ASW"), no mós Janela Únika Nasionál (iha-ne'e sei refere nu'udar "NSWs" ka individualmente nu'udar "NSW"), inklui akordu atu estabelese no implementa Janela Únika ASEAN nian (iha ne'e refere nu'udar "Akordu ASW"), ne'ebé asina iha loron 9 fulan-Dezembru tinan 2005 iha Kuala Lumpur, Malázia, no Protokolu ida-ne'e atu estabelese no implementa Janela Únika ASEAN nian (iha ne'e refere nu'udar "Protokolu ASW"), asina iha loron 20 fulan-Dezembru tinan 2006 iha Siem Reap, Reinu Kamboja;

HANOIN LIUTÁN importánsia husi ambiente komérsiu no alfándega ne'ebé armonizadu ba Komunidade Ekonómika ASEAN, hanesan mensiona ona iha Programa Asaun Vientiane;

REKOÑESE importánsia atu estabelese enkuadramentu legál ida ne'ebé favoravel bazeia ba padraun internasionál no prátika di'ak sira ba aplikasaun ASW nian, hanesan prevee iha artigu da-6 ASW nian;

NOTA katak Estadu-Membru sira mós kompromete, iha Artigu da-5 hosi Protokolu ASW nian, atu uza padraun internasionál no prátika di'ak sira ne'ebé reflete iha konvensaun no akordu internasionál sira;

AFIRMA katak Protokolu ne'e nia validade sei bazeia ba objetivu, prinsípiu no obrigasaun sira ne'ebé estabelese ona iha Akordu ASW no Protokolu ASW;

NOTA ba prinsípiu no rekomendasaun relevante sira ne'ebé dezenvolve hosi órgaun internasionál sira hanesan Lei Modelu Komérsiu Eletróniku hosi Komisaun Nasoins Unidas nian ba Direitu Komérsiu Internasionál (UNCITRAL), Rekomendasaun 35 hosi Sentru Nasoins Unidas nian ba Fasilitasaun Komérsiu no Empreza Eletrónika sira (UN/CEFACT) no Konvensaun Nasoins Unidas kona-ba Uzu Komunikasaun Eletrónika iha Kontratu Internasionál ba efeitu sira iha ambiente tranzasaun entre NSWs iha ambiente ASW.

SIRA KONKORDA ONA HANESAN TUIR MAI NE'E:

PARTE I
ÁMBITU APLIKASAUN NIAN

Artigu da-1
Ámbitu Aplikasaun nian

1. Protokolu ida-ne'e aplika ba tranzasaun sira entre NSWs iha ambiente ASW eskluzivamente entre Estadu-Membru sira.

2. Laiha buat ida iha Protokolu ida-ne'e sei interpreta hanesan kria obrigasaun ruma ba Estadu-Membru sira kona-ba operasaun no tranzasaun internu husi sira-nia NSW rasik, exetu iha kazu sira-ne'ebé deskreve iha Artigu da-9 (Seguransa no Konfidensialidade Informasaun nian) husi Protokolu ida ne'e.

3. Tranzasaun sira ne'ebé prevee iha Protokolu ida-ne'e tenke respeita kritériu tékniku no operasionál ne'ebé sei hetan akordu husi Estadu-Membru sira.

Artigu da-2
Relasaun ho Akordu sira Seluk

1. Protokolu ne'e sei komplementa no aplika Akordu ASW no tenke lee no interpreta tuir Akordu ASW. Iha kazu inkonsistensia entre Protokolu ida-ne'e no Akordu ASW, dispozisaun sira hosi Akordu ASW sei prevalese to'o pontu inkonsistensia ne'e.

2. Protokolu ida-ne'e la afeta direitu no obrigasaun Estadu-Membru sira-nian tuir akordu internasionál sira seluk ne'ebé Estadu-Membru rua ka liu hola parte.

3. Iha kazu inkonsistensia entre Protokolu ida-ne'e no Protokolu ASW nian, Estadu-Membru sira sei konsulta malu kedas ho hanoin atu hetan solusaun ne'ebé satisfatóriu ba malu.

4. Sujeitu ba dispozisaun sira iha númeru 1 hosi artigu ida-ne'e, bainhira iha inkonsistensia entre Protokolu ida-ne'e no akordu internasionál sira seluk relasiona ho aplikasaun ASW ne'ebé Estadu-Membru rua ka liu sai parte, sira tenke konsulta kedas ba malu ho hanoin atu hetan solusaun ida ne'ebé satisfatóriu ba malu.

Artigu da-3
Objetivu sira

Protokolu ida-ne'e nia objetivu maka atu estabelese enkuadramentu legál ida ba operasaun sira, interasaun sira no prosesamentu eletróniku ba tranzasaun sira entre NSW iha ambiente ASW, hodi konsidera padraun internasionál sira ne'ebé relevante no prátika di'ak sira ne'ebé rekomenda husi akordu no konvensaun internasionál sira relasiona ho fasilitasaun komérsiu no modernizasaun ba tékniku no prátika alfándega nian.

Artigu da-4
Eskluzaun sira

1. Laiha buat ida iha Protokolu ida-ne'e mak afeta no/ka limita akordu ka arranju ruma relasiona ho asistensia legál mútua iha asuntu kriminál no asuntu relasionadu ne'ebé Estadu-Membru ida sai parte.

2. Protokolu ida ne'e la kobre aplikasaun direitu puramente privadu ka direitu propriedade entre utilizadór privadu sira husi NSW iha ambiente ASW.

3. Protokolu ida-ne'e la kobre tranzasaun NSW eletróniku entre Estadu-Membru no naun Estadu-Membru.

PARTE II
DISPOZISAUN JERÁL SIRA

Artigu da-5
Konfigurasaun Jerál sira

Ba objetivu sira husi Protokolu ida-ne'e, exetu indikasaun seluk, termu sira tuirmai ne'e define hanesan tuirmai:

a. ASW maka ambiente seguru iha-ne'ebé Estadu-Membru iha NSW sira hala'o operasaun no integrasaun. ASW konstitui instalasaun rejionál ida ne'ebé permite

enkamiñamentu no komunikasaun padronizadu no armonizadu hosi informasaun no dadus komersiál no alfándega nian ba efeitu sira hanesan dezalfandegamentu nian no desblokeiu nian hosi NSW. Dadus no informasaun komersiál no alfándega nian ne'ebé relasionadu sei hela no iha, no pertense ba Estadu-Membru respetivu sira;

b. "Informasaun konfidensiál" signifika dadus no informasaun ne'ebé hetan protesaun husi divulgasaun tuir lei Estadu-Membru nian ka ne'ebé konsidera konfidensiál karik dadus no informasaun ne'e hato'o elementu sira tuirmai ne'e:

   i. Informasaun kona-ba segredu komersiál sira ne'ebé bele fó vantajen kompetitiva ba entidade ida hasoru ida seluk;

   ii. Informasaun finanseira, inklui informasaun bankária no seguru nian;

   iii. Informasaun konfidensiál ho tipu saida de'it;

   iv. Informasaun kona-ba identifikasaun pesoál ; ka

   v. Informasaun kona-ba aplikasaun lei;

c. NSW maka sistema ida ne'ebé permite:

   i. Aprezentasaun úniku ida kona-ba dadus no informasaun;

   ii. Prosesamentu ida ne'ebé úniku no sinkronizadu ba dadus no informasaun; no

   iii. Prosesu foti desizaun úniku ida ba autorizasaun saída no dezalfandegamentu nian. Foti desizaun úniku ida ne'e tenke interpreta ho uniforme hanesan pontu desizaun úniku ida ba autorizasaun saída ba karga nian hosi alfándega, bazeia ba desizaun sira, karik presiza, ne'e foti hosi ministériu no ajénsia sira ne'ebé kompetente no komunika iha tempu ne'ebé loos ba alfándega;

d. "Servisu rejionál" konjuntu husi aplikasaun no informasaun, ne'ebé sei hetan akordu husi Estadu-Membru sira, ne'ebé sei asesivel ba Estadu-Membru sira liuhosi rede taka seguru husi ASW, ne'ebé fornese servisu apoiu ASW nian;

e. "Akordu Nivel Servisu" (iha ne'e refere hanesan "SLA") refere ba akordu fornesedór servisu nian ne'ebé trata ba métrika dezempeñu kuantitativu ka xave indikadór ba dezempeñu sira ba fornesedór nia servisu sira;

f. "Rekizitu sira nivel servisu nian" signifika ho respeitu ba servisu sira ne'ebé oferese hosi fornesedór servisu ida, padraun sira ne'ebé bele sukat no atinjivel dezempeñu servisu sira-ne'e nian;

g. "Tranzasaun" signifika, entre NSWs sira, transmisaun no simu informasaun ka dadus.

PARTE III
DISPOZISAUN OPERASAUN ASW NO NSW

Artigu da-6
Transmisaun no Troka Dadus no Informasaun

1. Estadu-Membru sira tenke estabelese no mantein lei no regulamentu nasionál sira ne'ebé permite operasaun sira-nia NSWs no permite transmisaun transfronteirisu no troka dadus no informasaun komersiál no alfándega nian entre NSWs ne'ebé Estadu-Membru sira konkorda espesifikamente ba efeitu ASW nian. Transmisaun no troka ida-ne'e sujeita ba konsentimentu hosi troka komersiál sira ne'ebé aprezenta dadus no informasaun, bainhira konsentimentu ida-ne'e ezije hosi lejizlasaun nasionál, no hala'o tuir Protokolu ida-ne'e.

2. Estadu-Membru sira sei estabelese polítika no regulamentu sira ba transmisaun no troka, utilizasaun no divulgasaun dadus no informasaun NSWs nian hodi uza hosi governu nasionál sira ne'ebé konsistente ho dispozisaun sira iha Protokolu ida-ne'e.

3. Dadus no informasaun ne'ebé transmite, troka no divulga hosi NSWs Estadu-Membru ida ba NSW Estadu-Membru seluk liuhosi ambiente ASW sei uza no mantein de'it atu promove Protokolu ida-ne'e no objetivu ASW nian.

4. Ba efeitu sira ASW nian, Estadu-Membru sira sei rekoñese dadus no informasaun komersiál no alfándega nian ne'ebé transmite no troka tuir ASW ba efeitu sira dezalfandegamentu nian no autorizasaun ba libertasaun, ne'ebé sei hetan akordu hosi Estadu-Membru sira.

Artigu da-7
Rekizitu sira ba Nivel Servisu nian

1. Rekizitu nivel servisu hotu-hotu relasiona ho servisu rejionál ASW nian sei hetan akordu entre Estadu-Membru sira no hatuur iha SLA atu konklui entre entidade responsavel ba governasaun ASW nian tuir Artigu da-18 no servisu sira ne'ebé fornese no envolve iha servisu eskritóriu rejionál sira ASW nian.

2. Estadu-Membru ida-idak sei estabelese rekizitu nivel servisu nian ba nia NSW atu hala'o tranzasaun sira iha tempu ne'ebé loos.

Artigu 8
Dadus no Informasaun Padronizadu

Ba efeitu tranzasaun sira entre NSWs tuir ambiente ASW, Estadu-Membru sira tenke kumpre modelu dadus Organizasaun Mundiál Alfándega nian ka, bainhira aplikavel, kualkér modelu dadus seluk ka parámetru sira ne'ebé bele hetan akordu hosi Estadu-Membru sira.

Artigu 9
Seguransa no Konfidensialidade Informasaun nian

1. Estadu-Membru ida-idak tenke garante katak NSW ne'e proteje seguransa no konfidensialidade ba dadus no informasaun iha nia sistema informasaun NSW.

2. Estadu-Membru ida-idak sei garante liután katak utilizasaun dadus no informasaun ne'ebé simu liuhosi ambiente ASW ho intensaun ba efeitu legál no autorizadu, konsistente tuir termu sira iha Protokolu ida-ne'e.

3. Estadu-Membru ida-idak tenke estabelese, iha nia lei no regulamentu nasionál sira, protesaun hasoru divulgasaun ilegál ba informasaun konfidensiál ne'ebé bele transmite, troka ka divulga hosi NSWs sira hosi Estadu-Membru sira seluk tuir Protokolu ida-ne'e. Informasaun ida-ne'e sei uza de'it ba objetivu espesífiku sira no sei la fó sai hosi Estadu-Membru ne'ebé simu lahó autorizasaun espesífiku hosi Estadu-Membru ne'ebé fornese.

4. Wainhira transmite, troka ka divulga informasaun konfidensial entre NSWs sira, Estadu-Membru husi NSWs ne'ebé transmite no simu tenke garante katak laiha divulgasaun ilegál ba informasaun ne'e.

5. Laiha buat ida iha Protokolu ida-ne'e sei interpreta atu ezije Estadu-Membru ruma atu fornese ka permite asesu ba informasaun konfidensiál tuir Protokolu ida-ne'e, divulgasaun ne'ebé nia konsidera provavel atu:

   a. Sai kontráriu ba interese públiku;

   b. Sai kontráriu ho lejizlasaun ruma, inklui, maibé la limita ba, sira ne'ebé proteje privasidade pesoál ka asuntu finanseiru no konta sira hosi kliente individuál sira hosi instituisaun finanseira sira;

   c. Impede aplikasaun lei nian; ka

   d. Prejudika pozisaun kompetitiva hosi ema ne'ebé fornese informasaun.

6. Estadu-Membru ida-idak tenke garante katak NSW ne'e fornese protesaun sira seguransa informasaun nian ne'ebé hanesan ho risku no extensaun prejuízu nian ne'ebé rezulta hosi asesu la autorizadu, uza, divulgasaun, na'ok ka lakon informasaun konfidensiál ne'ebé fornese hosi NSWs sira seluk tuir Protokolu ida-ne'e. Seguransa informasaun sei inklui, maibé la limita ba, kontrolu seguransa tékniku, jestaun no operasionál ne'ebé apropriadu ba tipu dadus no informasaun ne'ebé ba sira-ne'ebe mak responsavel ba.

7. Estadu-Membru ida-idak tenke garante katak NSW ne'e adota kontrolu no prosedimentu seguransa informasaun nian (tékniku, operasionál no jestaun) ba asesu ba dadus no informasaun ne'ebé kontein iha respetivu NSW.

8. Ba efeitu sira jestaun seguransa no konfidensialidade informasaun iha ASW husi rede taka seguru, entidade responsavel ba governasaun ASW tuir artigu da-18:

   a. Implementa periódikamente utilizasaun avaliasaun impaktu privasidade nian, uza tékniku análize risku hodi identifika risku ba privasidade informasaun konfidensiál;

   b. Determina oinsá ASW taka rede protejida ka manejamentu dadus bele muda, atu hamenus risku ne'ebé identifika iha avaliasaun sira-ne'e; no

   c. implementa mudansa sira ne'ebé nesesáriu.

9. Estadu-Membru sira sei dezenvolve hamutuk prosedimentu jestaun insidente seguransa ba objetivu seguransa informasaun iha ambiente ASW.

Artigu da-10
Pontu Fokál

Estadu-Membru ida-idak sei dezigna nia pontu fokál responsavel ba kontrolu no aplikasaun Protokolu ida-ne'e nian.

Artigu da-11
Rejistu no Autentikasaun NSW ba Utilizadór Naun-Governamentál sira

1. Estadu-Membru sei rejista entidade naun-governamentál hotu-hotu, inklui indivíduu, empreza no organizasaun sira, ne'ebé sei hetan lisensa atu asesu ba respetivu NSW ho objetivu atu fornese ka simu informasaun no/ka dokumentu sira iha formatu dadus eletróniku ka hosi respetivu NSW no tenke estabelese prosedimentu autentikasaun nian iha relasaun ho utilizadór sira ne'ebé rejista ona.

2. Estadu-Membru sira tenke mantein rejistu eletróniku ida ne'ebé seguru no atualizadu, alista entidade rejistadu hotu-hotu ne'ebé hetan autorizasaun atu submete ka simu informasaun hosi sira-nia NSW no sei la permite asesu ba sira-nia NSW hosi ema ka entidade sira ne'ebé la autorizadu.

3. Rejistante NSW ne'ebé hetan autorizasaun husi Estadu-Membru labele iha asesu ba dadus ka informasaun nune'e ba deit dadus ka informasaun ne'ebé autoriza husi lei, regra, regulamentu no polítika sira.

Artigu da-12
Integridade Dadus

1. Estadu-Membru sira sei adota rekizitu no medida integridade dadus nian ne'ebé garante integridade dadus no informasaun eletróniku ne'ebé prosesa iha ida-idak nia NSW no transmite iha ambiente ASW.

2. Rekizitu no sasukat integridade dadus sira-ne'e, karik aplikavel, sei aplika mós ba transmisaun dadus no informasaun liuhosi ambiente ASW.

3. Estadu-Membru ida-idak tenke garante katak rekizitu sira integridade dadus no medida sira ne'ebé adota atu garante integridade dadus no informasaun eletróniku nian sei fornese mekanizmu sira, entre buat seluk, ne'ebé permite destinatáriu sira kona-ba dadus no informasaun eletróniku nian atu determina se dadus no informasaun sira-ne'e kompletu no seidauk altera iha prosesu transmisaun.

4. Estadu-Membru ida-idak tenke garante katak NSW ne'e adota rekizitu sira integridade dadus nian no medida sira ba arkivu eletróniku no retensaun dadus, no mós ba objetivu sira autentikasaun, ne'ebé hatuur iha Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-13
Rekizitu sira ba Retensaun Dadus nian

1. Rekoñese importánsia atu rai dadus no informasaun ne'ebé submete ba no/ka prosesa hosi NSW ida ka liuhosi ASW ba uzu tuirmai, Estadu-Membru sira konkorda atu adota prazu mínimu sira ba retensaun dadus, arkivu no eliminasaun dadus ba tipu dadus ida-idak ne'ebé prosesa iha nia respetivu NSW.

2. Estadu-Membru sira konkorda atu estabelese padraun tékniku no prosedimentu sira ba manutensaun dadus no informasaun eletróniku sira ne'ebé autentikadu, no ba konservasaun dadus no informasaun sira-ne'e, tuir ezijénsia sira hosi númeru 1 hosi artigu ida-ne'e, iha ambiente seguru ida iha sira-nia respetivu NSW.

3. Iha kazu ne'ebé mosu disputa ida iha-ne'ebé Estadu-Membru ida simu ona dadus no informasaun eletróniku sira hosi Estadu-Membru seluk, NSW arkiva ona dadus no informasaun sira-ne'e hanesan prevee iha númeru 1 no 2 artigu ida-ne'e nian, Estadu-Membru ne'ebé simu dadus no informasaun eletróniku sira, sujeita ba nia lei no regulamentu nasionál sira, tuir pedidu hosi Estadu-Membru ne'ebé haruka, fornese kópia ba ida-ne'e, bainhira selu taxa ne'ebé prevee, iha tempu ne'ebé loos no seguru ba Estadu-Membru ne'ebé mosu disputa ba; dezdeke laiha Estadu-Membru ida maka iha obrigasaun atu fornese dadus no informasaun sira alein-de fornese hosi Estadu-Membru rekerente.

PARTE IV
DISPOZISAUN ADISIONÁL SIRA

Artigu da-14
Protesaun ba Direitu Propriedade Intelektuál no Propriedade ba Dadus

1. Protesaun ba direitu propriedade intelektuál husi produtu no servisu teknolójiku sira ne'ebé dezenvolve hela, husi Estadu-Membru sira ba ASW ka sira-ne'ebé kontein iha kualkér informasaun ne'ebé troka tuir Protokolu ida-ne'e sei aplika tuir sira-nia respetiva lei nasionál, regra no regulamentu husi Estadu-Membru sira no akordu internasionál sira ne'ebé Estadu-Membru respetivu halo parte.

2. Proibidu atu uza naran, logo no/ka emblema ofisiál Estadu-Membru ruma iha publikasaun, dokumentu no/ka artigu ruma relasiona ho Protokolu ida-ne'e lahó aprovasaun eskrita uluk hosi Estadu-Membru ne'e.

3. La haree ba dispozisaun sira iha númeru 1 hosi artigu ida-ne'e, direitu propriedade intelektuál relasiona ho kualkér dadus ne'ebé hamosu hosi ka rezulta hosi fabrikasaun, implementasaun ka aplikasaun hosi ASW, dezenvolvimentu teknolójiku, dezenvolvimentu hosi produtu no servisu sira, ne'ebé hala'o:

   a. Koletivamente husi Estadu-Membru hotu-hotu ka rezultadu peskiza ne'ebé hetan liuhusi esforsu atividade koletiva husi Estadu-Membru hotu-hotu iha ASW nia okos sei sai propriedade koletiva husi Estadu-Membru sira tuir kondisaun ne'ebé konkorda;

   b. Hamutuk hosi Estadu-Membru oioin ka rezultadu peskiza nian ne'ebé hetan liuhosi esforsu atividade hamutuk hosi Estadu-Membru oioin iha ASW nia okos sei sai propriedade koletiva hosi Estadu-Membru sira tuir termu sira-ne'ebé sei konkorda hamutuk; ka

   c. Eskluzivu no separadu hosi Estadu-Membru ida ka rezultadu peskiza ne'ebé hetan liuhosi esforsu eskluzivu no separadu hosi Estadu-Membru ida, sei sai propriedade eskluziva hosi Estadu-Membru ne'ebé hetan.

Artigu da-15
Efeitu Legál husi Dokumentu, Dadus no Informasaun Eletróniku sira

1. Estadu-Membru ida-idak sei adota prosedimentu ba autentikasaun dokumentu, dadus no informasaun eletróniku NSW nian ne'ebé sei uza ka prosesa iha NSW nia laran no transmite iha formatu eletróniku iha ambiente ASW nian.

2. Sujeitu ba lei nasionál, regra no regulamentu Estadu-Membru ida-idak nian, dokumentu eletróniku autentikadu sira ne'ebé produz iha ligasaun ho tranzasaun tuir Protokolu ida-ne'e bele admisivel nu'udar prova ba faktu ruma ne'ebé iha ne'ebá deklara ona.

Artigu da-16
Responsabilidade Relasiona ho ASW

SLA ne'ebé estabelese tuir termu sira iha artigu da-7 (Rekizitu Nivel Servisu nian) hosi Protokolu ida-ne'e, kona-ba servisu rejionál ASW nian, tenke kontempla responsabilidade hosi prestadór servisu nian, hodi prevee rekursu (limitadu ka lae) hasoru prestadór servisu iha eventu husi inkumprimentu SLA ba parte sira iha ambiente ASW ne'ebé sofre prejuizu sira nu'udar rezultadu husi inkumprimentu ne'e.

Artigu da-17
Esforsu Kooperasaun

1. Sujeitu ba lei nasionál, regra, regulamentu no polítika Estadu-Membru sira-nian, sira konkorda atu koopera iha área sira tuirmai:

   a. Fahe informasaun no esperiénsia sira relasiona ho estabelesimentu sira nia NSWs no operasaun sira iha ambiente ASW, ho hanoin atu fasilita tranzasaun sira entre NSWs; no

b. Fahe esperiénsia sira relasiona ho adosaun prátika no abordajen internasionál sira ne'ebé di'ak liu iha dezenvolvimentu hosi respetivu enkuadramentu legál NSW nian.

2. Atividade kooperasaun ne'ebé hala'o tuir númeru 1 husi artigu ida-ne'e sujeita ba limitasaun rekursu.

Artigu da-18
Governasaun ASW nian

Estadu-Membru sira konkorda atu dezenvolve estrutura governasaun ASW nian, ne'ebé sei kobre domíniu sira tuirmai ne'e, ba implementasaun ASW nian no bele hetan alterasaun husi tempu ba tempu:

a. Kompozisaun propriedade nian;

b. Jestaun operasaun sira;

c. Tipu entidade nian; no

d. Asuntu seluk ruma relasiona ho dezenvolvimentu estrutura governasaun ASW nian.

Artigu da-19
Instrumentu sira iha Futuru

Estadu-Membru sira bele adota instrumentu legál sira iha futuru tuir dispozisaun sira iha Protokolu ida-ne'e. Hafoin sira-nia entrada iha vigór, instrumentu sira-ne'e sei halo parte iha Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-20
Rezolusaun ba Disputa

1. Kualkér diferensa ka disputa entre Estadu-Membru sira kona-ba interpretasaun no/ka implementasaun no/ka aplikasaun ba dispozisaun ruma hosi Protokolu ida-ne'e sei rezolve amigavelmente liuhosi konsulta mútua no/ka negosiasaun entre Estadu-Membru sira, lahó rekursu ba parte datoluk ka ba tribunál internasionál ida.

2. Karik Estadu-Membru sira labele rezolve diferensa ka disputa tuir númeru 1 artigu ida-ne'e nian, Estadu-Membru sira bele iha intensaun atu rezolve diferensa ka disputa ruma entre sira relasiona ho interpretasaun no/ka implementasaun no/ka aplikasaun Protokolu ida-ne'e tuir Protokolu ASEAN nian kona-ba Mekanizmu Rezolusaun Disputa Aumentadu, asina iha loron 29 fulan-Novembru tinan 2004 iha Vientiane, Laos.

PARTE V
DISPOZISAUN FINÁL SIRA

Artigu da-21
Revizaun, Modifikasaun no Alterasaun

1. Kualkér Estadu-Membru bele rekere liuhosi eskrita ba revizaun, modifikasaun ka alterasaun ba Protokolu ida-ne'e tomak ka balun.

2. Kualkér revizaun, modifikasaun ka alterasaun ne'ebé Estadu-Membru sira konkorda tenke hakerek no sei halo parte iha Protokolu ida-ne'e.

3. Revizaun, modifikasaun ka alterasaun ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé Estadu-Membru sira determina.

4. Kualkér revizaun, modifikasaun ka alterasaun la afeta direitu no obrigasaun sira ne'ebé mosu hosi ka bazeia ba Protokolu ida-ne'e molok ka to'o data revizaun, modifikasaun ka alterasaun ne'e.

Artigu da-22
Rezerva sira

Labele halo rezerva ruma relasiona ho dispozisaun ruma hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-23
Depózitu

Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese lalais kópia sertifikadu ida-ne'e nian ba Estadu-Membru ida-idak.

Artigu 24
Forsa Maiór

1. Iha kazu akontesimentu ka sirkunstánsia ne'ebé la kontrola no lahó kulpa ka neglijénsia hosi Estadu-Membru afetadu no husi ezersísiu ne'ebé dilijénsia no razoavel, Estadu-Membru la konsege prevene, dezdeke eventu ka sirkunstánsia ne'e limitadu ba tuirmai:

   a. Rai-nakdoko, inundasaun, inséndiu ka katástrofe fíziku naturál sira seluk;

   b. Funu, invazaun, aktu inimigu estranjeiru sira, ostilidade (deklara funu ka lae), aktu terrorizmu, funu sivíl, rebeliaun, revolusaun, insurreisaun; no

   c. Deklara emerjénsia seguransa nasionál nian ("eventu forsa maiór").

2. Katak Estadu-Membru la responsabiliza ba fallansu atu kumpre ninia obrigasaun sira tuir Protokolu ida-ne'e bainhira nia hetan impedimentu ka atrazu atu kumpre obrigasaun sira-ne'e tanba kazu forsa maiór.

3. Iha kazu forsa maiór, Estadu-Membru ne'ebé impede ka atraza atu kumpre ninia obrigasaun sira ne'ebé mai hosi Protokolu ida-ne'e sei notifika kedas Estadu-Membru sira seluk, hodi fó ba sira informasaun hotu-hotu kona-ba kazu forsa maiór no razaun sira ne'ebé impede, ka sei uza ninia esforsu razoavel sira atu hamenus efeitu hosi eventu forsa maiór.

4. Hafoin hapara tiha kazu forsa maiór, Estadu-Membru afetadu sei, iha tempu ne'ebé razoavelmente posivel, hala'o hikas ninia obrigasaun sira tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu da-25
Tama iha vigór

1. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór hafoin Estadu-Membru hotu-hotu notifika ka, karik presiza, depozita tiha instrumentu ratifikasaun nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, hafoin kompleta sira-nia prosedimentu internu ida-idak, ne'ebé sei la liu loron atus ida ualu-nulu (180) hafoin asinatura ba Protokolu ida ne'e.

2. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian tenke fó-hatene kedas Estadu-Membru hotu-hotu kona-ba notifikasaun ka depózitu ba instrumentu ratifikasaun ida-idak ne'ebé temi iha númeru 1 hosi artigu ida-ne'e.

Artigu da-26
Revizaun

Estadu-Membru sira bele halo revizaun jerál ba Protokolu ida-ne'e atu nune'e bele promove ninia utilizasaun ne'ebé efetivu liu no avansa ninia objetivu sira, dalaruma sei hetan akordu mutuá entre Estadu-Membru sira.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina, no hetan autorizasaun devidamente ba efeitu ida-ne'e hosi sira nia governu ida-idak, asina ona Protokolu ida-ne'e.

HALO iha Hanoi, Vietnam, iha loron 4 fulan-Setembru iha tinan rihun rua sanulu-resin-lima, iha kópia orijinál ida de'it iha Inglés.

Husi Brunei Darussalam:

PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Segundu Ministru Finansas husi Gabineti Primeiru Ministru nian

Husi Reinu Kamboja:

VONGSEY VISSOTH
Sekretáriu Estadu, Ministru ba Ekonomia no Finansas

Husi República Indonézia:

BAMBANG PERMADI SOEMANTRI BRODJONEGORO
Ministru Finansas nian

Husi República Demokrátika Populár Laos:

THIPPHAKONE CHANTHAVONGSA
Adjuntu ba Ministru Finansas nian

Husi Malázia:

DATO' SERI AHMAD HUSNI MOHAMAD HANADZLAH
Segundu Ministru Finansas nian

Husi República Uniaun Mianmar nian:

U WIN SHEIN
Ministru ba Uniaun, Ministru Finansas

Husi República Filipina:

CESAR V. PURISIMA
Sekretáriu Finansas

Husi República Singapura:

THARMAN SHANMUGARATNAM
Vise-Primeiru Ministru no Ministru Finansas

Husi República Tailándia:

SOMMAI PHASEE
Ministru Finansas nian

Husi República Sosialista Vietnam nian:

DINH TIEN DUNG
Ministru Finansas

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 42/2025

de 15 de Outubro

RATIFICA, PARA ADESÃO, A CONVENÇÃO DA ASEAN CONTRA O TRÁFICO DE PESSOAS, ESPECIALMENTE MULHERES E CRIANÇAS

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste tem reafirmado, de forma contínua, o seu compromisso com a integração plena na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês), bem como com a proteção dos direitos humanos e o combate ao crime organizado transnacional;

Tendo em conta que a Convenção da ASEAN contra o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, adotada em Kuala Lumpur, Malásia, em 21 de novembro de 2015, visa reforçar a cooperação regional na prevenção, repressão e eliminação do tráfico de pessoas, com especial enfoque na proteção das vítimas e na aplicação dos princípios do direito internacional e dos direitos humanos;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Considerando que a adesão a esta Convenção está prevista no roteiro para a adesão de Timor-Leste à ASEAN, sendo indispensável para a plena participação do País nos mecanismos regionais de segurança, justiça e proteção social;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, ratificar, para adesão, a Convenção da ASEAN contra o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, adotada em Kuala Lumpur em 21 de novembro de 2015, cuja versão em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versão autêntica na língua inglesa

2015 ASEAN CONVENTION AGAINST TRAFFICKING IN PERSONS, ESPECIALLY WOMEN AND CHILDREN

Adopted in Kuala Lumpur, Malaysia on 21 November 2015

Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "ASEAN") - Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand, and the Socialist Republic of Viet Nam, hereinafter referred to individually as "the Party" and collectively as "the Parties";

RECOGNISING that trafficking in persons constitutes a violation of human rights and an offence to the dignity of human beings;

RECALLING the purpose and principles of the Charter of the United Nations, the Universal Declaration on Human Rights, the Charter of the Association of Southeast Asian Nations ("ASEAN Charter"), the ASEAN Human Rights Declaration, the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, and where applicable, the Protocol to Prevent, Suppress and Punish Trafficking in Persons, Especially Women and Children, and other international agreements and resolutions of the United Nations on the eradication of trafficking in persons, in the promotion and protection of human rights, fundamental freedoms, fair treatment, rule of law and due process;

REAFFIRMING our commitment to the ASEAN Charter with a view to responding effectively, in accordance with the principle of comprehensive security, to all forms of transnational crimes and transboundary challenges;

REAFFIRMING also our commitment to the ASEAN Declaration Against Trafficking in Persons Particularly Women and Children adopted in 2004; the Criminal Justice Responses to Trafficking in Persons: Ending Impunity for Traffickers and Securing Justice for Victims in 2007 ("ASEAN Practitioner Guidelines"); the ASEAN Leaders' Joint Statement in Enhancing Cooperation against Trafficking in Persons in South East Asia in 2011; and ASEAN's efforts in promoting human rights, including the ASEAN Human Rights Declaration adopted in 2012;

REAFFIRMING further our commitment to a stronger and more effective regional and international cooperation against trafficking in persons where the offence is transnational in nature, including but not limited to crimes committed by organised criminal groups;

RECOGNISING that cooperation is imperative to the successful investigation, prosecution and elimination of safe havens for the perpetrators and accomplices of trafficking in persons and for the effective protection of, and assistance to, victims of trafficking;

RECOGNISING that trafficking in persons is caused by a combination of factors, including government corruption, poverty, economic instability, inefficient legal systems, organised crimes, and the demand that fosters all forms of exploitation of persons, especially women and children, that leads to trafficking, which must be effectively addressed;

REALISING that all ASEAN Member States, regardless of whether they are countries of origin, transit or destination, have a shared responsibility and a common goal to prevent trafficking in persons, prosecute and punish offenders of trafficking in persons and to protect and assist victims of trafficking in persons;

TAKING INTO consideration the proximity and connecting borders of ASEAN Member States and in the spirit of regionalism;

REALISING the need to establish a regional instrument that deals especially with trafficking in persons as a legal framework for regional action in preventing and combating trafficking in persons, including the protection of, and assistance to, victims of trafficking in persons;

RECOGNISING the importance of having in place a regional instrument against trafficking in persons that is legally binding and that would assist ASEAN Member States, as countries of origin, transit or destination, to deal with their diverse national challenges, priorities and strategies in the fight against trafficking in persons;

Have agreed as follows:

CHAPTER I
GENERAL PROVISIONS

ARTICLE 1
OBJECTIVES

1. The objectives of this regional legal instrument are to effectively:

   a. Prevent and combat trafficking in persons, especially against women and children, and to ensure just and effective punishment of traffickers;

   b. Protect and assist victims of trafficking in persons, with full respect for their human rights; and

   c. Promote cooperation among the Parties in order to meet these objectives.

2. The Parties agree that the measures set forth in this Convention must be construed and applied in a manner that is consistent with internationally and regionally recognised principle of

non-discrimination, especially to those persons on the ground that they are victims of trafficking in persons.

ARTICLE 2
USE OF TERMS

For the purposes of this Convention:

a. "Trafficking in persons" shall mean the recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of persons, by means of the threat or use of force or other forms of coercion, of abduction, of fraud, of deception, of the abuse of power or of a position of vulnerability or of the giving or receiving of payments or benefits to achieve the consent of a person having control over another person, for the purpose of exploitation. Exploitation shall include, at a minimum, the exploitation of the prostitution of others or other forms of sexual exploitation, forced labour or services, slavery or practices similar to slavery, servitude or the removal of organs;

b. The consent of a victim of trafficking in persons to the intended exploitation set forth in Paragraph (a) of this Article shall be irrelevant where any of the means set forth in Paragraph (a) have been used;

c. The recruitment, transportation, transfer, harbouring or receipt of a child for the purpose of exploitation shall be considered "trafficking in persons" even if this does not involve any of the means set forth in Paragraph (a) of this Article;

d. "Child" shall mean any person under eighteen (18) years of age;

e. "Victim" shall mean any natural person who is subject to an act of trafficking in persons as defined in this Convention;

f. "Organised criminal group" shall mean a structured group of three or more persons existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crimes or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit;

g. "Serious crime", as stated in Paragraph (f) of this Article, shall mean conduct constituting an offence punishable by a maximum deprivation of liberty of at least four years or a more serious penalty;

h. "Transnational Crime" shall mean an offence that is transnational in nature. An offence is transnational in nature if:

   (i) It is committed in more than one State;

(ii) It is committed in one State but a substantial part of its preparation, planning, direction or control takes place in another State;

(iii) It is committed in one State but involves an organised criminal group that engages in criminal activities in more than one State; or

(iv) It is committed in one State but has substantial effects in another State.

i. "Public official" shall mean:

(i) any person holding a legislative, executive, administrative or judicial office of a Party, whether appointed or elected, whether permanent or temporary, whether paid or unpaid, irrespective of that person's seniority;

(ii) any other person who performs a public function, including for a public agency or public enterprise, or provides a public service, as defined in the domestic laws of the Party and as applied in the pertinent area of law of that Party;

(iii) any other person defined as a "public official" in the domestic laws of that Party.

j. "Property" shall mean assets of every kind, whether corporeal or incorporeal, movable or immovable, tangible or intangible, and legal documents or instruments evidencing title to, or interest in, such assets;

k. "Proceeds of crime" shall mean any property derived from or obtained, directly or indirectly, through the commission of an offence;

l. "Freezing" or "seizure" shall mean temporarily prohibiting the transfer., conversion, disposition or movement of property or temporarily assuming custody or control of property on the basis of an order issued by a court or other competent authority;

m. "Confiscation", which includes forfeiture where applicable, shall mean the permanent deprivation of property by order of a court or other competent authority;

n. "Predicate offence" shall mean any offence as a result of which proceeds have been generated that may become the subject of an offence as defined in Article 7 of this Convention.

ARTICLE 3
SCOPE OF APPLICATION

This Convention shall apply to the prevention, investigation and prosecution of the offences established in accordance with Article 5 of this Convention, where the offences are transnational in nature, including those committed by organised criminal groups, as well as to the protection of and assistance to victims of trafficking in persons.

ARTICLE 4
PROTECTION OF SOVEREIGNTY

1. The Parties shall carry out their obligations under this Convention in a manner consistent with the principles of sovereign equality and territorial integrity of States and that of non-intervention in the domestic affairs of other States.

2. Nothing in this Convention entitles a Party to undertake in the territory of another Party the exercise of jurisdiction and performance of functions that are reserved exclusively for the authorities of that other Party by its domestic laws.

CHAPTER II
CRIMINALISATION

ARTICLE 5
CRIMINALISATION OF TRAFFICKING IN PERSONS

1. Each Party shall adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences the conduct set forth in Article 2 of this Convention, when committed intentionally.

2. Each Party shall also adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences:

a. Subject to the basic concepts of its legal systems, attempting to commit an offence established in accordance with Paragraph 1 of this Article;

b. Participating as an accomplice in an offence established in accordance with Paragraph 1 of this Article;

c. Organising or directing other persons to commit an offence established in accordance with Paragraph 1 of this Article.

3. Each Party shall adopt such legislative or other measures as may be appropriate so that offenders are liable to higher penalties than usual if any of the following aggravating circumstances are present:

a. Where the offence involves serious injury or death of the victim or another person, including death as a result of suicide;

b. Where the offence involves a victim who is particularly vulnerable such as a child or a person who is unable to fully take care of or protect himself or herself because of a physical or mental disability or condition;

c. Where the offence exposed the victim to a life-threatening illness, including HIV/AIDS;

d. Where the offence involves more than one victim;

e. Where the crime was committed as part of the activity of an organised criminal group;

f. Where the offender has been previously convicted for the same or similar offences;

g. Where the offence was committed by a public official in the performance of his or her public duties.

ARTICLE 6
CRIMINALISATION OF PARTICIPATION IN AN ORGANISED CRIMINAL GROUP

1. Each Party shall, in relation to offences covered by this Convention as provided in Article 3, adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences, when trafficking in persons is committed intentionally:

   a. Either or both of the following as criminal offences distinct from those involving the attempt or completion of the criminal activity:

      (i) Agreeing with one or more other persons to commit a serious crime for a purpose relating directly or indirectly to the obtaining of a financial or other material benefit and, where required by domestic law, involving an act undertaken by one of the participants in furtherance of the agreement or involving an organised criminal group;

      (ii) Conduct by a person who, with knowledge of either the aim and general criminal activity of an organised criminal group or its intention to commit the crimes in question, takes an active part in:

      (a) Criminal activities of the organised criminal group;

      (b) Other activities of the organised criminal group in the knowledge that his or her participation will contribute to the achievement of the above-described criminal aim;

   b. Organising, directing, aiding, abetting, facilitating or counselling the commission of serious crime involving an organised criminal group.

2. The knowledge, intent, aim, purpose or agreement referred to in Paragraph 1 of this Article may be inferred from objective factual circumstances.

ARTICLE 7
CRIMINALISATION OF THE LAUNDERING OF PROCEEDS OF CRIME

Each Party shall, in relation to offences covered by this Convention as provided in Article 3, adopt, in accordance with fundamental principles of its domestic law, such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences, when committed intentionally:

a. (i) The conversion or transfer of property, knowing that such property is the proceeds of crime, for the purpose of concealing or disguising the illicit origin of the property or of helping any person who is involved in the commission of the predicate offence to evade the legal consequences of his or her action;

   (ii) The concealment or disguise of the true nature, source, location, disposition, movement or ownership of or rights with respect to property, knowing that such property is the proceeds of crime;

b. Subject to the basic concepts of its legal system:

   (iii) The acquisition, possession or use of property, knowing, at the time of receipt, that such property is the proceeds of crime;

   (iv) Participation in, association with or conspiracy to commit, attempts to commit and aiding, abetting, facilitating and counselling the commission of any of the offences established in accordance with this Article.

ARTICLE 8
CRIMINALISATION OF CORRUPTION

1. Each Party shall, in relation to offences covered by this Convention as provided in Article 3, adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences, when committed intentionally:

   a. The promise, offering or giving to a public official, directly or indirectly, of an undue advantage, for the official himself or herself or another person or entity, in order that the official act or refrain from acting in the exercise of his or her official duties;

   b. The solicitation or acceptance by a public official, directly or indirectly, of an undue advantage, for the official himself or herself or another person or entity, in order that the official act or refrain from acting in the exercise of his or her official duties.

2. Each Party shall also consider establishing as criminal offences other forms of corruption.

3. Each Party shall also adopt such measures as may be necessary to establish as a criminal offence participation as an accomplice in an offence established in accordance with this Article.

ARTICLE 9
CRIMINALISATION OF OBSTRUCTION OF JUSTICE

Each Party shall, in relation to offences covered by this Convention as provided in Article 3, adopt such legislative and other measures as may be necessary to establish as criminal offences, when committed intentionally:

a. The use of physical force, threats or intimidation or the promise, offering or giving of an undue advantage to induce false testimony or to interfere in the giving of testimony or the production of evidence in a proceeding in relation to the commission of offences covered by this Convention;

b. The use of physical force, threats or intimidation to interfere with the exercise of official duties by a justice or law enforcement official in relation to the commission of offences covered by this Convention. Nothing in this Paragraph shall prejudice the right of Parties to have legislation that protects other categories of public officials.

ARTICLE 10
JURISDICTION

1. Each Party shall adopt such measures as may be necessary to establish its jurisdiction over the offences established in accordance with Article 5, Article 6, Article 7, Article 8, and Article 9 of this Convention when:

   a. The offence is committed in the territory of that Party; or

   b. The offence is committed on board a vessel that is flying the flag of that Party or an aircraft that is registered under the laws of that Party at the time that the offence is committed.

2. Subject to Article 4 of this Convention, a Party may also establish its jurisdiction over any such offence when:

   a. The offence is committed against a national of that Party;

   b. The offence is committed by a national of that Party or a stateless person who has his or her habitual residence in its territory; or

   c. The offence is:

      (v) One of those established in accordance with Article 6, Paragraph 1, of this Convention and is committed outside its territory with a view to the commission of a serious crime within its territory;

      (vi) One of those established in accordance with Article 7, Paragraph (b) (ii), of this Convention and is committed outside its territory with a view to the commission of an offence established in accordance with Article 7, Paragraph (a) (i) or (ii) or (b) (i), of this Convention within its territory.

3. For the purposes of Article 19 of this Convention, each Party shall adopt such measures as may be necessary to establish its jurisdiction over the offences covered by this Convention when the alleged offender is present in its territory and it does not extradite such person solely on the ground that he or she is one of its nationals.

4. Each Party may also adopt such measures as may be necessary to establish its jurisdiction over the offences covered by this Convention when the alleged offender is present in its territory and it does not extradite him or her.

5. If a Party exercising its jurisdiction under Paragraph 1 or 2 of this Article has been notified, or has otherwise learned, that one or more other Parties are conducting an investigation, prosecution or judicial proceeding in respect of the same conduct, the competent authorities of those Parties shall, as appropriate, consult one another with a view to coordinating their actions.

6. Without prejudice to norms of general international law, this Convention does not exclude the exercise of any criminal jurisdiction established by a Party in accordance with its domestic laws.

CHAPTER III
PREVENTION

ARTICLE 11
PREVENTION OF TRAFFICKING IN PERSONS

1. The Parties shall establish comprehensive policies, programmes and other measures:

   a. To prevent and combat trafficking in persons; and

   b. To protect victims of trafficking in persons, especially women and children, from revictimisation.

2. The Parties shall endeavour to undertake measures such as research, information and mass media campaigns and social and economic initiatives to prevent and combat trafficking in persons.

3. Policies, programmes and other measures established in accordance with this Article shall, as appropriate, include cooperation with non-governmental organisations, other relevant organisations and other elements of civil society.

4. The Parties shall take or strengthen measures, including through bilateral or multilateral cooperation, to alleviate the factors that make persons, especially women and children, vulnerable to trafficking, such as poverty, underdevelopment and lack of equal opportunity.

5. The Parties shall adopt or strengthen legislative or other measures, such as educational, social or cultural measures, including through bilateral and multilateral cooperation, to discourage the demand that fosters all forms of exploitation of persons, especially women and children, that leads to trafficking.

ARTICLE 12
AREAS OF COOPERATION

The areas of cooperation under this Convention on prevention of trafficking in persons may, in conformity with the domestic laws of the respective Parties, include appropriate measures, among others:

a. To discourage the demand that fosters all forms of exploitation of persons, especially women and children, that leads to trafficking;

b. To take or strengthen measures where appropriate, such as through bilateral, multilateral or regional cooperation to prevent and combat trafficking in persons, so as to alleviate the factors that make persons, especially women and children, vulnerable to trafficking, such as poverty, underdevelopment and lack of education and equal opportunity;

c. To strengthen policies and programmes to prevent

trafficking in persons through research, information, awareness-raising and education campaigns, social and economic initiatives and training programmes, in particular for persons vulnerable to trafficking;

d. To further strengthen regional cooperation in the investigation and prosecution of trafficking in persons cases;

e. To enable free movement of people to take place legally, and to ensure that immigration requirements are adhered to, by disseminating accurate information on the requirements and conditions enabling the legal entry into, exit from, and stay in their respective territories;

f. To exchange and share information on measures to reduce children's vulnerability to trafficking in persons, so that they can grow up and live in a safe environment;

g. To promote capacity-building, including trainings, technical cooperation, and the holding of regional coordination meetings;

h. To ensure that any person who perpetrates or supports trafficking in persons is brought to justice.

ARTICLE 13
CROSS-BORDER COOPERATION, CONTROL AND VALIDITY OF DOCUMENTS

1. The Parties shall endeavour to undertake cross-border cooperation, in order to prevent and detect trafficking in persons, as appropriate, among border control agencies by, inter alia:

   a. Establishing and maintaining direct channels of communication;

   b. Enhancing intelligence exchange and sharing of information including through establishing, developing or utilising appropriate databases.

2. The Parties shall prevent the movement of traffickers and victims of trafficking in persons by effective border control and controls on the issuance of identity papers and travel documents, and through effective measures to prevent counterfeiting, forgery or fraudulent use of identity papers and travel documents.

CHAPTER IV
PROTECTION

ARTICLE 14
PROTECTION OF VICTIMS OF TRAFFICKING IN PERSONS

1. Each Party shall establish national guidelines or procedures for the proper identification of victims of trafficking in persons, and where appropriate, may collaborate with relevant non-governmental victim assistance organisations.

2. In a case where the trafficking takes place in more than one country, each Party shall respect and recognise the identification of victims of trafficking in person made by the competent authorities of the receiving Party.

3. Unless the victim otherwise informs, such identification shall be notified to the sending Party without unreasonable delay by the receiving Party.

4. Each Party shall consider adopting legislative or other appropriate measures that permit victims of trafficking in persons to remain in its territory, temporarily or permanently, in appropriate cases. Each Party shall give appropriate consideration to humanitarian and compassionate factors to this end.

5. Each Party shall endeavour to provide for the physical safety of victims of trafficking in persons while they are within its territory.

6. In appropriate cases and to the extent possible under its domestic laws, each Party shall protect the privacy and identity of victims of trafficking in persons, including, inter alia, by making legal proceedings relating to such trafficking confidential.

7. Each Party shall, subject to its domestic laws, rules, regulations and policies, and in appropriate cases, consider not holding victims of trafficking in persons criminally or administratively liable, for unlawful acts committed by them, if such acts are directly related to the acts of trafficking.

8. Each Party shall not unreasonably hold persons who have been identified by its competent authorities as victims of trafficking in persons in detention or in prison, prior to, during, or after civil, criminal, or administrative proceedings for trafficking in persons.

9. Each Party shall communicate to identified victims of trafficking in persons within a reasonable period, information on the nature of protection, assistance and support to which they are entitled to under domestic laws, and under this Convention.

10. Each Party shall, where applicable, provide care and support to victims of trafficking in persons, including in appropriate cases, in cooperation with relevant nongovernmental organisations, other organisations, and other elements of civil society, in the following:

    a. Appropriate housing;

    b. Counselling and information, in particular as regards their legal rights, in a language that the victims of trafficking in persons can understand;

    c. Medical, psychological and material assistance; and

    d. Employment, educational and training opportunities.

11. WEach Party shall make its best effort to assist in the reintegration of victims of trafficking in persons into the society of the sending Party.

12. Each Party shall, take into account, in applying the provisions of this Article, the age, gender and special needs of victims of trafficking in persons, in particular the special needs of children.

13. Each Party shall ensure that its domestic legal system contains measures that offer victims of trafficking in persons the possibility of obtaining compensation for damage suffered.

14. Each Party shall make provisions for appropriate funds to be allocated, including where applicable, establishing national trust funds, for the care and support of victims of trafficking in persons.

ARTICLE 15
REPATRIATION AND RETURN OF VICTIMS

1. The Party of which a victim of trafficking in persons is a national or in which the person had the right of permanent residence at the time of entry into the territory of the receiving Party shall facilitate and accept, with due regard for the safety of that person, the return of that person without undue or unreasonable delay.

2. When a Party returns a victim in accordance with Paragraph 1 of this Article, such return shall be with due regard for the safety of that person and for the status of any legal proceedings related to the fact that the person is a victim of trafficking in persons.

3. In accordance with Paragraphs 1 and 2 of this Article, at the request of a receiving Party, a requested Party shall, without undue or unreasonable delay, verify whether a person is its national or permanent resident, whichever is applicable, at the time of entry into the territory of the receiving Party.

4. In order to facilitate the return of a victim of trafficking in persons who is without proper documentation, the Party of which that person is a national or in which he or she had the right of permanent residence at the time of entry into the territory of the receiving Party shall agree to issue, at the request of the receiving Party, such travel documents or other authorisation as may be necessary to enable the person to travel to and re-enter its territory.

5. Each Party shall adopt such legislative or other measures as may be necessary to establish repatriation programmes where appropriate, and if necessary, involving relevant national or international institutions and non-governmental organisations.

6. This Article shall be without prejudice to any rights afforded to victims of trafficking in persons by any domestic laws of the receiving Party.

7. This Article shall be without prejudice to the provisions of any applicable bilateral or multilateral agreement or immigration arrangements that provide for more favourable rights and privileges to victims of trafficking in persons.

CHAPTER V
LAW ENFORCEMENT

ARTICLE 16
LAW ENFORCEMENT AND PROSECUTION

1. Each Party shall adopt such measures as may be necessary to ensure that competent authorities dealing with trafficking in persons cases are equipped with appropriate skills or knowledge in the fight against trafficking in persons and the protection of victims of trafficking in persons, and where appropriate, designate specialised units or authorities for this purpose.

2. Each Party shall take effective and active steps to detect, deter and punish corruption, money laundering, participation in an organised criminal group and obstruction of justice that contributes to trafficking in persons.

3. Each Party shall ensure that its legal system is efficient to deal with trafficking in persons cases.

4. Each Party shall adopt such measures as may be necessary to ensure coordination of the policies and actions of its government's departments and other public agencies against trafficking in persons, and where appropriate, set up coordinating bodies to combat organised crimes such as trafficking in persons, corruption, money laundering and obstruction of justice.

5. Each Party shall, consistent with the domestic laws of the sending and the receiving Parties, through informal cooperation or mutual legal assistance where appropriate, encourage the victims of trafficking in persons to voluntarily enter and stay temporarily in the territory of the receiving Party for purposes of testifying or otherwise cooperating in the prosecution of their traffickers, with due regard for the safety of the victims of trafficking in persons.

6. Each Party shall provide or strengthen training programmes for relevant officials in the prevention of and fight against trafficking in persons, with focus on methods used in preventing trafficking, investigating and prosecuting the traffickers, and protecting the rights of the victims, including protecting the victims and their families from the traffickers, and the privacy of the victims.

7. Each Party shall take all necessary steps to preserve the integrity of the criminal justice process including through protecting victims and witnesses from intimidation and harassment, where necessary, and punishing perpetrators of such acts, in appropriate cases.

8. Each Party shall, where appropriate, establish under its domestic laws a long statute of limitations period in which to commence proceedings for any offence covered by this Convention and a longer period where the alleged offender has evaded the administration of justice.

9. Nothing contained in this Convention shall affect the principle that the description of the offences established in accordance with this Convention and of the applicable legal defences or other legal principles controlling the lawfulness of conduct is reserved to the domestic laws of a Party and that such offences shall be prosecuted and punished in accordance with that law.

ARTICLE 17
CONFISCATION AND SEIZURE

1. Each Party shall adopt, to the greatest extent possible within its domestic legal system, such measures as may be necessary to enable confiscation of:

   a. Proceeds of crime derived from offences covered by this Convention or property the value of which corresponds to that of such proceeds;

   b. Property, equipment or other instrumentalities used in or destined for use in offences covered by this Convention.

2. Each Party shall adopt such measures as may be necessary to enable the identification, tracing, freezing or seizure of any item referred to in Paragraph 1 of this Article for the purpose of eventual confiscation.

3. If proceeds of crime have been transformed or converted, in part or in full, into other property, such property shall be liable to the measures referred to in this Article instead of the proceeds.

4. If proceeds of crime have been intermingled with property acquired from legitimate sources, such property shall, without prejudice to any powers relating to freezing or seizure, be liable to confiscation up to the assessed value of the intermingled proceeds.

5. Income or other benefits derived from proceeds of crime, from property into which proceeds of crime have been transformed or converted or from property with which proceeds of crime have been intermingled shall also be liable to the measures referred to in this Article, in the same manner and to the same extent as proceeds of crime.

6. For the purposes of this Article and Article 21 of this Convention, each Party shall empower its courts or other competent authorities to order that bank, financial or commercial records be made available or be seized. Each Party shall not decline to act under the provisions of this Paragraph on the ground of bank secrecy.

7. Each Party may consider the possibility of requiring that an offender demonstrate the lawful origin of alleged proceeds of crime or other property liable to confiscation, to the extent that such a requirement is consistent with the principles of its domestic laws and with the nature of the judicial and other proceedings.

8. The provisions of this Article shall not be construed to prejudice the rights of bona fide third parties.

9. Nothing contained in this Article shall affect the principle that the measures to which it refers shall be defined and implemented in accordance with and subject to the provisions of the domestic laws of a Party.

CHAPTER VI
INTERNATIONAL COOPERATION

ARTICLE 18
MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS

1. In order to combat offences of trafficking in persons which are transnational in nature, the Parties shall, subject to their respective domestic laws, afford one another the widest measure of mutual legal assistance in criminal investigations or criminal proceedings in relation to such offences established in accordance with Article 5 of this Convention.

2. The Parties shall carry out their obligations under Paragraph 1 of this Article in accordance with the Treaty on Mutual Legal Assistance in Criminal Matters.

ARTICLE 19
EXTRADITION

1. Each of the offences established in accordance with Article 5 of this Convention shall be deemed to be included as an extraditable offence in any extradition treaty existing between Parties. The Parties undertake to include such offences as extraditable offences in every extradition treaty to be concluded between them.

2. If a Party that makes extradition conditional on the existence of a treaty receives a request for extradition from another Party with which it has no extradition treaty, it may consider this Convention the legal basis for extradition in respect of any offence established in accordance with Article 5 of this Convention.

3. Subject to the provisions of its domestic laws and its extradition treaties, the requested Party may, upon being satisfied that the circumstances so warrant and are urgent and at the request of the requesting Party, take a person whose extradition is sought and who is present in its territory into custody or take other appropriate measures to ensure his or her presence at extradition proceedings.

4. A Party in whose territory an alleged offender is found, if it does not extradite such person in respect of an offence established in accordance with Article 5 of this

Convention applies solely on the ground that he or she is one of its nationals, shall, at the request of the Party seeking extradition, be obliged to submit the case without undue delay to its competent authorities for the purpose of prosecution. Those authorities shall take their decision and conduct their proceedings in the same manner as in the case of any other offence of a grave nature under the domestic law of that Party. The Parties concerned shall cooperate with each other, in particular on procedural and evidentiary aspects, to ensure the efficiency of such prosecution.

5. For the purpose of this Article, each Party shall designate a central authority to be notified to the depositary of this Convention.

ARTICLE 20
LAW ENFORCEMENT COOPERATION

1. The Parties shall cooperate closely with one another, consistent with their respective domestic legal and administrative systems, to enhance the effectiveness of law enforcement action to combat the offences covered by this Convention. Each Party shall, in particular, adopt effective measures:

   a. To enhance and, where necessary, to establish as well as utilise existing channels of communication between their competent authorities, agencies and services in order to facilitate the secure and rapid exchange of information concerning all aspects of the offences covered by this Convention, including, if the Parties concerned deem it appropriate, links with other criminal activities;

   b. To cooperate with other Parties in conducting inquiries with respect to offences covered by this Convention concerning:

      (i) The identity, whereabouts and activities of persons suspected of involvement in such offences or the location of other persons concerned;

      (ii) The movement of proceeds of crime or property derived from the commission of such offences;

      (iii) The movement of property, equipment or other instrumentalities used or intended for use in the commission of such offences;

   c. To provide, when appropriate, necessary items or quantities of substances for analytical or investigative purposes;

   d. To facilitate effective coordination between their competent authorities, agencies and services and to promote the exchange of personnel and other experts, including, subject to bilateral agreements or arrangements between the Parties concerned, the posting of liaison officers;

   e. To exchange information with other Parties on specific means and methods used by traffickers, including, where applicable, routes and conveyances and the use of false identities, altered or false documents or other means of concealing their activities;

   f. To exchange information and coordinate administrative and other measures taken as appropriate for the purpose of early identification of the offences covered by this Convention.

2. With a view to giving effect to this Convention, the Parties shall consider entering into bilateral or multilateral agreements or arrangements on direct cooperation between their law enforcement agencies and, where such agreements or arrangements already exist, amending them. In the absence of such agreements or arrangements between the Parties concerned, the Parties may consider this Convention as the basis for mutual law enforcement cooperation in respect of the offences covered by this Convention. Whenever appropriate, the Parties shall make full use of agreements or arrangements, including international or regional organisations, to enhance the cooperation between their law enforcement agencies.

3. The Parties shall endeavour to cooperate within their means to respond to trafficking in persons and other offences covered by this Convention committed through the use of modern technology.

ARTICLE 21
INTERNATIONAL COOPERATION FOR PURPOSES OF CONFISCATION

1. A Party that has received a request from another Party having jurisdiction over an offence covered by this Convention for confiscation of proceeds of crime, property, equipment or other instrumentalities referred to in Article 17, Paragraph 1 of this Convention situated in its territory shall, to the greatest extent possible within its domestic legal system:

   a. Submit the request to its competent authorities for the purpose of obtaining an order of confiscation and, if such an order is granted, give effect to it; or

   b. Submit to its competent authorities, with a view to giving effect to it to the extent requested, an order of confiscation issued by a court in the territory of the requesting Party in accordance with Article 17, Paragraph 1 of this Convention insofar as it relates to proceeds of crime, property, equipment or other instrumentalities referred to in Article 17, Paragraph 1, situated in the territory of the requested Party.

2. Following a request made by another Party having jurisdiction over an offence covered by this Convention, the requested Party shall take measures to identify, trace and freeze or seize proceeds of crime, property, equipment or other instrumentalities referred to in Article 17, Paragraph 1 of this Convention for the purpose of eventual confiscation to be ordered either by the requesting Party or, pursuant to a request under Paragraph 1 of this Article, by the requested Party.

3. The provisions of Article 18 of this Convention are ap-

plicable, mutatis mutandis, to this Article. In addition to the information specified in Article 18, requests made pursuant to this Article shall contain:

a. In the case of a request pertaining to Paragraph 1 (a) of this Article, a description of the property to be confiscated and a statement of the facts relied upon by the requesting Party sufficient to enable the requested Party to seek the order under its domestic laws;

b. In the case of a request pertaining to Paragraph 1 (b) of this Article, a legally admissible copy of an order of confiscation upon which the request is based issued by the requesting Party, a statement of the facts and information as to the extent to which execution of the order is requested;

c. In the case of a request pertaining to Paragraph 2 of this Article, a statement of the facts relied upon by the requesting Party and a description of the actions requested.

4. The decisions or actions provided for in Paragraphs 1 and 2 of this Article shall be taken by the requested Party in accordance with and subject to the provisions of its domestic laws and its procedural rules, any bilateral or multilateral treaty, agreement or arrangement to which it is bound in relation to the requesting Party, and the Treaty on Mutual Legal Assistance in Criminal Matters.

5. If a Party elects to make the taking of the measures referred to in Paragraphs 1 and 2 of this Article conditional on the existence of a relevant treaty, that Party shall consider this Convention the necessary and sufficient treaty basis.

6. The provisions of this Article shall not be construed to prejudice the rights of bona fide third parties.

7. The Parties shall consider concluding bilateral or multilateral treaties, agreements or arrangements to enhance the effectiveness of international cooperation undertaken pursuant to this Article.

ARTICLE 22
DISPOSAL OF CONFISCATED PROCEEDS OF CRIME OR PROPERTY

1. Proceeds of crime or property confiscated by a Party pursuant to Article 17 or Article 21, Paragraph 1 of this Convention shall be disposed of by that Party in accordance with its domestic laws and administrative procedures.

2. When acting on the request made by another Party in accordance with Article 21 of this Convention, Parties shall, to the extent permitted by domestic laws and if so requested, give priority consideration to returning the confiscated proceeds of crime or property to the requesting Party so that it can give compensation and assistance to the victims of trafficking in persons or return such proceeds of crime or property to their legitimate owners.

3. When acting on the request made by another Party in accordance with Article 17 and Article 21 of this Convention, a Party may give special consideration to concluding agreements or arrangements on sharing with other Parties, on a regular or case-by-case basis, such proceeds of crime or property, or funds derived from the sale of such proceeds of crime or property, in accordance with its domestic laws or administrative procedures.

CHAPTER VII
FINAL PROVISIONS

ARTICLE 23
ESTABLISHMENT OF COORDINATING STRUCTURES

Each Party shall consider establishing coordinating structures in the fight against trafficking in persons, including enhancing cooperation under all areas of this Convention.

ARTICLE 24
MONITORING, REVIEWING AND REPORTING

1. The ASEAN Senior Officials Meeting on Transnational Crime (SOMTC) shall be responsible for promoting, monitoring, reviewing and reporting periodically to the ASEAN Ministerial Meeting on Transnational Crime (AMMTC) on the effective implementation of this Convention.

2. The ASEAN Secretariat shall provide the support for supervising and coordinating the implementation of this Convention and assist the SOMTC in all matters relating thereto.

ARTICLE 25
CONFIDENTIALITY OF DOCUMENTS, RECORDS AND INFORMATION

1. Each Party shall preserve the confidentiality and secrecy of documents, records and other information received from any other Party, including the source thereof.

2. No document, record or other information obtained pursuant to this Convention shall be disclosed to or shared with any other Party, State or person except with the prior written consent of the Party which provided such document, record or information.

ARTICLE 26
RELATIONSHIP WITH OTHER INTERNATIONAL INSTRUMENTS

This Convention shall not derogate from obligations subsisting between the Parties pursuant to other international agreements nor, where the Parties agree, shall it prevent the Parties from providing assistance to each other pursuant to other international agreements or the provisions of their respective domestic laws.

ARTICLE 27
SETTLEMENT OF DISPUTES

Any difference or dispute between the Parties arising from the interpretation or application of the provisions of this Convention shall be settled amicably through consultation and negotiation between the Parties through diplomatic channels or any other peaceful means for the settlement of disputes as agreed upon between the Parties.

ARTICLE 28
RATIFICATION, APPROVAL AND DEPOSITARY

1. This Convention shall be subject to ratification or approval in accordance with the internal procedures of the Parties.

2. The instruments of ratification or approval shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform the other Parties of such deposit.

ARTICLE 29
ENTRY INTO FORCE AND AMENDMENT

a. This Convention shall enter into force on the thirtieth (30th) day following the date of the deposit of the sixth (6th) instrument of ratification or approval with the Secretary-General of ASEAN in respect of those Parties that have submitted their instruments of ratification or approval.

b. For any Party ratifying or approving this Convention after the deposit of the sixth (6th) instrument of ratification or approval, but before the day the Convention enters into force, the Convention shall also apply to that Party on the date the Convention enters into force. In respect of a Party ratifying or approving this Convention subsequent to its entry into force pursuant to Paragraph 1, it shall enter into force for that Party on the date its instrument of ratification or approval is deposited.

c. This Convention may be modified or amended at any time by mutual written consent of the Parties. Such modification or amendment shall enter into force on such date as shall be mutually agreed upon by Parties and shall form part of this Convention.

d. Any modification or amendment shall not affect the rights and obligations of the Parties arising from or based on the provisions of this Convention before the entry into force of such modification or amendment.

ARTICLE 30
WITHDRAWAL

1. Any Party may withdraw from this Convention at any time after the date of the entry into force of this Convention for that Party.

2. The withdrawal shall be notified by an instrument of withdrawal to the Secretary-General of ASEAN.

3. The withdrawal shall take effect one hundred and eighty (180) days after the receipt of the instrument of withdrawal by the Secretary-General of ASEAN.

4. The Secretary-General of ASEAN shall promptly notify all the other Parties of any withdrawal.

ARTICLE 31
REGISTRATION

This Convention shall be registered by the Secretary-General of ASEAN to the United Nations Secretariat pursuant to Article 102 of the Charter of the United Nations.

DONE at Kuala Lumpur, Malaysia, this Twenty-First Day of November in the Year Two Thousand and Fifteen, in a single original copy in the English language.

For Brunei Darussalam: **HAJI HASSANAL BOLKIAH,** Sultan of Brunei Darussalam

For the Kingdom of Cambodia: **SAMDECH AKKA MOHA SENA PADEI TECHO HUN SEN**, Prime Minister

For the Republic of Indonesia: **JOKO WIDODO**, President

For the Lao People's Democratic Republic: **THONGSING THAMMAVONG**, Prime Minister

For Malaysia: **DATO' SRI MOHD NAJIB TUN ABDUL RAZAK**, Prime Minister

For the Republic of the Union of Myanmar: **THEIN SEIN,** President

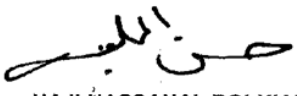
For the Republic of the Philippines: **BENIGNO S. AQUINO III,** President

For the Republic of Singapore: LEE HSIEN LOONG, Prime Minister

For the Kingdom of Thailand: **GENERAL PRAYUT CHAN-O-CHA (RET.)**, Prime Minister

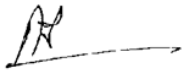
For the Socialist Republic of Viet Nam: **NGUYEN TAN DUNG,** Prime Minister

For Brunei Darussalam:



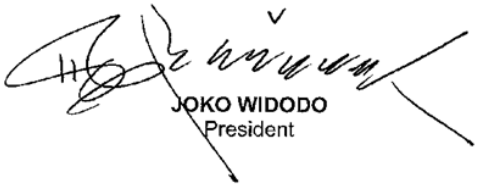
HAJI HASSANAL BOLKIAH
Sultan of Brunei Darussalam

For the Kingdom of Cambodia:



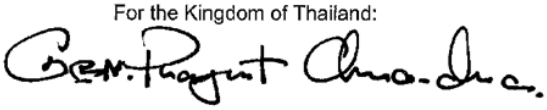
SAMDECH AKKA MOHA SENA PADEI TECHO HUN SEN
Prime Minister

For the Republic of Indonesia:



JOKO WIDODO
President

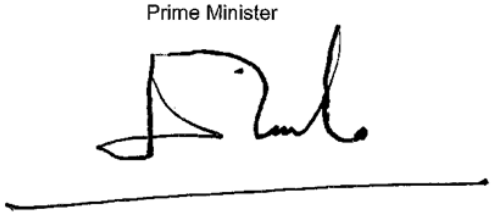
For the Kingdom of Thailand:



GENERAL PRAYUT CHAN-O-CHA (RET.)
Prime Minister

For the Socialist Republic of Viet Nam:

NGUYEN TAN DUNG
Prime Minister



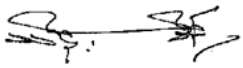
For the Lao People's Democratic Republic:

THONGSING THAMMAVONG
Prime Minister

For Malaysia:

DATO' SRI MOHD NAJIB TUN ABDUL RAZAK
Prime Minister

For the Republic of the Union of Myanmar:

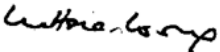


THEIN SEIN
President

For the Republic of the Philippines:

BENIGNO S. AQUINO III
President

For the Republic of Singapore:



LEE HSIEN LOONG
Prime Minister

ANEXO II
Tradução para língua portuguesa

Convenção da ASEAN Contra o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças

Os Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático

(doravante designada por "ASEAN" [abreviatura original em língua inglesa]) – Brunei Darussalam, o Reino do Camboja, a República da Indonésia, a República Democrática Popular do Laos, a Malásia, a República da União de Myanmar, a República das Filipinas, a República de Singapura, o Reino da Tailândia e a República Socialista do Vietname, doravante designados individualmente por "Parte" e coletivamente por "Partes";

RECONHECENDO que o tráfico de pessoas constitui uma violação dos direitos humanos e um atentado à dignidade dos seres humanos;

RECORDA o propósito e os princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Carta da Associação das Nações do Sudeste Asiático ("Carta da ASEAN"), na Declaração dos Direitos Humanos da ASEAN, na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e, quando aplicável, no Protocolo para Prevenir, Reprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, bem como outros acordos internacionais e resoluções das Nações Unidas relativos à erradicação do tráfico de pessoas, à promoção e proteção dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, do tratamento justo, do Estado de direito e do devido processo legal;

REAFIRMANDO o nosso compromisso com a Carta da ASEAN, com o objetivo de responder de forma eficaz, em

conformidade com o princípio da segurança abrangente, a todas as formas de crimes transnacionais e desafios transfronteiriços;

REAFIRMANDO igualmente o nosso compromisso com a Declaração da ASEAN contra o Tráfico de Pessoas, em Particular Mulheres e Crianças, adotada em 2004; com as Diretrizes sobre Respostas da Justiça Penal ao Tráfico de Pessoas: Pôr Fim à Impunidade dos Traficantes e Garantir Justiça às Vítimas, de 2007 ("Diretrizes para os Profissionais da ASEAN"); com a Declaração Conjunta dos Líderes da ASEAN sobre o Reforço da Cooperação contra o Tráfico de Pessoas no Sudeste Asiático, de 2011; e com os esforços da ASEAN na promoção dos direitos humanos, incluindo a Declaração de Direitos Humanos da ASEAN, adotada em 2012;

REAFIRMANDO ainda o nosso compromisso com uma cooperação regional e internacional mais forte e eficaz contra o tráfico de pessoas, especialmente quando o crime assume natureza transnacional, incluindo, mas não se limitando, aos crimes praticados por grupos criminosos organizados;

RECONHECENDO que a cooperação é imperativa para o sucesso na investigação, da acusação e eliminação de refúgios seguros para os autores e cúmplices de tráfico de pessoas, bem como para a proteção eficaz e assistência às vítimas de tráfico;

RECONHECENDO que o tráfico de pessoas é causado por uma combinação de fatores, incluindo corrupção governamental, pobreza, instabilidade económica, sistemas jurídicos ineficazes, crimes organizados e a procura que fomenta todas as formas de exploração de pessoas, especialmente mulheres e crianças, o que conduz ao tráfico e que deve ser enfrentado de forma eficaz;

CONSCIENTES de que todos os Estados-Membros da ASEAN, independentemente de serem países de origem, trânsito ou destino, têm uma responsabilidade partilhada e um objetivo comum de prevenir o tráfico de pessoas, processar e punir os traficantes, bem como proteger e assistir as vítimas de tráfico;

CONSIDERANDO a proximidade e a conexão das fronteiras dos Estados-Membros da ASEAN e, no espírito de regionalismo;

CONSCIENTES da necessidade de estabelecer um instrumento regional que trate especificamente do tráfico de pessoas, como um quadro jurídico para a ação regional na prevenção e combate ao tráfico de pessoas, incluindo a proteção e assistência às vítimas de tráfico;

RECONHECENDO a importância de um instrumento regional contra o tráfico de pessoas que seja juridicamente vinculativo e que auxilie os Estados-Membros da ASEAN, sejam eles países de origem, trânsito ou destino, a lidar com os seus diversos desafios, prioridades e estratégias nacionais no combate ao tráfico de pessoas;

Acordaram no seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objetivos

1. Os objetivos do presente instrumento jurídico regional consistem em efetivar a:

   a. Prevenção e combate ao tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, e assegurar a punição justa e eficaz dos traficantes;

   b. Proteção e assistência às vítimas de tráfico de pessoas, com pleno respeito pelos seus direitos humanos; e

   c. Promoção da cooperação entre as Partes para alcançar estes objetivos.

2. As Partes concordam que as medidas estabelecidas nesta Convenção devem ser interpretadas e aplicadas de forma consistente com os princípios de não discriminação reconhecidos internacional e regionalmente, especialmente no que se refere às vítimas de tráfico de pessoas.

Artigo 2.º
Definição dos Termos

Para os efeitos desta Convenção:

a. "Tráfico de pessoas" significa o recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou receção de pessoas, por meio de ameaça ou uso de força ou outras formas de coação, rapto, fraude, engano, abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade, ou da entrega ou receção de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, com a finalidade de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas semelhantes à escravatura, servidão ou extração de órgãos;

b. O consentimento de uma vítima de tráfico de pessoas à exploração pretendida conforme estabelecido no Parágrafo (a) deste Artigo será irrelevante se qualquer um dos meios referidos no Parágrafo (a) tiver sido utilizado;

c. O recrutamento, transporte, transferência, alojamento ou receção de uma criança com a finalidade de exploração será considerado "tráfico de pessoas", mesmo que não envolva qualquer dos meios referidos no Parágrafo (a) deste Artigo;

d. "Criança" significa qualquer pessoa com menos de dezoito (18) anos de idade;

e. "Vítima" significa qualquer pessoa singular sujeita a um ato de tráfico de pessoas conforme definido nesta Convenção;

f. "Grupo criminoso organizado" significa um grupo estruturado de três ou mais pessoas existente por um período de tempo e agindo em conjunto com o objetivo de cometer um ou mais crimes graves ou infrações previstas nesta Convenção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou material;

g. "Crime grave", conforme referido no Parágrafo (f) deste Artigo, significa conduta que constitui uma infração punível com uma pena máxima de privação de liberdade de, pelo menos, quatro anos ou uma pena mais grave;

h. "Crime transnacional" significa uma infração que tenha natureza transnacional. Considera-se que uma infração tem natureza transnacional se:

(i) For cometida em mais de um Estado;

(ii) For cometida em um Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direção ou controlo ocorrer em outro Estado;

(iii) For cometida em um Estado, mas envolver um grupo criminoso organizado que realiza atividades criminosas em mais de um Estado; ou

(iv) For cometida em um Estado, mas tiver efeitos substanciais em outro Estado.

i. "Funcionário público" significa:

(i) qualquer pessoa que ocupe um cargo legislativo, executivo, administrativo ou judicial de uma Parte, seja nomeada ou eleita, permanente ou temporária, remunerada ou não, independentemente da sua hierarquia;

(ii) qualquer outra pessoa que desempenhe uma função pública, incluindo para uma agência ou empresa pública, ou que preste um serviço público, conforme definido nas leis nacionais da Parte e aplicável na área pertinente do direito dessa Parte;

(iii) qualquer outra pessoa definida como "funcionário público" nas leis nacionais dessa Parte.

j. "Bens" significa ativos de qualquer tipo, sejam corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, tangíveis ou intangíveis, bem como documentos legais ou instrumentos que comprovem a titularidade ou interesse nesses ativos;

k. "Proveitos do crime" significa quaisquer bens obtidos ou derivados, direta ou indiretamente, da prática de uma infração;

l. "Congelamento" ou "apreensão" significa a proibição temporária da transferência, conversão, disposição ou movimentação de bens, ou a assunção temporária da custódia ou controlo de bens com base numa ordem emitida por um tribunal ou outra autoridade competente;

m. "Confisco", incluindo, quando aplicável, perda de bens, significa a privação permanente de bens por ordem de um tribunal ou outra autoridade competente;

n. "Infração precedente" significa qualquer infração que tenha gerado proveitos que possam ser objeto de um crime conforme definido no Artigo 7.º desta Convenção.

Artigo 3.º
Âmbito de Aplicação

Esta Convenção aplica-se à prevenção, investigação e repressão das infrações estabelecidas de acordo com o Artigo 5.º desta Convenção, quando tais infrações apresentem natureza transnacional, incluindo aquelas praticadas por grupos criminosos organizados, bem como à proteção e assistência às vítimas de tráfico de pessoas.

Artigo 4.º
Proteção da Soberania

1. As Partes devem cumprir as suas obrigações ao abrigo desta Convenção de forma consistente com os princípios de igualdade soberana, integridade territorial dos Estados e não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

2. Nada nesta Convenção confere a uma Parte o direito de exercer jurisdição ou desempenhar funções no território de outra Parte que sejam reservadas exclusivamente às autoridades dessa outra Parte pelas suas leis nacionais.

CAPÍTULO II
CRIMINALIZAÇÃO

Artigo 5.º
Criminalização do Tráfico de Pessoas

1. Cada Parte deverá adotar as medidas legislativas e outras que sejam necessárias para estabelecer como infrações criminais as condutas descritas no Artigo 2.º desta Convenção, quando cometidas intencionalmente.

2. Cada Parte deverá igualmente adotar as medidas legislativas e outras que sejam necessárias para estabelecer como infrações criminais:

a. Sujeito aos conceitos básicos do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infração estabelecida de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo;

b. A participação como cúmplice numa infração estabelecida de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo;

c. A organização ou direção de outras pessoas para cometer uma infração estabelecida de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo.

3. Cada Parte deverá adotar as medidas legislativas ou out-

ras apropriadas para que os infratores sejam passíveis de penas agravadas caso se verifiquem as seguintes circunstâncias agravantes:

a. Quando a infração envolver lesões graves ou a morte da vítima ou de outra pessoa, incluindo morte resultante de suicídio;

b. Quando a infração envolver uma vítima particularmente vulnerável, como uma criança ou uma pessoa incapaz de cuidar totalmente de si própria ou de se proteger devido a uma deficiência ou condição física ou mental;

c. Quando a infração expuser a vítima a uma doença potencialmente fatal, incluindo VIH/SIDA;

d. Quando a infração envolver mais de uma vítima;

e. Quando o crime for cometido como parte da atividade de um grupo criminoso organizado;

f. Quando o infrator tiver sido anteriormente condenado pelas mesmas ou semelhantes infrações;

g. Quando a infração for cometida por um funcionário público no exercício das suas funções públicas.

Artigo 6.º
Criminalização da Participação em um Grupo Criminoso Organizado

1. Cada Parte deverá, em relação às infrações abrangidas por esta Convenção, conforme previsto no Artigo 3.º, adotar as medidas legislativas e outras necessárias para estabelecer como infrações criminais, quando o tráfico de pessoas for cometido intencionalmente:

   a. Uma ou ambas as seguintes condutas como infrações criminais distintas da tentativa ou consumação da atividade criminosa:

      i) Concordar com uma ou mais pessoas em cometer um crime grave com o objetivo relacionado, direta ou indiretamente, à obtenção de um benefício financeiro ou outro benefício material, e, quando exigido pela legislação interna, envolver um ato realizado por um dos participantes em cumprimento do acordo ou envolvendo um grupo criminoso organizado;

      ii) A conduta de uma pessoa que, com conhecimento do objetivo ou da atividade criminosa geral de um grupo criminoso organizado ou da sua intenção de cometer os crimes em questão, participa ativamente em:

   a. Atividades criminosas do grupo criminoso organizado;

   b. Outras atividades do grupo criminoso organizado, sabendo que a sua participação contribuirá para a realização do objetivo criminal acima descrito.

   c. Organizar, dirigir, ajudar, instigar, facilitar ou aconselhar a prática de crimes graves envolvendo um grupo criminoso organizado.

2. O conhecimento, intenção, objetivo, propósito ou acordo referido no Parágrafo 1 deste Artigo pode ser inferido de circunstâncias fatuais objetivas.

Artigo 7.º
Criminalização da Lavagem de Proventos do Crime

1. Cada Parte deverá, em relação às infrações abrangidas por esta Convenção, conforme previsto no Artigo 3.º, adotar, de acordo com os princípios fundamentais do seu direito interno, as medidas legislativas e outras necessárias para estabelecer como infrações criminais, quando cometidas intencionalmente:

   a.i) A conversão ou transferência de bens, sabendo que tais bens são proventos de crime, com o propósito de ocultar ou dissimular a origem ilícita dos bens ou de ajudar qualquer pessoa envolvida na prática da infração subjacente a escapar às consequências legais das suas ações;

   i) A ocultação ou dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação, propriedade ou direitos relativos a bens, sabendo que tais bens são proventos de crime;

   b. Sujeito aos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico:

   ii) A aquisição, posse ou utilização de bens, sabendo, no momento da sua obtenção, que tais bens são proventos de crime;

   iii) A participação, associação ou conspiração para cometer, a tentativa de cometer, e o auxílio, instigação, facilitação e aconselhamento na prática de qualquer das infrações estabelecidas de acordo com este Artigo.

Artigo 8.º
Criminalização da Corrupção

1. Cada Parte deverá, em relação às infrações abrangidas por esta Convenção, conforme previsto no Artigo 3.º, adotar as medidas legislativas e outras necessárias para estabelecer como infrações criminais, quando cometidas intencionalmente:

   a. A promessa, oferta ou concessão, direta ou indireta, de uma vantagem indevida a um funcionário público, para o próprio funcionário ou para outra pessoa ou entidade, com o objetivo de que o funcionário atue ou se abstenha de atuar no exercício das suas funções oficiais;

   b. A solicitação ou aceitação, direta ou indireta, de uma vantagem indevida por parte de um funcionário público, para o próprio funcionário ou para outra pessoa ou entidade, com o objetivo de que o funcionário atue ou se abstenha de atuar no exercício das suas funções oficiais.

2. Cada Parte deverá também considerar o estabelecimento de outras formas de corrupção como infrações criminais.

3. Cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para estabelecer como infração criminal a participação como cúmplice em uma infração estabelecida de acordo com este Artigo.

Artigo 9.º
Criminalização da Obstrução da Justiça

1. Cada Parte deverá, em relação às infrações abrangidas por esta Convenção, conforme previsto no artigo 3.º, adotar as medidas legislativas e outras necessárias para estabelecer como infrações criminais, quando cometidas intencionalmente:

   a. O uso de força física, ameaças, intimidação ou a promessa, oferta ou concessão de uma vantagem indevida para induzir um depoimento falso, interferir no fornecimento de depoimentos ou na produção de provas em processos relacionados com a prática de infrações abrangidas por esta Convenção;

   b. O uso de força física, ameaças ou intimidação para interferir no exercício de funções oficiais por parte de um magistrado ou agente da lei em relação à prática de infrações abrangidas por esta Convenção. Nada neste Parágrafo prejudica o direito das Partes de possuírem legislação que proteja outras categorias de funcionários públicos.

Artigo 10.º
Jurisdição

1. Cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para estabelecer a sua jurisdição sobre as infrações estabelecidas nos Artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º desta Convenção quando:

   a. A infração for cometida no território dessa Parte; ou

   b. A infração for cometida a bordo de um navio que esteja sob a bandeira dessa Parte ou de uma aeronave registada de acordo com as leis dessa Parte no momento da infração.

2. Sujeito ao Artigo 4.º desta Convenção, uma Parte poderá também estabelecer a sua jurisdição sobre qualquer infração quando:

   a. A infração for cometida contra um nacional dessa Parte;

   b. A infração for cometida por um nacional dessa Parte ou por um apátrida que resida habitualmente no seu território; ou

   c. A infração for:

      (v) Uma das previstas no Artigo 6.º, Parágrafo 1.º, desta Convenção e for cometida fora do seu território visando a prática de um crime grave dentro do seu território;

      (i) Uma das previstas no Artigo 7.º, Parágrafo (b) (ii), e for cometida fora do seu território visando a prática de uma infração estabelecida no Artigo 7.º, parágrafo (a) (i) ou (ii) ou (b) (i), desta Convenção, dentro do seu território.

3. Para os fins do Artigo 19.º desta Convenção, cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para estabelecer a sua jurisdição sobre infrações abrangidas por esta Convenção quando o suposto infrator estiver presente no seu território e não for extraditado com base no fato de ser nacional dessa Parte.

4. Cada Parte poderá também adotar medidas para estabelecer a sua jurisdição sobre as infrações abrangidas por esta Convenção quando o suposto infrator estiver presente no seu território e não for extraditado.

5. Caso uma Parte, exercendo a sua jurisdição ao abrigo dos Parágrafos 1 ou 2 deste Artigo, seja notificada ou tome conhecimento de que uma ou mais outras Partes estão conduzindo investigações, processos ou procedimentos judiciais em relação à mesma conduta, as autoridades competentes dessas Partes deverão, conforme apropriado, consultar-se com vista à coordenação de suas ações.

6. Sem prejuízo das normas do direito internacional geral, esta Convenção não exclui o exercício de qualquer jurisdição criminal estabelecida por uma Parte de acordo com as suas leis internas.

CAPÍTULO III
PREVENÇÃO

Artigo 11.º
Prevenção do Tráfico de Pessoas

1. As Partes deverão estabelecer políticas, programas e outras medidas abrangentes:

   a. Para prevenir e combater o tráfico de pessoas; e

   b. Para proteger as vítimas do tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, contra a revitimização.

2. As Partes deverão envidar esforços para adotar medidas, como pesquisas, campanhas de informação e de mídia de massa e iniciativas sociais e económicas, para prevenir e combater o tráfico de pessoas.

3. As políticas, programas e outras medidas estabelecidos de acordo com este Artigo deverão, conforme apropriado, incluir cooperação com organizações não governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil.

4. As Partes deverão tomar ou reforçar medidas, inclusive

por meio de cooperação bilateral ou multilateral, para aliviar os fatores que tornam as pessoas, especialmente mulheres e crianças, vulneráveis ao tráfico, como a pobreza, o subdesenvolvimento e a falta de igualdade de oportunidades.

5. As Partes deverão adotar ou fortalecer medidas legislativas ou outras, como medidas educativas, sociais ou culturais, inclusive por meio de cooperação bilateral e multilateral, para desencorajar a demanda que fomenta todas as formas de exploração de pessoas, especialmente mulheres e crianças, que levam ao tráfico.

Artigo 12.º
Áreas de Cooperação

As áreas de cooperação ao abrigo desta Convenção para a prevenção do tráfico de pessoas poderão, em conformidade com as legislações nacionais das respetivas Partes, incluir medidas apropriadas, entre outras:

a. Desencorajar a demanda que fomenta todas as formas de exploração de pessoas, especialmente mulheres e crianças, que levam ao tráfico;

b. Adotar ou reforçar medidas, conforme apropriado, por meio de cooperação bilateral, multilateral ou regional, para prevenir e combater o tráfico de pessoas, de forma a aliviar os fatores que tornam as pessoas vulneráveis ao tráfico, como a pobreza, o subdesenvolvimento e a falta de educação e igualdade de oportunidades;

c. Reforçar políticas e programas para prevenir o tráfico de pessoas por meio de pesquisas, informações, campanhas de sensibilização e educação, iniciativas sociais e económicas e programas de formação, em particular para pessoas vulneráveis ao tráfico;

d. Fortalecer ainda mais a cooperação regional na investigação e repressão de casos de tráfico de pessoas;

e. Permitir que a circulação de pessoas ocorra legalmente e assegurar que os requisitos de imigração sejam cumpridos, mediante a disseminação de informações precisas sobre os requisitos e condições que permitem a entrada, saída e permanência legal nos seus respetivos territórios;

f. Trocar e compartilhar informações sobre medidas para reduzir a vulnerabilidade das crianças ao tráfico de pessoas, de forma que possam crescer e viver num ambiente seguro;

g. Promover a cooperação técnica e a realização de reuniões de coordenação regional;

h. Garantir que qualquer pessoa que pratique ou apoie o tráfico de pessoas seja levada à justiça.

Artigo 13.º
Cooperação Transfronteiriça, Controlo e Validade de Documentos

1. As Partes deverão envidar esforços para realizar cooperação transfronteiriça, a fim de prevenir e detetar o tráfico de pessoas, conforme apropriado, entre as agências de controlo de fronteiras, por meio de, inter alia:

   a. Estabelecimento e manutenção de canais diretos de comunicação;

   b. Reforço da troca de inteligência e compartilhamento de informações, incluindo por meio do estabelecimento, desenvolvimento ou utilização de bases de dados apropriadas.

2. As Partes deverão prevenir o movimento de traficantes e vítimas do tráfico de pessoas por meio de controlo eficaz de fronteiras e controlo na emissão de documentos de identidade e de viagem, bem como por meio de medidas eficazes para prevenir a contrafação, falsificação ou uso fraudulento de documentos de identidade e de viagem.

CAPÍTULO IV
PROTEÇÃO

Artigo 14.º
Proteção das Vítimas do Tráfico de Pessoas

1. Cada Parte deverá estabelecer diretrizes ou procedimentos nacionais para a devida identificação das vítimas de tráfico de pessoas e, quando apropriado, colaborar com organizações não governamentais relevantes de assistência às vítimas.

2. Nos casos em que o tráfico ocorra em mais de um país, cada Parte deverá respeitar e reconhecer a identificação das vítimas de tráfico de pessoas realizada pelas autoridades competentes da Parte recetora.

3. Salvo quando informado de outra forma pela vítima, essa identificação deverá ser notificada à Parte de envio sem atrasos injustificados pela Parte recetora.

4. Cada Parte deverá considerar a adoção de medidas legislativas ou outras medidas apropriadas que permitam às vítimas de tráfico de pessoas permanecer em seu território, temporariamente ou permanentemente, em casos adequados. Cada Parte deverá considerar fatores humanitários e de compaixão para esse fim.

5. Cada Parte deverá envidar esforços para garantir a segurança física das vítimas de tráfico de pessoas enquanto estiverem em seu território.

6. Em casos apropriados e na medida do possível sob suas leis internas, cada Parte deverá proteger a privacidade e a identidade das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, entre outros, por meio da realização de processos judiciais relacionados a esse tráfico de forma confidencial.

7. Cada Parte deverá, sujeito às suas leis, regras, regulamentos e políticas internas, e em casos apropriados, considerar não responsabilizar criminal ou administrativamente as vítimas de tráfico de pessoas por atos ilícitos cometidos por elas, se tais atos estiverem diretamente relacionados ao tráfico.

8. Cada Parte não deverá deter de forma irrazoável, as pessoas que tenham sido identificadas pelas suas autoridades competentes como vítimas de tráfico de pessoas, em detenção ou prisão, antes, durante ou após processos civis, criminais ou administrativos relacionados com o tráfico de pessoas.

9. Cada Parte deverá comunicar às vítimas identificadas de tráfico de pessoas, dentro de um período razoável, informações sobre a natureza da proteção, assistência e apoio a que têm direito de acordo com as leis internas e com esta Convenção.

10. Cada Parte deverá, quando aplicável, fornecer cuidados e apoio às vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, em casos apropriados, em cooperação com organizações não governamentais relevantes, outras organizações e elementos da sociedade civil, nas seguintes áreas:

    a. Alojamento apropriado;

    b. Aconselhamento e informações, particularmente no que diz respeito aos seus direitos legais, numa linguagem que as vítimas de tráfico possam compreender;

    c. Assistência médica, psicológica e material; e

    d. Oportunidades de emprego, educação e formação.

11. Cada Parte deverá fazer o máximo esforço para auxiliar na reintegração das vítimas de tráfico de pessoas na sociedade da Parte de envio.

12. Cada Parte deverá levar em consideração, ao aplicar as disposições deste Artigo, a idade, o género e as necessidades especiais das vítimas de tráfico de pessoas, particularmente as necessidades especiais das crianças.

13. Cada Parte deverá garantir que seu sistema jurídico interno contenha medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obter compensação pelos danos sofridos.

14. Cada Parte deverá prever fundos apropriados, incluindo, quando aplicável, o estabelecimento de fundos fiduciários nacionais, para os cuidados e o apoio às vítimas de tráfico de pessoas.

Artigo 15.º
Repatriação e Retorno de Vítimas

1. A Parte da qual uma vítima de tráfico de pessoas seja nacional ou na qual tenha o direito de residência permanente no momento da entrada no território da Parte recetora deverá facilitar e aceitar, com a devida atenção à segurança dessa pessoa, o seu retorno sem atrasos indevidos ou injustificados.

2. Quando uma Parte devolver uma vítima de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo, tal retorno deverá ser realizado com a devida atenção à segurança dessa pessoa e ao status de quaisquer processos judiciais relacionados ao fato de ser vítima de tráfico de pessoas.

3. Em conformidade com os Parágrafos 1 e 2 deste Artigo, a pedido de uma Parte recetora, a Parte requerida deverá, sem atrasos indevidos ou injustificados, verificar se uma pessoa é sua nacional ou residente permanente, conforme aplicável, no momento da entrada no território da Parte recetora.

4. Para facilitar o retorno de uma vítima de tráfico de pessoas que esteja sem documentação adequada, a Parte da qual essa pessoa seja nacional ou na qual tenha o direito de residência permanente no momento da entrada no território da Parte recetora deverá concordar em emitir, a pedido da Parte recetora, os documentos de viagem ou outras autorizações necessárias para permitir que a pessoa viaje e reentre no seu território.

5. Cada Parte deverá adotar as medidas legislativas ou outras medidas necessárias para estabelecer programas de repatriação, onde apropriado, e, se necessário, envolvendo instituições nacionais ou internacionais relevantes e organizações não governamentais.

6. Este artigo não prejudicará quaisquer direitos concedidos às vítimas de tráfico de pessoas pelas leis internas da Parte recetora.

7. Este artigo não prejudicará as disposições de quaisquer acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis ou arranjos de imigração que ofereçam direitos e privilégios mais favoráveis às vítimas de tráfico de pessoas.

CAPÍTULO V
APLICAÇÃO DA LEI

Artigo 16.º
Aplicação da Lei e Perseguição Penal

1. Cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para assegurar que as autoridades competentes que tratem de casos de tráfico de pessoas sejam dotadas de competências ou conhecimentos adequados na luta contra o tráfico de pessoas e na proteção das vítimas, designando, quando apropriado, unidades ou autoridades especializadas para esse fim.

2. Cada Parte deverá tomar medidas eficazes e ativas para detetar, prevenir e punir a corrupção, o branqueamento de capitais, a participação em grupos criminosos organizados e a obstrução da justiça que contribuam para o tráfico de pessoas.

3. Cada Parte deverá assegurar que o seu sistema jurídico seja eficiente para lidar com casos de tráfico de pessoas.

4. Cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para assegurar a coordenação das políticas e ações dos seus departamentos governamentais e outras agências públicas contra o tráfico de pessoas, estabelecendo, quando apropriado, organismos de coordenação para combater crimes organizados, como o tráfico de pessoas, corrupção, branqueamento de capitais e obstrução da justiça.

5. Cada Parte deverá, em conformidade com as leis internas das Partes de envio e de receção, através de cooperação informal ou assistência jurídica mútua, encorajar as vítimas de tráfico de pessoas a entrar e permanecer temporariamente no território da Parte recetora para fins de testemunho ou cooperação em processos contra os seus traficantes, com a devida atenção à segurança das vítimas do tráfico de pessoas.

6. Cada Parte deverá fornecer ou reforçar programas de formação para funcionários relevantes na prevenção e combate ao tráfico de pessoas, com foco nos métodos utilizados na prevenção, investigação e perseguição dos traficantes, bem como na proteção dos direitos das vítimas, incluindo a proteção das vítimas e suas famílias contra os traficantes e a preservação da privacidade das vítimas.

7. Cada Parte deverá tomar todas as medidas necessárias para preservar a integridade do processo penal, incluindo a proteção de vítimas e testemunhas contra intimidações e assédios, quando necessário, e a punição dos perpetradores desses atos, em casos apropriados.

8. Cada Parte deverá, quando apropriado, estabelecer, sob as suas leis internas, um longo período de prescrição para iniciar processos para qualquer infração abrangida por esta Convenção, e um período mais longo quando o alegado infrator tenha evitado a administração da justiça.

9. Nada contido nesta Convenção afetará o princípio de que a descrição das infrações estabelecidas de acordo com esta Convenção e das defesas legais aplicáveis ou outros princípios legais que regem a licitude de condutas está reservado às leis internas de uma Parte, e que tais infrações serão perseguidas e punidas em conformidade com essas leis.

Artigo 17.º
Confisco e Apreensão

1. Cada Parte deverá adotar, na máxima extensão possível dentro do seu sistema jurídico interno, as medidas necessárias para possibilitar o confisco de:

   a. Produtos de crimes derivados de infrações abrangidas por esta Convenção ou bens cujo valor corresponda ao desses produtos;

   b. Bens, equipamentos ou outros instrumentos utilizados ou destinados ao uso em infrações abrangidas por esta Convenção.

2. Cada Parte deverá adotar as medidas necessárias para permitir a identificação, rastreamento, congelamento ou apreensão de quaisquer itens referidos no Parágrafo 1 deste Artigo, com o objetivo de confisco eventual.

3. Se os produtos de crimes forem transformados ou convertidos, total ou parcialmente, em outros bens, esses bens estarão sujeitos às medidas mencionadas neste Artigo em substituição aos produtos.

4. Se os produtos de crimes forem misturados com bens adquiridos de fontes legítimas, tais bens, sem prejuízo de quaisquer poderes relativos ao congelamento ou apreensão, estarão sujeitos ao confisco até o valor avaliado dos produtos misturados.

5. Rendimento ou outros benefícios derivados de produtos de crimes, de bens nos quais os produtos de crimes tenham sido transformados ou convertidos ou de bens com os quais os produtos de crimes tenham sido misturados, estarão igualmente sujeitos às medidas mencionadas neste Artigo, da mesma forma e na mesma extensão que os produtos de crimes.

6. Para os fins deste Artigo e do Artigo 21.º desta Convenção, cada Parte deverá autorizar os seus tribunais ou outras autoridades competentes a ordenar que registos bancários, financeiros ou comerciais sejam disponibilizados ou apreendidos. Nenhuma Parte deverá recusar agir sob as disposições deste Parágrafo com base no segredo bancário.

7. Cada Parte poderá considerar a possibilidade de exigir que um infrator demonstre a origem lícita dos produtos de crimes alegados ou de outros bens sujeitos a confisco, na medida em que tal exigência seja consistente com os princípios das suas leis internas e com a natureza dos processos judiciais e outros procedimentos.

8. As disposições deste Artigo não deverão ser interpretadas como prejudiciais aos direitos de terceiros de bona fide.

9. Nada contido neste Artigo deverá afetar o princípio de que as medidas a que ele se refere deverão ser definidas e implementadas em conformidade com, e sujeitas às disposições das leis internas de uma Parte.

CAPÍTULO VI
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Artigo 18.º
Assistência Jurídica Mútua em Matérias Criminais

1. Para combater infrações de tráfico de pessoas de natureza transnacional, as Partes deverão, sujeitas às

respetivas leis internas, proporcionar umas às outras a mais ampla medida de assistência jurídica mútua em investigações criminais ou processos criminais relacionados com tais infrações estabelecidas em conformidade com o Artigo 5.º desta Convenção.

2. As Partes deverão cumprir as suas obrigações previstas no Parágrafo 1 deste Artigo em conformidade com o Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matérias Criminais.

Artigo 19.º
Extradição

1. Cada uma das infrações estabelecidas de acordo com o Artigo 5.º desta Convenção será considerada como uma infração passível de extradição em qualquer tratado de extradição existente entre as Partes. As Partes comprometem-se a incluir tais infrações como passíveis de extradição em todos os tratados de extradição que venham a ser concluídos entre elas.

2. Se uma Parte que torna a extradição condicionada à existência de um tratado receber um pedido de extradição de outra Parte com a qual não tenha tratado de extradição, poderá considerar esta Convenção como a base legal para a extradição de qualquer infração estabelecida de acordo com o Artigo 5.º desta Convenção.

3. Sujeito às disposições de suas leis internas e aos tratados de extradição, a Parte solicitada poderá, quando satisfeita de que as circunstâncias assim o justificam e são urgentes, e a pedido da Parte requerente, deter a pessoa cuja extradição é solicitada e que esteja presente em seu território, ou adotar outras medidas adequadas para garantir a sua presença no processo de extradição.

4. Uma Parte em cujo território se encontre um alegado infrator, caso não extradite tal pessoa em relação a uma infração estabelecida de acordo com o Artigo 5.º desta Convenção, aplicando-se exclusivamente pelo fato de ser um de seus nacionais, deverá, a pedido da Parte requerente, submeter o caso, sem demora injustificada, às suas autoridades competentes para fins de acusação. Essas autoridades deverão tomar a decisão e conduzir os seus procedimentos da mesma forma que em qualquer outra infração de natureza grave segundo a legislação interna dessa Parte. As Partes envolvidas deverão cooperar entre si, particularmente nos aspetos processuais e probatórios, para garantir a eficiência dessa acusação.

5. Para os efeitos deste Artigo, cada Parte deverá designar uma autoridade central que deverá ser notificada ao depositário desta Convenção.

Artigo 20.º
Cooperação em Matérias de Aplicação da Lei

1. As Partes deverão cooperar de forma estreita entre si, em conformidade com os seus respetivos sistemas jurídicos e administrativos internos, para aumentar a eficácia da ação de aplicação da lei no combate às infrações abrangidas por esta Convenção. Cada Parte deverá, em particular, adotar medidas eficazes:

   a. Para melhorar e, quando necessário, estabelecer, bem como utilizar, os canais de comunicação existentes entre suas autoridades competentes, agências e serviços, a fim de facilitar a troca segura e rápida de informações sobre todos os aspetos das infrações abrangidas por esta Convenção, incluindo, se as Partes envolvidas considerarem adequado, conexões com outras atividades criminosas;

   b. Para cooperar com outras Partes na realização de investigações relacionadas com infrações abrangidas por esta Convenção sobre:

      i) a identidade, localização e atividades das pessoas suspeitas de envolvimento em tais infrações ou o local de outras pessoas envolvidas;

      ii) o movimento de produtos de crimes ou bens derivados da comissão de tais infrações;

      iii) o movimento de bens, equipamentos ou outros instrumentos usados ou destinados a ser usados na comissão de tais infrações;

   c. Para fornecer, quando apropriado, itens ou quantidades de substâncias necessárias para fins analíticos ou investigativos;

   d. Para facilitar a coordenação eficaz entre as suas autoridades competentes, agências e serviços e promover a troca de pessoal e outros especialistas, incluindo, sujeito a acordos ou arranjos bilaterais entre as Partes envolvidas, o envio de oficiais de ligação;

   e. Para trocar informações com outras Partes sobre meios e métodos específicos usados pelos traficantes, incluindo, quando aplicável, rotas e meios de transporte e o uso de identidades falsas, documentos alterados ou falsos ou outros meios de ocultar suas atividades;

   f. Para trocar informações e coordenar medidas administrativas e outras adequadas com o objetivo de uma identificação precoce das infrações abrangidas por esta Convenção.

2. Com o intuito de dar efeito a esta Convenção, as Partes deverão considerar a celebração de acordos ou arranjos bilaterais ou multilaterais sobre a cooperação direta entre suas agências de aplicação da lei e, onde já existam tais acordos ou arranjos, emendá-los. Na ausência de tais acordos ou arranjos entre as Partes envolvidas, as Partes poderão considerar esta Convenção como a base para a cooperação mútua em matéria de aplicação da lei no que diz respeito às infrações abrangidas por esta Convenção. Sempre que apropriado, as Partes deverão fazer uso pleno de acordos ou arranjos, incluindo organizações internacionais ou regionais, para melhorar a cooperação entre suas agências de aplicação da lei.

3. As Partes deverão esforçar-se para cooperar dentro de

suas capacidades para responder ao tráfico de pessoas e outras infrações abrangidas por esta Convenção cometidas através do uso de tecnologias modernas.

Artigo 21.º
Cooperação Internacional para Fins de Confisco

1. A Parte que receber um pedido de outra Parte, que tenha jurisdição sobre uma infração coberta por esta Convenção, para o confisco de produtos de crime, bens, equipamentos ou outros instrumentos mencionados no Artigo 17.º, Parágrafo 1 desta Convenção, situados em seu território, deverá, na maior extensão possível dentro do seu sistema jurídico interno:

   a. Submeter o pedido às suas autoridades competentes com o objetivo de obter uma ordem de confisco e, se tal ordem for concedida, dar-lhe efeito; ou

   b. Submeter às suas autoridades competentes, com o objetivo de dar-lhe efeito na extensão solicitada, uma ordem de confisco emitida por um tribunal no território da Parte requerente, de acordo com o Artigo 17.º, Parágrafo 1 desta Convenção, no que diz respeito aos produtos de crime, bens, equipamentos ou outros instrumentos mencionados no Artigo 17.º, Parágrafo 1, situados no território da Parte solicitada.
2. Após um pedido feito por outra Parte que tenha jurisdição sobre uma infração coberta por esta Convenção, a Parte solicitada deverá adotar medidas para identificar, rastrear e congelar ou apreender os produtos de crime, bens, equipamentos ou outros instrumentos mencionados no Artigo 17.º, Parágrafo 1 desta Convenção, com o objetivo de um eventual confisco a ser ordenado, seja pela Parte requerente ou, conforme um pedido de acordo com o Parágrafo 1 deste Artigo, pela Parte solicitada.

3. As disposições do Artigo 18.º desta Convenção são aplicáveis, mutatis mutandis, a este Artigo. Além das informações especificadas no Artigo 18.°, os pedidos feitos nos termos deste Artigo deverão conter:

   a. No caso de um pedido relacionado com o Parágrafo 1 (a) deste Artigo, uma descrição do bem a ser confiscado e uma declaração dos fatos em que a Parte requerente se baseia, suficiente para permitir que a Parte solicitada procure a ordem de acordo com as suas leis internas;

   b. No caso de um pedido relacionado com o Parágrafo 1 (b) deste Artigo, uma cópia legalmente admissível de uma ordem de confisco sobre a qual o pedido se baseia, emitida pela Parte requerente, uma declaração dos fatos e informações sobre a extensão em que a execução da ordem é solicitada;

   c. No caso de um pedido relacionado com o Parágrafo 2 deste Artigo, uma declaração dos fatos em que a Parte requerente se baseia e uma descrição das ações solicitadas.

4. As decisões ou ações previstas nos Parágrafos 1 e 2 deste Artigo deverão ser tomadas pela Parte solicitada de acordo com e sujeitas às disposições de suas leis internas e regras processuais, qualquer tratado bilateral ou multilateral, acordo ou arranjo ao qual esteja vinculada em relação à Parte requerente, e o Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matérias Criminais.

5. Se uma Parte optar por tornar a adoção das medidas referidas nos Parágrafos 1 e 2 deste Artigo condicionada à existência de um tratado relevante, essa Parte deverá considerar esta Convenção como a base necessária e suficiente para o tratado.

6. As disposições deste Artigo não devem ser interpretadas de maneira a prejudicar os direitos de terceiros de bona fide

7. As Partes deverão considerar a celebração de tratados bilaterais ou multilaterais, acordos ou arranjos para melhorar a eficácia da cooperação internacional empreendida nos termos deste Artigo.

Artigo 22.º
Disposição dos Produtos de Crime ou Bens Confiscados

1. Os produtos de crime ou bens confiscados por uma Parte nos termos do Artigo 17.º ou do Artigo 21.º, Parágrafo 1 desta Convenção deverão ser dispostos por essa Parte de acordo com suas leis internas e procedimentos administrativos.

2. Quando atuar em resposta a um pedido feito por outra Parte nos termos do Artigo 21.º desta Convenção, as Partes deverão, na medida permitida pelas leis internas e se solicitado, dar consideração prioritária ao retorno dos produtos de crime ou bens confiscados à Parte requerente, para que esta possa fornecer compensação e assistência às vítimas de tráfico de pessoas ou devolver tais produtos de crime ou bens aos seus legítimos proprietários.

3. Quando atuar em resposta a um pedido feito por outra Parte nos termos do Artigo 17.º e do Artigo 21.º desta Convenção, uma Parte poderá dar consideração especial à celebração de acordos ou arranjos sobre o compartilhamento, com outras Partes, de forma regular ou caso a caso, desses produtos de crime ou bens, ou fundos derivados da venda de tais produtos de crime ou bens, de acordo com as suas leis internas ou procedimentos administrativos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 23.º
Estabelecimento de Estruturas de Coordenação

Cada Parte deverá considerar estruturas para o combate ao tráfico de pessoas, incluindo o fortalecimento da cooperação em todas as áreas desta Convenção.

Artigo 24.º
Monitoramento, Revisão e Relatórios

1. A Reunião dos Altos Funcionários da ASEAN sobre Crimes Transnacionais (SOMTC [abreviatura original em língua inglesa]) será responsável por promover, monitorizar, rever e relatar, periodicamente, à Reunião Ministerial da ASEAN sobre Crimes Transnacionais (AMMTC [abreviatura original em língua inglesa]) sobre a implementação eficaz desta Convenção.

2. O Secretariado da ASEAN fornecerá o apoio para supervisionar e coordenar a implementação desta Convenção e assistirá o SOMTC em todas as questões relacionadas a ela.

Artigo 25.º
Confidencialidade de Documentos, Registos e Informações

1. Cada Parte deverá preservar a confidencialidade e o sigilo de documentos, registos e outras informações recebidas de qualquer outra Parte, incluindo a sua origem.

2. Nenhum documento, registo ou outra informação obtida nos termos desta Convenção será divulgado ou compartilhado com qualquer outra Parte, Estado ou pessoa, exceto com o consentimento prévio por escrito da Parte que forneceu tal documento, registo ou informação.

Artigo 26.º
Relação com Outros Instrumentos Internacionais

Esta Convenção não derrogará das obrigações existentes entre as Partes em virtude de outros acordos internacionais, nem, quando as Partes concordarem, impedirá que as Partes se assistam mutuamente com base noutros acordos internacionais ou nas disposições das suas respetivas legislações internas.

Artigo 27.º
Resolução de Litígios

Qualquer diferença ou litígio entre as Partes decorrente da interpretação ou aplicação das disposições desta Convenção será resolvida amigavelmente através de consulta e negociação entre as Partes, por meio de canais diplomáticos ou quaisquer outros meios pacíficos de resolução de disputas conforme acordado entre as Partes.

Artigo 28.º
Ratificação, Aprovação e Depositário

1. Esta Convenção estará sujeita à ratificação ou aprovação de acordo com os procedimentos internos das Partes.

2. Os instrumentos de ratificação ou aprovação serão depositados junto ao Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente as demais Partes sobre tal depósito.

Artigo 29.º
Entrada em Vigor e Alteração

a. Esta Convenção entrará em vigor no trigésimo (30.º) dia após a data do depósito do sexto (6.º) instrumento de ratificação ou aprovação junto ao Secretário-Geral da ASEAN, relativamente às Partes que tenham depositado os seus instrumentos de ratificação ou de aprovação.

b. Para qualquer Parte que ratificar ou aprovar esta Convenção após o depósito do sexto (6.º) instrumento de ratificação ou aprovação, mas antes do dia em que a Convenção entrar em vigor, a Convenção também se aplicará a essa Parte na data em que entrar em vigor. No caso de uma Parte ratificar ou aprovar esta Convenção após a sua entrada em vigor, conforme o Parágrafo 1, ela entrará em vigor para essa Parte na data em que o seu instrumento de ratificação ou aprovação for depositado.

c. Esta Convenção pode ser modificada ou alterada a qualquer momento por consentimento mútuo por escrito das Partes. Tal modificação ou alteração entrará em vigor na data que as Partes mutuamente acordarem e fará parte integrante desta Convenção.

d. Qualquer modificação ou alteração não afetará os direitos e obrigações das Partes decorrentes ou com base nas disposições desta Convenção antes da entrada em vigor de tal modificação ou alteração.

Artigo 30.º
Retirada

1. Qualquer Parte pode retirar-se desta Convenção a qualquer momento após a data de entrada em vigor da Convenção para essa Parte.

2. A retirada será notificada por meio de um instrumento de retirada ao Secretário-Geral da ASEAN.

3. A retirada terá efeito cento e oitenta (180) dias após o recebimento do instrumento de retirada pelo Secretário-Geral da ASEAN.

4. O Secretário-Geral da ASEAN notificará prontamente todas as outras Partes sobre qualquer retirada.

Artigo 31.º
Registo

Esta Convenção será registada pelo Secretário-Geral da ASEAN junto ao Secretariado das Nações Unidas, de acordo com o Artigo 102.° da Carta das Nações Unidas.

FEITO em Kuala Lumpur, Malásia, no Vigésimo Primeiro Dia de novembro do Ano Dois Mil e Quinze, numa única cópia original na Língua Inglesa.

Por Brunei Darussalam:
(assinatura)
HAJI HASSANAL BOLKIAH
Sultão de Brunei Darussalam

Pelo Reino do Camboja:
(assinatura)
SAMDECH AKKA MOHA SENA PADEI TECHO HUN SEN
Primeiro-Ministro

Pela República da Indonésia:
(assinatura)
JOKO WIDODO
Presidente

Pela República Democrática Popular do Laos:
(assinatura)
THONGSING THAMMAVONG
Primeiro-Ministro

Pela Malásia:
(assinatura)
DATO' SRI MOHD NAJIB TUN ABDUL RAZAK
Primeiro-Ministro

Pela República da União de Myanmar:
(assinatura)
THEIN SEIN
Presidente

Pela República das Filipinas:
(assinatura)
BENIGNO S. AQUINO III
Presidente

Pela República de Singapura:
(assinatura)
LEE HSIEN LOONG
Primeiro-Ministro

Pelo Reino da Tailândia:
(assinatura)
GENERALPRAYUTCHAN-O-CHA(REFORMADO)
Primeiro-Ministro

Pela República Socialista do Vietname:
(assinatura)
NGUYEN TAN DUNG
Primeiro-Ministro

ANEXO III
Tradução para língua tétum

Konvensaun ASEAN Kontra Tráfiku Umanu, Liu-liu ba Feto no Labarik

Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (iha ne'e sei refere hanesan "ASEAN") - Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Lao, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia, no República Sosialista Vietnam, iha ne'e refere individualmente hanesan "Parte" no koletivamente hanesan "Parte sira";

REKOÑESE katak tráfiku ema konstitui violasaun ba direitus umanus no ofensa ba dignidade ema nian;

HANOIN FILAFALI objetivu no prinsípiu sira ne'ebé konsagra iha Karta Nasoins Unidas, iha Deklarasaun Universál Direitus Umanus, Karta hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian ("Karta ASEAN nian"), Deklarasaun Direitus Umanus ASEAN, Konvensaun Nasoins Unidas nian hasoru Krime Organizadu Transnasionál no, bainhira aplikavel, Protokolu atu Prevene, Reprime no Kastigu Tráfiku Ema, Liuliu Feto no Labarik, nomós akordu internasionál no rezolusaun sira seluk hosi Nasoins Unidas kona-ba halakon tráfiku Ema, ba promosaun no protesaun ba direitu umanu sira, liberdade fundamentál sira, tratamentu justu, Estadu Direitu no prosesu legál;

AFIRMA FILAFALI kompromisu ba Karta ASEAN nian, ho hanoin atu hatán ho efetivu, tuir prinsípiu seguransa ne'ebé abranjente, ba forma hotu-hotu krime transnasionál no dezafiu transfronteirisu sira;

AFIRMA FILAFALI mós kompromisu ba Deklarasaun ASEAN Kontra Tráfiku Ema sira, partikularmente Feto no Labarik sira ne'ebé adota iha 2004; ho Matadalan kona-ba Resposta sira ba Justisa Kriminál ba Tráfiku Ema: Hapara impunidade ba Trafikante sira no Asegura Justisa ba Vítima sira, iha 2007 (" Matadalan sira ba Profisionál sira ASEAN nian"); Deklarasaun Konjunta Líder sira ASEAN nian kona-ba Hasa'e Kooperasaun hasoru Tráfiku Ema iha Sudeste Aziátiku, iha 2011; no ASEAN nia esforsu iha promosaun Direitu Umanu, inklui Deklarasaun Direitu Umanu ASEAN, ne'ebé adota iha 2012;

AFIRMA FILAFALI no liután kompromisu ba kooperasaun rejionál no internasionál ida ne'ebé maka'as no efetivu liu hasoru tráfiku ema, iha ne'ebé ofensa ne'e iha natureza transnasionál, inklui, maibé la limita, ba krime sira ne'ebé maka komete hosi grupu kriminozu organizadu sira;

REKOÑESE katak kooperasaun ne'e imperativu ba susesu investigasaun, prosekusaun no eliminasaun ba refúju seguru sira ba autór sira no kúmplise sira tráfiku ema no ba protesaun efetivu, no asisténsia ba vítima sira tráfiku nian;

REKOÑESE katak tráfiku umanu kauza hosi kombinasaun fatór sira, inklui korupsaun governamentál, kiak, instabilidade ekonómika, sistema jurídiku ne'ebé la efetivu, krime organizadu sira, no ezijénsia ne'ebé

haburas forma hotu-hotu esplorasaun ema nian, liuliu feto no labarik sira, ne'ebé lori ba tráfiku, ne'ebé tenke atua ho efetivu;

KONSIENTE katak Estadu-Membru ASEAN hotu-hotu, la haree ba sira nu'udar nasaun orijen, tránzitu ka destinu, iha responsabilidade hamutuk no objetivu komún atu prevene tráfiku umanu, prosesa no kastigu trafikante sira, no atu proteje no tulun vítima sira tráfiku umanu nian;

KONSIDERA prosimidade no ligasaun fronteira Estadu-Membru ASEAN nian no, iha espíritu rejionalizmu nian;
KONSIENTE katak iha nesesidade atu estabelese instrumentu rejionál ida-ne'ebé trata liuliu kona-ba tráfiku umanu nian, nu'udar kuadru jurídiku ida ba asaun rejionál iha prevensaun no kombate tráfiku umanu nian, inklui protesaun no asisténsia ba vítima tráfiku nian;

REKOÑESE importánsia atu iha instrumentu rejionál ida hasoru tráfiku umanu ne'ebé juridikamente vinkulativu no ne'ebé sei tulun Estadu-Membru sira ASEAN nian, nu'udar nasaun orijen, tránzitu ka destinu, atu hasoru sira-nia dezafiu, prioridade no estratéjia nasionál oioin sira iha luta hasoru tráfiku umanu nian.

Konkorda ona hanesan tuirmai:

KAPÍTULU I
DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 1
Objetivu sira

1. Objetivu sira hosi instrumentu jurídiku rejionál ida-ne'e konsiste atu efetiva:

   a. Prevene no kombate tráfiku umanu nian, liuliu hasoru feto no labarik sira, no asegura kastigu ne'ebé justu no efetivu ba trafikante sira;

   b. Proteje no tulun vítima sira tráfiku umanu nian, ho respeitu tomak ba sira-nia direitus umanus; no

   c. Promove kooperasaun entre Parte sira atu nune'e bele atinji objetivu sira-ne'e;

2. Parte sira konkorda katak medida sira ne'ebé estabelese iha Konvensaun ida-ne'e tenke interpreta no aplika iha forma ida-ne'ebé konsistente ho prinsípiu naun diskriminasaun ne'ebé rekoñese internasionalmente no rejionalmente, liuliu ba vítima sira hosi tráfiku umanu nian.

Artigu 2
Definisaun Termu sira

Ba efeitu sira hosi konvensaun ida-ne'e:

a. "Tráfiku umanu" signifika rekrutamentu, transporte, transferénsia, alojamentu ka simu ema sira, liu hosi ameasa ka uza forsa ka forma sira seluk hosi koersaun, hosi na'ok, hosi fraude, hosi bosok, hosi abuzu podér ka hosi pozisaun vulnerabilidade nian ka hosi fo ka simu pagamentu ka benefísiu sira hodi hetan konsentimentu hosi ema ida-ne'ebé iha kontrolu ba ema seluk, ho objetivu atu halo esplorasaun. Esplorasaun sei inklui, mínimu, esplorasaun ba prostituisaun ba ema seluk ka forma sira seluk esplorasaun seksuál, traballu ka servisu forsadu sira, eskravidaun ka prátika sira ne'ebé hanesan ho eskravidaun, servidaun ka estrasaun órgaun.

b. Konsentimentu hosi vítima ida hosi tráfiku umanu nian ba esplorasaun ne'ebé maka estabelese iha Parágrafu (a) hosi Artigu ida-ne'e sei la relevante bainhira uza ona meiu ruma ne'ebé maka refere iha Parágrafu (a);

c. Rekrutamentu, transporte, transferénsia, alojamentu ka simu labarik ida ho objetivu esplorasaun nian sei konsidera hanesan "tráfiku umanu" maski ida-ne'e la envolve meiu ruma ne'ebé refere iha Parágrafu (a) hosi Artigu ida-ne'e;

d. "Labarik" maka ema ne'ebé ho tinan sanulu-resin-ualu (18) mai kra'ik;

e. "Vítima" signifika ema ruma ne'ebé sujeita ba aktu tráfiku umanu nian hanesan define iha Konvensaun ida-ne'e;

f. "Grupu kriminozu organizadu" signifika grupu estruturadu ida ho ema na'in tolu ka liu ne'ebé eziste durante períodu tempu ida no atua hamutuk ho objetivu atu komete krime ka ofensa grave ida ka liu ne'ebé estabelese tuir Konvensaun ida-ne'e, atu bele hetan, diretamente ka indiretamente, benefísiu finanseiru ka materiál seluk.

g. "Krime grave" hanesan hateten iha Parágrafu (f) hosi Artigu ida-ne'e, signifika hahalok ne'ebé konstitui infrasaun ne'ebé bele hetan kastigu másimu ho privasaun ba liberdade pelumenus tinan haat ka pena ida ne'ebé grave liu.

h. "Krime transnasionál", signifika infrasaun ne'ebé iha natureza transnasionál. Konsidera infrasaun ida iha natureza transnasionál bainhira:

   (i) Ida -ne'e komete iha Estadu liu ida;

   (ii) Ida-ne'e komete iha Estadu ida, maibé parte substansiál ida hosi nia preparasaun, planeamentu, diresaun ka kontrolu akontese iha Estadu seluk;

   (iii) Ida-ne'e komete iha Estadu ida, maibé envolve grupu kriminozu organizadu ne'ebé halo atividade kriminozu iha Estadu liu ida; ka

   (iv) Ida-ne'e komete iha Estadu ida, maibé iha efeitu substansiál sira iha Estadu seluk.

i. "Funsionáriu públiku" signifika:

   (i) ema ruma ne'ebé kaer kargu lejizlativu, ezekutivu, administrativu ka judisiál hosi Parte ida, tantu nomeadu ka eleitu, tantu permanente ka temporáriu, tantu selu ka la selu, la haree ba ema ne'e nia antiguidade.

(ii) ema seluk ruma ne'ebé hala'o funsaun pública, inklui ba ajénsia pública ka empreza pública, ka fornese servisu públiku, hanesan define iha lei nasionál hosi Parte e aplikavel iha área lei ne'ebé relevante hosi Parte ne'e;

(iii) ema ruma ne'ebé define hanesan "funsionáriu públiku" iha lei doméstika sira hosi parte ne'ebá.

j. "Propriedade" signifika patrimóniu sira ho tipu hotu-hotu, tantu korporál ka inkorporál, móvel ka imóvel, tanjivel ka intanjivel, no dokumentu ka instrumentu legál sira ne'ebé hatudu titulu, ka interese iha, patrimóniu sira-ne'e;

k. "Proveitu krime nian", signifika propriedade ruma ne'ebé mai hosi ka hetan, direta ka indiretamente hosi prátika infrasaun ida;

l. "Konjelamentu" ka "apriensaun" signifika bandu temporáriu ba transferénsia, konversaun, dispozisaun ka movimentu sasán nian, ka asunsaun temporáriu ba kustódia ka kontrolu sasán nian ho baze iha orden ne'ebé fo sai hosi tribunal ka autoridade kompetente seluk;

m. "Konfiskasaun", inklui, kuandu aplikavel, konfiskasaun ba sasán sira, signifika privasaun permanente ba sasán sira tuir despaxu orden hosi tribunál ka autoridade kompetente seluk;

n. "Infrasaun Predikadu" signifika infrasaun ruma ne'ebé rezulta iha proveitu ne'ebé bele sai nuudar objetu ba infrasaun ida hanesan define iha Artigu 7 hosi Konvensaun ida-ne'e.

Artigu 3
Ámbitu Aplikasaun

Konvensaun ida-ne'e sei aplika ba prevensaun, investigasaun no represaun ba infrasaun sira-ne'ebé estabelese tuir Artigu 5 Konvensaun ida-ne'e nian, bainhira infrasaun sira-ne'e iha natureza transnasionál, inklui sira ne'ebé komete hosi grupu kriminozu organizadu sira, nune'e mós ba protesaun no asisténsia ba vítima sira hosi tráfiku umanu nian.

Artigu 4
Protesaun ba Soberania

1. Parte sira sei kumpre sira-nia obrigasaun tuir Konvensaun ida-ne'e tuir forma ne'ebé konsistente ho prinsípiu sira kona-ba igualdade soberania, integridade territoriál Estadu sira-nian no kona-ba la intervensaun iha asuntu internu Estadu sira seluk nian.

2. Laiha buat ida iha Konvensaun ida-ne'e fó direitu ba parte ida atu hala'o iha parte seluk nia território ezersísiu jurisdisaun no hala'o funsaun sira ne'ebé maka rezerva eskluzivamente ba Parte seluk nia autoridade sira tuir nia lei nasionál sira.

KAPÍTULU II
KRIMINALIZASAUN

Artigu 5
Kriminalizasaun ba Tráfiku Umanu

1. Parte ida-idak sei adota medida lejizlativa no medida sira seluk ne'ebé presiza atu estabelese nu'udar infrasaun kriminál ba hahalok ne'ebé hatuur iha Artigu 2 Konvensaun ida-ne'e nian, bainhira komete ho intensaun.

2. Parte ida-idak sei adota mós medida lejizlativa no medida sira seluk ne'ebé bele presiza atu estabelese nu'udar infrasaun kriminál sira:

   a. Sujeitu ba konseitu báziku sira hosi ninia sistema jurídiku sira, tenta atu komete infrasaun ne'ebé estabelese tuir Paragrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e;

   b. Partisipa nu'udar kúmplise iha infrasaun ne'ebé estabelese tuir Paragrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e;

   c. Organiza ka orienta ema seluk atu komete infrasaun ne'ebé estabelese tuir Paragrafu 1 husi Artigu ida ne'e;

3. Parte ida-idak sei adota medida lejizlativa ka medida sira seluk ne'ebé maka apropriadu atu nune'e infrator sira bele hetan penalidade aas liu bainhira iha sirkunstánsia agravante sira tuirmai ne'e:

   a. Bainhira infrasaun ne'e envolve kanek todan ka mate hosi vítima ka ema seluk, inklui mate nu'udar rezultadu hosi suisídiu;

   b. Bainhira infrasaun ne'e envolve vítima ne'ebé partikularmente vulnerável, hanesan labarik ka ema ne'ebé labele tau matan ka proteje nia-an tomak tanba defisiénsia ka kondisaun fíziku ka mentál;

   c. Bainhira infrasaun fó espozisaun ba vítima ba moras ne'ebé ameasa nia vida, inklui HIV/SIDA;

   d. Bainhira infrasaun envolve vítima liu ida;

   e. Iha ne'ebé krime ne'e komete hanesan parte ida hosi atividade grupu kriminozu organizadu nian;

   f. Bainhira infratór hetan ona kondenasaun anteriór ba infrasaun sira ne'ebé hanesan;

   g. Bainhira infrasaun ne'e komete hosi funsionáriu públiku ida bainhira hala'o nia knaar públiku sira.

Artigu 6
Kriminalizasaun ba Partisipasaun iha Grupu Kriminozu Organizadu

1. Parte ida-idak sei, relasiona ho infrasaun sira-ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e tuir ne'ebé preeve iha Artigu 3, adota medida lejizlativa no medida sira seluk ne'ebé bele sai nesesáriu atu estabelese nu'udar infrasaun kriminál, bainhira komete tráfiku umanu ho intensaun;

a. Ida ka rua hosi hahalok tuirmai ne'e hanesan ofensa kriminál sira-ne'ebé distintu hosi sira-ne'ebé envolve tentativa ka konsumasaun hosi atividade kriminál;

(i) Konkorda ho ema ida ka liu atu komete krime grave ida ho objetivu ida ne'ebé relasiona, direta ka indiretamente, hodi hetan benefísiu finanseiru ka materiál seluk, no, bainhira ezije hosi lei internu, ne'ebé envolve aktu ida ne'ebé halo hosi partisipante ida hodi kumpre akordu ka envolve grupu kriminozu organizadu ida;

(ii) Konduta hosi ema ida-ne'ebé, ho koñesimentu ba objetivu no atividade kriminál jerál hosi grupu kriminozu organizadu ida ka ninia intensaun atu komete krime sira ne'ebé iha kestaun, hola parte ativu iha:

a. Atividade Kriminál sira hosi grupu kriminozu organizadu;

b. Atividade sira seluk hosi grupu kriminozu organizadu, iha koñesimentu katak nia partisipasaun sei kontribui ba realizasaun ba objetivu kriminál ne'ebé deskreve iha leten;

c. Organiza, dirije, ajuda, fó apoiu, fasilita ka fó konsellu ba pratika krime grave ne'ebé envolve grupu kriminozu organizadu.

2. Koñesimentu, intensaun, objetivu, propózitu ka akordu ne'ebé temi iha Paragrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e bele infere hosi objetivu sirkunstánsia faktuál sira.

Artigu 7
Kriminalizasaun ba Brankeamentu Proventu Krime nian

1. Parte ida-idak sei, relasiona ho infrasaun sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e nu'udar preeve iha Artigu 3, adota, tuir prinsípiu fundamentál sira hosi nia lei internu, medida lejizlativa no medida sira seluk ne'ebé bele sai nesesáriu atu estabelese nu'udar infrasaun kriminál, bainhira komete ho intensaun:

a. (i) Konversaun ka transferénsia sasán, hatene katak sasán ne'e mak proventu krime nian, ho objetivu atu subar ka disimula orijen ilísitu hosi sasán ka atu ajuda ema ruma ne'ebé envolve iha prátika infrasaun subjasente atu evita konsekuensia legál sira hosi ninia asaun;

(ii) Subar ka disimula natureza loloos, orijen, fatin, dispozisaun, movimentu, propriedade, ka direitu sira relasiona ho sasán, no hatene katak sasán ne'e proventu hosi krime;

b. Sujeitu ba konseitu fundamentál sira hosi ninia sistema jurídiku:

(iii) Akizisaun, pose ka utilizasaun ba sasán, hatene, iha momentu ne'ebé hetan, katak sasán ne'e proventu hosi krime;

(iv) Partisipasaun, asosiasaun ho ka konspirasaun atu komete, tentativa atu komete, no tulun, insentiva, fasilita no akonsella ba pratika infrasaun ruma ne'ebé estabelese tuir Artigu ida ne'e.

Artigu 8
Kriminalizasaun ba Korrupsaun

1. Parte ida-idak sei, relasiona ho infrasaun sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e nu'udar preeve iha Artigu 3, adota medida lejizlativa sira no medida sira seluk ne'ebé bele sai nesesáriu atu estabelesee nu'udar infrasaun kriminál sira, bainhira komete ho intensaun:

a. Promesa, oferta ka fó ba funsionariu públiku, diretamente ka indiretamente, vantajen ne'ebé la justu, ba funsionáriu ne'e rasik ka ba ema ka ema seluk, atu funsionáriu ne'e bele atua ka hasees-an hodi atua bainhira ezerse nia funsaun ofisiál sira;

b. Pedidu ka aseitasaun hosi funsionáriu públiku ida, diretamente ka indiretamente, vantajen ne'ebé la justu, ba funsionáriu ne'e rasik ka ba ema ka ema seluk, atu funsionáriu ne'e atua ka hasees-an hodi atua bainhira ezerse nia knaar ofisiál sira.

2. Parte ida-idak mós sei konsidera atu estabelese hanesan infrasaun kriminál ba forma korrupsaun sira seluk.

3. Parte ida-idak sei adota mós medida sira ne'ebé nesesáriu atu kualifika nu'udar ofensa kriminál ba partisipasaun nu'udar kúmplise iha infrasaun ne'ebé estabelese tuir Artigu ida-ne'e.

Artigu 9
Kriminalizasaun ba Obstrusaun ba Justisa

1. Parte ida-idak sei, relasiona ho infrasaun sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e nu'udar prevee iha Artigu 3, adota medida lejizlativa sira no medida sira seluk ne'ebé bele sai nesesáriu atu estabelese nu'udar infrasaun kriminál sira, bainhira komete ho intensaun:

a. Uza forsa fízika, ameasa ka intimidasaun ka promesa, oferese ka fó vantajen ne'ebé la justu atu indús depoimentu falsu ka atu interfere ho fó depoimentu ka produsaun prova iha prosesu ida-ne'ebé relasiona ho pratika infrasaun sira ne'ebé hatuur iha Konvensaun ida-ne'e;

b. Uza forsa fízika, ameasa ka intimidasaun hodi interfere iha ezersísiu knaar ofisiál hosi majistradu ka ajente lei nian relasiona ho pratika infrasaun sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e. Laiha buat ida iha Parágrafu ida-ne'e maka sei prejudika Parte sira atu adota lejizlasaun ne'ebé proteje kategoria sira seluk hosi funsionáriu públiku sira.

Artigu 10
Jurisdisaun

1. Parte ida-idak sei foti medida nesesária sira hodi estabelese nia jurisdisaun kona-bá infrasaun sira ne'ebé define tuir Artigu 5, Artigu 6, Artigu 7, Artigu 8, no Artigu 9, Konvensaun ida-ne'e nian bainhira:

a. Infrasaun ne'e komete iha Parte ne'e nia território; ka

b. Infrasaun ne'e komete iha ró laran ne'ebé maka hasa'e bandeira hosi Parte ne'e ka aeronave ne'ebé rejista tuir lejizlasaun hosi Parte ne'e iha momentu ne'ebé ofensa ne'e komete.

2. Sujeitu ba Artigu 4 Konvensaun ida-ne'e nian, Parte ida mós bele estabelese nia jurisdisaun kona-ba infrasaun ruma bainhira;

a. Infrasaun ne'e komete hasoru sidadaun ida hosi Parte ne'e;

b. Infrasaun ne'e komete hosi sidadaun ida hosi Parte ne'e ka hosi ema apátrida ne'ebé iha sira-nia rezidénsia abituál iha nia território; ka

c. Infrasaun nu'udar:

(v) Ida hosi hirak ne'ebé estabelese tuir Artigu 6, Parágrafu 1, hosi Konvensaun ida-ne'e no komete iha ninia território nia li'ur ho hanoin atu halo krime grave iha nia território laran;

(i) Ida husi sira-ne'ebé estabelese tuir Artigu 7, Parágrafu (b) (ii) Konvensaun ida-ne'e nian no komete iha nia território nia li'ur ho hanoin atu pratika infrasaun ne'ebé estabelese tuir Artigu 7, Parágrafu (a) (i) ka (ii) ka (b) (i) hsi Konvensaun ida-ne'e iha ninia território.

3. Ba efeitu sira iha Artigu 19 hosi Konvensaun ida-ne'e, Parte ida-idak sei adota medida sira-ne'ebé nesesáriu hodi estabelese ninia jurisdisaun relasiona ho infrasaun sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e bainhira alegadu infratór ne'e iha nia território no nia la estraditadu bazeia ba faktu katak nia nu'udar sidadaun hosi Parte ne'e.

4. Parte ida-idak mós bele adota medida sira-ne'ebé nesesária sira hodi estabelese nia jurisdisaun relasiona ho ofensa sira-ne'ebé abranje iha Konvensaun ida-ne'e bainhira alegadu infratór ne'e prezente iha nia território no la estradita nia.

5. Karik Parte ida ne'ebé ezerse nia kompeténsia tuir Parágrafu 1 ka 2 hosi Artigu ida-ne'e hetan ona notifikasaun, ka hatene, katak Parte ida ka liu hala'o hela investigasaun, asaun ka prosesu judisiál relasiona ho konduta hanesan, autoridade kompetente sira hosi sira-ne'e sei konsulta malu ho objetivu atu koordena sira-nia asaun.

6. Lahó prejuizu ba norma sira direitu internasionál jerál nian, Konvensaun ida-ne'e la esklui ezersísiu jurisdisaun kriminál ruma ne'ebé estabelese hosi Parte ida tuir ninia lei interna sira.

KAPÍTULU III
PREVENSAUN

Artigu 11
Prevensaun ba Tráfiku Umanu

1. Parte sira tenke estabelese polítika , programa no medida sira seluk:

a. Atu prevene no kombate tráfiku umanu; no

b. Atu proteje vítima sira tráfiku umanu nian, liuliu feto no labarik sira, hosi revitimizasaun.

2. Parte sira sei esforsu atu adota medida sira hanesan investigasaun, kampaña informasaun no kampaña no meiu komunikasaun sosiál no inisiativa sosiál no ekonómika hodi prevene no kombate tráfiku umanu.

3. Polítika, programa no medida sira seluk ne'ebé estabelese tuir Artigu ida-ne'e, tuir apropriadu, inklui kooperasaun ho organizasaun naun-governamentál sira, organizasaun relevante sira seluk no elementu sira seluk hosi sosiedade sivíl.

4. Parte sira sei foti ka hametin medida sira, inklui liuhosi kooperasaun bilaterál ka multilaterál, atu hamenus fatór sira ne'ebé halo ema, liuliu feto no labarik sira, sai vulneravel ba tráfiku, hanesan pobreza, subdezenvolvimentu no falta oportunidade ne'ebé hanesan.

5. Parte sira sei adota ka hametin medida lejizlativa ka medida sira seluk, hanesan medida edukativa, sosiál ka kulturál sira, inklui liuhosi kooperasaun bilaterál no multilaterál, hodi dezenkoraja ezijénsia ne'ebé haburas forma hotu-hotu esplorasaun umanu, liuliu feto no labarik sira, ne'ebé lori ba tráfiku.

Artigu 12
Área sira Kooperasaun nian

Área sira kooperasaun nian tuir Konvensaun ida-ne'e relasiona ho prevensaun tráfiku umanu nian bele, tuir lei nasionál sira hosi parte sira, inklui medida apropriadu sira, entre sira seluk:

a. Atu dezenkoraja ezijénsia ne'ebé haburas forma hotu-hotu esplorasaun umanu, liuliu feto no labarik sira, ne'ebé lori ba tráfiku;

b. Hodi foti ka hametin medida sira, bainhira apropriadu, hanesan liuhosi kooperasaun bilaterál, multilaterál ka rejionál hodi prevene no kombate tráfiku umanu, nune'e bele hamenus fatór sira ne'ebé halo ema, liuliu feto no labarik sira, sai vulneravel ba tráfiku, hanesan pobreza, subdezenvolvimentu no falta edukasaun no oportunidade hanesan;

c. Atu hametin polítika no programa sira hodi prevene tráfiku umanu liuhosi kampaña peskiza, informasaun, sensibilizasaun no edukasaun, inisiativa sosiál no ekonómika no programa formasaun sira, liuliu ba ema sira ne'ebé vulneravel ba tráfiku;

d. Atu hametin liután kooperasaun rejionál iha investigasaun no prosesu ba kazu tráfiku umanu nian;

e. Atu permite sirkulasaun livre ema nian atu akontese legalmente, no atu garante katak kumprimentu ba rekizitu imigrasaun nian, liuhosi divulgasaun informasaun loloos kona-bá rekizitu no kondisaun sira ne'ebé permite tama, sai no estadia legál iha respetivu territóriu sira;

f. Troka no fahe informasaun kona-ba medida sira ho objetivu atu hamenus labarik sira-nia vulnerabilidade ba tráfiku umanu, atu nune'e sira bele boot no moris iha ambiente ne'ebé seguru;

g. Atu promove reforsu kapasitasaun, inklui formasaun sira, kooperasaun téknika, no hala'o reuniaun koordenasaun rejionál sira;

h. Atu asegura katak ema ne'ebé prátika ka apoia tráfiku umanu sei lori ba justisa.

Artigu 13
Kooperasaun Transfronteirisu, Kontrolu no Validade ba Dokumentu sira

1. Parte sira tenke esforsu atu estabelese kooperasaun transfronteirisu, hodi bele prevene no deteta tráfiku umanu nian, bainhira apropriadu, entre ajénsia kontrolu fronteira nian, liuhosi, inter alia:

   a. Estabelese no mantein kanál komunikasaun direta;

   b. Hadi'a troka intelijénsia no fahe informasaun inklui liuhosi kriasaun, dezenvolvimentu ka utilizasaun baze-dadus sira ne'ebé apropriadu.

2. Parte sira tenke prevene movimentu trafikante no vítima tráfiku umanu nian liuhosi kontrolu efetivu iha fronteira no kontrolu sira kona-ba emisaun dokumentu identidade no dokumentu viajen nian, no liuhosi medida efetiva sira hodi prevene falsifikasaun, ka uzu fraudulentu ba dokumentu identidade no dokumentu viajen nian.

KAPÍTULU IV
PROTESAUN

Artigu 14
Protesaun ba Vítima Tráfiku Umanu

1. Parte ida-idak tenke estabelese matadalan ka prosedimentu nasionál sira ba identifikasaun loloos ba vítima sira tráfiku umanu nian, bainhira nesesáriu, bele kolabora ho organizasaun naun-governamentál ba asisténsia ba vítima sira.

2. Karik tráfiku akontese iha nasaun liu ida, Parte ida-idak tenke respeita no rekoñese identifikasaun vítima sira tráfiku umanu nian ne'ebé hala'o hosi autoridade kompetente sira hosi Parte ne'ebé simu.

3. Salvu informasaun seluk hosi vítima, identifikasaun ne'e sei notifika ba Parte ne'ebé haruka, lahó atrazu ne'ebé la justifikadu, hosi Parte ne'ebé simu.

4. Parte ida-idak sei konsidera atu adota medida lejizlativa ka medida apropriadu sira seluk ne'ebé permite vítima sira tráfiku umanu nian atu hela nafatin iha nia territóriu, temporáriu ka permanente, iha kazu sira-ne'ebé apropriadu. Ba ida-ne'e, Parte ida-idak sei tau iha konsiderasaun loloos fatór umanitáriu no kompaixaun sira.

5. Parte ida-idak tenke esforsu atu garante seguransa fízika ba vítima sira tráfiku umanu nian bainhira sira sei iha ninia territóriu laran.

6. Iha kazu sira ne'ebé apropriadu no to'o pontu ne'ebé posivel tuir ninia lei nasionál sira, Parte ida-idak tenke proteje vítima sira tráfiku umanu nia privasidade no identidade, inklui, hodi halo prosesu legál sira ne'ebé relasiona ho tráfiku ne'e.

7. Parte ida-idak sei, sujeita ba nia lei, regra, regulamentu no polítika interna sira, no iha kazu apropriadu sira, konsidera atu la responsabiliza kriminál ka administrativamente vítima tráfiku umanu ba hahalok ilegál sira-ne'ebé sira komete, karik aktu sira-ne'e iha relasaun direta ho tráfiku.

8. Parte ida-idak la detein ka dadur, lahó razaun, ema sira-ne'ebé nia autoridade kompetente sira identifika ona nu'udar vítima tráfiku umanu nian, iha detensaun ka iha prizaun, molok, durante, ka hafoin prosesu sivíl, kriminál, ka administrativu ba tráfiku umanu.

9. Parte ida-idak tenke komunika ba vítima tráfiku umanu sira ne'ebé identifika ona iha prazu ne'ebé razoavel, informasaun kona-ba natureza protesaun, asisténsia no apoiu ne'ebé sira iha direitu tuir lei nasionál no Konvensaun ida-ne'e.

10. Parte ida-idak sei, bainhira aplikavel, fó kuidadu no apoiu ba vítima tráfiku umanu nian, inklui iha kazu apropriadu sira, iha kooperasaun ho organizasaun naun-governamentál relevante sira, organizasaun sira seluk, no elementu sira seluk hosi sosiedade sivíl, iha área sira tuirmai:

    a) Uma ne'ebé apropriadu;

    b) Akonsellamentu no informasaun, liuliu kona-ba sira-nia direitu legál, iha lian ne'ebé vítima tráfiku umanu nian bele kompriende;

    c) Asisténsia médika, psikolójika no materiál; no

    d) Oportunidade empregu, edukasaun no formasaun.

11. Parte ida-idak sei halo esforsu hotu-hotu atu apoia reintegrasaun vítima sira hosi tráfiku umanu nian iha sosiedade ho Parte ne'ebé haruka.

12. Bainhira aplika Artigu ida-ne'e nia dispozisaun, Parte

ida-idak tenke haree ba vítima tráfiku umanu nia idade, seksu no nesesidade espesiál sira, liuliu labarik sira-nia nesesidade espesiál.

13. Parte ida-idak tenke garante katak nia sistema jurídiku internu kontein medida sira ne'ebé oferese ba vítima tráfiku umanu nian, posibilidade atu hetan kompensasaun ba prejuizu sira ne'ebé sofre.

14. Parte ida-idak tenke fornese fundu apropriadu, inklui, bainhira aplikavel, estabelesimentu fundu fidusiáriu nasionál sira, ba asisténsia no apoiu ba vítima sira tráfiku umanu nian.

Artigu 15
Repatriasaun no Retornu ba Vítima sira

1. Parte ne'ebé nia vítima tráfiku umanu nian maka sidadaun ka iha ne'ebé ema ne'e iha direitu ba rezidénsia permanente iha momentu tama iha território Parte simu nian sei fasilita no simu, ho atensaun ba ema ne'e nia seguransa, nia retornu lahó atrazu indevidu ka la justifikadu.

2. Bainhira Parte ida fó fila vítima ida tuir Parágrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e, fó fila ne'e tenke konsidera ema ne'e nia seguransa no prosesu legál ruma kona-ba faktu ema ne'e sai vítima tráfiku umanu.

3. Tuir Parágrafu 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e, tuir pedidu hosi Parte simu-na'in husu, Parte rekeridu tenke verifika, lahó demora injustifikadu, verifika karik ema ida maknia rezidente nasionál ka permanente, tuir kazu ne'ebé bele iha, iha momentu ne'ebá hosi tama iha território hosi Parte simu-na'in.

4. Atu fasilita retornu ba vítima tráfiku umanu ne'ebé laiha dokumentasaun adekuadu, Parte ne'ebé ema ne'e sidadaun ka iha ne'ebé nia iha direitu ba rezidénsia permanente iha momentu tama iha território hosi Parte simu-na'in sei konkorda atu hasai, tuir pedidu hosi Parte simu-na'in, dokumentu viajen sira-ne'e ka autorizasaun seluk ne'ebé bele nesesáriu atu permite ema ne'e atu halo viajen ba no tama fali iha nia território.

5. Parte ida-idak sei adota medida lejizlativa ka medida sira seluk ne'ebé bele sai nesesáriu atu estabelese programa repatriasaun nian, bainhira apropriadu, no karik nesesáriu, envolve instituisaun nasionál ka internasionál sira-ne'ebé relevante no organizasaun naun-governamentál sira.

6. Artigu ida-ne'e sei laiha prejuizu ba dispozisaun sira-ne'ebé relasiona ho kualkér direitu ne'ebé fó ba vítima tráfiku umanu nian tuir lei nasionál sira hosi Parte simu-na'in.

7. Artigu ida-ne'e sei laiha prejuizu ba dispozisaun sira hosi kualkér akordu bilaterál ka multilaterál ne'ebé aplikavel kona-ba akordu imigrasaun nian ne'ebé prevee direitu no priviléjiu sira ne'ebé favoravel liu ba vítima tráfiku umanu nian.

KAPÍTULU V
APLIKASAUN LEI

Artigu 16
Aplikasaun Lei no Prosesu Penál

1. Parte ida-idak tenke foti medida sira ne'ebé nesesáriu atu garante katak autoridade kompetente sira ne'ebé trata kazu tráfiku umanu nian iha abilidade ka koñesimentu apropriadu hodi kombate tráfiku umanu no proteje vítima sira hosi tráfiku ne'e no, bainhira apropriadu, dezigna unidade ka autoridade espesializada sira ba objetivu ida-ne'e.

2. Parte ida-idak tenke foti medida sira ne'ebé efetivu no ativu atu detekta, hapara no fó kastigu ba korrupsaun, brankeamentu kapitál, partisipasaun iha grupu kriminozu organizadu no obstrusaun ba justisa ne'ebé kontribui ba tráfiku umanu.

3. Parte ida-idak tenke asegura katak ninia sistema jurídiku efetivu atu trata kazu tráfiku umanu nian.

4. Parte ida-idak tenke foti medida sira ne'ebé nesesáriu atu garante koordenasaun ba polítika no asaun sira hosi departamentu governamentál sira no órgaun públiku sira seluk hasoru tráfiku umanu nian, no bainhira apropriadu, harii órgaun koordenasaun sira hodi kombate krime organizadu sira hanesan tráfiku umanu, korrupsaun, brankeamentu kapitál no obstrusaun ba justisa.

5. Parte ida-idak sei, tuir lejizlasaun nasionál hosi Parte simu-na'in, liuhosi kooperasaun informál ka asisténsia legál mútua, bainhira apropriadu, enkoraja vítima sira hosi tráfiku umanu nian atu tama voluntariamente no hela temporariamente iha Parte simu-na'in nia território hodi fó sasin ka koopera ho maneira seluk iha prosesu kontra sira nia trafikante sira, hodi tau atensaun ba seguransa hosi vítima tráfiku umanu nian.

6. Parte ida-idak tenke hametin programa formasaun ba funsionáriu sira-ne'ebé iha kompetensia hodi prevene no kombate tráfiku umanu, ho foka ba métodu sira-ne'ebé uza hodi prevene tráfiku, investiga no prosesa trafikante sira, no proteje direitu vítima sira-nian, inklui protesaun ba vítima sira no sira-nia família sira hasoru trafikante sira no prezerva privasidade vítima sira nian.

7. Parte ida-idak sei foti medida, nesesáriu hotu-hotu, atu prezerva integridade prosesu kriminál nian, inklui hodi proteje vítima no sasin sira hasoru intimidasaun no asédiu, bainhira nesesáriu, no fó kastigu ba autór sira hosi hahalok sira-ne'e, bainhira apropriadu.

8. Parte ida-idak tenke estabelese, bainhira apropriadu, tuir ninia lei nasionál, prazu preskrisaun naruk ida atu hahú prosesu ba kualkér infrasaun ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e no períodu naruk liu bainhira alegadu infratór halai sees hosi administrasaun justisa.

9. Laiha buat ida ne'ebé kontein iha Konvensaun ida-ne'e

sei afeta prinsípiu katak deskrisaun kona-ba infrasaun sira ne'ebé estabelese tuir Konvensaun ida-ne'e no kona-ba defeza legál sira ne'ebé aplikavel ka prinsípiu legál sira seluk ne'ebé regula legalidade konduta nian rezerva de'it ba lei nasionál Parte ida nian, no katak infrasaun sira-ne'e sei hetan prosesu no kastigu tuir lei sira-ne'e.

Artigu 17
Konfiskasaun no Apriensaun

1. Parte ida-idak sei adota, to'o pontu ne'ebé posivel iha nia sistema jurídiku internu nia laran, medida nesesáriu sira atu permite konfiskasaun ba:

   a) Produtu krime nian ne'ebé mosu hosi infrasaun sira-ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e ka propriedade ne'ebé nia valór ne'ebé korresponde ba rendimentu sira-ne'e;

   b) Sasán, ekipamentu ka instrumentu sira seluk ne'ebé uza iha ka iha intensaun atu uza iha infrasaun sira-ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e.

2. Parte ida-idak sei adota medida sira-ne'ebé nesesáriu atu permite identifikasaun, lokalizasaun, konjelamentu ka apriensaun ba kualkér sasán ruma ne'ebé refere iha Parágrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e nian ho efeitu konfiskasaun eventuál.

3. Karik produtu krime nian transforma ona ka konverte tiha ona, tomak ka parsialmente, ba sasán sira seluk, sasán sira-ne'e sei sujeita ba medida sira-ne'ebé temi iha Artigu ida-ne'e hodi troka produtu.

4. Karik produtu krime kahur ho sasán ne'ebé hetan hosi fonte lejítimu sira, sasán ne'e sei, lahó prejuizu ba podér ruma relasiona ho konjelamentu ka apriensaun, sujeita ba konfiskasaun to'o valór avaliadu hosi produtu ne'ebé kahur.

5. Rendimentu ka benefísiu sira seluk ne'ebé mosu hosi produtu krime, hosi sasán ne'ebé produtu krime transforma ka konverte ona ka hosi sasán ne'ebé produtu krime kahur tiha ona, sei sujeita mós ba medida sira-ne'ebé temi iha Artigu ida-ne'e, iha maneira hanesan no to'o medida hanesan ho lukru sira ne'ebé hetan hosi krime.

6. Ba efeitu sira hosi Artigu ida-ne'e no Artigu 21 hosi Konvensaun ida-ne'e, Parte ida-idak tenke autoriza nia tribunál sira ka autoridade kompetente sira seluk atu haruka fó sai ka prende rejistu bankáriu, finanseiru ka komersiál sira. Parte sira labele rekuza atu atua tuir dispozisaun sira iha Parágrafu ida-ne'e ho baze iha segredu bankáriu.

7. Parte ida-idak bele konsidera posibilidade atu ezije infratór atu hatudu orijen legál hosi alegadu produtu krime nian ka sasán seluk ne'ebé bele sujeita ba konfiskasaun, to'o pontu ne'ebé ezijénsia ne'e konsistente ho prinsípiu sira hosi nia lei nasionál no ho natureza hosi prosesu legál no prosesu sira seluk.

8. Dispozisaunsira iha Artigu ida-ne'e labele interpreta iha maneira ida ne'ebé prejudika direitu sira hosi parte datoluk ne'ebé atua ho bona fide.

9. Laiha buat ida iha Artigu ida-ne'e maka afeta prinsípiu ne'ebé medida sira refere iha ne'e sei define no implementa tuir no sujeita ba dispozisaun lei nasionál sira Parte ida nian.

KAPÍTULU VI
KOOPERASAUN INTERNASIONÁL

Artigu 18
Asisténsia Legál Mútua iha Matéria Kriminál sira

1. Atu kombate infrasaun sira kona-bá tráfiku umanu nian ne'ebé ho natureza transnasionál, Parte sira, haktuir ba sira ida-idak nia lei nasionál, sei fó ba malu medida ne'ebé luan liu kona-bá asisténsia legál mútua iha investigasaun kriminál sira ka prosesu kriminál sira-ne'ebé relasiona ho infrasaun sira ne'ebé estabelese ona tuir Artigu 5 hosi Konvensaun ida-ne'e.

2. Parte sira tenke kumpre sira-nia obrigasaun tuir Parágrafu 1 hosi Artigu ida-ne'e tuir Tratadu kona-ba Asisténsia legál Mútua iha Matéria Penál.

Artigu 19
Estradisaun

1. Infrasaun ida-idak ne'ebé estabelese tuir Artigu 5 hosi Konvensaun ida-ne'e sei konsidera hanesan infrasaun ne'ebé bele estradita iha kualkér tratadu estradisaun ne'ebé eziste entre Parte sira. Parte sira kompromete atu inklui infrasaun sira-ne'e nu'udar ofensa estraditavel iha tratadu estradisaun hotu-hotu ne'ebé sei konklui entre sira.

2. Karik Parte ida-ne'ebé halo estradisaun kondisionál ba eziténsia tratadu nian simu pedidu estradisaun hosi Parte seluk ne'ebé nia la iha tratadu estradisaun, nia bele konsidera Konvensaun ida-ne'e hanesan baze legál ba estradisaun kona-ba infrasaun ruma ne'ebé estabelese tuir Artigu 5 husi Konvensaun ida-ne'e.

3. Sujeita ba dispozisaun sira iha nia lei nasionál no nia tratadu estradisaun nian, Parte rekeridu bele, bainhira konsidera katak sirkunstánsia sira justifika no urjente, no tuir pedidu hosi Parte rekerente, detein ema ne'ebé husu nia estradisaun no ne'ebé prezente iha nia territóriu ka foti medida seluk ne'ebé apropriadu atu asegura nia prezensa iha prosesu estradisaun

4. Parte ida-ne'ebé alegadu infratór ida iha ninia territóriu, bainhira nia la estradita ema ne'e kona-ba infrasaun ne'ebé estabelese tuir Artigu 5 Konvensaun ida-ne'e nian, ne'ebé aplika de'it ho fundamentu katak nia sidadaun ida, sei, tuir pedidu hosi Parte rekerente, aprezenta kazu ne'e lahó demora injustisada, ba ninia autoridade kompentente ba fin ba akuzasaun. Autoridade sira-ne'e sei foti desizaun no hala'o sira-nia prosesu iha maneira hanesan ba infrasaun sira seluk ho natureza

grave tuir lei nasionál hosi Parte ne'e. Parte sira ne'ebé envolve tenke koopera ba malu, partikularmente iha aspetu prosesuál no probatóriu, hodi garante efisiénsia akuzasaun ida-ne'e nian.

5. Ba efeitu sira Artigu ida-ne'e nian, Parte ida-idak sei dezigna autoridade sentrál ida ne'ebé sei notifika ba depozitáriu hosi Konvensaun ida-ne'e.

Artigu 20
Kooperasaun ba Aplikasaun Lei

1. Parte sira tenke koopera metin ba malu, tuir ida-idak nia sistema jurídiku no administrativu nasionál ida-idak, hodi hasa'e efikásia medida sira aplikasaun lei nian hodi kombate infrasaun sira ne'ebé abranje iha Konvensaun ida-ne'e. Parte ida-idak sei, liuliu, adota medida sira ne'ebé efetivu:

   a. Atu hadi'a no, bainhira nesesáriu, atu estabelese no utiliza kanál komunikasaun ne'ebé eziste ona entre ninia autoridade, ajénsia no servisu kompetente sira hodi fasilita troka informasaun ne'ebé seguru no lalais kona-ba aspetu hotu-hotu kona-bá infrasaun sira ne'ebé abranje iha Konvensaun ida-ne'e, inklui , karik prezisa Parte sira ne'ebé iha kestaun konsidera apropriadu, ligasaun ho atividade kriminál sira seluk;

   b. Koopera ho Parte sira seluk hodi hala'o investigasaun ba infrasaun sira-ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e:

      (i) Identidade, paradeiru no atividade hosi ema sira ne'ebé deskonfia envolve iha infrasaun sira ka lokalizasaun hosi ema sira seluk ne'ebé iha interese;

      (ii) Movimentu hosi produtu sira hosi krime ka sasán sira ne'ebé mosu hosi kometimentu hosi infrasaun sira-ne'e;

      (iii) Movimentu sasán, ekipamentu ka instrumentu sira seluk ne'ebé uza ka hanoin atu uza iha kometimentu ofensa sira-ne'e;

   c. Atu fornese, bainhira nesesáriu, sasán sira ka kuantidade hosi substánsia ne'ebé nesesáriu ba objetivu analítiku ka peskiza sira;

   d. Atu fasilita koordenasaun ne'ebé efikás entre ninia autoridade kompetente sira, ajénsia no servisu sira no promove troka pesoál no peritu sira seluk, inklui, sujeitu ba akordu bilaterál ka akordu sira entre Parte sira ne'ebé envolve, kolokasaun ofisiál ligasaun sira;

   e. Atu troka informasaun ho Parte sira seluk kona-ba meiu no métodu espesífiku ne'ebé trafikante sira uza, inklui, bainhira aplikavel, dalan no meiu transporte sira no uza identidade falsu, dokumentu alteradu ka falsu ka meiu seluk atu subar sira-nia atividade;

   f. Atu troka informasaun no koordena medida administrativa no medida sira seluk ne'ebé apropriadu, ba objetivu sira identifikasaun lalais kona-ba infrasaun sira-ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e.

2. Atu kumpre Konvensaun ida-ne'e, Parte sira sei konsidera posibilidade atu konklui akordu bilaterál ka multilaterál ka aranju sira kona-bá kooperasaun direta entre sira-nia servisu aplikasaun lei nian no, karik akordu ka aranju sira-ne'e eziste ona, sira-nia alterasaun. Bainhira laiha akordu ka aranju sira entre Parte sira ne'ebé iha interese, Parte sira bele konsidera Konvensaun ida-ne'e nu'udar baze ba kooperasaun mútua ba aplikasaun lei nian ho respeitu ba ofensa sira ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e. Bainhira apropriadu, Parte sira sei halo utilizasaun tomak ba akordu ka arranju sira, inklui organizasaun internasionál ka rejionál sira, atu hasa'e kooperasaun entre sira-nia servisu aplikasaun lei nian.

3. Parte sira tenke haka'as-an atu koopera, to'o iha ne'ebé posivel, hodi hatán ba tráfiku umanu no ofensa sira seluk ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e ne'ebé komete liuhosi utilizasaun teknolojia modernu sira.

Artigu 21
Kooperasaun Internasionál ba Objetivu Konfiskasaun nian

1. Parte ne'ebé simu pedidu hosi Parte seluk ne'ebé iha kompeténsia kona-ba infrasaun ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e kona-ba konfiskasaun hosi produtu krime nian, propriedade, ekipamentu ka instrumentu sira seluk ne'ebé temi iha Artigu 17, Parágrafu 1 hosi Konvensaun ida-ne'e, ne'ebé situa iha nia território, sei, to'o másimu posivel iha nia sistema jurídiku internu:

   a. Hato'o pedidu ba nia autoridade kompetente sira ho objetivu atu hetan desizaun kona-ba konfiskasaun no, karik desizaun nee hetan aprovasaun, fo efeitu ba nia; ka

   b. Submete ba ninia autoridade kompetente sira, ho objetivu atu fo efeitu to'o medida ne'ebé husu, despaxu konfiskasaun ne'ebé fo sai hosi tribunál iha Parte rekerente nia território tuir Artigu 17, Paragrafu 1 hosi Konvensaun ida-ne'e nian to'o medida ne'ebé relasiona ho produtu krime nian, sasán, ekipamentu ka instrumentu sira seluk ne'ebé refere iha Artigu 17, Paragrafu 1, ne'ebé situa iha território hosi Parte husu-na'in.

2. Tuir pedidu ne'ebé hato'o hosi Parte seluk ne'ebé iha kompeténsia kona-ba infrasaun ne'ebé kobre iha Konvensaun ida-ne'e, Parte rekeridu tenke foti medida sira hodi identifika, buka tuir no konjela ka prende produtu krime, sasán, ekipamentu ka instrumentu sira seluk ne'ebé temi iha Artigu 17, Parágrafu 1 hosi Konvensaun ida-ne'e, ho objetivu eventuál konfiskasaun ne'ebé sei hetan orden, hosi Parte requerente, ka tuir pedidu tuir Parágrafu 1 hosi Artigu ida-nee, hosi Parte rekeridu.

3. Dispozisaun sira iha Artigu 18 Konvensaun ida-ne'e nian aplika, mutatis mutandis, ba Artigu ida-ne'e.

Aleinde informasaun ne'ebé espesifika iha Artigu 18, aplikasaun sira ne'ebé hatama tuir Artigu ida-ne'e tenke kontein:

a. Iha kazu pedidu ida ne'ebé refere ba Parágrafu 1 (a) hosi Artigu ida-ne'e, deskrisaun ida kona-bá sasán ne'ebé atu konfiska no deklarasaun ida kona-ba faktu sira ne'ebé Parte rekerente depende ba ne'ebé sufisiente atu permite Parte rekerida atu husu desizaun tuir nia lei interna sira;

b. Iha kazu pedidu ida ne'ebé refere ba Parágrafu 1 (b) hosi Artigu ida-ne'e nian, kópia legalmente admisivel hosi despaxu konfiskasaun nian ne'ebé bazeia ba pedidu ne'ebé hasai hosi Parte rekerente, deklarasaun ida kona-ba faktu sira no informasaun kona-ba to'o iha ne'ebé maka husu ezekusaun ba desizaun;

c. Iha kazu rekerimentu referidu ba Parágrafu 2 hosi Artigu ida-ne'e nian, deklarasaun kona-ba faktu sira ne'ebé Parte rekerente invoka no deskrisaun kona-ba asaun sira ne'ebé husu.

4. Desizaun ka asaun sira-ne'ebé prevee iha Parágrafu 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e sei foti hosi Parte rekeridu tuir no sujeita ba dispozisaun hosi nia lei nasionál no nia regra prosesuál sira, hosi kualkér tratadu, ka akordu bilaterál ka multilaterál, ne'ebé nia iha relasaun ho Parte rekerente, nomós Tratadu kona-bá Asisténsia Legál Mútua iha Matéria Kriminál sira.

5. Karik Parte ida hili atu halo adosaun ba medida sira-ne'ebé refere iha Parágrafu 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e sujeita ba eziténsia tratadu relevante ida, Parte ida-ne'e sei konsidera Konvensaun ida-ne'e nu'udar baze tratadu ne'ebé nesesáriu no sufisiente.

6. Artigu ida-ne'e nia dispozisaun labele interpreta ho maneira ida ne'ebé prejudika parte datoluk sira-nia direitu ho bona fide.

7. Parte sira tenke konsidera konkluzaun tratadu, akordu ka arranju bilaterál ka multilaterál sira hodi hasa'e efikásia kooperasaun internasionál ne'ebé hala'o tuir artigu ida-ne'e.

Artigu 22
Dispozisaun ba Produtu Krime ka Sasán ne'ebé konfiska ona

1. Produtu krime ka sasán ne'ebé Parte ida konfiska tuir Artigu 17 ka Artigu 21, Parágrafu 1 hosi Konvensaun ida-ne'e sei dispoin husi Parte ne'e tuir ninia lei nasionál no prosedimentu administrativu sira.

2. Bainhira atua tuir rekerimentu ne'ebé parte seluk hato'o tuir Artigu 21 hosi Konvensaun ida-ne'e nian, Parte sira sei, to'o iha ne'ebé lei nasionál permite no karik husu nune'e, fó konsiderasaun prioridade atu fó fila fali produtu krime nian ka sasán ne'ebé konfiska ona ba Parte rekerente, atu nune'e katak bele fó kompensasaun no fó asisténsia ba vítima tráfiku umanu nian ka fó filafali osan ne'ebé hetan husi krime ka propriedade ba sira nia na'in loloos.

3. Bainhira atua tuir pedidu ne'ebé hato'o hosi Parte seluk tuir Artigu 17 no Artigu 21 hosi Konvensaun ida-ne'e, Parte ida bele fó atensaun espesiál ba konkluzaun hosi akordu ka arranju sira kona-ba partilla ho Parte sira seluk, iha baze regulár ka kazu ida-idak, hosi produtu ka sasán sira-ne'ebé mosu hosi atividade kriminál, ka fundu sira-ne'ebé mai hosi fa'an produtu krime ka sasán sira-ne'e, tuir nia lejizlasaun nasionál ka prosedimentu administrativu sira.

KAPÍTULU VII
DISPOZISAUN FINÁL

Artigu 23
Estabelesimemntu ba Estrutura Koordenasaun sira

Parte ida-idak tenke hanoin atu estabelese estrutura koordenasaun sira iha luta hasoru tráfiku umanu nian, inklui hametin kooperasaun iha área hotu-hotu Konvensaun ida-ne'e nian.

Artigu 24
Monitorizasaun, Revizaun no Relatóriu

1. Reuniaun FunsionáriuSuperiór sira ASEAN nian kona-bá Krime Transnasionál (SOMTC) responsavel ba promosaun, monitorizasaun, analiza no relata periodikamente ba Reuniaun Ministeriál Transnasionál ASEAN nian (ho abeviatura inglés AMMTC) kona-bá implementasaun efetivu Konvensaun ida-ne'e nian.

2. Sekretariadu ASEAN sei fó apoiu ba supervizaun no koordenasaun ba implementasaun Konvensaun ida-ne'e no tulun SOMTC iha asuntu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho ida-ne'e.

Artigu 25
Konfidensialidade ba Dokumentu, Rejistu no Informasaun sira

1. Parte ida-idak sei prezerva konfidensialidade no segredu dokumentu sira, rejistu sira no informasaun sira seluk ne'ebé simu hosi Parte seluk ruma, inklui fonte respetiva sira-ne'e.

2. Laiha dokumentu, rejistu ka informasaun seluk ne'ebé hetan tuir Konvensaun ida-ne'e sei fó sai ka fahe ho Parte, Estadu ka ema seluk eseptu ho konsentimentu eskrita uluk hosi Parte ne'ebé fornese dokumentu, rejistu ka informasaun ne'e.

Artigu 26
Relasaun ho Instrumentu Internasionál sira seluk

Konvensaun ida-ne'e la derroga obrigasaun sira-ne'ebé eziste entre Parte sira tuir akordu internasionál sira seluk nomós, karik Parte sira konkorda nune'e, ida-ne'e la impede Parte sira atu fó asisténsia mútua tuir akordu internasionál sira seluk ka dispozisaun sira hosi sira ida-idak nia lei nasionál.

Artigu 27
Rezolusaun ba Disputa sira

Kualkér diferensa ka disputa entre Parte sira ne'ebé mosu hosi interpretasaun ka aplikasaun ba dispozisaun sira Konvensaun ida-ne'e nian sei rezolve ho amigável liuhosi konsulta no negosiasaun entre Parte sira liuhosi dalan diplomátiku ka kualkér meiu pasífiku seluk ba rezolusaun disputa sira tuir akordu entre Parte sira.

Artigu 28
Ratifikasaun, Aprovasaun no Depozitáriu

1. Konvensaun ida-ne'e sei sujeita ba ratifikasaun ka aprovasaun tuir prosedimentu internu Parte sira nian.

2. Instrumentu sira ratifikasaun ka aprovasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa kedas ba Parte sira seluk kona-bá depózitu ne'e.

Artigu 29
Tama iha Vigór no Alterasaun

a. Konvensaun ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron tolunulu (30) hahú hosi data depózitu instrumentu ratifikasaun ka aprovasaun daneen (6) nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian kona-ba Parte sira-ne'ebé hatama ona sira nia instrumentu ratifikasaun nian ka aprovasaun.

b. Kona-ba Parte ruma ne'ebé ratifika ka aprova Konvensaun ida-ne'e hafoin depózitu instrumentu ratifikasaun ka aprovasaun ba daneen (6), maibé molok loron Konvensaun nian tama iha vigór, Konvensaun sei aplika mós ba Parte ida-ne'e iha loron tama iha vigór Konvensaun nian. Iha kazu Parte ida ne'ebé ratifika ka aprova Konvensaun ida-ne'e hafoin nia tama iha vigór tuir Parágrafu 1, Konvensaun ne'e sei tama iha vigór ba Parte ida-ne'e iha loron ne'ebé hatama nia instrumentu ratifikasaun ka aprovasaun nian.

c. Konvensaun ida-ne'e bele hetan modifikasaun ka alterasaun iha kualkér tempu liuhosi konsentimentu mútuo eskrita hosi Parte sira. Modifikasaun ka alterasaun ne'e sei tama iha vigór iha data ne'ebé Parte sira konkorda hamutuk no sei hola parte iha Konvensaun ida-ne'e.

d. Kualkér modifikasaun ka alterasaun sei la afeta direitu no obrigasaun sira hosi Parte sira ne'ebé mosu hosi ka bazeia ba provizaun sira hosi Konvensaun ida-ne'e molok modifikasaun ka alterasaun ne'e tama iha vigór.

Artigu 30
Retirada

1. Kualkér Parte bele retira hosi Konvensaun ida-ne'e iha kualkér tempu hafoin data entrada iha vigór Konvensaun ida-ne'e nian ba Parte ida-ne'e.

2. Retirada sei notifika liuhosi instrumentu retirada nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

3. Retirada ne'e sei iha efeitu loron atus ida ualunulu (180) hafoin simu instrumentu retirada hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

4. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian tenke notifika lalais ba Parte sira seluk hotu kona-ba retirada ruma.

Artigu 31
Rejistu

Konvensaun ida-ne'e sei rejista hosi Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ba Sekretariadu Nasois Unidas tuir Artigu 102 hosi Karta Nasoins Unidas nian.

HALO iha Kuala Lumpur, Malázia, iha loron Ruanulu-Resin-Ida fulan Novembru iha Tinan Rihun Rua Sanulu-Resin-Lima, iha kópia orijinál ida de'it iha lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
HAJI HASSANAL BOLKIAH
Sultaun Brunei Darussalam

Hosi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
SAMDECH AKKA MOHA SENA PADEI TECHO HUN SEM
Primeiru-Ministru

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
JOKO WIDODO
Prezidente

Hosi República Demokrátika Populár Laos;
[Asinatura]
THONGSING THAMMAVONG
Primeiru-Ministru

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATO' SRI MOHD NAJIB TUN ABDUL RAZAK
Primeiru-Ministru

Hosi República Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
THEIN SEIN
Prezidente

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
BENIGNO S. AQUINO III
Prezidente

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
LEE HSIEN LOONG
Primeiru-Ministru

Hosi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
GENERAL PRAYUT CHAN-O-CHA (RET.)
Primeiru-Ministru

Hosi República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
NGUYEN TAN DUNG
Primeiru-Ministru

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 43/2025

de 15 de Outubro

RATIFICA, PARA ADESÃO, O TRATADO DA ASEAN DE ASSISTÊNCIA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste tem reafirmado, de forma contínua, o seu compromisso com a integração plena na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês) e com a consolidação do Estado de Direito, da justiça penal e da cooperação jurídica internacional;

Tendo em conta que o Tratado de Assistência Mútua em Matéria Penal, adotado em Kuala Lumpur, Malásia, a 29 de novembro de 2004, visa estabelecer um quadro jurídico para a cooperação entre os Estados-Membros da ASEAN em matéria de investigação, inquérito, obtenção de provas, tramitação de processos e outras formas de assistência legal em casos penais;

Considerando que este Tratado constitui um instrumento jurídico fundamental no âmbito do Pilar Política e Segurança da ASEAN, promovendo a coordenação entre autoridades competentes, o combate eficaz à criminalidade transnacional organizada e a proteção dos sistemas de justiça penal;

Atendendo a que a adesão de Timor-Leste ao Tratado é expressamente prevista no roteiro para a adesão à ASEAN, sendo condição essencial para assegurar a participação plena e funcional do País nos mecanismos jurídicos e institucionais da organização;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, ratificar, para adesão, o Tratado da ASEAN de Assistência Mútua em Matéria Penal, adotado a 29 de novembro de 2004, cuja versão em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versão autêntica na língua inglesa

TREATY
ON
MUTUAL LEGAL ASSISTANCE IN CRIMINAL MATTERS

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore and the Socialist Republic of Vietnam (hereinafter referred to singularly as "the Party" and collectively as "the Parties"):

DESIRING to improve the effectiveness of the law enforcement authorities of the Parties in the prevention, investigation and prosecution of offences through cooperation and mutual legal assistance in criminal matters,

HAVE AGREED as follows:

ARTICLE 1. SCOPE OF ASSISTANCE

1. The Parties shall, in accordance with this Treaty and subject to their respective domestic laws, render to one another the widest possible measure of mutual legal assistance in criminal matters, namely investigations, prosecutions and resulting proceedings.

2. Mutual assistance to be rendered in accordance with this Treaty may include:

   (a) taking of evidence or obtaining voluntary statements from persons;

   (b) making arrangements for persons to give evidence or to assist in criminal matters;

   (c) effecting service of judicial documents;

   (d) executing searches and seizures;

   (e) examining objects and sites;

   (f) providing original or certified copies of relevant documents, records and items of evidence;

   (g) identifying or tracing property derived from the commission of an offence and instrumentalities of crime;

   (h) the restraining of dealings in property or the freezing of property derived from the commission of an offence that may be recovered, forfeited or confiscated;

   (i) the recovery, forfeiture or confiscation of property derived from the commission of an offence;

   (j) locating and identifying witnesses and suspects; and

   (k) the provision of such other assistance as may be agreed and which is consistent with the objects of this Treaty and the laws of the Requested Party.

3. This Treaty applies solely to the provision of mutual assistance among the Parties. The provisions of this Treaty shall not create any right on the part of any private person to obtain, suppress or exclude any evidence or to impede the execution of any request for assistance.

4. For the purposes of this Treaty, the expression "instrumentalities of crime" means property used in connection with the commission of an offence or the equivalent value of such property.

ARTICLE 2. NON-APPLICATION

1. This Treaty does not apply to -

   (a) the arrest or detention of any person with a view to the extradition of that person;

   (b) the enforcement in the Requested Party of criminal judgements imposed in the Requesting Party except to the extent permitted by the law of the Requested Party;

   (c) the transfer of persons in custody to serve sentences; and

   (d) the transfer of proceedings in criminal matters.

2. Nothing in this Treaty entitles a Party to undertake in the territory of another Party the exercise of jurisdiction and performance of functions that are reserved exclusively for the authorities of that other Party by its domestic laws.

ARTICLE 3. LIMITATIONS ON ASSISTANCE

1. The Requested Party shall refuse assistance if, in its opinion -

   (a) the request relates to the investigation, prosecution or punishment of a person for an offence that is, or is by reason of the circumstances in which it is alleged to have been committed or was committed, an offence of a political nature;

   (b) the request relates to the investigation, prosecution or punishment of a person in respect of an act or omission that, if it had occurred in the Requested Party, would have constituted a military offence under the laws of the Requested Party which is not also an offence under the ordinary criminal law of the Requested Party;

   (c) there are substantial grounds for believing that the request was made for the purpose of investigating, prosecuting, punishing or otherwise causing prejudice to a person on account of the person's race, religion, sex, ethnic origin, nationality or political opinions;

   (d) the request relates to the investigation, prosecution or punishment of a person for an offence in a case where the person -

      (i) has been convicted, acquitted or pardoned by a competent court or other authority in the Requesting or Requested Party; or

      (ii) has undergone the punishment provided by the law of that Requesting or Requested Party, in respect of that offence or of another offence constituted by the same act or omission as the first-mentioned offence;

   (e) the request relates to the investigation, prosecution or punishment of a person in respect of an act or omission that, if it had occurred in the Requested Party, would not have constituted an offence against the laws of the Requested Party except that the Requested Party may provide assistance in the absence of dual criminality if permitted by its domestic laws;

(f) the provision of the assistance would affect the sovereignty, security, public order, public interest or essential interests of the Requested Party;

(g) the Requesting Party fails to undertake that it will be able to comply with a future request of a similar nature by the Requested Party for assistance in a criminal matter;

(h) the Requesting Party fails to undertake that the item requested for will not be used for a matter other than the criminal matter in respect of which the request was made and the Requested Party has not consented to waive such undertaking;

(i) the Requesting Party fails to undertake to return to the Requested Party, upon its request, any item obtained pursuant to the request upon completion of the criminal matter in respect of which the request was made;

(j) the provision of the assistance could prejudice a criminal matter in the Requested Party; or

(k) the provision of the assistance would require steps to be taken that would be contrary to the laws of the Requested Party.

2. The Requested Party may refuse assistance if, in its opinion -

(a) the Requesting Party has, in respect of that request, failed to comply with any material terms of this Treaty or other relevant arrangements;

(b) the provision of the assistance would, or would be likely to prejudice the safety of any person, whether that person is within or outside the territory of the Requested Party; or

(c) the provision of the assistance would impose an excessive burden on the resources of the Requested Party.

3. For the purposes of subparagraph 1 (a), the following offences shall not be held to be offences of a political nature:

(a) an offence against the life or person of a Head of State or a member of the immediate family of a Head of State;

(b) an offence against the life or person of a Head of a central Government, or of a Minister of a central Government;

(c) an offence within the scope of any international convention to which both the Requesting and Requested Parties are parties to and which imposes on the Parties thereto an obligation either to extradite or prosecute a person accused of the commission of that offence; and

(d) any attempt, abetment or conspiracy to commit any of the offences referred to in subparagraphs (a) to (c).

4. The Requested Party may restrict the application of any of the provisions made under paragraph 3 according to whether the Requesting Party has made similar provision in its laws.

5. Assistance shall not be refused solely on the ground of secrecy of banks and similar financial institutions or that the offence is also considered to involve fiscal matters.

6. The Requested Party may postpone the execution of the request if its immediate execution would interfere with any ongoing criminal matters in the Requested Party.

7. Before refusing a request or postponing its execution pursuant to this Article, the Requested Party shall consider whether assistance may be granted subject to certain conditions.

8. If the Requesting Party accepts assistance subject to the terms and conditions imposed under paragraph 7, it shall comply with such terms and conditions.

9. If the Requested Party refuses or postpones assistance, it shall promptly inform the Requesting Party of the grounds of refusal or postponement.

10. The Parties shall, subject to their respective domestic laws, reciprocate any assistance granted in respect of an equivalent offence irrespective of the applicable penalty.

ARTICLE 4. DESIGNATION OF CENTRAL AUTHORITIES

1. Each Party shall designate a Central Authority to make and receive requests pursuant to this Treaty.

2. The designation of the Central Authority shall be made at the time of the deposit of the instrument of ratification, acceptance, approval or accession to this Treaty.

3. Each Party shall expeditiously notify the others of any change in the designation of its Central Authority.

4. The Central Authorities shall communicate directly with one another but may, if they choose, communicate through the diplomatic channel.

ARTICLE 5. FORM OF REQUESTS

1. Requests for assistance shall be made in writing or, where possible, by any means capable of producing a written record under conditions allowing the Requested Party to establish authenticity. In urgent situations and where permitted by the law of the Requested Party, requests may be made orally, but in such cases the requests shall be confirmed in writing within five days.

2. Central Authorities shall deal with the transmission of all requests and any communication related thereto. In urgent situations and where permitted by the law of the

Requested Party, requests and any communication related thereto may be transmitted through the International Criminal Police Organization (INTERPOL) or the Southeast Asian Police Organization (ASEANAPOL).

ARTICLE 6. CONTENTS OF REQUESTS

1. A request for assistance in criminal matters shall contain such information as the Requested Party requires to execute the request, including -

   (a) the name of the requesting office and the competent authority conducting the investigation or criminal proceedings to which the request relates;

   (b) the purpose of the request and the nature of the assistance sought;

   (c) a description of the nature of the criminal matter and its current status, and a statement setting out a summary of the relevant facts and laws;

   (d) a description of the offence to which the request relates, including its maximum penalty;

   (e) a description of the facts alleged to constitute the offence and a statement or text of the relevant laws;

   (f) a description of the essential acts or omissions or matters alleged or sought to be ascertained;

   (g) a description of the evidence, information or other assistance sought;

   (h) the reasons for and details of any particular procedure or requirement that the Requesting Party wishes to be followed;

   (i) specification of any time limit within which compliance with the request is desired;

   (j) any special requirements for confidentiality and the reasons for it; and

   (k) such other information or undertakings as may be required under the domestic laws of the Requested Party or which is otherwise necessary for the proper execution of the request.

2. Requests for assistance may also, to the extent necessary, contain the following information:

   (a) the identity, nationality and location of the person or persons who are the subject of the investigation or criminal proceedings;

   (b) the identity and location of any person from whom evidence is sought;

   (c) the identity and location of a person to be served, that person's relationship to the criminal proceedings and the manner in which service is to be made;

   (d) information on the identity and whereabouts of a person to be located;

   (e) a description of the manner in which any testimony or statement is to be taken and recorded;

   (f) a list of questions to be asked of a witness;

   (g) a description of the documents, records or items of evidence to be produced as well as a description of the appropriate person to be asked to produce them and, to the extent not otherwise provided for, the form in which they should be reproduced and authenticated;

   (h) a statement as to whether sworn or affirmed evidence or statements are required;

   (i) a description of the property, asset or article to which the request relates, including its identity and location; and

   (j) any court order relating to the assistance requested and a statement relating to the finality of that order.

3. Requests, supporting documents and other communications made pursuant to this Treaty shall be in the English language and, if necessary, accompanied by a translation into the language of the Requested Party or another language acceptable to the Requested Party.

4. If the Requested Party considers that the information contained in the request is not sufficient to enable the request to be dealt with, the Requested Party may request additional information. The Requesting Party shall supply such additional information as the Requested Party considers necessary to enable the request to be fulfilled.

ARTICLE 7. EXECUTION OF REQUESTS

1. Requests for assistance shall be carried out promptly, in the manner provided for by the laws and practices of the Requested Party. Subject to its domestic laws and practices, the Requested Party shall carry out the request in the manner specified by the Requesting Party.

2. The Requested Party shall, if requested to do so and subject to its domestic laws and practices, make all necessary arrangements for the representation of the Requesting Party in the Requested Party in any criminal proceedings arising out of a request for assistance and shall otherwise represent the interests of the Requesting Party.

3. The Requested Party shall respond as soon as possible to reasonable inquiries by the Requesting Party concerning progress toward execution of the request.

4. The Requested Party may ask the Requesting Party to provide information in such form as may be necessary to enable it to execute the request or to undertake any steps which may be necessary under the laws and practices of the Requested Party in order to give effect to the request received from the Requesting Party.

ARTICLE 8. LIMITATIONS ON USE OF EVIDENCE OBTAINED

1. The Requesting Party shall not, without the consent of the Requested Party and subject to such terms and conditions as the Requested Party considers necessary, use or disclose or transfer information or evidence provided by the Requested Party for purposes other than those stated in the request.

2. Notwithstanding paragraph 1, in cases where the charge is amended, the information or evidence provided may be used, with the prior consent of the Requested Party, in so far as the offence, as charged, is an offence in respect of which mutual legal assistance could be provided under this Treaty, and which is made out by the facts on which the request was made.

ARTICLE 9. PROTECTION OF CONFIDENTIALITY

1. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, take all appropriate measures to keep confidential the request for assistance, its contents and its supporting documents, the fact of granting of such assistance and any action taken pursuant to the request. If the request cannot be executed without breaching confidentiality requirements, the Requested Party shall so inform the Requesting Party, which shall then determine whether the request should nevertheless be executed.

2. The Requesting Party shall, subject to its domestic laws, take all appropriate measures to -

   (a) keep confidential information and evidence provided by the Requested Party, except to the extent that the evidence and information is needed for the purposes described in the request; and

   (b) ensure that the information and evidence is protected against loss and unauthorized access, use, modification, disclosure or other misuse.

ARTICLE 10. OBTAINING VOLUNTARY STATEMENTS

Where a request is made to obtain a statement from a person for the purpose of a criminal matter in the Requesting Party, the Requested Party shall endeavor, with the consent of that person, to obtain that statement.

ARTICLE 11. OBTAINING OF EVIDENCE

1. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, arrange to have evidence, including sworn or affirmed testimony, documents or records taken or obtained from witnesses for the purpose of a criminal matter for transmission to the Requesting Party.

2. Where sworn or affirmed testimony is to be taken under this Article, the parties to the relevant criminal proceedings in the Requesting Party or their legal representatives may, subject to the domestic laws of the Requested Party, appear and question the person giving that evidence.

3. Nothing in this Article shall prevent the use of live video or live television links or other appropriate communications facilities in accordance with the laws and practices of the Requested Party for the purpose of executing this Article if it is expedient in the interests of justice to do so.

ARTICLE 12. RIGHT TO DECLINE TO GIVE EVIDENCE

1. A person who is required to give sworn or affirmed testimony or produce documents, records or other evidence under Article 11 of this Treaty in the Requested Party pursuant to a request for assistance may decline to do so where -

   (a) the law of the Requested Party permits or requires that person to decline to do so in similar circumstances in proceedings originating in the Requested Party; or

   (b) the law of the Requesting Party permits or requires that person to decline to do so in similar circumstances in proceedings originating in the Requesting Party.

2. If the person claims that there is a right to decline to give sworn or affirmed testimony or produce documents, records or other evidence under Article 11 of this Treaty under the law of the Requesting Party, the Requesting Party shall, if so requested, provide a certificate to the Requested Party as to the existence or otherwise of that right.

ARTICLE 13. PROVISION OF PUBLICLY AVAILABLE DOCUMENTS AND OTHER RECORDS

1. The Requested Party shall provide to the Requesting Party copies of publicly available documents or records in the possession of government departments and agencies.

2. The Requested Party may, subject to its domestic laws and practices, provide the Requesting Party with copies of any documents or records in the possession of government departments and agencies that are not publicly available. The Requested Party may in its discretion deny, entirely or in part, a request pursuant to this paragraph.

ARTICLE 14. ATTENDANCE OF PERSON IN THE REQUESTING PARTY

1. The Requested Party may, subject to its domestic laws and practices, assist in arranging the attendance of a person in the Requested Party, subject to his consent, in the Requesting Party-

(a) to assist in the investigations in relation to a criminal matter in the Requesting Party; or

(b) to appear in proceedings in relation to a criminal matter in the Requesting Party unless that person is the person charged.

2. The Requested Party shall, if satisfied that satisfactory arrangements for that person's safety will be made by the Requesting Party, invite the person to give or provide evidence or assistance in relation to a criminal matter in the Requesting Party. The person shall be informed of any expenses or allowances payable.

3. The Requested Party shall promptly inform the Requesting Party of the person's response and, if the person consents, take any steps necessary to facilitate the person's attendance in the Requesting Party.

4. Nothing in this Article shall prevent the use of live video or live television links or other appropriate communications facilities in accordance with the laws and practices of the Requested Party if it is expedient in the interests of justice to do so.

ARTICLE 15. ATTENDANCE OF PERSON IN CUSTODY IN THE REQUESTING PARTY

1. The Requested Party may, subject to its domestic laws and practices, agree to allow a person in custody in the Requested Party, subject to his consent, to be temporarily transferred to the Requesting Party to give evidence or to assist in the investigations.

2. While the person transferred is required to be held in custody under the law of the Requested Party, the Requesting Party shall hold the person in custody and shall return that person in custody to the Requested Party at the conclusion of the matter in relation to which transfer was sought or at such earlier time as the person's presence is no longer required.

3. Where the Requested Party advises the Requesting Party that the transferred person is no longer required to be held in custody, that person shall be released from custody and be treated as a person referred to in Article 14 of this Treaty.

4. The Requesting Party shall not require the Requested Party to initiate extradition proceedings for the return of the person transferred.

5. The period during which such person was under the custody of the Requesting Party shall count towards the period of his imprisonment or detention in the Requested Party.

6. No transfer under this Article shall be effected unless the Requesting Party gives an undertaking -

(a) to bear and be responsible for all the expenses of the transfer of custody;

(b) to keep the person under lawful custody throughout the transfer of his custody; and

(c) to return him into the custody of the Requested Party immediately upon his attendance before the competent authority or court in the Requesting Party is dispensed with.

7. Nothing in this Article shall prevent the use of live video or live television links or other appropriate communications facilities in accordance with the laws and practices of the Requested Party if it is expedient in the interests of justice to do so.

ARTICLE 16. SAFE CONDUCT

1. Subject to paragraph 2, where a person is present in the Requesting Party pursuant to a request made under Article 14 or 15 of this Treaty -

(a) that person shall not be detained, prosecuted, punished or subjected to any other restriction of personal liberty in the Requesting Party in respect of any acts or omissions or convictions for any offence against the law of the Requesting Party that is alleged to have been committed, or that was committed, before the person's departure from the Requested Party;

(b) that person shall not, without that person's consent, be required to give evidence in any criminal matter in the Requesting Party other than the criminal matter to which the request relates; or

(c) that person shall not be subjected to any civil suit in respect of any act or omission of the person that is alleged to have occurred, or that had occurred, before the person's departure from the Requested Party.

2. Paragraph 1 shall cease to apply if that person, being free and able to leave, has not left the Requesting Party within a period of 15 consecutive days after that person has been officially told or notified that his presence is no longer required or, having left, has voluntarily returned.

3. A person who attends before a competent authority or court in the Requesting Party pursuant to a request made under Article 14 or 15 of this Treaty shall not be subject to prosecution based on such testimony except that that person shall be subject to the laws of the Requesting Party in relation to contempt of court and perjury.

4. A person who does not consent to attend in the Requesting Party pursuant to a request made under Article 14 or 15 of this Treaty shall not by reason only of such refusal or failure to consent be subjected to any penalty or liability or otherwise prejudiced in law notwithstanding anything to the contrary in the request.

ARTICLE 17. TRANSIT OF PERSONS IN CUSTODY

1. The Requested Party may, subject to its domestic laws and practices, authorize the transit through its territory

of a person held in custody, by the Requesting Party or a third State, whose personal appearance has been requested by the Requesting Party in a criminal matter.

2. Where the aircraft, vessel or train by which the person is being transported lands or calls or stops in the Requested Party, the custodial or escorting officers of the Requesting Party or, if applicable, the third State that is assisting the Requesting Party to facilitate the transfer shall continue to be responsible for the custody of the person being transported while he is on transit in the Requested Party, unless otherwise agreed by the Requested Party.

3. Without prejudice to paragraph 2 and where the Requested Party agrees, the person being transported may be kept temporarily in the custody of a competent authority of the Requested Party until his transportation is continued.

4. Where a person is being held in custody in the Requested Party on transit and the person's transportation is not continued within a reasonable time, the Requested Party may direct that the person be transported in custody to the State from which the person was first transported.

5. All costs and expenses incurred by the Requested Party in respect of paragraphs 3 and 4 shall be reimbursed by the Requesting Party.

ARTICLE 18. SEARCH AND SEIZURE

1. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, execute a request for the search, seizure and delivery of any documents, records or items to the Requesting Party if there are reasonable grounds for believing that the documents, records or items are relevant to a criminal matter in the Requesting Party.

2. The Requesting Party shall observe any conditions imposed by the Requested Party in relation to any seized documents, records or items which may be delivered to the Requesting Party that are considered necessary by the Requested Party to protect the documents, records or items to be transferred.

3. The Requested Party shall as soon as practicable inform the Requesting Party of the result of any search, the place and circumstances of seizure, and the subsequent custody of the documents, records or items seized.

ARTICLE 19. RETURN OF EVIDENCE

1. The Requesting Party shall at the conclusion of the criminal matter in respect of which the request for assistance was made return to the Requested Party any documents, records or items provided to the Requesting Party pursuant to a request under this Treaty.

2. Notwithstanding paragraph 1, the Requesting Party shall at any time, upon request, temporarily return to the Requested Party any documents, records or items provided to the Requesting Party pursuant to a request under this Treaty if these are needed for a criminal matter in the Requested Party.

ARTICLE 20. LOCATION OR IDENTIFICATION OF PERSONS

The Requested Party shall, subject to its domestic laws, use its best endeavors to ascertain the location or identity of a person specified in the request and who is reasonably believed to be within its territory.

ARTICLE 21. SERVICE OF DOCUMENTS

1. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, use its best endeavors to effect service of any document in respect of a criminal matter issued by any court in the Requesting Party.

2. The Requesting Party shall transmit any request for the service of a document which requires a response or appearance in the Requesting Party not later than thirty days before the scheduled response or appearance.

3. The Requested Party shall return a proof of service in the manner mutually agreed by the Parties concerned.

4. For the purposes of paragraph 3, the expression "proof of service" includes information in the form of an affidavit on when and how the document was served and, where possible, a receipt signed by the person on whom it was served and if the serving officer has not been able to cause the document to be served, that fact and the reason for the failure.

ARTICLE 22. ASSISTANCE IN FORFEITURE PROCEEDINGS

1. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, endeavour to locate, trace, restrain, freeze, seize, forfeit or confiscate property derived from the commission of an offence and instrumentalities of crime for which such assistance can be given provided that the Requesting Party provides all information which the Requested Party considers necessary.

2. Where a request is made under paragraph 1, the request shall be accompanied by the original signed order, or a duly authenticated copy of it.

3. A request for assistance under this Article shall be made only in respect of orders and judgements that are made after the coming into force of this Treaty.

4. Subject to the domestic laws of the Requested Party, property forfeited or confiscated pursuant to this Article may accrue to the Requesting Party unless otherwise agreed in each particular case.

5. The Requested Party shall, subject to its domestic laws, pursuant to any agreement with the Requesting Party

transfer to the Requesting Party the agreed share of the property recovered under this Article subject to the payment of costs and expenses incurred by the Requested Party in enforcing the forfeiture order.

ARTICLE 23. COMPATIBILITY WITH OTHER ARRANGEMENTS

Nothing in this Treaty shall prevent the Parties from providing assistance to each other pursuant to other treaties, arrangements or the provisions of their national laws.

ARTICLE 24. CERTIFICATION AND AUTHENTICATION

1. Each Party shall, upon request, authenticate any documents or other material to be transmitted to the other Party under this Treaty.

2. A document is duly authenticated for the purposes of this Treaty if -

   (a) it purports to be signed or certified by a judge, magistrate, or officer in or of the Party transmitting the document duly authorized by the law of that Party; and

   (b) either -

      (i) it is verified by the oath or affirmation of a witness, or of an officer of the government of that Party; or

      (ii) it purports to be sealed with an official or public seal of that Party or of a Minister of State, or of a department or officer of the government, of that Party.

3. Nothing in this Article shall prevent the proof of any matter or the admission in evidence of any document in accordance with the law of the Requesting Party.

4. Subject to the domestic laws of each Party -

   (a) a document signed with a digital or electronic signature in accordance with the laws of the Party concerned shall be as legally binding as a document signed with a handwritten signature, an affixed thumb-print or any other mark; and

   (b) a digital or electronic signature created in accordance with the laws of the Party concerned shall be deemed to be a legally binding signature.

ARTICLE 25. COSTS

1. The Requested Party shall assume all ordinary expenses of fulfilling the request for assistance except that the Requesting Party shall bear -

   (a) the fees of counsel retained at the request of the Requesting Party;

   (b) the fees and expenses of expert witnesses;

   (c) the costs of translation, interpretation and transcription;

   (d) the expenses associated with conveying any person to or from the territory of the Requested Party and the fees, allowances and expenses payable to the person concerned while that person is in the Requesting Party pursuant to a request made under Article 14 or 15 of this Treaty; and

   (e) the expenses associated with conveying custodial or escorting officers.

2. The cost of establishing live video or television links or other appropriate communications facilities, the costs related to the servicing of live video or television links or other appropriate communications facilities, the remuneration of interpreters provided by the Requested Party and allowances to witnesses and their traveling expenses in the Requested Party shall be refunded by the Requesting Party to the Requested Party, unless the Parties mutually agree otherwise.

3. If during the execution of the request it becomes apparent that expenses of an extraordinary or substantial nature are required to fulfill the request, the Parties shall consult to determine the terms and conditions under which the execution of the request is to be effected or continued.

ARTICLE 26. CONSULTATION

1. The Central Authorities of the Parties shall consult, at times mutually agreed upon by them, to promote the most effective use of this Treaty.

2. The Parties may develop such practical measures as may be necessary to facilitate the implementation of this Treaty.

ARTICLE 27. AMENDMENT

1. This Treaty may be modified or amended at any time by mutual written consent of the Parties. Such modification or amendment will enter into force on such date as may be mutually agreed upon by the Parties and will form part of this Treaty.

2. Any modification or amendment will be without prejudice to the rights and obligations arising from or based on this Treaty before or up to the date such modification or amendment enters into force.

ARTICLE 28. SETTLEMENT OF DISPUTES

Any difference or dispute between the Parties arising from the interpretation or implementation of the provisions of this Treaty shall be settled amicably through consultation or negotiation between the Parties through diplomatic channels or any other peaceful means for the settlement of disputes as agreed between the Parties.

ARTICLE 29. RESERVATIONS

This Treaty shall not be subject to reservations.

ARTICLE 30. SIGNATURE, RATIFICATION, ACCESSION, DEPOSIT AND REGISTRATION

1. This Treaty shall be subject to ratification, acceptance, approval or accession in accordance with the constitutional procedure of the signatory States.

2. Any State may accede to this Treaty upon consensus by the original Parties.

3. The instruments of ratification, acceptance, approval or accession shall be deposited with the Government of Malaysia which is designated as the Depositary State.

4. The Depositary State shall inform the other States that are Parties to this Treaty on the deposit of instruments of ratification, acceptance, approval or accession.

5. The Depositary State shall register this Treaty pursuant to Article 102 of the Charter of the United Nations.

ARTICLE 31. ENTRY INTO FORCE, APPLICATION AND TERMINATION

1. This Treaty shall enter into force for each Party ratifying, accepting, approving or acceding to it on the date of the deposit of its instrument of ratification, acceptance, approval or accession.

2. This Treaty shall apply to requests presented after the date of its entry into force for both the Parties concerned whether the relevant acts or omissions constituting the offence occurred before or after that date.

3. Any Party may denounce this Treaty by written notification to the Depositary State. Denunciation shall take effect six months following the date on which notification is received by the Depositary State.

4. Denunciation of this Treaty shall be without prejudice to the rights and obligations arising from or based on this Treaty and to the completion of any requests made pursuant to this Treaty before or up to the date of denunciation.

5. The denunciation of this Treaty shall have effect only as regards the Party that has notified it. The Treaty shall remain in force for the other Parties.

ARTICLE 32. DEPOSITARY OF TREATY

The original of this Treaty shall be deposited with the Depositary State which shall send certified copies of it to all the Parties.

IN WITNESS WHEREOF the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Treaty.

Done at Kuala Lumpur on this 29th day of November 2004 in one original copy in the English language.

FOR THE GOVERNMENT OF BRUNEI DARUSSALAM

Dato' Seri Paduka Haji Kifrawi
Dato' Paduka Haji Kifli
Attorney General

FOR THE GOVERNMENT OF THE KINGDOM OF CAMBODIA

Ang Vong Vathana
Minister of Justice

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF INDONESIA

Dr. Hamid Awaludin
Minister of Law and Human Rights

FOR THE GOVERNMENT OF THE LAO PEOPLE'S DEMOCRATIC REPUBLIC

Kham Ouane Boupha
Minister of Justice

FOR THE GOVERNMENT OF MALAYSIA

Tan Sri Abdul Gani Patail
Attorney General

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF THE PHILIPPINES

Macabangkit Lanto
Undersecretary, Department of Justice

FOR THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SINGAPORE

Chan Sek Keong
Attorney General

FOR THE GOVERNMENT OF THE SOCIALIST REPUBLIC OF VIETNAM

Le The Tiem
Vice Minister of Public Security

AND FURTHER TO the consensus of the existing signatory States that the Union of Myanmar and the Kingdom of Thailand should also sign and ratify the Treaty as original Parties, the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Treaty.

Signed at Kuala Lumpur on this 17th day of January 2006.

FOR THE GOVERNMENT OF THE UNION OF MYANMAR

U Myint Aung
Ambassador of the Union of Myanmar to Malaysia

FOR THE GOVERNMENT OF THE KINGDOM OF THAILAND

Pachara Yutidhammadamrong
Attorney General

ANEXO II
Tradução para língua portuguesa

TRATADO
SOBRE
ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM MATÉRIA PENAL

Os Governos de Brunei Darussalam, o Reino do Camboja, a República da Indonésia, a República Democrática Popular do Laos, a Malásia, a União de Myanmar, a República das Filipinas, a República de Singapura, o Reino da Tailândia e a República Socialista do Vietname (doravante denominados individualmente como "a Parte" e coletivamente como "as Partes"):

DESEJANDO melhorar a eficácia das autoridades responsáveis pela aplicação da lei das Partes na prevenção, investigação e repressão de ofensas penais, através da cooperação e da assistência jurídica mútua em matéria penal,

ACORDARAM o seguinte:

ARTIGO 1.º
ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA

1. As Partes, de acordo com este Tratado e sujeitas às respetivas legislações internas, prestarão entre si a mais ampla assistência jurídica mútua em matéria penal, nomeadamente em investigações, processos penais e procedimentos resultantes.

2. A assistência mútua prestada nos termos deste Tratado poderá incluir:

   (a) obtenção de provas ou declarações voluntárias de pessoas;

   (b) organização para que pessoas prestem depoimentos ou assistam em matérias penais;

   (c) citação e notificação de documentos judiciais;

   (d) execução de buscas e apreensões;

   (e) exame de objetos e locais;

   (f) fornecimento de originais ou cópias autenticadas de documentos, registos e itens de prova pertinentes;

   (g) identificação ou localização de bens provenientes da prática de um crime e instrumentos do crime;

   (h) restrição de transações envolvendo bens provenientes de crimes ou congelamento de tais bens que possam ser recuperados, perdidos ou confiscados;

   (i) recuperação, perda ou confisco de bens provenientes de crimes;

   (j) localização e identificação de testemunhas e suspeitos; e

   (k) prestação de qualquer outra assistência que seja acordada e compatível com os objetivos deste Tratado e com as leis da Parte Requerida.

3. Este Tratado aplica-se exclusivamente à prestação de assistência mútua entre as Partes. As disposições deste Tratado não criam qualquer direito para particulares obterem, suprimirem ou excluírem provas, nem para impedirem a execução de qualquer pedido de assistência.

4. Para efeitos deste Tratado, a expressão "instrumentos do crime" refere-se a bens utilizados na prática de um crime ou ao valor equivalente desses bens.

ARTIGO 2.º
NÃO APLICAÇÃO

1. Este Tratado não se aplica:

   (a) à detenção ou prisão de qualquer pessoa com vista à extradição dessa pessoa;

   (b) à execução, na Parte Requerida, de sentenças penais impostas na Parte Requerente, salvo na medida permitida pela legislação da Parte Requerida;

   (c) à transferência de pessoas sob custódia para cumprimento de penas; e

   (d) à transferência de processos em matérias penais.

2. Nada neste Tratado confere a uma Parte o direito de exercer, no território de outra Parte, jurisdição ou desempenhar funções reservadas exclusivamente às autoridades dessa outra Parte, nos termos das respetivas legislações nacionais.

ARTIGO 3.º
LIMITAÇÕES À ASSISTÊNCIA

1. A Parte Requerida recusará assistência se, na sua opinião:

   (a) o pedido se referir à investigação, processo penal ou punição de uma pessoa por uma ofensa que seja, ou que pelas circunstâncias em que é alegada ter sido cometida ou foi cometida, uma ofensa de natureza política;

   (b) o pedido se referir à investigação, processo penal ou punição de uma pessoa por um ato ou omissão que, caso tivesse ocorrido na Parte Requerida, constituiria uma ofensa militar ao abrigo das leis da Parte Requerida, mas que não seja igualmente uma ofensa ao abrigo da legislação penal comum da Parte Requerida;

   (c) houver motivos substanciais para crer que o pedido foi feito com o propósito de investigar, processar, punir ou de qualquer outra forma prejudicar uma pessoa em razão da sua raça, religião, sexo, origem étnica, nacionalidade ou opiniões políticas;

   (d) o pedido se referir à investigação, processo penal ou punição de uma pessoa por uma ofensa em que a pessoa:

      (i) tenha sido condenada, absolvida ou perdoada por um tribunal competente ou outra autoridade na Parte Requerente ou Parte Requerida; ou

(ii) tenha cumprido a pena prevista pela lei da Parte Requerente ou Parte Requerida, em relação àquela ofensa ou a outra ofensa constituída pelo mesmo ato ou omissão;

(e) o pedido se referir à investigação, processo penal ou punição de uma pessoa por um ato ou omissão que, caso tivesse ocorrido na Parte Requerida, não constituiria ofensa ao abrigo das leis da Parte Requerida, salvo quando a Parte Requerida puder prestar assistência na ausência de dupla incriminação, se permitido pela sua legislação nacional;

(f) a prestação da assistência afetar a soberania, segurança, ordem pública, interesse público ou interesses essenciais da Parte Requerida;

(g) a Parte Requerente não se comprometer a cumprir um pedido futuro de natureza similar apresentado pela Parte Requerida em matéria penal;

(h) a Parte Requerente não se comprometer a não utilizar o item solicitado para um propósito distinto do caso penal em relação ao qual o pedido foi feito, salvo com o consentimento da Parte Requerida para dispensar tal compromisso;

(i) a Parte Requerente não se comprometer a devolver à Parte Requerida, mediante solicitação, qualquer item obtido em virtude do pedido, após a conclusão do caso penal relacionado;

(j) a prestação da assistência puder prejudicar um caso penal em curso na Parte Requerida; ou

(k) a prestação da assistência exigir a adoção de medidas contrárias às leis da Parte Requerida.

2. A Parte Requerida poderá recusar assistência se, na sua opinião:

(a) a Parte Requerente, em relação ao pedido, não tiver cumprido quaisquer termos essenciais deste Tratado ou de outros acordos relevantes;

(b) a prestação da assistência puder, ou provavelmente, prejudicar a segurança de qualquer pessoa, dentro ou fora do território da Parte Requerida; ou

(c) a prestação da assistência impor um ônus excessivo sobre os recursos da Parte Requerida.

3. Para os fins do parágrafo 1(a), as seguintes ofensas não serão consideradas de natureza política:

(a) uma ofensa contra a vida ou integridade de um Chefe de Estado ou de um membro da sua família imediata;

(b) uma ofensa contra a vida ou integridade de um Chefe de Governo central, ou de um Ministro de Governo central;

(c) uma ofensa abrangida pelo âmbito de qualquer convenção internacional à qual tanto a Parte Requerente quanto a Parte Requerida sejam partes e que imponha às Partes a obrigação de extraditar ou processar uma pessoa acusada de cometer tal ofensa; e

(d) qualquer tentativa, cumplicidade ou conspiração para cometer qualquer das ofensas referidas nos subparágrafos (a) a (c).

4. A Parte Requerida poderá restringir a aplicação de quaisquer disposições estabelecidas no parágrafo 3, consoante se a Parte Requerente tiver adotado disposições similares na sua legislação.

5. A assistência não será recusada unicamente com base no sigilo bancário ou de instituições financeiras similares, ou no fato de a ofensa também envolver questões fiscais.

6. A Parte Requerida poderá adiar a execução do pedido se a sua execução imediata interferir com processos penais em curso na Parte Requerida.

7. Antes de recusar um pedido ou adiar a sua execução nos termos deste Artigo, a Parte Requerida deverá considerar se a assistência pode ser concedida sob certas condições.

8. Caso a Parte Requerente aceite a assistência sujeita aos termos e condições impostas no parágrafo 7, deverá cumprir esses termos e condições.

9. Caso a Parte Requerida recuse ou adie a assistência, deverá informar prontamente à Parte Requerente os motivos da recusa ou adiamento.

10. As Partes, sujeitas às respetivas legislações nacionais, deverão reciprocamente conceder qualquer assistência em relação a uma ofensa equivalente, independentemente da pena aplicável.

ARTIGO 4.º
DESIGNAÇÃO DAS AUTORIDADES CENTRAIS

1. Cada Parte designará uma Autoridade Central para efetuar e receber pedidos ao abrigo deste Tratado.

2. A designação da Autoridade Central será feita no momento do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão a este Tratado.

3. Cada Parte deverá notificar prontamente as outras sobre qualquer alteração na designação da sua Autoridade Central.

4. As Autoridades Centrais comunicarão diretamente entre si, mas poderão, se assim o entenderem, comunicar através do canal diplomático.

ARTIGO 5.º
FORMA DOS PEDIDOS

1. Os pedidos de assistência deverão ser feitos por escrito ou, quando possível, por qualquer meio capaz de produzir um registo escrito sob condições que permitam à Parte Requerida verificar a sua autenticidade. Em situações urgentes e quando permitido pela legislação

da Parte Requerida, os pedidos podem ser feitos oralmente, mas nesses casos deverão ser confirmados por escrito no prazo de cinco dias.

2. As Autoridades Centrais tratarão da transmissão de todos os pedidos e de qualquer comunicação relacionada com os mesmos. Em situações urgentes e quando permitido pela legislação da Parte Requerida, os pedidos e qualquer comunicação relacionada poderão ser transmitidos através da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL [abreviatura original em língua inglesa]) ou da Organização de Polícia do Sudeste Asiático (ASEANAPOL [abreviatura original em língua inglesa]).

ARTIGO 6.º
CONTEÚDO DOS PEDIDOS

1. Um pedido de assistência em matéria penal deverá conter as informações exigidas pela Parte Requerida para executar o pedido, incluindo:

   (a) o nome do organismo requerente e da autoridade competente que conduz a investigação ou os processos penais a que o pedido diz respeito;

   (b) o objetivo do pedido e a natureza da assistência solicitada;

   (c) uma descrição da natureza da questão penal e do seu estado atual, acompanhada de um resumo dos factos e leis relevantes;

   (d) uma descrição da ofensa a que o pedido se refere, incluindo a pena máxima aplicável;

   (e) uma descrição dos factos alegados que constituem a ofensa e uma declaração ou texto das leis relevantes;

   (f) uma descrição dos atos ou omissões essenciais alegados ou cuja verificação se pretende;

   (g) uma descrição das provas, informações ou outra assistência solicitada;

   (h) os motivos e detalhes de qualquer procedimento ou requisito específico que a Parte Requerente deseja que seja seguido;

   (i) a especificação de qualquer prazo dentro do qual se deseja o cumprimento do pedido;

   (j) quaisquer requisitos especiais de confidencialidade e os motivos para tal; e

   (k) outras informações ou compromissos exigidos pela legislação nacional da Parte Requerida ou que sejam necessários para a execução adequada do pedido.

2. Os pedidos de assistência poderão também, na medida do necessário, conter as seguintes informações:

   (a) a identidade, nacionalidade e localização da pessoa ou pessoas que são objeto da investigação ou processos penais;

   (b) a identidade e localização de qualquer pessoa de quem se procure obter provas;

   (c) a identidade e localização de uma pessoa a ser notificada, a sua relação com o processo penal e o modo como a notificação deve ser efetuada;

   (d) informações sobre a identidade e paradeiro de uma pessoa a localizar;

   (e) uma descrição da forma como qualquer testemunho ou declaração deve ser obtido e registado;

   (f) uma lista de perguntas a serem feitas a uma testemunha;

   (g) uma descrição dos documentos, registos ou itens de prova a serem produzidos, bem como a descrição da pessoa adequada a ser solicitada para produzi-los e, na medida em que não tenha sido de outra forma prevista, a forma como devem ser reproduzidos e autenticados;

   (h) uma declaração sobre se são necessárias provas ou declarações sob juramento ou com afirmação;

   (i) uma descrição da propriedade, ativo ou artigo a que o pedido se refere, incluindo a sua identidade e localização; e

   (j) qualquer ordem judicial relacionada com a assistência solicitada e uma declaração sobre a sua definitividade.

3. Os pedidos, documentos de apoio e outras comunicações efetuados ao abrigo deste Tratado deverão ser redigidos em língua inglesa e, se necessário, acompanhados de uma tradução para a língua da Parte Requerida ou outra língua aceitável para esta.

4. Se a Parte Requerida considerar que as informações contidas no pedido não são suficientes para permitir a sua análise, poderá solicitar informações adicionais. A Parte Requerente deverá fornecer as informações adicionais que a Parte Requerida considere necessárias para viabilizar o cumprimento do pedido.

ARTIGO 7.º
EXECUÇÃO DOS PEDIDOS

1. Os pedidos de assistência devem ser executados de forma célere, de acordo com as disposições das leis e práticas da Parte Requerida. Sujeita às suas leis e práticas internas, a Parte Requerida deve executar o pedido de acordo com o modo especificado pela Parte Requerente.

2. A Parte Requerida deverá, se solicitado e sujeito às suas leis e práticas internas, tomar todas as providências necessárias para a representação da Parte Requerente perante a Parte Requerida em qualquer processo penal que surja de um pedido de assistência, e deverá, de outro modo, representar os interesses da Parte Requerente.

3. A Parte Requerida deverá responder com a maior brevidade possível a perguntas razoáveis da Parte Requerente sobre o progresso da execução do pedido.

4. A Parte Requerida pode pedir à Parte Requerente que forneça informações na forma necessária para possibilitar a execução do pedido ou para adotar quaisquer medidas que se revelem necessárias de acordo com as leis e práticas da Parte Requerida, a fim de dar cumprimento ao pedido recebido da Parte Requerente.

ARTIGO 8.º
LIMITAÇÕES NA UTILIZAÇÃO DAS PROVAS OBTIDAS

1. A Parte Requerente não deverá, sem o consentimento da Parte Requerida e sujeita às condições que a Parte Requerida considere necessárias, utilizar, divulgar ou transferir as informações ou provas fornecidas pela Parte Requerida para fins diferentes daqueles indicados no pedido.

2. Não obstante o disposto no número 1, em casos em que a acusação seja alterada, as informações ou provas fornecidas poderão ser utilizadas, com o prévio consentimento da Parte Requerida, na medida em que o crime, tal como formulado, seja um crime para o qual a assistência jurídica mútua possa ser prestada ao abrigo deste Tratado, e que esteja fundamentado nos factos que originaram o pedido.

ARTIGO 9.º
PROTEÇÃO DA CONFIDENCIALIDADE

1. A Parte Requerida deverá, sujeita às suas leis internas, tomar todas as medidas adequadas para manter a confidencialidade do pedido de assistência, do seu conteúdo e dos documentos de apoio, do facto de concessão dessa assistência e de qualquer ação tomada em cumprimento do pedido. Caso o pedido não possa ser executado sem violar os requisitos de confidencialidade, a Parte Requerida deverá informar a Parte Requerente, que decidirá se o pedido deverá, ainda assim, ser executado.

2. A Parte Requerente deverá, sujeita às suas leis internas, tomar todas as medidas adequadas para:

   (a) manter confidenciais as informações e as provas fornecidas pela Parte Requerida, exceto na medida em que as provas e informações sejam necessárias para os fins descritos no pedido;

   (b) garantir que as informações e as provas sejam protegidas contra perda, acesso não autorizado, uso, modificação, divulgação ou outro uso indevido.

ARTIGO 10.º
OBTENÇÃO DE DECLARAÇÕES VOLUNTÁRIAS

Quando for feito um pedido para obter uma declaração de uma pessoa para efeitos de uma matéria criminal na Parte Requerente, a Parte Requerida envidará esforços, com o consentimento dessa pessoa, para obter essa declaração.

ARTIGO 11.º
OBTENÇÃO DE PROVAS

1. A Parte Requerida deverá, sujeita às suas leis internas, providenciar a obtenção de provas, incluindo depoimentos juramentados ou afirmados, documentos ou registos, a serem recolhidos ou obtidos de testemunhas para efeitos de uma matéria criminal, para transmissão à Parte Requerente.

2. Quando se pretender colher depoimentos juramentados ou afirmados ao abrigo deste Artigo, as partes nos respetivos processos criminais na Parte Requerente ou os seus representantes legais poderão, sujeito às leis internas da Parte Requerida, comparecer e interrogar a pessoa que prestar esse depoimento.

3. Nada no presente Artigo impede o uso de links de vídeo ao vivo ou de televisão ao vivo, ou outras instalações de comunicação apropriadas, de acordo com as leis e práticas da Parte Requerida, para a execução deste Artigo, se tal for conveniente para a justiça.

ARTIGO 12.º
DIREITO DE RECUSAR PRESTAR PROVAS

1. A pessoa que for obrigada a prestar depoimento juramentado ou afirmado, ou a produzir documentos, registos ou outras provas ao abrigo do Artigo 11 deste Tratado na Parte Requerida, em cumprimento de um pedido de assistência, poderá recusar-se a fazê-lo quando:

   (a) a lei da Parte Requerida permita ou exija que essa pessoa se recuse a fazê-lo em circunstâncias semelhantes em processos que se originem na Parte Requerida; ou

   (b) a lei da Parte Requerente permita ou exija que essa pessoa se recuse a fazê-lo em circunstâncias semelhantes em processos que se originem na Parte Requerente.

2. Se a pessoa alegar que tem o direito de recusar prestar depoimento juramentado ou afirmado, ou produzir documentos, registos ou outras provas ao abrigo do Artigo 11 deste Tratado, ao abrigo da lei da Parte Requerente, a Parte Requerente deverá, se solicitado, fornecer um certificado à Parte Requerida quanto à existência ou não desse direito.

ARTIGO 13.º
FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS E OUTROS REGISTOS DE ACESSO PÚBLICO

1. A Parte Requerida deverá fornecer à Parte Requerente cópias de documentos ou registos de acesso público em posse dos departamentos e agências governamentais.

2. A Parte Requerida poderá, sujeito às suas leis e práticas internas, fornecer à Parte Requerente cópias de quaisquer documentos ou registos em posse dos departamentos e agências governamentais que não sejam de acesso

público. A Parte Requerida poderá, a seu critério, recusar, total ou parcialmente, um pedido ao abrigo deste parágrafo.

ARTIGO 14.º
COMPARECIMENTO DE PESSOA NA PARTE REQUERENTE

1. A Parte Requerida poderá, sujeito às suas leis e práticas internas, prestar assistência na organização do comparecimento de uma pessoa na Parte Requerida, com o seu consentimento, na Parte Requerente:

   (a) para prestar assistência nas investigações relacionadas com uma matéria criminal na Parte Requerente; ou

   (b) para comparecer em processos relacionados com uma matéria criminal na Parte Requerente, salvo se essa pessoa for a acusada.

2. A Parte Requerida deverá, se estiver convencida de que a Parte Requerente tomará as providências necessárias para garantir a segurança da pessoa, convidá-la a prestar depoimento ou fornecer assistência em relação a uma matéria criminal na Parte Requerente. A pessoa deverá ser informada sobre quaisquer despesas ou subsídios a serem pagos.

3. A Parte Requerida deverá informar prontamente a Parte Requerente sobre a resposta da pessoa e, caso ela consinta, tomar as medidas necessárias para facilitar o seu comparecimento na Parte Requerente.

4. Nada neste Artigo impede o uso de links de vídeo ao vivo ou de televisão ao vivo, ou outras instalações de comunicação apropriadas, de acordo com as leis e práticas da Parte Requerida, se tal for conveniente para a justiça.

ARTIGO 15.º
COMPARECIMENTO DE PESSOA EM CUSTÓDIA NA PARTE REQUERENTE

1. A Parte Requerida poderá, sujeito às suas leis e práticas internas, concordar em permitir a transferência temporária para a Parte Requerente de uma pessoa em custódia na Parte Requerida, com o seu consentimento, para prestar depoimento ou para prestar assistência nas investigações.

2. Enquanto a pessoa transferida estiver a ser mantida em custódia nos termos da lei da Parte Requerida, a Parte Requerente deverá mantê-la em custódia e devolvê-la em custódia à Parte Requerida após a conclusão do assunto relativo ao qual foi solicitada a transferência, ou em qualquer momento anterior em que a presença da pessoa já não seja necessária.

3. Quando a Parte Requerida informar a Parte Requerente de que a pessoa transferida já não precisa de ser mantida em custódia, essa pessoa será libertada e tratada como uma pessoa referida no Artigo 14 deste Tratado.

4. A Parte Requerente não poderá exigir à Parte Requerida que inicie processos de extradição para a devolução da pessoa transferida.

5. O período durante o qual a pessoa esteve sob custódia da Parte Requerente será contado para o período de sua prisão ou detenção na Parte Requerida.

6. Nenhuma transferência ao abrigo deste Artigo será efetivada, a menos que a Parte Requerente forneça um compromisso de:

   (a) suportar e ser responsável por todas as despesas relativas à transferência da custódia;

   (b) manter a pessoa sob custódia legal durante toda a transferência da sua custódia; e

   (c) devolvê-la à custódia da Parte Requerida imediatamente após a sua comparecência perante a autoridade ou tribunal competente na Parte Requerente ser dispensada.

7. Nada neste Artigo impede o uso de links de vídeo ao vivo ou de televisão ao vivo, ou outras instalações de comunicação apropriadas, de acordo com as leis e práticas da Parte Requerida, se tal for conveniente para a justiça.

ARTIGO 16.º
SALVAGUARDA DE CONDUTA

1. Sujeito ao número 2, quando uma pessoa se encontrar na Parte Requerente em cumprimento de um pedido feito ao abrigo dos Artigos 14 ou 15 deste Tratado:

   (a) essa pessoa não poderá ser detida, processada, punida ou sujeita a qualquer outra restrição da liberdade pessoal na Parte Requerente por quaisquer atos ou omissões ou condenações por qualquer ofensa à lei da Parte Requerente que se alegue ter sido cometida, ou que tenha sido cometida, antes da partida da pessoa da Parte Requerida;

   (b) essa pessoa não poderá, sem o seu consentimento, ser obrigada a prestar depoimento em qualquer matéria criminal na Parte Requerente, exceto na matéria criminal a que se refere o pedido; ou

   (c) essa pessoa não poderá ser sujeita a qualquer ação civil em relação a qualquer ato ou omissão da pessoa que se alegue ter ocorrido, ou que tenha ocorrido, antes da partida da pessoa da Parte Requerida.

2. O número 1 cessará de aplicar-se se a pessoa, estando livre e podendo sair, não tiver deixado a Parte Requerente dentro de um período de 15 dias consecutivos após ter sido oficialmente informada ou notificada de que a sua presença já não é necessária, ou, tendo saído, tiver retornado voluntariamente.

3. Uma pessoa que compareça perante uma autoridade competente ou tribunal na Parte Requerente, em cumprimento de um pedido feito ao abrigo dos Artigos 14

ou 15 deste Tratado, não poderá ser sujeita a processo com base nesse depoimento, salvo no que diz respeito às leis da Parte Requerente relativas ao desacato ao tribunal e perjúrio.

4. Uma pessoa que não consinta em comparecer na Parte Requerente, em cumprimento de um pedido feito ao abrigo dos Artigos 14 ou 15 deste Tratado, não poderá, apenas por razão de tal recusa ou falta de consentimento, ser sujeita a qualquer penalidade ou responsabilidade, nem prejudicada em termos legais, não obstante qualquer disposição contrária no pedido.

ARTIGO 17.º
TRÂNSITO DE PESSOAS EM CUSTÓDIA

1. A Parte Requerida poderá, sujeito às suas leis e práticas internas, autorizar o trânsito, através do seu território, de uma pessoa detida pela Parte Requerente ou por um Estado terceiro, cuja presença tenha sido solicitada pela Parte Requerente para uma matéria criminal.

2. Quando a aeronave, navio ou comboio pelo qual a pessoa está a ser transportada aterrar, chamar ou parar na Parte Requerida, os oficiais de custódia ou escolta da Parte Requerente ou, se aplicável, do Estado terceiro que está a apoiar a Parte Requerente para facilitar a transferência, continuarão a ser responsáveis pela custódia da pessoa durante o seu trânsito na Parte Requerida, salvo se acordado de outra forma pela Parte Requerida.

3. Sem prejuízo do disposto no número 2 e quando a Parte Requerida concordar, a pessoa que está a ser transportada poderá ser mantida temporariamente sob custódia de uma autoridade competente da Parte Requerida até que o transporte seja continuado.

4. Quando uma pessoa esteja sob custódia na Parte Requerida em trânsito e o transporte dessa pessoa não seja continuado dentro de um prazo razoável, a Parte Requerida poderá determinar que a pessoa seja transportada de volta em custódia para o Estado de onde a pessoa foi originalmente transportada.

5. Todos os custos e despesas incorridos pela Parte Requerida em relação aos números 3 e 4 serão reembolsados pela Parte Requerente.

ARTIGO 18.º
BUSCA E APREENSÃO

1. A Parte Requerida deverá, sujeito às suas leis internas, executar um pedido de busca, apreensão e entrega de quaisquer documentos, registos ou objetos à Parte Requerente, se houver motivos razoáveis para acreditar que os documentos, registos ou objetos são relevantes para uma matéria criminal na Parte Requerente.

2. A Parte Requerente deverá observar quaisquer condições impostas pela Parte Requerida em relação a quaisquer documentos, registos ou objetos apreendidos que possam ser entregues à Parte Requerente, considerados necessários pela Parte Requerida para proteger os documentos, registos ou objetos a serem transferidos.

3. A Parte Requerida deverá informar a Parte Requerente, o mais brevemente possível, sobre o resultado de qualquer busca, o local e as circunstâncias da apreensão e a subsequente custódia dos documentos, registos ou objetos apreendidos.

ARTIGO 19.º
RETORNO DE PROVAS

1. A Parte Requerente deverá, ao término da matéria criminal relativamente à qual foi feito o pedido de assistência, devolver à Parte Requerida quaisquer documentos, registos ou objetos fornecidos à Parte Requerente em conformidade com o pedido feito ao abrigo deste Tratado.

2. Não obstante o número 1, a Parte Requerente deverá, a qualquer momento, mediante pedido, devolver temporariamente à Parte Requerida quaisquer documentos, registos ou objetos fornecidos à Parte Requerente em conformidade com o pedido feito ao abrigo deste Tratado, se estes forem necessários para uma matéria criminal na Parte Requerida.

ARTIGO 20.º
LOCALIZAÇÃO OU IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS

A Parte Requerida deverá, sujeito às suas leis internas, envidar os melhores esforços para apurar a localização ou identidade de uma pessoa especificada no pedido e que seja razoavelmente acreditada estar no seu território.

ARTIGO 21.º
CITAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. A Parte Requerida deverá, sujeito às suas leis internas, envidar os melhores esforços para efetuar a citação de qualquer documento relativo a uma matéria criminal emitido por qualquer tribunal na Parte Requerente.

2. A Parte Requerente deverá transmitir qualquer pedido para a citação de um documento que exija resposta ou comparecimento na Parte Requerente, no mínimo, trinta dias antes do prazo previsto para a resposta ou comparecimento.

3. A Parte Requerida deverá devolver uma prova de citação da forma mutuamente acordada pelas Partes interessadas.

4. Para os efeitos do número 3, a expressão "prova de citação" inclui informações sob a forma de uma declaração juramentada sobre quando e como o documento foi citado e, sempre que possível, um recibo assinado pela pessoa a quem foi entregue o documento. Caso o oficial de citação não tenha conseguido efetuar a citação, esse fato e a razão para a falha deverão ser indicados.

ARTIGO 22.º
ASSISTÊNCIA EM PROCESSOS DE CONFISCO

1. A Parte Requerida deverá, sujeito às suas leis internas, envidar esforços para localizar, rastrear, restringir, congelar, apreender, confiscar ou perder bens derivados da prática de um crime e os instrumentos do crime para os quais possa ser prestada assistência, desde que a Parte Requerente forneça todas as informações que a Parte Requerida considere necessárias.

2. Quando um pedido for feito ao abrigo do número 1, o pedido deverá ser acompanhado pela ordem original assinada ou por uma cópia devidamente autenticada dela.

3. Um pedido de assistência ao abrigo deste Artigo será feito apenas relativamente a ordens e decisões emitidas após a entrada em vigor deste Tratado.

4. Sujeito às leis internas da Parte Requerida, os bens confiscados ou perdidos ao abrigo deste Artigo poderão reverter a favor da Parte Requerente, salvo acordo em contrário para cada caso específico.

5. A Parte Requerida deverá, sujeito às suas leis internas, e de acordo com qualquer acordo com a Parte Requerente, transferir para a Parte Requerente a parte acordada dos bens recuperados ao abrigo deste Artigo, sujeita ao pagamento dos custos e despesas incorridos pela Parte Requerida na execução da ordem de perda.

ARTIGO 23.º
COMPATIBILIDADE COM OUTROS ACORDOS

Nada neste Tratado impedirá que as Partes prestem assistência mútua nos termos de outros tratados, acordos ou disposições das suas legislações nacionais.

ARTIGO 24.º
CERTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO

1. Cada Parte deverá, mediante solicitação, autenticar quaisquer documentos ou outros materiais a serem transmitidos à outra Parte ao abrigo deste Tratado.

2. Um documento é devidamente autenticado para os efeitos deste Tratado se –

   (a) afirmar ter sido assinado ou certificado por um juiz, magistrado ou oficial da Parte que transmite o documento, devidamente autorizado pela lei dessa Parte; e

   (b) ou –

      (i) for verificado pelo juramento ou afirmação de uma testemunha ou de um oficial do governo dessa Parte; ou

      (ii) afirmar ter sido selado com um selo oficial ou público dessa Parte, ou de um Ministro de Estado, ou de um departamento ou oficial do governo dessa Parte.

3. Nada neste Artigo impedirá a prova de qualquer matéria ou a admissão em juízo de qualquer documento de acordo com a lei da Parte Requerente.

4. Sujeito às leis internas de cada Parte –

   (a) um documento assinado com uma assinatura digital ou eletrônica de acordo com as leis da Parte em questão será legalmente vinculativo, assim como um documento assinado com uma assinatura manuscrita, uma impressão digital ou qualquer outro sinal; e

   (b) uma assinatura digital ou eletrônica criada de acordo com as leis da Parte em questão será considerada como uma assinatura legalmente vinculativa.

ARTIGO 25.º
CUSTOS

1. A Parte Requerida deverá assumir todas as despesas ordinárias para cumprir o pedido de assistência, exceto que a Parte Requerente deverá arcar com –

   (a) os honorários de advogados contratados a pedido da Parte Requerente;

   (b) os honorários e despesas de peritos;

   (c) os custos de tradução, interpretação e transcrição;

   (d) as despesas associadas ao transporte de qualquer pessoa para ou a partir do território da Parte Requerida e os honorários, ajudas de custo e despesas pagas à pessoa interessada enquanto essa pessoa estiver na Parte Requerente, em conformidade com um pedido feito ao abrigo dos Artigos 14 ou 15 deste Tratado; e

   (e) as despesas associadas ao transporte de oficiais de custódia ou escolta.

2. O custo de estabelecer links de vídeo ao vivo ou de televisão ou outras instalações de comunicação adequadas, os custos relacionados ao serviço de links de vídeo ao vivo ou de televisão ou outras instalações de comunicação adequadas, a remuneração de intérpretes fornecidos pela Parte Requerida e as ajudas de custo aos testemunhas e suas despesas de viagem na Parte Requerida serão reembolsados pela Parte Requerente à Parte Requerida, salvo acordo mútuo em contrário.

3. Se, durante a execução do pedido, se tornar evidente que são necessárias despesas extraordinárias ou substanciais para cumprir o pedido, as Partes deverão consultar-se para determinar os termos e condições sob os quais a execução do pedido deverá ser feita ou continuada.

ARTIGO 26.º
CONSULTA

1. As Autoridades Centrais das Partes deverão consultar-se, em momentos mutuamente acordados, para promover o uso mais eficaz deste Tratado.

2. As Partes poderão desenvolver as medidas práticas necessárias para facilitar a implementação deste Tratado.

ARTIGO 27.º
ALTERAÇÃO

1. Este Tratado poderá ser modificado ou alterado a qualquer momento por consentimento mútuo por escrito das Partes. Tal modificação ou alteração entrará em vigor na data mutuamente acordada pelas Partes e fará parte deste Tratado.

2. Qualquer modificação ou alteração será sem prejuízo dos direitos e obrigações decorrentes deste Tratado antes ou até a data em que tal modificação ou alteração entre em vigor.

ARTIGO 28.º
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Qualquer diferença ou litígio entre as Partes resultante da interpretação ou implementação das disposições deste Tratado deverá ser resolvida amigavelmente por meio de consulta ou negociação entre as Partes, por canais diplomáticos ou por quaisquer outros meios pacíficos para a resolução de litígios, conforme acordado entre as Partes.

ARTIGO 29.º
RESERVAS

Este Tratado não estará sujeito a reservas.

ARTIGO 30.º
ASSINATURA, RATIFICAÇÃO, ADESÃO, DEPOSITO E REGISTRO

1. Este Tratado estará sujeito à ratificação, aceitação, aprovação ou adesão de acordo com o procedimento constitucional dos Estados signatários.

2. Qualquer Estado poderá aderir a este Tratado mediante consenso das Partes originais.

3. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto ao Governo da Malásia, que é designado como Estado Depositário.

4. O Estado Depositário informará os demais Estados que são Partes neste Tratado sobre o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

5. O Estado Depositário registrará este Tratado de acordo com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas.

ARTIGO 31.º
ENTRADA EM VIGOR, APLICAÇÃO E TÉRMINO

1. Este Tratado entrará em vigor para cada Parte que ratificar, aceitar, aprovar ou aderir a ele na data do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

2. Este Tratado se aplicará às solicitações apresentadas após a data de sua entrada em vigor para as Partes envolvidas, independentemente de os atos ou omissões relevantes que constituem o crime terem ocorrido antes ou depois dessa data.

3. Qualquer Parte poderá denunciar este Tratado mediante notificação por escrito ao Estado Depositário. A denúncia terá efeito seis meses após a data em que a notificação for recebida pelo Estado Depositário.

4. A denúncia deste Tratado será sem prejuízo dos direitos e obrigações decorrentes deste Tratado e da conclusão de quaisquer solicitações feitas ao abrigo deste Tratado antes ou até a data da denúncia.

5. A denúncia deste Tratado terá efeito apenas em relação à Parte que a notificou. O Tratado continuará em vigor para as outras Partes.

ARTIGO 32.º
ESTADO DEPOSITÁRIO DO TRATADO

O original deste Tratado será depositado junto ao Estado Depositário, que enviará cópias autenticadas para todas as Partes.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinaram este Tratado.

Feito em Kuala Lumpur no dia 29 de novembro de 2004, em um único original, na língua inglesa.

PELO GOVERNO DO BRUNEI DARUSSALAM:
[Observa-se uma assinatura]
Dato' Seri Paduka Haji Kifrawi
Dato' Paduka Haji Kifli
Procurador-Geral;

PELO GOVERNO DO REINO DO CAMBOJA:
[Observa-se uma assinatura]
Ang Vong Vathana
Ministro da Justiça;

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DA INDONÉSIA:
[Observa-se uma assinatura]
Dr. Hamid Awaludin
Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos;

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA POPULAR DO LAOS:
[Observa-se uma assinatura]
Kham Ouane Boupha
Ministro da Justiça;

PELO GOVERNO DA MALÁSIA:
[Observa-se uma assinatura]
Tan Sri Abdul Gani Patail
Procurador-Geral;

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DAS FILIPINAS:
[Observa-se uma assinatura]
Macabangkit Lanto
Subsecretário, Departamento de Justiça;

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE SINGAPURA:
[Observa-se uma assinatura]
Chan Sek Keong
Procurador-Geral;

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DO VIETNAME:
[Observa-se uma assinatura]
Le The Tiem
Vice-Ministro da Segurança Pública.

E Tendo em conta o consenso dos Estados signatários existentes de que a União de Myanmar e o Reino da Tailândia deverão também assinar e ratificar o Tratado como Partes originárias, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o presente Tratado.

Assinado em Kuala Lumpur, no dia 17 de janeiro de 2006.

PELO GOVERNO DA UNIÃO DE MYANMAR:
[Observa-se uma assinatura]
U Myint Aung
Embaixador da União de Myanmar na Malásia;

PELO GOVERNO DO REINO DA TAILÂNDIA:
[Observa-se uma assinatura]
Pachara Yutidhammadamrong
Procurador-Geral.

TRATADO SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MÚTUA EM MATÉRIAS PENAIS
[ASSINADO EM 29 DE NOVEMBRO DE 2004]

LISTA DE MODIFICAÇÕES

Disposição	Modificações	Em vigor desde
Preâmbulo	O Preâmbulo é alterado da seguinte forma: (a) Inserindo, após as palavras "Malásia,", as palavras "a União de Myanmar,"; e (b) Inserindo, após as palavras "República de Singapura", as palavras ", o Reino da Tailândia".	17 de Janeiro de 2006
Assinatura	O Tratado é alterado pela inserção, após o bloco de assinatura existente, do seguinte bloco de assinatura: "E Tendo em conta o consenso dos Estados signatários existentes de que a União de Myanmar e o Reino da Tailândia deverão também assinar e ratificar o Tratado como Partes originárias, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o presente Tratado. Assinado em Kuala Lumpur, no dia 17 de janeiro de 2006. PELO GOVERNO DA UNIÃO DE MYANMAR: U Myint Aung Embaixador da União de Myanmar na Malásia; PELO GOVERNO DO REINO DA TAILÂNDIA: Pachara Yutidhammadamrong Procurador-Geral."	17 de Janeiro de 2006

ANEXO III
Tradução para língua tétum

TRATADU
KONA-BA
ASISTÉNSIA LEGÁL MÚTUA IHA ASUNTU KRIMINÁL

Governu sira, husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Popular Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam (tuirmai ne'e hanaran induvidualmente nu'udar "Parte" no koletivamente nu'udar "Parte sira"):

HAKARAK atu hadi'a efikásia hosi autoridade responsavel sira ba aplikasaun lei nian hosi Parte sira iha prevensaun, investigasaun no represaun ba ofensa kriminál sira liuhosi kooperasaun no asisténsia legál mútua iha asuntu kriminál sira.

KONKORDA ONA hanesan tuir mai ne'e:

ARTIGU 1
ÁMBITU ASISTÉNSIA NIAN

1. Parte sira sei, tuir Tratadu ida-ne'e no sujeita ba sira-nia respetiva lei internasira, presta ba malu asisténsia legál mútua iha asuntu kriminál , ne'ebé hanaran investigasaun sira, prosesu kriminál sira no prosedimentu rezultante sira.

2. Asisténsia mútua ne'ebé sei fó tuir Tratadu ida-ne'e, bele inklui:

   a) foti prova ka deklarasaun voluntáriu sira hosi ema sira;

   b) halo akordu sira ba ema sira atu fó sasin ka atu ajuda iha asuntu kriminál sira;

   c) efetua servisu ba dokumentu judisiál sira;

   d) ezekusaun ba buska no apreensaun sira;

   e) ezamina objetu no fatin sira;

   f) fornese kópia orijinál ka sertifikadu sira hosi dokumentu relevante sira, rejistu sira no sasán sira evidénsia nian;

   g) identifika ka buka tuir propriedade ne'ebé mai hosi komisaun ofensa no instrumentu sira krime nian;

   h) restrisaun ba negósiu sira ne'ebé envolve propriedade ka konjelamentu ba propriedade ne'ebé mai hosi komisaun ofensa ne'ebé bele hetan rekuperasaun, lakon ka konfiska;

   i) rekuperasaun, lakon ka konfiska ba sasán sira ne'ebé mai hosi komisaun ofensa ida;

   j) lokaliza no identifika sasin no suspeitu sira; no

   k) fornese kualker asisténsia seluk ne'ebé maka bele konkorda no konsistente ho objetivu sira hosi Tratadu ida-ne'e no lei sira hosi Parte ne'ebé rekere.

3. Tratadu ida-ne'e aplika liuliu ba fornesimentu asisténsia mútua entre Parte sira. Dispozisaun sira Tratadu ida-ne'e nian sei la kria direitu ruma hosi partikulár ruma atu hetan, subar ka esklui evidénsia ruma ka impede kualkér ezekusaun pedidu ba asisténsia.

4. Ba efeitu sira Tratadu ida-ne'e nian, espresaun "instrumentu sira krime nian" signifika propriedade ne'ebé uza iha ligasaun ho komisaun ofensa ida ka valór ekivalente hosi propriedade ne'e.

ARTIGU 2
NAUN- APLIKASAUN

1. Tratadu ida-ne'e la aplika ba;

   a) kapturasaun ka detensaun ba ema ruma ho hanoin ba estradisaun ema ne'e;

   b) ezekusaun iha Parte Rekeridu ba sentensa kriminál sira-ne'ebé impoin iha Parte Rekerente, eseptu iha medida ne'ebé hetan permite hosi lei husi Parte Rekeridu

   c) transferénsia ema sira-ne'ebé iha komarka atu kumpre pena sira; no

   d) transferénsia prosesu nian iha matéria kriminál sira.

2. Laiha buat ida iha Tratadu ida-ne'e fó ba Parte ida, direitu atu ezerse iha territóriu Parte seluk, ezersísiu jurisdisaun no dezempeñu funsaun rezerva eskluziva sira-ne'ebe ba autoridade sira hosi Parte seluk ne'e, hosi nia lei doméstiku sira.

ARTIGU 3
LIMITASAUN BA ASISTÉNSIA

1. Parte Rekeridu sei rekuza asisténsia karik, tuir nia opiniaun –

   a) pedidu ne'e relasiona ho investigasaun, prosesu penál ka punisaun ba ema ida ba ofensa ida-ne'e, ka tanba razaun sirkunstánsia sira iha ne'ebé maka alega katak komete ka hetan komete, ofensa ida ho natureza política;

   b) rekerimentu ne'ebé relasiona ho investigasaun, prosesu penál ka kastigu ba ema ida kona-ba hahalok ka omisaun ne'ebé, karik akontese iha Parte Rekeridu, sei konstitui ofensa militár tuir lei sira hosi Parte Rekeridu ne'ebé la'ós mós ofensa ida tuir lei penál ordinária hosi Parte Rekeridu;

   c) iha motivu substansiál sira atu fiar katak pedidu ne'e halo ho objetivu atu Investiga, prosesa, kastigu ka kauza prejuizu ba ema ida tanba ema ne'e nia rasa, relijiaun, seksu, orijen étnika, nasionalidade ka opiniaun política;

   d) pedidu ne'e relasiona ho investigasaun, prosesu penál ka kastigu ba ema ida tanba ofensa ida iha kazu ida-ne'ebé ema ne'e hetan kondenasaun, absolvisaun ka indultu hosi tribunál kompetente ka autoridade seluk iha Parte Rekerente ka Rekeridu; kahe-

tan kumpri ona pena fornese husi lei ne'ebé prevee iha Parte Rekerente ka Parte Rekeridu kona-ba ofensa ne'ebá ka ba ofensa seluk ne'ebé konstitui hosi hahalok ka omisaun hanesan ho ofensa ne'ebé temi uluk;

e) rekerimentu ne'e relasiona ho investigasaun, prosesu penál ka kastigu ba ema ida kona-ba aktu ka omisaun ne'ebé, karik akontese iha Parte Rekeridu, sei la konstitui ofensa tuir lei sira husi Parte Rekeridu , eseptu bainhira Parte Rekerente bele fó asisténsia bainhira laiha kriminalidade dupla, no bainhira nia lei doméstiku sira permite;

f) fornesimentu asisténsia nian sei afeta soberania, seguransa, orden públika, interese públiku ka interese esensiál sira hosi Parte Rekeridu;

g) Parte Rekerente la kompromete katak nia sei bele kumpre pedidu iha futuru ho natureza hanesan hosi Parte Rekerente ba asisténsia iha asuntu kriminál;

h) Parte Rekerente la kompromete katak sasán ne'ebé husu ba sei la uza ba asuntu ne'ebé la'ós asuntu kriminál iha respeitu ne'ebé maka pedidu ne'e halo no Parte Rekerente la konkorda atu renunsia ba kompromisu ne'e;

i) Parte Rekerente la kompromete atu fila fali ba Parte Rekeridu, tuir nia pedidu, sasán ruma ne'ebé hetan tuir pedidu bainhira kompleta asuntu kriminál ne'ebé mak pedidu halo ona;

j) fornesimentu asisténsia nian bele prejudika asuntu kriminál ida iha Parte Rekeridu; no

k) fornesimentu asisténsia nian sei ezize adosaun ba ho medida kontrária husi lei sira hosi Parte Rekeridu.

2. Parte Rekeridu bele rekuza asisténsia karik, tuir nia opiniaun-

a) Parte Rekerente, kona-ba pedidu ne'ebé, la kumpre kualkér termu esensiál sira hosi Tratadu ida-ne'e ka akordu relevante sira seluk;

b) fornesimentu asisténsia nian sei, ka sei iha posibilidade atu prejudika ema ruma nia seguransa, maski ema ne'e iha laran ka iha liur territóriu Rekeridu; ka

c) fornesimentu asisténsia nian sei impoin todan ida-ne'ebé maka'asba rekursu sira husi Parte Rekeridu.

3. Ba efeitu sira hosi subparágrafu 1(a), ofensa sira tuir-mai sei la konsidera hanesan ofensa sira ho natureza política:

a) ofensa hasoru vida ka integridade husi Xefe-Estadu ka membru husi nia família besik;

b) ofensa ida hasoru vida ka integridade husi Xefe-Governu sentrál, ka Ministru Governu sentrál ida nian;

c) ofensa ida iha ámbitu konvensaun internasionál ruma nian ne'ebé Parte Rekerente no Parte Rekeridu sira maka parte sira no ne'ebé impoin ba Parte sira obrigasaun ida atu estradita ka prosesa ema ne'ebé akuzadu komete ofensa ne'e; no

d) tentativa ruma, kumplisidade ka konspirasaun atu komete ofensa ruma ne'ebé refere iha sub-parágrafu (a) to'o (c)

4. Parte Rekeridu bele restrinje aplikasaun ba dispozisaun ruma, estabelese iha parágrafu 3, se Parte Rekerente sei halo mos dispozisaun hanesan, iha ninia lei sira.

5. Asisténsia sei labele rekuza unikamente ho razaun segredu bankáriu no instituisaun finanseira sira-ne'ebé hanesan, ka ofensa ne'e mós konsidera envolve asuntu fiskál sira.

6. Parte Rekeridu bele adia ezekusaun ba pedidu ne'e se nia ezekusaun imediata sei interfere ho prosesu kriminál ruma ne'ebé la'o hela iha Parte Rekeridu.

7. Molok rekuza pedidu ka adia nia ezekusaun tuir Artigu ida-ne'e, Parte Rekeridu tenke konsidera karik asisténsia bele fó sujeitu ba kondisaun balu.

8. Karik Parte Rekerente simu asisténsia sujeita ba termu sira no kondisaun sira ne'ebé impoin tuir parágrafu 7, sei kumpre termu sira hirak ne'e no kondisaun sira

9. Karik Parte Rekeridu rekuza ka adia asisténsia, nia tenke informa lalais ba Parte Rekerente kona-ba fundamentu sira rekuza ka adia nian.

10. Parte sira sei, sujeita ba sira nia lei doméstika ida-idak, tenke fó fali asisténsia ruma ne'ebé iha relasaun ho ofensa ekivalente ida, independetemente husi pena aplikavel.

ARTIGU 4
DEZIGNASAUN BA AUTORIDADE SENTRÁL

1. Parte ida-idak tenke dezigna Autoridade Sentrál ida atu halo no simu pedidu sira tuir Tratadu ida-ne'e.

2. Dezignasaun ba Autoridade Sentrál sei halo iha momentu depózitu instrumentu ratifikasaun, aseitasaun, aprovasaun ka adezaun ba Tratadu ida-ne'e.

3. Parte ida-idak tenke fó hatene lalais ba sira seluk kona-ba mudansa ruma iha dezignasaun ba ninia Autoridade Sentrál.

4. Autoridade Sentrál sira tenke komunika diretaba malu maibé bele, bainhira sira hili, komunika liuhosi kanál diplomátiku.

ARTIGU 5
FORMA HUSI PEDIDU SIRA

1. Pedidu sira ba asisténsia tenke halo liuhosi eskrita ka,

bainhira bele, liuhosi meius ruma ne'ebé bele produz rejistu eskrita ida tuir kondisaun sira hodi permite Parte Rekeridu atu estabelese autentisidade. Iha situasaun urjente no bainhira lei Rekeridu nian permite, pedidu sira bele halo ho verbál, maibé iha kazu hirak hanesan ne'e, pedidu sira tenke konfirma ho eskrita iha loron lima nia laran.

2. Autoridade Sentrál sira sei trata ho transmisaun ba pedidu hotu-hotu no kualkér komunikasaun ne'ebé iha relasaun ho ida-ne'e. Iha situasaun urjente no bainhira lei hosi Parte Rekeridu nian permite, pedidu sira no komunikasaun ruma ne'ebé relasiona ho ida-ne'e bele transmite liuhosi Organizasaun Internasionál Polísia Kriminál (Abreviatura ho Lian Inglés INTERPOL) ka Organizasaun Polísia Sudeste Aziátiku (Abreviatura ho Lian Inglês ASEANAPOL).

ARTIGU 6
KONTEÚDU HUSI PEDIDU SIRA

1. Pedidu ba asisténsia iha asuntu kriminál sira tenke kontein informasaun sira-ne'ebé maka Parte Rekeridu ezije atu ezekuta pedidu ne'e, inklui:

   a) naran hosi eskritóriu rekerente no autoridade kompetente hala'o investigasaun ka prosesu kriminál ne'ebé relasiona ho pedidu;

   b) objetivu hosi pedidu no natureza hosi asisténsia ne'ebé husu;

   c) deskrisaun ida kona-ba natureza hosi asuntu kriminál no ninia atuál estatutu, no deklarasaun ida ne'ebé hatuur sumáriu ida kona-ba faktu no lei hirak ne'ebé relevante;

   d) deskrisaun ida kona-ba ofensa ne'ebé maka relasiona ho rekerimentu, inklui aplikasaun pena másimu;

   e) deskrisaun ida kona-ba faktu sira-ne'ebé alega katak konstitui ofensa no deklarasaun ka testu ida kona-ba lei sira-ne'ebé relevante;

   f) deskrisaun ida kona-ba aktu ka omisaun esensiál sira ka asuntu sira- ne'ebé alega ka buka atu aserta;

   g) deskrisaun ida kona-ba evidénsia, informasaun ka asisténsia solisitada seluk;

   h) razaun sira no detalle sira hosi prosedimentu ka ezijénsia partikulár ruma ne'ebé maka Parte Rekerente hakarak atu tuir;

   i) espesifikasaun ba prazu ruma ba ida-ne'ebé hakarak kumpri pedidu;

   j) rekizitu espesiál ruma ba konfidensialidade no razaun sira ba ida-ne'e; no

   k) informasaun ka kompromisu sira seluk ne'ebé maka bele ezije tuir lei doméstiku sira hosi Parte Rekeridu ka sira-ne'ebé maka nesesáriu ba ezekusaun loloos hosi pedidu.

2. Pedidu sira ba asisténsia bele mós, iha medida nesesáriu, kontein informasaun sira tuirmai:

   a) identidade, nasionalidade no fatin husi ema ka ema sira-ne'ebé sai hanesan sujeitu ba investigasaun ka prosesu kriminál;

   b) identidade no fatin husi ema ruma nian ne'ebé maka buka evidénsia;

   c) identidade no fatin ema ida nian ne'ebé atu simu atendimentu, nia relasaun ho prosesu kriminál, no maneira oinsá atu presta atendimentu;

   d) informasaun kona-ba identidade no paradeiru ema ida nian atu lokaliza ba;

   e) deskrisaun ida kona-ba maneira ne'ebé maka kualkér prova ka deklarasaun atu foti no grava;

   f) lista pergunta hirak ne'ebé tenke husu ba sasin ida;

   g) deskrisaun ida kona-ba dokumentu sira, gravasaun sira ka sasán sira evidénsia nian ne'ebé atu produz no mós deskrisaun kona-ba ema adekuadu ne'ebé husu atu produz no, to'o pontu ne'ebé la prevee, forma ne'ebé sira tenke reproduz no autentikadu;

   h) deklarasaun ida kona-ba, bainhira nesesáriu evidénsia ka deklarasaun sira-ne'ebé jura ona ka afirmadu;

   i) deskrisaun ida kona-ba propriedade, patrimóniu ka artigu ne'ebé maka relasiona ho rekerimentu ne'e, inklui nia identidade no lokalizasaun; no

   j) despaxu tribunál ruma kona-ba asisténsia solisitadu no deklarasaun kona-ba despaxu ne'e nia definitividade.

3. Pedidu sira, dokumentu sira apoiu nian no komunikasaun sira seluk ne'ebé halo tuir Tratadu ida-ne'e, tenke ho Lian Inglés no, karik presiza, akompaña ho tradusaun ba lian Rekeridu nian ka lian seluk ne'ebé Rekeridu aseita.

4. Karik Parte Rekeridu konsidera katak informasaun ne'ebé kontein iha pedidu la sufisiente atu permite atu trata pedidu ne'e, Rekeridu bele husu informasaun adisionál. Parte Rekerente tenke fornese informasaun adisionál ne'ebé maka Parte Rekerente konsidera nesesáriu atu permite hodi kumpre pedidu.

ARTIGU 7
EZEKUSAUN BA PEDIDU SIRA

1. Pedidu sira ba asisténsia tenke hala'o lalais, tuir maneira ne'ebé prevee iha lei no prátika sira hosi Parte Rekeridu. Sujeita ba nia lei no prátika interna sira, Parte Rekeridu tenke hala'o pedidu tuir maneira ne'ebé espesifika hosi Parte Rekerente

2. Parte Rekeridu tenke, bainhira husu atu halo nune'e no sujeita ba nia lei no prátika interna sira, halo akordu nesesáriu hotu-hotu ba reprezentasaun hosi Parte Rek-

erente iha Parte Rekeridu iha kualkér prosesu kriminál ne'ebé mosu hosi pedidu ba asisténsia, no tenke, ho modu seluk, reprezenta interese sira hosi Parte Rekerente.

3. Parte Rekeridu tenke hatán lalais liután ba inkéritu razoável sira hosi Parte Rekerente kona-ba progresu ba ezekusaun hosi pedidu.

4. Parte Rekeridu bele husu ba Parte Rekerente atu fornese informasaun iha forma ne'ebé bele nesesáriu atu posibilita ezekusaun ba pedidu ka atu adota pasu ruma ne'ebé bele nesesáriu tuir lei no prátika sira hosi Parte Rekeridu, atu nune'e bele kumpri pedidu ne'ebé simu hosi Parte Rekerente.

ARTIGU 8
LIMITASAUN SIRA BA UZU EVIDÉNSIA NE'EBÉ HETAN

1. Parte Rekerente labele, lahó konsentimentu hosi Parte Rekeridu no sujeita ba termu no kondisaun sira ne'ebé Parte Rekeridue konsidera nesesáriu, uza ka fó sai ka transfere informasaun ka evidénsia ne'ebé fornese hosi Parte Rekeridu ba objetivu sira diferente sira hirak ne'ebé hateten iha pedidu.

2. La haree ba parágrafu 1, iha kazu sira-ne'ebé akuzasaun hetan alterasaun, fornese informasaun ka prova bele utiliza, ho konsentimentu anteriór hosi Parte Rekeridu, iha medida ne'ebé krime ne'e, ne'ebé formuladu, maka krime ida iha respeitu ne'ebé asisténsia legál mútua bele fornese tuir Tratadu ida-ne'e, no ne'ebé halo hosi faktu hirak ne'ebé pedidu ne'e halo ona.

ARTIGU 9
PROTESAUN BA KONFIDENSIALIDADE

1. Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, foti medida adekuadu hotu-hotu atu mantein konfidensialidade pedidu ba asisténsia, ninia konteúdu no ninia dokumentu sira ne'ebé apoia, faktu kona-ba fó asisténsia ne'e no kualkér asaun ne'ebé foti tuir pedidu ne'e. Karik pedidu ne'e labele ezekuta sein viola rekizitu sira konfidensialidade nian, Parte Rekeridu sei informa ba Parte Rekerente, ne'ebé sei determina se pedidu ne'e tenke ezekuta nafatin.

2. Parte Rekerente tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, foti hotu medida adekuadu sira ba:

   a) mantein konfidensiál informasaun no prova ne'ebé fornese hosi Parte Rekeridu, eseptu iha medide ne'ebé maka prova no informasaun sira-ne'e nesesáriu ba objetivu sira ne'ebé deskreve iha pedidu; no

   b) asegura katak informasaun no evidénsia sira hetan protesaun hasoru lakon no la autorizasaun ba asesu utilizasaun, modifikasaun, divulgasaun ka seluk ne'ebé la autorizadu.

ARTIGU 10
HETAN DEKLARASAUN VOLUNTÁRIU

Kuandu rekerimentu ida halo atu hetan deklarasaun hosi ema ruma ho objetivu ba asuntu kriminál iha Parte Rekerente, Parte Rekeridu sei haka'as-an, ho ema ne'e nia konsentimentu, atu hetan deklarasaun ne'e.

ARTIGU 11
OBTENSAUN BA PROVAS SIRA

1. Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, arranja atu iha prova sira, inklui depoimentu juramentu ka afirmadu, dokumentu ka rejistu sira, foti ka hetan hosi sasin sira ho objetivu hosi asuntu kriminál ida ba transmisaun ba Parte Rekerente.

2. Bainhira depoimentu juramentu ka afirmadu sei foti tuir Artigu ida-ne'e, parte sira ba prosesu kriminál relevante iha Parte Rekerente ka sira-nia reprezentante legál sira bele, sujeita ba lei doméstika sira hosi Parte Rekeridu, mosu no kestiona ema ne'ebé fó prova ne'e.

3. Laiha buat ida iha artigu ida-ne'e maka prevene atu uza link sira husi vídeo diretu ka televizaun diretu ka fasilidade komunikasaun seluk ne'ebé apropriadu, tuir lei no prátika sira hosi Parte Rekeridu, ba objetivu ezekusaun Artigu ida-ne'e, bainhira ida-ne'e aselera ba interese justisa nian.

ARTIGU 12
DIREITU ATU REKUZA FÓ EVIDÉNSIA

1. Ema ne'ebé maka obrigadu atu fó depoimentu juramentu ka afirmadu ka hatudu dokumentu sira, rejistu sira ka prova sira seluk tuir Artigu 11 hosi Tratadu ida-ne'e iha Parte Rekeridu, tuir pedidu asisténsia nian, bele rekuza atu halo ida-ne'e, bainhira –

   a) lei hosi Parte Rekeridu nian permite ka ezije ema ne'e atu rekuza atu halo ida-ne'e iha sirkunstánsia sira-ne'ebé hanesan no iha prosesu hirak ne'ebé mai hosi Parte Rekerente; ka

   b) lei husi Parte Rekerente permite ka ezije ema ne'e atu rekuza halo ida-ne'e iha sirkunstánsia sira ne'ebé hanesan no iha prosesu hirak ne'ebé orijina hosi Parte Rekerente

2. Se ema ne'e reklama katak iha direitu atu rekuza fó juramentu ka depoimentu afirmadu ka produsaun dokumentu sira, rejistu ka prova sira seluk tuir Artigu 11 hosi Tratadu ida-ne'e, tuir lei hosi Parte Rekerente, Parte Rekerente tenke, karik hetan solisita , fornese sertifikadu ida ba Parte Rekeridu kona-ba ezisténsia ka seluk tan hosi direitu ne'e.

ARTIGU 13
FORNESIMENTU DOKUMENTU HIRAK NE'EBÉ DISPONÍVEL BA PÚBLIKU NO REJISTU SIRA

1. Parte Rekeridu tenke fornese ba Parte Rekerente kópia sira hosi dokumentu ka rejistu sira ne'ebé disponivel ba públiku iha departamentu no ajénsia governu nian.

2. Parte Rekeridu bele, sujeitu ba nia lei no prátika interna sira, fornese ba Parte Rekerente kópia sira hosi dokumentu ka rejistu ruma ne'ebé iha departamentu no ajénsia governu nian ne'ebé la disponivel ba públiku. Parte Rekeridu bele, tuir nia kritériu, rekuza, totál ka parsiál, pedidu ida tuir parágrafu ida-nee.

ARTIGU 14
PRESENZA HUSI EMA IHA PARTE REKERENTE

1. Parte Rekeridu bele, sujeitu ba nia lei no prátika doméstika sira, tulun hodi arranja prezensa ema ida nian iha Parte Rekeridu, sujeitu ba nia konsentimentu, iha Parte Rekerente:

   a) atu fo asisténsia iha investigasaun sira relasiona ho asuntu kriminál ida iha Parte Rekerente; ka

   b) atu mosu iha prosesu relasiona ho matéria kriminál iha Parte Rekerente, salvu kuandu ema ne'e maka ema ne'ebé hetan akuzasaun.

2. Parte Rekerente tenke, bainhira satisfaz ho Parte Rekerente ne'ebé sei halo providénsia nesesária hodi garante ema ne'e nia seguransa, konvida ema atu prezta ka fornese evidénsia ka asisténsia relasiona ho asuntu kriminál iha Parte Rekerente. Ema ne'e tenke hetan informasaun kona-ba kualkér despeza sira ka subsídiu sira ne'ebé sei selu.

3. Parte Rekeridu tenke informa lalais ba Parte Rekerente kona-ba ema nia resposta no, se ema ne'e konkorda, foti pasu ruma ne'ebé nesesáriu hodi fasilita ema ne'e nia prezensa iha Parte Rekerente.

4. Laiha buat ida iha artigu ida-ne'e maka prevene atu utiliza lins sira husi vídeo diretu ka televizaun diretu ka fasilidade komunikasaun sira seluk ne'ebé apropriadu, tuir lei no prátika sira hosi Parte Rekeridu nian, bainhira ida-ne'e konveniente iha interese sira justisa nian

ARTIGU 15
PREZENSA HUSI EMA IHA KUSTÓDIA IHA PARTE REKERENTE

1. Parte Rekeridu bele, sujeitu ba nia lei no prátika interna sira, konkorda atu permite ema ida iha prizaun iha Parte Rekeridu, sujeitu ba nia konsentimentu, atu transfere temporariamente ba Parte Rekerente atu fó prova ka atu tulun iha investigasaun sira.

2. Enkuantu ema ne'ebé transfere presiza atu hetan kaer iha prizaun tuir lei hosi Parte Rekeridu, Parte Rekerente tenke mantein ema ne'e iha prizaun no sei entrega fali ema ne'e ba iha prizaun Parte Rekeridu nian, hafoin iha konkluzaun hosi asuntu ne'ebé iha ligasaun ho pedidu transferénsia, ka iha kualkér momentu anteriór-iha-ne'ebé ema ne'e nia prezensa la nesesáriu ona.

3. Bainhira Parte Rekeridu fó-hatene ba Parte Rekerente katak ema ne'ebé hetan transferénsia la presiza tan atu mantein komarka, ema ne'e sei hetan liberdade hosi komarka no trata hanesan ema ne'ebé temi iha Artigu 14 hosi Tratadu ida-ne'e.

4. Parte Rekerente sei la ezije ba Parte Rekeridu atu hahú prosesu estradisaun ba devolusaun ema ne'ebé transfere ona.

5. Períodu ne'ebé durante ema ne'e iha kustódia nia okos Parte Rekerente sei sura ba períodu prizaun nian ka detensaun iha Parte Rekeridu.

6. Laiha transferénsia tuir Artigu ida-ne'e sei efetua, eseptu Parte Rekerente fó kompromisu hodi:

   a) atu suporta no responsabiliza ba kustu transferénsia hotu-hotu husi kustódia;

   b) atu mantein ema ne'e iha kustódia legál durante transferénsia hotu-hotu husi nia kustódia; no

   c) devolve imediatamente ba kustódia husi Parte Rekerente bainhira nia marka prezensa iha autoridade kompetente ka tribunál nia oin iha Parte Rekerente hetan liberdade ba.

7. Laiha buat ida iha artigu ida-ne'e maka impede atu utiliza link sira husi vídeo diretu ka televizaun diretu sira ka fasilidade komunikasaun sira seluk ne'ebé apropriadu tuir lei no prátika sira hosi Parte Rekeridu nian, karik ida-ne'e espediente iha interese justisa nian atu halo nune'e.

ARTIGU 16
KONDUTA SEGURU

1. Sujeita ba númeru 2, bainhira ema ruma prezente iha Parte Rekerente tuir pedidu ne'ebé halo tuir Artigu 14 ka 15 hosi Tratadu ida-nee:

   a) ema ne'e sei la hetan detensaun, prosesu, kastigu ka sujeita ba restrisaun liberdade pesoál ruma hosi Parte Rekerente nian iha ligasaun ho aktu ka omisaun ka kondenasaun ruma ba ofensa ilegál ruma hosi Parte Rekerente ne'ebé alega katak komete ona, ka komete ona, molok ema ne'e sai hosi Parte Rekeridu;

   b) ema ne'e sei labele, lahó nia konsentimentu, atu prezta depoimentu iha kualkér asuntu kriminál iha Parte Rekerente, eseptu iha matéria kriminál ne'ebé rekerimentu ne'e relasiona; ka

   c) ema ne'e sei la sujeita ba prosesu sivíl ruma kona-ba aktu ka omisaun ruma ne'ebé alega katak akontese, ka ne'ebé akontese tiha ona, molok ema ne'e sai hosi Parte Rekeridu.

2. Parágrafu 1 sei hapara atu aplika, se ema ne'e, livre no bele sai, la sai hosi Parte Rekerente iha prazu loron 15 tuituir malu hafoin ema ne'e ofisialmente notifika ka informa tiha ona katak nia prezensa la nesesária ona ka, sai tiha, ka retornu voluntariamente.

3. Ema ne'ebé atende iha autoridade kompetente ka tribunál nia oin iha Parte Rekerente, sujeita ba pedidu ne'ebé halo tuir Artigu 14 ka 15 hosi Tratadu ida-ne'e, sei la sujeita ba prosesu bazeia ba depoimentu ne'e, eseptu sujeita ba lei sira hosi Parte Rekerente relasiona ho desprezu ba tribunál no perjúriu.

4. Ema ne'ebé la konkorda atu atende iha Parte Rekerente, tuir pedidu ne'ebé halo tuir Artigu 14 ka 15 hosi Tratadu ida-ne'e, sei labele, ho de'it razaun hosi rekuza ka fallansu atu fó konsentimentu ne'e sujeita ba pena ka responsabilidade ruma ka hetan prejuizu seluk iha lei maski iha buat ruma ne'ebé kontráriu iha pedidu ne'e.

ARTIGU 17
TRÁNZITU BA EMA SIRA IHA KUSTÓDIA

1. Parte Rekeridu bele, sujeitu ba nia lei no prátika interna sira, autoriza tránzitu, liuhosi nia territóriu, hosi ema ne'ebé kaer iha komarka, hosi Parte Rekerente ka Estadu datoluk, ne'ebé nia prezensa pesoál hetan pedidu hosi Parte Rekeridu iha asuntu kriminál

2. Kuandu aviaun, ró ka komboiu ne'ebé ema ne'e transporta tun ka to'o ka para iha Parte Rekeridu, ofisiál kustodiál ka eskoltu sira hosi Parte Rekerente ka, bainhira aplikavel, Estadu datoluk ne'ebé tulun hela Parte Rekerente atu fasilita transferénsia sei kontinua sai responsavel ba kustodia hosi ema ne'ebé transporta durante nia tránzitu iha Parte Rekeridu, eseptu se konkorda ho forma seluk hosi Parte Rekeridu.

3. Sein prejuizu ba parágrafu 2 no bainhira Rekeridu konkorda, ema ne'ebé transporta bele mentein temporariamente iha kustódia husi autoridade kompetente ida hosi Parte Rekeridu to'o nia transporte kontinua fali.

4. Kuandu ema ida hetan detensaun iha Parte Rekeridu iha tránzitu no ema ne'e nia transporte la kontinua iha prazu ne'ebé razoavel, Parte Rekeridu bele determina atu transporta fila ema ne'e iha komarka ba Estadu ne'ebé ema ne'e transporta uluk.

5. Kustu no despeza hotu-hotu ne'ebé maka Parte Rekeridu iha relasaun kona-ba númeru 3 no 4 sei hetan reembolsu hosi Parte Rekerente.

ARTIGU 18
BUKA NO APRENSAUN

1. Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, ezekuta pedidu ida ba buka, prensaun no entrega dokumentu ruma, rejistu ka sasán sira ruma ba Parte Rekerente, se iha fundamentu razoavel sira atu fiar katak dokumentu sira, rejistu ka sasán sira relevante ba asuntu kriminál ida iha Parte Rekerente.

2. Parte Rekerente tenke observa kondisaun ruma ne'ebé maka Parte Rekeridu iha relasaun ho kualkér dokumentu, rejistu ka sasán sira ne'ebé maka prende ne'ebé bele entrega ba Parte Rekerente ne'ebé konsidera nesesáriu hosi Parte Rekeridu atu proteje dokumentu sira, rejistu sira ka sasán sira ne'ebé atu transfere.

3. Parte Rekeridu tenke informa lalais ba Parte Rekerente, husi rezultadu husi buska ruma, fatin no sirkunstánsia sira husi apreensaun, no kustódia tuirmai ba dokumentu sira, rejistu ka sasán sira ne'ebé prende.

ARTIGU 19
RETORNU EVIDÉNSIA

1. Parte Rekerente tenke iha konkluzaun ba matéria kriminál relativa ho ida-ne'ebé halp pedidu ba asisténsia, devolve ba Parte Rekeridu dokumentu ruma, rejistu ka sasán sira ne'ebé fornese ba Parte Rekerente tuir pedidu ida tuir Tratadu ida-ne'e.

2. La haree ba parágrafu 1, Parte Rekerente tenke, iha kualkér tempu, liuhosi pedidu, fó fila temporariamente ba Parte Rekerente kualkér dokumentu, rejistu ka sasán sira ne'ebé fornese ba Parte Rekerente tuir pedidu husi Tratadu ida-ne'e, se sira-ne'e nesesáriu ba asuntu kriminál ida iha Parte Rekeridu.

ARTIGU 20
FATIN KA IDENTIFIKASAUN BA EMA SIRA

Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstika sira, uza nia esforsu di'ak liu atu aserta lokalizasaun ka identidade ema ida-ne'ebé espesifika iha pedidu no ne'ebé razoavelmente fiar katak iha nia territóriu laran.

ARTIGU 21
SERVISU BA DOKUMENTU SIRA

1. Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, utiliza mellór esforsu atu halo notifikasaun ba dokumentu ruma kona-ba kriminozu ida matéria ne'ebé hasai hosi tribunál ruma iha Parte Rekerente.

2. Parte Rekerente tenke transmite kualkér pedidu ba servisu dokumentu ne'ebé ezije resposta ka prezensa iha Parte Rekerente, la tarde liu, loron tolunulu molok ba resposta ka prezensa.

3. Rekerente tenke fó fila fali prova prestasaun nian ho forma konkorda mútua hosi Parte sira ne'ebé iha interese.

4. Ba efeitu sira númeru 3 nian, espresaun "prova servisu nian" inklui informasaun iha forma deklarasaun juramentu ida kona-ba bainhira no oinsá dokumentu ne'e hetan sita ona no, kuandu bele, resibu ne'ebé asina hosi ema ne'ebé entrega dokumentu ne'e ba, no bainhira ofisiál sitasaun seidauk bele halo dokumentu, faktu ne'e no razaun ba fallansu ne'e.

ARTIGU 22
ASISTÉNSIA IHA PROSEDIMENTU KONFISKA NIAN

1. Parte Rekerente tenke, sujeita ba nia lei doméstika siraesforsu atu lokaliza, buka tuir, trava, konjela, prende, lakon ka konfiska propriedade ne'ebé hetan hosi komete ofensa ida no instrumentalidade sira krime nian ne'ebé bele fó asisténsia hanesan ne'e bainhira Parte Rekerente fornese informasaun hotu-hotu ne'ebé Parte Rekeridu konsidera nesesáriu.

2. Kuandu pedidu ida halo tuir parágrafu 1, pedidu ne'e sei akompaña ho orden orijinál ne'ebé asina, ka kópia ida-ne'ebé devidamente autentikadu.

3. Pedidu ba asisténsia tuir Artigu ida-ne'e sei halo de'it kona-ba orden no desizaun sira ne'ebé halo hafoin Tratadu ida-ne'e tama iha vigór.

4. Sujeitu ba lei doméstika sira hosi Parte Rekeridu, propriedade sira ne'ebé maka konfiska ka lakon, tuir Artigu ida-ne'e bele akumula ba Parte Rekerente, salvu iha akordu seluk iha kazu espesifiku ida-idak.

5. Parte Rekeridu tenke, sujeita ba nia lei doméstiku sira, no tuir kualkér akordu ho Parte Rekerente, transfere ba Parte Rekerente parte ne'ebé konkorda ona hosi sasán sira ne'ebé rekupera tuir Artigu ida-ne'e, sujeitu ba pagamentu kustu no despeza sira ne'ebé Parte Rekeridu inkorre ba ezekusaun husi orden konfiska nian.

ARTIGU 23
KOMPATIBILIDADE HO AKORDU SIRA SELUK

Laiha buat ida iha Tratadu ida-ne'e mak sei impede Parte sira atu fó asisténsia ba malu tuir tratadu sira seluk, akordu sira ka dispozisaun hosi sira-nia lei nasionál sira.

ARTIGU 24
SERTIFIKASAUN NO AUTENTIKASAUN

1. Parte ida-idak tenke, liuhosi solisitasaun, autentika dokumentu ruma ka materiál seluk tan atu transmite ba Parte seluk tuir Tratadu ida-ne'e.

2. Dokumentu ida hetan autentikasaun devidamente ba objetivu sira Tratadu ida-ne'e nian, bainhira:

   a) afirma atu hetan asina ka sertifikasaun hosi juis, majistradu, ka ofisiál ida ka husi Parte ne'ebé transmite dokumentu ne'ebé hetan autorizasaun devidamente husi lei hosi Parte ne'e; no

   b) ka

      i. verifika liuhosi juramentu ka afirmasaun hosi sasin ida, ka hosi ofisiál ida hosi governu hosi Parte ne'e; ka

      ii. afirma atu taka ho selajen ofisiál ka públiku husi Parte ne'e ka husi Ministru Estadu ida, ka husi departamentu ka ofisiál governu nian, husi Parte ne'e.

3. Laiha buat ida iha Artigu ida-ne'e maka sei impede prova ba kualkér asuntu ka admisaun iha prova ba dokumentu ruma tuir lei hosi Parte Rekerente.

4. Sujeitu ba lei doméstika husi Parte ida-idak –

   a) dokumentu ida-ne'ebé asina ho asinatura dijitál ka eletróniku tuir lei sira hosi Parte enkestaun sei legalmente vinkulativu, hanesan dokumentu ida-ne'ebé asina ho asinatura hakerek ho liman, marka liman-fuan ne'ebé tau ka marka seluk ruma; no

   b) asinatura dijitál ka eletróniku ida-ne'ebé kria tuir lei sira hosi Parte ne'ebé iha interese sei konsidera hanesan asinatura ida-ne'ebé legalmente vinkulativu.

ARTIGU 25
KUSTU SIRA

1. Parte Rekeridu tenke asume despeza ordinária hotu-hotu hodi kumpre pedidu ba asisténsia, eseptu Parte Rekerente sei lori –

   a) taxa sira advogadu nian ne'ebé mantein tuir pedidu hosi Parte Rekerente;

   b) taxa no gastu sira hosi sasin peritu sira;

   c) kustu sira ba tradusaun, interpretasaun no transkrisaun;

   d) gastu sira ne'ebé asosiadu ho transporte ema ruma ba ka husi território hosi Parte Rekeridu no onorário sira, subsídiu no despeza sira ne'ebé tenke selu ba ema ne'ebé iha interese enkuantu ema ne'e iha Parte Rekerente tuir pedidu ne'ebé halo tuir Artigu 14 ka 15 hosi Tratadu ida-ne'e; no

   e) gastu sira ne'ebé asosiadu ho transmisaun kustodiál ka eskoltu ofisiál sira.

2. Kustu atu estabelese link sira vídeo diretu ka televizaun ka instalasaun komunikasaun sira seluk, kustu sira ne'ebé relasiona ho atendimentu link sira hosi vídeo ka televizaun nian ka instalasaun komunikasaun adekuadu sira seluk, remunerasaun ba intérprete sira ne'ebé fornese hosi Parte Rekeridu no subsídiu sira ba sasin sira no sira nia gastu viajen nian iha Parte Rekeridu sei hetan reembolsu hosi Parte Rekerente ba Parte Rekeridu, eseptu parte sira konkorda malu enkontráriu.

3. Se, durante ezekusaun pedidu nian, sai aparente katak gastu sira ho natureza estraordinária ka substansiál presiza atu kumpre pedidu, ne'ebé Parte sira tenke konsulta atu determina termu no kondisaun sira ne'ebé ezekusaun pedidu nian sei efetua ka kontinua.

ARTIGU 26
KONSULTA

1. Autoridade Sentrál sira hosi Parte sira tenke konsulta, dalaruma mutuamente ne'ebé sira konkorda ona, atu promove utilizasaun ne'ebé efetivu liu ba Tratadu ida-ne'e.

2. Parte sira bele dezenvolve medida prátika sira ne'ebé maka nesesáriu atu fasilita implementasaun Tratadu ida-ne'e nian.

ARTIGU 27
ALTERASAUN

1. Tratadu ida-ne'e bele hetan modifikasaun ka alterasaun iha kualkér tempu liuhosi konsentimentu mútuo ho eskrita hosi Parte sira. Tantu modifikasaun ka alterasaun ne'e sei tama iha vigór iha data ne'ebé maka Parte sira konkorda hamutuk no sei halo parte iha Tratadu ida-ne'e.

2. kualkér modifikasaun ka alterasaun sei laiha prejuizu ba

direitu sira no obrigasaun sira ne'ebé mosu ka bazeia ba Tratadu ida-ne'e molok ka to'o loron modifikasaun ka alterasaun ne'e tama iha vigór.

ARTIGU 28
REZOLUSAUN BA DISPUTA SIRA

Kualkér diferensa ka disputa entre Parte sira ne'ebé mosu hosi interpretasaun ka implementasaun ba dispozisaun sira Tratadu ida-ne'e nian sei rezolve ho amigável liuhosi konsulta ka negosiasaun entre Parte sira liuhosi dalan diplomátiku ka kualkér meiu pasífiku seluk hodi rezolve disputa sira tuir akordu entre Parte sira.

ARTIGU 29
REZERVASAUN SIRA

Tratadu ida-ne'e sei la sujeita ba rezerva sira.

ARTIGU 30
ASINATURA, RATIFIKASAUN, ASESAUN, DEPOZITU NO REJISTU

1. Tratadu ida-ne'e sei sujeita ba ratifikasaun, aseitasaun, aprovasaun ka adezaun tuir prosedimentu konstitusionál Estadu asinante sira-nian.

2. Kualkér Estadu bele adere ba Tratadu ida-ne'e liuhosi konsensu hosi Parte orijinál sira.

3. Instrumentu ratifikasaun, aseitasaun, aprovasaun ka adezaun sei depozita iha Governu Malázia ne'ebé dezigna nu'udar Estadu Depozitáriu.

4. Estadu Depozitáriu sei fó-hatene ba Estadu sira seluk hanesan Parte siraba Tratadu ida-ne'e kona-ba depózitu instrumentu sira ratifikasaun nian, aseitasaun nian, aprovasaun ka adezaun.

5. Estadu Depozitáriu sei rejista Tratadu ida-ne'e tuir Artigu 102 hosi Karta Nasoins Unidas nian.

ARTIGU 31
ENTRADA IHA VIGÓR, APLIKASAUN NO TERMINASAUN

1. Tratadu ida-ne'e sei tama iha vigór ba Parte ida-idak ne'ebé ratifika, aseita, aprova ka adezaun ba nia iha loron ne'ebé depózitu nia instrumentu ratifikasaun, aseitasaun, aprovasaun ka adezaun nian.

2. Tratadu ida-ne'e sei aplika ba pedidu sira ne'ebé aprezenta hafoin data husi nia entrada iha vigór ba Parte rua ne'ebé iha interese, independetement husi aktu ka omisaun relevante sira ne'ebé konstitui krime akontese antes ka hafoin data ne'e.

3. Kualkér Parte bele denunsia Tratadu ida-ne'e liuhosi notifikasaun eskrita ba Estadu Depozitáriu. Denúnsia sei iha efeitu fulan neen tuir data ne'ebé Estadu Depozitáriu simu notifikasaun.

4. Denúnsia ba Tratadu ida-ne'e sei laiha prejuizu ba direitu no obrigasaun sira ne'ebé mosu hosi ka bazeia ba Tratadu ida-ne'e no ba kompletasaun pedidu ruma ne'ebé halo tuir Tratadu ida-ne'e antes ka to'o data denúnsia.

5. Denúnsia Tratadu ida-ne'e nian sei iha efeitu de'it kona-ba Parte ne'ebé notifika ona. Tratadu sei vigóra nafatin ba Parte sira seluk.

ARTIGU 32
DEPOZITÁRIU TRATADU NIAN

Tratadu ida-ne'e nia orijinál sei depozita iha Estadu Depozitáriu ne'ebé sei haruka kópia sertifikadu sira husi Tratadu ne'e ba Parte sira hotu-hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Tratadu ida-ne'e.

Halo iha Kuala Lumpur iha loron 29 ida-ne'e loron fulan Novembru 2004 iha kópia orijinál ida ho Lian Inglés.

HOSI GOVERNU
BRUNEI DARUSSALAM
[Asinatura]
Dato' Seri Paduka Haji Kifrawi Dato' Paduka Haji Kifli
Prokuradór Jerál

HOSI GOVERNU
REPÚBLIKA INDONÉZIA
[Asinatura]
Dr. Hamid Awaludin
Ministru Direitu no Direitus Umanus

HOSI GOVERNU MALÁZIA
[Asinatura]
Tan Sri Abdul Gani Patail
Prokuradór Jerál

HOSI GOVERNU
REPÚBLIKA SINGAPURA
[Asinatura]
Chan Sek Keong
Prokuradór Jerál

HOSI GOVERNU
REINU KAMBOJA
[Asinatura]
Ang Vong Vathana
Ministru Justisa

HOSI GOVERNU
REPÚBLIKA DEMOKRATIKA POPULÁR LAOS
[Asinatura
]Kham Ouane Boupha
Ministru Justisa

HOSI GOVERNU
REPÚBLIKA FILIPINA
[Asinatura]
Macabangkit Lanto
Sub-Sekretáriu, Departamentu Justisa nian

HOSI GOVERNU
REPÚBLIKA SOSIALISTA VIETNAM
[Asinatura]
Le The Tiem
Vise Ministru Seguransa Pública

NO LIU TAN BA konsensu hosi Estadu signatáriu sira ne'ebé eziste katak Uniaun Myanmar no Reinu Tailándia nian mós tenke asina no ratifika Tratadu hanesan Parte orijinál sira, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Tratadu ida-ne'e.

Asina iha Kuala Lumpur iha loron 17 fulan-Janeiru tinan 2006

HOSI GOVERNU UNIAUN MYANMAR NIAN
[Asinatura]

U Myint Aung
Embaixadór Uniaun Myanmar nian iha Malázia

HOSI GOVERNU REINU TAILÁNDIA
[Asinatura]

Pachara Yutidhammadamrong
Prokuradór Jerál

TRATADU KONA-BA ASISTÉNSIA JURÍDIKA MÚTUA IHA ASUNTU KRIMINÁL
[ASINA IHA 29 NOVEMBRU 2004]
LISTA MODIFIKASAUN SIRA

Dispozisaun	Modifikasaun	Tama iha Vigór
Preámbulu	Preámbulu hetan modifikasaun - (a) hodi hatama tuir liafuan sira "Malázia," liafuan sira "Uniaun hosi Myanmar,"; no (b) hodi hatama tuir liafuan "República husi Singapura " liafuan sira ", Reinu Tailándia nian".	17 Janeiru 2006
Asinatura	Tratadu ne'e modifika hodi hatama hafoin bloku asinatura ezistente bloku asinatura tuirmai	17 Janeiru 2006

"NO LIU TAN BA konsensu hosi Estadu signatáriu sira ne'ebé eziste katak Uniaun Myanmar no Reinu Tailándia nian mós tenke asina no ratifika Tratadu hanesan Parte orijinál sira, sira ne'ebé asina, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Tratadu ida-ne'e. Asina iha Kuala Lumpur iha loron 17 fulan-Janeiru tinan 2006."

HOSI GOVERNU
UNIAUN MYANMAR
[Asinatura]

U Myint Aung
Embaixadór husi

HOSI GOVERNU
REINU TAILÁNDIA
[Asinatura]

Pachara Yutidhamma damrong
Advogadu Jerál

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 44/2025

de 15 de Outubro

APROVA, PARA ADESÃO, O ACORDO-QUADRO DA ASEAN SOBRE A FACILITAÇÃO DO TRÂNSITO DE MERCADORIAS E OS SEUS PROTOCOLOS

Considerando que a República Democrática de Timor-Leste reiterou, desde a sua independência, o seu compromisso com o multilateralismo, a integração regional e a consolidação de relações de cooperação com os seus parceiros do Sudeste Asiático;

Tendo em conta que na 40.ª e 41.ª Cimeiras da ASEAN, realizadas em Phnom Penh, Camboja, em novembro de 2022, os líderes dos países da ASEAN decidiram, em princípio, admitir Timor-Leste como 11.º Estado-Membro da organização;

Atendendo a que o último relatório da ASEAN sublinha a significativa e bem sucedida implementação do roteiro para a adesão plena de Timor-Leste à organização, aprovado em maio de 2023 durante a 42.ª Cimeira da ASEAN em Labuan Bajo, o que permite concluir pela prontidão do País para assumir a qualidade de membro;

Tendo presente que na 46.ª Cimeira da ASEAN, realizada na Malásia em maio de 2025, os líderes dos países da ASEAN decidiram admitir Timor-Leste como 11.º Membro da ASEAN, admissão a ser oficializada na 47.ª Cimeira da ASEAN, a ter lugar na Malásia, no dia 26 de outubro de 2025;

Considerando que o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias (AFAFGIT, na sigla em inglês), concluído em 1998, visa estabelecer um regime jurídico uniforme e harmonizado para o trânsito terrestre internacional de mercadorias entre os Estados-Membros da ASEAN, mediante a adoção de nove Protocolos sobre rotas designadas, postos fronteiriços, requisitos técnicos para veículos, seguros obrigatórios, medidas sanitárias e fitossanitárias, transporte ferroviário e transporte de mercadorias perigosas;

Reconhecendo que a adesão ao AFAFGIT e aos seus nove Protocolos permitirá a integração de Timor-Leste nos corredores económicos e logísticos regionais, facilitando o comércio, reduzindo custos operacionais, promovendo investimentos em infraestruturas de transporte e reforçando a conetividade terrestre e o acesso aos mercados regionais;

Considerando que, nos termos da Constituição da República, compete ao Parlamento Nacional aprovar acordos e ratificar tratados internacionais,

O Parlamento Nacional resolve, sob proposta do Governo e nos termos da alínea f) do n.º 3 do artigo 95.º da Constituição da República, aprovar, para adesão, o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias, adotado em 1998, e os seus Protocolos, cujas versões autênticas em língua inglesa e respetivas traduções para as línguas portuguesa e tétum se publicam em anexo à presente resolução, da qual fazem parte integrante.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

A Presidente do Parlamento Nacional,

Maria Fernanda Lay

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

ANEXO I
Versões autênticas na língua inglesa

ASEAN FRAMEWORK AGREEMENT ON THE FACILITATION OF GOODS IN TRANSIT

PREAMBLE

The Members of the Association of South East Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");
INSPIRED to maintain, further develop and strengthen friendly relations and cooperation between their countries;
REITERATING their commitment to foster smooth, rapid and efficient movement of goods between and among Contracting Parties;

RECALLING the decisions of the First ASEAN Informal Summit held on 30 November 1996 in Jakarta and the Second ASEAN Informal Summit held on 15 December 1997 in Kuala Lumpur, to cooperate in the area of facilitation of goods in transit and to expeditiously study the necessary measures to facilitate the transportation of goods both in transit and inter-State, covering land, maritime and air links, respectively;

NOTING Article V of the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT 1994) on "Freedom of Transit" and other relevant international conventions on goods in transit;

AGREEING that the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit (hereinafter referred to as "this Agreement") provides the most effective arrangement for facilitating inter-State traffic and transit transport among ASEAN countries;

UNDERTAKING to encourage and facilitate inter-State traffic and transit transport among the Contracting Parties;

HAVE AGREED AS FOLLOWS :

ARTICLE 1
OBJECTIVES

The objectives of this Agreement are :

a. to facilitate transportation of goods in transit, to support the implementation of the ASEAN Free Trade Area, and to further integrate the region's economies;

b. to simplify and harmonize transport, trade and customs regulations and requirements for the purpose of facilitation of goods in transit; and

c. to establish an effective, efficient, integrated and harmonized transit transport system in ASEAN.

ARTICLE 2
PRINCIPLES

The Contracting Parties shall be guided by the following principles under this Agreement :

a. Most Favoured Nation Treatment : Contracting Parties shall accord to transit transport to or from the territory of any other Contracting Parties treatment no less favourable than the treatment accorded to transit transport to or from any other country;

b. National Treatment : Contracting Parties shall accord to products which have been in transit through the territory of any other Contracting Party treatment no less favourable than that which would have been accorded to such products had they been transported from their place of origin to their destination without going through the territory of such other Contracting Party;

c. Consistency : Contracting Parties shall ensure the consistent application of the relevant laws and regulations, procedures, and administration guidelines and other rulings within each Contracting Party;

d. Simplicity : Contracting Parties shall endeavour to ensure the simplification of all transit transport procedures and requirements in ASEAN;

e. Transparency : Contracting Parties shall make all laws, regulations, procedures and administrative notifications pertaining to the relevant authorities publicly available in a prompt, transparent and readily accessible manner;

f. Efficiency : Contracting Parties shall ensure the efficient and effective administration of transit transport to facilitate movement of goods in transit;

g. Appeals : Contracting Parties shall ensure that an effective mechanism for the review of the decisions by the relevant authorities of Contracting Parties is made available and accessible to users and providers of transit transport within ASEAN; and

h. Mutual Assistance : Contracting Parties shall endeavour their utmost cooperation and mutual assistance between the concerned agencies involved in the facilitation of goods in transit in ASEAN.

PART I
GENERAL PROVISIONS

ARTICLE 3
DEFINITIONS

For the purposes of this Agreement:

a. "Transit transport" means transit of goods and means of transport across the territory of one or more Contracting Parties, when the passage across such territory or territories, with or without transshipment, warehousing, breaking bulk or change in the mode of transport, is only a portion of a complete journey beginning and terminating beyond the frontier of one or more Contracting Parties across whose territory the traffic passes;

b. "Internal transport" means the carriage of goods loaded in the territory of a Contracting Party for unloading at a place within the territory of the same Contracting Party;

c. "Means of transport" means road vehicles, railway rolling stock, sea and inland waterways craft and aircraft;

d. "Dangerous goods" means those substances and articles which may affect the interest of environment, health, safety and national security;

e. "Perishable goods" means fresh, chilled or frozen fish, crustacean, molluscs, fruits, vegetables, chilled or frozen meat or poultry, dairy and dairy products, eggs and egg products, and swine and pork products ; and

f. "Secretary-General" means Secretary-General of the Association of South East Asian Nations.

ARTICLE 4
SCOPE OF APPLICATION

1. The provisions of this Agreement shall apply to transit transport.

2. Inter-State transport shall be agreed upon by all the Contracting Parties. For this purpose, the Contracting Parties shall enter into negotiations and expeditiously conclude a separate ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Inter-State Transport.

ARTICLE 5
GRANT OF RIGHTS

1. Subject to the provisions of this Agreement, each Contracting Party shall grant to other Contracting Parties :

   a. the right of transit transport; and

   b. the right to load and discharge third countries' goods destined for or coming from Contracting Parties.

2. The Contracting Parties, through whose territory the transit transport takes place, will endeavour to provide facilities for transit transport in accordance with the provisions of this Agreement.

3. Transit Transport shall not be subject to any unnecessary delays or restrictions and shall be exempt from customs duties, taxes and other charges except charges for specific services rendered in connection with such transport.

4. Goods carried in sealed road vehicles, combination of vehicles or container shall not be subjected to examination at Customs offices en route. However, to prevent abuses such as smuggling and fraud, Customs authorities of either Contracting Party, may in exceptional cases, and particularly when irregularity is suspected, carry out an examination of the goods at such offices or other areas designated by Customs authorities.

PART II
DESIGNATION OF TRANSIT TRANSPORT ROUTES

ARTICLE 6
DESIGNATION OF TRANSIT TRANSPORT ROUTES AND FACILITIES

1. The Contracting Parties shall adopt a list of designated transit transport routes to be specified in Protocol 1 of this Agreement.

2. For the benefit of safety, the Contracting Parties shall endeavour to provide in their territories vehicle rest areas on these specified routes at appropriate intervals.

ARTICLE 7
FRONTIER FACILITIES

1. The Contracting Parties agree to designate frontier posts at border points to be specified in Protocol 2 to facilitate transit transport.

2. The Contracting Parties shall provide adequate facilities and related installations at frontier posts over the transit transport routes.

3. The Contracting Parties shall endeavour to:

   a. Provide, whenever possible, and within their national jurisdiction, frontier posts which are physically adjacent to those of other Contracting Parties concerned with control areas with checking requirements in order to facilitate the clearance and examination of the means of transport and goods in transit, so that repeated unloading and reloading of these goods may be avoided. Nothing shall prevent two or more Contracting Parties from conducting joint examination at the same place by officials of these Contracting Parties;

   b. Ensure that adequate manpower resources are made available for the speedy completion and clearance of frontier formalities, such as immigration, customs, health and foreign exchange controls;

   c. Allow goods in transit to be temporarily stored in approved places;

   d. Coordinate working hours of adjacent posts; and

   e. Provide, wherever possible, adequate parking space for containers and for vehicles awaiting goods clearance.

4. The Contracting Parties agree to be guided, wherever possible, by the provisions of the International Convention on Harmonization of Frontier Control of Goods, signed at Geneva on 21 October 1982, in their efforts to harmonise frontier facilities for goods in transit.

PART III
GENERAL CONDITIONS FOR ROAD TRANSPORT

ARTICLE 8
TRAFFIC REGULATIONS

The Contracting Parties shall endeavour to take appropriate measures to ensure the harmonization of road traffic regulations in force in their territories conform in substance to the provisions of the Convention on Road Traffic, signed at Vienna on 8 November 1968, and the Convention on Road Sign and Signals, signed at Vienna on 8 November 1968.

ARTICLE 9
TRANSIT TRANSPORT SERVICES

1. Each Contracting Party shall allow the use of means of transport registered in other Contracting Parties to provide transit transport services on its territory in accordance with Article 5 of this Agreement.

2. The type and quantity of road vehicles to be used for transit transport shall be agreed upon between all Contracting Parties, to be specified in Protocol 3, before the transport services are inaugurated. Thereafter, the type and quantity of road vehicles shall be discussed from time to time between the Contracting Parties.

ARTICLE 10
ROAD TRANSPORT PERMITS

The Contracting Parties undertake to harmonize road transport permit requirements in order to facilitate transit transport.

ARTICLE 11
TECHNICAL REQUIREMENTS OF VEHICLES

Means of transport used in road transit transport shall conform to the technical requirements regarding vehicle dimensions, maximum weights and loads, emission standards and related matters to be specified in Protocol 4.

ARTICLE 12
MUTUAL RECOGNITION OF INSPECTION CERTIFICATES

1. The Contracting Parties undertake to institute periodic inspection of road vehicles registered in each respective territory and used for transit transport operations.

2. The Contracting Parties shall recognize periodic inspection certificates of road vehicles used for transit transport issued by the other Contracting Parties, in accordance with the Agreement on the Recognition of Commercial Vehicle Inspection Certificates for Goods Vehicles and Public Service Vehicles Issued by ASEAN Member Countries signed at Singapore on 10 September 1998.

ARTICLE 13
MUTUAL RECOGNITION OF DRIVING LICENSES

The Contracting Parties shall recognize domestic driving licenses issued by all other Contracting Parties in accordance with the Agreement on the Recognition of Domestic Driving Licenses Issued by ASEAN Countries signed at Kuala Lumpur on 9 July 1985.

ARTICLE 14
MOTOR VEHICLE THIRD-PARTY INSURANCE SCHEME

1. The road vehicle entering the territory of the other Contracting Party shall strictly comply with the laws and regulations related to third-party insurance covering for the insurance of their means of transport to cover third-party liability incurred in the course of transit transport.

2. The Contracting Parties undertake to harmonize or establish a common ASEAN scheme of compulsory motor vehicle third-party liability insurance to be specified in Protocol 5.

3. The ASEAN scheme of compulsory motor vehicle third-party liability insurance shall provide, at least, all the guarantees required by the laws and regulations governing compulsory motor vehicle third-party insurance in the Contracting Parties.

ARTICLE 15
CHARGES AND OTHER FINANCIAL OBLIGATIONS

The Contracting Parties endeavour to simplify, consolidate and harmonize charges and other financial obligations which are levied on the means of transport.

PART IV
GENERAL CONDITIONS FOR RAIL TRANSPORT

ARTICLE 16
CONNECTING AND TRANSIT SERVICES

1. Connecting and transit services on railway lines linking the territories of the Contracting Parties shall be performed at designated interchange stations.

2. Border stations, interchange stations and type and quantity of rolling stock shall be designated in Protocol 6. The Protocol shall also specify basic operational arrangements relating to such matters as technical inspection of rolling stock .

3. The Contracting Parties shall encourage their railways to conclude inter-railway agreements, including arrangements for the acceptance of technical inspection of rolling stock, which are consistent with the provisions of this Agreement and its Protocols.

PART V
CUSTOMS CONTROL, SANITARY AND PHYTOSANITARY MEASURES

ARTICLE 17
HARMONIZATION AND SIMPLIFICATION OF CUSTOMS PROCEDURES

1. The Contracting Parties shall simplify and, whenever possible,harmonize the customs control procedures of transit transport to ensure compliance with the laws and regulations which the Customs are responsible for enforcing.

2. The Contracting Parties shall facilitate joint customs inspection, wherever possible, of transit transport at their designated frontier points.

3. The Contracting Parties agree to be guided, whenever possible, by the standards and recommended practices of Annex E1 concerning Customs Transit of the International Convention on the Simplification and Harmonization of Customs Procedures, concluded at Kyoto on 18 May 1973, as amended, under the auspices of the World Customs Organization.

ARTICLE 18
ESTABLISHMENT OF A CUSTOMS TRANSIT SYSTEM

1. The Contracting Parties shall establish a customs transit system for the purposes of facilitating the movement of goods in their territories.

2. The Contracting Parties agree to apply the customs transit system to be specified in Protocol 7.

ARTICLE 19
ESTABLISHMENT OF SANITARY AND PHYTO-SANITARY MEASURES

The Contracting Parties shall establish sanitary and phytosanitary measures to be specified in Protocol 8, to facilitate the movement of goods in their territories and ensure compliance with the laws and regulations which the relevant authorities are responsible for enforcing.

PART VI
MISCELLANEOUS PROVISIONS

ARTICLE 20
SPECIAL PROVISIONS ON TRANSPORT OF DANGEROUS GOODS

Transit transport of dangerous goods to be specified in Protocol 9 shall not be permitted under this Agreement, unless there is a special permit of the Contracting Party in whose territory the transportation is undertaken.

ARTICLE 21
SPECIAL PROVISIONS ON TRANSPORT OF PROHIBITED AND/OR RESTRICTED GOODS

Transit transport of goods prohibited and/or restricted in the transit territory of a Contracting Party, to be specified in Protocol 7, shall not be permitted under this Agreement.

ARTICLE 22
SPECIAL PROVISIONS ON TRANSPORT OF PERISHABLE GOODS

Subject to the provisions of this Agreement, the Contracting Parties shall endeavour to facilitate transport of perishable goods.

ARTICLE 23
PROVISION OF GREATER FACILITIES

This Agreement does not entail in any way the withdrawal of transit facilities which are greater than those provided for in this Agreement as long as the terms and conditions are consistent with the principles embodied in this Agreement. This Agreement also does not preclude the granting of greater facilities, which may be agreed between Contracting Parties in the future.

ARTICLE 24
DOMESTIC LEGISLATION

1. Domestic legislation and regulations relating to transport of goods shall, in so far as this Agreement and its Protocols do not lay down, apply equally and without discrimination to transit transport.

2. The Contracting Parties endeavour to harmonize and simplify their rules, regulations and administrative procedures relating to transit transport in accordance with the provisions of this Agreement.

ARTICLE 25
WORKING GROUPS

After the signing of this Agreement, related Working Groups shall be established or designated, to conclude the Protocols which shall form integral parts of this Agreement. These are :

Protocol 1 Designation of Transit Transport Routes and Facilities

Protocol 2 Designation of Frontier Posts

Protocol 3 Types and Quantity of Road Vehicles

Protocol 4 Technical Requirements of Vehicles

Protocol 5 ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Third-Party Liability Insurance

Protocol 6 Railways Border and Interchange Stations

Protocol 7 Customs Transit System

Protocol 8 Sanitary and Phytosanitary Measures

Protocol 9 Dangerous Goods

ARTICLE 26
COMPLIANCE WITH NATIONAL LAWS

Except where otherwise provided in Agreements between the Contracting Parties, including this Agreement:

a. means of transport of one Contracting Party including persons and goods shall, when in the territory of the other Contracting Party, comply with national laws and regulations in force in that territory ; and

b. neither of the Parties shall impose on persons or goods of the other Contracting Party requirements which are more restrictive than those applied by its national laws and regulations on its own means of transport.

ARTICLE 27
TRANSPARENCY

1. The Contracting Parties shall ensure transparency of its respective laws, regulations and administrative procedures which affect the facilitation of transit transport of goods under this Agreement and its Protocols.

2. For this purpose, all Contracting Parties shall deposit with the ASEAN Secretariat, not later than six months after this Agreement has entered into force, their aforementioned laws, regulations and administrative procedures.

3. If the aforementioned documents are not in the English language, their English translation shall also be deposited within one year after this Agreement has entered into force.

ARTICLE 28
ASSISTANCE FOR TRAFFIC ACCIDENTS

Should the means of transport of one Contracting Party

including persons and goods be involved in traffic accidents in the territory of another Contracting Party, the latter shall provide all possible assistance to the means of transport, including persons and goods, and notify the appropriate authorities of the Contracting Party concerned as soon as possible.

PART VII
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

ARTICLE 29
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. A National Transit Transport Coordinating Committee shall be established in each of the Contracting Parties for the effective and efficient coordination and implementation of this Agreement.

2. A Transit Transport Coordinating Board shall be established and composed of senior official nominated from each Contracting Party and a representative of the ASEAN Secretariat, to oversee the overall coordination and implementation of this Agreement. The Board is also authorized to invite and seek the assistance of other relevant ASEAN coordinating bodies, for all matters related to the implementation of this Agreement.

3. The Transit Transport Coordinating Board shall make periodic reports on the implementation of this Agreement, and seek appropriate guidance on significant issues as necessary, from the relevant ASEAN Ministerial bodies.

4. The ASEAN Secretariat shall assist the Transit Transport Coordinating Board in its functions and responsibilities under this Agreement, and in particular, in the monitoring and reporting of the progress of the implementation of this Agreement. The ASEAN Secretariat shall submit evaluation reports to the Transit Transport Coordinating Board, for further action.

PART VIII
FINAL CLAUSES

ARTICLE 30
DISPUTE SETTLEMENT

The provisions of the ASEAN Protocol on Dispute Settlement Mechanism, done at Manila on 20th day of November 1996, shall apply to consultation and the settlement of disputes under this Agreement.

ARTICLE 31
ACCESSION OF NEW MEMBERS

New Members of ASEAN shall accede to this Agreement on terms and conditions consistent with it and which have been agreed between them and the existing Members of ASEAN. Accession shall be through the signing and deposit of the Instrument of Accession of this Agreement with the Secretary – General of ASEAN, who shall promptly furnish each Contracting Party a certified true copy thereof.

ARTICLE 32
OTHER AGREEMENTS IN FORCE

This Agreement or any actions taken thereto shall not affect the rights and obligations of the Contracting Parties under any existing agreements or International Conventions to which they are also Contracting Parties.

ARTICLE 33
FINAL PROVISIONS

1. This Agreement is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties.

2. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

3. This Agreement shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

4. No reservations may be made to this Agreement either at the time of signature or ratification.

5. Any amendment to the provisions of this Agreement shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Hanoi, Vietnam on the 16th day of December 1998, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam: **ABDUL RAHMAN TAIB,** Minister of Industry and Primary Resources

For the Government of the Republic of Indonesia: **GINANJAR KARTASASMITA**, Coordinating Minister for Economy, Finance and Industry

For the Government of the Lao People's Democratic Republic: **SOULIVONG DARAVONG**, Minister of Industry and Handicrafts

For the Government of Malaysia: **RAFIDAH AZIZ**, Minister of International Trade and Industry

For the Government of the Union of Myanmar: **BRIG. GEN. DAVID O. ABEL,** Minister at the Office of the Chairman of the State Peace and Development Council

For the Government of the Republic of the Philippines: **JOSE TRINIDAD PARDO**, Secretary of Trade and Industry

For the Government of the Republic of Singapore: **LEE YOCK SUAN,** Minister for Trade and Industry

For the Government of the Kingdom of Thailand: **SURIN PITSUWAN,** Minister of Foreign Affairs

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam: **TRUONG DINH TUYEN**, Minister of Trade

Protocol 1: Establishment of Transit Transport Routes and Facilities

Protocol 2: Establishment of Frontier Posts

Protocol 3: Types and Quantity of Road Vehicles

Protocol 4: Technical Requirements of Vehicles

Protocol 5: ASEAN Scheme of Motor Vehicle Insurance

Protocol 6: Railways Border and Interchange Stations

Protocol 7: Customs Transit Systems

Protocol 8: Sanitary and Phytosanitary Measures

Protocol 9: Dangerous Goods

PROTOCOL 1
DESIGNATION OF TRANSIT TRANSPORT ROUTES AND FACILITIES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on

16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 6 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECOGNISING also paragraph 3 of Article I of the Framework Agreement on Enhancing ASEAN Economic Cooperation signed on 28 January 1992 in Singapore, that, in the implementation of economic arrangements, two or more Member States may proceed first if other Member States are not ready to implement these arrangements; and DESIRING to encourage and facilitate transit transport operations among the Contracting Parties;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1 – SCOPE OF APPLICATION

Pursuant to Article 6.1 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to the road or highway transport routes as duly designated for the purpose of transit transport of goods in ASEAN.

ARTICLE 2 – DESIGNATION OF ROAD OR HIGHWAY TRANSIT TRANSPORT ROUTES

1. The Contracting Parties hereby agree to formalise the initial respective road or highway routes, as basis for the designation of transit transport routes for purpose of this Protocol, which are listed in the Annex to this Protocol.

2. The Contracting Parties shall affirm their designated road or highway transit transport routes at the time of the deposit of their Instruments of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN. The affirmation shall be with the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties.

3. The Contracting Parties may initiate proposals for the modification and/ or expansion of the regional transit transport network from time to time. Any proposed modifications/changes by one Contracting Party shall be with the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties. Subsequent amendments shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN.

4. The designated road or highway transit transport routes established shall be without prejudice to any ongoing territorial claims between the Contracting Parties.

ARTICLE 3 – OBLIGATIONS

1. The Contracting Parties, subject to their relevant national laws and regulations, hereby agree to authorise the unhindered access and movement of means of transport as specified in Protocol 4 of the Agreement, including persons and goods, in the duly designated road or highway transit transport routes under this Protocol.

2. The Contracting Parties hereby agree to adopt the minimum set of technical design standards and requirements under the Ministerial Understanding on the Development of the ASEAN Highway Network Project signed on 15 September 1999 in Hanoi, Vietnam.

3. The Contracting Parties shall endeavour to provide vehicle rest areas on their designated road or highway transit transport routes at appropriate intervals.

4. The Contracting Parties shall endeavour to provide ade-

quate parking space for containers and for road vehicles awaiting goods clearance at duly designated frontier posts at border points as may (sic) specified in Protocol 2 of the Agreement.

ARTICLE 4 – INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall be the responsible body for the monitoring, review, coordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board established pursuant to Article 29.2 of the Agreement, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Senior Transport Officials Meeting in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 5 – FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall form an integral part of the Agreement.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instruments of Ratification or Acceptance, including the affirmation of their designated road or highway transit transport routes, shall be deposited with the Secretary–General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit. The affirmation or designation, as the case may be, of the transit transport route(s) and subsequent changes or modifications to such route(s) shall be accompanied by supporting documents showing the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties.

4. This Protocol shall enter into force on the sixtieth day after the deposit of the sixth Instrument of Ratification or Acceptance, and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For each Contracting Party ratifying or accepting to the Protocol after the deposit of the sixth Instrument of Ratification or Acceptance, the Protocol shall enter into force on the sixtieth day after the deposit of such Contracting Party of its Instrument of Ratification or Acceptance.

5. Any amendment to the provisions of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed Protocol 1 – Designation of Transit Transport Routes and Facilities to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Bangkok, Thailand, this Eighth Day of February in the Year Two Thousand and Seven, in a single original copy in the English language.

For Brunei Darussalam:
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Minister of Communications

For the Kingdom of Cambodia:
SUN CHANTHOL
Minister of Public Works and Transport

For the Republic of Indonesia:
WENDY ARITENANG
Secretary General
Ministry of Transportation

For the Lao People's Democratic Republic:
SOMMAD PHOLSENA
Minister of Communication, Transport, Post and Construction

For Malaysia:
DATO' SRI CHAN KONG CHOY
Minister of Transport

For the Union of Myanmar:
MAJOR GENERAL THEIN SWE
Minister for Transport

For the Republic of the Philippines:
ANNELI R. LONTOC
Undersecretary for Road Transport
Department of Transportation and Communications

For the Republic of Singapore:
RAYMOND LIM
Minister for Transport

For the Kingdom of Thailand:
ADMIRAL THIRA HAO-CHAROEN
Minister for Transport

For the Socialist Republic of Viet Nam:
HO NGHIA DUNG
Minister of Transport

PROTOCOL 2
DESIGNATION OF FRONTIER POSTS

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations ("ASEAN") (hereinafter referred to singularly as "Contracting Party" and collectively as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on

16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 7 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

DESIRING to encourage and facilitate inter-state and transit transport operations among the Contracting Parties; and

REITERATING that the conclusion of this Protocol shall provide for the efficient and effective arrangement for transit trade among the Contracting Parties,

HAVE AGREED as follows:

ARTICLE 1
SCOPE OF APPLICATION

1. Pursuant to paragraph 1 of Article 7 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to the frontier posts as duly designated for the clearance and examination of the means of transport and goods in transit.

2. The Contracting Parties may, with the mutual consent of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties, allow the clearance and examination of the means of transport and goods in transit at other frontier posts, in addition to those duly designated, in an exceptional situation and on a temporary basis, as long as the terms and conditions are consistent with the principles embodied in the Agreement and this Protocol.

ARTICLE 2
DESIGNATION OF FRONTIER POSTS

1. The Contracting Parties hereby agree to formalise the initial respective frontier posts, as the basis for the designation of frontier posts for the purpose of this Protocol, which are listed in the Annex to this Protocol.

2. The Contracting Parties shall affirm their designated frontier posts at the time of the deposit of their Instruments of Ratification or Acceptance with the Secretary-General of ASEAN. The affirmation shall be with the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties.

3. The Contracting Parties may initiate proposals for the modification of the list of the designated frontier posts from time to time. Any proposed modification by one Contracting Party shall be with the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties. Subsequent amendments to the Annex as a result of such modification shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly communicate the amended Annex to the Contracting Parties.

4. The designated frontier posts established in accordance with this Protocol shall be without prejudice to any on-going territorial claims between the Contracting Parties.

ARTICLE 3
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Directors-General of Customs Meeting shall be the body responsible for monitoring, reviewing, coordinating and supervising all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary administrative support and assistance to the ASEAN Directors-General of Customs Meeting in carrying out its functions and discharging its responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 4
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified true copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall form an integral part of the Agreement. In the event of any inconsistency or conflict, the Agreement shall prevail over this Protocol.

3. This Protocol shall be subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance, including the affirmation of their designated frontier posts, shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit. The affirmation or designation, as the case may be, of the frontier post(s) and subsequent changes and modifications to such frontier post(s) shall be accompanied by supporting documents showing the mutual agreement of the immediate neighbouring Contracting Party or Parties.

4. This Protocol shall enter into force on the sixtieth day after the deposit of the sixth Instrument of Ratification or Acceptance, and shall become effective only among the Contracting Parties that have ratified or accepted it. For each Contracting Party ratifying or accepting the Protocol after the deposit of the sixth Instrument of Ratification or Acceptance, the Protocol shall enter into force on the sixtieth day after the deposit of such Contracting Party of its Instrument of Ratification or Acceptance.

5. No reservation may be made to this Protocol either at the time of signature or ratification or acceptance.

6. Any amendment to the provisions of this Protocol, except for the amendment of the Annex as provided under paragraph 3 of Article 2 of this Protocol, shall be effected by the consent of all Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed Protocol 2 on the Designation of Frontier Posts to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Langkawi, Malaysia on the Fourth day of May in the Year Two Thousand and Eighteen, in a single copy in the English language.

For Brunei Darussalam:
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Minister at the Prime Minister's Office and Minister of Finance II

For the Kingdom of Cambodia:
NGUON SOKHA
Secretary of State, Ministry of Economy and Finance

For the Republic of Indonesia:
SRI MULYANI INDRAWATI
Minister for Finance

For the Lao People's Democratic Republic:
SILA VIENGKEO
Deputy Minister of Finance

For Malaysia:
DATUK SERI JOHARI ABDUL GHANI
Minister of Finance II

For the Republic of the Union of Myanmar:
KYAW WIN
Union Minister
Ministry of Planning & Finance

For the Republic of the Philippines:
CARLOS G. DOMINGUEZ
Secretary of Finance

For the Republic of Singapore:
LAWRENCE WONG
Second Minister for Finance

For the Kingdom of Thailand:
APISAK TANTIVORAWONG
Minister of Finance

For the Socialist Republic of Viet Nam:
DINH TIEN DUNG
Minister of Finance

ANNEX
LIST OF DESIGNATED FRONTIER POSTS

Brunei Darussalam
Sungai Tujuh

Kingdom of Cambodia
Poi Pet
Bavet
Trapeing Kreal
Sihanoukville International Port

Republic of Indonesia
Entikong, West Kalimantan

Lao People's Democratic Republic
Nampaow Customs Checkpoint, Bolikhamsay Province
Friendship Bridge 1 International Customs Checkpoint, Vientiane Capital
Friendship Bridge 2 International Customs Checkpoint, Savannakhet Province
Friendship Bridge 4 International Customs Checkpoint, Bokeo Province
Nongnokkien International Customs Checkpoint, Champasack Province
Daensavanh Customs Checkpoint, Savannakhet Province

Malaysia
Bukit Kayu Hitam
Tanjong Kupang
Tebedu
Sungai Tujuh
Johor Bahru

Republic of the Union of Myanmar
Tachileik
Myawaddy

Republic of the Philippines
Nil

Republic of Singapore
Woodlands Checkpoint
Tuas Checkpoint
Keppel Free Trade Zone
Pasir Panjang Free Trade Zone
Jurong Free Trade Zone
Sembawang Free Trade Zone
Changi Free Trade Zone

Kingdom of Thailand
Mae Sai Boundary Post
Mae Sot Boundary Post
Aranyaprathet Boundary Post
Nong Kai Boundary Post
Sa Dao Boundary Post
Mook Da Harn Boundary Post
Chiang Kong Boundary Post

Socialist Republic of Viet Nam
Cau Treo Customs Checkpoint
Lao Bao Customs Checkpoint
Moc Bai Customs Checkpoint

PROTOCOL 3
TYPES AND QUANTITY OF ROAD VEHICLES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, Lao People's Democratic Republic, Malaysia, Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Vietnam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Hanoi, Vietnam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 9 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECALLING further the Hanoi Plan of Action which was adopted by the Heads of State and Government of ASEAN at the Sixth ASEAN Summit in Hanoi, Vietnam on 16 December 1998 stipulates to operationalise the Agreement by the year 2000,

NOW, WHEREFORE, the Contracting Parties have agreed as follows:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purposes of this Protocol:

a. "Transit transport operators" means owners, drivers and/or agents of road transit transport vehicles who (1) have the appropriate national permit or licence to operate transport services and who have a proven compliance record to the rules and procedures under the said permit or licence, and (2) are duly registered as transit transport operators by the respective National Transit Transport Coordinating Committee (NTTCC);

b. "Road transit transport vehicle" means the type of road vehicles specified under Article 3 herein for the use of carrying goods across the territory of one or more Contracting Parties, when the passage across such territory or territories, with or without transshipment, warehousing, breaking bulk or change in the mode of transport, is only a portion of a complete journey beginning and terminating beyond the frontier of one or more Contracting Parties across whose territory the vehicle passes;

c. "Transit transport" shall have the meaning assigned to it in the Agreement;

d. "Protocol 4″ means Protocol 4 – Technical Requirements of Vehicles made pursuant to the Agreement.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

1. Pursuant to Article 9.2 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to a road transit transport vehicle engaging in transit transport.

2. This Protocol shall apply to all road transit transport vehicles and transit transport operators as defined in Article 1 of this Protocol.

ARTICLE 3
TYPES OF VEHICLE

The Contracting Parties hereby agree that any transit transport operators shall not be permitted to engage in transit transport using road vehicles other than those specified as road transit transport vehicles in Annex 1.

ARTICLE 4
QUANTITY

Pursuant to Article 9.2 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree that the number of road transit transport vehicles which shall be allowed to be used for transit transport shall be no more than sixty (60) vehicles per Contracting Party. Thereafter, the quantity of road transit transport vehicles shall be discussed from time to time between the Contracting Parties.

ARTICLE 5
OBLIGATIONS

1. Subject to Article 24 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to authorize the unhindered access and movement of road transit transport vehicles on designated transit transport routes.

2. The Contracting Parties shall take appropriate measures to ensure that their respective road transit transport vehicles comply with the road traffic rules and regulations of the Contracting Party across whose territory the vehicle passes.

ARTICLE 6
MANDATORY TECHNICAL REQUIREMENTS

The road transport transit vehicle to which this Protocol applies shall not be allowed to engage in transit transport unless it complies with the Mandatory Technical Requirements as specified in Protocol 4.

ARTICLE 7
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall be the responsible body for the monitoring, review, co-ordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board established pursuant to Article 29.2 of the Agreement, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Senior Transport Officials Meeting in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 8
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol and its Annex shall form an integral part of the Agreement.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

5. Any amendment to the provisions of this Protocol and its Annex shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed Protocol 3 on the Types and Quantity of Road Vehicles to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Hanoi, Vietnam on the 15th day of September 1999, in a single copy in the English language.

PEHIN DATO HAJI ZAKARIA SULAIMAN
Minister of Communications
Brunei Darussalam

KAY TAINGLIM
Minister of Public Works and Transport
Kingdom of Cambodia

ANWAR SUPRIJADI
Secretary General
Ministry of Communications
Republic of Indonesia

PHAO BOUNNAPHOL
Minister of Communication, Transport, Post and Construction
Lao People's Democratic Republic

DATO' SERI DR. LING LIONG SIK
Minister of Transport
Malaysia

MAJ. GEN. HLA MYINT SWE
Minister of Transport
Union of Myanmar

VICENTE C. RIVERA, JR.
Secretary of Transportation and Communications
Republic of the Philippines

YEO CHEOW TONG
Minister for Communications and Information Technology
Republic of Singapore

SUTHEP THAUGSUBAN
Minister of Transport and Communications
Kingdom of Thailand

LE NGOC HOAN
Minister of Transport
Socialist Republic of Vietnam

ANNEX 1
TYPES OF VEHICLE

The road transit transport vehicles which are allowed under this Protocol shall fall into the following types:-

1. "Rigid Motor Vehicle" means a motor vehicle other than an articulated vehicle, particularly a commercial vehicle carrying the payload on its own axles.

2. "Articulated vehicle" means a prime mover drawing a semi-trailer.

3. "Semi-trailer" means a vehicle drawn by a motor vehicle in such a manner that part of the trailer is superimposed on the motor vehicle and a substantial part of the weight of the trailer and its load is borne by the motor vehicle.

For the purpose of this Protocol, rigid motor vehicles and articulated vehicles are classified into:

- Boxed } SEALED
- Refrigerated } SEALED
- Tanker } SEALED
- Container } SEALED

Where sealed vehicle is defined as a vehicle the load compartment of which is constructed and equipped in such a manner that:

a. Customs seal can be easily and effectively affixed to it;

b. No goods can be removed, or introduced into, the sealed part of the vehicle without leaving visible traces of tampering or without breaking the Customs seal;

c. It contains no concealed space where goods may be hidden; and

d. All spaces capable of holding goods are readily accessible for Customs inspection.

PROTOCOL 4
TECHNICAL REQUIREMENTS OF VEHICLES

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, Lao People's Democratic Republic, Malaysia, Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Vietnam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Hanoi, Vietnam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 11 and 25 of the Agreement provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts thereof;

RECALLING further the Hanoi Plan of Action which was adopted by the Heads of State and Government of ASEAN at the Sixth ASEAN Summit in Hanoi, Vietnam on 16 December 1998 stipulates to operationalise the Agreement by the year 2000;

NOW, WHEREFORE, the Contracting Parties have agreed as follows:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purposes of this Protocol,

a) "Transit transport" shall have the meaning assigned to it in the Agreement;

b) "Road transit transport vehicle" shall have the meaning assigned to it in Protocol 3;

c) "Protocol 3″ means Protocol 3 – Types and Quantity of Road Vehicles made pursuant to the Agreement;

d) "wheelbase" means the distance between the centre line of the first axle and the centre of the rear tandem axle of three axled rigid motor vehicle, and

e) "maximum permissible gross vehicle weight" means the maximum permissible weight of a wheeled vehicle, including the weight of its driver and any other person on board, and any load carried on it or by it, transmitted to the road at any given moment through all the wheels of the wheeled vehicle.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

Pursuant to Article 11 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to road transit transport vehicles engaging in transit transport.

ARTICLE 3
OBLIGATIONS

1. The Contracting Parties shall ensure that each road transit transport vehicle shall be registered with the respective National Transit Transport Coordinating Committee (NTTCC) of which the transit transport operator is registered in compliance with Protocol 3.

2. The Contracting Parties shall ensure that each road transit transport vehicle complies with the technical requirements regarding vehicle dimensions, maximum weights and loads, emission standards and related matters as detailed in this Protocol.

ARTICLE 4
MANDATORY TECHNICAL REQUIREMENTS

1. The road transit transport vehicle to which this Protocol applies shall not be allowed to engage in transit transport unless the following technical requirements are fulfilled:

   a) Maximum Vehicle Dimensions, viz:

      i) Maximum length of vehicle as detailed in Annexes A and B;

      ii) Maximum width of vehicles as detailed in Annex C;

      iii) Maximum height of vehicles as detailed in Annex D; and

      iv) Rear overhang as detailed in Annex E.

   b) Maximum Permissible Gross Vehicle Weight as detailed in Annex F.

c) Emission Standards as follows:

Exhaust emission (smoke) – 50% (Opacity or Bosch unit) or 50 HSU; and

d) Other related requirements, viz:

i) Brake Efficiency: 50% of the axle weight and

ii) Side Slips: plus (+) or minus (-) 5 m/km.

2. The Contracting Parties hereby agree to standardise the above Technical Requirements for this Protocol but considering the present road conditions in some Contracting Parties, it was agreed that necessary arrangements be made to share updated information concerning designated roads periodically among Contracting Parties and accordingly use only suitable vehicle appropriate to those road conditions at the early stages of implementation of this Protocol. At the same time, the Contracting Parties hereby affirm their determination to upgrade their designated road transit transport network with every possible efforts to accommodate vehicles with the above Technical Requirements.

ARTICLE 5
DOCUMENTATION

1. The following documents shall be carried on a road transit transport vehicle at all times when it is in the territory of the relevant Contracting Party across whose territory the road transit transport vehicle passes:

a) Motor Vehicle Registration Certificate containing the particulars of the vehicle and the owner;

b) Valid Certificate of Inspection;

c) Motor Vehicle Third Party Liability Insurance Cover;

d) Consignment Note/Waybill;

e) Custom Transit Document for the Goods; and

f) Carrier's Licence.

2. All documents as mentioned above shall be made available for inspection upon demand by the relevant authorities of the Contracting Parties across whose territory the transit transport vehicle passes.

3. Any document which is determined to be invalid by the designated authorities or agencies of the Contracting Party or by any person authorized or licensed by the Contracting Party, or is rendered invalid pursuant to the laws of the Contracting Party, which issued that document, or is expired, shall not be recognized for the purposes of this Agreement.

4. Any document if not drawn up in English shall be accompanied by a certified translation in English issued by the relevant competent authority.

ARTICLE 6
DISTINGUISHING MARKS

A road transit transport vehicle shall display at the rear of the vehicle, at all times when it is in the territory of another Contracting Party, detachable stickers representing the internationally recognised and designated insignia of the Contracting Party of which the vehicle is registered.

ARTICLE 7
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall be the responsible body for the monitoring, review, coordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board, established pursuant to Article 29.2 of the Agreement, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Senior Transport Officials Meeting in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 8
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol and its Annexes shall form an integral part of the Agreement.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.
5. Any amendment to the provisions of this Protocol and its Annexes shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed Protocol 4 – Technical Requirements of Vehicles to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Hanoi, Vietnam on the 15th day of September 1999, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam: PEHIN **DATO HAJI ZAKARIA SULAIMAN,** Minister of Communications

For the Government of the Kingdom of Cambodia: **KAY TAINGLIM**, Minister of Public Works and Transport

For the Government of the Republic of Indonesia: **ANWAR SUPRIJADI,** Secretary General, Ministry of Communications

For the Government of the Lao People's Democratic Republic: **PHAO BOUNNAPHOL**, Minister of Communication, Transport, Post and Construction

For the Government of Malaysia: **DATO' SERI DR. LING LIONG SIK,** Minister of Transport

For the Government of the Union of Myanmar: **MAJ. GEN. HLA MYINT SWE**, Minister of Transport

For the Government of the Republic of the Philippines: **VICENTE C. RIVERA, JR.**, Secretary of Transportation and Communications

For the Government of the Republic of Singapore: **YEO CHEOW TONG,** Minister for Communications and Information Technology

For the Government of the Kingdom of Thailand: **SUTHEP THAUGSUBAN,** Minister of Transport and Communications

For the Government of the Socialist Republic of Vietnam: **LE NGOC HOAN**, Minister of Transport

PROTOCOL 5
ASEAN SCHEME OF COMPULSORY MOTOR VEHICLE INSURANCE

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, Lao People's Democratic Republic, Malaysia, Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam, (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 14 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECALLING further the Hanoi Plan of Action which was adopted by the Heads of State and Government of ASEAN at the Sixth ASEAN Summit in Ha Noi, Viet Nam on 16 December 1998 stipulates to operationalise the Agreement by the year 2000;

CONSCIOUS of the need to compensate victims of road traffic accidents caused by Transit Transport Operators and Road Transit Transport Vehicles for damage they may have sustained as a result of such accidents;

NOW, WHEREFORE, THE CONTRACTING PARTIES HAVE AGREED AS FOLLOWS:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Protocol, the following expressions shall have the meaning herein assigned to them:

a. National Bureau means the duly designated agency or instrumentality in each of the Contracting Parties to perform functions necessary for the operation of the ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Insurance as established under this Protocol;

b. Insurer means the insurance company which is a member of any one of the National Bureaux;

c. Council of Bureaux means the body composed of representatives of all National Bureaux as established under Article 11 of this Protocol;

d. Blue Card means the identification card, evidencing the existence of a compulsory motor vehicle insurance policy, issued by the National Bureaux of the Contracting Parties, in accordance with the provisions of this Protocol;

e. Road Transit Transport Vehicle means the type of road vehicles for the use of carrying goods across the territory of one or more Contracting Parties, when the passage across such territory or territories, with or without transhipment, warehousing, breaking bulk or change in the mode of transport, is only a portion of a complete journey beginning and terminating beyond the frontier of one or more Contracting Parties across the territory the vehicle passes and as described either on a Certificate of Insurance or on the Blue Card;

f. Insurance Policy means the contractual document issued by an Insurer to an insured to cover death or bodily injuries and/ or property damages arising out of the use of a road transit transport vehicle;

g. Policy Holder means a legal or natural person who takes out a compulsory motor vehicle insurance policy or one who holds a valid Blue Card;

h. Road Traffic Accident means a happening or occurrence related to a road transit transport vehicle causing death or bodily injuries and/or property damage;

i. Transit Transport Operators means owners, drivers and/ or agents of road transit transport vehicles who (1) have the appropriate national permit or licence to operate transport services and who have a proven compliance record to the rules and procedures under the said permit or licence, and (2) are duly registered as transit transport operators by the respective National Transit Transport Coordinating Committee (NTTCC);

ARTICLE 2
APPLICATION

Pursuant to Article 3 and paragraphs 2 and 3 of Article 14 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to the establishment of an ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Insurance to enable Transit Transport Operators and Road Transit Transport Vehicles from each of the Contracting Parties to be adequately insured against death or bodily injuries and/ or property damages arising from road traffic accidents in the territories of the other Contracting Parties.

ARTICLE 3
COMPULSORY MOTOR VEHICLE INSURANCE COVERAGE

The ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Insurance as established by this Protocol shall provide, at least, the minimum requirements prescribed by the laws and regulations governing compulsory motor vehicle insurance in force in the country or countries of transit and of final destination.

ARTICLE 4
OBLIGATIONS OF THE CONTRACTING PARTIES

In addition to the responsibilities assumed under other provisions of this Protocol, the Contracting Parties shall endeavour to take all necessary measures for the implementation of this Protocol and, in particular:

a. Undertake to require the insurance company or companies established in their territories providing compulsory motor vehicle insurance to adopt the Blue Card scheme as described in this Protocol;

b. Undertake to enact necessary domestic laws and regulations that may be required for the implementation of this Protocol;

c. Undertake to ensure that its National Bureau has sufficient funds to fulfil its obligations under Article 10 of this Protocol.

ARTICLE 5
OBLIGATION TO HAVE A BLUE CARD

Road Transit Transport Vehicles shall have a valid Blue Card which shall be presented upon request.

ARTICLE 6
ISSUANCE OF THE BLUE CARD

The Blue Card shall be issued by the National Bureau of each of the Contracting Parties, in accordance with Article 10 of this Protocol.

ARTICLE 7
COVERAGE AND VALIDITY OF BLUE CARD

1. During the period of its validity, the Blue Card shall be proof of existence of an insurance policy for the compulsory motor vehicle insurance described in Article 3 of this Protocol.

2. The Blue Card shall be valid for a specific period of time not to exceed one calendar year, irrespective of the number of transit transport journeys to be made.

3. The Blue Card shall be valid for one specific Road Transit Transport Vehicle and shall in no case be transferable.

ARTICLE 8
CONTENT AND FORM OF THE BLUE CARD

1. The Blue Card shall, inter alia, include the following particulars:

   a. Name and address of the issuing National Bureau;

   b. Country(ies) in which the Insurance Policy is effective;

   c. Name(s) and address(es) of the Insurer(s);

   d. Identification of the road transit transport vehicle;

   e. Name and address of the Policy Holder;

   f. Date of issue and date of expiry of the card;

   g. Name(s) and address(es) of the National Bureau in each Contracting Party;

   h. Number(s) of the insurance policy(ies);

   i. Serial number of the card; and

   j. Signature and stamp of the issuing National Bureau.

2. The form, in terms of size and shape, of the Blue Card shall be decided upon by the Council of Bureaux. It shall be printed in the English language.

ARTICLE 9
ESTABLISHMENT OF NATIONAL BUREAU

1. The Contracting Parties shall establish National Bureaux whose function is prescribed in Article 10 of this Protocol.

2. The National Bureau shall be composed of licensed insurer(s) providing compulsory motor vehicle insurance.

ARTICLE 10
FUNCTIONS OF THE NATIONAL BUREAU

The National Bureau shall undertake to fulfil the following functions:

a. Issue the Blue Card to its own country's Transit Transport Operators after having verified that the Transit Transport Operator has in place a motor insurance policy which meets the country's compulsory motor insurance requirements;

b. Sell the country's motor policies which provides the minimum compulsory insurance to other country's Transit Transport Operators entering the country;

c. Stamp on the Blue Card after verifying that the other country's Transit Transport Operator has purchased the requisite motor insurance policy which meets with its country's compulsory motor requirements.

d. Verify, whenever informed of a road accident caused in its territory by the holder of the Blue Card, the circumstances of the accident and on the basis, of its findings, take any action it deems necessary. It shall, in any event, advise the insurer concerned of any claims that it is handling on the latter's behalf;

e. Obtain prior authorisation from the insurer concerned before settling any claims;

f. Seek reimbursement from the insurer concerned on the amount of claims settled.

ARTICLE 11
ESTABLISHMENT OF A COUNCIL OF BUREAUX

A Council of Bureaux shall be established to coordinate and supervise the legal, technical, administrative and financial operations of the National Bureaux of all the Contracting Parties.

ARTICLE 12
COMPOSITION AND MEETINGS OF THE COUNCIL OF BUREAUX

1. The Council of Bureaux shall consist of one representative from each National Bureau and a representative of the Transit Transport Coordinating Board established pursuant to Article 29.2 of the Agreement.

2. The Council of Bureaux shall elect its Chairman and its Vice-Chairman from among its members for a fixed term and according to the rotation principle.

3. The Council of Bureaux shall meet once a year. Additional meetings may be held at the request of any one of the National Bureaux.

ARTICLE 13
FUNCTIONS OF THE COUNCIL OF BUREAUX

The Council of Bureaux shall have the following functions:

a. Determine and adopt the form and content of the Blue Card;

b. Establish its annual budget and fix the annual contributions to be paid by each National Bureau;

c. Coordinate the operations of all the National Bureaux. To this end, the Council shall prepare an Inter-Bureaux Agreement which shall be signed by all the National Bureaux and which the Council alone may amend;

d. Make recommendations to the relevant authorities, with a view to improving the ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Insurance and strengthening road traffic accident prevention, where necessary, through amendments to the laws and regulations in force in the Contracting Parties;

e. Settle disputes between any two or more National Bureaux relating to the application or interpretation of the provisions of this Protocol; and

f. Present a report annually to the ASEAN Insurance Regulators Meeting.

ARTICLE 14
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Insurance Regulators Meeting shall be responsible for reviewing, coordinating and supervising all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Secretariat shall submit regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board established pursuant to Article 29.2 of the Agreement.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Insurance Regulators Meeting and other related ASEAN bodies in their functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 15
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall form an integral part of the Agreement.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of

Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN. Contracting Parties which are unable to comply with the Protocol shall be granted a grace period of two years from the date of signing of the Protocol to work towards compliance.

5. Any amendment to the provisions of this Protocol and its Annexes shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed Protocol 5 – ASEAN Scheme of Compulsory Motor Vehicle Insurance.

DONE at Kuala Lumpur, Malaysia on the 8th day of April 2001, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam: **PEHIN DATO HAJI ABDUL AZIZ UMAR,** Minister Representing the Ministry of Finance

For the Government of the Kingdom of Cambodia: **KEAT CHHON,** Senior Minister, Minister of Economy and Finance

For the Government of the Republic of Indonesia: **PRIJADI PRAPTOSUHARDJO,** Minister of Finance

For the Government of the Lao People's Democratic Republic: **LIANE THYKEO**, Vice Minister of Finance

For the Government of Malaysia: **TUN DAIM ZAINUDDIN,** Minister of Finance

For the Government of the Union of Myanmar: **U KHIN MAUNG THEIN,** Minister of Finance and Revenue

For the Government of the Republic of the Philippines: **ALBERTO G. ROMULO,** Secretary of Finance

For the Government of the Republic of Singapore: **SOMKID JATUSRIPITAK,** Minister of Finance

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam: **LE THI BANG TAM,** Vice Minister of Finance

PROTOCOL 6
RAILWAYS BORDER AND INTERCHANGE STATIONS

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Vietnam, being the Member States of the Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) (hereinafter collectively referred to as "Contracting Parties" or individually as "Contracting Party");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Hanoi, Vietnam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 16 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

NOW, THEREFORE, the Contracting Parties have agreed as follows:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Protocol:

1. "Border Station" means a station established at the border of the territory of one Contracting Party, or at any other place as may be mutually agreed, irrespective of the territory where the station is located which links to the railway of the border territory of the neighbouring Contracting Party.

2. "Interchange Station" means a station within the territory of a Contracting Party or at any other place as may be mutually agreed, irrespective of the territory where the station is located where a train changes its direction to a different route or station. Where relevant, an interchange station may also be a border station;

3. "Railway" means the entire system of tracks, together with the stations, land, rolling stock, signalling and communication systems and other property used by Contracting Parties for rail transportation but does not include any part of a railway catering to passenger traffic only;

4. "Railway Organisation" means any:

   (i) organisation(s) owned by the respective Contracting Parties and/or;

   (ii) any organisation(s) licensed by the licensing authority of the respective Contracting Parties to operate railway service;

The Contracting Parties shall deposit the details of the Railway Organisation(s) to which the Protocol applies with the Secretary-General of ASEAN.

5. "Rate" means any tariff, freight charges or other payments for the transport of goods;

6. "Rolling Stock" means coaches, wagons, locomotives and other wheeled vehicles owned, hired, leased or used by the Contracting Parties for rail transportation;

7. "Station" does not include a station catering to passenger traffic only;

8. "Through Traffic" means the conveyance by rail of goods in transit from a designated point of one Contracting Party to designated points of the other Contracting Parties;

9. "Train" means the set of wagons, coaches or other wheeled vehicles with or without locomotive(s) operating on the railway line of Contracting Parties; and

10. "Licensing Authority" means an authority in each ASEAN Member State which has the authority to issue licenses for railway services.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

Pursuant to Article 16 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to connecting and transit services on railway lines carrying goods trains linking the territories of the Contracting Parties.

ARTICLE 3
OBLIGATIONS

1. The Contracting Parties hereby agree to provide facilities on their duly designated railway border and interchange stations for the movement of goods in transit.

2. The Contracting Parties hereby agree to improve cross border facilitation of trains through simplified and harmonized documents and procedures, as well as coordinated working hours, in the duly designated railway border and interchange stations. Details shall be prescribed in the inter-railway agreement to be concluded by the relevant Railway Organisations, in line with applicable international conventions and procedures.

3. The Contracting Parties hereby agree to provide adequate, personnel and facilities for railway rolling stock inspection and standardised railway rolling stock inspection system at border crossings.

ARTICLE 4
DESIGNATED RAILWAY BORDER AND INTERCHANGE STATIONS

The Contracting Parties hereby adopt their respective duly designated railway border and interchange stations on designated railway routes, the details of which and its subsequent amendments shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN.

ARTICLE 5
BASIC OPERATIONAL ARRANGEMENTS AND TYPE AND QUANTITY OF ROLLING STOCK

1. The Contracting Parties hereby agree to adopt a service of through goods trains which shall be established by mutual agreement between the Contracting Parties who after taking into consideration the requirements and safety of the traffic, shall fix:

   a) the number of through goods trains to be run and the train schedules;

   b) the designated railway border and interchange stations of the Contracting Parties to and from which these trains shall run;

   c) the places at which locomotives shall be serviced and the stations of the Contracting Parties at which these trains shall stop;

   d) the permissible speed at which these trains shall be run;

   e) the different classes of rolling stock of which the trains shall be composed; and

   f) any other arrangement which the Contracting Parties deem fit.

2. The rates for through traffic shall be the sum of the rates which would be payable in respect of the distances traveled by such traffic over the lines of each Contracting Party respectively.

3. The Contracting Parties shall ensure that whilst running on the lines, all goods rolling stock shall be:

   a) loaded such that the gross weight accepted by the relevant Contracting Parties is not exceeded; and

   b) fitted with the continuous vacuum or air brake apparatus.

4. The Contracting Parties hereby agree that any train running to and from the interchange stations on the lines of one Contracting Party shall be hauled by locomotives operated by Railway Organisations of the respective Contracting Parties, provided that this provision may be modified at any time by mutual agreement between the Contracting Parties.

5. Each Contracting Party shall ensure that the necessary locomotives will be in readiness and worthiness at the interchange stations at all times at which through trains are, according to the timetable in force for the time being, due to be taken on from the said interchange stations over the lines of that Contracting Party.

6. The Contracting Parties shall adhere to the UN Model Regulations on the Transport of Dangerous Goods whilst moving dangerous goods in transit by rail.

ARTICLE 6
INSPECTION OF ROLLING STOCK

1. The Contracting Parties hereby agree that Rolling Stock Examiners shall be provided by each Contracting Party to attend to the running of all trains and rolling stock over its line. The duly designated Rolling Stock Examiners should possess the qualification in accordance with the subsisting Regulations and Instruction for Carriage and Wagon Examiners.

2. The Contracting Parties hereby agree that all rolling stock used for through traffic shall be examined and attended to when necessary by the Rolling Stock Examiners.

3. The Contracting Parties shall provide facilities for the movement of rolling stock on their railway routes for the movement of goods in transit and shall provide an efficient system for rolling stock monitoring.

ARTICLE 7
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall be the responsible body for the monitoring, review, coordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board established pursuant to Article 29.2 of the Agreement, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Senior Transport Officials Meeting in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 8
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall form an integral part of the Agreement.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary – General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

5. Any amendment to the provisions of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed Protocol 6 - Railways Border and Interchange Stations to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Phnom Penh, Cambodia, this day of Sixteenth Day of December in the Year Two Thousand Eleven in a single original copy in the English Language.

For the Government of Brunei Darussalam: **PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR,** Minister of Communication

For the Royal Government of Cambodia: **TRAM IV TEK,** Minister of Public Works and Transport

For the Government of the Republic of Indonesia: **E. E. MANGINDAAN**, Minister for Transportation

For the Government of the Lao People's Democratic Republic: **SOMMAD PHOLSENA,** Minister of Public Works and Transport

For the Government of Malaysia: **DATO' SERI KONG CHO HA**, Minister of Transport

For the Government of the Republic of the Union of Myanmar: **U NYAN HTUN AUNG,** Union Minister for Transport

For the Government of the Republic of the Philippines: **EFREN C. MONCUPA,** Undersecretary for Project Implementation and Special Concerns Department of Transportation and Communications of Philippines

For the Government of the Republic of Singapore: **LUI TUCK YEW,** Minister for Transport

For the Government of the Kingdom of Thailand: **POLICE LIEUTENANT GENERAL CHATT KULDILOKE,** Deputy Minister of Transport

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam: **DINH LA THANG,** Minister of Transport

PROTOCOL 7
CUSTOMS TRANSIT SYSTEM

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Republic of the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of South East Asian Nations (ASEAN) (hereinafter referred to singularly as "Contracting Party" and collectively as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on

16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 18 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECALLING that the ASEAN Customs Transit System works towards the establishment of the ASEAN Economic Community as stipulated in the ASEAN Economic Community Blueprint;

DESIRING to encourage and facilitate inter-state and transit transport operations among the Contracting Parties;

REITERATING that the conclusion of this Protocol shall provide for the efficient and effective arrangement for transit trade among the Contracting Parties;

HAVE AGREED as follows:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

For the purpose of this Protocol:

(a) "ASEAN Customs Transit System" or "ACTS" means the Customs system of transit transport under Customs control to facilitate the movement of goods across the territory of one or more Contracting Parties established under this Protocol, when the passage across such a territory or territories is only a portion of a complete journey beginning and terminating beyond the frontier of one or more Contracting Parties across whose territory the traffic passes;

(b) "ACTS procedure" means the rules and procedures governing the ACTS as specified in this Protocol and its Technical Appendix;

(c) "Competent authorities" means the Customs authority or any other authority responsible for applying the provisions of this Protocol;

(d) "Customs" means Customs authorities of the Contracting Parties;

(e) "Customs debt" means the Customs duties, taxes and charges which may be incurred in respect of goods placed under the ACTS procedure;

(f) "Customs office of departure" means any Customs office at which a transit operation commences;

(g) "Customs office of destination" means any Customs office at which a transit operation is terminated;

(h) "Customs office of transit" means any Customs office at the point of exit from or entry into a Contracting Party in the context of a transit operation;

(i) "Customs transit declaration" means the declaration to be lodged by the Principal to the Customs office of departure to place goods under the ACTS procedure;

(j) "Data-processing techniques" means the introduction of information required for completion of the formalities concerned into the data-processing systems of the competent authorities or the exchange of electronic standard messages with the competent authorities;

(k) "Guarantor" means any natural or legal third person who undertakes in writing to pay jointly and severally with the Principal any potential Customs debt up to the amount guaranteed;

(l) "Office of guarantee" means the office(s) designated by a Contracting Party to manage arrangements in that country for the authorisation of guarantors and supervision of guarantees covering transit operations;

(m) "Principal" means the person who places goods under the ACTS procedure, even where this is done by an authorised representative;

(n) "Transit operation" means the transport of goods from a Customs office of departure to a Customs office of destination under the ACTS procedure.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

Pursuant to Article 18.1 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to establish the ACTS and to apply the provisions of this Protocol to the transit of goods in their territories.

ARTICLE 3
GENERAL PROVISIONS

1. Without prejudice to paragraphs 2 and 3 of this Article, each Contracting Party shall allow goods to be transported across its territory under the ACTS procedure.

2. Contracting Parties may prohibit and/or restrict certain

goods from the use of the ACTS, where this is justified on the grounds of public morality, public policy or public security, the protection of health and life of humans, animals or plants, the protection of national treasures possessing artistic, historical or archaeological value, or the protection of industrial or commercial property.

3. After the signing of this Protocol, the list of prohibited and/or restricted goods for each Contracting Party shall be specified in an Annex to this Protocol. Each Contracting Party may amend its list of prohibited and/or restricted goods by promptly notifying the Secretary-General of ASEAN of the amendments. The Secretary-General of ASEAN shall promptly communicate the updated Annex to the Contracting Parties.

4. Goods placed under the ACTS procedure shall not be subject to the payment of duties and taxes, other than charges for transportation or those commensurate with administrative expenses entailed by transit or with the cost of services rendered, provided that the provisions of the ACTS are observed and any security required under Article 5 of this Protocol has been furnished. This provision, however, does not prevent:

   (a) the collection of duties and taxes in the country of exportation when such duties and taxes remain due whether the goods are exported under transit or under a national exportation procedure; or

   (b) the collection of duties and taxes in a country of destination when the transit operation is terminated and the goods are cleared for home use.

5. The conditions to be fulfilled and Customs formalities to be applied to a transit operation shall be specified in national legislation and/or administrative notices issued by the competent authorities.

6. As a general rule, goods placed under the ACTS procedure shall be exempt from:

   (a) routine physical Customs inspections en route other than inspection of seals and non-intrusive inspection;

   (b) Customs escorts; and

   (c) the requirement to provide any security or bond in addition to that prescribed under this Protocol and its Technical Appendix.

7. Contracting Parties will promote the use of information and communication technology systems and risk management techniques as regards all provisions introduced to manage the ACTS to ensure the most efficient management environment for both Customs and the traders.

ARTICLE 4
CUSTOMS TRANSIT DECLARATION

1. A Customs transit declaration shall be made by the Principal or his authorised representative for goods to be placed under the ACTS procedure.

2. The Customs transit declaration and the Transit Accompanying Document for the purposes of the ACTS procedure shall be in accordance with the Technical Appendix to this Protocol.

ARTICLE 5
SECURITY FOR CUSTOMS DEBT

1. In order to ensure payment of Customs debt which may be incurred in respect of the goods placed under the ACTS procedure, and except where otherwise provided for, a transit operation shall be covered by a guarantee valid for all Contracting Parties involved in that operation.

2. The guarantee shall be furnished by the Principal and the maximum sum shall not exceed the potential Customs debt due.

3. The guarantor shall be established in and approved by the office of guarantee in the Contracting Party where the guarantee is furnished. The guarantor shall furnish an address for service in the territory of each of the Contracting Parties involved in the transit operation in question. In the case of where the guarantor has no address for service, the guarantor shall appoint an agent in each of the Contracting Parties involved in the transit operation in question.

ARTICLE 6
INCIDENTS EN ROUTE

In the case of loss or destruction of the goods, damage to the transit seals or any other incident or accident capable of affecting the ability to comply with the ACTS procedure, the Principal, transport operator or other persons having control over the goods shall report the occurrence immediately to the competent authorities of the Contracting Party in whose territory the means of transport is located, which shall adopt rules and procedures for such occurrences in accordance with the Technical Appendix to this Protocol.

ARTICLE 7
OFFENCES

1. Each of the Contracting Parties shall have the right to exclude temporarily or permanently from the use of the ACTS procedure any person guilty of a serious offence against Customs or other relevant laws or regulations applicable to the international transport of goods which in the judgment of the competent authorities justifies such action.

2. Any offence detected in connection with a transit operation shall be dealt with in accordance with the national legislation of the Contracting Party concerned.

ARTICLE 8
SIMPLIFIED PROCEDURES

1. The competent authorities of the Contracting Party

in whose territory the application for authorisation is made may authorise certain traders to use simplified procedures for transit operations.

2. The responsibilities of such authorised traders together with the simplified procedures are set out in the Technical Appendix to this Protocol.

ARTICLE 9
ADMINISTRATIVE ASSISTANCE AND RECOVERY

The competent authorities of the Contracting Parties shall render assistance to each other in accordance with their national legislation with respect to enquiries and the investigation and/or recovery of claims where these claims arise in connection with a transit operation.

ARTICLE 10
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Directors-General of Customs Meeting shall be responsible for monitoring, reviewing, coordinating and supervising all aspects relating to the effective implementation of this Protocol. The ASEAN Directors-General of Customs Meeting may designate relevant working groups or committees to assist them in discharging their responsibilities under this Protocol.

2. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary administrative support and assistance to the ASEAN Directors-General of Customs Meeting in carrying out its functions and discharging its responsibilities under this Protocol.

3. All amendments to the Technical Appendix to this Protocol shall be subject to the approval of the ASEAN Directors-General of Customs Meeting. The said amendments shall be administratively annexed to this Protocol and serve as an integral part of this Protocol.

ARTICLE 11
MISCELLANEOUS PROVISIONS

1. Each Contracting Party shall take appropriate measures to ensure that the provisions of this Protocol are effectively and harmoniously applied, taking into account the need to reduce as far as possible the formalities imposed on any party using the ACTS procedure and the need to achieve mutually satisfactory solutions of any difficulties arising out of the operation of these provisions.

2. The Contracting Parties shall, to the extent possible and subject to their national legislation, furnish each other with any information and keep each other informed of any measure that affects the operation of this Protocol.

ARTICLE 12
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol with its Annex and Technical Appendix shall form an integral part of the Agreement. In the event of inconsistency or conflict, the Agreement shall prevail over this Protocol.

3. This Protocol shall be subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. The Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

5. No reservations may be made to this Protocol either at the time of signature or ratification or acceptance.

6. Any amendment to the provisions of this Protocol, except for amendment to the Annex and the Technical Appendix as provided under paragraph 3 of Article 3 and paragraph 3 of Article 10 of this Protocol respectively, shall be effected by the consent of all Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorised to sign by their respective Governments, have signed Protocol 7 on Customs Transit System to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Bangkok, Thailand, on the 24th day of February 2015 in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam,
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Minister of Finance II at the Prime Minister's Office

For the Government of the Kingdom of Cambodia,
KEAT CHHON
Deputy Prime Minister, Minister of Economy and Finance

For the Government of the Republic of Indonesia,
AGUS D.W. MARTOWARDOJO
Minister of Finance

For the Government of the Lao People's Democratic Republic,
SANTIPHAB PHOMVIHANE
Vice-Minister of Finance

For the Government of Malaysia,
DATO' SERI AHMAD HUSNI MOHAMAD HANADZLAH
Minister of Finance II

For the Government of the Republic of the Union of Myanmar,
U WIN SHEIN
Union Minister, Minister of Finance and Revenue

For the Government of the Republic of the Philippines,
CESAR V. PURISIMA
Secretary Department of Finance

For the Government of the Republic of Singapore,
THARMAN SHANMUGARATNAM
Deputy Prime Minister and Minister for Finance

For the Government of the Kingdo
m of Thailand,
SOMMAI PHASEE
Minister of Finance

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam,
TRUONG CHI TRUNG
Vise-Minister of Finance

TECHNICAL APPENDIX
ASEAN CUSTOMS TRANSIT RULES AND PROCEDURES

SECTION 1
GENERAL PROVISIONS AND PROCEDURES

Article 1
Scope

As provided for in Protocol 7 "Customs Transit System", this Appendix lays down the rules and procedures governing the ASEAN Customs Transit System (ACTS).

Article 2
Obligations of the Principal

1. In placing goods under the ACTS procedure, the Principal shall be liable for the payment of any Customs debt which may become due as a result of an irregularity occurring before the termination of the transit operation. This liability applies equally where the goods have been placed under the ACTS procedure by the Principal's authorised representative.

2. The Principal shall be required to:

   a) present the goods intact with the necessary documents, at the Customs office of destination, within any prescribed time limits, unless an authorisation to end the ACTS procedure at a trader's premise has been granted under Article 41 of this Appendix;

   b) present to the competent authorities, upon request and within any stipulated deadline, all documents and other information relevant to the transit operation; and

   c) observe the provisions relating to the ACTS.

3. Paragraphs 1 and 2 of this Article shall also apply to a carrier or other legal or natural person who accepts the goods and has knowledge that such goods are being transported under the ACTS procedure.

Article 3
Sealing

1. As a general rule, the goods in transit shall be secured by sealing:

   a) the space containing the goods, when the means of transport has been approved by the competent authorities under relevant regulations and/or those being recognised by the Customs office of departure as suitable for sealing; or

   b) each individual package in other cases.

2. Means of transport may be recognised as suitable for sealing if:

   a) seals can be easily and effectively affixed to them;

   b) they are so constructed that no goods can be removed or introduced without leaving visible traces of tampering or without breaking the seals;

   c) there are no spaces where goods may potentially be hidden; and

   d) the spaces reserved for the goods are readily accessible for inspection by the competent authorities.

3. The Customs office of departure may waive the requirement for sealing where the nature of the goods being transported makes this impracticable, subject to sufficient description of such goods to ensure easy identification.

SECTION 2
USE OF INFORMATION TECHNOLOGY

Article 4
Application of Electronic Data Exchange for the Facilitation of Goods in Transit

1. Without prejudice to special circumstances referred to in paragraph 2 of Article 32 of this Appendix, the competent authorities of the Contracting Parties shall use information technology to manage risk and register, control, monitor and exchange data concerning the ACTS procedure.

2. Pursuant to paragraph 1 of this Article, the systems adopted shall include measures for checking the source, authenticity and integrity of data and protecting them against accidental or unlawful destruction or accidental loss, alteration or unauthorised access.

3. The competent authorities shall establish and maintain adequate security arrangements for the effective, secure and reliable operation of the computerised systems for the ACTS.

Article 5
Standard Electronic Messages for Transit Operation Control

1. On release of the goods, the Customs office of departure shall transmit details of the ASEAN Customs transit declaration to the Customs office of destination using the "Anticipated Arrival Record" message and to each Customs office of transit using the "Anticipated Transit Record" message.

2. The Customs office of transit shall record the passage of the goods against the "Anticipated Transit Record" message received from the Customs office of departure. The passage of the goods shall be notified to the Customs office of departure using the "Notification Crossing Frontier" message. This notice can also be used by Customs offices of transit to verify that the goods were subsequently taken under Customs control.

3. The Customs office of destination shall use the "Arrival Advice" message to notify the Customs office of departure of the arrival of the goods. The message shall be transmitted not later than the following day after which the goods are being presented at the Customs office of destination. The Customs office of destination may retain a copy of the Transit Accompanying Document as required.

4. Where the transit operation ends at a trader's premises pursuant to the authorisation granted under Article 41 of this Appendix, the relevant Customs office of destination must be informed of the arrival of the goods before they are disposed of.

5. Where the office of guarantee and Customs office of departure are located in the territories of different Contracting Parties, the messages to be used for the exchange of guarantee data shall be defined by mutual agreement between the Contracting Parties.

6. Except where justified, the Customs office of destination shall forward the "Control Results" message to the Customs office of departure not later than two days after the goods has been presented to the Customs office of destination.

SECTION 3
GUARANTEES

Article 6 General

1. The Principal shall be required to provide a guarantee to cover payment of the Customs debt which may be incurred in respect of goods placed under the ACTS procedure unless a guarantee waiver has been granted under paragraph 8 of Article 11 of this Appendix.

2. This may either be:

   a) a single journey guarantee covering a single transit operation; or

   b) a multiple journey guarantee covering a number of transit operations.

3. The guarantor shall be established in the territory of the Contracting Party where the guarantee is furnished and must be approved by the office of guarantee. The guarantor shall indicate an address for service in the territories of each of the Contracting Parties involved in the transit operation for which he is acting as guarantor. In the case of where the guarantor has no address for service, the guarantor shall appoint an agent in the territories of each of the Contracting Parties involved in the transit operation in question.

4. The office of guarantee shall refuse to approve a guarantor who does not appear to be capable of ensuring payment within the prescribed period of any Customs debt liable to be incurred up to the maximum amount guaranteed.

5. Single journey guarantees shall conform to formats to be agreed by the Contracting Parties.

6. Multiple journey guarantees shall conform to formats to be agreed by the Contracting Parties.

7. The liability of the guarantor shall be based on the acceptance of his guarantee by the office of guarantee. It becomes effective from the date the Customs transit declaration which he guarantees is accepted by the Customs office of departure.

8. In the case of a single or multiple journey guarantee, the liability of the guarantor is limited to the maximum amount shown in the guarantee.

9. The office of guarantee shall maintain evidence that it has accepted the guarantor's guarantee and make this available electronically to Customs offices of departure on request.

10. The office of guarantee shall revoke its acceptance of the guarantor's guarantee if the conditions laid down at the time of issue are no longer fulfilled.

11. All Contracting Parties shall be allowed to register their concerns on the ability of a guarantor to fulfil claims and provide their justifications to the relevant office of guarantee, based on which the guarantor may be revoked.

Article 7
Single Journey Guarantees

1. A single journey guarantee shall cover the full amount of the Customs debt liable to be incurred on the transit operation concerned, which shall be calculated on the

basis of the highest rates of duties, taxes and charges applicable to the goods in the territories covered by the transit operation.

2. Single journey guarantees may be provided in the following form(s):

   a) a cash deposit lodged with the office of guarantee;

   b) guarantee vouchers issued to the Principal by a guarantor; or

   c) a guarantee given by a guarantor.

The acceptable form(s) of guarantee will be determined by the office of guarantee in the territory of the Contracting Party in which the Customs office of departure is located.

Article 8
Cash Deposits

1. The value of the cash deposit must be equivalent to the value of the total amount of the Customs debt which may be incurred.

2. Cash deposits shall be in the currency of the country of departure or by submission of any other means of payment recognised by the office of guarantee of that country and lodged in accordance with the provisions in force in the country of departure.

3. Single journey guarantees in the form of cash deposits shall be valid for all Contracting Parties.

4. Cash deposits shall be repaid by the office of guarantee when the transit operations to which they relate have been discharged.

Article 9
Single Journey Guarantee Vouchers

1. The Principal may use single journey guarantee vouchers issued by a Guarantor.

2. The Principal shall deliver to the office of guarantee single journey guarantee vouchers to the value of the total amount of the Customs debt which may be incurred.

3. The guarantor shall indicate on the single journey guarantee voucher the territory of the Contracting Parties for which it is valid, the validity period of the said voucher and the last date on which it may be used, which shall not exceed ninety days from the date it was issued.

4. Provided that a guarantee voucher has been accepted by the Customs office of departure on or before the final date of validity, the said voucher shall remain valid until the transit operation to which it relates terminates.

5. Single journey guarantee vouchers must be uniquely numbered and conform to a format to be agreed by the Contracting Parties.

6. The guarantor shall provide the office of guarantee the required details relating to the vouchers he has issued.

Article 10
Use of Single Journey Guarantees

1. A guarantor may provide a single journey guarantee to cover a single transit operation.

2. The single journey guarantee shall conform to a format to be agreed by the Contracting Parties and must contain the name of the Principal and its value shall be equivalent to the value of the total amount of the Customs debt which may be incurred.

3. Each single journey guarantee must be lodged with the office of guarantee and a copy of the guarantee will be retained by the Customs office of departure.

Upon the discharge of the transit operation, a single journey guarantee shall be cancelled and the guarantor shall be advised accordingly.

Article 11
Multiple Journey Guarantee

1. The Principal may use a multiple journey guarantee based on a reference amount. The reference amount shall be equivalent to the value of the total amount of the Customs debt which may be incurred in respect of the goods which the Principal places under the ACTS procedure for a period of at least seven days.

2. The relevant office of guarantee shall establish the reference amount in collaboration with the Principal taking into account:

   a) information on the goods he has placed in the past and/or an estimate of the number of consignment and value of goods he intends to place under the ACTS procedure; and

   b) the highest rates of duties, taxes and charges applicable in the countries of transit.

3. The office of guarantee shall review the reference amount at least once a year, using the information received from the Customs offices of departure, and shall make adjustment if it deemed necessary.

4. The Principal shall inform the office of guarantee if the reference amount falls below a level sufficient to cover his current or anticipated transit operations.

5. The amount to be covered by a multiple journey guarantee shall be equivalent to the reference amount referred to in paragraph 1 of this Article.

6. A Principal that satisfies criteria regarding his experience, reliability and financial standing may be authorised to provide a guarantee for a reduced amount or to have a guarantee waiver, subject to the agreement of the Contracting Parties involved in the transit operations.

7. The amount of guarantee required may be reduced to

   a) 50% of the reference amount where the Principal demonstrates he has sufficient experience of Customs procedures; or

   b) 25% of the reference amount where the Principal demonstrates he has sufficient experience of Customs procedures and cooperates very closely with the competent authorities.

8. A guarantee waiver may be granted where the Principal demonstrates he meets the criteria specified in Article 15 of this Appendix, is in command of transport operations and has sufficient financial resources to meet his obligations.

9. In applying the above paragraphs all Contracting Parties shall take account of:

   a) information provided by the Principal in the standard application forms in a format to be agreed by the Contracting Parties; and

   b) any comment received from other Contracting Parties as provided for in paragraph 7 of Article 16 of this Appendix.

Article 12
Use of Multiple Journey Guarantees

1. The multiple journey guarantee shall be issued by a guarantor.

2. The office of guarantee shall issue the Principal with one or more multiple journey guarantee certificates conforming, to a format to be agreed by the Contracting Parties to enable him to provide proof that he holds a multiple journey guarantee.

3. Where guarantee data is exchanged between the office of guarantee and the Customs office of departure using information and communication technology particulars of the guarantee certificate shall be entered into the Customs transit declaration and be printed on the Transit Accompanying Document.

4. In the absence of electronic exchange of data, the certificate must be presented to the Customs office of departure by the Principal.

Article 13
Liability of Guarantor

1. The guarantor shall undertake to pay the Customs debt, due under the Customs laws and other relevant laws and regulations of the Contracting Party in which an irregularity has been identified in connection with a transit operation. The guarantor shall be liable, jointly and severally with the Principal, for the payment of such sums.

2. The liability of the guarantor shall commence when a Customs transit declaration which he guarantees is accepted by the Customs office of departure and shall be to the competent authorities of that Contracting Party. The guarantor shall be automatically liable to the competent authorities of each succeeding Contracting Party at the time when the goods enter the territory of each succeeding Contracting Party.

3. Subject to paragraph 8 of Article 6 of this Appendix, the liability of the guarantor shall cover not only those goods which are included in the Customs transit declaration but any other legitimate goods which may be contained in the normal load compartment of the road vehicle or container and should have been declared. It shall not extend to any other goods.

4. Where the transit operation has not been discharged, the competent authorities of the Contracting Party in which the irregularity has been identified shall:

   a) within a period of ninety days of the date the Customs transit declaration was accepted by the Customs office of departure, notify the guarantor that the procedure has not been discharged; and

   b) within two hundred and seventy days of the date the Customs transit declaration was accepted by the Customs office of departure, notify the guarantor that he is, or might be required, to pay the Customs debt for which he is liable as guarantor to the transit operation in question. The notification must contain:

      i) the number and date of the Customs transit declaration;

      ii) the name of the Customs office of departure;

      iii) the Principal's name and address; and

      iv) the amount to be claimed.

5. The guarantor shall be released from his obligations by the competent authorities in respect of the transit operation if either of the notifications provided for in paragraph 4 of this Article has not been issued to him in writing before the expiry of the relevant time limit.

6. Where a notification has been issued in accordance with paragraph 4 of this Article the guarantor shall be informed by the office of guarantee of the recovery of the Customs debt or the discharge of the ACTS operation.

7. When the competent authorities of a Contracting Party have discharged an ACTS operation, they can no longer claim from the guarantor unless the discharge was obtained by virtue of fraudulent information.

8. Where the guarantor has not been advised of a potential claim arising from a fraudulent discharge within one year from the date the relevant Customs transit declaration was accepted by the Customs in the country of departure, he shall in any case be absolved from all liability relating to that transit operation.

9. The guarantor shall have a period of thirty days from the date on which a written claim for payment was made to pay the amounts claimed. The sums paid shall be reimbursed to the guarantor if, within one year following the date on which the payment was made, it is established to the satisfaction of the competent authorities making the claim that no irregularity was committed in connection with the transit operation in question.

Article 14
Cancellation and Revocation of Guarantees

1. The office of guarantee shall revoke its acceptance of a guarantee or a Principal's guarantee waiver authorisation if the conditions laid down at the time of issue are no longer fulfilled. Revocation shall be with immediate effect.

2. A guarantor may cancel his guarantee at any time. Cancellation shall take place on the fourteenth day following the date the decision was notified in writing to the office of guarantee

3. Revocation or cancellation shall be without prejudice to any obligations incurred as a result of transit operations commenced prior to the date on which revocation or cancellation takes effect.

4. From the date on which such revocation or cancellation takes effect, any certificate issued prior to that date shall not be valid for placing goods under the ACTS procedure and the Principal must return any certificates in his possession to the office of guarantee without delay.

5. The relevant office of guarantee shall notify each Contracting Party of actions taken under paragraph 1 of this Article.

SECTION 4 AUTHORISED TRANSIT TRADERS

Article 15
General Criteria

1. To be eligible for Authorised Transit Trader status and the use of simplified procedures, the following general conditions must be fulfilled.

The applicant:

a) shall be established with a registered office, central headquarters or permanent business establishment in the territory of the Contracting Party where the application for authorisation is made; and

b) must regularly use the ACTS procedure or, in the case of a first application for authorisation, demonstrate an intention to do so.

2. To ensure proper management of the simplified procedures, authorisations may only be granted where the person concerned keeps records which enable the competent authorities to supervise the procedure and carry out effective controls.

3. In considering applications the competent authorities must take account of any convictions under Customs or tax legislation in the past five years.

Article 16
Applications and Decisions for Authorised Transit Traders

1. An application for Authorised Transit Trader status shall be made in writing in a format to be agreed by the Contracting Parties and be signed and dated. It shall specify all the simplified procedures for which the trader has applied.

2. A person applying for Authorised Transit Trader status and related simplified procedures shall be responsible for:

a) the accuracy of the information given; and

b) the authenticity of the accompanying documents.

Authorisations found to have been granted on the basis of false or misrepresented information shall be revoked with immediate effect.

3. Applications shall be lodged with the competent authorities of the Contracting Parties in which the applicant is established. Where an applicant is established in the territories of more than one Contracting Parties, nothing shall prevent him lodging applications in the territories of each of those Contracting Parties if he so wishes.

4. Authorisations shall be issued and applications shall be rejected in accordance with the current provisions of the Contracting Parties.

5. Decisions rejecting applications in total, or one or more of the simplified procedures applied for, shall be in writing and state the reasons for the rejection.

6. Decisions on applications, provided such applications contain sufficient information, shall be given within ninety days from the date of receipt by the competent authorities.

7. Decisions shall be communicated to the other Contracting Parties. Such decisions shall be subject to review by the other Contracting Parties, with comments to be received within a period not exceeding thirty days from the date of receipt of the communication, based on which the decisions may be modified or retained.

Article 17
Authorisations

1. Following an application from a Principal satisfying the criteria in Article 15 of this Appendix, the competent authorities may grant Authorised Transit Trader status with use of one or more of the following simplified procedures:

a) use of a multiple journey guarantee;

b) exemption from the requirement to present the goods and means of transport at the Customs office of departure;

c) use of approved special seals; and

d) use other simplified procedures as determined by the Contracting Parties.

2. Except where otherwise provided, authorisation granted to use the simplified procedures specified in subparagraph 1 (a) of this Article shall apply in the territories of all Contracting Parties. The simplified procedures in subparagraphs 1 (b) and 1 (c) of this Article shall apply only to transit operations beginning in the territory of the Contracting Party where the authorisation was granted.

3. The dated and signed original of an authorisation and one or more copies shall be given to the holder of the authorisation.

4. The authorisation shall be valid from the date of issue and specify the conditions relating to the use of any granted-simplified procedures.

Article 18
Amendment, Surrender or Revocation of Authorisations

1. The holder of an authorisation shall inform the competent authorities of any factor arising after the authorisation was granted which may influence its validity or content.

2. The competent authorities shall revoke or amend an authorisation where:

a) the holder indicates a wish to relinquish his authorisation;

b) one or more of the statements made at the time of issue were not, or are no longer, valid;

c) a factor arising after the authorisation was granted influences its continuation or content; or

d) the holder fails to fulfil his obligations as an Authorised Transit Trader.

3. Other than where it has been surrendered voluntarily, the holder shall be advised in writing of the reasons for any decision amending or revoking the authorisation.

4. The revocation or amendment of an authorisation shall take effect from the date indicated in the written notification.

SECTION 5
SIMPLIFIED PROCEDURES

Article 19
Exemption from Presentation of Goods at the Customs Office of Departure

1. A Principal who has been granted Authorised Transit Trader Status including the right to use a multiple journey guarantee may also be authorised to carry out transit operations without presenting the goods and the corresponding Customs transit declaration at the Customs office of departure. Such exemption shall apply inter alia to the means of transport for the goods concerned.

2. This facility shall only be granted where the Principal lodges transit declarations and communicates with the Customs office of departure using electronic data processing techniques.

3. The Customs transit declaration must be lodged with the Customs office of departure before release of the goods.

4. The authorisation shall include the time limit within which the Customs office of departure shall indicate an intention to carry out checks, after the expiry of which the goods shall be automatically released.

5. Such an authorisation shall specify:

a) the Customs office or offices of departure that will be responsible for forthcoming transit operations;

b) how, and by when, the Principal is to inform the Customs office of departure in order that the office may carry out any necessary controls before the departure of the goods; and

c) the measures to be taken to ensure the goods can be readily identified including the use of any special seals to be affixed by the Principal.

Article 20
Use of Approved Special Seals

1. The competent authorities may authorise a Principal to use special types of seals on means of transport or packages provided the competent authorities approve the seals as complying with the features to be agreed by the Contracting Parties.

2. The Principal shall enter the seal number in the prescribed field in the Customs transit declaration.

3. The Principal shall affix seals no later than when the goods are released.

Article 21
Waiver of Written Signature

The Principal may be authorised to use an electronic

signature or other means of authentication to validate Customs transit declarations which are made out by an integrated electronic or automatic processing system.

SECTION 6
TRANSIT OPERATIONS AND PROCEDURES

Article 22
Means of Transport and Declarations

1. Each Customs transit declaration shall include only the goods to be loaded on a single means of transport for carriage from one Customs office of departure to one Customs office of destination.

2. For the purposes of this Article, a single means of transport includes:

   a) a road vehicle accompanied by its trailer(s) or semi-trailer(s); and

   b) containers loaded on a single means of transport as defined in subparagraph 2(a) of this Article.

3. A single means of transport may be used for loading goods at more than one Customs office of departure and for unloading at more than one Customs office of destination.

Article 23
Customs Transit Declarations

1. A Customs transit declaration shall be lodged at the Customs office of departure by means of electronic data-processing techniques.

2. Customs transit declarations lodged electronically by the exchange of standard messages shall comply with the structure and particulars set out in a format to be agreed by the Contracting Parties.

3. In such cases the competent authorities shall ensure that the transit data is exchanged between the relevant Customs offices of departure, transit and destination using information and communication technology.

4. The Customs transit declaration shall be signed electronically or otherwise authenticated by the Principal or authorised representative who thereby renders himself responsible for:

   a) the accuracy of the information given in the declaration;

   b) the authenticity of any documents attached; and

   c) compliance with all his obligations relating to use of the ACTS procedure.

5. The Customs office of departure shall accept and register the Customs transit declaration on condition that:

   a) it contains all the necessary information;

   b) it is accompanied by all the necessary documents; and

   c) the goods to which it refers are presented to Customs if so required.

6. Where the Principal is authorised to commence transit operations without presentation of the goods at the Customs office of departure, he shall enter, not later than on consignment of the goods, in the designated fields of the Customs transit declaration, if so required, details of any prescribed itinerary, the period within which the goods must be 'presented at the Customs office of destination, the identification measures applied, and the following phrase shall be printed on the Transit Accompanying Document:

In English - "Authorised Transit Trader - Presentation at Customs office of departure exemption".

7. Where the competent authorities of the country of departure check a consignment before its departure, they shall record the fact in the designated box of the Transit Accompanying Document and update the system accordingly.

8. The Principal may, with the approval of the competent authorities at the Customs office of departure, amend one or more particulars of the Customs transit declaration after it has been accepted. The amendment shall not affect the nature, type or official description of the goods.

9. No amendment shall be permitted where the request is made after the competent authorities at the Customs office of departure have:

   a) informed the Principal that they intend to examine the goods;

   b) established that the particulars in question are incorrect; and

   c) released the goods.

Article 24
Transit Accompanying Document

1. Where a Customs transit declaration is processed at a Customs office of departure by a computerised system, that office shall retain the declaration and authorise release of the goods by issuing to the Principal a Transit Accompanying Document conforming to a format to be agreed by the Contracting Parties.

2. Where appropriate, the Transit Accompanying Document shall be supplemented by a list of items which shall form an integral part thereof and conform to a format to be agreed by the Contracting Parties.

3. The Transit Accompanying Document may be printed out from the Principal's own premise or other author-

ised computer system after the Customs transit declaration has been approved by the Customs office of departure.

Article 25
Procedures at the Customs Office of Departure

1. When so required by the competent authorities, the road vehicle, trailer and any container together with the goods and the Transit Accompanying Document shall be presented to the Customs office of departure. The Customs office of departure shall take such measures as are necessary for satisfying themselves as to the accuracy of the Customs transit declaration and for affixing the Customs seals or verifying the special seals.

2. Unless otherwise exempted, the release of goods to be placed under the ACTS procedure shall be refused if they cannot be sealed in accordance with Article 3 of this Appendix.

3. Seals shall not be broken without the authorisation of the competent authorities.

4. Where the Customs office of departure prescribes an itinerary, account shall be taken of what constitutes an economically justified route and any information supplied by the Principal. The Principal shall be notified of the prescribed itinerary, which shall be printed, as required, on the Transit Accompanying Document.

5. The Customs office of departure shall set a time limit for completion of the transit operation by the presentation of the goods at the Customs office of destination. This should take into account of the itinerary, any current transport legislation and, where appropriate, information provided by the Principal.

6. The time limit set by the Customs office of departure shall be binding on the competent authorities of the Contracting Parties whose territories are entered during a transit operation.

7. Where the goods are presented at the Customs office of destination after the expiry of the prescribed time limit but this failure is due to circumstances not attributable to the carrier or Principal, the latter shall be deemed to have complied with the time limit prescribed.

Article 26
Procedures During Transit Operation

1. At each Customs office of transit and at the Customs office of destination, the means of transport shall be presented for the purposes of control to the competent authorities with the goods and the Transit Accompanying Document together with any list of items relating thereto.

2. As a general rule, the Customs offices of transit of each of the Contracting Parties shall accept the Customs seals of other Contracting Parties or other approved special seals, provided they are intact. The seals thus accepted shall have in the territory of that Contracting Party the same legal protection as is accorded to their own Customs seals.

3. In exceptional circumstances, the competent authorities of the Contracting Party may require the means of transport to be escorted on their territory; any charges related to the cost of escort should be commensurate with the service rendered.

4. The competent authorities shall not require routine examination en route of the means of transport.

5. Notwithstanding the provisions paragraph 6 of Article 3 of Protocol 7, if control requirements make it essential for the competent authorities to carry out an examination of a means of transport and the goods contained therein in the course of a journey or at a Customs office of transit, they shall record in the designated box of the Transit Accompanying Document, and update into the computerised system accordingly, particulars of the controls carried out and the number of the new seals affixed.

Article 27
Incidents During Transit Operation

1. In the cases set out below, the carrier shall make the necessary entries in the Transit Accompanying Document and present it with the consignment and any other related transit documents to the competent authorities of the Contracting Party in whose territory the means of transport is located:

   a) if the itinerary prescribed by the competent authorities is changed;

   b) if the seals are broken in the course of a transport operation for reasons beyond the carrier's control;

   c) if goods are transferred to another similar means of transport for reasons beyond the carrier's control;

   d) in the event of imminent danger necessitating immediate partial or total unloading of the means of transport; and

   e) in the event of any incident or accident capable of affecting the ability of the Principal or the carrier to comply with his obligations.

2. Where the competent authorities consider that the transit operation concerned may continue in the normal way, they shall endorse the designated box of the Transit Accompanying Document and update the computerized system accordingly.

3. Where, for justifiable reasons, goods are transported via a Customs office of transit other than that notified to the Customs office of departure and mentioned in the declaration, the said office shall notify electronically the Customs office of transit originally designated.

Article 28
End of Transit Operation

1. Presentation of the goods and related transit documents to the Customs office of destination shall be deemed to constitute the end of the transit operation.

2. The Customs office of destination shall register the presented documents and record on the Transit Accompanying Document the date of arrival and enter the details of controls carried out, and update the computerized system accordingly.

3. The Customs office of destination shall notify the Customs office of departure and the Customs office(s) of transit that the transit operation has ended by sending an "Advice of Arrival" message.

4. A transit operation may end at an office within the country of destination other than the one entered in the Customs transit declaration. The said office, which shall then become the Customs office of destination, shall notify the original Customs office of destination and the Customs office of departure accordingly.

Article 29
Receipt for End of Transit Operation

1. At the request of the Principal or the carrier, and for purposes of providing additional evidence that the transit operation has been correctly ended, the Customs office of destination shall endorse the Transit Accompanying Document appropriately.

2. The endorsed Transit Accompanying Document shall be kept by the carrier of the transit operation as documentary proof.

Article 30
Termination of Transit Operation

1. Control of the goods and related entries in the records of the Customs office of destination shall be deemed to constitute the termination of the transit operation.

2. The termination of a transit operation shall be certified by the Customs office of destination without delay. Termination may be with or without reservation. Where termination is certified with reservation this shall be on account of facts connected with the transit operation itself.

3. The Customs office of destination shall notify the Customs office of departure that the transit operation procedure has been terminated by sending a "Control Results" message.

4. In cases where the goods are placed under another Customs procedure or another system of Customs control, all irregularities that may be committed under that other Customs procedure or system of Customs control shall not be attributed to the liability of the guarantor of the transit operation.

Article 31
Discharge of Transit Operation

The Customs office of departure shall discharge the transit operation when it is in a position to establish on the basis of a comparison between the Customs transit declaration made to the Customs office of departure and information from the Customs office of destination that the procedure has been terminated correctly.

Article 32
Fall-back Procedures

1. The fall-back procedures set out in this Article refer to procedures based on the use of paper documents to allow the lodging and control of Customs transit declarations and the monitoring of transit operations when it is not possible to implement the standard electronic procedures in whole or part due to breakdown of the computerised systems.

2. Fall-back procedures shall apply:

   a) where the computerised systems of the competent authorities are not functioning;

   b) where the computerised systems of the Principal are not functioning; or

   c) where the whole or part of the network between the Principal and the competent authorities is not functioning.

3. In the above mentioned situations in paragraph 2 of this Article, goods may be placed under the ACTS procedure by means of a paper transit declaration made out in a form corresponding to a standard format to be agreed by the Contracting Parties and in accordance with procedures agreed between the Contracting Parties.

4. Where the computerised systems between the Customs office of departure and the Customs office of destination and/or one or more Customs offices of transit are not functioning, then one additional copy of the Transit Accompanying Document shall be produced for each such office.

5. The carrier must present the Transit Accompanying Document and one additional copy to each such office. The copy shall be retained by the processing Customs office. The original Transit Accompanying Document shall be stamped and returned to the carrier.

6. All manual records relating to transit operations must be input to the computerised systems as soon as reasonably practicable by the Principal and respective Customs offices of departure, transit and destination.

SECTION 7
POST TRANSIT PROCEDURES

Article 33
Enquiry Procedure to Establish Correct Termination of a Transit Operation

1. The Customs office of departure shall initiate an enquiry procedure forthwith each time they have not received the "Arrival Advice" message within two days of the time limit within which the goods must be presented at the Customs office of destination or the "Control Results" message within six days after having received the "Arrival Advice" message.

2. The enquiry procedure shall be initiated to obtain the information necessary to discharge the transit operation, or where this is not possible to:

   a) establish whether a Customs debt has been incurred;

   b) identify the debtor; and

   c) determine the competent authorities responsible for recovery.

3. In cases where the Customs office of departure has received the "Arrival Advice" message, but not the "Control Results" message, it shall initiate an enquiry procedure by sending the Customs office of destination a reminder request for the "Control Results" message.

4. If the Customs office of departure has not received the "Arrival Advice" message, they shall initiate an enquiry procedure by sending the Customs office of destination a request to confirm that the goods have not been presented. The Customs office of destination shall reply to such requests within seven days.

5. Where the enquiry procedure referred to above does not produce satisfactory evidence that the transit operation was correctly terminated, the further procedures specified in Article 34 of this Appendix shall then apply.

Article 34
Informing the Principal and Alternative Proof of Termination

1. If the Customs office of departure, having initiated an electronic enquiry procedure under Article 33 of this Appendix, has not received confirmation of termination within the prescribed time-limits, it shall inform the Principal and ask him to furnish, within thirty days of receipt of the letter, proof that the procedure was correctly terminated.

2. The proof referred to in paragraph 1 of this Article may be in the form of a document certified by the competent authorities of the country of destination establishing that the goods have been presented at the Customs office of destination.

3. The transit operation shall also be considered to have been terminated where the Principal presents to the satisfaction of the competent authorities, evidence showing that the goods have entered subsequently into another Customs procedure in the country of destination.

4. Where the Principal provides satisfactory evidence that the transit operation was terminated correctly under Customs control, the Customs office of departure may discharge the transit operation notwithstanding that the goods were not presented to the original Customs office of destination. The original Customs office of destination shall be notified within six days.

5. Where enquiries conducted by the Customs office of departure independently establish that the transit operation was terminated correctly under Customs control, it shall inform the Principal and notify the original Customs office of destination accordingly.

Article 35
Customs Debt and Recovery

1. A Customs debt within the meaning paragraph (d) of Article 1 of Protocol 7 shall be incurred:

   a) through the unlawful removal of goods from the ACTS procedure; or

   b) where goods have not been unlawfully removed but there has been a failure to fulfil one of the obligations arising from use of the ACTS procedure or failure to comply with a condition governing the placing of goods under the ACTS procedure.

2. The right of a competent authority to claim a Customs debt shall be determined:

   a) by the place where the irregularity giving rise to the Customs debt occurred; or

   b) when it is not possible to establish in which territory an irregularity was committed, it shall be deemed to have been committed in the territory of the Contracting Party where it is detected.

3. The person primarily responsible for the Customs debt shall be the Principal. The guarantor shall be jointly and severally liable for the Customs debt.

4. The following persons shall also be liable for the Customs debt:

   a) the person who unlawfully removed the goods from the ACTS procedure;

   b) any persons who participated in such removal and who were aware or should reasonably have been aware that the goods were being unlawfully removed from the ACTS procedure; and

   c) any persons who acquired or held the goods in question and who were aware or should reasonably have been aware at the time of acquiring or receiving the goods that they had been unlawfully removed from the ACTS procedure.

The fact that the persons above are responsible for the Customs debt does not relieve the Principal and the guarantor of their liability. Notwithstanding this, the payment of Customs debt by those persons responsible shall partially or completely discharge the liability of the Principal and/or the guarantor as the case may be.

5. No Customs debt in respect of goods placed under the ACTS procedure shall be incurred where the person concerned proves that a failure to fulfil the consequential obligations is due to the total destruction or irretrievable loss of those goods as a result of their actual nature, force majeure or the consequence of authorisation by the competent authorities. Goods are deemed to be irretrievably lost when they are certified unusable by the competent authorities with the right to claim.

6. Where the competent authorities deem that the goods have undergone a substantial change as a result of their actual nature, force majeure or the consequence of authorisation by the competent authorities, but a Customs debt remains, the competent authorities shall calculate this debt by considering the type, quality, quantity, weight, and corresponding Customs value of such goods at the time the debt is due.

Article 36
Administrative Assistance - General Provisions

1. Contracting Parties shall afford each other mutual assistance with a view to determine the status of transit operations and for the recovery of claims arising from unresolved irregularities.

2. The extent of assistance to be given should be within the competence of the authority concerned and subject to its national laws and, in particular, without prejudice to national legislation on data protection or other legal restrictions on the transmission of information.

3. All information provided in relation to a transit operation enquiry may only be used for the purposes of resolving the status of the transit operation(s) concerned and pursuing claim(s) arising directly from any irregularity in the transit procedure.

4. The competent authorities of the Contracting Parties concerned shall furnish each other with any details necessary to identify those responsible for a transit operation including those of:

   a) the Principal;

   b) the Carrier (if different from the Principal);

   c) the Consignor (if different from the Principal);

   d) the Consignee;

   e) the Guarantor; and

   f) the Guarantor's National Agent(s).

5. All enquiries relating to specific transit operations shall quote:

   a) the Customs transit declaration reference number;

   b) other information required to identify the transit operation; and

   c) the grounds for the enquiry.

6. In the event of suspected deliberate irregularities, requests for information may be extended to a given Principal's general use of the transit system.

7. Material made available to another Contracting Party may include, but shall not be restricted to, all relevant:

   a) documents;

   b) reports;

   c) records of proceedings; and

   d) information related to irregularities and infringements arising from use of the ACTS procedure.

8. Where, as a result of an enquiry, the Principal is deemed to have incurred a liability for Customs debt as provided for under Article 2 of this Appendix, the competent authority in the Contracting Party where he is established shall provide assistance to the claiming authority in notifying him of this liability.

9. Requests for information and assistance shall be made in a standard format to be agreed by the Contracting Parties.

10. Nothing in these Articles shall preclude the competent authorities in a transit country from initiating an enquiry procedure where it appears that an irregularity has occurred on its territory.

11. Nothing in these Articles shall preclude a competent authority from making a claim when it is established that an irregularity incurring a Customs debt occurred on its territory.

12. Irrespective of any maximum time limits specified, the competent authorities of the country of destination and, where appropriate, the Customs office(s) of transit called upon to act in connection with an enquiry, shall respond without delay.

Article 37
Administrative Assistance for the Recovery of Claims

1. This Article sets out the rules on mutual assistance for the recovery of claims in respect of a transit operation where these arise in the territory of a Contracting Party other than where the Principal is based.

2. The request for assistance in recovery of a claim shall indicate:

   a) the name and address of the person concerned;

   b) details of the transit operation concerned;

   c) the grounds for the claim;

   d) the amount to be claimed; and

   e) any other relevant information as required by the requested authority.

3. The requested authority shall promptly, and in any case within sixty days from receipt of the request, advise the applicant authority of actions taken to assist in recovering the claim and of any outcome.

4. Alternatively, the requested authority shall promptly inform the applicant authority of any grounds for refusing assistance.

5. The applicant authority may not make a request for recovery where the claim is being contested under its own national legislation.

6. The requested authority shall suspend any recovery action where the Principal provides satisfactory evidence that the claim is being contested in the country of the applicant authority. In such cases the requested authority shall promptly notify the applicant authority.

7. The applicant authority shall state the amount of the claim to be recovered both in the currency in which it is situated and also in the currency of the requested authority at the exchange rate prevailing on the date the request is made.

8. Under normal circumstances, the Principal or the guarantor, as the case may be, shall remit the recovered sum directly to the applicant authority.

9. Where the guarantee is in the form of a cash deposit, the requested authority shall arrange for the payment to be remitted to the applicant authority in its national currency.

10. Where the claim cannot be recovered from the Principal, the applicant authority shall be notified accordingly and thereupon enact recovery proceedings against the guarantor through his nominated national representative.

SECTION 8
MISCELLANEOUS PROVISIONS

Article 38
Vehicles and Containers for the Purposes of Transit Operation

1. Road transit transport vehicle, combination of road transit transport vehicle and trailer or container carrying goods shall not be required to be declared as goods under the ACTS procedure. No guarantee shall be required for the road vehicle, combination of road transit transport vehicle and trailer or container.

2. The provisions of paragraph 1 of this Article shall not prevent a Contracting Party from requiring the completion of formalities at the Customs offices of transit or destination to ensure that the road vehicle, combination of road vehicle and trailer or container will be re-exported.

Article 39
Minor Discrepancies

1. The Contracting Parties shall disregard minor discrepancies in the observance of time-limits or routes prescribed.

2. Minor discrepancies, such as those arising from a typographical error, between the particulars in the Transit Accompanying Document, or Customs transit declaration, and the actual contents of the means of transport shall not, ipso facto, prevent the discharge of the transit operation.

Article 40
Exclusion

1. Each of the Contracting Parties shall have the right to exclude temporarily or permanently from the use of the ACTS procedure any person guilty of a serious offence against Customs or other relevant laws or regulations applicable to the international transport of goods which in the judgment of the competent authorities justifies such action.

2. This exclusion shall be notified within seven days to the competent authorities of all the other Contracting Parties and, where applicable, to the relevant guarantor.

Article 41
Authorisation to end an ACTS Procedure at a Trader's Premises

1. Traders may be authorised to take delivery of goods placed under a transit operation without the goods and the corresponding Transit Accompanying Document having to be presented at the Customs office of destination.

2. Such authorisation shall only be granted where the trader:

   a) is a Principal who has been granted Authorised Transit Trader status; or

   b) is not a Principal as defined in subparagraph 2(a) of this Article but can meet such criteria as determined by the Contracting Party in whose territory he is established.

3. The authorisation shall specify in particular:

a) the Customs office(s) of destination responsible for the goods received by the authorised consignee;

b) how, and by when, the authorised consignee is to inform the Customs office of destination of the arrival of the goods in order that the office may carry out any necessary controls;

c) any goods to which the authorisation does not apply and which must be presented at the Customs office of destination; and

d) the arrangements for the trader to receive the "Anticipated Arrival Record" message from the Customs office of destination.

4. The competent authorities shall specify in the authorisation whether any action is required by the Customs office of destination before the trader may dispose of the goods.

5. When the goods arrive at his premises or at places specified in the authorisation, the trader shall:

a) immediately inform the Customs office of destination of any excess quantities, deficits, substitutions or other irregularities such as broken seals; and

b) immediately, and before unloading, send the Customs office of destination an electronic "Arrival Advice" message.

6. The transit operation shall be deemed to have ended when the documents which accompanied the consignment, together with the intact goods, have been delivered within the prescribed time to the authorised trader's premises.

7. At the carrier's request, the consignee as authorised under paragraph 1 of this Article shall issue a receipt for each consignment delivered.

8. Upon receiving the "Arrival Advice" message, the Customs office of destination shall determine whether inspection is required and perform the termination of the transit operation in accordance with Article 30 of this Appendix.

Article 42
Confidentiality

1. Nothing in this Appendix shall be construed to require any Contracting Party to allow access to confidential information, the disclosure of which would:

a) be contrary to the public interest as determined by its legislation;

b) be contrary to any of its legislation, including but not limited to, legislation protecting personal privacy or the financial affairs and accounts of individual customers of financial institutions;

c) impede law enforcement; or

d) prejudice legitimate commercial interests, which may include the competitive position, of any particular enterprise, public or private.

2. Where a Contracting Party provides information to another Contracting Party in accordance with this Appendix and designates the information as confidential, the Party receiving the information shall maintain the confidentiality of the information, use it only for the purpose specified by the Party providing the information and not disclose it without the specific written permission of the Party providing the information.

PROTOCOL 8
SANITARY AND PHYTOSANITARY MEASURES TO IMPLEMENT THE ASEAN FRAMEWORK AGREEMENT ON THE FACILITATION OF GOODS IN TRANSIT

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 19, 22 and, 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

RECALLING further the Ha Noi Plan of Action which was adopted by the Heads of State/Government of ASEAN at the Sixth ASEAN Summit in Ha Noi, Viet Nam on 15-16 December 1998 stipulates to operationalise the Agreement by the year 2000:

DESIRING to encourage and facilitate inter-state and transit transport operations among the Contracting Parties;
REITERATING that the conclusion of this Protocol shall provide for the efficient and effective arrangement for transit trade among the Contracting Parties;

NOW, WHEREFORE, the Contracting Parties have agreed as follows:

ARTICLE 1
DEFINITIONS

1. For the purpose of this Protocol:

a) "Goods" mean:

 any plant, plant product or any other object or material capable of harbouring or spreading plant pests;

- any animal, including aquatic animal, animal product or any other object or material capable of harbouring or spreading animal diseases and zoonoses; and

- foods, beverages and feedstuffs capable of containing additives, contaminants, toxins or disease-causing organisms harmful to human or animal life or health,

other than those goods which are prohibited or restricted for movement in the territories of a Contracting Party as specified under any of the other Protocols of the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

b) "Sanitary and Phytosanitary measures" mean any measures applied:

- to protect animal or plant life or health within the territory of the Contracting Party from risks arising from the entry, establishment or spread of pests, diseases, disease-carrying organisms or disease causing organisms;

- to protect human or animal life or health within the territory of the Contracting Party from risks arising from additives, contaminants, toxins or disease-causing organisms in foods, beverages or feedstuffs;

- to protect human life or health within the territory of the Contracting Party from risks arising from diseases carried by animals, plants or products thereof, or from the entry, establishment or spread of pests; or

- to prevent or limit other damage within the territory of the Contracting Party from the entry, establishment or spread of pests.

Sanitary or phytosanitary measures include all relevant laws, decrees, regulations, requirements and procedures including, inter alia, end product criteria; processes and production methods; testing, inspection, certification and approval procedures; quarantine treatments including relevant requirements associated with the transport of animals or plants, or with the materials necessary for their survival during transport; provisions on relevant statistical methods, sampling procedures and methods of risk assessment; and packaging and labeling requirements directly related to food safety.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

1. The provisions of this Protocol apply to the transit of goods in the territories of the Contracting Parties, particularly where transit among ASEAN Member States which are parties to this Protocol is involved.

ARTICLE 3
OBLIGATIONS

1. Pursuant to Article 19 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree that the laws, regulations, and procedures for the transit of goods in their respective territories shall be listed in the Annex to this Protocol In the enforcement of their SPS measures, the Contracting Parties agree to be guided, where possible, by relevant standards, guidelines and recommendations developed by international and regional organizations such as the Codex Alimentarius Commission, the International Office of Epizootics, the International Plant Protection Convention (IPPC) and ASEAN.

2. The Contracting Parties hereby agree to ensure that their national sanitary and phytosanitary laws, regulations and procedures for the transit of goods in their respective territories are readily available to any interested Party. The list of national sanitary and phytosanitary laws, regulations and procedures of Contracting Parties governing the transit of particular goods in their respective territories as established under Article 3(1) is annexed to this Protocol, which is an integral part of this Protocol.

3. Each Contracting Party shall notify the ASEAN Secretariat of any change to its national sanitary and phytosanitary laws, regulations and procedures in the Annex for dissemination by the ASEAN Secretariat to all other Contracting Parties.

4. The Contracting Parties further agree to mutually consult with each other to establish bilateral, multilateral or ASEAN sanitary and phytosanitary arrangements and inspection procedures to facilitate the transit of particular goods via their territories where national sanitary and phytosanitary laws, regulations and procedures on the transit of such particular goods in their respective territories have not yet been established.

ARTICLE 4
EMERGENCY MEASURES

1. Notwithstanding the obligations of the Contracting Parties contained in this Protocol, each Contracting Party may in the case of disease and pest outbreaks, take and implement appropriate emergency measures to protect the life and health of persons, animals, or plants in their territory, and the Contracting Party implementing the measures shall immediately notify relevant Contracting Parties and the ASEAN Secretariat, of the particular measures and the products covered.

ARTICLE 5
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Officials Meeting of the ASEAN Ministers on Agriculture and Forestry (SOM-AMAF) shall be the responsible body for the monitoring, review, coordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The SOM-AMAF shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to SOM-AMAF in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 6
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall supplement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Ha Noi, Viet Nam and, as between the Contracting Parties to this Protocol, the Agreement and this Protocol shall be read and interpreted together as one single instrument.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

5. Any amendment to the provision of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed this Protocol No. 8 on Sanitary and Phytosanitary Measures to Implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Phnom Penh on this 27th day of October 2000 in a single copy in the English language

For the Government of Brunei Darussalam:
H.E. PEHIN DATO ABDUL RAHMAN TAIB
Minister of Industry and Primary Resources

For the Royal Government of Cambodia:
H.E. MR CHHEA SONG
Minister of Agriculture, Forestry and Fisheries

For the Government of the Republic of Indonesia:
H.E. MR NAZARUDDIN NASUTION
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the Republic of Indonesia to the Kingdom of Cambodia

For the Government of the Lao People's Democratic Republic:
H.E. DR. SIENE SAPHANGTHONG
Minister of Agriculture and Forestry

For the Government of Malaysia:
H.E. DATUK (DR) MOHD. EFFENDI NORWAWI
Minister of Agriculture

For the Government of the Union of Myanmar:
H.E. MAJOR GENERAL NYUNT TIN
Minister for Agriculture and Irrigation

For the Government of the Republic of Philippines:
H.E. MR. FRANCISCO E. ATAYDE
Ambassador Extraordinary and Plenipotentiary of the Republic of the Philippines to the Kingdom of Cambodia

For the Government of the Republic of Singapore:
H.E. MR. MAH BOW TAN
Minister for National Development

For the Government of the Kingdom of Thailand:
H.E. MR. PRAPAT POTHASUTHON
Minister of Agriculture and Cooperatives

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam:
H.E. DR. CAO DUC PHAT
Vice-Minister of Agriculture and Rural Development

ANNEX
ASEAN MEMBER COUNTRIES NATIONAL SANITARY AND PHYTOSANITARY (SPS) REGULATIONS

BRUNEI DARUSSALAM

1. Constitution of Brunei Darussalam (Order under Section 83/3) – Emergency (Public Health) (Food) (Order), 1998

2. Quarantine and Prevention of Disease CAP 47

   - Quarantine and Prevention of Disease (Appointment of Officers)
   - Quarantine and Prevention of Disease (Animals) Regulations
   - Quarantine and Prevention of Disease (Exportation of Animals)

3. Regulations Governing the Import Dogs, Cats and Related Species of Animals into Brunei Darussalam (Revised) and Effective with effect from 1st November, 1973.

4. Customs Act (Chapter 36) - Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (Amendment) Order, 1955

- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments) Order, 1956
- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments No.2) Order, 1956
- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments) Order, 1974
- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments) Order, 1989
- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments) Order, 1995
- The Customs (Prohibition and Restriction on Imports and Exports) (amendments No.2) Order, 1995

5. Agricultural Pests and Noxious Plants - Chapter 43 (Rev) 1984
6. Guides and Procedures Plant Quarantine Services (1993)
7. Forest Act CAP 46 (Rev) Part I, II and III and IV (1984)
8. Fisheries Act, Chapter 61 (1984).

CAMBODIA

1. Sub-Decree 98 - Phytosanitary Inspection of Plant Product for Import and Export.
2. Sub-Decree 66 (Sub-Law 66) - Transportation of Fishery Product.
3. Sub-Decree No 14 AR. KRAR, 1988: Sanitary Inspection of Animals and Products Origin from Animals (Chapter II, III, IV and V)
4. Advisory Decree to Apply Sub-Decree 14 AR.NOR. KRAR, Dated 19 July 1988 on Sanitary Inspection of Animals and Products Origin from Animals.

INDONESIA

1. Law of the Republic Indonesia No, 16/1992 Concerning Animal, Fish and Plant Quarantine

Animal Quarantine Regulations:

2. Government Regulation No. 15/1977
3. Decree of the Minister of Agriculture No. 750/Kpts/UM/10/1982
4. Decree of the Minister of Agriculture No. 752/Kpts/UM/10/1982
5. Decree of the Minister of Agriculture No. 753/Kpts/UM/10/1982
6. Decree of the Minister of Agriculture No. 422/Kpts/UM/10/1988
7. Decree of the Minister of Agriculture No. 745/Kpts/UM/10/1992
8. Decree of the Minister of Agriculture No. 410/Kpts/UM/10/1991

Fish Quarantine Regulations:

9. Decree of the Minister of Agriculture No. 214/Kpts/UM/5/1973
10. Decree of the Minister of Agriculture No. 819/Kpts/UM/l 1/1980
11. Decree of the Minister of Agriculture No 179/Kpts/UM/3/1982
12. Decree of the Minister of Agriculture No. 265/Kpts/lb730/5/1986
13. Decree of the Minister of Agriculture No. 382/Kpts/IK210/6/1987
14. Decree of the Minister of Agriculture No. 700/Kpts/IK210/10/1989
15. Decree of the Minister of Agriculture No. 245/Kpts/LB 730/4/1990
16. Decree of the Minister of Agriculture No. 809/Kpts/KU440/10/1990
17. Decree of the Minister of Agriculture No. 520/Kpts/IK220/10/1993
18. Decree of the Minister of Agriculture No. 405/Kpts/LB730/5/1996

Plant Quarantine Regulations:

19. Decree of the Minister of Agriculture No. 491/Kpts/UM/7/1980 as amended by Decree of the Minister of Agriculture No. HK310/22/Kpts/l/1984
20. Decree of the Minister of Agriculture No. 310/21/Kpts/l/1984
21. Decree of the Minister of Agriculture No. 796/Kpts/TP830/10/1984
22. Decree of the Minister of Agriculture No. 797/Kpts/TP830/10/1984
23. Decree of the Minister of Agriculture No. 559/Kpts/KB630/8/1985
24. Decree of the Minister of Agriculture No. 861/Kpts/LB720/12/1989

25.Decree of the Minister of Agriculture No, 38/Kpts/HK310/1/1990

26.Decree of the Minister of Agriculture No 411/Kpts/TP 120/6/1995

27.Decree of the Minister of Agriculture No. 412/Kpts/KP150/6/1995

28.Decree of the Minister of Forestry No. 57/Kpts-II/1990

29.Decree of the Minister of Forestry No. 786/Kpts-II/1991

30.Decree of the Minister of Agriculture No. 810/Kpts/KU 440/10/90

LAO PDR

1. Prime Minister Decree No. 85/PMO on Livestock Management in Lao PDR, 1993

2. Prime Minister Regulation No. 11/PM on the Management of Forestry and the Timber Industry, 1999.

3. Prime Minister Decree No. 66/PM on the Quarantine of Plants, 1993

4. Ministry of Agriculture and Forestry Regulation No 0719/MAF on the Management and the Use of Plant Species and Seeds for Planting, 1997

5. Ministry of Agriculture and Forestry Regulation No. 0886/MAF on the Management and the Use of Pesticides, 2000.

6. Ministry of Agriculture and Forestry Regulation No. 0004/MAF on Livestock Management, 1993

7. Ministry of Agriculture and Forestry Instruction No. 0005/MAF on Regulation on Livestock Management in Lao PDR, 1997

8. Plant Quarantine Regulation No. 0639/MAF on Plant Quarantine, 1993.

MALAYSIA

1. Plant Quarantine Act 1976

2. Plant Quarantine Regulations 1981

3. Plant Quarantine Import Requirements, Guides & Procedures, 2000

4. Customs Order (Prohibition of Imports) 1998

5. Animal Ordinance 1953

6. Conditions for Importation of Beef, Mutton, Venison, From Australia and New Zealand

7. Conditions for Importation of Beef from United Kingdom, Netherlands and France

8. Conditions for Importation of Beef from USA and Canada

9. Conditions for Importation of Deboned Meat from South American Countries (Brazil, Argentina, Uruguay)

10.Conditions for Importation of Deboned Meat from People's Republic of China

11.Conditions for Importation of Frozen Deboned Meat from India

12.Conditions for Importation of Deglanded and Deboned Beef from Vietnam

13.Regulations for Importation of Poultry or Bird Carcasses, Products or Parts Thereof into Malaysia

14.Regulations for Importation of Eggs or Egg Products into Malaysia

15.Regulations for Importation of Hatching Eggs into Malaysia

16.Regulations for Importation of Milk and Milk-Products into Malaysia

17.Regulations for Importation of Animal By-Products into Malaysia

18.Regulations for Importation of Semen into Malaysia

19.Regulations for Importation of Tallow into Malaysia

20.Regulations for Importation of Feeder Cattle from Australia into Malaysia (for feedlotting purposes)

21.Regulations for Importation of Cattle from Australia into Malaysia (for slaughtering purposes)

22.Regulations for Importation of Cattle from Australia and New Zealand into Malaysia (for breeding purposes)

23.Regulations for Importation of Cattle from Brazil into Malaysia (for breeding purposes)

24.Regulations for Importation of Cattle and Buffaloes from Cambodia, Myanmar, Laos or Vietnam into Malaysia (for slaughtering purposes)

25.Regulations for Importation of Cattle and Buffaloes from Indonesia into Malaysia (for breeding purposes)

26.Regulations for Importation of Cattle from Indonesia into Malaysia (for slaughtering purposes)

27.Regulations for Importation of Cattle from People's Republic of China into Malaysia (for fattening/slaughtering purposes)

28.Regulations for Importation of Cattle from Singapore into Malaysia (for slaughtering or breeding purposes)

29.Regulations for Importation of Cattle/Buffaloes from Thailand into Malaysia (for breeding purposes)

30.Regulations for Importation of Feeder Cattle from Thailand into Malaysia (for feedlotting purposes)

31.Regulations for Importation of Cattle/Buffaloes from Thailand into Malaysia (for slaughtering purposes)

32.Regulations for Importation of Cattle from the USA into Malaysia (for breeding purposes)

33.Regulations for Importation of Cattle from Any Country into Malaysia (for breeding/slaughtering purposes)

34.Regulations for Importation of Feeder Goats from Australia into Malaysia (for feedlotting purposes)

35.Regulations for Importation of Sheep or Goats from Australia and New Zealand into Malaysia (for slaughtering purposes)

36.Regulations for Importation of Goats and Sheep from and New Zealand into Malaysia (for breeding purposes)

37.Regulations for Importation of Sheep/Goats from Peoples' Republic of China into Malaysia (for breeding purposes)

38.Regulations for Importation of Sheep/Goats from People's Republic of China into Malaysia (for slaughtering purposes)

39.Regulations for Importation of Sheep or Goats from The Republic of Indonesia into Malaysia (for breeding purposes)

40.Regulations for Importation of Sheep or Goats from The Republic of Indonesia into Malaysia (for slaughtering purposes)

41.Regulations for Importation of Sheep or Goats for the Purpose of Breeding from Mali into Malaysia

42.Regulations for Importation of Goats or Sheep from the Union of Myanmar, Cambodia, Laos or Vietnam into Malaysia (for breeding purposes)

43.Regulations for Importation of Goats or Sheep for the Purpose of Breeding from Thailand into Malaysia

44.Regulations for Importation of Goats or Sheep for the Purpose of Slaughter from Thailand into Malaysia

45.Regulations for Importation of Goats or Sheep from The United States of America into Malaysia (for breeding purposes)

46.Regulations for Importation of Deer from Australia or New Zealand into Malaysia (for slaughtering purposes)

47.Regulations for Importation of Deer from Any Country into Malaysia (for any purposes)

48.Regulations for Importation of Pigs into Malaysia (for breeding purposes)

49.Regulations for Importation of Pigs from Singapore into Malaysia (for breeding purposes)

50.Regulations for Importation of Pigs into Malaysia (for any purposes)

51.Regulations for Importation of Horses from Australia and New Zealand into Malaysia (for racing or recreation purposes)

52.Regulations for Importation of Horses from USA and Canada into Malaysia (for racing, polo, recreation purposes)

53.Regulations for Importation of Horses from Philippines into Malaysia (for recreation purposes)

54.Regulations for Importation of Horses from Argentina into Malaysia (for recreation and polo purposes)

55.Regulations for Importation of Horses from Chile into Malaysia (for recreation, racing and hacking purposes)

56.Regulations for Importation of Horses from Chile into Malaysia (for recreation or racing purposes)

57.Regulations for Importation of Horses from Japan into Malaysia (for recreation or racing purposes)

58.Regulations for Importation of Horses, Ponies and Other Equine Species from Thailand into Malaysia (for recreation purposes)

59.Regulations for Importation of Horses from The United Kingdom into Malaysia (for recreation, racing and polo purposes)

60.Regulations for Importation of Horses from United Kingdom, Eire, Northern Ireland into Malaysia (for recreation, polo or hacking purposes)

61.Regulations for Importation of Horses from Singapore into Malaysia (for recreation, polo, hacking purposes)

62.Regulations for Importation of Horses from Any Country into Malaysia

63.Regulations for Importation of Dogs and Cats from Singapore into Malaysia

64.Regulations for Importation of Dogs and Cats into Malaysia from United Kingdom, Eire, Northern Ireland, Australia, New Zealand, Japan and Brunei

65.Regulations for Importation of Dogs and Cats into Malaysia from Countries other than United Kingdom, Eire, Northern Ireland, Australia, New Zealand, Japan and Brunei

66.Regulations for Importation of Live Poultry/Birds into Malaysia

67.Regulations for Importation of Domestic Fowls, Quails and Pigeons (But Not Including The Eggs Thereof And Day Old Birds) - (for slaughter purposes)

68.Regulations for Importation of Day Old Chicks from Singapore into Malaysia (for commercial layer and broiler)

69.Regulations for Importation of Ducklings from Singapore into Malaysia (for commercial broiler)

70.Regulations for Importation of Ducks/Ducklings from United Kingdom into Malaysia (for breeding)

71.Regulations for Importation of Day Old Ducklings from Thailand into Malaysia (for breeding)

72.Regulations for Importation of Any Birds into Malaysia (any purpose other than commercial)

73.Regulations for Importation of Wildlife Zoo Animals

74.Regulations for Importation of Animals or Birds for the Purpose of Exhibition/Circus

75.Regulations for Importation of Frogs into Malaysia.

76.Regulations for Importation of Rabbits into Malaysia

77.Food Act 1983

78.Food Regulations 1985

79.Fisheries Act 1985

80.Prevention and Control of Infectious Diseases Act 1988

MYANMAR

1. Animal Health and Development
2. Myanmar Marine Fisheries Law
3. Freshwater Fisheries Law
4. Aquaculture Law
5. Food & Drug Act
6. Pesticide Law
7. Quarantine Law
8. The State Law and Order Restoration Council; Pesticide Law
9. The State Law and Order Restoration Council; Plant Pest Quarantine Law

10.Plant Pest Quarantine Law

11.Pesticide Law

12.Procedures Relating to the Pesticide Law

13.Animal Health and Development Law

14.List of Titles of existing national SPS Laws/Acts/Regulations

15.Department of Fisheries; Directive No. (1/95, 8/96, 2/98, 3/98, 4/98, 6/98, 8/98)

16.The National Food Law

17.Minimum set of SPS requirement proposed for Plant and Plant Part and Plant Product, Protocol 8, ASEAN Goods in Transit

18.Minimum Set of Sanitary Requirements for Livestock, Livestock Production and Animal Feed

19.Minimum Set of Sanitary Requirements for Fish and Fishery Products

20.Formation of the Pesticide Registration Board

PHILIPPINES

1. BPI Administrative Order No. 5, Series of 1949 – Regulations governing the importation bringing or introduction into the Philippines of Coffee Plants or Parts thereof of berries, on Seeds of said Plant in order to prevent the introduction of destructive beetle known as Coffee Berri Borer, Stephanoderes hampei Ferrari, and other injurious plant pests and diseases.

2. BPI Amendatory Notice of October 14, 1949 – Amendatory notice dated August 30, 1947, prohibiting the movement, transfer and/ or shipment from one municipality to another in the Province and City of Davao, or from this province or city to any other City, or to any municipality of another province of all plants or parts thereof, of the genus Musa, namely Abaca (Manila hemp), Banana, Canton, Bacol, etc whether infected or not.

3. BPI Administrative Order No.6 Series of 1949 (revised) – Declaring the Coconut "Cadang-cadang" of the Bicol type a dangerous disease providing for its control, and placing under quarantine all the provinces where the disease already exists.

4. BPI Administrative Order No. 13, Series of 1949 – Regulating the importation of Rubber Plants and parts thereof such as seeds rubber stumps, bud stick, etc from Central America in order to prevent the introduction into the Philippines Islands of a diseases known as the Dothidella ulei for certain purposes and under certain conditions.

5. BPI Administrative Order No.16 Series of 1949 – R egulating the importation of fruits from the State of Victoria, Australia in order to prevent the introduction into the Philippines of an insect known as the Queensland's Fruit fly (Pacus tryom)

6. BPI Administrative Order No. 14 Series of 1950 (Revised) – Regulations governing inter-provincial quarantine on all plants of the species of the genus Musa in order to prevent the spread of abaca disease known as "Bunchy-top" including hear trot, mosaic, wilt (vascular disease) and bacterial leaf stream, providing measures for the destruction of all infected plants, .and revoking Bureau of Agriculture Administrative (Order No. 38 and 5)

7. BPI Administrative Order No.6 Series of 1952 – Regulating the importation of Kenaf Seeds and other parts of said plant capable of propagation from Cuba, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Salvador, Costa Rica, Panama, Mexico and other tropical countries of South America and the State Florida, USA to prevent the introduction into the Philippines of virus diseases known to be destructive to Kenaf (Hibiscus cannabinus) in said countries.

8. BPT Administrative Order No.7 Series of 1953 – Declaring the "Sour Grass" or "Puerto Rico Grass" (Tricachne insularis), a serious agricultural weed and providing for its control.

9. BPI Administrative Order No.15 Series of 1954 (Revised) – An order prohibiting the rice varieties Buenket in strain 19-3, Maragakat, Dalong-dalong, Kinandan Puti, Kho Luang Tin Thong on Celery Stick, Bulubin, Mangsangya, Sipot etc.

10. BPI Administrative Order No. 1 – B. Series of 1955 (Revised) – Regulations governing the zonification of abaca areas, actual and potential and prescribing certain restrictions and other measures for the control of Abaca Mosaic Diseases.

11. BPI Administrative Order No.7 Series of 1957 (revised) – Regulations governing the importation, bringing on introduction in the Philippines of living animals such as insects, birds, crustacean, bars, mollusks, reptiles, mammals, and other animals not falling within the scope of the term "Domestic Animals" as provided and defined in Section 4 Act No. 3639, in order to protect the agricultural industries of this countries.

12. BPI Administrative Order No.7 Series of 1957 – Amendatory Notice to Section 8 (Revised)

13. BPI Administrative Order No.2 Series of 1958 – Regulations governing the removal and disposal of all cotton plants including volunteer plants after harvest and providing measures pests and diseases.

14. BPI Administrative Order No.1 Series of 1961 – Declaring the plants known as the Canna, or Bandera -Espanola (Canna indica) and Arrowroot (Maranta arundinacea) to be noxious plants and prohibiting expect under certain condition; their cultivation or propagation in the Philippine stands wherever abaca plants are being raised or planted in commercial scale.

15. BPI Administrative Order No.1 Series of 1963 – Providing regulations for the importation of fresh fruits, vegetables or seeds on planting materials into the Philippines from countries and places infested with Mediterranean fruit fly (Ceratitis capitata); the Mexican fruit fly (Anastrepha indens); the Quenslands fruit fly (Daens tryoni) and other fruit flies.

16. BPI Administrative Order No.2, 3 Series of 1963 – Amending certain provisions of Plant Industry Administrative Order No.2, Series of 1950 (Revised).

17. BPI Administrative Order No 2, 5 Series of 1968 (amended) – Amending further certain Section of AO No.2, Series of 1958 (Revised) governing the importation and exportation of plant materials into and from the Philippines.

18. BPI Administrative Order No.2 Series of 1969 (internal) – Declaring the "Leaf Mottling Virus" a dangerous disease of citrus. Providing its control and placing under quarantine all the provinces where the disease already exists.

19. BPI Administrative Order No. 118 - 2 Series of 1970 – Second revision of the standard for the Philippines Bananas.

20. BPI Administrative Order No.3 Series of 1974 – Amending Section 7 of the AO No. 6, Series of 1949 (revised) entitled Declaring the Coconut "Cadang-cadang" of the Bicol Type of Dangerous diseases, Providing for its control, and placing under quarantine all the provinces where the disease already exists.

21. BPI Administrative Order No.4 Series of 1975 – Regulation governing the rate of payment of overtime, transportation, meal allowance, lodging of Plant Quarantine personnel.

22.BPI Administrative Order No.1 Series of 1978 – Rules and regulations governing issuance commodity clearance.

23.BPI Administrative Order No.2 Series of 1978 – The Adoption of standards administrative orders issued by the Bureau of Standards as BPI Administrative Order on some raw agricultural crop commodities for exports.

24.BPI Administrative Order No.1 Series of 1981 – Rules and regulations to implement Presidential Decree No. 1433 entitled "Promulgating the Plant Quarantine Law of 1978" thereby Revising and Consolidating existing Plant Quarantine Laws to further improve and strengthen the Plant Quarantine Service of the Bureau of Plant Industry.

25.BPI Administrative Order No. 1-1 Series of 1982 – Regulating the importation of mango plants (Mangifera spp) and parts thereof from places, areas or countries infested with mango malformation of Bunchy-top, Woody-gall and Scaly bark (Cuarteado), Disease of mango in order to prevent their introduction into the Philippines.

26.BPI Administrative Order No. 1-2 Series of 1982 – Regulating prohibiting except for certain purposes and under certain conditions, the importation of a coconut (Cocus nucifera Linn.) and other palms and / or parts thereof from areas infested with the Lethal Yellowing Diseases of coconut

27.BPI Administrative Order No. Dl Series of 1982 – Declaring Sacotto Wilt of Coconut as dangerous and injurious coconut diseases and likewise declaring the Island of Mindanao and other places where the same maybe found to exist, under Quarantine to infested areas.

28.BPI Administrative Order No 4 Series of 1983 – Administrative Order amending pertinent provision of Section 1, Rule VII of BPI Administrative Order No.1, Series of 1981.

29.BPI Administrative Order No. .... Series of 1985 – Amending certain provision of BPI Quarantine Administrative Order No. 1 Series of 1981.

30.BPI Administrative Order No. Dl Series of 1985 – Declaring Salvinia molesta, D.S Mitshell as a noxious weed and placing under Quarantine the provinces of Aklan, Antique, Capiz and lloilo; in the Island of Panay, the sub-province of Guimaras and Negros Island to prevent its spread to other areas in the Philippines.

31.BPI Administrative Order No.6 Series of 1986 - Amending certain provision of BPI Quarantine Administrative Order No. 1 Series of 1981.\

32.BPI Administrative Order No.7 Series of 1986 – Revoking BPI Administrative Order No 1, Series of 1965 "Declaring the Coffee Beny Borer (Stephanoderes hampei Ferrari), a dangerous pest, providing for its control and placing under quarantine all provinces where the pest exists.

33.BPI Administrative Order No. 16 Series of 1987 – Declaring Mango Pulp Weevil (Sternochetus frigidus Fabr). A dangerous pest and injuring to mangoes and likewise declaring the Palawan Island Group under quarantine to prevent spread from infested to non-infested areas

34.BPI Administrative Order No 18 Series of 1987 – Declaring the Mollusk Ampularia gigas locally known as the "Golden Kuhol" as a serious plant pest and providing measures to regulate and control its spread

35.BPI Administrative Order No. 20 Series of 1987 – Declaring Mango Pulp Weevil (Sternohems frigidus Fabr) a dangerous pests and injurious and placing the Palawan Island Group under quarantine to prevent the spread of said pest

36.BPI Administrative Order No. 14 Series of 1988 – Declaring the Potato Golden Cyst Noinatode (Globodera roschrensis Woll), a dangerous pest and placing under quarantine all areas in the Philippines where they are found and known to exist

37.BPI Administrative Order No. 15 Series of 1988 – Modifying BPI Administrative Order No. 6 Series of 1949 (revised entitled "Declaring the Coconut Cadang-cadang", a dangerous disease; providing for its control and placing under quarantine all the provinces where the diseases already exist and issued by the Director of Plant Industry pursuant to act 3027

38.BPI Administrative Order No, 23 Series of 1988 – Regulations for importation of fresh fruits and vegetables into the Philippines from countries and places infested with Mediterranean fruit fly (Ceratius capitata) the Mexican fruit fly (Anatrepha indens) Queensland fruit fly (Dacus tryom) and other fruit flies

39.BP1 Administrative Order No. 16 Series of 1989 – Regulations governing Inter-Provincial/Regional movements of all plant species belonging to Papaya (Carica papaya) in order to prevent the spread of Papaya Ring Spot Virus disease (PRVS) to non-infected areas providing measures for the destruction of all infected papaya plants and plant pest thereof

40.BPl Special Quarantine Administrative Order No. 1 Series of 1993 – Amending Section 1 of BPI Special Order No. D-2 Series of 1982, Re. Declaring rice Black bug (Scotinophora spp. Burn), a dangerous pest or rice and declaring the Palawan Group of Island under Quarantine to prevent the spread thereof to other parts of the Philippines

41.BPI Plant Quarantine Circular No. 01 Series of 1996 – Guidelines on the Importation of White Potato

42.BPI Plant Quarantine Circular No. 02 Series of 1996 – Guidelines on the Importation of Garlic

43.BPI Plant Quarantine Circular No. 03 Series of 1996 – Guidelines on the Importation of Onion

44.BPI Plant Quarantine Circular No. 04 Series of 1996 – Guidelines on the Importation of Coffee Beans

45.DA Administrative Order No. 10 Series of 1996 – Rules and Regulations on Agricultural Products Importation

46.DA Administrative Order No. Series of 1997 – Amending Administrative Order No. 10 Series of 1996

47.BAI Administration Order No. 29, Series of 1999 – Reimposition of Import Restrictions of Belgian Products Covered by A.O. No. 23 Series of 1999

48.DA Administrative Order No. 28, Series of 1999 – Lifting of Import Restrictions on Products Covered by A.O. No. 23 to 26 Series of 1999

49.DA Administrative Order No. 27, Series of 1999 – Re-Export of Products of Belgian Origin Covered by Department A.O. No. 23, 24 Series of 1999\

50.DA Administrative Order No. 24, Series of 1999 – Complimentary Certification Requirements for the Release of In-Transit Shipments of or Issuance of Advisories Clearing Products Covered by A.O. No. 23 Series of 1999

51.DA Administrative Order No. 23, Series of 1999 – Banning of Imports of Feeds, Meat and Meat Products, Milk ad Milk Products, Eggs and Processed Food Containing the Same from Belgium, France, the Netherlands and Germany, and Certification Requirements for Similar Imports from Other EU Countries

52.DA Memorandum OrderNo. 18, Series of 1999 – SGS Inspection of Buffalo Meat Export from India to the Philippines

53.DA Memorandum Order No. 14, Series of 1999 – Importation of Horse Meat

54.DA Administrative Order No. 14, Series of 1998 – Revised Guidelines for the Feeder Cattle Importation by Private Sector

55.DA Administrative OrderNo. 13, Series of 1998 – Accreditation of Hind Agro Industries Limited to Export Meat and Meat Products from India

56.DA Administrative Order No. 4, Series of 1998 – Revised Guidelines in the Importation of Agricultural Products

57.BAI Administrative Order No. 1, Series of 1998 -: Rules Governing the Importation of Feeder Cattle from Indonesia

58.DA Administrative Order No. 1, Series of 1997 – Amending Administrative Order No. 1 Series of 1992 entitled' Prohibition Against Importation, Buying or Introduction into the Philippines of Domestic or Wild Porcine Animals and their Semen, Chilled or Frozen Pig Meat Products, Offals, Processed Pork Meat, Biological Products Prepared from Organs and Tissues of Pigs and all Other Products of Porcine Origin from Angola, Iberian Peninsula (Spain and Portugal), Mediterranean Basin (Sardinia & Malta), Cuba, Italy & Continental Africa

59.DA Administrative Order No. 10, Series of 1996 – Rules and Regulations on Agricultural Products Importation

60.DA Administrative Order No. 9-A, Series of 1996 – Revised Rules and Regulations on Meat and Meat Products Importation

61.DA Administrative Order No. 5, Series of 1996 – Rules Governing the Importation of Meat and Meat Products from France

62.DA Administrative Order No. 21, Series of 1995 – Rules Governing the Importation of Fresh Frozen Beef and Beef Products from Argentina

63.DA Administrative Order No. 15, Series of 1995 – Implementing Guidelines on the Importation of Canned Luncheon Meat and Other Pork Products from the Shanghai Maling Food Co. Ltd., Shanghai, People's Republic of China

64.DA Administrative Order No. 14, Series of 1995 – Rules and Regulations on Beef and Beef Products Importation

65.DA Administrative Order No. 17, Series of 1994 – Importation of Cooked Meat and Meat Products from Campofrio in Spain

66.DA Administrative Order No. 15, Series of 1994 – Requiring the Philippine Racing Commission (PHILRACOM) and the National Stud Farm (NSF) to Require o Coggins Test for all Horses Racing and as Pre-Requisite for Registration in the National Stud Book and/or Renewal of Permits/Licenses

67.DA Administrative Order No. 1, Series of 1994 – Rules Governing the Importation of Meat Products from Australia

68.DA Administrative Order No. 19, Series of 1993 – Rules Governing the Importation of Meat and Meat Products from India

69.DA Administrative Order No. 11, Series of 1993 – Rules Governing the Importation of Meat and Meat Products from Brazil

70.DA Administrative Order No. 133, Series of 1990 – Revised Rules Regulating the Importation of Gamefowls Into the Philippines

71.BA1 Memorandum Circular No. 2, Series of 1981 – Guidelines on the Importation of Buffalo Semen from Thailand, India and Pakistan

72.BAT Administrative Order No 6-1, Series of 1980 – (Amending Administrative Order No. 6) Prohibition Against Importation, Bringing or Introduction into the Philippines of Domestic or Wild Porcine Animals and their Semen, Chilled or Frozen Pig Meat Products, Offals, Prepared Pork Meat, Biological Products Prepared from Organs and Tissues of Pigs and all Other Products of Porcine Origin from Brazil, Angola, Iberian Peninsula (Spain and Portugal), Mediterranean Basin (Sardinia & Malta), Cuba, Italy & Continental Africa

73.BAI Memorandum Circular No. 4, Series of 1979 – Guidelines on the Quarantine of Wild Birds Intended for Export

74.BAI Administrative Order No. 2 – Rules and Regulations Limiting the Importation of Horses into the Philippines

75.BAI Administrative Order No. 36, Series of 1976 – Regulating the Importation of Game fowls into the Philippines

76.BAI Administrative Order No. 33, Series of 1975 – Prohibition Against Importation, Bring or Introduction into the Philippines of Animals, Animal Effects, Animal Products and Meat from Argentina, Paraguay, India, Pakistan, Bangladesh, Thailand, Indonesia and Hongkong

77.DA Administrative Order No. 18, Series of 1999 - SGS Inspection of Buffalo Meat Export from India to the Philippines

78.Presidential Decree No. 1297 (Jan 1978) – Centralizing the Importation of Ruminants for Breeding, Slaughter and Beef

79.Presidential Decree No. 1593 (June 1978) – Amending Certain Sections of P.D. No. 1297 Centralizing the Importation of Ruminants for Breeding, Slaughter and Beef

80.Republic Act. No. 3767 (Nov. 1930) – Regulating the Importation, Bringing or Introduction into the Philippine Islands, of Living Animals, such as Insects, Birds, Crustaceans, Bats, Mollusks, Reptiles, Mammals, and Other Animals Not Falling Within the Scope of the Term "Domestic Animals" as Provided and Defined in Section 4, R.A. 3639 in Order to Protect the Agricultural Industries of this Country and for Other Purposes

81.FAO No. 135 – Rules and Regulations governing importation of fish and fishery products.

82.FAO No. 147 – Rules and Regulations governing the issuance of permits/commodity clearances for the exportation offish and fishery/ aquatic products.

83.FAO No. 117,S, 1975 – Rules and Regulations governing the operation of processing plants for fish and fishery/ aquatic products and prescribing/ requiring standards, quality control and inspection of processed fish and fishery/ aquatic products.

84.FAO No. 192 - Strengthening of the Fisheries Quarantine Service (FQS) in the BFAR and in the Regional Fields Units and prescribing rules and regulations and procedures thereof.

85.DENR Administrative Order No. 97 – 08: Guidelines Governing the Entry and Disposition of Imported Logs, Lumber, Veneer, Plywood, Poles and Piles, and Pulpwood including Wood Chips.

86.DENR Administrative Order No. 97 – 35: Amending and Clarifying Certain Section of DAO No. 97-08 Entitled "Guidelines Governing the Entry and Disposition of Imported Logs, Lumber, Veneer, Plywood, Poles and Piles, and Pulpwood including Wood Chips"

87.FAO 187,s,1993 – Revised Schedules of fees and charges for services rendered by the Bureau of Fisheries and Aquatic Resources.

88.88 RA 7394 (Consumers Act of the Philippines of 1992) – Rules and regulations pertaining to the production and sale of all consumer products to protect the interest of the consumer, promote his general welfare and establish standards of conduct for the food industry.

89.89 FAO 117-1,s, 1994 – Amending section 3, 4, and 5 of FAO 117 Sec.8, 9 and 10 of Sec 3 to include provisions for personnel hygiene, water supply safety, equipment and production requirement, plant premises hygiene and sanitation.

90.DA-AO No.10,s,1996 – Enforcement of rules and regulations on agricultural products importation and issuance of permit/authority/clearance issued by DA, its Bureaus, and attached agencies prior to importation of agricultural products.

91.DA-Administrative Order No.11,s,1997 – Requiring all imported agricultural products to be subjected to quarantine documentation/and/or inspection and clearance prior to release by the Bureau of Customs.

92.RA – 8550 – An Act providing for the development, management and conservation of the fisheries and aquatic resources, integrating all level thereto and for other purposes.

93.FAO 195,S,1999 – Rules and regulations governing importation of fresh, chilled/frozen fish and fishery/ aquatic products.

SINGAPORE

1. Animals and Birds Act (Chapter 7)

   a. The Animals and Birds (Quarantine) Rules 1088 (S283/88)

   b. The Animals and Birds (Quarantine) (Amendment No.2) Rules 1996 (S422/96)

   c. The Animals and Birds (Quarantine) (Amendment) Rules 2000 (S87/2000)

   d. The Animals and Birds (Disease) Notification 1999 (S452/99)

   e. Manual of Veterinary Regulations for the Importation of Animals & Birds, and Veterinary Biologics:

      - Dogs and Cats
      - Cattle
      - Sheep and Goats
      - Pigs
      - Horses
      - Domestic Birds and Eggs
      - Circus and Performance Animals
      - Zoological Animals and Birds
      - Birds (other than Domestic birds)
      - Small Mammals and Laboratory Animals
      - Semen
      - Clinical/ Pathological Specimens
      - Veterinary Biologics

2. Control of Plants Act (Chapter 57A)

   a. Control of Plants (Amendment) Act 1998 No. 32 of 1998

   b. The Control of Plants (Plant Importation) Rules 1994 (S 29/94)

   c. The Control of Plants (Plant Importation) (Amendment) Rules 1997 (SI 48/97)

   d. The Control of Plants (Plant Importation) (Amendment) Rules 1998 (S137/98)

   e. The Control of Plants (Plant Importation) (Amendment) Rules 2000 (S91/2000)

   f. The Control of Plants (Import and Transshipment of Fresh Fruits and Vegetables) Rules

   g. Administrative Guidelines for the Importation of Plants

3. Feeding Stuffs Act (Chapter 105)

   a. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) Rules 1968 (SI89/68)

   b. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) (Amendment) Rules 1984 (S280/84)

   c. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) (Amendment) Rules 1992 (S89/92)

   d. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) (Amendment) Rules 1997 (SI 51/97)

   e. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) (Amendment) Rules 1998 (SI 41/98)

   f. The Feeding Stuffs (Licensing, Analysis and Fees) (Amendment) Rules 2000 (S96/2000)

4. Wholesome Meat and Fish Act

   a. Wholesome Meat and Fish Act (Import, Export and Transshipment) Rules 1999

   b. Wholesome Meat and Fish Act (Transportation of Meat) Rules 1999

5. Fisheries Act (Chapter 111)

   a. Fisheries (Import, Export and Marketing) Rules 1969

   b. Fisheries (Piranha) Rules 1971

6. Sale of Food Act (Chapter 283)

   a. The Food (Amendment) Regulations 1992, 1993, 1998 and 1999

THAILAND

1. Regulation of Department of Livestock Development on Domestic movement of live Animals or Carcass in the Kingdom BE 2537 (1994)

2. Animal Epidemics Act BE 2499 (1956)

3. Poultry Meat and Poultry Products Inspection Regulations B.E 2535 (1992)

4. Meat Inspection Regulations B.E 2535 (1992)

5. Processed Meat Products Regulations B.E 2535 (1992)

6. Regulation on Animal Welfare for Poultry Transportation B.E 2542 (1999)

7. Regulation on Animal Welfare for Poultry Slaughtering B.E 2542 (1999)

8. Regulation on Animal Welfare for Poultry at Farm B.E 2542 (1999)

9. Food Act B.E 2522 (1979)

10. Plant Quarantine Act and Regulations BE 2507 (1964)

- Plant Quarantine Act B.E 2507
- Ministerial Regulations B.E 2507
- Notifications of the Ministry of Agriculture
- Notifications of the Department of Agriculture

VIETNAM

1. Ordinance on Plant Protection and Quarantine, 1993

2. Ordinance on Veterinary Services, 1993

3. Ordinance on Products Quality, 1999

4. Decree 92/CP on Plant Quarantine Regulations of 27 November 1993.

5. Decree 93/CP of 27 November 1993 providing Guidelines on Quarantine, Slaughter Control and Veterinary Hygiene Inspection of Animals and Animal Products

6. Decree 15/CP in 1996 by the Government on Animal Feed Management.

7. Decree 46/CP of 6 August 1996 by the Government on Administration Sanctions in the Area of State Management over Health (Chapter I, Articles 1 and 7.e).

8. Decree 57/CP of 31 May 1997 by the Government on Administration Sanctions in the areas of Measurement and Quality of Products (Chapter II, Article 16).

9. Decree 41/1998/ND-CP of 11 June 1998 by the Government to Promulgate Regulations on health Quarantine Across the Border (Article 4, Chapter 1).

10. Circular 02 TT/TS of 25 June 1994 of the Ministry of Fisheries to Guide the Implementation of Decree 93/CP.

11. Circular 10/1998/TT-BYT of 10 August 1998 by Minister of Health to Guide the Implementation of Decree 41/1998/ND-CP (Part IB.6).

12. Circular 39/1999/TT-BTM by the Ministry of Trade to Guide Implementation of the Decision No. 178/ 1999/ QD-TTg.

13. Decision 91/1998/QD-BNN-BVTV of the Minister of Agriculture and Rural Development on the Issuance of Regulations and Procedures for Plan Quarantine Inspection and Documentation System.

14. Decision of the Prime Minister No. 178/1999/QD-TTg of 30 Augustus 1999 to Promulgate the Regulations on Product Labels Circulated in the Country and for Import-Export.

15. Decision 75/1998 QD-BNN-BVTV of the Minister of Agriculture and Rural Development on the Publication of Plant Quarantine Pest Lists.

16. Decision 389 NN/TY by the Minister of Agriculture and Rural Development to Promulgate Regulations on Procedures of Quarantine, Slaughter Control and Veterinary Hygiene Inspection of Animals and Animal Products.

17. Decision 678/QD/BNN-BVTV of the Director General of Plant Protection Department on Issuance of Plant Quarantine Technical Standards.

18. Regulations 1091/1999/QD/KHCN-MT on Checkup and Certification of the State on Import-Export Products by the End of Ministry of Science, Technology and Environment.

19. Regulations 650 QD/TS of 4 August 2000 on Check-up and Certification of the State on Aquatic Products by the Ministry of Fisheries.

20. Regulations on State Check-up over Quality of Imported Foodstuff Promulgated under the decision 1370/ BYT-QD of 17 July 1997 by the Minister of Health (Chapter I, Articles 6, 13)

PROTOCOL 9
DANGEROUS GOODS

The Governments of Brunei Darussalam, the Kingdom of Cambodia, the Republic of Indonesia, the Lao People's Democratic Republic, Malaysia, the Union of Myanmar, the Republic of the Philippines, the Republic of Singapore, the Kingdom of Thailand and the Socialist Republic of Viet Nam, Member States of the Association of Southeast Asian Nations (hereinafter referred to as "Contracting Parties");

RECALLING the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on

16 December 1998 in Hanoi, Viet Nam (hereinafter referred to as "the Agreement");

RECOGNISING that Articles 20 and 25 thereof provide for the conclusion of implementing Protocols which shall form integral parts of the Agreement;

NOW, WHEREFORE, the Contracting Parties have agreed as follows:

ARTICLE 1
DEFINITION

For the purposes of this Protocol,

(a)"Dangerous Goods", "Means of Transport" and "Transit Transport" shall have the meanings assigned to them in the Agreement.

(b)"UN Model Regulations" means the United Nations Recommendations on the Transport of Dangerous Goods / Model Regulations.

(c)"ADR" means the European Agreement Concerning the International Carriage of Dangerous Goods by Road.

(d)"Restructured ADR" means the restructured version of the European Agreement Concerning the International Carriage of Dangerous Goods by Road, applicable from 1 July 2001.

(e)"Transit Transport Operators" shall have the meaning assigned to it in Protocol 3-Types and Quantity of Road Vehicles pursuant to the Agreement.

ARTICLE 2
SCOPE OF APPLICATION

Pursuant to Article 20 of the Agreement, the Contracting Parties hereby agree to apply the provisions of this Protocol to the movement of dangerous goods in transit transport on designated road (or inter-state highway) transit transport routes as specified in Protocol 1 of the Agreement.

ARTICLE 3
CLASSIFICATION

Dangerous goods shall be divided into the following classes/divisions:

Class 1:	Explosives	
Class 2:	Division 2.1:	Flammable gases
	Division 2.2:	Non-flammable, non-toxic gases
	Division 2.3:	Toxic gases
Class 3:	Flammable liquids and liquid desensitized explosives	
Class 4:	Division 4.1:	Flammable solids, self-reactive substances and solid desensitized explosives
	Division 4.2:	Substances liable to spontaneous combustion
	Division 4.3:	Substances which in contact with water emit flammable gases
Class 5:	Division 5.1:	Oxidizing substances
	Division 5.2:	Organic peroxides
Class 6:	Division 6.1:	Toxic substances
	Division 6.2:	Infectious substances

Class 7: Radioactive material

Class 8: Corrosive substances

Class 9: Miscellaneous substances and articles

Assignment of dangerous goods to the above classes/ divisions shall be made in accordance with Part 2 of the UN Model Regulations or of the Restructured ADR.

ARTICLE 4
ADOPTION OF THE UN MODEL REGULATIONS, ADR AND THE RESTRUCTURED ADR

For the purposes of the implementation of this Protocol, the Contracting Parties hereby agree to adopt the provisions of the UN Model Regulations, ADR and the Restructured ADR, in particular relating to the following:

(i) detailed classes and divisions of dangerous goods ;
(ii) packaging and labeling of dangerous goods;

(iii) vehicle marking and method of packaging;

(iv) transport document and declaration;

(v) training; and

(vi) precautions against Fire and/or Explosions.

ARTICLE 5
PERMIT

1. Transit transport of any goods which falls within any category or classification as stated in Article 3 and the provisions of Article 4 herein shall not be carried out by any transit transport operators unless a permit for such purpose has been issued by the relevant authorities of the Contracting Parties across whose territory the transit transport passes.

2. Application for the said permit shall be made to the National Transit Transport Coordinating Committee of the relevant Contracting Party.

3. When an application is made to the National Transit Transport Coordinating Committee of the relevant Contracting Party, that National Transit Transport Coordinating Committee shall liaise with the National Transit Transport Coordinating Committee of the Contracting Party across whose territory the transit transport passes.

4. Any permit if not drawn up in English shall be accompanied by a certified translation in English issued by the relevant competent authority.

5. For the avoidance of doubt, the National Transit Transport Coordinating Committees shall not be deemed to be the approving authority of the said permit but merely to facilitate and provide liaison between the applicant and the relevant approving authority.

ARTICLE 6
INSTITUTIONAL ARRANGEMENTS

1. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall be the responsible body for the monitoring, review, coordination and supervision of all aspects relating to the effective implementation of this Protocol.

2. The ASEAN Senior Transport Officials Meeting shall submit, through the ASEAN Secretariat, regular reports of the progress of implementation of this Protocol to the Transit Transport Coordinating Board, for further action.

3. The ASEAN Secretariat shall provide the necessary technical support and assistance to the ASEAN Senior Transport Officials Meeting in its functions and responsibilities under this Protocol.

ARTICLE 7
FINAL PROVISIONS

1. This Protocol shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly furnish a certified copy thereof to each Contracting Party.

2. This Protocol shall supplement and form an integral part of the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit signed on 16 December 1998 in Hanoi, Viet Nam and, as between the Contracting Parties to this Protocol, the Agreement and this Protocol shall be ready and interpreted together as one single instrument.

3. This Protocol is subject to ratification or acceptance by the Contracting Parties. The Instrument of Ratification or Acceptance shall be deposited with the Secretary-General of ASEAN who shall promptly inform each Contracting Party of such deposit.

4. This Protocol shall enter into force upon the deposit of Instruments of Ratification or Acceptance by all Contracting Parties with the Secretary-General of ASEAN.

5. Any amendment to the Provisions of this Protocol shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

6. References in this Protocol to the UN Model Regulations, ADR and the Restructured ADR shall be to the versions of these instruments in existence as of the date of signature of this Protocol. The applicability of future revisions or amendments to the UN Model Regulations, ADR and the Restructured ADR shall be effected by consent of all the Contracting Parties.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized to sign by their respective Governments, have signed Protocol 9 - Dangerous Goods to implement the ASEAN Framework Agreement on the Facilitation of Goods in Transit.

DONE at Jakarta, Indonesia on the 20th day of September 2002, in a single copy in the English language.

For the Government of Brunei Darussalam
PEHIN DATO ZAKARIA SULAIMAN
Minister of Communications

For the Government of Kingdom of Cambodia
KHY TAINGLIM
Minister of Public Works and Transport

For the Government of the Republic of Indonesia
AGUM GUMELAR
Minister of Communications

For the Government of the Lao People's Democratic Republic
BOUATHONG VONGLOKHAM
Minister of Communication, Transport, Post and Construction

For the Government of Malaysia
DATO' SERI DR. LING LIONG SIK
Minister of Transport

For the Government of the Union of Myanmar
MAJOR GENERAL HLA MYINT SWE
Minister of Transport

For the Government of the Republic of the Philippines
ARTURO T. VALDEZ
Undersecretary of Transportation

For the Government of the Republic of Singapore
YEO CHEOW TONG
Minister for Transport

For the Government of Kingdom of Thailand
NIKORN CHAMNONG
Deputy Minister of Transport and Communications

For the Government of the Socialist Republic of Viet Nam
DR. TRAN DOAN THO
Vice Minister of Transport

ANEXO II
Traduções para língua portuguesa

Acordo-quadro da ASEAN sobre a facilitação do trânsito de Mercadorias

PREÂMBULO

Os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (a seguir designados por "Partes Contratantes");

Inspirados para manter, continuar a desenvolver e reforçar as relações de amizade e a cooperação entre os seus países;

Reiterando o seu empenho em promover uma circulação suave, rápida e eficaz das mercadorias entre as Partes Contratantes;

Recordando as decisões da Primeira Cimeira Informal da ASEAN, realizada a 30 de novembro de 1996, em Jacarta, e da Segunda Cimeira Informal da ASEAN, realizada a 15 de dezembro de 1997, em Kuala Lumpur, de cooperar no domínio da facilitação do trânsito de mercadorias e de estudar rapidamente as medidas necessárias para facilitar o transporte de mercadorias em trânsito e entre Estados, abrangendo as ligações terrestres, marítimas e aéreas, respetivamente;

Tomando nota do artigo V do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT 1994) relativo à "liberdade de trânsito" e de outras convenções internacionais pertinentes sobre mercadorias em trânsito;

Acordando em que o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a facilitação do transporte de mercadorias em trânsito (a seguir designado "o presente Acordo") constitui a disposição mais eficaz para facilitar o tráfego interestadual e o transporte em trânsito entre os países da ASEAN;

Compromisso de incentivar e facilitar o tráfego interestadual e o transporte em trânsito entre as Partes Contratantes;

Acordaram no seguinte:

Artigo 1º
Objetivos

Os objetivos do presente acordo são:

a. para facilitar o transporte de mercadorias em trânsito, apoiar implementação da zona de comércio livre da ASEAN e promover a integração das economias da região;

b. simplificar e harmonizar a regulamentação em matéria de transportes, comércio e alfândegas e requisitos para efeitos de facilitação das mercadorias em trânsito; e

c. estabelecer um sistema de rotas de tráfego eficaz, eficiente, integrado e harmonizado na ASEAN.

Artigo 2.º
Princípios

As Partes Contratantes orientar-se-ão pelos seguintes princípios no âmbito do presente Acordo:

a. Tratamento da nação mais favorecida: As Partes Contratantes concederão ao transporte em trânsito com destino ao território de qualquer outra Parte Contratante ou dele proveniente um tratamento não menos favorável do que o tratamento concedido ao transporte em trânsito com destino a qualquer outro país ou dele proveniente;

b. Tratamento nacional: As Partes Contratantes concederão aos produtos que tenham estado em trânsito no território de qualquer outra Parte Contratante um tratamento não menos favorável do que aquele que lhes seria concedido se tivessem sido transportados do local de origem para o local de destino sem passar pelo território dessa outra Parte Contratante;

c. Coerência: As Partes Contratantes assegurarão a aplicação coerente das disposições legislativas e regulamentares, dos procedimentos, das diretrizes administrativas e de outras regulamentações pertinentes em cada Parte Contratante;

d. Simplicidade: As Partes Contratantes esforçar-se-ão por assegurar a simplificação de todos os procedimentos e requisitos relativos ao transporte em trânsito na ASEAN;

e. Transparência: As Partes Contratantes colocarão à disposição do público, de forma rápida, transparente e facilmente acessível, todas as leis, regulamentos, procedimentos e notificações administrativas relativos às autoridades competentes;

f. Eficiência: As Partes Contratantes assegurarão uma gestão eficiente e eficaz do transporte em trânsito, a fim de facilitar a circulação das mercadorias em trânsito;

g. Recursos: As Partes Contratantes assegurarão a disponibilidade e o acesso dos utilizadores e prestadores de serviços de transporte da ASEAN a um mecanismo eficaz de recurso das decisões das autoridades competentes das Partes Contratantes; e

h. Assistência mútua: As Partes Contratantes envidarão todos os esforços para assegurar a máxima cooperação e assistência mútua entre os organismos envolvidos na facilitação de mercadorias em trânsito na ASEAN.

PARTE I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 3.º Definições

Para efeitos do presente Acordo:

a. Por "transporte em trânsito" entende-se o trânsito de mercadorias e de meios de transporte através do território de uma ou várias Partes Contratantes, quando a passagem através desse território ou territórios, com ou sem transbordo, armazenagem, fracionamento da carga ou mudança do modo de transporte, constitui apenas uma parte de uma viagem completa que se inicia e termina para além da fronteira de uma ou várias Partes Contratantes através de cujo território o tráfego passa;

b. "Transporte interno": o transporte de mercadorias carregadas no território de uma Parte Contratante para serem descarregadas num local situado no território da mesma Parte Contratante;

c. "Meios de transporte": veículos rodoviários, material circulante ferroviário, embarcações marítimas e fluviais e aeronaves;

d. Por "mercadorias perigosas" entende-se as substâncias e artigos que podem afetar o interesse do ambiente, da saúde, da segurança e da segurança nacional;

e. Por "produtos perecíveis" entende-se peixe fresco, refrigerado ou congelado, crustáceos, moluscos, frutas, produtos hortícolas, carne refrigerada ou congelada ou aves de capoeira, lacticínios e produtos lácteos, ovos e produtos à base de ovos, suínos e produtos de suínos; e

f. O termo "Secretário-Geral" designa o Secretário-Geral da Associação das Nações do Sudeste Asiático.

Artigo 4.º Âmbito de aplicação

1. As disposições do presente acordo aplicam-se ao transporte em trânsito.

2. O transporte interestadual deve ser objeto de acordo entre todas as Partes Contratantes. Para o efeito, as Partes Contratantes encetarão negociações e concluirão rapidamente um Acordo-Quadro da ASEAN sobre a facilitação dos transportes entre Estados.

Artigo 5.º
Concessão de direitos

1. Sob reserva das disposições do presente Acordo, cada Parte Contratante concederá às outras Partes Contratantes:

   a. o direito de transporte em trânsito; e

   b. o direito de carregar e descarregar mercadorias de países terceiros destinadas ou provenientes das Partes Contratantes.

2. As Partes Contratantes, através de cujo território se realize o transporte em trânsito, esforçar-se-ão por proporcionar instalações para o transporte em trânsito em conformidade com as disposições do presente Acordo.

3. O transporte em trânsito não está sujeito a atrasos ou restrições desnecessárias e está isento de direitos aduaneiros, impostos e outros encargos, com exceção dos encargos relativos a serviços específicos prestados no âmbito desse transporte.

4. As mercadorias transportadas em veículos rodoviários selados, em conjuntos de veículos ou em contentores não serão sujeitas a inspeção nas estâncias aduaneiras de passagem. Todavia, a fim de evitar abusos, tais como o contrabando e a fraude, as autoridades aduaneiras de uma das Partes Contratantes podem, em casos excecionais, e em especial quando houver suspeitas de irregularidades, proceder à verificação das mercadorias nas referidas estâncias ou noutras zonas designadas pelas autoridades aduaneiras.

PARTE II
DESIGNAÇÃO DAS ROTAS DE TRANSPORTE EM TRÂNSITO

Artigo 6.º
Designação das vias e instalações de transporte em trânsito

1. As Partes Contratantes adotarão uma lista de itinerários de rotas de transporte em trânsito designados a serem especificados no Protocolo n.º 1 do presente Acordo.

2. Por razões de segurança, as Partes Contratantes esforçar-se-ão por criar, nos seus territórios, zonas de repouso para os veículos nos itinerários previstos, a intervalos adequados.

Artigo 7.º
Instalações fronteiriças

1. As Partes Contratantes acordam em designar postos fronteiriços em pontos de fronteira a especificar no Protocolo n.º 2, a fim de facilitar o transporte em trânsito.

2. As Partes Contratantes devem prever instalações adequadas e instalações conexas nos postos fronteiriços das rotas de transporte em trânsito.

3. As Partes Contratantes esforçar-se-ão por:

   a. Prever, sempre que possível e no âmbito da sua jurisdição nacional, postos fronteiriços fisicamente contíguos aos postos de outras Partes Contratantes interessados em zonas de controlo com requisitos de verificação, a fim de facilitar o desalfandegamento e o exame dos meios de transporte e das mercadorias em trânsito, de modo a evitar descargas e recargas repetidas dessas mercadorias. Nada obsta a que duas ou mais Partes Contratantes procedam, no mesmo local, a um controlo conjunto efetuado por agentes dessas Partes Contratantes;

b. Assegurar a disponibilização de recursos humanos adequados para o rápido cumprimento e desobstrução das formalidades nas fronteiras, tais como a imigração, as alfândegas, os controlos sanitários e os controlos cambiais;

c. Permitir que as mercadorias em trânsito sejam temporariamente armazenadas em locais aprovados;

d. Coordenar os horários de trabalho dos postos adjacentes; e

e. Prever, sempre que possível, um espaço de estacionamento adequado para os contentores e para os veículos que aguardam o desalfandegamento das mercadorias.

4. As Partes Contratantes acordam em guiar-se, sempre que possível, pelas disposições da Convenção Internacional sobre a Harmonização do Controlo das Mercadorias nas Fronteiras, assinada em Genebra em 21 de outubro de 1982, nos seus esforços para harmonizar as facilidades nas fronteiras para as mercadorias em trânsito.

PARTE III
CONDIÇÕES GERAIS PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Artigo 8.º
Regulamentação do tráfego

As Partes Contratantes esforçar-se-ão por tomar as medidas adequadas para que a harmonização das regras de circulação rodoviária em vigor nos seus territórios esteja em conformidade, no essencial, com as disposições da Convenção relativa à circulação rodoviária, assinada em Viena em 8 de novembro de 1968, e da Convenção relativa à sinalização rodoviária, assinada em Viena em 8 de novembro de 1968.

Artigo 9.º
Serviços de transporte em trânsito

1. Cada Parte Contratante autorizará a utilização de meios de transporte registados noutras Partes Contratantes para a prestação de serviços de transporte em trânsito no seu território, em conformidade com o artigo 5º do presente Acordo.

2. O tipo e a quantidade de veículos rodoviários a utilizar para o transporte em trânsito devem ser acordados entre todas as Partes Contratantes, a especificar no Protocolo n.º 3, antes do início dos serviços de transporte. Posteriormente, o tipo e a quantidade de veículos rodoviários serão objeto de discussões periódicas entre as Partes Contratantes.

Artigo 10.º
Autorizações de transporte rodoviário

As Partes Contratantes comprometem-se a harmonizar as exigências relativas às autorizações de transporte rodoviário, a fim de facilitar o transporte em trânsito.

Artigo 11.º
Requisitos técnicos dos veículos

Os meios de transporte utilizados no transporte rodoviário em trânsito devem estar em conformidade com os requisitos técnicos relativos às dimensões dos veículos, pesos e cargas máximos, normas de emissão e questões conexas a especificar no Protocolo n.º 4.

Artigo 12.º
Reconhecimento mútuo dos certificados de inspeção

1. As Partes Contratantes comprometem-se a instituir um controlo periódico dos veículos rodoviários matriculados em cada território respetivo e utilizados para operações de transporte em trânsito.

2. As Partes Contratantes reconhecerão os certificados de inspeção periódica dos veículos rodoviários utilizados para o transporte em trânsito emitidos pelas outras Partes Contratantes, em conformidade com o Acordo sobre o Reconhecimento dos Certificados de Inspeção de Veículos Comerciais para Veículos de Mercadorias e Veículos de Serviço Público Emitidos pelos Países Membros da ASEAN, assinado em Singapura em 10 de setembro de 1998.

Artigo 13.º
Reconhecimento mútuo das cartas de condução

As Partes Contratantes reconhecerão as cartas de condução nacionais emitidas por todas as outras Partes Contratantes, em conformidade com o Acordo sobre o Reconhecimento das Cartas de Condução Nacionais Emitidas pelos Países da ASEAN, assinado em Kuala Lumpur a 9 de julho de 1985.

Artigo 14.º
Regime de seguro contra terceiros para veículos automóveis

1. O veículo rodoviário que entra no território da outra Parte Contratante deve cumprir rigorosamente as disposições legislativas e regulamentares relativas ao seguro de responsabilidade civil que cobre o seguro do seu meio de transporte para cobrir a responsabilidade civil incorrida durante o transporte em trânsito.

2. As Partes Contratantes comprometem-se a harmonizar ou a estabelecer um regime comum da ASEAN de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel, a especificar no Protocolo n.º 5.

3. O regime ASEAN de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel deve oferecer, no mínimo, todas as garantias exigidas pelas disposições legislativas e regulamentares que regem o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel nas Partes Contratantes.

Artigo 15.º
Encargos e outras obrigações financeiras

As Partes Contratantes esforçam-se por simplificar, consolidar e harmonizar as taxas e outras obrigações financeiras que incidem sobre os meios de transporte.

PARTE IV
CONDIÇÕES GERAIS PARA O TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Artigo 16º
Serviços de ligação e de trânsito

1. Os serviços de ligação e de trânsito nas linhas ferroviárias que ligam territórios das Partes Contratantes serão efetuados em estações de transferência designadas.

2. As estações fronteiriças, as estações de transferência e o tipo e quantidade de material circulante designado no Protocolo n.º 6. O Protocolo especificará igualmente as disposições operacionais de base relativas a questões como a inspeção técnica do material circulante.

3. As Partes Contratantes encorajarão os seus caminhos-de-ferro a concluírem acordos inter-ferroviários, incluindo disposições relativas à aceitação da inspeção técnica do material circulante, que sejam coerentes com as disposições do presente Acordo e dos seus Protocolos.

PARTE V
CONTROLO ADUANEIRO, MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS

Artigo 17.º
Harmonização e simplificação dos procedimentos aduaneiros

1. As Partes Contratantes simplificarão e, sempre que possível, harmonizarão os procedimentos de controlo aduaneiro do transporte em trânsito, a fim de assegurar a conformidade com as disposições legislativas e regulamentares que as alfândegas são responsáveis pela aplicação.

2. As Partes Contratantes facilitarão, sempre que possível, a inspeção aduaneira conjunta dos transportes em trânsito nos pontos de fronteira designados.

3. As Partes Contratantes acordam em, sempre que possível, pelas normas e práticas recomendadas no Anexo E1 relativo ao Trânsito Aduaneiro da Convenção Internacional para a Simplificação e Harmonização dos Regimes Aduaneiros, concluída em Quioto, em 18 de maio de 1973, tal como alterada, sob os auspícios da Organização Mundial das Alfândegas.

Artigo 18.º
Estabelecimento de um regime de trânsito aduaneiro

1. As Partes Contratantes estabelecerão um regime de trânsito aduaneiro destinado a facilitar a circulação de mercadorias nos seus territórios.

2. As Partes Contratantes acordam em aplicar o regime de trânsito aduaneiro a especificar no Protocolo n.º 7.

Artigo 19.º
Estabelecimento de medidas sanitárias e fitossanitárias

As Partes Contratantes estabelecerão medidas sanitárias e fitossanitárias, a especificar no Protocolo n.º 8, para facilitar a circulação de mercadorias nos seus territórios e assegurar o cumprimento das disposições legislativas e regulamentares que as autoridades competentes são responsáveis pela aplicação.

PARTE VI
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 20.º
Disposições especiais relativas ao transporte de mercadorias perigosas

O transporte em trânsito de mercadorias perigosas a especificar no Protocolo n.º 9 não será permitido ao abrigo do presente Acordo, exceto se existir uma autorização especial da Parte Contratante em cujo território o transporte é efetuado.

Artigo 21.º
Disposições especiais relativas ao transporte de mercadorias proibidas e/ou sujeitas a restrições

O transporte em trânsito de mercadorias proibidas e/ou sujeitas a restrições no território de trânsito de uma Parte Contratante, a especificar no Protocolo n.º 7, não é autorizado ao abrigo do presente Acordo.

Artigo 22.º
Disposições especiais relativas ao transporte de mercadorias perecíveis

Sob reserva das disposições do presente Acordo, as Partes Contratantes esforçar-se-ão por facilitar o transporte de mercadorias perecíveis.

Artigo 23.º
Disponibilização de maiores instalações

O presente Acordo não implica, de modo algum, a retirada de facilidades de trânsito superiores às nele previstas, desde que os termos e condições sejam coerentes com os princípios nele consagrados. O presente Acordo também não exclui a concessão de facilidades superiores, que poderão ser acordadas entre as Partes Contratantes no futuro.

Artigo 24º
Legislação interna

1. Na medida em que o presente Acordo e os seus Protocolos não o prevejam, a legislação e regulamentação internas relativas ao transporte de mercadorias aplicar-se-ão igualmente e sem discriminação ao transporte em trânsito.

2. As Partes Contratantes esforçam-se por harmonizar e simplificar as suas regras, regulamentações e procedimentos administrativos relativos ao transporte em trânsito, em conformidade com as disposições do presente Acordo.

Artigo 25.º
Grupos de trabalho

Após a assinatura do presente Acordo, serão criados ou designados grupos de trabalho conexos para concluir os protocolos que dele fazem parte integrante. Os quais são:

Protocolo 1 Designação das rotas e instalações de transporte em trânsito

Protocolo 2 Designação dos postos fronteiriços

Protocolo 3 Tipos e quantidade de veículos rodoviários

Protocolo 4 Requisitos técnicos dos veículos

Protocolo 5 Regime ASEAN de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel

Protocolo 6 Estações ferroviárias de fronteira e de transferência

Protocolo 7 Sistema de trânsito aduaneiro

Protocolo 8 Medidas sanitárias e fitossanitárias

Protocolo 9 Mercadorias perigosas

Artigo 26º
Cumprimento da legislação nacional

Salvo disposição em contrário em acordos entre as Partes Contratantes, incluindo o presente Acordo:

a. os meios de transporte de uma Parte Contratante, incluindo pessoas e mercadorias, devem, quando se encontrarem no território da outra Parte Contratante, cumprir as disposições legislativas e regulamentares nacionais em vigor nesse território; e

b. nenhuma das Partes imporá às pessoas ou às mercadorias da outra Parte Contratante, exigências mais restritivas do que as aplicadas pelas suas disposições legislativas e regulamentares nacionais aos seus próprios meios de transporte.

Artigo 27º
Transparência

1. As Partes Contratantes asseguram a transparência das respetivas disposições legislativas, regulamentares e administrativas que afetam a facilitação do transporte de mercadorias em trânsito ao abrigo do presente Acordo e dos seus Protocolos.

2. Para o efeito, todas as Partes Contratantes depositarão junto do Secretariado da ASEAN, o mais tardar seis meses após a entrada em vigor do presente Acordo, as suas leis, regulamentos e procedimentos administrativos acima referidos.

3. Se os documentos acima referidos não estiverem redigidos em língua inglesa, a sua tradução em língua inglesa será igualmente depositada no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor do presente Acordo.

Artigo 28.º
Assistência em caso de acidente de viação

Se os meios de transporte de uma Parte Contratante, incluindo as pessoas e as mercadorias, estiverem envolvidos em acidentes de viação no território de outra Parte Contratante, esta última prestará toda a assistência possível aos meios de transporte, incluindo às pessoas e às mercadorias, e notificará o mais rapidamente possível as autoridades competentes da Parte Contratante em causa.

PARTE VII
DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS

Artigo 29º
Disposições institucionais

1. Será criado em cada uma das Partes Contratantes, um Comité Nacional de Coordenação dos Transportes de Trânsito para uma coordenação e um controlo efetivos e eficazes e aplicação do presente acordo.

2. Será criado um Conselho de Coordenação dos Transportes de Trânsito, composto por altos funcionários nomeados por cada Parte Contratante e por um representante do Secretariado da ASEAN, para supervisionar a coordenação geral e a aplicação do presente Acordo. O Conselho de Coordenação está igualmente autorizado a convidar e a solicitar a assistência de outros organismos de coordenação da ASEAN relevantes para todas as questões relacionadas com aplicação do presente Acordo.

3. O Conselho de Coordenação dos Transportes de Trânsito apresentará relatórios periódicos sobre a aplicação do presente Acordo e procurará obter, se necessário, orientações adequadas sobre questões importantes junto dos órgãos ministeriais competentes da ASEAN.

4. O Secretariado da ASEAN assistirá o Conselho Coordenador dos Transportes de Trânsito no desempenho das funções e responsabilidades que lhe incumbem por força do presente Acordo e, em especial, no acompanhamento e comunicação dos progressos realizados na sua aplicação. O Secretariado da ASEAN apresentará relatórios de avaliação ao Conselho de Coordenação dos Transportes de Trânsito, para que este adopte medidas complementares.

PARTE VIII
CLÁUSULAS FINAIS

Artigo 30º
Resolução de litígios

As disposições do Protocolo da ASEAN relativo ao mecanismo de resolução de litígios, concluído em Manila, a 20 de novembro de 1996, são aplicáveis às consultas e à resolução de litígios no âmbito do presente Acordo.

Artigo 31º
Adesão de novos membros

Os novos membros da ASEAN aderem ao presente Acordo

nos termos e condições com ele compatíveis e que tenham sido acordados entre eles e os atuais membros da ASEAN. A adesão far-se-á mediante a assinatura e o depósito do instrumento de adesão ao presente Acordo junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente a cada Parte Contratante uma cópia autenticada do mesmo.

Artigo 32.º
Outros acordos em vigor

O presente Acordo ou quaisquer medidas tomadas no seu âmbito não afetam os direitos e obrigações das Partes Contratantes ao abrigo de quaisquer acordos existentes ou convenções internacionais em que sejam igualmente Partes Contratantes.

Artigo 33º
Disposições finais

1. O presente Acordo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes.

2. O instrumento de ratificação ou de aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará imediatamente cada Parte Contratante desse depósito.

3. O presente Acordo entrará em vigor após o depósito dos instrumentos de ratificação ou aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

4. Não podem ser formuladas quaisquer reservas ao presente Acordo, quer no momento da assinatura, quer no momento da ratificação.

5. Qualquer alteração das disposições do presente Acordo será por consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM TESTEMUNHO DE QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados a assinar pelos respetivos Governos, assinaram o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a facilitação do trânsito de mercadorias.

FEITO em Hanói, Vietname, aos 16 dias do mês de dezembro de 1998, num único exemplar em língua inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam,
[observa-se uma assinatura]
ABDUL RAGMAN TAIB
Ministro da Indústria e Recursos Primários

Pelo Governo da República da Indonésia,
[observa-se uma assinatura]
GINANJAR KARTASASMITA
Ministro Coordenador da Economia, Finanças e Indústria

Pelo Governo do República Popular Democrática do Laos,
[observa-se uma assinatura]
SOULIBONG DARAVONG
Ministro da Indústria e Artesanato

Pelo Governo do Malásia,
[observa-se uma assinatura]
RAFIDAH AZIZ
Ministro do Comércio Internacional e Indústria

Pelo Governo da União do Myanmar,
[observa-se uma assinatura]
BRIGADEIRO GENERAL DAVID O. ABEL
Ministro no Gabinete do Presidente do Conselho de Estado para a Paz e o Desenvolvimento

Pelo Governo da República das Filipinas,
[observa-se uma assinatura]
JOSE TRINIDAD PARDO
Secretário do Comércio e Indústria

Pelo Governo da República de Singapura,
[observa-se uma assinatura]
LEE YOCK SUAN
Ministro do Comércio e Indústria

Pelo Governo do Reino da Tailândia,
[observa-se uma assinatura]
SURIN PITSUWAN
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Pelo Governo da República Socialista do Vietname,
[observa-se uma assinatura]
TRUONG DINH TUYEN
Ministro do Comércio

Protocolo 1 Designação das rotas e instalações de transporte em trânsito

Protocolo 2 Designação dos postos fronteiriços

Protocolo 3 Tipos e quantidade de veículos rodoviários

Protocolo 4 Requisitos técnicos dos veículos

Protocolo 5 Regime da ASEAN de seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel

Protocolo 6 Estações ferroviárias de fronteira e de transferência

Protocolo 7 Sistema de Trânsito Aduaneiro

Protocolo 8 Medidas Sanitárias e Fitossanitárias ‘

Protocolo 9 Mercadorias Perigosas

PROTOCOLO 1
DESIGNAÇÃO DAS ROTAS E INSTALAÇÕES DE TRANSPORTE DE TRÂNSITO

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante referidos como “Partes Contratantes”);

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Transporte de Mercadorias em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998, em Hanói, Vietname (doravante referido como “o Acordo”);

RECONHECENDO que os Artigos 6.º e 25.º do referido Acordo preveem a celebração de Protocolos de Implementação, os quais constituem parte integrante do mesmo;

RECONHECENDO, igualmente, o disposto no parágrafo 3 do Artigo I do Acordo-Quadro sobre o Reforço da Cooperação Económica da ASEAN, assinado em 28 de janeiro de 1992, em Singapura, que estabelece que, na implementação de acordos económicos, dois ou mais Estados-Membros poderão avançar primeiro caso outros Estados-Membros não estejam preparados para implementar tais acordos;

DESEJANDO incentivar e facilitar as operações de transporte de trânsito entre as Partes Contratantes;

ACORDARAM O SEGUINTE:

Artigo 1.º - Âmbito de Aplicação

Nos termos do artigo 6.1 do Acordo, as Partes Contratantes concordam em aplicar as disposições do presente Protocolo às rotas de transporte rodoviário ou rodovias devidamente designadas para fins de transporte em trânsito de mercadorias na ASEAN.

Artigo 2.º - Designação de Rotas de Trânsito Rodoviário ou Autoestradas

1. As Partes Contratantes concordam em formalizar as respetivas rotas iniciais de transporte rodoviário ou rodovias, como base para a designação de rotas de transporte em trânsito para os fins do presente Protocolo, conforme listadas no Anexo deste Protocolo.

2. As Partes Contratantes deverão confirmar as rotas de transporte rodoviário ou rodovias designadas no momento do depósito dos seus Instrumentos de Ratificação ou Aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN. Tal confirmação será feita com o acordo mútuo da(s) Parte(s) Contratante(s) vizinha(s) imediata(s).

3. As Partes Contratantes poderão apresentar propostas para a modificação e/ou expansão da rede regional de transporte em trânsito periodicamente. Quaisquer alterações ou modificações propostas por uma Parte Contratante deverão contar com o acordo mútuo da(s) Parte(s) Contratante(s) vizinha(s) imediata(s). As alterações subsequentes deverão ser depositadas junto do Secretário-Geral da ASEAN.

4. As rotas de transporte em trânsito rodoviário ou rodovias designadas serão estabelecidas sem prejuízo de quaisquer reivindicações territoriais em curso entre as Partes Contratantes.

Artigo 3.º - Obrigações

1. As Partes Contratantes, sujeitas às respetivas legislações e regulamentos nacionais, acordam em autorizar o acesso e circulação desimpedidos dos meios de transporte especificados no Protocolo 4 do Acordo, incluindo pessoas e mercadorias, nas vias rodoviárias ou de trânsito devidamente designadas ao abrigo do presente Protocolo.

2. As Partes Contratantes concordam em adotar o conjunto mínimo de normas técnicas de conceção e requisitos previstos no Entendimento Ministerial sobre o Desenvolvimento do Projeto da Rede de Estradas da ASEAN, assinado em 15 de setembro de 1999, em Hanói, Vietname.

3. As Partes Contratantes comprometem-se a envidar esforços para disponibilizar áreas de repouso para veículos nas vias rodoviárias ou de trânsito devidamente designadas, em intervalos apropriados.

4. As Partes Contratantes comprometem-se a envidar esforços para disponibilizar espaços de estacionamento adequados para contentores e veículos rodoviários que aguardem o despacho de mercadorias em postos fronteiriços designados, conforme especificado no Protocolo 2 do Acordo.

Artigo 4.º - Disposições Institucionais

1. A Reunião de Altos Funcionários de Transportes da ASEAN será o órgão responsável pela monitorização, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados com a implementação efetiva do presente Protocolo.

2. A Reunião de Altos Funcionários de Transportes da ASEAN apresentará, através do Secretariado da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação do presente Protocolo ao Conselho Coordenador de Transporte de Trânsito, estabelecido nos termos do artigo 29.o. 2 do Acordo, para as devidas providências.

3. O Secretariado da ASEAN prestará o apoio técnico e a assistência necessários à Reunião de Altos Funcionários de Transportes da ASEAN nas suas funções e responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

Artigo 5.º - Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo será uma parte integrante do Acordo.

3. Este Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. Os Instrumentos de Ratificação ou Aceitação, incluindo a confirmação das vias rodoviárias ou de trânsito designadas, serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante de tal depósito. A confirmação ou designação, conforme o caso, das rotas de trânsito e subsequentes alterações ou modificações a essas rotas deverão ser acompanhadas de documentos comprovativos que demonstrem o acordo mútuo da Parte Contratante vizinha ou das Partes vizinhas imediatas.

4. O presente Protocolo entrará em vigor no sexagésimo dia após o depósito do sexto Instrumento de Ratificação ou Aceitação e tornar-se-á eficaz apenas entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceitado. Para cada Parte Contratante que ratifique ou aceite o Protocolo após o depósito do sexto Instrumento de Ratificação ou Aceitação, o Protocolo entrará em vigor no sexagésimo dia após o depósito do seu Instrumento de Ratificação ou Aceitação.

5. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo será efetuada mediante o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 1 - Designação de Rotas e Instalações de Transporte de Trânsito para implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias.

FEITO em Banguecoque, Tailândia, no oitavo dia de fevereiro do ano de dois mil e sete, em um único exemplar original em língua inglesa.

Pelo Brunei Darussalam:
(assinatura)
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministro das Comunicações

Pelo Reino do Camboja:
(assinatura)
SUN CHANTHOL
Ministro das Obras Públicas e Transportes

Pela República da Indonésia:
(assinatura)
WENDY ARITENANG
Secretário-Geral
Ministério dos Transportes

Pela República Democrática Popular do Laos:
(assinatura)
SOMMAD PHOLSENA
Ministro das Comunicações, Transportes, Correios e Construção

Pela Malásia:
(assinatura)
DATO' SRI CHAN KONG CHOY
Ministro dos Transportes

Pela União de Myanmar:
(assinatura)
MAJOR GENERAL THEIN SWE
Ministro dos Transportes

Pela República das Filipinas:
(assinatura)
ANNELI BAOMTOG
Subsecretária para o Transporte Rodoviário
Departamento de Transportes e Comunicações

Pela República de Singapura:
(assinatura)
RAYMOND LIM
Ministro dos Transportes

Pelo Reino da Tailândia:
(assinatura)
ADMIRAL THIRA HAO-CHAROEN
Ministro dos Transportes

Pela República Socialista do Vietname:
(assinatura)
HO NGHIA DUNG
Ministro dos Transportes

ANEXO

LISTA DE ROTAS DE TRANSPORTE DE TRÂNSITO

RELATIVAS AO PROTOCOLO 1

País	AH. Nº	Origem - Destino
Brunei Darussalam	150	Sungai Tujoh/Miri (Ponto de Verificação Brunei Darussalam/Malásia) - Kuala Lurah/Limbang (Ponto de Verificação Brunei Darussalam/Malásia)
	150	Puni/Limbang (Ponto de Verificação Brunei Darussalam/Malásia) - Labu/Lawas (Ponto de Verificação Brunei Darussalam/Malásia)
Camboja	1	Poi Pet (Fronteira Camboja/ Tailândia) - Sisophon - Phnom Penh - Bavet (Fronteira Camboja/Vietname)
	11	Trapeing Kreal (Fronteira Camboja/Laos) - Stung Treng - Kampong Cham - Phnom Penh - Porto Sihanoukville
Indonésia	2	Merak - Jacarta - Surakarta - Surabaya - Denpasar
	150	Pontianak - Entikong/Tebedu (Fronteira Indonésia/Malásia, Sarawak)
	25	Banda Aceh - Medan - Palembang - Bakahuni
Laos	3	Boten (Fronteira Laos/China) - Luang Namtha - Houi Sai (Fronteira Laos/Tailândia)
	12	Natrey (J.R.AH.3) - Oudomsay - Luang Phrabang - Vientiane
	11	Vientiane (J.R.AH.12) - Ban Lao - Thakhek - Savannakhet - Pakse - Veunkhame (Fronteira Laos/Camboja)
	15	Namphao (Fronteira Laos/Vietname) - Ban Lao (J.R.AH.11)

País	AH. Nº	Origem - Destino
	16	Savannakhet (Fronteira Laos/Tailândia) - Danesavanh (Fronteira Laos/Vietname)
Malásia	2	Bukit Kayu Hitam (Fronteira Malásia/Tailândia) - Kuala Lumpur - Seremban - Senai Utara
	2 (Leste)	Senai Utara – Johor Bahru/Posto de Verificação Woodlands (Fronteira Malásia/Singapura)
	2 (Oeste)	Senai Utara – Tanjung Kupang/Posto de Verificação Tuas (Fronteira Malásia/Singapura)
	150	Entikong/Tebedu (Fronteira Indonésia/Malásia) - Serian - Kuching
	150	Serian - Sibu - Bintulu - Miri
	150	Miri - Sg. Tujoh (Ponto de Verificação Malásia/Brunei Darussalam)
	150	Kuala Lurah (Ponto de Verificação Malásia/Brunei Darussalam) - Limbang/Puni (Ponto de Verificação Malásia/Brunei Darussalam)
	150	Lawas/Labu (Ponto de Verificação Malásia/Brunei Darussalam) - Kota Kinabalu
Myanmar	1	Tamu (Fronteira Myanmar/Índia) - Mandalay - Meiktila – Payagyi (incluindo Payagyi-Yangon) - Myawadi (Fronteira Myanmar/Tailândia)
	2	Meiktila - Loilem - Keng Tung - Tachileik (Fronteira Myanmar/Tailândia)

País	AH. Nº	Origem - Destino
	3	Kyaington (Keng Tung) - Mongla
	14	Muse (Fronteira Myanmar/China) - Mandalay
Filipinas	26	Cidade de Laoag - Manila - Matnog - (Serviço de Ferry) - San Isidro - Tacloban City - Liloan (Serviço de Ferry) - Lipata - Cidade de Surigao - Cidade de Davao - Cidade de General Santos - Cidade de Zamboanga
Singapura	2 (Leste)	(Fronteira Malásia/Singapura) Johor Bahru/Posto de Verificação Woodlands - Autoestrada Bukit Timah - Autoestrada Pan Island - Intercâmbio Anak Bukit - Estrada Clementi - Estrada Costa Oeste
	2 (Oeste)	(Fronteira Malásia/Singapura) Tanjung Kupang/Posto de Verificação Tuas - Autoestrada Ayer Rajah - Intercâmbio University Flyover - Estrada Clementi - Estrada Costa Oeste
Tailândia	1	Mae Sot (Fronteira Tailândia/Myanmar) - Tak - Banguecoque - Hin Kong - Nakhon Nayok - Aranyaprathet - Khlong Luek (Fronteira Tailândia/Camboja)
	2	Mae Sai (Fronteira Tailândia/Myanmar) - Chiang Rai - Lampang - Tak - Banguecoque - Nakhon Pathom - Pak Tho - Chumphon - Suratthani - Phattalung - Hat Yai - Sadao (Fronteira Tailândia/Malásia)
Vietname	1	Moc Bai (Fronteira Vietname/Camboja) - An Suong (Cidade de Ho Chi Minh)
	15	Keo Nua (Fronteira Vietname/Laos) - Bai Vot - Vinh - Cua Lo
	16	Lao Bao (Fronteira Vietname/Laos) - Dong Há

País	AH. Nº	Origem - Destino
	17	Dong Nai – Vung Tau

Nota:

* A seção Tak - Banguecoque também faz parte do AH. N.º 1

** O presente anexo foi alterado e acordado pelas Partes Contratantes em 13 de dezembro de 2018

PROTOCOLO 2
DESIGNAÇÃO DE POSTOS FRONTEIRIÇOS

Os Governos de Brunei Darussalam, o Reino do Camboja, a República da Indonésia, a República Democrática Popular do Laos, a Malásia, a República da União de Myanmar, a República das Filipinas, a República de Singapura, o Reino da Tailândia e a República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático ("ASEAN" [abreviatura original em língua inglesa]) (adiante designados individualmente como "Parte Contratante" e coletivamente como "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Transporte de Mercadorias em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Ha Noi, Vietname (adiante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 7.º e 25.º do referido Acordo preveem a celebração de Protocolos de implementação que constituirão partes integrantes do mesmo;

DESEJANDO incentivar e facilitar as operações de transporte interestadual e de trânsito entre as Partes Contratantes;

REITERANDO que a celebração do presente Protocolo deverá prever disposições eficazes e eficientes para o comércio de trânsito entre as Partes Contratantes;

ACORDARAM no seguinte:

ARTIGO 1.º
ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. Nos termos do parágrafo 1 do Artigo 7.º do Acordo, as Partes Contratantes acordam em aplicar as disposições do presente Protocolo aos postos fronteiriços devidamente designados para o desalfandegamento e inspeção dos meios de transporte e mercadorias em trânsito.

2. As Partes Contratantes poderão, mediante consentimento mútuo das Partes Contratantes vizinhas imediatas, permitir o desalfandegamento e a inspeção dos meios de transporte e mercadorias em trânsito em outros postos fronteiriços, além dos devidamente designados, em situações excecionais e numa base temporária, desde que os termos e condições sejam consistentes com os princípios do Acordo e deste Protocolo.

ARTIGO 2.º
DESIGNAÇÃO DE POSTOS FRONTEIRIÇOS

1. As Partes Contratantes acordam em formalizar os respetivos postos fronteiriços iniciais como base para a designação dos postos fronteiriços para os fins deste Protocolo, os quais constam do Anexo deste Protocolo.

2. As Partes Contratantes deverão confirmar os seus postos fronteiriços designados no momento do depósito dos respetivos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação junto do Secretário-Geral da ASEAN. Esta confirmação deverá ser realizada com o acordo mútuo das Partes Contratantes vizinhas imediatas.

3. As Partes Contratantes poderão propor, periodicamente, modificações à lista de postos fronteiriços designados. Qualquer proposta de modificação apresentada por uma Parte Contratante deverá contar com o acordo mútuo das Partes Contratantes vizinhas imediatas. As alterações subsequentes ao Anexo, resultantes de tais modificações, deverão ser depositadas junto do Secretário-Geral da ASEAN, que comunicará prontamente o Anexo alterado às Partes Contratantes.

4. Os postos fronteiriços designados em conformidade com este Protocolo não prejudicarão quaisquer reivindicações territoriais em curso entre as Partes Contratantes.

ARTIGO 3.º
ARRANJOS INSTITUCIONAIS

1. A Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN será o órgão responsável por monitorizar, rever, coordenar e supervisionar todos os aspetos relacionados com a implementação eficaz deste Protocolo.

2. O Secretariado da ASEAN deverá prestar o apoio administrativo necessário e a assistência à Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN no exercício das suas funções e responsabilidades ao abrigo deste Protocolo.

ARTIGO 4.º
DISPOSIÇÕES FINAIS

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que deverá fornecer prontamente uma cópia certificada a cada Parte Contratante.

2. Este Protocolo constitui parte integrante do Acordo. Em caso de inconsistência ou conflito, prevalecerá o Acordo sobre este Protocolo.

3. Este Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação, incluindo a confirmação dos postos fronteiriços designados, deverá ser depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre o referido depósito. A confirmação ou designação dos postos fronteiriços e eventuais alterações deverão ser acompanhadas de documentos comprovativos que mostrem o acordo mútuo das Partes Contratantes vizinhas imediatas.

4. O presente Protocolo entrará em vigor no sexagésimo dia após o depósito do sexto Instrumento de Ratificação ou Aceitação e será aplicável apenas entre as Partes Contratantes que o tenham ratificado ou aceitado. Para cada Parte Contratante que ratificar ou aceitar o Protocolo após o depósito do sexto Instrumento, este entrará em vigor no sexagésimo dia após o depósito do respetivo Instrumento de Ratificação ou Aceitação.

5. Não poderá ser formulada qualquer reserva ao presente Protocolo, seja no momento da assinatura, ratificação ou aceitação.

6. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo, exceto à modificação do Anexo conforme previsto no parágrafo 3 do Artigo 2.º deste Protocolo, será efetuada mediante o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respetivos Governos, subscrevem o Protocolo 2 sobre a Designação de Postos Fronteiriços para implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Transporte de Mercadorias em Trânsito.

FEITO em Langkawi, Malásia, no quarto dia de maio do ano de dois mil e dezoito, em um único exemplar na língua inglesa.

Pelo Brunei Darussalam:
(assinatura)
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Ministro do Gabinete do Primeiro-Ministro
e Ministro das Finanças II

Pelo Reino do Camboja:
(assinatura)
NGUON SOKHA
Secretário de Estado, Ministério da Economia e Finanças

Pela República da Indonésia:
(assinatura)
SRI MULYANI INDRAWATI
Ministra das Finanças

Pela República Democrática Popular do Laos:
(assinatura)
SILA VIENGKEO
Vice-Ministro das Finanças

Pela Malásia:
(assinatura)
DATUK SERI JOHARI ABDUL GHANI
Ministro das Finanças II

Pela República da União de Myanmar:
(assinatura)
KYAW WIN
Ministro da União
Ministério do Planeamento e Finanças

Pela República das Filipinas:
(assinatura)
CARLOS G. DOMINGUEZ
Secretário das Finanças

Pela República de Singapura:
(assinatura)
LAWRENCE WONG
Segundo Ministro das Finanças

Pelo Reino da Tailândia:
(assinatura)
APISAK TANTIVORAWONG
Ministro das Finanças

Pela República Socialista do Vietname:
(assinatura)
DINH TIEN DUNG
Ministro das Finanças

ANEXO

Lista de Postos Fronteiriços Designados

Brunei Darussalam

- Sungai Tujuh

Reino do Camboja

- Poi Pet
- Bavet
- Trapeing Kreal
- Porto Internacional de Sihanoukville

República da Indonésia

- Entikong, Kalimantão Ocidental

República Democrática Popular do Laos

- Posto Aduaneiro de Nampaow, Província de Bolikhamsay
- Posto Aduaneiro Internacional da Ponte da Amizade 1, Capital Vientiane
- Posto Aduaneiro Internacional da Ponte da Amizade 2, Província de Savannakhet
- Posto Aduaneiro Internacional da Ponte da Amizade 4, Província de Bokeo
- Posto Aduaneiro Internacional de Nongnokkien, Província de Champasack
- Posto Aduaneiro de Daensavanh, Província de Savannakhet

Malásia

- Bukit Kayu Hitam
- Tanjong Kupang
- Tebedu
- Sungai Tujuh
- Johor Bahru

República da União de Myanmar

- Tachileik
- Myawaddy

República das Filipinas

- Nenhum posto designado

República de Singapura

- Posto Fronteiriço de Woodlands
- Posto Fronteiriço de Tuas
- Zona de Comércio Livre de Keppel
- Zona de Comércio Livre de Pasir Panjang
- Zona de Comércio Livre de Jurong
- Zona de Comércio Livre de Sembawang
- Zona de Comércio Livre de Changi

Reino da Tailândia

- Posto Fronteiriço de Mae Sai
- Posto Fronteiriço de Mae Sot
- Posto Fronteiriço de Aranyaprathet
- Posto Fronteiriço de Nong Kai
- Posto Fronteiriço de Sa Dao
- Posto Fronteiriço de Mook Da Harn
- Posto Fronteiriço de Chiang Kong

República Socialista do Vietname

- Posto Aduaneiro de Cau Treo
- Posto Aduaneiro de Lao Bao
- Posto Aduaneiro de Moc Bai

PROTOCOLO 3
TIPOS E QUANTIDADE DE VEÍCULOS DE ESTRADA

Os Governos de Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designados como "Partes Contratantes");

CONSIDERANDO o Acordo-Quadro da ASEAN [abreviatura original em língua inglesa] sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998, em Hanói, Vietname (doravante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 9.O e 25.O do referido Acordo preveem a conclusão de Protocolos de Implementação, os quais farão parte integrante do Acordo;

RECORDANDO ainda o Plano de Ação de Hanói, adotado pelos Chefes de Estado e de Governo da ASEAN na Sexta Cimeira da ASEAN em Hanói, Vietname, em 16 de dezembro de 1998, que estabelece a operacionalização do Acordo até o ano 2000;

AGORA, PORTANTO, as Partes Contratantes acordam no seguinte:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos deste Protocolo:

(a)"Operadores de transporte em trânsito" significa os proprietários, motoristas e/ou agentes de veículos de transporte rodoviário em trânsito que (1) possuem a licença ou autorização nacional adequada para operar serviços de transporte e que têm um histórico comprovado de conformidade com as regras e procedimentos sob a referida licença ou autorização, e (2) estão devidamente registados como operadores de transporte em trânsito pelo respetivo Comité Nacional de Coordenação de Transportes em Trânsito (NTTCC [abreviatura original em língua inglesa]);

(b)"Veículo de transporte rodoviário em trânsito" significa o tipo de veículos rodoviários especificados no Artigo 3.º deste Protocolo, para o uso de transporte de mercadorias através do território de uma ou mais Partes Contratantes, quando a passagem por tal território ou territórios, com ou sem transbordo, armazenagem, desmembramento de carga ou mudança no modo de transporte, for apenas uma parte de uma jornada completa que começa e termina além da fronteira de uma ou mais Partes Contratantes através do território das quais o veículo passa;

(c)"Transporte em trânsito" terá o significado atribuído no Acordo;

(d)"Protocolo 4" significa o Protocolo 4 - Requisitos Técnicos dos Veículos, elaborado nos termos do Acordo.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

1. Nos termos do Artigo 9.O . 2 do Acordo, as Partes Contratantes concordam em aplicar as disposições deste Protocolo a um veículo de transporte rodoviário em trânsito que participe no transporte em trânsito.

2. Este Protocolo aplica-se a todos os veículos de transporte rodoviário em trânsito e operadores de transporte em trânsito, conforme definidos no Artigo 1.º deste Protocolo.

Artigo 3.º
Tipos de Veículo

As Partes Contratantes concordam que nenhum operador de transporte em trânsito deverá ser autorizado a realizar transporte em trânsito utilizando veículos rodoviários que não sejam os especificados como veículos de transporte rodoviário em trânsito no Anexo 1.

Artigo 4.º
Quantidade

Nos termos do Artigo 9.º. 2 do Acordo, as Partes Contratantes concordam que o número de veículos de transporte rodoviário em trânsito que serão permitidos para transporte em trânsito não deverá exceder sessenta (60) veículos por Parte Contratante. A partir daí, a quantidade de veículos de transporte rodoviário em trânsito será discutida periodicamente entre as Partes Contratantes.

Artigo 5.º
Obrigações

1. Sujeito ao Artigo 24.º do Acordo, as Partes Contratantes concordam em autorizar o acesso e a circulação sem obstáculos dos veículos de transporte rodoviário em trânsito nas rotas de transporte rodoviário designadas.

2. As Partes Contratantes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar que os seus respetivos veículos de transporte rodoviário em trânsito cumpram as regras e regulamentos de trânsito rodoviário da Parte Contratante através do território da qual o veículo transite.

Artigo 6.º
Requisitos Técnicos Obrigatórios

O veículo de transporte rodoviário em trânsito a que se aplica este Protocolo não será autorizado a participar no transporte em trânsito, a menos que cumpra os Requisitos Técnicos Obrigatórios especificados no Protocolo 4.

Artigo 7.º
Disposições Institucionais

1. A Reunião dos Altos Funcionários de Transportes da ASEAN será o órgão responsável pela monitorização, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados à implementação eficaz deste Protocolo.

2. A Reunião dos Altos Funcionários de Transportes da ASEAN submeterá, através da Secretaria da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação deste Protocolo ao Conselho de Coordenação de Transporte em Trânsito, estabelecido nos termos do Artigo 29.º 2 do Acordo, para ações subsequentes.

3. A Secretaria da ASEAN fornecerá o suporte técnico necessário e a assistência à Reunião dos Altos Funcionários de Transportes da ASEAN nas suas funções e responsabilidades ao abrigo deste Protocolo.

Artigo 8.º
Disposições Finais

1. Este Protocolo será depositado junto ao Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá imediatamente uma cópia certificada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. Este Protocolo e o seu Anexo formarão uma parte integral do Acordo.

3. Este Protocolo está sujeito à ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto ao Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. Este Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto ao Secretário-Geral da ASEAN.

5. Qualquer emenda às disposições deste Protocolo e seu Anexo será efetuada mediante consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 3 sobre os Tipos e Quantidade de Veículos Rodoviários para implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito.

FEITO em Hanói, Vietname, no dia 15 de setembro de 1999, numa única cópia na língua inglesa.

PEHIN DATO HJ ZAKARIA SULAIMAN
Ministro das Comunicações
Brunei Darussalam

KAY TAINGLII
Ministro das Obras Públicas e Transportes
Reino do Camboja

ANWAR SUPRIJADI
Secretário-Geral
Ministério das Comunicações
República da Indonésia

PHAO BOUNNAPHOL
Ministro das Comunicações, Transportes, Correios e Construção
República Democrática Popular do Laos

DATO' SERI DR. LING LIONG SIK
Ministro dos Transportes
Malásia

MAJ. GEN. MYINT SWE
Ministro dos Transportes
União de Myanmar

VICENTE C. RIVERA, JR.
Secretário dos Transportes e Comunicações
República das Filipinas

CHEOW TONG
Ministro das Comunicações e Tecnologia da Informação
República de Singapura

SUTHEP THAUGSUBAN
Ministro dos Transportes e Comunicações
Reino da Tailândia

LE NGOC HOAN
Ministro dos Transportes
República Socialista do Vietname

Anexo 1

Tipos de Veículos

Os veículos de transporte rodoviário de trânsito permitidos ao abrigo do presente Protocolo enquadram-se nos seguintes tipos:

1. "Veículo Motorizado Rígido" significa um veículo motorizado que não seja um veículo articulado, em particular um veículo comercial que transporta a carga útil nos seus próprios eixos.

2. "Veículo Articulado" significa um veículo trator que reboca um semirreboque.

3. "Semirreboque" significa um veículo rebocado por um veículo motorizado de tal forma que parte do reboque está sobreposto ao veículo motorizado e uma parte substancial do peso do reboque e da sua carga é suportada pelo veículo motorizado.

Para efeitos do presente Protocolo, os veículos motorizados rígidos e os veículos articulados são classificados em:

- Fechado
- Refrigerado
- Cisterna
- Porta-contentores

Onde "veículo selado" é definido como um veículo cujo compartimento de carga é construído e equipado de tal forma que:

a. O selo aduaneiro pode ser facilmente e eficazmente afixado;

b. Nenhuma mercadoria pode ser removida ou introduzida na parte selada do veículo sem deixar vestígios visíveis de violação ou sem quebrar o selo aduaneiro;

c. Não contém nenhum espaço oculto onde as mercadorias possam ser escondidas; e

d. Todos os espaços capazes de conter mercadorias são facilmente acessíveis para inspeção aduaneira.

PROTOCOLO 4
REQUISITOS TÉCNICOS DOS VEÍCULOS

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Mianmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designados "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias, assinado em 16 de dezembro de 1998, em Hanói, Vietname (doravante designado "o Acordo");

RECONHECENDO que os artigos 11.º e 25.º do Acordo prevêem a celebração de protocolos de execução que fazem parte integrante do mesmo;

RECORDANDO ainda que o Plano de Ação de Hanói, adotado pelos Chefes de Estado e de Governo da ASEAN na Sexta Cimeira da ASEAN, realizada em Hanói, Vietname, em 16 de dezembro de 1998, estipula a entrada em vigor do Acordo até ao ano 2000;

AGORA, POR ISSO, as Partes Contratantes acordaram o seguinte:

Artigo 1.º
Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

a) "Transporte em trânsito" tem o significado que lhe é atribuído no Acordo;

b) "Veículo de transporte rodoviário em trânsito" tem o significado que lhe é atribuído no Protocolo n.º 3;

c) "Protocolo n.º 3" significa o Protocolo n.º 3 - Tipos e quantidade de veículos rodoviários, elaborado em conformidade com o Acordo;

d) "Distância entre eixos" significa a distância entre a linha central do primeiro eixo e o centro do eixo tandem traseiro de um veículo motorizado rígido de três eixos; e

e) "peso bruto máximo admissível do veículo" significa o peso máximo admissível de um veículo com rodas, incluindo o peso do seu condutor e de qualquer outra pessoa a bordo, bem como qualquer carga transportada no mesmo ou por este, transmitido à estrada em qualquer momento através de todas as rodas do veículo com rodas.

Artigo 2.º
Âmbito de aplicação

Nos termos do artigo 11.º do Acordo, as Partes Contratantes acordam em aplicar as disposições do presente Protocolo aos veículos de transporte rodoviário em trânsito que realizam transportes em trânsito.

Artigo 3.º
Obrigações

1. As Partes Contratantes devem assegurar que cada veículo de transporte rodoviário em trânsito seja registado no respetivo Comité Nacional de Coordenação do Transporte em Trânsito (NTTCC, sigla em inglês) em que o operador de transporte em trânsito está registado, em conformidade com o Protocolo 3.

2. As Partes Contratantes assegurarão que cada veículo de transporte rodoviário em trânsito cumpra os requisitos

técnicos relativos às dimensões dos veículos, pesos e cargas máximos, normas de emissão e questões conexas, tal como especificado no presente Protocolo.

Artigo 4.º
Requisitos técnicos obrigatórios

Os veículos de transporte rodoviário de trânsito aos quais se aplica o presente Protocolo não serão autorizados a realizar transportes de trânsito, a menos que sejam cumpridos os seguintes requisitos técnicos:

a) Dimensões máximas dos veículos, a saber:

   i) Comprimento máximo dos veículos, conforme especificado nos anexos A e B;

   ii) Largura máxima dos veículos, conforme especificado no Anexo C;

   iii) Altura máxima dos veículos, conforme especificado no Anexo D; e

   iv) Saliência traseira, conforme especificado no Anexo E.

b) Peso bruto máximo admissível do veículo, conforme especificado no Anexo F.

c) Normas de emissão, como se segue:

Emissões de escape (fumo) - 50% (opacidade ou unidade Bosch) ou 50 HSU; e

d) Outros requisitos relacionados, a saber:

   i) Eficiência dos travões: 50% do peso do eixo e

   ii) Derrapagens laterais: mais (+) ou menos (-) 5 m/km.

3. As Partes Contratantes concordam em padronizar os Requisitos Técnicos acima mencionados para este Protocolo, mas, considerando as atuais condições das estradas em algumas Partes Contratantes, foi acordado que serão tomadas as medidas necessárias para compartilhar periodicamente informações atualizadas sobre as estradas designadas entre as Partes Contratantes e, consequentemente, utilizar apenas veículos adequados às condições dessas estradas nas fases iniciais da implementação deste Protocolo. Ao mesmo tempo, as Partes Contratantes afirmam a sua determinação em modernizar a sua rede de transporte rodoviário designada, envidando todos os esforços possíveis para acomodar veículos que cumpram os Requisitos Técnicos acima referidos.

Artigo 5.º
Documentação

1. Os seguintes documentos devem ser transportados num veículo de transporte rodoviário de trânsito sempre que este se encontre no território da Parte Contratante relevante através do qual o veículo de transporte rodoviário de trânsito passa:

   a) Certificado de matrícula do veículo motorizado contendo os dados do veículo e do proprietário;

   b) Certificado de inspeção válido;

   c) Cobertura de seguro de responsabilidade civil para veículos motorizados;

   d) Guia de remessa/carta de porte;

   e) Documento alfandegário de trânsito para as mercadorias; e

   f) Licença do transportador.

2. Todos os documentos acima mencionados devem ser disponibilizados para inspeção, mediante solicitação das autoridades competentes das Partes Contratantes pelo território das quais o veículo de transporte em trânsito passa.

3. Qualquer documento que seja considerado inválido pelas autoridades ou agências designadas da Parte Contratante ou por qualquer pessoa autorizada ou licenciada pela Parte Contratante, ou que seja considerado inválido nos termos da legislação da Parte Contratante que emitiu esse documento, ou que tenha expirado, não será reconhecido para efeitos do presente Acordo.

4. Qualquer documento que não seja redigido em inglês deve ser acompanhado de uma tradução certificada para inglês emitida pela autoridade competente relevante.

Artigo 6.º
Sinais distintivos

Um veículo de transporte rodoviário de trânsito deve exibir na parte traseira do veículo, sempre que se encontrar no território de outra Parte Contratante, autocolantes destacáveis que representem a insígnia internacionalmente reconhecida e designada da Parte Contratante em que o veículo está registado.

Artigo 7.º
Disposições institucionais

1. A Reunião de Altos Funcionários dos Transportes da ASEAN será o órgão responsável pelo acompanhamento, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados com a aplicação efetiva do presente Protocolo.

2. A Reunião de Altos Funcionários dos Transportes da ASEAN apresentará, através do Secretariado da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação do presente Protocolo ao Conselho de Coordenação do Transporte em Trânsito, estabelecido nos termos do artigo 29.º, n.º 2, do Acordo, para que sejam tomadas medidas adicionais.

3. O Secretariado da ASEAN prestará o apoio técnico e a assistência necessários à Reunião de Altos Funcionários dos Transportes da ASEAN no desempenho das suas funções e responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

Artigo 8.º
Disposições finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo e os seus anexos fazem parte integrante do Acordo.

3. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O instrumento de ratificação ou aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará imediatamente cada Parte Contratante desse depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor após o depósito dos instrumentos de ratificação ou aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo e dos seus anexos será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos seus respetivos Governos, assinaram o Protocolo 4 - Requisitos Técnicos dos Veículos para a implementação do Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias.

FEITO em Hanói, Vietname, no dia 15 de Setembro de 1999, em um único exemplar, na língua inglesa.

PEHIN DATO HAJI ZAKARIA SULAIMAN
Ministro das Comunicações
Brunei Darussalam

KHY TAINGLIM
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes
Reino de Camboja

ANWAR SUPRIJADI
Ministro das Obras Públicas e dos Transportes
República da Indonésia

PHAO BOUNNAPHOL
Ministro das Comunicações, Transporte, Correios e Construção
República Democrática Popular do Laos

DATO´ SERI DR. LING LIONG SIK
Ministro dos Transportes
Malásia

MAJ. GEN. HLA MYINT SWE
Ministro dos Transportes
União do Myanmar

VICENTE C. RIVERA, JR.
Secretário dos Transportes e Comunicações
República das Filipinas

YEO CHEOW TONG
Ministro para as Comunicações e Tecnologia da Informação
República de Singapura

SUTHEP THAUGSUBAN
Ministro dos Transportes e Comunicações
Reino da Tailândia

LE NGOC HOAN
Ministro dos Transportes
República Socialista do Vietname

PROTOCOLO 5
ESQUEMA ASEAN DE SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União do Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designados como "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN [abreviatura original em língua inglesa] sobre a Facilitação de Bens em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname (doravante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 14.° e 25.° do mesmo preveem a conclusão de Protocolos de Implementação que constituirão partes integrantes do Acordo;

RECORDANDO ainda o Plano de Ação de Hanói, adotado pelos Chefes de Estado e de Governo da ASEAN na Sexta Cimeira da ASEAN em Hanói, Vietname, em 16 de dezembro de 1998, que estipula a operacionalização do Acordo até ao ano 2000;

CONSCIENTES da necessidade de indemnizar as

vítimas de acidentes rodoviários causados por Operadores de Transporte em Trânsito e Veículos de Transporte Rodoviário em Trânsito pelos danos que possam ter sofrido em consequência de tais acidentes;

NESTES TERMOS, AS PARTES CONTRATANTES ACORDAM NO SEGUINTE:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos do presente Protocolo, as seguintes expressões terão o significado que lhes é atribuído:

a. Gabinete Nacional significa a agência ou entidade devidamente designada em cada uma das Partes Contratantes para desempenhar as funções necessárias à operação do Esquema ASEAN de Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados, estabelecido ao abrigo do presente Protocolo;

b. Seguradora significa a companhia de seguros que é membro de qualquer um dos Gabinetes Nacionais;

c. Conselho de Gabinetes significa o órgão composto por representantes de todos os Gabinetes Nacionais, estabelecido ao abrigo do Artigo 11.º do presente Protocolo;

d. Cartão Azul significa o cartão de identificação, que comprova a existência de uma apólice de seguro obrigatório de veículo motorizado, emitido pelos Gabinetes Nacionais das Partes Contratantes, de acordo com as disposições do presente Protocolo;

e. Veículo de Transporte Rodoviário em Trânsito significa o tipo de veículo rodoviário utilizado para o transporte de mercadorias através do território de uma ou mais Partes Contratantes, quando a passagem por esse território ou territórios, com ou sem transbordo, armazenamento, divisão de carga ou mudança no modo de transporte, é apenas uma parte de uma viagem completa que começa e termina além da fronteira de uma ou mais Partes Contratantes através do território por onde o veículo passa e conforme descrito num Certificado de Seguro ou no Cartão Azul;

f. Apólice de Seguro significa o documento contratual emitido por uma Seguradora a um segurado para cobrir morte ou lesões corporais e/ou danos materiais decorrentes da utilização de um veículo de transporte rodoviário em trânsito;

g. Titular da Apólice significa uma pessoa singular ou coletiva que subscreve uma apólice de seguro obrigatório de veículo motorizado ou que detém um Cartão Azul válido;

h. Acidente Rodoviário significa um acontecimento ou ocorrência relacionada com um veículo de transporte rodoviário em trânsito que cause morte ou lesões corporais e/ou danos materiais;

i. Operadores de Transporte em Trânsito significa proprietários, condutores e/ou agentes de veículos de transporte rodoviário em trânsito que (1) possuam a autorização ou licença nacional adequada para operar serviços de transporte e que tenham um histórico comprovado de cumprimento das regras e procedimentos sob referida autorização ou licença, e (2) estejam devidamente registados como operadores de transporte em trânsito pelo respetivo Comité Nacional de Coordenação de Transporte em Trânsito (NTTCC[abreviatura original em língua inglesa]).

Artigo 2.º
Aplicação

Nos termos do Artigo 3.o e dos parágrafos 2 e 3 do Artigo 14.o do Acordo, as Partes Contratantes acordam aplicar as disposições do presente Protocolo para o estabelecimento de um Esquema ASEAN de Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados, com o objetivo de permitir que os Operadores de Transporte em Trânsito e os Veículos de Transporte Rodoviário em Trânsito de cada uma das Partes Contratantes estejam adequadamente segurados contra morte ou lesões corporais e/ou danos materiais resultantes de acidentes rodoviários nos territórios das outras Partes Contratantes.

Artigo 3.º
Cobertura do Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados

O Esquema ASEAN de Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados, estabelecido pelo presente Protocolo, deverá fornecer, pelo menos, os requisitos mínimos prescritos pelas leis e regulamentos que regem o seguro obrigatório de veículos motorizados em vigor no(s) país(es) de trânsito e de destino final.

Artigo 4.º
Obrigações das Partes Contratantes

Para além das responsabilidades assumidas ao abrigo de outras disposições do presente Protocolo, as Partes Contratantes devem envidar todos os esforços necessários para a implementação deste Protocolo e, em particular:

a. Comprometer-se a exigir que a(s) companhia(s)

de seguros estabelecida(s) nos seus territórios que fornecem seguro obrigatório de veículos motorizados adotem o esquema do Cartão Azul, conforme descrito no presente Protocolo;

b. Comprometer-se a promulgar as leis e regulamentos internos necessários que possam ser exigidos para a implementação deste Protocolo;

c. Comprometer-se a garantir que o seu Gabinete Nacional disponha de fundos suficientes para cumprir as suas obrigações ao abrigo do Artigo 10.o do presente Protocolo.

Artigo 5.º
Obrigação de Possuir um Cartão Azul

Os Veículos de Transporte Rodoviário em Trânsito devem possuir um Cartão Azul válido, que deve ser apresentado sempre que solicitado.

Artigo 6.º
Emissão do Cartão Azul

O Cartão Azul será emitido pelo Gabinete Nacional de cada uma das Partes Contratantes, de acordo com o Artigo 10.o do presente Protocolo.

Artigo 7.º
Cobertura e Validade do Cartão Azul

1. Durante o período da sua validade, o Cartão Azul será prova da existência de uma apólice de seguro para o seguro obrigatório de veículos motorizados descrito no Artigo 3.o do presente Protocolo.

2. O Cartão Azul será válido por um período específico de tempo, não excedendo um ano civil, independentemente do parágrafo de viagens de transporte em trânsito a serem realizadas.

3. O Cartão Azul será válido para um Veículo de Transporte Rodoviário em Trânsito específico e em nenhum caso será transferível.

Artigo 8.º
Conteúdo e Formato do Cartão Azul

1. O Cartão Azul deve incluir, inter alia, os seguintes elementos:

   a. Nome e endereço do Gabinete Nacional emissor;

   b. País(es) onde a Apólice de Seguro é válida;

   c. Nome(s) e endereço(s) da(s) Seguradora(s);

   d. Identificação do veículo de transporte rodoviário em trânsito;

   e. Nome e endereço do Titular da Apólice;

   f. Data de emissão e data de expiração do cartão;

   g. Nome(s) e endereço(s) do Gabinete Nacional em cada Parte Contratante;

   h. Parágrafo(s) da(s) apólice(s) de seguro;

   i. Parágrafo de série do cartão;

   j. Assinatura e carimbo do Gabinete Nacional emissor.

2. O formato, em termos de tamanho e forma, do Cartão Azul será decidido pelo Conselho de Gabinetes. O cartão será impresso em língua inglesa.

Artigo 9.º
Estabelecimento do Gabinete Nacional

1. As Partes Contratantes devem estabelecer Gabinetes Nacionais, cuja função é prescrita no Artigo 10.o do presente Protocolo.

2. O Gabinete Nacional será composto por seguradora(s) licenciada(s) que fornecem seguro obrigatório de veículos motorizados.

Artigo 10.º
Funções do Gabinete Nacional

O Gabinete Nacional deve comprometer-se a cumprir as seguintes funções:

a. Emitir o Cartão Azul aos Operadores de Transporte em Trânsito do seu país, após verificar que o Operador de Transporte em Trânsito possui uma apólice de seguro de veículo que cumpre os requisitos de seguro obrigatório do país;

b. Vender as apólices de seguro do país que fornecem o seguro mínimo obrigatório a Operadores de Transporte em Trânsito de outros países que entrem no país;

c. Carimbar o Cartão Azul após verificar que o Operador de Transporte em Trânsito de outro país adquiriu a apólice de seguro de veículo necessária que cumpre os requisitos de seguro obrigatório do país;

d. Verificar, sempre que informado de um acidente rodoviário causado no seu território pelo titular do Cartão Azul, as circunstâncias do acidente e, com base nas suas conclusões, tomar qualquer ação que considere necessária. Deve, em qualquer caso, informar a seguradora em questão de quaisquer reclamações que esteja a processar em nome desta;

e. Obter autorização prévia da seguradora em questão antes de liquidar quaisquer reclamações;

f. Solicitar reembolso à seguradora em questão pelo montante das reclamações liquidadas.

Artigo 11.º
Estabelecimento de um Conselho de Gabinetes

Será estabelecido um Conselho de Gabinetes para coordenar e supervisionar as operações legais, técnicas, administrativas e financeiras dos Gabinetes Nacionais de todas as Partes Contratantes.

Artigo 12.º
Composição e Reuniões do Conselho de Gabinetes

1. O Conselho de Gabinetes será composto por um representante de cada Gabinete Nacional e um representante do Conselho de Coordenação de Transporte em Trânsito, estabelecido ao abrigo do Artigo 29.2 do Acordo.

2. O Conselho de Gabinetes elegerá o seu Presidente e Vice-Presidente de entre os seus membros, por um mandato fixo e de acordo com o princípio de rotação.

3. O Conselho de Gabinetes reunir-se-á uma vez por ano. Reuniões adicionais poderão ser realizadas a pedido de qualquer um dos Gabinetes Nacionais.

Artigo 13.º
Funções do Conselho de Gabinetes

O Conselho de Gabinetes terá as seguintes funções:

a. Determinar e adotar o formato e conteúdo do Cartão Azul;

b. Estabelecer o seu orçamento anual e fixar as contribuições anuais a serem pagas por cada Gabinete Nacional;

c. Coordenar as operações de todos os Gabinetes Nacionais. Para este fim, o Conselho preparará um Acordo Inter-Gabinetes, que será assinado por todos os Gabinetes Nacionais e que apenas o Conselho poderá alterar;

d. Fazer recomendações às autoridades competentes, com vista a melhorar o Esquema ASEAN de Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados e fortalecer a prevenção de acidentes rodoviários, sempre que necessário, através de alterações às leis e regulamentos em vigor nas Partes Contratantes;

e. Resolver disputas entre dois ou mais Gabinetes Nacionais relativas à aplicação ou interpretação das disposições deste Protocolo;

f. Apresentar um relatório anual à Reunião de Reguladores de Seguros da ASEAN.

Artigo 14.º
Disposições Institucionais

1. A Reunião de Reguladores de Seguros da ASEAN será responsável por rever, coordenar e supervisionar todos os aspetos relacionados com a implementação eficaz deste Protocolo.

2. O Secretariado da ASEAN deve submeter relatórios regulares sobre o progresso da implementação deste Protocolo ao Conselho de Coordenação de Transporte em Trânsito, estabelecido ao abrigo do Artigo 29.2 do Acordo.

3. O Secretariado da ASEAN deve fornecer o apoio técnico e assistência necessários à Reunião de Reguladores de Seguros da ASEAN e a outros órgãos relacionados da ASEAN nas suas funções e responsabilidades ao abrigo deste Protocolo.

Artigo 15.º
Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo constituirá uma parte integrante do Acordo.

3. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN. Às Partes Contratantes que não possam cumprir o Protocolo será concedido um período de carência de dois anos a partir da data de assinatura do Protocolo para trabalharem no sentido do cumprimento.

5. Qualquer alteração às disposições deste Protocolo e seus Anexos será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 5 – Esquema ASEAN de Seguro Obrigatório de Veículos Motorizados.

FEITO em Kuala Lumpur, Malásia, no dia 8 de abril de 2001, num único exemplar na Língua Inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO HAJI ABDUL AZIZ UMAR
Ministro Representante do Ministério das Finanças

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
KEAT CHHON
Ministro Sénior, Ministro da Economia e Finanças

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
PRIJADI PRAPTOSUHARDJO
Ministro das Finanças

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
LIANE THYKEO
Vice-Ministro das Finanças

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
TUN DAIM ZAINUDDIN
Ministro das Finanças

Pelo Governo da União de Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U KHIN MAUNG THEIN
Ministro das Finanças e Receitas

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
ALBERTO G. ROMULO
Secretário das Finanças

Pelo Governo da República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
LIM HNG KIANG
Segundo Ministro das Finanças

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SOMKID JATUSRIPITAK
Ministro das Finanças

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
LE THI BANG TAM
Vice-Ministra das Finanças

PROTOCOLO 6
ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DE FRONTEIRA E INTERCÂMBIO

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da República da União do Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, sendo Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN [abreviatura original em língua inglesa]) (doravante designados coletivamente como "Partes Contratantes" ou individualmente como "Parte Contratante");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Bens em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname (doravante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 16.o e 25.o do mesmo preveem a conclusão de Protocolos de Implementação que constituirão partes integrantes do Acordo;

ACORDAM, POR ISSO, O SEGUINTE:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos do presente Protocolo:

1. "Estação de Fronteira" significa uma estação estabelecida na fronteira do território de uma Parte Contratante, ou em qualquer outro local mutuamente acordado, independentemente do território onde a estação está localizada, que se liga à ferrovia do território fronteiriço da Parte Contratante vizinha.

2. "Estação de Intercâmbio" significa uma estação dentro do território de uma Parte Contratante ou em qualquer outro local mutuamente acordado, independentemente do território onde a estação está localizada, onde um comboio muda de direção para uma rota ou estação diferente. Quando relevante, uma estação de intercâmbio pode também ser uma estação de fronteira.

3. "Ferrovia" significa todo o sistema de vias, juntamente com as estações, terrenos, material circulante, sistemas de sinalização e comunicação e outras propriedades utilizadas pelas Partes Contratantes para o transporte ferroviário, mas não inclui qualquer parte de uma ferrovia destinada exclusivamente ao tráfego de passageiros.

4. "Organização Ferroviária" significa qualquer:

   i. Organização(ões) detida(s) pelas respetivas Partes Contratantes e/ou;

   ii. Organização(ões) licenciada(s) pela autoridade de licenciamento das respetivas Partes Contratantes para operar serviços ferroviários.

As Partes Contratantes devem depositar os detalhes da(s) Organização(ões) Ferroviária(s) a que o Protocolo se aplica junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. "Taxa" significa qualquer tarifa, custos de frete ou outros pagamentos pelo transporte de mercadorias.

6. "Material Circulante" significa carruagens, vagões, locomotivas e outros veículos sobre rodas detidos, alugados, arrendados ou utilizados pelas Partes Contratantes para o transporte ferroviário.

7. "Estação" não inclui uma estação destinada exclusivamente ao tráfego de passageiros.

8. "Tráfego Direto" significa o transporte por ferrovia de mercadorias em trânsito de um ponto designado de uma Parte Contratante para pontos designados de outras Partes Contratantes.

9. "Comboio" significa o conjunto de vagões, carruagens ou outros veículos sobre rodas, com ou sem locomotiva(s), que operam na linha ferroviária das Partes Contratantes.

10. "Autoridade de Licenciamento" significa uma autoridade em cada Estado-Membro da ASEAN que tem competência para emitir licenças para serviços ferroviários.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

Nos termos do Artigo 16.o do Acordo, as Partes Contratantes acordam aplicar as disposições do presente Protocolo aos serviços de ligação e trânsito em linhas ferroviárias que transportam comboios de mercadorias ligando os territórios das Partes Contratantes.

Artigo 3.º
Obrigações

1. As Partes Contratantes acordam fornecer instalações nas suas estações ferroviárias de fronteira e intercâmbio devidamente designadas para o movimento de mercadorias em trânsito.

2. As Partes Contratantes acordam melhorar a facilitação transfronteiriça de comboios através de documentos e procedimentos simplificados e harmonizados, bem como horários de trabalho coordenados, nas estações ferroviárias de fronteira e intercâmbio devidamente designadas. Os detalhes serão prescritos no acordo inter-ferroviário a ser concluído pelas Organizações Ferroviárias relevantes, em conformidade com as convenções e procedimentos internacionais aplicáveis.

3. As Partes Contratantes acordam fornecer pessoal e instalações adequadas para a inspeção de material circulante ferroviário e um sistema padronizado de inspeção de material circulante ferroviário nos pontos de fronteira.

Artigo 4.º
Estações Ferroviárias de Fronteira e Intercâmbio Designadas

As Partes Contratantes adotam as suas respetivas estações ferroviárias de fronteira e intercâmbio devidamente designadas em rotas ferroviárias designadas, cujos detalhes e eventuais alterações subsequentes serão depositados junto do Secretário-Geral da ASEAN.

Artigo 5.º
Arranjos Operacionais Básicos e Tipo e Quantidade de Material Circulante

1. As Partes Contratantes acordam adotar um serviço de comboios de mercadorias diretos, que será estabelecido por acordo mútuo entre as Partes Contratantes que, após considerarem os requisitos e a segurança do tráfego, devem fixar:

   a) O número de comboios de mercadorias diretos a serem operados e os horários dos comboios;

   b) As estações ferroviárias de fronteira e intercâmbio designadas das Partes Contratantes de e para as quais estes comboios devem circular;

   c) Os locais onde as locomotivas devem ser servidas e as estações das Partes Contratantes onde estes comboios devem parar;

   d) A velocidade permitida a que estes comboios devem circular;

   e) As diferentes classes de material circulante de que os comboios devem ser compostos; e

   f) Qualquer outro arranjo que as Partes Contratantes considerem adequado.

2. As taxas para o tráfego direto serão a soma das taxas que seriam pagáveis pelas distâncias percorridas por esse tráfego nas linhas de cada Parte Contratante, respetivamente.

3. As Partes Contratantes devem garantir que, enquanto circulam nas linhas, todo o material circulante de mercadorias esteja:

   a) Carregado de forma a não exceder o peso bruto aceite pelas Partes Contratantes relevantes; e

   b) Equipado com o sistema de travão contínuo a vácuo ou ar.

4. As Partes Contratantes acordam que qualquer comboio que circule de e para as estações de intercâmbio nas linhas de uma Parte Contratante deve ser rebocado por locomotivas operadas pelas Organizações Ferroviárias das respetivas Partes Contratantes, desde que esta disposição possa ser modificada a qualquer momento por acordo mútuo entre as Partes Contratantes.

5. Cada Parte Contratante deve garantir que as locomotivas necessárias estejam prontas e em condições de funcionamento nas estações de intercâmbio em todos os momentos em que os comboios diretos, de acordo com o horário em vigor, devam ser tomados a partir dessas estações de intercâmbio para as linhas dessa Parte Contratante.

6. As Partes Contratantes devem aderir às Regulamentações Modelo das Nações Unidas sobre o Transporte de Mercadorias Perigosas ao movimentar mercadorias perigosas em trânsito por ferrovia.

Artigo 6.º
Inspeção do Material Circulante

1. As Partes Contratantes acordam que Inspetores de Material Circulante serão fornecidos por cada Parte Contratante para acompanhar a circulação de todos os comboios e material circulante na sua linha. Os Inspetores de Material Circulante devidamente designados devem possuir qualificações de acordo com os Regulamentos e Instruções em vigor para Inspetores de Carruagens e Vagões.

2. As Partes Contratantes acordam que todo o material circulante utilizado para tráfego direto será inspecionado e, quando necessário, atendido pelos Inspetores de Material Circulante.

3. As Partes Contratantes devem fornecer instalações para o movimento de material circulante nas suas rotas ferroviárias para o transporte de mercadorias em trânsito e devem fornecer um sistema eficiente de monitorização de material circulante.

Artigo 7.º
Disposições Institucionais

1. A Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN será o órgão responsável pela monitorização, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados com a implementação deste Protocolo.

2. A Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN deve submeter, através do Secretariado da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação deste Protocolo ao Conselho de Coordenação de Transporte em Trânsito, estabelecido ao abrigo do Artigo 29.2 do Acordo, para ações adicionais.

3. O Secretariado da ASEAN deve fornecer o apoio técnico e assistência necessários à Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN nas suas funções e responsabilidades ao abrigo deste Protocolo.

Artigo 8.º
Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo constituirá uma parte integrante do Acordo.

3. O presente Protocolo está sujeito à ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. Qualquer alteração às disposições deste Protocolo será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 6 – Estações Ferroviárias de Fronteira e Intercâmbio para implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Bens em Trânsito.

FEITO em Phnom Penh, Camboja, no dia Dezasseis de dezembro do ano Dois Mil e Onze, num único exemplar original na língua inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ABDULLAH BAKAR
Ministro das Comunicações

Pelo Governo Real do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
TRAM IV TEK
Ministro das Obras Públicas e Transportes

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
E. E. MANGINDAAN
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministro das Obras Públicas e Transportes

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO' SERI KONG CHO HA
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República da União de Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U NYAN HTUN AUNG
Ministro da União para os Transportes

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
EFREN C. MONCUPA
Subsecretário para Implementação de Projetos e Assuntos Especiais
Departamento dos Transportes e Comunicações das Filipinas

Pelo Governo da República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
LUI TUCK YEW
Ministro dos Transportes

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
POLÍCIA TENENTE-GENERAL CHATT KULDILOKE
Vice-Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
DINH LA THANG
Ministro dos Transportes

PROTOCOLO 7
SISTEMA DE TRÂNSITO ADUANEIRO

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da República da União do Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN [abreviatura original em língua inglesa]) (doravante designados individualmente como "Parte Contratante" e coletivamente como "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Bens em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname (doravante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 18.º e 25.º do mesmo preveem a conclusão de Protocolos de Implementação que constituirão partes integrantes do Acordo;

RECORDANDO que o Sistema Aduaneiro de Trânsito da ASEAN (ACTS [abreviatura original em língua inglesa]) visa o estabelecimento da Comunidade Económica da ASEAN, conforme estipulado no Plano da Comunidade Económica da ASEAN;

DESEJANDO encorajar e facilitar as operações de transporte interestaduais e em trânsito entre as Partes Contratantes;

REITERANDO que a conclusão deste Protocolo proporcionará um arranjo eficiente e eficaz para o comércio em trânsito entre as Partes Contratantes;

ACORDARAM O SEGUINTE:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos do presente Protocolo:

a) "Sistema de Trânsito Aduaneiro da ASEAN" ou "ACTS" significa o sistema aduaneiro de transporte em trânsito sob controlo aduaneiro, estabelecido ao abrigo deste Protocolo, para facilitar o movimento de mercadorias através do território de uma ou mais Partes Contratantes, quando a passagem por esse território ou territórios é apenas uma parte de uma viagem completa que começa e termina além da fronteira de uma ou mais Partes Contratantes por cujo território o tráfego passa;

b) "Procedimento ACTS" significa as regras e procedimentos que regem o ACTS, conforme especificado no presente Protocolo e no seu Anexo Técnico;

c) "Autoridades competentes" significa a autoridade aduaneira ou qualquer outra autoridade responsável pela aplicação das disposições deste Protocolo;

d) "Aduaneiras" significa as autoridades aduaneiras das Partes Contratantes;

e) "Dívida aduaneira" significa os direitos aduaneiros, impostos e taxas que possam ser incorridos relativamente a mercadorias colocadas sob o procedimento ACTS;

f) "Estação aduaneira de partida" significa qualquer estação aduaneira onde uma operação de trânsito começa;

g) "Estação aduaneira de destino" significa qualquer estação aduaneira onde uma operação de trânsito termina;

h) "Estação aduaneira de trânsito" significa qualquer estação aduaneira no ponto de saída ou entrada de uma Parte Contratante no contexto de uma operação de trânsito;

i) "Declaração aduaneira de trânsito" significa a declaração a ser apresentada pelo Principal à estação aduaneira de partida para colocar as mercadorias sob o procedimento ACTS;

j) "Técnicas de processamento de dados" significa a introdução das informações necessárias para a conclusão das formalidades concernentes nos sistemas de processamento de dados das autoridades competentes ou a troca de mensagens eletrónicas padrão com as autoridades competentes;

k) "Fiador" significa qualquer pessoa singular ou coletiva terceira que se comprometa, por escrito, a pagar solidariamente com o Principal qualquer dívida aduaneira potencial até ao valor garantido;

l) "Posto de garantia" significa o(s) posto(s) designado(s) por uma Parte Contratante para gerir os arranjos nesse país para a autorização de Fiadores e supervisão de garantias que cobrem operações de trânsito;

m)"Principal" significa a pessoa que coloca as mercadorias sob o procedimento ACTS, mesmo quando isso é feito por um representante autorizado;

n) "Operação de trânsito" significa o transporte de mercadorias de uma estação aduaneira de partida para uma estação aduaneira de destino sob o procedimento ACTS.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

Nos termos do Artigo 18.1 do Acordo, as Partes Contratantes acordam estabelecer o ACTS e aplicar as disposições do presente Protocolo ao trânsito de mercadorias nos seus territórios.

Artigo 3.º
Disposições Gerais

1. Sem prejuízo dos parágrafos 2 e 3 do presente Artigo, cada Parte Contratante deve permitir que as mercadorias sejam transportadas através do seu território sob o procedimento ACTS.

2. As Partes Contratantes podem proibir e/ou restringir certas mercadorias de utilizarem o ACTS, quando tal se justifique por motivos de moralidade pública, ordem pública ou segurança pública, proteção da saúde e vida de seres humanos, animais ou plantas, proteção de tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico, ou proteção de propriedade industrial ou comercial.

3. Após a assinatura deste Protocolo, a lista de mercadorias proibidas e/ou restritas para cada Parte Contratante será especificada num Anexo ao presente Protocolo. Cada Parte Contratante pode alterar a sua lista de mercadorias proibidas e/ou restritas, notificando prontamente o Secretário-Geral da ASEAN das alterações. O Secretário-Geral da ASEAN deve comunicar prontamente o Anexo atualizado às Partes Contratantes.

4. As mercadorias colocadas sob o procedimento ACTS não estão sujeitas ao pagamento de direitos e taxas, exceto encargos de transporte ou aqueles proporcionais às despesas administrativas decorrentes do trânsito ou ao custo dos serviços prestados, desde que sejam observadas as disposições do ACTS e tenha sido prestada qualquer garantia exigida ao abrigo do Artigo 5 do presente Protocolo. Esta disposição, no entanto, não impede:

   a) A cobrança de direitos e taxas no país de exportação quando tais direitos e taxas permaneçam devidos, quer as mercadorias sejam exportadas em trânsito ou sob um procedimento de exportação nacional; ou

   b) A cobrança de direitos e taxas num país de destino quando a operação de trânsito é terminada e as mercadorias são despachadas para consumo interno.

5. As condições a cumprir e as formalidades aduaneiras a aplicar a uma operação de trânsito serão especificadas na legislação nacional e/ou em avisos administrativos emitidos pelas autoridades competentes.

6. Como regra geral, as mercadorias colocadas sob o procedimento ACTS estão isentas de:

   a) Inspeções físicas aduaneiras de rotina durante o percurso, exceto a inspeção de selos e inspeções não intrusivas;

   b) Escoltas aduaneiras; e

   c) A obrigação de fornecer qualquer garantia ou caução adicional àquela prescrita no presente Protocolo e no seu Anexo Técnico.

7. As Partes Contratantes promoverão o uso de sistemas de tecnologias de informação e comunicação e técnicas de gestão de risco no que diz respeito a todas as disposições introduzidas para gerir o ACTS, de modo a garantir o ambiente de gestão mais eficiente tanto para as aduaneiras como para os operadores comerciais.

Artigo 4.º
Declaração de Trânsito Aduaneira

1. Uma declaração aduaneira de trânsito deve ser feita pelo Principal ou pelo seu representante autorizado para que as mercadorias sejam colocadas sob o procedimento ACTS.

2. A declaração aduaneira de trânsito e o Documento de Acompanhamento de Trânsito para os efeitos do procedimento ACTS devem estar em conformidade com o Anexo Técnico ao presente Protocolo.

Artigo 5.º
Garantia para Dívida Aduaneira

1. Para garantir o pagamento da dívida aduaneira que possa ser incorrida relativamente às mercadorias colocadas sob o procedimento ACTS, e exceto quando disposto em contrário, uma operação de trânsito deve ser coberta por uma garantia válida para todas as Partes Contratantes envolvidas nessa operação.

2. A garantia deve ser fornecida pelo Principal, e o valor máximo não deve exceder a dívida aduaneira potencial devida.

3. O Fiador deve estar estabelecido e ser aprovado pelo Posto de garantia na Parte Contratante onde a garan-

tia é fornecida. O Fiador deve fornecer um endereço para notificações no território de cada uma das Partes Contratantes envolvidas na operação de trânsito em questão. No caso do Fiador não ter um endereço para notificações, o Fiador deve nomear um agente em cada uma das Partes Contratantes envolvidas na operação de trânsito em questão.

Artigo 6.º
Incidentes Durante o Percurso

No caso de perda ou destruição das mercadorias, danos aos selos de trânsito ou qualquer outro incidente ou acidente que possa afetar a capacidade de cumprir o procedimento ACTS, o Principal, o operador de transporte ou outras pessoas com controlo sobre as mercadorias devem relatar o ocorrido imediatamente às autoridades competentes da Parte Contratante em cujo território o meio de transporte se encontra, as quais devem adotar regras e procedimentos para tais ocorrências em conformidade com o Anexo Técnico ao presente Protocolo.

Artigo 7.º
Infrações

1. Cada uma das Partes Contratantes terá o direito de excluir temporária ou permanentemente da utilização do procedimento ACTS qualquer pessoa culpada de uma infração grave contra a legislação aduaneira ou outra legislação ou regulamentação relevante aplicável ao transporte internacional de mercadorias que, a juízo das autoridades competentes, justifique tal ação.

2. Qualquer infração detetada no âmbito de uma operação de trânsito será tratada de acordo com a legislação nacional da Parte Contratante em causa.

Artigo 8.º
Procedimentos Simplificados

1. As autoridades competentes da Parte Contratante em cujo território é apresentada a candidatura para autorização podem autorizar determinados operadores económicos a utilizar procedimentos simplificados para operações de trânsito.

2. As responsabilidades desses operadores económicos autorizados, bem como os procedimentos simplificados, estão estabelecidos no Anexo Técnico ao presente Protocolo.

Artigo 9.º
Assistência Administrativa e Recuperação

As autoridades competentes das Partes Contratantes prestarão assistência mútua, de acordo com a respetiva legislação nacional, no que diz respeito a inquéritos e à investigação e/ou recuperação de créditos que surjam no âmbito de uma operação de trânsito.

Artigo 10.º
Disposições Institucionais

1. A Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN será responsável por monitorizar, rever, coordenar e supervisionar todos os aspetos relacionados com a implementação eficaz do presente Protocolo. A Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN pode designar grupos de trabalho ou comités relevantes para auxiliar no desempenho das suas responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

2. O Secretariado da ASEAN prestará o apoio e a assistência administrativa necessários à Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN no desempenho das suas funções e responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

3. Todas as alterações ao Anexo Técnico do presente Protocolo estarão sujeitas à aprovação da Reunião dos Diretores-Gerais das Alfândegas da ASEAN. As referidas alterações serão anexadas administrativamente ao presente Protocolo e farão parte integrante do mesmo.

Artigo 11.º
Disposições Diversas

1. Cada Parte Contratante adotará as medidas adequadas para garantir que as disposições do presente Protocolo sejam aplicadas de forma eficaz e harmoniosa, tendo em conta a necessidade de reduzir, tanto quanto possível, as formalidades impostas a qualquer parte que utilize o procedimento ACTS e a necessidade de alcançar soluções mutuamente satisfatórias para quaisquer dificuldades decorrentes da aplicação destas disposições.

2. As Partes Contratantes devem, na medida do possível e de acordo com a respetiva legislação nacional, fornecer-se mutuamente qualquer informação e manter-se reciprocamente informadas sobre qualquer medida que afete a operacionalização do presente Protocolo.

Artigo 12.º
Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo, com o seu Anexo e Anexo Técnico, constituirá parte integrante do Acordo. Em caso de inconsistência ou conflito, o Acordo prevalecerá sobre o presente Protocolo.

3. O presente Protocolo estará sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. O Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. Não podem ser feitas reservas ao presente Protocolo, seja no momento da assinatura, ratificação ou aceitação.

6. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo, exceto as alterações ao Anexo e ao Anexo Técnico, conforme previsto no parágrafo 3 do Artigo 3.º e no parágrafo 3 do Artigo 10.º do presente Protocolo, respetivamente, será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 7 sobre o Sistema de Trânsito Aduaneiro para implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias.

FEITO em Banguecoque, Tailândia, no dia 24 de fevereiro de 2015, num único exemplar, na língua inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Ministro das Finanças II do Gabinete do Primeiro-Ministro

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
KEAT CHHON
Vice-Primeiro-Ministro, Ministro da Economia e Finanças

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
AGUS D.W. MARTOWARDOJO
Ministro das Finanças

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SANTIPHAB PHOMVIHANE
Vice-Ministro das Finanças

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO' SERI AHMAD HUSNI MOHAMAD HANADZLAH
Ministro das Finanças II

Pelo Governo da República da União de Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
U WIN SHEIN
Ministro da União, Ministro das Finanças e Receitas

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
CESAR V. PURISIMA
Secretário do Departamento de Finanças

Pelo Governo da República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
THARMAN SHANMUGARATNAM
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SOMMAI PHASEE
Ministro das Finanças

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
TRUONG CHI TRUNG
Vice-Ministro das Finanças

ANEXO TÉCNICO
REGRAS E PROCEDIMENTOS DE TRÂNSITO ADUANEIROS DA ASEAN

SECÇÃO 1
DISPOSIÇÕES E PROCEDIMENTOS GERAIS

Artigo 1.º
Âmbito de Aplicação

Nos termos previstos no Protocolo 7 "Sistema de Trânsito Aduaneiro", o presente Anexo estabelece as regras e procedimentos que regem o Sistema de Trânsito Aduaneiro da ASEAN (ACTS [abreviatura original em língua inglesa]).

Artigo 2.º
Obrigações do Principal

1. Ao colocar mercadorias sob o procedimento ACTS, o Principal será responsável pelo pagamento de qualquer dívida aduaneira que possa surgir em decorrência de uma irregularidade ocorrida antes da conclusão da operação de trânsito. Esta responsabilidade aplica-se igualmente quando as mercadorias tenham sido colocadas sob o procedimento ACTS pelo representante autorizado do Principal.

2. O Principal deverá:

   a) Apresentar as mercadorias intactas, juntamente com os documentos necessários, no posto aduaneiro de destino, dentro dos prazos estabelecidos, exceto se tiver sido concedida uma autorização para encerrar o procedimento ACTS nas instalações de um operador económico, nos termos do Artigo 41 do presente Anexo;

   b) Apresentar às autoridades competentes, mediante solicitação e dentro dos prazos estipulados, todos os documentos e demais informações relevantes para a operação de trânsito; e

   c) Observar as disposições relativas ao ACTS.

3. Os parágrafos 1 e 2 do presente Artigo aplicar-se-ão

igualmente a um transportador ou outra pessoa jurídica ou natural que aceite as mercadorias e tenha conhecimento de que estas estão a ser transportadas sob o procedimento ACTS.

Artigo 3.º
Selagem

1. Como regra geral, as mercadorias em trânsito devem ser asseguradas mediante selagem:

   a) Do espaço que contém as mercadorias, quando o meio de transporte tiver sido aprovado pelas autoridades competentes nos termos das regulamentações relevantes e/ou for reconhecido pelo posto aduaneiro de partida como adequado para selagem; ou

   b) De cada embalagem individual, nos demais casos.

2. Os meios de transporte podem ser reconhecidos como adequados para selagem se:

   a) Os selos puderem ser facilmente e eficazmente afixados;

   b) Forem construídos de forma que nenhuma mercadoria possa ser removida ou introduzida sem deixar vestígios visíveis de violação ou sem quebrar os selos;

   c) Não houver espaços onde as mercadorias possam ser potencialmente escondidas; e

   d) Os espaços reservados para as mercadorias estiverem facilmente acessíveis para inspeção pelas autoridades competentes.

3. O posto aduaneiro de partida pode dispensar a exigência de selagem quando a natureza das mercadorias transportadas tornar essa medida impraticável, desde que haja uma descrição suficiente das mercadorias para garantir a sua fácil identificação.

SECÇÃO 2
UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Artigo 4.º
Aplicação da Troca Eletrónica de Dados para a Facilitação do Trânsito de Mercadorias

1. Sem prejuízo das circunstâncias especiais referidas no parágrafo 2 do Artigo 32.º do presente Anexo, as autoridades competentes das Partes Contratantes devem utilizar tecnologias de informação para gerir riscos e registar, controlar, monitorizar e trocar dados relativos ao procedimento ACTS.

2. Nos termos do parágrafo 1 do presente Artigo, os sistemas adotados devem incluir medidas para verificar a origem, autenticidade e integridade dos dados, bem como para protegê-los contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alteração ou acesso não autorizado.

3. As autoridades competentes devem estabelecer e manter arranjos de segurança adequados para o funcionamento eficaz, seguro e fiável dos sistemas informatizados do ACTS.

Artigo 5.º
Mensagens Eletrónicas Padrão para o Controlo das Operações de Trânsito

1. Na liberação das mercadorias, o posto aduaneiro de partida deve transmitir os detalhes da declaração aduaneira de trânsito da ASEAN ao posto aduaneiro de destino, utilizando a mensagem "Registo de Chegada Antecipada", e a cada posto aduaneiro de trânsito, utilizando a mensagem "Registo de Trânsito Antecipado".

2. O posto aduaneiro de trânsito deve registar a passagem das mercadorias com base na mensagem "Registo de Trânsito Antecipado" recebida do posto aduaneiro de partida. A passagem das mercadorias deve ser notificada ao posto aduaneiro de partida utilizando a mensagem "Notificação de Passagem de Fronteira". Esta notificação também pode ser utilizada pelos postos aduaneiros de trânsito para verificar se as mercadorias foram posteriormente colocadas sob controlo aduaneiro.

3. O posto aduaneiro de destino deve utilizar a mensagem "Aviso de Chegada" para notificar o posto aduaneiro de partida da chegada das mercadorias. A mensagem deve ser transmitida até ao dia seguinte à apresentação das mercadorias no posto aduaneiro de destino. O posto aduaneiro de destino pode reter uma cópia do Documento Acompanhante de Trânsito, se necessário.

4. Quando a operação de trânsito terminar nas instalações de um operador económico, nos termos da autorização concedida ao abrigo do Artigo 41 do presente Anexo, o posto aduaneiro de destino relevante deve ser informado da chegada das mercadorias antes da sua disposição.

5. Quando o posto de garantia e o posto aduaneiro de partida estiverem localizados nos territórios de diferentes Partes Contratantes, as mensagens a serem utilizadas para a troca de dados de garantia devem ser definidas por acordo mútuo entre as Partes Contratantes.

6. Salvo justificação, o posto aduaneiro de destino deve encaminhar a mensagem "Resultados do Controlo" ao posto aduaneiro de partida até dois dias após a apresentação das mercadorias no posto aduaneiro de destino.

SECÇÃO 3
GARANTIAS

Artigo 6.º
Disposições Gerais

1. O Principal deve fornecer uma garantia para cobrir o pagamento da dívida aduaneira que possa ser incorrida em relação às mercadorias colocadas sob o pro-

cedimento ACTS, exceto se tiver sido concedida uma isenção de garantia nos termos do parágrafo 8 do Artigo 11 do presente Anexo.

2. A garantia pode ser:

   a) Uma garantia de viagem única, cobrindo uma única operação de trânsito; ou

   b) Uma garantia de múltiplas viagens, cobrindo várias operações de trânsito.

3. O garante deve estar estabelecido no território da Parte Contratante onde a garantia é fornecida e deve ser aprovado pelo posto de garantia. O garante deve indicar um endereço para serviço nos territórios de cada uma das Partes Contratantes envolvidas na operação de trânsito para a qual atua como garante. No caso de o garante não ter um endereço para serviço, deve nomear um agente nos territórios de cada uma das Partes Contratantes envolvidas na operação de trânsito em questão.

4. O posto de garantia deve recusar a aprovação de um garante que não pareça capaz de assegurar o pagamento, dentro do prazo prescrito, de qualquer dívida aduaneira que possa ser incorrida até ao valor máximo garantido.

5. As garantias de viagem única devem conformar-se aos formatos a serem acordados pelas Partes Contratantes.

6. As garantias de múltiplas viagens devem conformar-se aos formatos a serem acordados pelas Partes Contratantes.

7. A responsabilidade do garante baseia-se na aceitação da sua garantia pelo posto de garantia. Torna-se efetiva a partir da data em que a declaração de trânsito aduaneiro por ele garantida é aceite pelo posto aduaneiro de partida.

8. No caso de uma garantia de viagem única ou de múltiplas viagens, a responsabilidade do garante limita-se ao valor máximo indicado na garantia.

9. O posto de garantia deve manter provas de que aceitou a garantia do garante e disponibilizá-las eletronicamente aos postos aduaneiros de partida, mediante solicitação.

10. O posto de garantia deve revogar a aceitação da garantia do garante se as condições estabelecidas no momento da emissão deixarem de ser cumpridas.

11. Todas as Partes Contratantes devem poder registar as suas preocupações sobre a capacidade de um garante para cumprir com as reivindicações e fornecer as respetivas justificações ao posto de garantia relevante, com base nas quais o fiador pode ser destituído.

Artigo 7.º
Garantias de Viagem Única

1. Uma garantia de viagem única deve cobrir o valor total da dívida aduaneira que possa ser incorrida na operação de trânsito em questão, calculado com base nas taxas mais elevadas de direitos, impostos e encargos aplicáveis às mercadorias nos territórios abrangidos pela operação de trânsito.

2. As garantias de viagem única podem ser fornecidas nas seguintes formas:

   a) Um depósito em dinheiro efetuado no posto de garantia;

   b) Vales de garantia emitidos ao Principal por um garante; ou

   c) Uma garantia fornecida por um garante.

A(s) forma(s) aceitável(is) de garantia será(ão) determinada(s) pelo posto de garantia no território da Parte Contratante onde está localizado o posto aduaneiro de partida.

Artigo 8.º
Depósitos em Dinheiro

1. O valor do depósito em dinheiro deve ser equivalente ao valor do montante total da dívida aduaneira que possa ser incorrida.

2. Os depósitos em dinheiro devem ser feitos na moeda do país de partida ou através da apresentação de qualquer outro meio de pagamento reconhecido pelo posto de garantia desse país, e efetuados de acordo com as disposições em vigor no país de partida.

3. As garantias de viagem única na forma de depósitos em dinheiro serão válidas para todas as Partes Contratantes.

4. Os depósitos em dinheiro serão reembolsados pelo posto de garantia quando as operações de trânsito a que se referem tiverem sido concluídas.

Artigo 9.º
Vales de Garantia de Viagem Única

1. O Principal pode utilizar vales de garantia de viagem única emitidos por um Garante.

2. O Principal deve entregar ao posto de garantia vales de garantia de viagem única no valor do montante total da dívida aduaneira que possa ser incorrida.

3. O garante deve indicar no vale de garantia de viagem única o território das Partes Contratantes para o qual é válido, o período de validade do referido vale e a última data em que pode ser utilizado, que não deve exceder noventa dias a partir da data da sua emissão.

4. Desde que um vale de garantia tenha sido aceite pelo

posto aduaneiro de partida até à data final de validade, o referido vale permanecerá válido até à conclusão da operação de trânsito a que se refere.

5. Os vales de garantia de viagem única devem ser numerados de forma única e conformar-se a um formato a ser acordado pelas Partes Contratantes.

6. O garante deve fornecer ao posto de garantia os detalhes necessários relativos aos vales que emitiu.

Artigo 10.º
Utilização de Garantias de Viagem Única

1. Um garante pode fornecer uma garantia de viagem única para cobrir uma única operação de trânsito.

2. A garantia de viagem única deve conformar-se a um formato a ser acordado pelas Partes Contratantes e deve conter o nome do Principal, sendo o seu valor equivalente ao valor do montante total da dívida aduaneira que possa ser incorrida.

3. Cada garantia de viagem única deve ser depositada no posto de garantia, e uma cópia da garantia será retida pelo posto aduaneiro de partida.

Após a conclusão da operação de trânsito, a garantia de viagem única será cancelada, e o garante será informado em conformidade.

Artigo 11.º
Garantia de Múltiplas Viagens

1. O Principal pode utilizar uma garantia de múltiplas viagens com base num montante de referência. O montante de referência deve ser equivalente ao valor do montante total da dívida aduaneira que possa ser incorrida em relação às mercadorias que o Principal coloca sob o procedimento ACTS por um período de pelo menos sete dias.

2. O posto de garantia relevante deve estabelecer o montante de referência em colaboração com o Principal, tendo em conta:

   a) Informações sobre as mercadorias que colocou no passado e/ou uma estimativa do parágrafo de remessas e do valor das mercadorias que pretende colocar sob o procedimento ACTS; e

   b) As taxas mais elevadas de direitos, impostos e encargos aplicáveis nos países de trânsito.

3. O posto de garantia deve rever o montante de referência pelo menos uma vez por ano, utilizando as informações recebidas dos postos aduaneiros de partida, e deve efetuar ajustes, se necessário.

4. O Principal deve informar o posto de garantia se o montante de referência cair abaixo de um nível suficiente para cobrir as suas operações de trânsito atuais ou previstas.

5. O montante a ser coberto por uma garantia de múltiplas viagens deve ser equivalente ao montante de referência referido no parágrafo 1 do presente Artigo.

6. Um Principal que satisfaça critérios relativos à sua experiência, fiabilidade e situação financeira pode ser autorizado a fornecer uma garantia por um montante reduzido ou a obter uma isenção de garantia, sujeito ao acordo das Partes Contratantes envolvidas nas operações de trânsito.

7. O montante da garantia exigida pode ser reduzido para:

   a) 50% do montante de referência, quando o Principal demonstrar que tem experiência suficiente em procedimentos aduaneiros; ou

   b) 25% do montante de referência, quando o Principal demonstrar que tem experiência suficiente em procedimentos aduaneiros e coopera muito de perto com as autoridades competentes.

8. Uma isenção de garantia pode ser concedida quando o Principal demonstrar que cumpre os critérios especificados no Artigo 15.º do presente Anexo, tem controlo sobre as operações de transporte e possui recursos financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações.

9. Na aplicação dos parágrafos anteriores, todas as Partes Contratantes devem ter em conta:

   a) As informações fornecidas pelo Principal nos formulários de candidatura padrão, num formato a ser acordado pelas Partes Contratantes; e

   b) Quaisquer comentários recebidos de outras Partes Contratantes, conforme previsto no parágrafo 7 do Artigo 16.º do presente Anexo.

Artigo 12.º
Utilização de Garantias de Múltiplas Viagens

1. A garantia de múltiplas viagens deve ser emitida por um garante.

2. O posto de garantia deve emitir ao Principal um ou mais certificados de garantia de múltiplas viagens, conformes a um formato a ser acordado pelas Partes Contratantes, para permitir que este comprove que detém uma garantia de múltiplas viagens.

3. Quando os dados da garantia forem trocados entre o posto de garantia e o posto aduaneiro de partida utilizando tecnologias de informação e comunicação, os detalhes do certificado de garantia devem ser inseridos na declaração de trânsito aduaneiro e impressos no Documento Acompanhante de Trânsito.

4. Na ausência de troca eletrónica de dados, o certificado deve ser apresentado ao posto aduaneiro de partida pelo Principal.

Artigo 13.º
Responsabilidade do Garante

1. O garante deve comprometer-se a pagar a dívida aduaneira devida nos termos das leis aduaneiras e de outras leis e regulamentos relevantes da Parte Contratante na qual foi identificada uma irregularidade relacionada com uma operação de trânsito. O garante será responsável, solidariamente com o Principal, pelo pagamento desses valores.

2. A responsabilidade do garante começa quando uma declaração de trânsito aduaneiro por ele garantida é aceite pelo posto aduaneiro de partida e será perante as autoridades competentes dessa Parte Contratante. O garante será automaticamente responsável perante as autoridades competentes de cada Parte Contratante subsequente no momento em que as mercadorias entram no território de cada Parte Contratante subsequente.

3. Sujeito ao parágrafo 8 do Artigo 6.º do presente Anexo, a responsabilidade do garante abrange não apenas as mercadorias incluídas na declaração de trânsito aduaneiro, mas também quaisquer outras mercadorias legítimas que possam estar contidas no compartimento de carga normal do veículo rodoviário ou contentor e que deveriam ter sido declaradas. Não se estende a quaisquer outras mercadorias.

4. Quando a operação de trânsito não tiver sido concluída, as autoridades competentes da Parte Contratante na qual foi identificada a irregularidade devem:

   a) No prazo de noventa dias a partir da data em que a declaração de trânsito aduaneiro foi aceite pelo posto aduaneiro de partida, notificar o garante de que o procedimento não foi concluído; e

   b) No prazo de duzentos e setenta dias a partir da data em que a declaração de trânsito aduaneiro foi aceite pelo posto aduaneiro de partida, notificar o garante de que ele pode ser obrigado a pagar a dívida aduaneira pela qual é responsável como garante na operação de trânsito em questão. A notificação deve conter:

      i. O parágrafo e a data da declaração de trânsito aduaneiro;

      ii. O nome do posto aduaneiro de partida;

      iii. O nome e endereço do Principal; e

      iv. O montante a ser reclamado.

5. O garante será liberado das suas obrigações pelas autoridades competentes em relação à operação de trânsito se nenhuma das notificações previstas no parágrafo 4 do presente Artigo lhe tiver sido emitida por escrito antes do termo do prazo relevante.

6. Quando uma notificação tiver sido emitida de acordo com o parágrafo 4 do presente Artigo, o garante será informado pelo posto de garantia sobre a recuperação da dívida aduaneira ou a conclusão da operação ACTS.

7. Quando as autoridades competentes de uma Parte Contratante tiverem concluído uma operação ACTS, não poderão mais reclamar do garante, a menos que a conclusão tenha sido obtida com base em informações fraudulentas.

8. Quando o garante não tiver sido informado de uma reclamação potencial decorrente de uma conclusão fraudulenta no prazo de um ano a partir da data em que a declaração de trânsito aduaneiro relevante foi aceite pelas autoridades aduaneiras no país de partida, ele será, em qualquer caso, absolvido de toda a responsabilidade relacionada com essa operação de trânsito.

9. O garante terá um prazo de trinta dias a partir da data em que uma reclamação escrita de pagamento foi feita para pagar os montantes reclamados. Os valores pagos serão reembolsados ao garante se, no prazo de um ano após a data do pagamento, for comprovado, de forma satisfatória para as autoridades competentes que fizeram a reclamação, que não foi cometida nenhuma irregularidade em relação à operação de trânsito em questão.

Artigo 14.º
Cancelamento e Revogação de Garantias

1. O serviço de garantia deve revogar a sua aceitação de uma garantia ou de uma autorização de dispensa de garantia do Principal se as condições estabelecidas no momento da emissão deixarem de ser cumpridas. A revogação produz efeitos imediatos.

2. Um garante pode cancelar a sua garantia a qualquer momento. O cancelamento terá lugar no décimo quarto dia seguinte à data em que a decisão foi notificada por escrito ao serviço de garantia.

3. A revogação ou o cancelamento não prejudicam quaisquer obrigações contraídas em resultado de operações de trânsito iniciadas antes da data em que a revogação ou o cancelamento produzem efeitos.

4. A partir da data em que a revogação ou o cancelamento produzem efeitos, qualquer certificado emitido antes dessa data não será válido para colocar mercadorias sob o procedimento ACTS, e o Principal deve devolver sem demora quaisquer certificados em sua posse ao serviço de garantia.

5. O serviço de garantia competente deve notificar cada Parte Contratante das medidas tomadas ao abrigo do parágrafo 1 do presente artigo.

SECÇÃO 4
OPERADORES DE TRÂNSITO AUTORIZADOS

Artigo 15.º
Critérios Gerais

1. Para ser elegível para o estatuto de Operador de Trânsi-

to Autorizado e para a utilização de procedimentos simplificados, devem ser cumpridas as seguintes condições gerais:

O requerente:

a) Deve estar estabelecido com sede social, sede central ou estabelecimento comercial permanente no território da Parte Contratante onde o pedido de autorização é feito; e

b) Deve utilizar regularmente o procedimento ACTS ou, no caso de um primeiro pedido de autorização, demonstrar a intenção de o fazer.

2. Para garantir uma gestão adequada dos procedimentos simplificados, as autorizações só podem ser concedidas quando a pessoa em causa mantém registos que permitam às autoridades competentes supervisionar o procedimento e realizar controlos eficazes.

3. Ao analisar os pedidos, as autoridades competentes devem ter em conta quaisquer condenações ao abrigo da legislação aduaneira ou fiscal nos últimos cinco anos.

Artigo 16.º
Pedidos e Decisões para Operadores de Trânsito Autorizados

1. Um pedido de estatuto de Operador de Trânsito Autorizado deve ser feito por escrito, num formato a acordar pelas Partes Contratantes, e ser assinado e datado. Deve especificar todos os procedimentos simplificados para os quais o operador solicitou autorização.

2. Uma pessoa que solicite o estatuto de Operador de Trânsito Autorizado e os procedimentos simplificados relacionados é responsável por:

a) A exatidão das informações fornecidas; e

b) A autenticidade dos documentos apresentados.

As autorizações concedidas com base em informações falsas ou deturpadas devem ser revogadas com efeito imediato.

3. Os pedidos devem ser apresentados às autoridades competentes das Partes Contratantes em que o requerente está estabelecido. Quando o requerente está estabelecido nos territórios de mais do que uma Parte Contratante, nada impede que apresente pedidos nos territórios de cada uma dessas Partes Contratantes, se assim o desejar.

4. As autorizações devem ser emitidas e os pedidos devem ser rejeitados de acordo com as disposições em vigor das Partes Contratantes.

5. As decisões que rejeitem total ou parcialmente os pedidos, ou um ou mais dos procedimentos simplificados solicitados, devem ser fundamentadas por escrito e indicar as razões da rejeição.

6. As decisões sobre os pedidos, desde que estes contenham informações suficientes, devem ser tomadas no prazo de noventa dias a partir da data de receção pelas autoridades competentes.

7. As decisões devem ser comunicadas às outras Partes Contratantes. Essas decisões estão sujeitas a revisão pelas outras Partes Contratantes, que podem enviar comentários no prazo máximo de trinta dias a partir da data de receção da comunicação, com base nos quais as decisões podem ser alteradas ou mantidas.

Artigo 17.º
Autorizações

1. Após um pedido de um Principal que satisfaça os critérios do Artigo 15.º do presente Anexo, as autoridades competentes podem conceder o estatuto de Operador de Trânsito Autorizado com a utilização de um ou mais dos seguintes procedimentos simplificados:

a) Utilização de uma garantia de múltiplas viagens;

b) Isenção da obrigação de apresentar as mercadorias e os meios de transporte no posto aduaneiro de partida;

c) Utilização de selos especiais aprovados; e

d) Utilização de outros procedimentos simplificados determinados pelas Partes Contratantes.

2. Exceto quando disposto em contrário, a autorização concedida para utilizar os procedimentos simplificados especificados na alínea a) do parágrafo 1 do presente artigo aplica-se nos territórios de todas as Partes Contratantes. Os procedimentos simplificados das alíneas b) e c) do parágrafo 1 do presente artigo aplicam-se apenas a operações de trânsito que comecem no território da Parte Contratante onde a autorização foi concedida.

3. O original datado e assinado de uma autorização e uma ou mais cópias devem ser entregues ao titular da autorização.

4. A autorização é válida a partir da data de emissão e deve especificar as condições relativas à utilização dos procedimentos simplificados concedidos.

Artigo 18.º
Alteração, Renúncia ou Revogação de Autorizações

1. O titular de uma autorização deve informar as autoridades competentes de qualquer facto ocorrido após a concessão da autorização que possa influenciar a sua validade ou conteúdo.

2. As autoridades competentes devem revogar ou alterar uma autorização quando:

a) O titular indicar o desejo de renunciar à sua autorização;

b) Uma ou mais declarações feitas no momento da emissão não eram, ou deixaram de ser, válidas;

c) Um facto ocorrido após a concessão da autorização influenciar a sua continuação ou conteúdo; ou

d) O titular não cumprir as suas obrigações como Operador de Trânsito Autorizado.

3. Exceto no caso de renúncia voluntária, o titular deve ser informado por escrito das razões de qualquer decisão de alteração ou revogação da autorização.

4. A revogação ou alteração de uma autorização produz efeitos a partir da data indicada na notificação escrita.

SECÇÃO 5
PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS

Artigo 19.º
Isenção de Apresentação de Mercadorias no Posto Aduaneiro de Partida

1. Um Principal que tenha obtido o estatuto de Operador de Trânsito Autorizado, incluindo o direito de utilizar uma garantia de múltiplas viagens, pode também ser autorizado a realizar operações de trânsito sem apresentar as mercadorias e a correspondente declaração aduaneira de trânsito no posto aduaneiro de partida. Esta isenção aplica-se, nomeadamente, aos meios de transporte das mercadorias em causa.

2. Esta faculdade só pode ser concedida quando o Principal apresentar as declarações de trânsito e comunicar com o posto aduaneiro de partida utilizando técnicas de processamento eletrónico de dados.

3. A declaração aduaneira de trânsito deve ser apresentada no posto aduaneiro de partida antes da liberação das mercadorias.

4. A autorização deve incluir o prazo dentro do qual o posto aduaneiro de partida deve indicar a intenção de realizar controlos, após o qual as mercadorias serão automaticamente liberadas.

5. Tal autorização deve especificar:

a) O posto ou postos aduaneiros de partida responsáveis pelas próximas operações de trânsito;

b) Como e até quando o Principal deve informar o posto aduaneiro de partida para que este possa realizar os controlos necessários antes da partida das mercadorias; e

c) As medidas a tomar para garantir que as mercadorias possam ser facilmente identificadas, incluindo a utilização de quaisquer selos especiais a afixar pelo Principal.

Artigo 20.º
Utilização de Selos Especiais Aprovados

1. As autoridades competentes podem autorizar um Principal a utilizar tipos especiais de selos em meios de transporte ou embalagens, desde que as autoridades competentes aprovem os selos como estando em conformidade com as características a acordar pelas Partes Contratantes.

2. O Principal deve inserir o parágrafo do selo no campo prescrito na declaração aduaneira de trânsito.

3. O Principal deve afixar os selos o mais tardar no momento da liberação das mercadorias.

Artigo 21.º
Dispensa de Assinatura Manual

O Principal pode ser autorizado a utilizar uma assinatura eletrónica ou outros meios de autenticação para validar declarações aduaneiras de trânsito que sejam elaboradas por um sistema integrado de processamento eletrónico ou automático.

SECÇÃO 6
OPERAÇÕES E PROCEDIMENTOS DE TRÂNSITO

Artigo 22.º
Meios de Transporte e Declarações

1. Cada declaração aduaneira de trânsito deve incluir apenas as mercadorias a serem carregadas num único meio de transporte para transporte de um posto aduaneiro de partida para um posto aduaneiro de destino.

2. Para os efeitos do presente artigo, um único meio de transporte inclui:

a) Um veículo rodoviário acompanhado do(s) seu(s) reboque(s) ou semirreboque(s); e

b) Contentores carregados num único meio de transporte, conforme definido na alínea a) do parágrafo 2 do presente artigo.

3. Um único meio de transporte pode ser utilizado para carregar mercadorias em mais do que um posto aduaneiro de partida e para descarregar em mais do que um posto aduaneiro de destino.

Artigo 23.º
Declarações Aduaneiras de Trânsito

1. Uma declaração aduaneira de trânsito deve ser apresentada no posto aduaneiro de partida através de técnicas de processamento eletrónico de dados.

2. As declarações aduaneiras de trânsito apresentadas eletronicamente através da troca de mensagens normalizadas devem cumprir a estrutura e os elementos estabelecidos num formato a acordar pelas Partes Contratantes.

3. Nestes casos, as autoridades competentes devem garantir que os dados de trânsito sejam trocados entre os postos aduaneiros de partida, trânsito e destino relevantes, utilizando tecnologias de informação e comunicação.

4. A declaração aduaneira de trânsito deve ser assinada eletronicamente ou autenticada de outra forma pelo Principal ou representante autorizado, que assim se responsabiliza por:

   a) A exatidão das informações fornecidas na declaração;

   b) A autenticidade de quaisquer documentos anexados; e

   c) O cumprimento de todas as suas obrigações relativas à utilização do procedimento ACTS.

5. O posto aduaneiro de partida deve aceitar e registar a declaração aduaneira de trânsito, desde que:

   a) Contenha todas as informações necessárias;

   b) Seja acompanhada de todos os documentos necessários; e

   c) As mercadorias a que se refere sejam apresentadas à alfândega, se for caso disso.

6. Quando o Principal estiver autorizado a iniciar operações de trânsito sem apresentação das mercadorias no posto aduaneiro de partida, deve inserir, o mais tardar no momento do envio das mercadorias, nos campos designados da declaração aduaneira de trânsito, se for caso disso, os detalhes de qualquer itinerário prescrito, o prazo dentro do qual as mercadorias devem ser apresentadas no posto aduaneiro de destino, as medidas de identificação aplicadas, e a seguinte frase deve ser impressa no Documento Acompanhante de Trânsito:

Em inglês: "Authorised Transit Trader - Presentation at Customs office of departure exemption".

7. Quando as autoridades competentes do país de partida verificarem um carregamento antes da sua partida, devem registar o facto no campo designado do Documento Acompanhante de Trânsito e atualizar o sistema em conformidade.

8. O Principal pode, com a aprovação das autoridades competentes no posto aduaneiro de partida, alterar um ou mais elementos da declaração aduaneira de trânsito após a sua aceitação. A alteração não pode afetar a natureza, o tipo ou a descrição oficial das mercadorias.

9. Nenhuma alteração é permitida quando o pedido é feito após as autoridades competentes no posto aduaneiro de partida:

   a) Informarem o Principal de que pretendem examinar as mercadorias;

   b) Constatarem que os elementos em questão estão incorretos; e

   c) Liberarem as mercadorias.

Artigo 24.º
Documento Acompanhante de Trânsito

1. Quando uma declaração aduaneira de trânsito for processada num posto aduaneiro de partida por um sistema informatizado, esse posto deve reter a declaração e autorizar a liberação das mercadorias emitindo ao Principal um Documento Acompanhante de Trânsito que esteja em conformidade com um formato a acordar pelas Partes Contratantes.

2. Quando aplicável, o Documento Acompanhante de Trânsito deve ser complementado por uma lista de itens, que constituirá parte integrante do mesmo e estará em conformidade com um formato a acordar pelas Partes Contratantes.

3. O Documento Acompanhante de Trânsito pode ser impresso nas instalações do Principal ou noutro sistema informático autorizado após a declaração aduaneira de trânsito ter sido aprovada pelo posto aduaneiro de partida.

Artigo 25.º
Procedimentos no Posto Aduaneiro de Partida

1. Quando exigido pelas autoridades competentes, o veículo rodoviário, o reboque e qualquer contentor, juntamente com as mercadorias e o Documento Acompanhante de Trânsito, devem ser apresentados ao posto aduaneiro de partida. O posto aduaneiro de partida deve tomar as medidas necessárias para se certificar da exatidão da declaração aduaneira de trânsito e para afixar os selos aduaneiros ou verificar os selos especiais.

2. Salvo isenção em contrário, a liberação de mercadorias a serem colocadas sob o procedimento ACTS deve ser recusada se não puderem ser seladas de acordo com o Artigo 3.º do presente Anexo.

3. Os selos não devem ser quebrados sem a autorização das autoridades competentes.

4. Quando o posto aduaneiro de partida prescrever um itinerário, deve ser tido em conta o que constitui uma rota economicamente justificada e qualquer informação fornecida pelo Principal. O Principal deve ser notificado do itinerário prescrito, que deve ser impresso, se necessário, no Documento Acompanhante de Trânsito.

5. O posto aduaneiro de partida deve estabelecer um prazo para a conclusão da operação de trânsito com a apresentação das mercadorias no posto aduaneiro de destino. Este prazo deve ter em conta o itinerário, qualquer legislação de transporte em vigor e, se for caso disso, informações fornecidas pelo Principal.

6. O prazo estabelecido pelo posto aduaneiro de partida é vinculativo para as autoridades competentes das Partes Contratantes cujos territórios sejam atravessados durante uma operação de trânsito.

7. Quando as mercadorias forem apresentadas no posto aduaneiro de destino após o término do prazo prescrito, mas este incumprimento se dever a circunstâncias não imputáveis ao transportador ou ao Principal, este último deve ser considerado como tendo cumprido o prazo prescrito.

Artigo 26.º
Procedimentos Durante a Operação de Trânsito

1. Em cada posto aduaneiro de trânsito e no posto aduaneiro de destino, o meio de transporte deve ser apresentado para fins de controlo às autoridades competentes, juntamente com as mercadorias e o Documento Acompanhante de Trânsito, bem como qualquer lista de itens relacionada.

2. Como regra geral, os postos aduaneiros de trânsito de cada uma das Partes Contratantes devem aceitar os selos aduaneiros de outras Partes Contratantes ou outros selos especiais aprovados, desde que estejam intactos. Os selos assim aceites devem ter, no território dessa Parte Contratante, a mesma proteção legal que os seus próprios selos aduaneiros.

3. Em circunstâncias excecionais, as autoridades competentes da Parte Contratante podem exigir que o meio de transporte seja acompanhado no seu território; quaisquer custos relacionados com o acompanhamento devem ser proporcionais ao serviço prestado.

4. As autoridades competentes não devem exigir a verificação rotineira do meio de transporte durante o percurso.

5. Não obstante o disposto no parágrafo 6 do Artigo 3.º do Protocolo 7, se os requisitos de controlo tornarem essencial que as autoridades competentes realizem uma verificação de um meio de transporte e das mercadorias nele contidas durante o percurso ou num posto aduaneiro de trânsito, devem registar no campo designado do Documento Acompanhante de Trânsito, e atualizar o sistema informatizado em conformidade, os detalhes dos controlos realizados e o parágrafo dos novos selos afixados.

Artigo 27.º
Incidentes Durante a Operação de Trânsito

1. Nos casos abaixo descritos, o transportador deve fazer as entradas necessárias no Documento Acompanhante de Trânsito e apresentá-lo com o carregamento e quaisquer outros documentos de trânsito relacionados às autoridades competentes da Parte Contratante em cujo território o meio de transporte se encontra:

   a) Se o itinerário prescrito pelas autoridades competentes for alterado;

   b) Se os selos forem quebrados durante uma operação de transporte por motivos alheios ao controlo do transportador;

   c) Se as mercadorias forem transferidas para outro meio de transporte semelhante por motivos alheios ao controlo do transportador;

   d) Em caso de perigo iminente que exija a descarga imediata, parcial ou total, do meio de transporte; e

   e) Em caso de qualquer incidente ou acidente que possa afetar a capacidade do Principal ou do transportador de cumprir as suas obrigações.

2. Quando as autoridades competentes considerarem que a operação de trânsito em causa pode continuar normalmente, devem endossar o campo designado do Documento Acompanhante de Trânsito e atualizar o sistema informatizado em conformidade.

3. Quando, por motivos justificáveis, as mercadorias forem transportadas através de um posto aduaneiro de trânsito diferente daquele notificado ao posto aduaneiro de partida e mencionado na declaração, o referido posto deve notificar eletronicamente o posto aduaneiro de trânsito originalmente designado.

Artigo 28.º
Fim da Operação de Trânsito

1. A apresentação das mercadorias e dos documentos de trânsito relacionados no posto aduaneiro de destino é considerada como o fim da operação de trânsito.

2. O posto aduaneiro de destino deve registar os documentos apresentados e registar no Documento Acompanhante de Trânsito a data de chegada e inserir os detalhes dos controlos realizados, atualizando o sistema informatizado em conformidade.

3. O posto aduaneiro de destino deve notificar o posto aduaneiro de partida e o(s) posto(s) aduaneiro(s) de trânsito de que a operação de trânsito terminou, enviando uma mensagem de "Aviso de Chegada".

4. Uma operação de trânsito pode terminar num posto dentro do país de destino diferente daquele indicado na declaração aduaneira de trânsito. O referido posto, que passará a ser o posto aduaneiro de destino, deve notificar o posto aduaneiro de destino original e o posto aduaneiro de partida em conformidade.

Artigo 29.º
Recibo de Término da Operação de Trânsito

1. A pedido do Principal ou do transportador, e para fins de fornecer prova adicional de que a operação de trânsito foi corretamente concluída, o posto aduaneiro de destino deve endossar o Documento Acompanhante de Trânsito de forma apropriada.

2. O Documento Acompanhante de Trânsito endossado deve ser mantido pelo transportador da operação de trânsito como prova documental.

Artigo 30.º
Término da Operação de Trânsito

1. O controlo das mercadorias e os registos correspondentes nos registos do posto aduaneiro de destino são considerados como o término da operação de trânsito.

2. O término de uma operação de trânsito deve ser certificado pelo posto aduaneiro de destino sem demora. O término pode ser com ou sem reservas. Quando o término for certificado com reservas, isso deve ser devido a factos relacionados com a própria operação de trânsito.

3. O posto aduaneiro de destino deve notificar o posto aduaneiro de partida de que o procedimento de trânsito foi terminado, enviando uma mensagem de "Resultados de Controlo".

4. Nos casos em que as mercadorias sejam colocadas sob outro procedimento aduaneiro ou outro sistema de controlo aduaneiro, todas as irregularidades que possam ser cometidas no âmbito desse outro procedimento aduaneiro ou sistema de controlo aduaneiro não serão atribuídas à responsabilidade do garante da operação de trânsito.

Artigo 31.º
Liberação da Operação de Trânsito

O posto aduaneiro de partida deve liberar a operação de trânsito quando estiver em condições de estabelecer, com base numa comparação entre a declaração aduaneira de trânsito apresentada ao posto aduaneiro de partida e as informações do posto aduaneiro de destino, que o procedimento foi corretamente terminado.

Artigo 32.º
Procedimentos de Contingência

1. Os procedimentos de contingência estabelecidos no presente artigo referem-se a procedimentos baseados na utilização de documentos em papel para permitir a apresentação e controlo de declarações aduaneiras de trânsito e a monitorização de operações de trânsito quando não for possível implementar os procedimentos eletrónicos padrão, no todo ou em parte, devido a avarias nos sistemas informatizados.

2. Os procedimentos de contingência aplicam-se:

   a) Quando os sistemas informatizados das autoridades competentes não estiverem a funcionar;

   b) Quando os sistemas informatizados do Principal não estiverem a funcionar; ou

   c) Quando toda ou parte da rede entre o Principal e as autoridades competentes não estiver a funcionar.

3. Nas situações mencionadas no parágrafo 2 do presente artigo, as mercadorias podem ser colocadas sob o procedimento ACTS através de uma declaração de trânsito em papel, elaborada num formulário correspondente a um formato padrão a acordar pelas Partes Contratantes e de acordo com os procedimentos acordados entre as Partes Contratantes.

4. Quando os sistemas informatizados entre o posto aduaneiro de partida e o posto aduaneiro de destino e/ou um ou mais postos aduaneiros de trânsito não estiverem a funcionar, deve ser produzida uma cópia adicional do Documento Acompanhante de Trânsito para cada um desses postos.

5. O transportador deve apresentar o Documento Acompanhante de Trânsito e uma cópia adicional a cada um desses postos. A cópia deve ser retida pelo posto aduaneiro que a processar. O original do Documento Acompanhante de Trânsito deve ser carimbado e devolvido ao transportador.

6. Todos os registos manuais relativos a operações de trânsito devem ser introduzidos nos sistemas informatizados o mais rapidamente possível pelo Principal e pelos respetivos postos aduaneiros de partida, trânsito e destino.

SECÇÃO 7
PROCEDIMENTOS PÓS-TRÂNSITO

Artigo 33.º
Procedimento de Inquérito para Estabelecer o Término Correto de uma Operação de Trânsito

1. O posto aduaneiro de partida deve iniciar um procedimento de inquérito imediatamente sempre que não tiver recebido a mensagem de "Aviso de Chegada" no prazo de dois dias após o término do prazo dentro do qual as mercadorias devem ser apresentadas no posto aduaneiro de destino ou a mensagem de "Resultados de Controlo" no prazo de seis dias após ter recebido a mensagem de "Aviso de Chegada".

2. O procedimento de inquérito deve ser iniciado para obter as informações necessárias para liberar a operação de trânsito ou, quando isso não for possível, para:

   a) Estabelecer se foi incorrida uma dívida aduaneira;

   b) Identificar o devedor; e

   c) Determinar as autoridades competentes responsáveis pela cobrança.

3. Nos casos em que o posto aduaneiro de partida tiver recebido a mensagem de "Aviso de Chegada", mas não a mensagem de "Resultados de Controlo", deve iniciar um procedimento de inquérito enviando ao posto aduaneiro de destino um pedido de lembrete para a mensagem de "Resultados de Controlo".

4. Se o posto aduaneiro de partida não tiver recebido a

mensagem de "Aviso de Chegada", deve iniciar um procedimento de inquérito enviando ao posto aduaneiro de destino um pedido para confirmar que as mercadorias não foram apresentadas. O posto aduaneiro de destino deve responder a tais pedidos no prazo de sete dias.

5. Quando o procedimento de inquérito referido acima não produzir provas satisfatórias de que a operação de trânsito foi corretamente terminada, aplicar-se-ão os procedimentos adicionais especificados no Artigo 34.º do presente Anexo.

Artigo 34.º
Informação ao Principal e Prova Alternativa de Término

1. Se o posto aduaneiro de partida, após ter iniciado um procedimento de inquérito eletrónico ao abrigo do Artigo 33.º do presente Anexo, não tiver recebido confirmação do término dentro dos prazos prescritos, deve informar o Principal e solicitar-lhe que apresente, no prazo de trinta dias a partir da receção da carta, prova de que o procedimento foi corretamente terminado.

2. A prova referida no parágrafo 1 do presente artigo pode ser na forma de um documento certificado pelas autoridades competentes do país de destino, que estabeleça que as mercadorias foram apresentadas no posto aduaneiro de destino.

3. A operação de trânsito também será considerada como tendo sido terminada quando o Principal apresentar, de forma satisfatória para as autoridades competentes, provas que demonstrem que as mercadorias entraram posteriormente noutro procedimento aduaneiro no país de destino.

4. Quando o Principal fornecer provas satisfatórias de que a operação de trânsito foi corretamente terminada sob controlo aduaneiro, o posto aduaneiro de partida pode liberar a operação de trânsito, não obstante as mercadorias não terem sido apresentadas no posto aduaneiro de destino original. O posto aduaneiro de destino original deve ser notificado no prazo de seis dias.

5. Quando as investigações realizadas pelo posto aduaneiro de partida estabelecerem independentemente que a operação de trânsito foi corretamente terminada sob controlo aduaneiro, deve informar o Principal e notificar o posto aduaneiro de destino original em conformidade.

Artigo 35.º
Dívida Aduaneira e Cobrança

1. Uma dívida aduaneira, nos termos da alínea d) do Artigo 1.º do Protocolo 7, é incorrida:

   a) Pela remoção ilegal de mercadorias do procedimento ACTS; ou

   b) Quando as mercadorias não tiverem sido removidas ilegalmente, mas houver um incumprimento de uma das obrigações decorrentes da utilização do procedimento ACTS ou do incumprimento de uma condição que rege a colocação das mercadorias sob o procedimento ACTS.

2. O direito de uma autoridade competente de reclamar uma dívida aduaneira é determinado:

   a) Pelo local onde ocorreu a irregularidade que deu origem à dívida aduaneira; ou

   b) Quando não for possível estabelecer em que território foi cometida uma irregularidade, considera-se que foi cometida no território da Parte Contratante onde foi detetada.

3. A pessoa responsável primária pela dívida aduaneira é o Principal. O garante é solidariamente responsável pela dívida aduaneira.

4. As seguintes pessoas também são responsáveis pela dívida aduaneira:

   a) A pessoa que removeu ilegalmente as mercadorias do procedimento ACTS;

   b) Qualquer pessoa que tenha participado nessa remoção e que soubesse ou devesse razoavelmente saber que as mercadorias estavam a ser removidas ilegalmente do procedimento ACTS; e

   c) Qualquer pessoa que tenha adquirido ou detido as mercadorias em questão e que soubesse ou devesse razoavelmente saber, no momento da aquisição ou receção, que as mercadorias tinham sido removidas ilegalmente do procedimento ACTS.

O fato de as pessoas acima mencionadas serem responsáveis pela dívida aduaneira não exonera o Principal e o garante da sua responsabilidade. Não obstante, o pagamento da dívida aduaneira por essas pessoas responsáveis pode descarregar total ou parcialmente a responsabilidade do Principal e/ou do garante, conforme o caso.

5. Nenhuma dívida aduaneira em relação a mercadorias colocadas sob o procedimento ACTS é incorrida quando a pessoa em causa provar que o incumprimento das obrigações decorrentes se deve à destruição total ou perda irremediável dessas mercadorias como resultado da sua natureza real, força maior ou consequência de autorização pelas autoridades competentes. As mercadorias são consideradas perdidas irremediavelmente quando forem certificadas como inutilizáveis pelas autoridades competentes com direito a reclamar.

6. Quando as autoridades competentes considerarem que as mercadorias sofreram uma alteração substancial como resultado da sua natureza real, força maior ou consequência de autorização pelas autoridades competentes, mas uma dívida aduaneira permanecer, as autoridades competentes devem calcular essa dívida considerando o tipo, qualidade, quantidade, peso e valor aduaneiro correspondente dessas mercadorias no momento em que a dívida é devida.

Artigo 36.º
Assistência Administrativa - Disposições Gerais

1. As Partes Contratantes devem prestar-se assistência mútua com o objetivo de determinar o estado das operações de trânsito e para a cobrança de créditos decorrentes de irregularidades não resolvidas.

2. A extensão da assistência a ser prestada deve estar dentro da competência da autoridade em causa e sujeita às suas leis nacionais e, em particular, sem prejuízo da legislação nacional sobre proteção de dados ou outras restrições legais à transmissão de informações.

3. Todas as informações fornecidas no âmbito de um inquérito sobre uma operação de trânsito só podem ser utilizadas para os fins de resolver o estado da(s) operação(ões) de trânsito em causa e prosseguir crédito(s) decorrentes diretamente de qualquer irregularidade no procedimento de trânsito.

4. As autoridades competentes das Partes Contratantes em causa devem fornecer-se mutuamente quaisquer detalhes necessários para identificar os responsáveis por uma operação de trânsito, incluindo os de:

   a) O Principal;

   b) O Transportador (se diferente do Principal);

   c) O Expedidor (se diferente do Principal);

   d) O Consignatário;

   e) O Garante; e

   f) O(s) Agente(s) Nacional(is) do Garante.

5. Todos os inquéritos relativos a operações de trânsito específicas devem mencionar:

   a) O parágrafo de referência da declaração aduaneira de trânsito;

   b) Outras informações necessárias para identificar a operação de trânsito; e

   c) Os motivos do inquérito.

6. Em caso de suspeita de irregularidades deliberadas, os pedidos de informação podem ser estendidos ao uso geral do sistema de trânsito por um determinado Principal.

7. O material disponibilizado a outra Parte Contratante pode incluir, mas não se limita a, todos os seguintes elementos relevantes:

   a) Documentos;

   b) Relatórios;

   c) Registos de procedimentos; e

   d) Informações relacionadas com irregularidades e infrações decorrentes da utilização do procedimento ACTS.

8. Quando, como resultado de um inquérito, o Principal for considerado responsável por uma dívida aduaneira, nos termos do Artigo 2.º do presente Anexo, a autoridade competente da Parte Contratante onde ele está estabelecido deve prestar assistência à autoridade reclamante na notificação dessa responsabilidade.

9. Os pedidos de informação e assistência devem ser feitos num formato padrão a acordar pelas Partes Contratantes.

10. Nada nestes Artigos impede as autoridades competentes de um país de trânsito de iniciar um procedimento de inquérito quando parecer que ocorreu uma irregularidade no seu território.

11. Nada nestes Artigos impede uma autoridade competente de fazer uma reclamação quando for estabelecido que ocorreu uma irregularidade que incorreu numa dívida aduaneira no seu território.

12. Independentemente de quaisquer prazos máximos especificados, as autoridades competentes do país de destino e, quando aplicável, o(s) posto(s) aduaneiro(s) de trânsito chamados a agir em conexão com um inquérito, devem responder sem demora.

Artigo 37.º
Assistência Administrativa para a Cobrança de Créditos

1. O presente artigo estabelece as regras sobre assistência mútua para a cobrança de créditos relativos a uma operação de trânsito quando estes surgem no território de uma Parte Contratante diferente daquela onde o Principal está estabelecido.

2. O pedido de assistência na cobrança de um crédito deve indicar:

   a) O nome e endereço da pessoa em causa;

   b) Os detalhes da operação de trânsito em causa;

   c) Os motivos da reclamação;

   d) O montante a reclamar; e

   e) Qualquer outra informação relevante exigida pela autoridade requerida.

3. A autoridade requerida deve informar prontamente, e em qualquer caso no prazo de sessenta dias a partir da receção do pedido, a autoridade requerente das ações tomadas para auxiliar na cobrança do crédito e de qualquer resultado.

4. Alternativamente, a autoridade requerida deve informar prontamente a autoridade requerente de quaisquer motivos para recusar a assistência.

5. A autoridade requerente não pode fazer um pedido de cobrança quando o crédito estiver a ser contestado ao abrigo da sua própria legislação nacional.

6. A autoridade requerida deve suspender qualquer ação de cobrança quando o Principal apresentar provas satisfatórias de que o crédito está a ser contestado no país da autoridade requerente. Nestes casos, a autoridade requerida deve notificar prontamente a autoridade requerente.

7. A autoridade requerente deve indicar o montante do crédito a ser cobrado tanto na moeda em que se situa como na moeda da autoridade requerida, à taxa de câmbio vigente na data em que o pedido é feito.

8. Em circunstâncias normais, o Principal ou o garante, conforme o caso, deve remeter diretamente o montante cobrado à autoridade requerente.

9. Quando a garantia for na forma de um depósito em dinheiro, a autoridade requerida deve organizar o pagamento para ser remetido à autoridade requerente na sua moeda nacional.

10. Quando o crédito não puder ser cobrado do Principal, a autoridade requerente deve ser notificada em conformidade e, subsequentemente, iniciar procedimentos de cobrança contra o garante através do seu representante nacional nomeado.

SECÇÃO 8
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 38.º
Veículos e Contentores para Efeitos de Operações de Trânsito

1. O veículo de transporte rodoviário de trânsito, a combinação de veículo de transporte rodoviário de trânsito e reboque ou contentor que transporte mercadorias não deve ser declarado como mercadoria ao abrigo do procedimento ACTS. Nenhuma garantia é exigida para o veículo rodoviário, a combinação de veículo de transporte rodoviário de trânsito e reboque ou contentor.

2. As disposições do parágrafo 1 do presente artigo não impedem uma Parte Contratante de exigir a realização de formalidades nos postos aduaneiros de trânsito ou de destino para garantir que o veículo rodoviário, a combinação de veículo rodoviário e reboque ou contentor será reexportado.

Artigo 39.º
Discrepâncias Menores

1. As Partes Contratantes devem desconsiderar discrepâncias menores no cumprimento dos prazos ou rotas prescritos.

2. Discrepâncias menores, como as decorrentes de um erro tipográfico, entre os elementos no Documento Acompanhante de Trânsito ou na declaração aduaneira de trânsito e o conteúdo real do meio de transporte não devem, ipso facto, impedir a liberação da operação de trânsito.

Artigo 40.º
Exclusão

1. Cada uma das Partes Contratantes tem o direito de excluir temporária ou permanentemente da utilização do procedimento ACTS qualquer pessoa culpada de uma infração grave contra as leis ou regulamentos aduaneiros ou outros relevantes aplicáveis ao transporte internacional de mercadorias que, na opinião das autoridades competentes, justifique tal ação.

2. Esta exclusão deve ser notificada no prazo de sete dias às autoridades competentes de todas as outras Partes Contratantes e, quando aplicável, ao garante relevante.

Artigo 41.º
Autorização para Terminar um Procedimento ACTS nas Instalações de um Operador

1. Os operadores podem ser autorizados a receber mercadorias colocadas sob uma operação de trânsito sem que as mercadorias e o correspondente Documento Acompanhante de Trânsito tenham de ser apresentados no posto aduaneiro de destino.

2. Tal autorização só deve ser concedida quando o operador:

   a) For um Principal que tenha obtido o estatuto de Operador de Trânsito Autorizado; ou

   b) Não for um Principal, conforme definido na alínea a) do parágrafo 2 do presente artigo, mas puder cumprir critérios determinados pela Parte Contratante em cujo território está estabelecido.

3. A autorização deve especificar, em particular:

   a) O(s) posto(s) aduaneiro(s) de destino responsável(eis) pelas mercadorias recebidas pelo consignatário autorizado;

   b) Como e até quando o consignatário autorizado deve informar o posto aduaneiro de destino da chegada das mercadorias para que o posto possa realizar os controlos necessários;

   c) Quaisquer mercadorias a que a autorização não se aplica e que devem ser apresentadas no posto aduaneiro de destino; e

   d) Os arranjos para o operador receber a mensagem de "Registo de Chegada Antecipada" do posto aduaneiro de destino.

4. As autoridades competentes devem especificar na autorização se é necessária qualquer ação por parte do posto aduaneiro de destino antes de o operador poder dispor das mercadorias.

5. Quando as mercadorias chegarem às suas instalações ou aos locais especificados na autorização, o operador deve:

   a) Informar imediatamente o posto aduaneiro de destino de quaisquer quantidades excedentes, défices, substituições ou outras irregularidades, como selos quebrados; e

   b) Enviar imediatamente, e antes da descarga, uma mensagem eletrónica de "Aviso de Chegada" ao posto aduaneiro de destino.

6. A operação de trânsito é considerada terminada quando os documentos que acompanhavam o carregamento, juntamente com as mercadorias intactas, tiverem sido entregues dentro do prazo prescrito nas instalações do operador autorizado.

7. A pedido do transportador, o consignatário autorizado ao abrigo do parágrafo 1 do presente artigo deve emitir um recibo para cada carregamento entregue.

8. Ao receber a mensagem de "Aviso de Chegada", o posto aduaneiro de destino deve determinar se é necessária uma inspeção e realizar o término da operação de trânsito de acordo com o Artigo 30.º do presente Anexo.

Artigo 42.º
Confidencialidade

1. Nada no presente Anexo deve ser interpretado como exigindo que qualquer Parte Contratante permita o acesso a informações confidenciais, cuja divulgação:

   a) Seja contrária ao interesse público, conforme determinado pela sua legislação;

   b) Seja contrária a qualquer das suas legislações, incluindo, mas não se limitando a, legislação que proteja a privacidade pessoal ou os assuntos financeiros e contas de clientes individuais de instituições financeiras;

   c) Dificulte a aplicação da lei; ou

   d) Prejudique interesses comerciais legítimos, que podem incluir a posição competitiva de qualquer empresa específica, pública ou privada.

2. Quando uma Parte Contratante fornecer informações a outra Parte Contratante de acordo com o presente Anexo e designar as informações como confidenciais, a Parte que recebe as informações deve manter a confidencialidade das informações, utilizá-las apenas para o fim especificado pela Parte que as fornece e não divulgá-las sem a permissão escrita específica da Parte que fornece as informações.

PROTOCOLO 8
MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS PARA IMPLEMENTAR O ACORDO-QUADRO DA ASEAN SOBRE

A FACILITAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados-Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designados como "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-Quadro da ASEAN [abreviatura original em língua inglesa] sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname (doravante designado como "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 19.O, 22.O e 25.O do mesmo preveem a conclusão de Protocolos de implementação que constituirão partes integrantes do Acordo;

RECORDANDO ainda o Plano de Ação de Hanói, adotado pelos Chefes de Estado/Governo da ASEAN na Sexta Cimeira da ASEAN em Hanói, Vietname, nos dias 15 e 16 de dezembro de 1998, que estipula a operacionalização do Acordo até ao ano 2000;

DESEJANDO encorajar e facilitar as operações de transporte interestadual e em trânsito entre as Partes Contratantes;

REITERANDO que a conclusão deste Protocolo proporcionará um arranjo eficiente e eficaz para o comércio em trânsito entre as Partes Contratantes;

ACORDAM, portanto, o seguinte:

Artigo 1.º
Definições

1. Para os efeitos do presente Protocolo:

   a. "Mercadorias" significam:

      - Qualquer planta, produto vegetal ou qualquer outro objeto ou material capaz de albergar ou disseminar pragas vegetais;

      - Qualquer animal, incluindo animais aquáticos, produto animal ou qualquer outro objeto ou material capaz de albergar ou disseminar doenças animais e zoonoses; e

      - Alimentos, bebidas e rações capazes de conter aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças prejudiciais à vida ou saúde humana ou animal,

exceto aquelas mercadorias cujo movimento seja proibido

ou restrito nos territórios de uma Parte Contratante, conforme especificado em qualquer dos outros Protocolos do Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito.

b. "Medidas sanitárias e fitossanitárias" significam quaisquer medidas aplicadas:

- Para proteger a vida ou saúde animal ou vegetal no território da Parte Contratante contra riscos decorrentes da entrada, estabelecimento ou disseminação de pragas, doenças, organismos portadores de doenças ou organismos causadores de doenças;

- Para proteger a vida ou saúde humana ou animal no território da Parte Contratante contra riscos decorrentes de aditivos, contaminantes, toxinas ou organismos causadores de doenças em alimentos, bebidas ou rações;

- Para proteger a vida ou saúde humana no território da Parte Contratante contra riscos decorrentes de doenças transportadas por animais, plantas ou seus produtos, ou da entrada, estabelecimento ou disseminação de pragas; ou

- Para prevenir ou limitar outros danos no território da Parte Contratante decorrentes da entrada, estabelecimento ou disseminação de pragas.

As medidas sanitárias ou fitossanitárias incluem todas as leis, decretos, regulamentos, requisitos e procedimentos relevantes, incluindo, entre outros, critérios de produto final; processos e métodos de produção; procedimentos de teste, inspeção, certificação e aprovação; tratamentos de quarentena, incluindo requisitos relevantes associados ao transporte de animais ou plantas, ou aos materiais necessários para a sua sobrevivência durante o transporte; disposições sobre métodos estatísticos relevantes, procedimentos de amostragem e métodos de avaliação de risco; e requisitos de embalagem e rotulagem diretamente relacionados com a segurança alimentar.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

1. As disposições do presente Protocolo aplicam-se ao trânsito de mercadorias nos territórios das Partes Contratantes, particularmente quando o trânsito envolver Estados-Membros da ASEAN que sejam partes deste Protocolo.

Artigo 3.º
Obrigações

1. Nos termos do Artigo 19.º do Acordo, as Partes Contratantes concordam que as leis, regulamentos e procedimentos para o trânsito de mercadorias nos seus respetivos territórios serão listados no Anexo ao presente Protocolo. Na aplicação das suas medidas sanitárias e fitossanitárias, as Partes Contratantes concordam em orientar-se, sempre que possível, por normas, diretrizes e recomendações relevantes desenvolvidas por organizações internacionais e regionais, tais como a Comissão do Codex Alimentarius, o Escritório Internacional de Epizootias, a Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (IPPC [abreviatura original em língua inglesa]) e a ASEAN.

2. As Partes Contratantes concordam em garantir que as suas leis, regulamentos e procedimentos sanitários e fitossanitários nacionais para o trânsito de mercadorias nos seus respetivos territórios estejam prontamente disponíveis para qualquer Parte interessada. A lista das leis, regulamentos e procedimentos sanitários e fitossanitários nacionais das Partes Contratantes que regem o trânsito de determinadas mercadorias nos seus respetivos territórios, conforme estabelecido no Artigo 3.º(1), está anexada ao presente Protocolo, constituindo parte integrante do mesmo.

3. Cada Parte Contratante deve notificar o Secretariado da ASEAN de qualquer alteração às suas leis, regulamentos e procedimentos sanitários e fitossanitários nacionais no Anexo, para disseminação pelo Secretariado da ASEAN a todas as outras Partes Contratantes.

4. As Partes Contratantes concordam ainda em consultar-se mutuamente para estabelecer arranjos e procedimentos de inspeção sanitários e fitossanitários bilaterais, multilaterais ou da ASEAN, a fim de facilitar o trânsito de determinadas mercadorias através dos seus territórios, quando as leis, regulamentos e procedimentos sanitários e fitossanitários nacionais sobre o trânsito dessas mercadorias nos seus respetivos territórios ainda não tiverem sido estabelecidos.

Artigo 4.º
Medidas de Emergência

Não obstante as obrigações das Partes Contratantes contidas no presente Protocolo, cada Parte Contratante pode, em caso de surtos de doenças ou pragas, adotar e implementar medidas de emergência apropriadas para proteger a vida e a saúde de pessoas, animais ou plantas no seu território, devendo a Parte Contratante que implementar as medidas notificar imediatamente as Partes Contratantes relevantes e o Secretariado da ASEAN sobre as medidas específicas e os produtos abrangidos.

Artigo 5.º
Arranjos Institucionais

1. A Reunião de Altos Funcionários da ASEAN dos Ministros da Agricultura e Florestas (SOM-AMAF [abreviatura original em língua inglesa]) será o órgão responsável pela monitorização, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados com a implementação eficaz do presente Protocolo.

2. A SOM-AMAF deve submeter, através do Secretariado da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação do presente Protocolo ao Conselho Coordenador de Transporte em Trânsito, para ações subsequentes.

3. O Secretariado da ASEAN deve fornecer o apoio técnico e assistência necessários à SOM-AMAF no desempenho das suas funções e responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

Artigo 6.º
Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que fornecerá prontamente uma cópia autenticada a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo complementa o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname, e, entre as Partes Contratantes deste Protocolo, o Acordo e o presente Protocolo devem ser lidos e interpretados em conjunto como um único instrumento.

3. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que informará prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo-assinados, devidamente autorizados pelos seus respetivos Governos, assinaram o presente Protocolo N.º 8 sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias para Implementar o Acordo-Quadro da ASEAN sobre a Facilitação de Mercadorias em Trânsito.

FEITO em Phnom Penh, no dia 27 de outubro de 2000, num único exemplar, na língua inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA PEHIN DATO RAHMATT TAIB
Ministro da Indústria e Recursos Primários

Pelo Governo Real do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA SR. CHHEA SONG
Ministro da Agricultura, Florestas e Pescas

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA SR. NAZARUDDIN NASUTION
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República da Indonésia no Reino do Camboja

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA DR. SIENE SAPHANGTHONG
Ministro da Agricultura e Florestas

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA DATUK (DR) MOHD. EFFENDI NORWAWI
Ministro da Agricultura

Pelo Governo da União de Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA MAJOR GENERAL NYUNT TIN
Ministro da Agricultura e Irrigação

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA SR. FRANCISCO E. ATAYDE
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República das Filipinas no Reino do Camboja

Pelo Governo da República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA SR. MAH BOW TAN
Ministro do Desenvolvimento Nacional

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA SR. PRAPAT POTFIASUTHON
Ministro da Agricultura e Cooperativas

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
SUA EXCELÊNCIA DR. CAO DUC PHAT
Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural

ANEXO

REGULAMENTOS NACIONAIS SANITÁRIOS E FITOSSANITÁRIOS (SPS) DOS PAÍSES MEMBROS DA ASEAN

Brunei Darussalam

1. Constituição do Brunei Darussalam (Ordem sob a Secção 83/3) - Emergência (Saúde Pública) (Alimentos) (Ordem), 1998

2. Quarentena e Prevenção de Doenças CAP 47

   - Quarentena e Prevenção de Doenças (Nomeação de Funcionários)

   - Quarentena e Prevenção de Doenças (Regulamentos sobre Animais)

   - Quarentena e Prevenção de Doenças (Exportação de Animais)

3. Regulamentos que Regem a Importação de Cães, Gatos e Espécies Relacionadas de Animais no Brunei Darussalam (Revistos) e Efetivos a partir de 1 de novembro de 1973.

4. Lei das Alfândegas (Capítulo 36) - Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração), 1955

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração), 1956

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração N.º 2), 1956

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração), 1974

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração), 1989

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração), 1995

   - A Ordem das Alfândegas (Proibição e Restrição de Importações e Exportações) (Alteração N.º 2), 1995

5. Pragas Agrícolas e Plantas Nocivas – Capítulo 43 (ver.) 1984

6. Guias e Procedimentos dos Serviços de Quarentena Vegetal (1993)

7. Lei Florestal CAP 46 (Rev.), Partes I, II, III e IV (1984)

8. Lei das Pescas, Capítulo 61 (1984)

Camboja

1. Sub-decreto 98 - Inspeção Fitossanitária de Produtos Vegetais para Importação e Exportação.

2. Sub-decreto 66 (Sub-lei 66) – Transporte de Produtos Pesqueiros.

3. Sub-decreto N.º 14 AR. KRAR, 1988: Inspeção Sanitária de Animais e Produtos de Origem Animal (Capítulos II, III, IV e V).

4. Decreto Consultivo para Aplicação do Sub-decreto 14 AR.NOR.KRAR, de 19 de julho de 1988, sobre Inspeção Sanitária de Animais e Produtos de Origem Animal.

Indonésia

1. Lei da República da Indonésia N.º 16/1992 sobre Quarentena Animal, de Peixes e Vegetal.

2. Regulamentos de Quarentena Animal:

   a. Regulamento Governamental N.º 15/1977

   b. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 750/Kpts/UM/10/1982

   c. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 752/Kpts/UM/10/1982

   d. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 753/Kpts/UM/10/1982

   e. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 422/Kpts/UM/10/1988

   f. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 745/Kpts/UM/10/1992

   g. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 410/Kpts/UM/10/1991

3. Regulamentos de Quarentena de Peixes:

   a. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 214/Kpts/UM/5/1973

   b. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 819/Kpts/UM/11/1980

   c. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 179/Kpts/UM/3/1982

   d. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 265/Kpts/Ib730/5/1986

   e. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 382/Kpts/IK210/6/1987

   f. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 700/Kpts/IK210/10/1989

g. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 245/Kpts/LB 730/4/1990

h. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 809/Kpts/KU440/10/1990

i. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 520/Kpts/IK220/10/1993

j. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 405/Kpts/LB730/5/1996

4. Regulamentos de Quarentena Vegetal:

a. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 491/Kpts/UM/7/1980, alterado pelo Decreto do Ministro da Agricultura N.º HK310/22/Kpts/1/1984

b. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 310/21/Kpts/1/1984

c. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 796/Kpts/TP830/10/1984

d. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 797/Kpts/TP830/10/1984

e. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 559/Kpts/KB630/8/1985

f. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 861/Kpts/LB720/12/1989

g. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 38/Kpts/HK310/1/1990

h. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 411/Kpts/TP 120/6/1995

i. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 412/Kpts/KP150/6/1995

j. Decreto do Ministro das Florestas N.º 57/Kpts--II/1990

k. Decreto do Ministro das Florestas N.º 786/Kpts--H/1991

l. Decreto do Ministro da Agricultura N.º 810/Kpts/KU 440/10/90

Laos

1. Decreto do Primeiro-Ministro N.º 85/PMO sobre Gestão de Pecuária no Laos, 1993

2. Regulamento do Primeiro-Ministro N.º 11/PM sobre a Gestão das Florestas e da Indústria Madeireira, 1999.

3. Decreto do Primeiro-Ministro N.º 66/PM sobre a Quarentena de Plantas, 1993

4. Regulamento do Ministério da Agricultura e Florestas N.º 0719/MAF sobre a Gestão e Uso de Espécies Vegetais e Sementes para Plantio, 1997

5. Regulamento do Ministério da Agricultura e Florestas N.º 0886/MAF sobre a Gestão e Uso de Pesticidas, 2000.

6. Regulamento do Ministério da Agricultura e Florestas N.º 0004/MAF sobre Gestão de Pecuária, 1993

7. Instrução do Ministério da Agricultura e Florestas N.º 0005/MAF sobre Regulamento de Gestão de Pecuária no Laos, 1997

8. Regulamento de Quarentena Vegetal N.º 0639/MAF sobre Quarentena Vegetal, 1993.

Malásia

1. Lei de Quarentena Vegetal de 1976

2. Regulamentos de Quarentena Vegetal de 1981

3. Requisitos de Importação de Quarentena Vegetal, Guias e Procedimentos, 2000

4. Ordem das Alfândegas (Proibição de Importações) 1998

5. Portaria Animal de 1953

6. Condições para Importação de Carne Bovina, Ovina, de Veado, da Austrália e Nova Zelândia

7. Condições para Importação de Carne Bovina do Reino Unido, Países Baixos e França

8. Condições para Importação de Carne Bovina dos EUA e Canadá

9. Condições para Importação de Carne Desossada de Países da América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai)

10. Condições para Importação de Carne Desossada da República Popular da China

11. Condições para Importação de Carne Desossada Congelada da Índia

12. Condições para Importação de Carne Bovina Deglandada e Desossada do Vietname

13. Regulamentos para Importação de Aves ou Carcaças de Aves, Produtos ou Partes Destes para a Malásia

14. Regulamentos para Importação de Ovos ou Produtos de Ovos para a Malásia

15. Regulamentos para Importação de Ovos para Incubação para a Malásia

16. Regulamentos para Importação de Leite e Produtos Lácteos para a Malásia

17.Regulamentos para Importação de Subprodutos Animais para a Malásia

18.Regulamentos para Importação de Sêmen para a Malásia

19.Regulamentos para Importação de Sebo para a Malásia

20.Regulamentos para Importação de Gado de Engorda da Austrália para a Malásia (para fins de engorda)

21.Regulamentos para Importação de Gado da Austrália para a Malásia (para abate)

22.Regulamentos para Importação de Gado da Austrália e Nova Zelândia para a Malásia (para reprodução)

23.Regulamentos para Importação de Gado do Brasil para a Malásia (para reprodução)

24.Regulamentos para Importação de Gado e Búfalos do Camboja, Myanmar, Laos ou Vietname para a Malásia (para abate)

25.Regulamentos para Importação de Gado e Búfalos da Indonésia para a Malásia (para reprodução)

26.Regulamentos para Importação de Gado da Indonésia para a Malásia (para abate)

27.Regulamentos para Importação de Gado da República Popular da China para a Malásia (para engorda/abate)

28.Regulamentos para Importação de Gado de Singapura para a Malásia (para abate ou reprodução)

29.Regulamentos para Importação de Gado/Búfalos da Tailândia para a Malásia (para reprodução)

30.Regulamentos para Importação de Gado de Engorda da Tailândia para a Malásia (para engorda)

31.Regulamentos para Importação de Gado/Búfalos da Tailândia para a Malásia (para abate)

32.Regulamentos para Importação de Gado dos EUA para a Malásia (para reprodução)

33.Regulamentos para Importação de Gado de Qualquer País para a Malásia (para reprodução/abate)

34.Regulamentos para Importação de Cabras de Engorda da Austrália para a Malásia (para engorda)

35.Regulamentos para Importação de Ovinos ou Caprinos da Austrália e Nova Zelândia para a Malásia (para abate)

36.Regulamentos para Importação de Caprinos e Ovinos da Austrália e Nova Zelândia para a Malásia (para reprodução)

37.Regulamentos para Importação de Ovinos/Caprinos da República Popular da China para a Malásia (para reprodução)

38.Regulamentos para Importação de Ovinos/Caprinos da República Popular da China para a Malásia (para abate)

39.Regulamentos para Importação de Ovinos ou Caprinos da República da Indonésia para a Malásia (para reprodução)

40.Regulamentos para Importação de Ovinos ou Caprinos da República da Indonésia para a Malásia (para abate)

41.Regulamentos para Importação de Ovinos ou Caprinos do Mali para a Malásia (para reprodução)

42.Regulamentos para Importação de Caprinos ou Ovinos da União de Myanmar, Camboja, Laos ou Vietname para a Malásia (para reprodução)

43.Regulamentos para Importação de Caprinos ou Ovinos da Tailândia para a Malásia (para reprodução)

44.Regulamentos para Importação de Caprinos ou Ovinos da Tailândia para a Malásia (para abate)

45.Regulamentos para Importação de Caprinos ou Ovinos dos Estados Unidos da América para a Malásia (para reprodução)

46.Regulamentos para Importação de Veados da Austrália ou Nova Zelândia para a Malásia (para abate)

47.Regulamentos para Importação de Veados de Qualquer País para a Malásia (para qualquer finalidade)

48.Regulamentos para Importação de Suínos para a Malásia (para reprodução)

49.Regulamentos para Importação de Suínos de Singapura para a Malásia (para reprodução)

50.Regulamentos para Importação de Suínos para a Malásia (para qualquer finalidade)

51.Regulamentos para Importação de Cavalos da Austrália e Nova Zelândia para a Malásia (para corridas ou recreação)

52.Regulamentos para Importação de Cavalos dos EUA e Canadá para a Malásia (para corridas, polo, recreação)

53.Regulamentos para Importação de Cavalos das Filipinas para a Malásia (para recreação)

54.Regulamentos para Importação de Cavalos da Argentina para a Malásia (para recreação e polo)

55.Regulamentos para Importação de Cavalos do Chile para a Malásia (para recreação, corridas e passeios)

56.Regulamentos para Importação de Cavalos do Chile para a Malásia (para recreação ou corridas)

57.Regulamentos para Importação de Cavalos do Japão para a Malásia (para recreação ou corridas)

58.Regulamentos para Importação de Cavalos, Pôneis e Outras Espécies Equinas da Tailândia para a Malásia (para recreação)

59.Regulamentos para Importação de Cavalos do Reino Unido para a Malásia (para recreação, corridas e polo)

60.Regulamentos para Importação de Cavalos do Reino Unido, Irlanda, Irlanda do Norte para a Malásia (para recreação, polo ou passeios)

61.Regulamentos para Importação de Cavalos de Singapura para a Malásia (para recreação, polo, passeios)

62.Regulamentos para Importação de Cavalos de Qualquer País para a Malásia

63.Regulamentos para Importação de Cães e Gatos de Singapura para a Malásia

64.Regulamentos para Importação de Cães e Gatos para a Malásia do Reino Unido, Irlanda, Irlanda do Norte, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Brunei

65.Regulamentos para Importação de Cães e Gatos para a Malásia de Países além do Reino Unido, Irlanda, Irlanda do Norte, Austrália, Nova Zelândia, Japão e Brunei

66.Regulamentos para Importação de Aves Domésticas/ Vivas para a Malásia

67.Regulamentos para Importação de Galinhas Domésticas, Codornas e Pombos (Exceto Ovos e Aves de Um Dia) - (para abate)

68.Regulamentos para Importação de Pintos de Um Dia de Singapura para a Malásia (para frangos de corte e poedeiras comerciais)

69.Regulamentos para Importação de Patinhos de Singapura para a Malásia (para frangos de corte comerciais)

70.Regulamentos para Importação de Patos/Patinhos do Reino Unido para a Malásia (para reprodução)

71.Regulamentos para Importação de Patinhos de Um Dia da Tailândia para a Malásia (para reprodução)

72.Regulamentos para Importação de Qualquer Ave para a Malásia (qualquer finalidade além de comercial)

73.Regulamentos para Importação de Animais de Zoológico

74.Regulamentos para Importação de Animais ou Aves para Fins de Exibição/Circo

75.Regulamentos para Importação de Rãs para a Malásia

76.Regulamentos para Importação de Coelhos para a Malásia

77.Lei de Alimentos de 1983

78.Regulamentos de Alimentos de 1985

79. Lei das Pescas de 1985

80.Lei de Prevenção e Controle de Doenças Infeciosas de 1988

Myanmar

1. Saúde Animal e Desenvolvimento

2. Lei das Pescas Marinhas de Myanmar

3. Lei das Pescas de Água Doce

4. Lei da Aquicultura

5. Lei de Alimentos e Medicamentos

6. Lei de Pesticidas

7. Lei de Quarentena

8. Lei de Pesticidas do Conselho de Restauração da Lei e Ordem do Estado

9. Lei de Quarentena de Pragas Vegetais do Conselho de Restauração da Lei e Ordem do Estado

10.Lei de Quarentena de Pragas Vegetais

11.Lei de Pesticidas

12.Procedimentos Relativos à Lei de Pesticidas

13.Lei de Saúde Animal e Desenvolvimento

14.Lista de Títulos das Leis/Atos/Regulamentos Nacionais SPS Existentes

15.Departamento de Pescas; Diretiva N.º (1/95, 8/96, 2/98, 3/98, 4/98, 6/98, 8/98)

16.A Lei Nacional de Alimentos

17.Conjunto Mínimo de Requisitos SPS Propostos para Plantas, Partes de Plantas e Produtos Vegetais, Protocolo 8, Mercadorias em Trânsito da ASEAN

18.Conjunto Mínimo de Requisitos Sanitários para Gado, Produção Pecuária e Ração Animal

19.Conjunto Mínimo de Requisitos Sanitários para Peixes e Produtos Pesqueiros

20.Formação do Conselho de Registro de Pesticidas

Filipinas

1. Ordem Administrativa BPI N.º 5, Série de 1949 - Regulamentos que regem a importação, entrada ou introdução nas Filipinas de plantas de café ou partes destas, bagas ou sementes da referida planta, a fim de prevenir a introdução do besouro destrutivo conhecido como Broca do Café, Stephanoderes hampei Ferrari, e outras pragas e doenças vegetais prejudiciais.

2. Aviso de alteração BPI de 14 de outubro de 1949 - Aviso de alteração de 30 de agosto de 1947, proibindo o movimento, transferência e/ou envio de um município para outro na Província e Cidade de Davao, ou desta província ou cidade para qualquer outra cidade, ou para qualquer município de outra província, de todas as plantas ou partes destas, do gênero Musa, nomeadamente Abacá (Cânhamo de Manila), Banana, Canton, Bacol, etc., quer infetadas ou não.

3. Ordem Administrativa BPI N.º 6, Série de 1949 (revista) - Declarando o "Cadang-cadang" do Coco do tipo Bicol uma doença perigosa, prevendo o seu controle e colocando sob quarentena todas as províncias onde a doença já existe.

4. Ordem Administrativa BPI N.º 13, Série de 1949 - Regulamentando a importação de plantas de borracha e partes destas, como sementes, tocos de borracha, enxertos, etc., da América Central, a fim de prevenir a introdução nas Ilhas Filipinas de uma doença conhecida como Dothidella ulei para certos fins e sob certas condições.

5. Ordem Administrativa BPI N.º 16, Série de 1949 - Regulamentando a importação de frutas do Estado de Victoria, Austrália, a fim de prevenir a introdução nas Filipinas de um inseto conhecido como Mosca-da-Fruta de Queensland (Pacus tryom).

6. Ordem Administrativa BPI N.º 14, Série de 1950 (Revista) - Regulamentos que regem a quarentena interprovincial em todas as plantas das espécies do gênero Musa, a fim de prevenir a propagação da doença do abacá conhecida como "Bunchy-top", incluindo podridão do coração, mosaico, murcha (doença vascular) e estria bacteriana da folha, prevendo medidas para a destruição de todas as plantas infetadas e revogando as Ordens Administrativas N.º 38 e 5 do Escritório de Agricultura.

7. Ordem Administrativa BPI N.º 6, Série de 1952 - Regulamentando a importação de sementes de Kenaf e outras partes da referida planta capazes de propagação de Cuba, Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica, Panamá, México e outros países tropicais da América do Sul e do Estado da Flórida, EUA, para prevenir a introdução nas Filipinas de doenças virais conhecidas por serem destrutivas para o Kenaf (Hibiscus cannabinus) nesses países.

8. Ordem Administrativa BPI N.º 7, Série de 1953 - Declarando a "Erva-Azeda" ou "Erva de Porto Rico" (Tricachne insularis) uma erva daninha agrícola séria e prevendo o seu controle.

9. Ordem Administrativa BPI N.º 15, Série de 1954 (Revista) - Uma ordem proibindo as variedades de arroz Buenket na estirpe 19-3, Maragakat, Dalong-dalong, Kinandan Puti, Kho Luang Tin Thong em talo de aipo, Bulubin, Mangsangya, Sipot, etc.

10.Ordem Administrativa BPI N.º 1-B, Série de 1955 (Revista) - Regulamentos que regem a zonificação das áreas de abacá, reais e potenciais, e prescrevendo certas restrições e outras medidas para o controle da doença do mosaico do abacá.

11.Ordem Administrativa BPI N.º 7, Série de 1957 (revista) - Regulamentos que regem a importação, entrada ou introdução nas Filipinas de animais vivos, como insetos, aves, crustáceos, morcegos, moluscos, répteis, mamíferos e outros animais que não se enquadram no âmbito do termo "Animais Domésticos", conforme previsto e definido na Secção 4 da Lei N.º 3639, a fim de proteger as indústrias agrícolas deste país.

12.Ordem Administrativa BPI N.º 7, Série de 1957 - Aviso de alteração à Secção 8 (Revista)

13.Ordem Administrativa BPI N.º 2, Série de 1958 - Regulamentos que regem a remoção e eliminação de todas as plantas de algodão, incluindo plantas voluntárias após a colheita, e prevendo medidas para pragas e doenças.

14.Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1961 - Declarando as plantas conhecidas como Cana-da-Índia (Canna indica) e Araruta (Maranta arundinacea) como plantas nocivas e proibindo, exceto sob certas condições, o seu cultivo ou propagação nas Filipinas onde quer que plantas de abacá estejam sendo cultivadas ou plantadas em escala comercial.

15.Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1963 - Prevendo regulamentos para a importação de frutas frescas, vegetais ou sementes ou materiais de plantio nas Filipinas de países e lugares infestados com a Mosca-do-Mediterrâneo (Ceratitis capitata); a Mosca-da-Fruta Mexicana (Anastrepha ludens); a Mosca-da-Fruta de Queensland (Dacus tryoni) e outras moscas-da-fruta.

16.Ordem Administrativa BPI N.º 2,3, Série de 1963 - Alterando certas disposições da Ordem Administrativa N.º 2, Série de 1950 (Revista).

17.Ordem Administrativa BPI N.º 2,5, Série de 1968 (alterada) - Alterando ainda mais certas secções da AO N.º 2, Série de 1958 (Revista) que regem a importação e exportação de materiais vegetais para e das Filipinas.

18.Ordem Administrativa BPI N.º 2, Série de 1969 (interna) - Declarando o "Vírus do Mosqueado da Folha" uma doença perigosa dos citrinos. Prevendo o seu controlo e colocando sob quarentena todas as províncias onde a doença já existe.

19.Ordem Administrativa BPI N.º 118-2, Série de 1970 - Segunda revisão do padrão para as bananas das Filipinas.

20.Ordem Administrativa BPI N.º 3, Série de 1974 - Alterando a Secção 7 da AO N.º 6, Série de 1949 (revista) intitulada "Declarando o 'Cadang-cadang' do Coco do tipo Bicol uma doença perigosa, prevendo o seu controlo e colocando sob quarentena todas as províncias onde a doença já existe".

21.Ordem Administrativa BPI N.º 4, Série de 1975 - Regulamentar a taxa de pagamento de horas extras, transporte, subsídio de refeição, alojamento de pessoal de quarentena vegetal.

22.Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1978 - Regras e regulamentos que regem a emissão de autorização de mercadorias.

23.Ordem Administrativa BPI N.º 2, Série de 1978 - A adoção de ordens administrativas padrão emitidas pelo Escritório de Normas como Ordem Administrativa BPI sobre algumas matérias-primas agrícolas para exportação.

24.Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1981 - Regras e regulamentos para implementar o Decreto Presidencial N.º 1433 intitulado "Promulgar a Lei de Quarentena Vegetal de 1978", rever e consolidar as leis de quarentena vegetal existentes para melhorar e fortalecer o Serviço de Quarentena Vegetal do escrotório de Indústria Vegetal.

25.Ordem Administrativa BPI N.º 1-1, Série de 1982 - Regulamentar a importação de plantas de manga (Mangifera spp) e partes destas de lugares, áreas ou países infestados com malformação da manga, "Bunchy-top", "Woody-gall" e "Scaly bark" (Cuarteado), doenças da manga, a fim de prevenir a sua introdução nas Filipinas.

26.Ordem Administrativa BPI N.º 1-2, Série de 1982 - Regulamentar, exceto para certos fins e sob certas condições, a importação de coco (Cocos nucifera Linn.) e outras palmeiras e/ou partes destas de áreas infestadas com a doença do Amarelecimento Letal do Coco.

27.Ordem Administrativa BPI N.º D1, Série de 1982 - Declarar a Murcha de Sacotto do Coco como uma doença perigosa e prejudicial do coco e, da mesma forma, declarar a Ilha de Mindanau e outros lugares onde a mesma possa ser encontrada, sob quarentena para áreas infestadas.

28.Ordem Administrativa BPI N.º 4, Série de 1983 - Ordem Administrativa alterando disposições pertinentes da Secção 1, Regra VII da Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1981.

29.Ordem Administrativa BPI N.º ..., Série de 1985 - Alterar certas disposições da Ordem Administrativa de Quarentena BPI N.º 1, Série de 1981.

30.Ordem Administrativa BPI N.º D1, Série de 1985 - Declarar Salvinia molesta, D.S. Mitsheli como uma erva daninha nociva e colocando sob quarentena as províncias de Aklan, Antique, Capiz e Iloilo; na Ilha de Panay, a subprovíncia de Guimaras e a Ilha de Negros para prevenir a sua propagação para outras áreas nas Filipinas.

31.Ordem Administrativa BPI N.º 6, Série de 1986 - Alterar certas disposições da Ordem Administrativa de Quarentena BPI N.º 1, Série de 1981.

32.Ordem Administrativa BPI N.º 7, Série de 1986 - Revogar a Ordem Administrativa BPI N.º 1, Série de 1965 "Declarar a Broca do Café (Stephanoderes hampei Ferrari), uma praga perigosa, prevendo o seu controlo e colocar sob quarentena todas as províncias onde a praga existe".

33.Ordem Administrativa BPI N.º 16, Série de 1987 - Declarar o Gorgulho da Polpa da Manga (Sternochetus frigidus Fabr.) uma praga perigosa e prejudicial às mangas e, da mesma forma, declarar o Grupo de Ilhas de Palauan sob quarentena para prevenir a propagação de áreas infestadas para áreas não infestadas.

34.Ordem Administrativa BPI N.º 18, Série de 1987 - Declarar o Molusco Ampularia gigas, localmente conhecido como "Golden Kuhol", uma praga vegetal séria e prevendo medidas para regular e controlar a sua propagação.

35.Ordem Administrativa BPI N.º 20, Série de 1987 - Declarar o Gorgulho da Polpa da Manga (Sternochetus frigidus Fabr.) uma praga perigosa e prejudicial e colocar o Grupo de Ilhas de Palauan sob quarentena para prevenir a propagação da referida praga.

36.Ordem Administrativa BPI N.º 14, Série de 1988 - Declarar o Nematoide Dourado da Batata (Globodera rostochiensis Woll), uma praga perigosa e colocar sob quarentena todas as áreas nas Filipinas onde são encontradas e conhecidas por existirem.

37.Ordem Administrativa BPI N.º 15, Série de 1988 - Modificar a Ordem Administrativa BPI N.º 6, Série de

1949 (revista) intitulada "Declarar o 'Cadang-cadang' do Coco, uma doença perigosa; prever o seu controlo e colocar sob quarentena todas as províncias onde a doença já existe", emitida pelo Diretor da Indústria Vegetal ao abrigo da Lei 3027.

38. Ordem Administrativa BPI N.º 23, Série de 1988 - Regulamentos para a importação de frutas e vegetais frescos nas Filipinas de países e lugares infestados com a Mosca-do-Mediterrâneo (Ceratitis capitata), a Mosca-da-Fruta Mexicana (Anastrepha ludens), a Mosca-da-Fruta de Queensland (Dacus tryoni) e outras moscas-da-fruta.

39. Ordem Administrativa BPI N.º 16, Série de 1989 - Regulamentos que regem os movimentos interprovinciais/regionais de todas as espécies vegetais pertencentes à Papaia (Carica papaya), a fim de prevenir a propagação da doença do Vírus da Mancha Anelar da Papaia (PRVS) para áreas não infetadas, prevendo medidas para a destruição de todas as plantas de papaia infetadas e pragas vegetais destas.

40. Ordem Administrativa Especial de Quarentena BPI N.º 1, Série de 1993 - Alterar a Secção 1 da Ordem Especial BPI N.º D-2, Série de 1982, Rel. Declarar o Percevejo Preto do Arroz (Scotinophora spp. Burn), uma praga perigosa do arroz e declarar o Grupo de Ilhas de Palauan sob quarentena para prevenir a sua propagação para outras partes das Filipinas.

41. Circular de Quarentena Vegetal BPI N.º 01, Série de 1996 - Diretrizes sobre a Importação de Batata Branca.

42. Circular de Quarentena Vegetal BPI N.º 02, Série de 1996 - Diretrizes sobre a Importação de Alho.

43. Circular de Quarentena Vegetal BPI N.º 03, Série de 1996 - Diretrizes sobre a Importação de Cebola.

44. Circular de Quarentena Vegetal BPI N.º 04, Série de 1996 - Diretrizes sobre a Importação de Grãos de Café.

45. Ordem Administrativa DA N.º 10, Série de 1996 - Regras e Regulamentos sobre a Importação de Produtos Agrícolas.

46. Despacho Administrativo nº [não especificado], Série de 1997 - Alteração ao Despacho Administrativo nº 10, Série de 1996

47. Despacho Administrativo do BAI nº 29, Série de 1999 - Reintrodução de Restrições a Produtos Belgas abrangidos pelo Despacho Administrativo nº 23, Série de 1999

48. Despacho Administrativo nº 28, Série de 1999 - Levantamento das Restrições à Importação de Produtos abrangidos pelos Despachos Administrativos nºs 23 a 26, Série de 1999

49. Despacho Administrativo nº 27, Série de 1999 - Reexportação de Produtos de Origem Belga abrangidos pelos Despachos Administrativos nºs 23 e 24, Série de 1999

50. Despacho Administrativo nº 24, Série de 1999 - Requisitos de Certificação Complementar para Liberação de Carregamentos em Trânsito ou Emissão de Avisos de Liberação de Produtos abrangidos pelo Despacho Administrativo nº 23, Série de 1999

51. Despacho Administrativo nº 23, Série de 1999 - Proibição de Importação de Rações, Carne e Produtos Cárneos, Leite e Produtos Lácteos, Ovos e Alimentos Processados que os contenham, provenientes da Bélgica, França, Países Baixos e Alemanha, e Requisitos de Certificação para Importações Semelhantes de Outros Países da UE.

52. Despacho Memorando nº 18, Série de 1999 - Inspeção SGS de Exportação de Carne de Búfalo da Índia para as Filipinas.

53. Despacho Memorando nº 14, Série de 1999 - Importação de Carne de Cavalo.

54. Despacho Administrativo nº 14, Série de 1998 - Diretrizes Revistas para a Importação de Gado de Engorda pelo Setor Privado.

55. Despacho Administrativo nº 13, Série de 1998 - Acreditação da Hind Agro Industries Limited para Exportar Carne e Produtos Cárneos da Índia.

56. Despacho Administrativo nº 4, Série de 1998 - Diretrizes Revistas para a Importação de Produtos Agrícolas.

57. Despacho Administrativo do BAI nº 1, Série de 1998 - Regulamento sobre a Importação de Gado de Engorda da Indonésia.

58. Despacho Administrativo nº 1, Série de 1997 - Alteração ao Despacho Administrativo nº 1, Série de 1992, intitulado "Proibição de Importação, Compra ou Introdução nas Filipinas de Animais Suínos Domésticos ou Selvagens e seus Sémen, Carne de Porco Refrigerada ou Congelada, Miudezas, Carne de Porco Processada, Produtos Biológicos Preparados a partir de Órgãos e Tecidos de Suínos e Todos os Outros Produtos de Origem Suína provenientes de Angola, Península Ibérica (Espanha e Portugal), Bacia do Mediterrâneo (Sardenha e Malta), Cuba, Itália e África Continental".

59. Despacho Administrativo nº 10, Série de 1996 - Regulamento sobre a Importação de Produtos Agrícolas.

60. Despacho Administrativo nº 9-A, Série de 1996 - Regulamento Revisto sobre a Importação de Carne e Produtos Cárneos.

61.Despacho Administrativo nº 5, Série de 1996 - Regulamento sobre a Importação de Carne e Produtos Cárneos da França.

62.Despacho Administrativo nº 21, Série de 1995 - Regulamento sobre a Importação de Carne Bovina Fresca e Congelada e Produtos de Carne Bovina da Argentina.

63.Despacho Administrativo nº 15, Série de 1995 - Diretrizes de Implementação sobre a Importação de Carne de Almoço Enlatada e Outros Produtos de Porco da Shanghai Maling Food Co. Ltd., Xangai, República Popular da China.

64.Despacho Administrativo nº 14, Série de 1995 - Regulamento sobre a Importação de Carne Bovina e Produtos de Carne Bovina.

65.Despacho Administrativo nº 17, Série de 1994 - Importação de Carne Cozida e Produtos Cárneos da Campofrio, Espanha.

66.Despacho Administrativo nº 15, Série de 1994 - Exigência de que a Comissão de Corridas das Filipinas (PHILRACOM) e a Fazenda Nacional de Reprodutores (NSF) realizem o Teste de Coggins para todos os Cavalos de Corrida como Pré-requisito para Registo no Livro de Reprodutores Nacional e/ou Renovação de Licenças/Autorizações.

67.Despacho Administrativo nº 1, Série de 1994 - Regulamento sobre a Importação de Produtos Cárneos da Austrália.

68.Despacho Administrativo nº 19, Série de 1993 - Regulamento sobre a Importação de Carne e Produtos Cárneos da Índia.

69.Despacho Administrativo nº 11, Série de 1993 - Regulamento sobre a Importação de Carne e Produtos Cárneos do Brasil.

70.Despacho Administrativo nº 133, Série de 1990 - Regras Revistas que Regulam a Importação de Aves de Combate nas Filipinas.

71.Circular Memorando do BAI nº 2, Série de 1981 - Diretrizes sobre a Importação de Sémen de Búfalo da Tailândia, Índia e Paquistão.

72.Despacho Administrativo do BAI nº 6-1, Série de 1980 - (Alteração ao Despacho Administrativo nº 6) Proibição de Importação, Introdução ou Entrada nas Filipinas de Animais Suínos Domésticos ou Selvagens e seus Sémen, Carne de Porco Refrigerada ou Congelada, Miudezas, Carne de Porco Processada, Produtos Biológicos Preparados a partir de Órgãos e Tecidos de Suínos e Todos os Outros Produtos de Origem Suína provenientes do Brasil, Angola, Península Ibérica (Espanha e Portugal), Bacia do Mediterrâneo (Sardenha e Malta), Cuba, Itália e África Continental.

73.Circular Memorando do BAI nº 4, Série de 1979 - Diretrizes sobre a Quarentena de Aves Selvagens Destinadas à Exportação.

74.Despacho Administrativo do BAI nº 2 - Regulamento sobre a Importação de Cavalos nas Filipinas e Limitações à sua Importação.

75.Despacho Administrativo do BAI nº 36, Série de 1976 - Regulamentação da Importação de Aves de Combate nas Filipinas.

76.Despacho Administrativo do BAI nº 33, Série de 1975 - Proibição de Importação, Introdução ou Entrada nas Filipinas de Animais, Efeitos Animais, Produtos Animais e Carne provenientes da Argentina, Paraguai, Índia, Paquistão, Bangladesh, Tailândia, Indonésia e Hong Kong.

77.Despacho Administrativo nº 18, Série de 1999 - Inspeção SGS de Exportação de Carne de Búfalo da Índia para as Filipinas.

78.Decreto Presidencial nº 1297 (Jan. 1978) - Centralização da Importação de Ruminantes para Criação, Abate e Produção de Carne.

79.Decreto Presidencial nº 1593 (Jun. 1978) - Alteração de Certas Secções do Decreto Presidencial nº 1297 sobre a Centralização da Importação de Ruminantes para Criação, Abate e Produção de Carne.

80.Lei da República nº 3767 (Nov. 1930) - Regulamentação da Importação, Introdução ou Entrada nas Ilhas Filipinas de Animais Vivos, como Insetos, Aves, Crustáceos, Morcegos, Moluscos, Répteis, Mamíferos e Outros Animais não Abrangidos pelo Termo "Animais Domésticos" conforme Definido na Secção 4 da Lei da República nº 3639, com o Objetivo de Proteger as Indústrias Agrícolas do País e para Outros Fins.

81.FAO nº 135 - Regras e Regulamentos que Regulam a Importação de Peixes e Produtos Pesqueiros.

82.FAO nº 147 - Regras e Regulamentos que Regulam a Emissão de Licenças/Autorizações para a Exportação de Peixes e Produtos Pesqueiros/Aquáticos.

83.FAO nº 117, S. 1975 - Regras e Regulamentos que Regulam a Operação de Unidades de Processamento de Peixes e Produtos Pesqueiros/Aquáticos e que Estabelecem/Exigem Padrões, Controlo de Qualidade e Inspeção de Peixes e Produtos Pesqueiros/Aquáticos Processados.

84.FAO nº 192 - Reforço do Serviço de Quarentena Pesqueira (FQS) no BFAR e nas Unidades Regionais, e Estabelecimento de Regras, Regulamentos e Procedimentos Relacionados.

85.Despacho Administrativo do DENR nº 97-08 - Dire-

trizes que Regulam a Entrada e Disposição de Troncos, Madeira, Folheado, Contraplacado, Postes e Estacas, e Madeira para Polpa, incluindo Cavacos de Madeira.

86. Despacho Administrativo do DENR nº 97-35 - Alteração e Esclarecimento de Certas Secções do DAO nº 97-08, intitulado "Diretrizes que Regulam a Entrada e Disposição de Troncos, Madeira, Folheado, Contraplacado, Postes e Estacas, e Madeira para Polpa, incluindo Cavacos de Madeira".

87. FAO 187, S. 1993 - Tabelas Revistas de Taxas e Encargos pelos Serviços Prestados pelo Escritório de Recursos Pesqueiros e Aquáticos.

88. Lei da República nº 7394 (Lei do Consumidor das Filipinas de 1992) - Regras e Regulamentos relativos à Produção e Venda de Todos os Produtos de Consumo, com o Objetivo de Proteger os Interesses do Consumidor, Promover o seu Bem-Estar Geral e Estabelecer Padrões de Conduta para a Indústria Alimentar.

89. FAO 117-1, S. 1994 - Alteração das Secções 3, 4 e 5 da FAO 117, Secções 8, 9 e 10 da Secção 3, para Incluir Disposições sobre Higiene do Pessoal, Segurança do Abastecimento de Água, Requisitos de Equipamento e Produção, Higiene e Saneamento das Instalações.

90. Despacho Administrativo DA-AO nº 10, S. 1996 - Aplicação de Regras e Regulamentos sobre a Importação de Produtos Agrícolas e Emissão de Licenças/Autorizações/Clearances emitidas pelo DA, seus Escritórios e Agências Anexas, antes da Importação de Produtos Agrícolas.

91. Despacho Administrativo DA-AO nº 11, S. 1997 - Exigência de que Todos os Produtos Agrícolas Importados sejam Sujeitos a Documentação de Quarentena e/ou Inspeção e Liberação pelo Escritório de Alfândegas.

92. Lei da República nº 8550 - Lei que Dispõe sobre o Desenvolvimento, Gestão e Conservação dos Recursos Pesqueiros e Aquáticos, Integrando Todos os Níveis Relacionados e para Outros Fins.

93. FAO 195, S. 1999 - Regras e Regulamentos que Regulam a Importação de Peixes e Produtos Pesqueiros/Aquáticos Frescos, Refrigerados/Congelados.

Singapura

1. Lei dos Animais e Aves (Capítulo 7)

   a. Regras de Quarentena de Animais e Aves de 1988 (S283/88).

   b. Regras de Quarentena de Animais e Aves (Alteração nº 2) de 1996 (S422/96).

   c. Regras de Quarentena de Animais e Aves (Alteração) de 2000 (S87/2000).

   d. Notificação de Doenças de Animais e Aves de 1999 (S452/99).~

   e. Manual de Regulamentos Veterinários para a Importação de Animais e Aves, e Biológicos Veterinários:

      - Cães e Gatos
      - Gado Bovino
      - Ovinos e Caprinos
      - Suínos
      - Cavalos
      - Aves Domésticas e Ovos
      - Animais de Circo e Espetáculos
      - Animais e Aves Zoológicos
      - Aves (exceto Aves Domésticas)
      - Pequenos Mamíferos e Animais de Laboratório
      - Sémen
      - Espécimes Clínicos/Patológicos
      - Biológicos Veterinários.

2. Lei de Controlo de Plantas (Capítulo 57A)

   a. Lei de Controlo de Plantas (Alteração) de 1998, nº 32 de 1998.

   b. Regras de Importação de Plantas de 1994 (S29/94)

   c. Regras de Importação de Plantas (Alteração) de 1997 (S148/97).

   d. Regras de Importação de Plantas (Alteração) de 1998 (S137/98).

   e. Regras de Importação de Plantas (Alteração) de 2000 (S91/2000).

   f. Regras de Importação e Transbordo de Frutas e Vegetais Frescos.

   g. Diretrizes Administrativas para a Importação de Plantas.

3. Lei de Alimentos para Animais (Capítulo 105)

   a. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais de 1968 (S189/68).

   b. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais (Alteração) de 1984 (S280/84).

   c. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais (Alteração) de 1992 (S89/92).

d. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais (Alteração) de 1997 (S151/97).

e. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais (Alteração) de 1998 (S141/98).

f. Regras de Licenciamento, Análise e Taxas de Alimentos para Animais (Alteração) de 2000 (S96/2000).

4. Lei de Carne e Peixe Saudáveis

a. Regras de Importação, Exportação e Transbordo de Carne e Peixe Saudáveis de 1999.

b. Regras de Transporte de Carne Saudável de 1999.

5. Lei das Pescas (Capítulo 111)

a. Regras de Importação, Exportação e Comercialização de Pescas de 1969.

b. Regras de Piranhas de 1971.

6. Lei de Venda de Alimentos (Capítulo 283)

a. Regulamentos de Alimentos (Alteração) de 1992, 1993, 1998 e 1999.

Tailândia

Regulamento do Departamento de Desenvolvimento Pecuário sobre o Movimento Doméstico de Animais Vivos ou Carcaças no Reino BE 2537 (1994).

1. Lei de Epidemias Animais BE 2499 (1956).

2. Regulamento de Inspeção de Carne de Aves e Produtos Avícolas BE 2535 (1992).

3. Regulamento de Inspeção de Carne BE 2535 (1992).

4. Regulamento de Produtos de Carne Processada BE 2535 (1992).

5. Regulamento sobre Bem-Estar Animal para o Transporte de Aves BE 2542 (1999).

6. Regulamento sobre Bem-Estar Animal para o Abate de Aves BE 2542 (1999).

7. Regulamento sobre Bem-Estar Animal para Aves na Exploração Agrícola BE 2542 (1999).

8. Lei dos Alimentos BE 2522 (1979).

9. Lei de Quarentena Vegetal e Regulamentos BE 2507 (1964).

10. Lei de Quarentena Vegetal BE 2507.

- Regulamentos Ministeriais BE 2507.

- Notificações do Ministério da Agricultura.

- Notificações do Departamento de Agricultura.

- Esta tradução mantém a estrutura formal e a terminologia

Vietname

1. Decreto-Lei sobre Proteção e Quarentena Vegetal, 1993.

2. Decreto-Lei sobre Serviços Veterinários, 1993.

3. Decreto-Lei sobre Qualidade dos Produtos, 1999.

4. Decreto 92/CP sobre Regulamentos de Quarentena Vegetal de 27 de Novembro de 1993.

5. Decreto 93/CP de 27 de Novembro de 1993 - Diretrizes sobre Quarentena, Controlo de Abate e Inspeção de Higiene Veterinária de Animais e Produtos Animais.

6. Decreto 15/CP de 1996 - Regulamentação sobre Gestão de Alimentos para Animais.

7. Decreto 46/CP de 6 de Agosto de 1996 - Sanções Administrativas na Área de Gestão Estatal da Saúde (Capítulo I, Artigos 1 e 7, e).

8. Decreto 57/CP de 31 de Maio de 1997 - Sanções Administrativas nas Áreas de Metrologia e Qualidade dos Produtos (Capítulo II, Artigo 16).

9. Decreto 41/1998/ND-CP de 11 de Junho de 1998 - Regulamentos sobre Quarentena Sanitária nas Fronteiras (Artigo 4, Capítulo 1).

10. Circular 02 TT/TS de 25 de Junho de 1994 do Ministério das Pescas - Diretrizes para a Implementação do Decreto 93/CP.

11. Circular 10/1998/TT-BYT de 10 de Agosto de 1998 do Ministro da Saúde - Diretrizes para a Implementação do Decreto 41/1998/ND-CP (Parte IB.6).

12. Circular 39/1999/TT-BTM do Ministério do Comércio - Diretrizes para a Implementação da Decisão nº 1787/1999/QD-TTg.

13. Decisão 917/1998/QD-BNN-BVTV do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Emissão de Regulamentos e Procedimentos para o Sistema de Inspeção e Documentação de Quarentena Vegetal.

14. Decisão do Primeiro-Ministro nº 1787/1999/QD-TTg de 30 de Agosto de 1999 - Promulgação dos Regulamentos sobre Rotulagem de Produtos Circulados no País e para Importação-Exportação.

15. Decisão 75/1998/QD-BNN-BVTV do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Publicação das Listas de Pragas de Quarentena Vegetal.

16. Decisão 389 NN/TY do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural - Promulgação de Regulamentos sobre Procedimentos de Quarentena, Controlo de Abate e Inspeção de Higiene Veterinária de Animais e Produtos Animais.

17. Decisão 678/QD/BNN-BVTV do Diretor-Geral do Departamento de Proteção Vegetal - Emissão de Normas Técnicas de Quarentena Vegetal.

18. Regulamento 1091/1999/QD/KHCN-MT - Verificação e Certificação Estatal de Produtos de Importação-Exportação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ambiente.

19. Regulamento 650/QD/TS de 4 de Agosto de 2000 - Verificação e Certificação Estatal de Produtos Aquáticos pelo Ministério das Pescas.

20. Regulamentos sobre Verificação Estatal da Qualidade de Alimentos Importados - Promulgados sob a Decisão 1370/BYT-QD de 17 de Julho de 1997 pelo Ministro da Saúde (Capítulo I, Artigos 6 e 13).

PROTOCOLO 9
MERCADORIAS PERIGOSAS

Os Governos do Brunei Darussalam, do Reino do Camboja, da República da Indonésia, da República Democrática Popular do Laos, da Malásia, da União de Myanmar, da República das Filipinas, da República de Singapura, do Reino da Tailândia e da República Socialista do Vietname, Estados Membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (doravante designados por "Partes Contratantes");

RECORDANDO o Acordo-QuADRo da ASEAN [abreviatura original em língua inglesa] sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname (doravante designado por "o Acordo");

RECONHECENDO que os Artigos 20.o e 25.o do mesmo preveem a conclusão de Protocolos de implementação que constituirão partes integrantes do Acordo;

ACORDAM, POIS, as Partes Contratantes no seguinte:

Artigo 1.º
Definições

Para os efeitos do presente Protocolo:

(a) "Mercadorias Perigosas", "Meios de Transporte" e "Transporte de Trânsito" terão os significados que lhes são atribuídos no Acordo.

(b) "Regulamentos Modelo das Nações Unidas" referem-se às Recomendações das Nações Unidas sobre o Transporte de Mercadorias Perigosas / Regulamentos Modelo.

(c) "ADR" refere-se ao Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada.

(d) "ADR Reestruturado" refere-se à versão reestruturada do Acordo Europeu relativo ao Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas por Estrada, aplicável a partir de 1 de julho de 2001.

(e) "Operadores de Transporte de Trânsito" terá o significado que lhe é atribuído no Protocolo 3 - Tipos e Quantidade de Veículos Rodoviários, nos termos do Acordo.

Artigo 2.º
Âmbito de Aplicação

Nos termos do Artigo 20.o do Acordo, as Partes Contratantes acordam aplicar as disposições do presente Protocolo ao movimento de mercadorias perigosas em transporte de trânsito nas rotas de transporte de trânsito rodoviário (ou interestaduais) designadas, conforme especificado no Protocolo 1 do Acordo.

Artigo 3.º
Classificação

As mercadorias perigosas serão divididas nas seguintes classes/divisões:

- Classe 1: Explosivos
- Classe 2: Gases
  - o Divisão 2.1: Gases inflamáveis
  - o Divisão 2.2: Gases não inflamáveis e não tóxicos
  - o Divisão 2.3: Gases tóxicos
- Classe 3: Líquidos inflamáveis e explosivos líquidos dessensibilizados
- Classe 4: Sólidos inflamáveis, substâncias autorreativas e explosivos sólidos dessensibilizados
  - o Divisão 4.1: Sólidos inflamáveis
  - o Divisão 4.2: Substâncias sujeitas a combustão espontânea
  - o Divisão 4.3: Substâncias que, em contacto com a água, emitem gases inflamáveis
- Classe 5: Substâncias oxidantes e peróxidos orgânicos
  - o Divisão 5.1: Substâncias oxidantes
  - o Divisão 5.2: Peróxidos orgânicos
- Classe 6: Substâncias tóxicas e infecciosas

- Divisão 6.1: Substâncias tóxicas
- Divisão 6.2: Substâncias infecciosas

- Classe 7: Materiais radioativos
- Classe 8: Substâncias corrosivas
- Classe 9: Substâncias e artigos diversos

A atribuição das mercadorias perigosas às classes/divisões acima mencionadas será feita de acordo com a Parte 2 dos Regulamentos Modelo das Nações Unidas ou do ADR Reestruturado.

Artigo 4.º
Adoção dos Regulamentos Modelo das Nações Unidas, ADR e ADR Reestruturado

Para os fins da implementação do presente Protocolo, as Partes Contratantes acordam adotar as disposições dos Regulamentos Modelo das Nações Unidas, do ADR e do ADR Reestruturado, em particular no que diz respeito aos seguintes aspetos:

(i) Classes e divisões detalhadas de mercadorias perigosas;

(ii) Embalagem e rotulagem de mercadorias perigosas;

(iii) Marcação de veículos e métodos de embalagem;

(iv) Documento de transporte e declaração;

(v) Formação; e

(vi) Precauções contra incêndios e/ou explosões.

Artigo 5.º
Autorização

1. O transporte de trânsito de quaisquer mercadorias que se enquADRem em qualquer categoria ou classificação referida no Artigo 3.º e nas disposições do Artigo 4.° não poderá ser realizado por quaisquer operadores de transporte de trânsito, a menos que tenha sido emitida uma autorização para esse fim pelas autoridades competentes das Partes Contratantes através de cujo território o transporte de trânsito passa.

2. O pedido da referida autorização deve ser apresentado ao Comité Nacional de Coordenação de Transporte de Trânsito da Parte Contratante relevante.

3. Quando um pedido for apresentado ao Comité Nacional de Coordenação de Transporte de Trânsito da Parte Contratante relevante, esse Comité deve contactar o Comité Nacional de Coordenação de Transporte de Trânsito da Parte Contratante através de cujo território o transporte de trânsito passa.

4. Qualquer autorização que não seja redigida em inglês deve ser acompanhada de uma tradução certificada em inglês, emitida pela autoridade competente relevante.

5. Para evitar dúvidas, os Comités Nacionais de Coordenação de Transporte de Trânsito não devem ser considerados como a autoridade de aprovação da referida autorização, mas apenas como facilitadores e intermediários entre o requerente e a autoridade de aprovação relevante.

Artigo 6.º
Disposições Institucionais

1. A Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN será o órgão responsável pela monitorização, revisão, coordenação e supervisão de todos os aspetos relacionados com a implementação eficaz do presente Protocolo.

2. A Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN deve submeter, através do Secretariado da ASEAN, relatórios regulares sobre o progresso da implementação do presente Protocolo ao Conselho de Coordenação de Transporte de Trânsito, para posterior ação.

3. O Secretariado da ASEAN deve prestar o apoio técnico e a assistência necessários à Reunião de Altos Funcionários de Transporte da ASEAN no desempenho das suas funções e responsabilidades ao abrigo do presente Protocolo.

Artigo 7.º
Disposições Finais

1. O presente Protocolo será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que deve fornecer prontamente uma cópia autenticada do mesmo a cada Parte Contratante.

2. O presente Protocolo complementa e constitui parte integrante do Acordo-QuADRo da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias, assinado em 16 de dezembro de 1998 em Hanói, Vietname, e, entre as Partes Contratantes do presente Protocolo, o Acordo e o presente Protocolo devem ser lidos e interpretados em conjunto como um único instrumento.

3. O presente Protocolo está sujeito a ratificação ou aceitação pelas Partes Contratantes. O Instrumento de Ratificação ou Aceitação será depositado junto do Secretário-Geral da ASEAN, que deve informar prontamente cada Parte Contratante sobre tal depósito.

4. O presente Protocolo entrará em vigor após o depósito dos Instrumentos de Ratificação ou Aceitação por todas as Partes Contratantes junto do Secretário-Geral da ASEAN.

5. Qualquer alteração às disposições do presente Protocolo será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

6. As referências no presente Protocolo aos Regulamentos

Modelo das Nações Unidas, ao ADR e ao ADR Reestruturado devem ser entendidas como referentes às versões desses instrumentos em vigor na data da assinatura do presente Protocolo. A aplicabilidade de revisões ou alterações futuras aos Regulamentos Modelo das Nações Unidas, ao ADR e ao ADR Reestruturado será efetuada com o consentimento de todas as Partes Contratantes.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respetivos Governos, assinaram o Protocolo 9 - Mercadorias Perigosas para implementar o Acordo-QuADRo da ASEAN sobre a Facilitação do Trânsito de Mercadorias.

FEITO em Jacarta, Indonésia, no dia 20 de setembro de 2002, em um único exemplar, na língua inglesa.

Pelo Governo do Brunei Darussalam:
[Observa-se uma assinatura]
PEHIN DATO ZAKURIA SULAIMAN
Ministro das Comunicações

Pelo Governo do Reino do Camboja:
[Observa-se uma assinatura]
KHY TAINGLJ
Ministro das Obras Públicas e Transportes

Pelo Governo da República da Indonésia:
[Observa-se uma assinatura]
AGUM GUMELAR
Ministro das Comunicações

Pelo Governo da República Democrática Popular do Laos:
[Observa-se uma assinatura]
BOUATHONG VONGLOKHAM
Ministro das Comunicações, Transportes, Correios e Construção

Pelo Governo da Malásia:
[Observa-se uma assinatura]
DATO' SERI KISJONG SIK
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da União de Myanmar:
[Observa-se uma assinatura]
MAJOR GENERAL HLA MYINT SWE
Ministro dos Transportes

Pelo Governo da República das Filipinas:
[Observa-se uma assinatura]
ARTURO T. VALDEZ
Subsecretário dos Transportes

Pelo Governo da República de Singapura:
[Observa-se uma assinatura]
YEO CHEONG TONG
Ministro dos Transportes

Pelo Governo do Reino da Tailândia:
[Observa-se uma assinatura]
NIKORN CHAMNONG
Vice-Ministro dos Transportes e Comunicações

Pelo Governo da República Socialista do Vietname:
[Observa-se uma assinatura]
DR. TRAN DOAN THO
Vice-Ministro dos Transportes

ANEXO III
Traduções para língua tétum

Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun ba Tránzitu Sasán

PREÁMBULU

Membru Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (iha ne'e refere hanesan "Parte Kontratante sira");

Inspiradu atu mantein, dezenvolve liután no hametin relasaun amizade no kooperasaun entre sira-nia nasaun;
Reitera sira-nia kompromisu atu haburas suave, lalais no eficiente ba movimentu sasán sira entre Parte Kontratante sira;

Hanoin filafali desizaun Simeira Informál Dahuluk ASEAN nian, ne'ebé hala'o iha loron 30 fulan Novembru tinan 1996, iha Jakarta, no Simeira Informál Daruak ASEAN nian, ne'ebé hala'o iha loron 15 fulan Dezembru tinan 1997 iha Kuala Lumpur, atu koopera iha área fasilitasaun ba tránzitu sasán no atu estuda lalais medida nesesáriu sira atu fasilita transporte sasán sira nian iha tránzitu no entre Estadu sira, ne'ebé kobre ligasaun terrestre, marítima no aérea sira, liuliu;

Nota Artigu V hosi Akordu Jerál kona-ba tarifa no Komérsiu (GATT 1994) kona-ba "Liberdade Tránzitu" no konvensaun internasionál sira seluk ne'ebé relevante kona-ba sasán sira iha tránzitu;

Konkorda katak Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun ba Tránzitu Sasán (iha ne'e refere hanesan

"Akordu ida-ne'e") fornese dispozisaun ida-ne'ebé efetivu liu atu fasilita tráfegu entre Estadu no transporte iha tránzitu entre nasaun sira ASEAN nian;

Kompromisu atu enkoraja no fasilita tráfegu entre Estadu no transporte iha tránzitu entre Parte Kontratante sira;

Konkorda ona hanesan tuirmai:

Artigu 1
Objetivu sira

Objetivu sira hosi Akordu ida-ne'e maka:

a) atu fasilita transporte ba tránzitu sasán, hodi apoia implementasaun Zona Komérsiu Livre ASEAN nian, no promove ekonomia sira rejiaun nian;

b) atu simplifika no armoniza regulamentu iha matéria transporte, komérsiu no alfándega nian no rekizitu atu fasilita ba tránzitu sasán; no

c) atu estabelese sistema transporte iha tránzitu ida ne'ebé efetivu, efisiente, integradu no armonizadu iha ASEAN.

Artigu 2
Prinsípiu sira

Parte Kontratante sira sei hetan orientasaun hosi prinsípiu sira tuirmai tuir Akordu ida-ne'e:

a) Tratamentu Nasaun Favoresidu Liu: Parte Kontratante sira sei fó tratamentu ba transporte iha tránzitu ba ka hosi território Parte Kontratante seluk nian ne'ebé la menus favoravel duke tratamentu ne'ebé fó ba transporte iha tránzitu ba ka hosi nasaun seluk ruma;

b) Tratamentu Nasionál: Parte Kontratante sira sei fó tratamentu ba produtu sira ne'ebé maka iha ona tránzitu liuhosi território hosi Parte Kontratante seluk ruma la menus favoravel duke ida-ne'ebé maka sei fó ba sira se sira transporta hosi fatin orijen ba fatin destinu nian lahó liuhosi território hosi Parte Kontratante seluk ne'e;

c) Konsistênsia: Parte Kontratante sira tenke asegura aplikasaun konsistente ba lei, regulamentu, prosedimentu, matadalan administrativu no regulamentu sira seluk ne'ebé relevante iha Parte Kontratante ida-idak;

d) Simplisidade: Parte Kontratante sira sei esforsu atu asegura simplifikasaun ba prosedimentu no rekizitu transporte iha tránzitu hotu-hotu iha ASEAN;

e) Transparénsia: Parte Kontratante sira sei disponibiliza ba públiku, ho maneira lalais, transparente no fásil atu asesu, lei, regulamentu, prosedimentu no notifikasaun administrativa hotu-hotu ne'ebé relasiona ho autoridade kompetente sira;

f) Efisiénsia: Parte Kontratante sira tenke garante jestaun efisiente no efikás ba transporte iha tránzitu atu nune'e bele fasilita sirkulasaun ba tránzitu sasán;

g) Rekursu sira: Parte Kontratante sira tenke garante disponibilidade no asesu hosi utilizadór no fornesedór servisu transporte ASEAN nian ba mekanizmu efetivu ida hodi halo rekursu ba desizaun sira hosi autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante sira; no

h) Asistênsia Mútua: Parte Kontratante sira sei halo esforsu hotu-hotu atu garante kooperasaun másimu no asistênsia mútua entre ajénsia sira-ne'ebé envolve iha fasilitasaun ba tránzitu sasán iha ASEAN nia laran.

PARTE I
Dispozisaun Jerál sira

Artigu 3
Definisaun sira

Ba efeitu sira hosi Akordu ida-ne'e:

(a)"Transporte iha tránzitu" katak tránzitu sasán no meiu transporte nian iha território hosi Parte Kontratante ida ka liu, bainhira pasajen liuhosi território ka território sira-ne'e, ho ka lahó transbordu, armazenamentu, sobu volume boot ka mudansa iha modu hosi transporte, mak parte ida de'it hosi viajen kompletu ida ne'ebé hahú no termina liu baliza hosi Parte Kontratante ida ka liu liuhosi ne'ebé nia território tráfiku liu;

(b) "Transporte internu" maka transporte sasán sira-ne'ebé tula iha Parte Kontratante ida nia território atu deskarga iha fatin ne'ebé lokaliza iha território hosi Parte Kontratante ne'ebé hanesan;

(c) "Meiu transporte nian" signifika veíkulu rodoviáriu sira, ferroviáriu sira, ró no aviaun tasi nian no bee-dalan internu nian;

(d) "Sasán perigozu" maka substánsia no artigu sira-ne'ebé bele afeta interese ambiente, saúde, seguransa no seguransa nasionál;

e) "Sasán sira ne'ebé bele aat lalais" maka ikan fresku, malirin ka konjeladu, krustáseu sira, molusku sira, aifuan sira, modo sira, na'an ka manu-tolun ne'ebé malirin ka konjeladu, produtu sira susubeen nian no produtu sira susubeen nian, manu-tolun no produtu sira hosi manu-tolun, na'an fahi no produtu sira hosi fahi; no

(f) "Sekretáriu-Jerál" katak Sekretáriu-Jerál Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian.

Artigu 4
Ámbitu aplikasaun

1. Dispozisaun sira hosi Akordu ida-ne'e sei aplika ba transporte iha tránzitu.

2. Transporte entre Estadu tenke sai objetu ba akordu ida entre Parte Kontratante sira hotu. Ba efeitu ida-ne'e, Parte Kontratante sira sei hahú negosiasaun sira no konklui lalais Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba fasilitasaun transporte entre Estadu sira.

Artigu 5
Fó Direitu sira

1. Sujeitu ba dispozisaun sira iha Akordu ida-ne'e, Parte Kontratante ida-idak sei fó ba Parte Kontratante sira seluk:

   a) direitu ba transporte iha tránzitu nian; no

   b) direitu atu karrega no deskarrega sasán sira hosi nasaun datoluk ne'ebé destina ba ka mai hosi Parte Kontratante sira.

2. Parte Kontratante sira ne'ebé liuhosi sira-nia território transporte iha tránzitu hala'o, sei haka'as-an atu fornese fasilidade ba transporte iha tránzitu tuir dispozisaun sira iha Akordu ida-ne'e.

3. Transporte iha Tránzitu nian sei la sujeita ba atrazu ka restrisaun ruma ne'ebé la nesesáriu no sei hetan izensaun hosi direitu aduaneiru, imposto no enkargu sira seluk, eseptu enkargu sira ba servisu espesífiku sira-ne'ebé presta iha ligasaun ho transporte ne'e.

4. Sasán sira-ne'ebé transporta iha veíkulu rodoviáriu taka metin, iha kombinasaun veíkulu ka iha kontentór sira labele hetan inspesaun iha aduaneira sira iha dalan. Maibé, atu prevene abuzu sira, hanesan kontrabandu no fraude, autoridade aduaneira sira hosi Parte Kontratante sira ida bele, iha kazu esepsionál sira, no liuliu bainhira deskonfia iha irregularidade sira, halo verifikasaun ba sasán sira iha área sira refere ka iha zona sira seluk ne'ebé autoridade aduaneira sira dezigna.

PARTE II
DEZIGNASAUN BA SIRKULASAUN TRANSPORTE IHA TRÁNZITU SIRA

Artigu 6
Dezignasaun Sirkulasaun no Fasilidade Transporte iha Tránzitu nian

1. Parte Kontratante sira sei adota lista ida kona-ba itinerário Sirkulasaun transporte iha tránzitu nian ne'ebé dezignadu atu espesifika iha Protokolu 1 hosi Akordu ida-ne'e.

2. Tanba razaun seguransa nian, Parte Kontratante sira sei haka'as-an atu estabelese, iha sira-nia território, área deskansa nian ba veíkulu nian iha itinerário sira-ne'ebé espesífiku sira-ne'e iha intervalu apropriadu.

Artigu 7
Fasilidade sira iha Fronteira

1. Parte Kontratante sira konkorda atu dezigna postu fronteira iha pontu fronteira sira ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 2 atu nune'e bele fasilita transporte iha tránzitu.

2. Parte Kontratante sira tenke fornese fasilidade adekuadu no instalasaun relasionadu sira iha pasajen fronteira sira iha dalan transporte iha tránzitu nian.

3. Parte Kontratante sira sei esforsu atu:

   (a) Fó, bainhira de'it posivel no iha ámbitu sira-nia jurisdisaun nasionál nian, postu fronteira sira-ne'ebé fizikamente kontiguo ba postu sira hosi Parte Kontratante sira seluk ne'ebé iha interese iha zona kontrolu ho rekizitu verifikasaun nian, atu nune'e bele fasilita dezalfandegamentu nian no ezame ba meiu transporte no sasán sira-ne'ebé iha tránzitu, atu nune'e evita deskarga no karregamentu filafali sasán sira-ne'e. Laiha buat ida mak impede Parte Kontratante rua ka liu atu hala'o, iha fatin hanesan, kontrolu konjuntu ne'ebé hala'o hosi ajente sira hosi Parte Kontratante sira-ne'e;

   (b) Asegura fornesimentu rekursu umanu adekuadu ba kumprimentu lalais no desblokiamentu formalidade fronteira nian, hanesan imigrasaun, alfándega, kontrolu sanitáriu no kontrolu troka nian;

   (c) Permite sasán sira-ne'ebé iha tránzitu atu rai temporariamente iha fatin sira-ne'ebé aprova ona;

   (d) Koordena oráriu servisu nian ba postu adjasente sira; no

   (e) Fornese, bainhira de'it posivel, fatin estasionamentu adekuadu ba kontentór sira no ba veíkulu sira-ne'ebé hein hela dezalfandegamentu ba sasán sira.

3. Parte Kontratante sira konkorda atu hetan orientasaun, iha ne'ebé de'it posivel, hosi dispozisaun sira Konvensaun Internasionál kona-ba Armonizasaun Kontrolu Fronteira Sasán nian, ne'ebé asina iha Jenebra iha loron 21 fulan Outubru tinan 1982, iha sira-nia esforsu atu armoniza instalasaun fronteira sira ba sasán sira-ne'ebé iha tránzitu.

PARTE III
KONDISAUN JERÁL SIRA BA TRANSPORTE RODOVIÁRIU

Artigu 8
Regulamentu ba Tráfegu

Parte Kontratante sira tenke haka'as-an atu foti medida apropriadu sira hodi garante katak armonizasaun ba regra sira tránzitu rodoviáriu nian ne'ebé vigora iha sira-nia território ne'e iha konformidade substansiál ho dispozisaun sira iha Konvensaun kona-ba Tránzitu Rodoviáriu, ne'ebé asina iha Viena, iha loron 8 fulan Novembru tinan 1968, no Konvensaun kona-ba Sinál Rodoviáriu, ne'ebé asina iha fulan Novembru tinan 1986.

Artigu 9
Servisu Transporte iha Tránzitu nian

1. Parte Kontratante ida-idak sei autoriza utilizasaun meiu transporte ne'ebé rejista ona iha Parte Kontratante sira seluk ba prestasaun servisu transporte tránzitu nian iha ninia território tuir Artigu 5 husi Akordu ida-ne'e.

2. Tipu no kuantidade veíkulu rodoviáriu ne'ebé sei uza ba transporte tránzitu sei hetan akordu entre Parte Kontratante hotu-hotu, ne'ebé sei espesifika iha Protokolu

3, molok hahú hala'o servisu transporte nian. Hafoin ne'e, tipu no kuantidade veíkulu estrada nian sei sai asuntu ba diskusaun periódika entre Parte Kontratante sira.

Artigu 10
Autorizasaun transporte rodoviáriu nian

Parte Kontratante sira kompromete atu armoniza rekizitu sira autorizasaun transporte rodoviáriu nian hodi nune'e bele fasilita transporte tránzitu nian.

Artigu 11
Rekizitu Tékniku ba Veíkulu sira

Meiu transporte ne'ebé uza ba transporte rodoviáriu iha tránzitu tenke kumpre rekizitu tékniku sira relasiona ho dimensaun veíkulu nian, pezu no karga másimu sira, padraun emisaun nian no asuntu sira-ne'ebé relasionadu ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 4.

Artigu 12
Rekoñesimentu Mútua ba Sertifikadu Inspesaun sira

1. Parte Kontratante sira kompromete atu institui kontrolu periódiku ba veíkulu rodoviáriu sira-ne'ebé rejista iha respetivu territóriu ida-idak no uza ba operasaun transporte iha tránzitu nian.

2. Parte Kontratante sira tenke rekoñese sertifikadu inspesaun periódika ba veíkulu rodoviáriu hirak ne'ebé uza ba transporte iha tránzitu ne'ebé fó sai hosi Parte Kontratante sira seluk tuir Akordu kona-ba Rekoñesimentu ba Sertifikadu Inspesaun ba Veíkulu Komersiál ba Veíkulu Sasán no Veíkulu Servisu Públiku ne'ebé Emite hosi Nasaun-Membru ASEAN, iha Singapura, iha loron 10 fulan Setembru tinan 1980.

Artigu 13
Rekoñesimentu ba Malun ba Karta Kondusaun

Parte Kontratante sira sei rekoñese karta kondusaun nasionál sira-ne'ebé fó sai hosi Parte Kontratante sira seluk hotu tuir Akordu kona-ba Rekoñesimentu ba Karta Kondusaun Nasionál sira-ne'ebé fó sai hosi Nasaun ASEAN nian, ne'ebé asina iha Kuala Lumpur iha loron 9 fulan Jullu tinan 1985.

Artigu 14
Rejime Seguru ba Veíkulu Motorizadu ba Parte Datoluk

1. Veíkulu rodoviáriu ne'ebé tama iha Parte Kontratante seluk nia territóriu tenke kumpre ho rigorozu dispozisaun lejizlativa no regulamentár sira-ne'ebé relasiona ho seguru responsabilidade sivíl ne'ebé kobre seguru ba ninia meiu transporte hodi kobre responsabilidade sivíl ne'ebé mosu durante transporte iha tránzitu.

2. Parte Kontratante sira kompromete atu harmoniza ka estabelese rejime komún ASEAN ida kona-ba seguru obrigatóriu iha responsabilidade ba veíkulu motorizadu ba parte datoluk ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 5.

3. Rejime ASEAN nian kona-ba seguru obrigatóriu iha responsabilidade ba veíkulu motorizadu ba parte datoluk nian sei fornese, pelumenus, garantia hotu-hotu ne'ebé ezije hosi lei no regulamentu sira-ne'ebé regula seguru obrigatóriu ba veíkulu motorizadu ba parte datoluk nian iha Parte Kontratante sira.

Artigu 15
Enkargu no Obrigasaun Finanseira sira seluk

Parte Kontratante sira haka'as-an atu simplifika, konsolida no armoniza enkargu no obrigasaun finanseira sira seluk ne'ebé mak kobra ba meiu transporte nian.

PARTE IV
KONDISAUN JERÁL SIRA BA TRANSPORTE FERROVIÁRIA

Artigu 16
Servisu Ligasaun no Tránzitu nian

1. Servisu ligasaun no tránzitu iha liña ferroviária ne'ebé liga territóriu sira Parte Kontratante sira nian sei hala'o iha estasaun transferénsia sira ne'ebé dezignadu.

2. Estasaun fronteira sira, estasaun transferénsia sira no tipu no kuantidade ba materiál rodante sei dezigna iha Protokolu 6. Protokolu ne'e sei espesifika mós dispozisaun operasionál báziku sira relasiona ho asuntu sira hanesan inspesaun téknika ba materiál rodante.

3. Parte Kontratante sira tenke enkoraja sira-nia ferroviária atu konklui akordu inter-ferroviáriu sira, inklui dispozisaun sira ba aseitasaun inspesaun téknika ba materiál rodante, ne'ebé konsistente ho dispozisaun sira iha Akordu ida-ne'e no ninia Protokolu sira.

PARTE V
KONTROLU ADUANEIRU, MEDIDA SANITÁRIA NO FITOSANITÁRIA

Artigu 17
Armonizasaun no Simplifikasaun ba Prosedimentu Aduaneiru nian

1. Parte Kontratante sira tenke simplifika no, bainhira de'it bele, armoniza prosedimentu kontrolu aduaneiru transporte iha tránzitu nian hodi garante kumprimentu ba lei no regulamentu ne'ebé Alfándega iha responsabilidade atu ezekuta.

2. Parte Kontratante sira tenke fasilita inspesaun aduaneira konjunta, bainhira de'it bele, ba transporte iha tránzitu iha sira-nia pontu fronteira ne'ebé dezignadu.

3. Parte Kontratante sira konkorda atu hetan orientasaun, bainhira de'it posivel, hosi padraun sira no prátika sira-ne'ebé rekomenda hosi Aneksu El kona-ba Tránzitu Aduaneiru hosi Konvensaun Internasionál kona-ba Simplifikasaun no Armonizasaun hosi Rejime Aduaneiru sira-ne'ebé konklui iha Kyoto iha loron 18 fulan Maiu tinan 1973, hanesan altera ona, tuir auspísiu sira hosi Organizasaun Mundiál Alfándega nian.

Artigu 18
Estabelesimentu Rejime Tránzitu Aduaneiru

1. Parte Kontratante sira tenke estabelese rejime tránzitu aduaneiru ho objetivu atu fasilita sirkulasaun sasán sira iha sira-nia territóriu.

2. Parte Kontratante sira konkorda atu aplika rejime tránzitu aduaneiru ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 7.

Artigu 19
Estabelesimentu Medida Sanitária no Fitosanitária sira

Parte Kontratante sira tenke estabelese medida sanitária no fitosanitária sira-ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 8, hodi fasilita sirkulasaun sasán sira iha sira-nia territóriu no garante kumprimentu ba lei no regulamentu sira-ne'ebé autoridade relevante sira iha responsabilidade atu aplika.

PARTE VI
DISPOZISAUN OIN-OIN SIRA

Artigu 20
Dispozisaun Espesiál sira kona-ba Transporte Sasán Perigozu

Transporte iha tránzitu ba sasán perigozu sira-ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 9 sei la permite tuir Akordu ida-ne'e, eseptu iha autorizasaun espesiál ida hosi Parte Kontratante iha ne'ebé nia territóriu transporte ne'e hala'o.

Artigu 21
Dispozisaun Espesiál kona-ba Transporte Sasán Proibidu no/ka Restritu sira

Transporte tránzitu ba sasán sira ne'ebé bandu no/ka restritu iha territóriu tránzitu hosi Parte Kontratante ida, ne'ebé sei espesifika iha Protokolu 7, sei la permite tuir Akordu ida-ne'e.

Artigu 22
Dispozisaun Espesiál sira kona-ba Transporte Sasán sira ne'ebé bele Mohu

Sujeitu ba dispozisaun sira iha Akordu ida-ne'e, Parte Kontratante sira sei haka'as-an atu fasilita transporte sasán sira ne'ebé bele Mohu.

Artigu 23
Fornesimentu ba Instalasaun sira-ne'ebé boot liu

Akordu ida-ne'e la implika, iha dalan ruma, retirada hosi fasilidade tránzitu sira-ne'ebé mak boot liu duké sira-ne'ebé maka prevee iha Akordu ida-ne'e enkuantu termu no kondisaun sira konsistente ho prinsípiu sira-ne'ebé mak konsagra iha Akordu ida-ne'e. Akordu ida-ne'e mós la taka dalan atu fó fasilidade sira ne'ebé boot liu, ne'ebé bele hetan akordu entre Parte Kontratante sira iha futuru.

Artigu 24
Lejizlasaun Interna

1. Lejizlasaun interna no regulamentu sira kona-ba transporte sasán nian sei, iha medida ne'ebé Akordu ida-ne'e no nia Protokolu sira la estabelese, aplika hanesan no lahó diskriminasaun ba transporte iha tránzitu nian.

2. Parte Kontratante sira sei esforsu atu armoniza no simplifika sira-nia regra, regulamentu no prosedimentu administrativu relasiona ho transporte iha tránzitu tuir dispozisaun sira iha Akordu ida-ne'e.

Artigu 25
Grupu Traballu sira

Hafoin asina Akordu ida-ne'e, sei estabelese ka dezigna Grupu Traballu sira-ne'ebé iha relasaun, hodi konklui Protokolu sira-ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu ida-ne'e. Hirak-ne'e maka:

Protokolu 1	Dezignasaun ba Sirkulasaun no Instalasaun Transporte iha Tránzitu nian
Protokolu 2	Dezignasaun ba Postu Fronteira sira
Protokolu 3	Tipu no Kuantidade Veíkulu Estrada nian
Protokolu 4	Rekizitu Tékniku ba Veíkulu sira
Protokolu 5	Rejime Seguru Obrigatóriu iha Responsabilidade ba Veíkulu Motorizadu ba Parte Datoluk nian
Protokolu 6	Estasaun Fronteira no Transferénsia Ferroviáriu sira
Protokolu 7	Sistema Tránzitu Aduaneiru nian
Protokolu 8	Medida Sanitária no Fitosanitária sira
Protokolu 9	Sasán Perigozu sira

Artigu 26
Kumprimentu ba Lei Nasionál sira

Eseptu bainhira prevee iha Akordu sira entre Parte Kontratante sira, inklui Akordu ida-ne'e:

(a) meiu transporte hosi Parte Kontratante ida, inklui ema no sasán sira, bainhira iha Parte Kontratante seluk nia territóriu, tenke kumpri lei no regulamentu nasionál sira-ne'ebé vigora iha territóriu ne'e; no

(b) Parte ida sei la impoin ba ema ka sasán sira hosi Parte Kontratante seluk rekizitu sira-ne'ebé mak restritivu liu duke sira-ne'ebé mak aplika hosi ninia lei no regulamentu nasionál sira kona-ba ninia meiu transporte rasik.

Artigu 27
Transparénsia

1. Parte Kontratante sira tenke garante transparénsia ba sira ida-idak nia lei, regulamentu no prosedimentu administrativu sira ne'ebé afeta fasilitasaun transporte iha tránzitu sasán nian tuir Akordu ida-ne'e no nia Protokolu sira.

2. Ba efeitu ida-ne'e, Parte Kontratante hotu-hotu tenke depozita iha Sekretariadu ASEAN, la liu fulan neen hafoin Akordu ida-ne'e tama iha vigór, sira-nia lei, regulamentu no prosedimentu administrativu sira-ne'ebé temi ona.

3. Karik dokumentu sira-ne'ebé temi la'ós iha lian Inglés, sira-nia tradusaun Inglés mós sei depozita iha tinan ida nia laran hafoin Akordu ida-ne'e tama iha vigór.

Artigu 28
Asisténsia ba Asidente Tráfiku sira

Karik meiu transporte hosi Parte Kontratante ida inklui ema no sasán sira envolve iha asidente tráfiku iha território hosi Parte Kontratante seluk, ida ikus sei fornese asisténsia posivel hotu-hotu ba meiu transporte, inklui ema no sasán, no notifika lalais autoridade kompetente sira kona-ba Parte Kontratante ne'ebé iha interesse.

PARTE VII
DISPOZISAUN INSTITUSIONÁL SIRA

Artigu 29
Dispozisaun Institusionál sira

1. Komité Nasionál ida ba Koordenasaun Transporte iha Tránzitu nian sei estabelese iha Parte Kontratante ida-idak ho objetivu atu halo koordenasaun, kontrolu no implementasaun Akordu ida-ne'e ho efetivu no efisiente.

2. Sei estabelese Konsellu Koordenasaun Transporte iha Tránzitu ida no sei kompostu hosi funsionáriu superiór sira-ne'ebé nomeia hosi Parte Kontratante ida-idak no reprezentante ida hosi Sekretariadu ASEAN nian, hodi tau matan ba koordenasaun no implementasaun jerál hosi Akordu ida-ne'e. Konsellu mós hetan autorizasaun atu konvida no husu asisténsia hosi órgaun koordenasaun ASEAN sira seluk ne'ebé relevante, ba asuntu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho implementasaun hosi Akordu ida-ne'e.

3. Konsellu Koordenasaun Transporte iha Tránzitu sei halo relatóriu periódiku kona-ba implementasaun Akordu ida-ne'e nian, no buka orientasaun apropriadu kona-ba asuntu signifikativu sira bainhira presiza, hosi órgaun Ministeriál sira ASEAN nian ne'ebé relevante.

4. Sekretariadu ASEAN sei tulun Konsellu Koordenasaun Transporte iha Tranzitu hodi hala'o nia funsaun no responsabilidade tuir Akordu ida ne'e no, liu-liu, iha monitorizasaun no relatóriu kona-ba progresu ne'ebé hetan ona iha nia implementasaun. Sekretariadu ASEAN sei submete relatóriu avaliasaun ba Konsellu Koordenasaun Transporte hodi halo asaun tuirmai.

PARTE VIII
KLÁUZULA FINÁL

Artigu 30
Rezolusaun Disputa

Dispozisaun sira hosi Protokolu ASEAN nian kona-ba Mekanizmu Rezolusaun Disputa nian, ne'ebé halo iha Manila iha loron 20 fulan Novembru tinan 1996, sei aplika ba konsulta no rezolusaun disputa sira tuir Akordu ida-ne'e.

Artigu 31
Adezaun ba Membru Foun sira

Membru foun sira ASEAN nian sei adere ba Akordu ida-ne'e ho termu no kondisaun sira ne'ebé konsistente ho ida-ne'e, no ne'ebé konkorda ona entre sira no Membru ASEAN nian ne'ebé eziste. Adezaun sei efetua liuhosi asinatura no depózitu Instrumentu Adezaun nian ba Akordu ida-ne'e ho Sekretáriu-Jerál ASEAN nian, ne'ebé sei fornese ho efisiente ba Parte Kontratante ida-idak kópia autentikadu ida ne'ebé loos.

Artigu 32
Akordu sira seluk ne'ebé vigora

Akordu ida-ne'e ka medida ruma ne'ebé foti tuir ida-ne'e sei la afeta direitu no obrigasaun sira hosi Parte Kontratante sira tuir akordu ruma ne'ebé eziste ka Konvensaun Internasionál sira ne'ebé sira mós Parte Kontratante.

Artigu 33
Dispozisaun Finál sira

1. Akordu ida-ne'e sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira.

2. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa ho efisiente ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. Akordu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu Jerál ASEAN nian.

4. Labele halo rezerva ba Akordu ida-ne'e tantu iha momentu asinatura ka ratifikasaun nian.

5. Alterasaun ruma ba dispozisaun sira hosi Akordu ida-ne'e sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun ba Tránzitu Sasán.

HALO iha Hanoi, Vietnam iha loron 16 fulan Dezembru tinan 1998, iha kópia ida de'it iha Lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam
[Asinatura]
ABDUL RAHMAN TAIB
Ministru Indústria no Rekursu Primáriu

Hosi Governu República Indonézia
[Asinatura]
GINANJAR KARTASASMITA
Ministru Koordenadór Ekonomia, Finansa no Indústria

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos
[Asinatura]
SOULIBONG DARAVONG
Ministru Indústria no Artezanatu

Hosi Governu Malázia
[Asinatura]
RAFIDAH AZIZ
Ministru Komérsiu Internasionál no Indústria

Hosi Governu Uniaun Myanmar
[Asinatura]
BRIGADEIRU JENERÁL DAVID O. ABEL
Ministru Gabinete Prezidente Konsellu Estadu ba Dame no Dezenvolvimentu

Hosi Governu República Filipina
[Asinatura]
JOSE TRINIDAD PARDO
Sekretáriu Komérsiu no Indústria

Hosi Governu República Singapura
[Asinatura]
LEE YOCK SUAN
Ministru Komérsiu no Indústria

Hosi Governu Reinu Tailándia
[Asinatura]
SURIN PITSUWAN
Ministru Negósiu Estranjeiru

Hosi Governu República Sosialista Vietnam
[Asinatura]
TRUONG DINH TUYEN
Ministru Komérsiu

Protokolu 1 Dezignasaun ba Sirkulasaun tránzitu no instalasaun sira

Protokolu 2 Dezignasaun ba postu fronteira sira

Protokolu 3 Tipu no kuantidade veíkulu rodoviáriu

Protokolu 4 Rekizitu tékniku veíkulu nian

Protokolu 5 Rejime Seguru Obrigatóriu iha Responsabilidade ba veíkulu Motorizadu ASEAN

Protokolu 6 Estasaun Fronteira no Transferénsia Ferroviária

Protokolu 7 Sistema Tránzitu Aduaneiru

Protokolu 8 Medida Sanitária no Fitosanitária sira

Protokolu 9 Sasán Perigozu sira

PROTOKOLU 1

DEZIGNASAUN BA SIRKULASAUN NO FASILIDADE SIRA TRANSPORTE TRÁNZITU

Governu sira husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Lao, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no Sosialista República Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian Ázia nian (iha ne'e refere hanesan "Parte Kontratante");

HANESAN Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun sasán sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1998 iha Ha Noi, Vietname (iha ne'e refere hanesan "Akordu").

REKOÑESE katak Artigu 6 no 25 hosi ida-ne'e prevee konkluzaun hosi implementasaun Protokolu sira ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu;

REKOÑESE mós parágrafu 3 hosi Artigu I hosi Akordu Kuadru kona-ba Hasa'e Kooperasaun Ekonómika ASEAN nian ne'ebé asina iha loron 28 fulan-Janeiru tinan 1992 iha Singapura, katak, iha implementasaun hosi akordu ekonómiku sira, Estadu-Membru rua ka liu bele prosede uluk se Estadu-Membru sira seluk seidauk prontu atu implementa akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu enkoraja no fasilita operasaun transporte tránzitu entre Parte Kontratante sira;

KONKORDA ONA HANESAN TUIRMAI NE'E:

Artigu 1- Ámbitu Aplikasaun nian

Tuir Artigu 6.1 husi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu aplika dispozisaun sira husi Protokolu ida-ne'e ba sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka autoestrada nian ne'ebé dezignadu ba objetivu transporte tránzitu sasán nian iha ASEAN.

Artigu 2-Dezignasaun ba Sirkulasaun Transporte iha Tránzitu Rodoviária ka Autoestrada

1. Parte Kontratante sira konkorda atu formaliza sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka rodoviária inisiál sira-ne'e, nu'udar baze ba dezignasaun sirkulasaun transporte tránzitu nian ba objetivu Protokolu nian, ne'ebé maka lista iha Aneksu ba Protokolu ida-ne'e.

2. Parte Kontratante sira sei afirma sira-nia sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka rodoviária dezignada iha momentu depózitu sira-nia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian. Afirmasaun sei ho akordu mútuo hosi Parte Kontratante ka Parte sira ne'ebé besik besik.

3. Parte Kontratante sira bele hahú proposta sira ba mod-

ifikasaun no/ka espansaun rede transporte tránzitu rejionál hosi tempu ba tempu. Modifikasaun/mudansa ruma ne'ebé propoin hosi Parte Kontratante ida sei ho akordu mútuo hosi Parte Kontratante ka Parte sira ne'ebé besik malu. Alterasaun sira tuirmai sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

4. Sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka rodoviária dezignadu sira ne'ebé estabelese ona sei laiha prejuízu ba reklamasaun territoriál ruma ne'ebé la'o hela entre Parte Kontratante sira.

Artigu 3 – Obrigasaun sira

1. Parte Kontratante sira, sujeita ba sira nia lei no regulamentu nasionál relevante sira, ho ida-ne'e konkorda atu autoriza asesu no movimentu meiu transporte nian ne'ebé laiha obstákulu hanesan espesifika iha Protokolu 4 hosi Akordu, inklui ema no sasán sira, iha estrada ka tránzitu auto-estrada ne'ebé dezignadu dalan transporte nian tuir Protokolu ida-ne'e.

2. Ho ida-ne'e, Parte Kontratante sira konkorda atu adota konjuntu mínimu padraun no rekizitu dezeñu tékniku nian tuir Entendimentu Ministeriál kona-ba Dezenvolvimentu projetu Rede Estrada ASEAN nian ne'ebé asina iha 15 Setembru 1999 iha Hanoi, Vietname.

3. Parte Kontratante sira sei haka'as-an atu fornese área sira deskansa nian ba veíkulu sira iha sira nia estrada ka sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka rodoviária nian ne'ebé dezignadu iha intervalu apropriadu sira.

4. Parte Kontratante sira sei haka'as-an atu fornese fatin estasionamentu adekuadu ba kontentór sira no ba veíkulu rodoviáriu sira ne'ebé hein hela apuramentu sasán iha postu fronteira sira ne'ebé dezignadu ho loloos iha pontu fronteira sira hanesan bele espesifika iha Protokolu 2 hosi Akordu.

Artigu 4 - Akordu Institusionál sira

1. Enkontru Superiór Funsionáriu Transporte sira ASEAN nian sei sai órgaun responsavel ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu relasiona ho implementasaun efetivu ba Protokolu ida-ne'e.

2. Enkontru Superiór Funsionáriu Transporte sira ASEAN nian sei submete, liuhosi Sekretariadu ASEAN nian, relatóriu regulár sira kona-ba progresu implementasaun Protokolu nian ba Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian ne'ebé estabelese tuir Artigu 29. 2 hosi Akordu, hodi halo asaun tuirmai.

3. Sekretariadu ASEAN sei fornese apoiu tékniku no asistensia nesesáriu ba Enkontru Superiór Funsionáriu Transporte sira ASEAN nian iha ninia funsaun no responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 5 -Dispozisaun Finál

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia sertifikada ida-ne'e ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sai nu'udar parte integrante husi Akordu.

3. Protokolu ida-ne'e sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira, Instrumentu sira Ratifikasaun ka Aseitasaun nian, inklui afirmasaun hosi sira-nia sirkulasaun transporte iha tránzitu rodoviária ka rodoviária nian ne'ebé dezignadu, sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba ida-idak Parte Kontratante ba depózitu ne'e. Afirmasaun ka dezignasaun, tuir kazu ne'ebé bele iha, hosi sirkulasaun(sira) transporte tránzitu nian no mudansa ka modifikasaun sira tuirmai ba sirkulasaun(sira) ne'e sei akompaña ho dokumentu sira apoiu nian ne'ebé hatudu akordu mútuo hosi Parte ka Parte Kontratante viziñu imediatu sira.

4. Protokolu ida-ne'e tama iha vigór iha loron neen-nulu hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun daneen, no sei sai afetivu de'it entre Parte Kontratante sira-ne'ebé ratifika ka aseita tiha ona. Ba Parte Kontratante ida-idak ne'ebé ratifika ka aseita ba Protokolu hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun daneen, Protokolu sei tama iha vigór iha loron neen-nulu hafoin Parte Kontratante ne'e depozita ninia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun.

5. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 1- Dezignasaun ba Sirkulasaun no Fasilidade sira Transporte Tránzitu nian hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu.

HALO iha Bangkok, Tailándia, iha Loron ualu fulan-Fevereiru iha Tinan Rihun Rua Hitu, iha kópia orijinál ida de'it ho lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministru Komunikasaun

Hosi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
SUN CHANTHOL
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
WENDY ARITENANG
Sekretáriu Jerál
Ministériu Transporte

Hosi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministru Komunikasaun, Transporte, Postu no Konstrusaun

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATO' SRI CHAN KONG CHOY
Ministru Transporte

Hosi República Uniaun Myamar:
[Asinatura]
MAJOR JENERÁL THEIN SWE
Ministru Transporte

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
ANNELI R. LONTOC
Sub-Sekretáriu ba Transporte Rodoviáriu
Departamentu Transporte no Komunikasaun

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
RAYMOND LIM
Ministru Transporte

Hosi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
ADMIRAL THIRA HAO-CHAROEN
Ministru Transporte

Hosi República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
HO NGHIA DUNG
Ministru Transporte

ANEKSU

LISTA SIRKULASAUN TRANSPORTE TRÁNZITU SIRA

BA PROTOKOLU 1

Nasaun	AH. Nú.	Orijen - Destinu
Brunei Darussalam	150	Sungai Tujoh/Miri (Brunei Darussalam / Malázia Check Point) - Kuala Lurah / Limbang (Brunei Darussalam/Malázia Check Point)
	150	Puni/Limbang (Brunei Darussalam/Malázia Check Point) - Labu/Lawas (Brunei Darussalam/Malázia Check Point)
		Poi Pet (Cambodia/Thailand Border) - Sisophon - Phnom Penh - Bavet (Cambodia / Vietnam Border
Kambodia	1	Trapeing Kreal (Cambodia / Lao PDR Border) - Stung Treng - Kampong Cham - Phnom Penh - Sihanoukville Port
	11	

Indonézia	2 150 25	Merak - Jakarta - Surakarta - Surabaya – Denpasar Pontianak - Entikong/Tebedu (Indonesia/Malázia, Sarawak Border) Banda Aceh - Medan - Palembang - Bakahuni

Nasaun	**AH.** **Nú.**	**Orijen-Destinu**
República Demokrátika Populár Laos	3 12 11	Boten (*Lao PDR*/China Border) - Luang Namtha - Houi Sai (Lao PDR/Thailand *border)* Natrey (J.R.AH.3)- Oudomsay - Luang Phrabang – Vientiane Vientiane (J.R.AH.12) - Ban Lao - Thakhek - Savannakhet - Pakse - Veunkhame (Lao

Malázia	15	PDR/Cambodia *Border*) Namphao (Lao PDR/Viet Nam *Border*)- Ban Lao (J.R.AH.11) Savannakhet (Lao PDR/ Thailand Border) – Danesavanh (Lao PDR/ Viet Nam *Borde*r)
	16	Bukit Kayu Hitam (Malázia/ Thailand *Border*) - Kuala Lumpur - Seremban - Senai Utara
	2	Senai Utara – Johor Bharu/Woodlands Checkpoint (Malázia/Singapore *Border*)
	2 (Timur/ East)	Senai Utara – Tanjung Kupang/Tuas Checkpoint (Malázia/Singapore *Border*)
	2 (Barat/West)	Entikong/Tebedu (Indonesia/ Malázia *Border*) - Serian – Kuching Serian - Sibu - Bintulu – Mir Miri - Sg. Tujoh (Malázia/ Brunei Darussalam *Check*

	150 150 150	*Point*)

Nasaun	**AH.** **No.**	**Orijen - Destinu**
Myanmar	150	Kuala Lurah (Malázia/Brunei Darussalam Check Point) - Limbang/Puni (Malázia/ Brunei Darussalam *Check Point*)
		Lawas/Labu (Malázia/Brunei Darussalam *Check Point*) - Kota Kinabalu
	150	Tamu (Myanmar/India Border) - Mandalay - Meiktila – Payagyi (including Payagyi-Yangon) - Myawadi (Mianmar/Thailand *Border*
	1	Meiktila - Loilem - Keng Tung - Tachileik (Myanmar/ Thailand *Border*)
		Kyaington (Keng Tung) – Mongla
		Muse (Myanmar/China *Border*) – Mandalay
	2	Laoag *City* - Manila - Matnog - (Ferry Service) - San Isidro - Tacloban City - Liloan (Ferry Service) - Lipata - Surigao *City* - Davao *City* - General

Filipina **Singapura**	3 14 26 2 (East)	Santos *City* - Zamboanga *City* (Malázia/Singapore *Border*) Johor Bharu/Woodlands Checkpoint - Bukit Timah Expressway - Pan Island Expressway - Anak Bukit Interchange - Clementi Road - West Coast Highway
Nasaun	**AH.** **Nú.**	**Orijen-Destinu**
	2 (West)	(Malázia/Singapore *Border*) Tanjung Kupang/Tuas Checkpoint - Ayer Rajah Expressway – University Flyover Interchange - Clementi Road - West Coast Highway

Tailándia	1	Mae Sot (Thailand/Myanmar Border) - Tak - Bangkok - Hin Kong - Nakhon Nayok - Aranyaprathet - Khlong Luek (Thailand/Cambodia *Border*)
	2*	Mae Sai (Thailand/Myanmar border) - Chiang Rai - Lampang - Tak - Bangkok (West Outer Ring Road) - Nakhon Pathom - Pak Tho - Chumphon - Suratthani - Phattalung - Hat Yai - Sadao (Thailand/Malázia *Border*)
		Chiang Rai - Chiang Khong (Thailand/Lao PDR Border)
		Hin Kong - Saraburi - Nakhon Ratchasima - Khon Kaen - Nongkhai (Thailand/Lao PDR *Border*)
	3	Tak - Phitsanulok - Khon Kaen - Kalasin - Somdet - Mukdahan (Thailand/Lao PDR *Border*)
		Nakhon Ratchasima - Kabinburi - Laem

	12 16 19	Chabung East Outer Bangkok Ring Road (Tub Chang) - Bang Pa In

Nasaun	**AH.** **Nú.**	**Destinu-Orijén**
Vietname	1 1 15	Moc Bai (Viet Nam/Cambodia Border) - An Suong (Ho Chi Minh City) – Dong Ha – Da Nang/Tien Sa Keo Nua (Viet Nam/Lao PDR *Border*) - Bai Vot - Vinh - Cua Lo Lao Bao (Viet Nam/Lao PDR *Border*) - Dong Ha

	16 17	Dong Nai - Vung Tau

Nota:

*Seksaun Tak - Bangkok mos halo parte iha AH. Nú.1

** Aneksu ida-ne'e hetan alterasaun no akordu hosi Parte Kontratante sira iha 13 Dezembru 2018

PROTOKOLU 2
DEZIGNASAUN BA POSTU FRONTEIRA SIRA

Governu sira husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Laos, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no Sosialista República Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian ("*ASEAN*") (iha ne'e sei refere individualmente hanesan "Parte Kontratante" no koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira");

HANOIN filafali Akordu Kuadru *ASEAN* nian kona-ba Fasilitasaun sasan sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1998 iha Ha Noi, Vietname (tuir mai sei hanaran "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 7 no 25 hosi ida-ne'e prevee konkluzaun hosi implementasaun Protokolu sira ne'ebé sei sai parte integrante sira hosi Akordu;

HAKARAK atu enkoraja no fasilita operasaun transporte entre estadu no tránzitu entre Parte Kontratante sira; no

REITARA katak konkluzaun hosi Protokolu ida-ne'e sei prevee akordu ida ne'ebé efisiente no efikás ba komérsiu tránzitu entre Parte Kontratante sira,

KONKORDA ONA hanesan tuirmai:

ARTIGU 1
ÁMBITU APLIKASAUN NIAN

1. Tuir parágrafu 1 hosi Artigu 7 hosi Akordu, Parte Kontratante sira ho ida-ne'e konkorda atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e ba postu fronteira sira ne'ebé devidamente dezignadu ba apuramentu no ezame hosi meiu transporte no sasan sira iha tránzitu.

2. Parte Kontratante sira bele, ho konsentimentu mútuo hosi parte ka Parte Kontratante viziñu imediatu sira, permite apuramentu no ezame ba meiu transporte no sasan sira iha tránzitu iha postu fronteira sira seluk, aleinde sira ne'ebé devidamente dezignadu, iha situasaun esepsionál no iha baze temporáriu ida, enkuantu termu no kondisaun sira konsistente ho prinsípiu sira ne'ebé maka inkorpora iha Akordu no Protokolu ida-ne'e.

ARTIGU 2
DEZIGNASAUN BA POSTU FRONTEIRA SIRA

1. Parte Kontratante sira konkorda atu formaliza postu fronteira respetivu inisiál sira, nu'udar baze ba dezignasaun postu fronteira sira ba objetivu Protokolu ida-ne'e nian, ne'ebé maka lista iha Aneksu ba Protokolu ida-ne'e.

2. Parte Kontratante sira sei afirma sira-nia postu fronteira ne'ebé dezignadu iha momentu hatama sira-nia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian. Afirmasaun sei ho akordu mútuo hosi Parte Kontratante sira-ne'ebé viziñu imediata ka Parte sira.

3. Parte Kontratante sira bele inisia husi tempu ba tempu proposta sira kona-ba modifikasaun lista postu fronteira dezignadu sira. Modifikasaun ruma ne'ebé propoin hosi Parte Kontratante ida sei ho akordu mútuo hosi Parte Kontratante ka Parte sira ne'ebé besik malu. Alterasaun subsekuente sira ba Aneksu hanesan rezultadu hosi modifikasaun ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei komunika lalais Aneksu ne'ebé altera ona ba Parte Kontratante sira.

4. Postu fronteira dezignadu sira ne'ebé estabelese tuir Protokolu ida-ne'e sei laiha prejuízu ba reklamasaun territoriál ne'ebé la'o hela entre Parte Kontratante sira.

ARTIGU 3
AKORDU INSTITUSIONÁL SIRA

1. Enkontru Diretór-Jerál Aduaneiro ASEAN nian maka sai hanesan órgaun ne'ebé responsavel ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho efetivu implementasaun Protokolu ida-ne'e nian.

2. Sekretariadu ASEAN tenke fornese apoiu administrativu ne'ebé nesesáriu no asistensia ba Reuniaun Diretór-Jerál Alfándega ASEAN nian hodi hala'o ninia funsaun no hala'o ninia responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

ARTIGU 4
DISPOZISAUN FINÁL SIRA

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia verdadeira sertifikada ida-ne'e ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sai nu'udar parte integrante husi Akordu. Iha kazu inkonsistensia ka konflitu ruma, Akordu sei prevalese liu Protokolu ida-ne'e.

3. Protokolu ida ne'e sei sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun husi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun, inklui afirmasaun ba sira-nia postu fronteira dezignadu, sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e. Afirmasaun ka dezignasaun, tuir kazu ne'ebé bele iha, ba postu (sira) fronteira nian no mudansa no modifikasaun sira tuirmai ba postu (sira) fronteira nian ne'e sei akompaña ho dokumentu sira apoiu nian ne'ebé hatudu akordu mútuo hosi Parte ka Parte Kontratante viziñu imediatu sira.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha loron nee-nulu hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun daneen nian, no sei sai efetivu de'it entre Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ka aseita tiha ona. Ba Parte Kontratante ida-idak ne'ebé ratifika ka aseita Protokolu hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun daneen, Protokolu sei tama iha vigór iha loron neen-nulu hafoin Parte Kontratante ne'e depozita ninia Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun.

5. Labele halo rezerva ba Protokolu ida-ne'e tantu iha momentu asinatura ka ratifikasaun ka aseitasaun.

6. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian, exetu ba alterasaun Aneksu nian hanesan prevee iha parágrafu 3 hosi Artigu 2 hosi Protokolu ida-ne'e, sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 2 kona-ba Dezignasaun Postu Fronteira sira hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasan iha Tránzitu.

HALO iha Langkawi, Malázia iha loron haat fulan-Maiu iha Tinan Rihun Rua Sanulu-resin-ualu, iha kópia ida de'it iha lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Ministru iha Gabinete Primeiru-Ministru no Ministru Finansas II

Hosi Reinu Kamboja
[Asinatura]
NGUON SOKHA
Sekretáriu Estadu, Ministériu Ekonomia no Finansas

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
SI MULYANI INDRAWATI
Ministru Finansas

Hosi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SILA VIENGKEO
Vise-Ministra Finansas

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATUK SERI JOHARI ABDUL GHANI
Ministru Finansas II

Hosi República Uniaun Myamar
[Asinatura]
KYAW MANAN
Ministru Uniaun nian
Ministériu Planu no Finansas

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
CARLOS G. DOMINGUEZ
Sekretáriu Finansas

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
LAWRENCE WONG
Segundu Ministru Finansas

Hosi República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
DINH TIEN DUNG
Ministru Finansas

ANEKSU

Lista Postu Fronteira Dezignadu sira

Brunei Darussalam

- Sungai Tujuh

Reinu Kamboja

- Poi Pet
- Bavet
- Trapeing Kreal
- Portu Internasionál Sihanouville

República Indonézia

- Entikong, Kalimantan Osidentál

República Demokrátika Populár Lao

- Postu Kontrolu Aduaneiru Nampaow, Província Bolikhamsay
- Brigada Amizade 1 Postu Kontrolu Aduaneiru Internasionál,
- Kapitál Vientiane
- Ponte Amizade 2 Postu Kontrolu Aduaneiru Internasionál,
- Província Savannakhet
- Ponte Amizade 2 Postu Kontrolu Aduaneiru Internasionál,
- Província Bokeo
- Postu Kontrolu Aduaneiru Internasionál Nongnokkien
- Província Champasack
- Postu Kontrolu Aduaneiru Deansavanh, Província Savannakhet

Malázia

- Bukit Kayu Hitam
- Tanjong Kupang
- Tebedu
- Sungai Tujuh
- Johor Bahru

República Uniaun Myanmar nian

- Tachileik
- Myawaddy

República Filipina nian

- Nil

República Singapura nian

- Postu Kontrolu Ai-laran nian
- Pontu Kontrolu Tuas
- Zona Komérsiu Livre Keppel
- Zona Komérsiu Livre Pasir Panjang
- Zona Komérsiu Livre Sembawang
- Zona Komérsiu Livre Changi

Reinu Tailándia nian

- Postu Fronteira Mae Sai
- Postu Fronteira Mae Sot
- Aranyaprathet Boundary post
- Postu baliza Nong Kai
- Da Dao Boundary Post
- Mook Da Harn Boundary Post
- Chiang Kong Boundary Post

República Sosialista Vietname nian

- Postu Kontrolu Aduaneiru Cau Treo
- Postu Kontrolu Aduaneiru Lao Bao
- Postu Kontrolu Aduaneiru Moc Bai

PROTOKOLU 3
TIPU NO KUANTIDADE VEÍKULU ESTRADA SIRA

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (iha ne'e refere hanesan "Parte Kontratante sira");

HANESAN Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasan sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1998 iha Hanoi, Vietnam (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 9 no 25 hosi ida-ne'e prevee konkluzaun hosi implementasaun Protokolu sira ne'ebé sei sai parte integrante sira hosi Akordu;

HANOIN hikas fali Planu Asaun Hanoi nian ne'ebé adota husi Xefe Estadu no Governu ASEAN nian iha Simeira ASEAN ba dala neen iha Hanoi, Vietnam iha loron 16 Dezembru 1998 estipula atu operasionaliza Akordu ne'e iha tinan 2000;

AGORA, TANBA NE'E, Parte Kontratante sira konkorda ona hanesan tuirmai:

Artigu 1
Definisaun sira

Ba objetivu sira husi Protokolu ida-ne'e:

(a) "Operadór transporte tránzitu nian" signifika na'in sira, kondutór sira no/ka ajente sira hosi veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu nian ne'ebé (1) iha lisensa nasionál ka lisensa apropriadu atu opera servisu transporte nian no ne'ebé iha rejistu kumprimentu ne'ebé komprovadu ba regra no prosedimentu sira tuir lisensa ka lisensa refere, no (2) rejista ona nu'udar operadór transporte tránzitu nian hosi Komité Nasionál Koordenasaun Transporte Tránzitu nian (NTTCC) "[abreviatura orijinál ho lian Inglés"];

(b) "Veíkulu transporte rodoviáriu" signifika tipu veíkulu rodoviáriu sira ne'ebé espesifika tuir Artigu 3 iha ne'e ba utilizasaun transporte sasan sira liu hosi território hosi Parte Kontratante ida ka liu, bainhira pasajen liu hosi território ka território sira-ne'e, ho ka lahó transbordu, armazenamentu, sobu sasan bo´ot ka mudansa iha modu transporte nian, mak parte ida de'it hosi viajen kompletu ida ne'ebé hahú no remata liu fronteira hosi Parte Kontratante ida ka liu ne'ebé nia território veíkulu liu;

(c) "Transporte tránzitu" sei iha signifikadu ne'ebé atribui ba nia iha Akordu;

(d) "Protokolu 4" signifika Protokolu 4 - Rekizitu Tékniku sira hosi Veíkulu sira ne'ebé halo tuir Akordu.

Artigu 2
Ámbitu Aplikasaun nian

1. Tuir Artigu 9 nú. 2 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e ba veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu ne'ebé envolve iha transporte tránzitu.

2. Protokolu ida-ne'e sei aplika ba veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu no operadór transporte tránzitu hotu-hotu hanesan define ona iha Artigu 1 husi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 3
Tipu Veíkulu sira

Parte Kontratante sira konkorda katak kualkér operadór

transporte tránzitu nian sei la hetan lisensa atu envolve iha transporte tránzitu nian ne'ebé uza veíkulu rodoviáriu sira seluk duké sira ne'ebé espesifika hanesan veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu nian iha Aneksu 1.

Artigu 4
Kuantidade

Tuir Artigu 9 nú. 2 husi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda katak númeru veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu ne'ebé sei permite atu uza ba transporte tránzitu sei la liu veíkulu neen-nulu (60) kada Parte Kontratante. Hafoin ne'e, kuantidade veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu sei diskute husi tempu ba tempu entre Parte Kontratante sira.

Artigu 5
Obrigasaun sira

1. Sujeitu ba Artigu 24 husi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu autoriza asesu no movimentu lahó obstákulu husi veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu sira iha sirkulasaun transporte tránzitu ne'ebé dezignadu.

2. Parte Kontratante sira sei hola medida apropriadu hodi garante katak sira ida-idak nia veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu kumpre regra no regulamentu tránzitu rodoviáriu hosi Parte Kontratante ne'ebé veíkulu ne'e liu nia território.

Artigu 6
Rekizitu Tékniku Obrigatóriu sira

Veíkulu tránzitu transporte rodoviáriu ne'ebé Protokolu ida-ne'e aplika sei la permite atu envolve iha transporte tránzitu exetu nia kumpre ho Rekizitu Tékniku Obrigatóriu sira hanesan espesifika iha Protokolu 4.

Artigu 7
Aranju Institusionál sira

1. Enkontru Ofisiál Superiór Transporte sira ASEAN nian sei sai nu'udar órgaun responsável ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu ali relasiona ho implementasaun efetiva ba Protokolu ida-ne'e.

2. Enkontru Ofisiál Superiór Transporte sira ASEAN nian sei submete, liuhosi Sekretariadu ASEAN nian, relatóriu regulár sira kona-ba progresu implementasaun Protokolu ida-ne'e nian ba Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian ne'ebé estabelese tuir Artigu 29 nú. 2 hosi Akordu, hodi halo asaun tuir mai.

3. Sekretariadu ASEAN sei fornese apoiu tékniku no asisténsia nesesáriu ba Enkontru Ofisiál Superiór Transporte ASEAN nian iha ninia funsaun no responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 8
Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikadu ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e ho nia Aneksu sei forma parte integrante ida husi Akordu.

3. Protokolu ida ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun husi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu Jerál! husi ASEAN.

5. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira iha Protokolu ida-ne'e no ninia Aneksu sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan devidamente autorizasaun atu asina hosi sira-nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 3 kona-ba Tipu no Kuantidade Veíkulu Rodoviáriu sira hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasan iha Tránzitu.

HALO iha Hanoi, Vietnam iha loron 15 fulan-Setembru tinan 1999, iha kópia ida de'it iha lian Inglés.

[Asinatura]
PEHIN DATO HAJI ZAKARIA SULAIMAN
Ministru Komunikasaun
Brunei Darussalam

[Asinatura]
KAY TAINGLIM
Ministru Obras Públika no Transporte
Reinu Kamboja

[Asinatura]
ANWAR SUPRIJADI
Sekretáriu Jerál
Ministériu Komunikasaun
República Indonézia

[Asinatura]
PHAO BOUNNAPHOL
Ministru Komunikasaun, Transporte, Postu no Konstrusaun
República Demokrátika Populár Laos

[Asinatura]
DATO SERI DR. LING LIONG SIK
Ministru Transporte
Malázia

[Asinatura]
MAJ. GEN. HLA MYINT SWE
Ministru Transporte
Uniaun Myanmar

[Asinatura]
VICENTE C. RIVERA, JR.
Sekretáriu Transporte no Komunikasaun
República Filipina

[Asinatura]
YEO LCHEOW TONG
Ministru ba Komunikasaun no Teknolojia Informasaun
República Singapura

[Asinatura]
SUTHEP THAUGSUBAN
Ministru Transporte no Komunikasaun
Reinu Tailándia

[Asinatura]
LE NGOC HOAN
Ministru Transporte
República Sosialista Vietnam

Aneksu 1

Tipu Veíkulu sira:

Veíkulu transporte rodoviáriu sira ne'ebé mak permite tuir Protokolu ida-ne'e sei tama iha tipu sira tuirmai :-

1. "Veíkulu motorizadu ríjidu" signifika veíkulu motorizadu ne'ebé la'ós veíkulu artikuladu, partikularmente veíkulu komersiál ne'ebé lori karga útil iha nia eixu rasik.

2. "Veíkulu artikuladu" signifika motór prinsipál ne'ebé dada semi-reboke ida.

3. "Semi-reboque" signifika veíkulu ne'ebé dada hosi veíkulu motorizadu ho maneira ida ne'ebé parte reboke nian superpoin iha veíkulu motorizadu nia leten no parte substansiál ida hosi pezu reboke nian no nia karga mak veíkulu motorizadu mak lori.

Ba objetivu husi Protokolu ida-ne'e, veíkulu motorizadu ríjidu no veíkulu artikuladu sira klasifika ba:

- Kaixa }
- Refrijeradu } KONFIRMADU
- Tanker }
- Kontentór }

Bainhira veíkulu taka metin define hanesan veíkulu ida ne'ebé nia kompartimentu karga nian konstrui no ekipa iha maneira ida ne'ebé:

a. Selu alfándega nian bele tau ho fásil no efetivu ba ida-ne'e;

b. Laiha sasan ida mak bele hasai, ka hatama iha, parte veíkulu nian ne'ebé taka metin lahó husik hela vestíjiu vizivel sira kona-ba manipulasaun ka lahó sobu taka metin Alfándega nian;

c. Iha laran la iha fatin subar ne'ebé bele hasubar sasan sira sasan; no

d. Fatin hotu-hotu ne'ebé bele rai sasan sira bele asesu lalais ba inspesaun Alfándega nian.

PROTOKOLU 4
KONA-BA DIREITU LAIHA LIMITE BA LIBERDADE TRÁFEGU DALIMAK ENTRE SUB-REJIAUN ASEAN

Governu sira hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos (iha ne'e refere hanesan "Lao PDR"), Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante"),

HANOIN Akordu Multilaterál ASEAN nian kona-ba Servisu Aéreu sira ne'ebé asina iha loron 20 fulan-Maiu tinan 2009 iha Manila, Filipina (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Aneksu II hosi Akordu ne'e prevee konkluzaun hosi Protokolu Implementasaun sira ne'ebé sei konstitui parte integrante sira hosi Akordu;

REKOÑESE mós Parágrafu 3 hosi Artigu I hosi Akordu-Kuadru kona-ba Hasa'e Koperasaun Ekonómika ASEAN nian ne'ebé asina iha loron 28 fulan Janeiru 1992 iha Singapura, katak, iha implementasaun Akordu Ekonómiku sira, Estadu-Membru rua ka liu bele prosede uluk karik Estadu-Membru sira seluk seidauk prontu atu implementa Akordu sira-ne'e; no

HAKARAK atu halakon restrisaun sira ba servisu aéreu sira ho hanoin atu hetan liberalizasaun tomak iha ASEAN to'o 2015,

KONKORDA ONA HANESAN TUIRMAI NE'E:

Artigu 1 - Definisaun

Ba objetivu sira hosi Protokolu ida-ne'e:

1. Termu "Sub-rejiaun ASEAN" katak:

a) Brunei Darussalam, Indonézia, Malázia, Filipina-Área Kresimentu Leste ASEAN (abreviatura ho lian Inglés BIMP-EAGA);

b) Kooperasaun Sub-rejionál iha Transporte Aéreu entre Kamboja, Lao PDR, Mianmar no Vietname (abreviatura ho lian Inglés CLMV);

c) Indonézia, Malázia, Singapura – Triángulu Kresimentu (abreviatura ho lian Inglés IMS-GT);

d) Indonézia, Malázia, Tailándia – Triángulu Kresimentu (IMT-GT); ka

e) Espansaun ba sub-rejiaun sira-ne'e ka kualkér sub-rejiaun foun sira seluk tuir kazu ne'ebé aplikavel.

2. Termu "direitu tráfegu liberdade dalimak (5)" refere ba direitu tráfegu liberdade intermédiu dalimak (5) ne'ebé sei opera tomak iha ámbitu ASEAN nian.

Artigu 2- Sirkulasaun no Direitu Tráfegu nian

Kompañia aérea sira ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida-idak sei, tuir termu sira hosi sira nia dezignasaun, hetan autorizasaun atu opera servisu transporte aéreu pasajeiru nian hosi pontu dezignadu ruma iha nia teritóriu ba pontu dezignadu ruma iha Parte Kontratante sira seluk nia teritóriu, liuhosi pontu intermédiu dezignadu ruma, ba pontu dezignadu ruma iha Parte Kontratante seluk nia teritóriu, pontu dezignadu ruma, ba kualkér kombinasaun ka orden, dezdeke pontu sira-ne'e situa iha Sub-Rejiaun sira ASEAN nian (hanesan prevee iha Artigu 4) no vise-versa, ho direitu tránzitu tomak hosi liberdade datoluk (3), dahaat (4) no dalimak (5).

Artigu 3 - Kapasidade no Frekuénsia

Sei laiha limitasaun ba kapasidade, frekuénsia no tipu aviaun nian kona-ba servisu pasajeiru aéreu sira ne'ebé hala'o tuir Protokolu ida-ne'e hanesan prevee iha Artigu 2.

Artigu 4 - Espesifikasaun ba Pontu sira

Pontu sira ne'ebé dezignadu hanesan temi iha Artigu 2 mak lista iha kra'ik:

BIMP- EAGA :	
- Brunei Darussalam	Bandar Seri Begawan
- Indonézia	Balikpapan no Manado
- Malázia	Labuan no Miri
- Filipina	Davao no Zamboanga
CLMV :	
- Kamboja	Phnom Penh
- Laos PDR	Vientiane, Luang Prabang e Pakse
- Myanmar	Yangon no Mandalay
- Vietname	Hanói, Da Nang, Dien Bien Phu, Phu Bai, Cat Bi e Lien Khuong
IMS-GT :	
-Indonézia	La Aplikavel
- Malázia	La Aplikavel
-Singapura	La Aplikavel
IMT-GT	
- Indonézia	Medan no Padang
- Malázia	Ipoh no Alor Star
- Tailándia	Hat Yai, Narathiwat, Pattani, Trang no Na kon Si Thammarat

Artigu 5 - Dispozisaun Finál

1.Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese ho lalais kópia autentikadu ida-ne'e ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira ne'ebé ratifika ona Akordu. Instrumentu sira Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa ho lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

3. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór iha data depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3) hosi pelumenus Sub-Rejiaun rua (2) diferente hosi ASEAN ho Sekretáriu-Jerál ASEAN nian no sei efetivu de'it entre Parte Kontratante sira-ne'ebé ratifika ka aseita ona. Ba Parte Kontratante ida-idak ne'ebé ratifika ka aseita Protokolu ne'e hafoin depózitu Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun datoluk (3), Protokolu ne'e sei tama iha vigór iha loron ne'ebé hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun hosi Parte Kontratante ne'e nian.

4. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian, ho exesaun ba inkluzaun pontu dezignadu adisionál sira, sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu, hanesan prevee iha Artigu 16 hosi Akordu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira-nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 4 kona-ba Direitu Laiha Limite Liberdade Tráfegu dalimak entre Sub-Rejiaun sira ASEAN nian.

HALO iha Manila, Filipina, iha loron 20 fulan Maiu iha tinan Rihun Rua Sia, iha kópia orijinál ida de'it ho Lian Inglés.

Hosi Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministru Komunikasaun

Hosi Reinu Kamboja:
[Asinatura]
MAO HAVANNALL
Sekretáriu Estadu
Sekretaria Estadu Aviasaun Sivil

Hosi República Indonézia:
[Asinatura]
JUSMAN SYAFII DJAMAL
Ministru Transporte

Hosi República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi Malázia:
[Asinatura]
DATO´ SRI ONG TEE KEAT
Ministru Transporte

Hosi Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
MAJOR JENERÁL THEIN SWE
Ministru Transporte

Hosi República Filipina:
[Asinatura]
LEANDRO R. MENDOZA
Sekretáriu Transporte no Komunikasaun

Hosi República Singapura:
[Asinatura]
RAYMOND LIM
Ministru Transporte

Hosi Reinu Tailándia:
[Asinatura]
SOPHON ZARAM
Ministru Transporte

Hosi República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
HO NGHIA DZUNG
Ministru Transporte

PROTOKOLU 5
ESKEMA ASEAN BA
SEGURU OBRIGATÓRIU BA VEÍKULU MOTOR

Governu sira hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku (iha ne'e refere hanesan "Parte kontratante sira").

HANOIN FILAFALI Akordu-Kuadru ASEAN kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu, ne'ebé asina iha loron 16 fulan Dezembru tinan 1998 iha Ha Noi, Vietname, (iha ne'e refere hansan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 14 no 25 hosi ida-ne'e prevé konkluzaun hosi implementasaun Protokolu ne'ebé sei sai parte integrante sira hosi Akordu;

HANOIN FILAFALI Planu Asaun Hanoi nian ne'ebé maka adota hosi Xefe Estadu no Governu ASEAN nian iha Simeira ASEAN ba dala neen iha Ha Noi, Vietname iha loron 16 fulan Dezembru tinan 1998, ne'ebé estipula atu operasionaliza Akordu ne'e iha tinan 2000;

KONSIENTE kona-ba nesesidade atu fó kompensasaun ba vítima sira hosi asidente tráfiku rodoviáriu ne'ebé kauza hosi Operadór Transporte Tránzitu no Veíkulu Transporte Rodoviáriu ba estragu ne'ebé sira bele hetan nu'udar rezultadu hosi asidente sira-ne'e;

HO IDA NE'E, PARTE KONTRATANTE AKORDA ONA HANESAN TUIRMAI NE'E:

Artigu 1
Definisaun

Ba efeitu hosi Protokolu ida-ne'e nian, espresaun sira tuirmai sei iha signifikadu ne'ebé atribui ba sira:

a. Gabinete Nasionál signifika ajénsia ne'ebé dezignadu ka instrumentalidade iha Parte Kontratante ida-idak atu hala'o funsaun sira ne'ebé nesesáriu ba funsionamentu Eskema ASEAN ba Seguru Obrigatóriu ba Veíkulu Motor hanesan estabelese iha Protokolu ida-ne'e;

b. Seguradora signifika kompañia seguru nian ne'ebé maka membru ida hosi Gabinete Nasionál;

c. Konsellu Gabinete katak órgaun ne'ebé kompostu hosi reprezentante sira hosi Gabinete Nasionál hotu-hotu ne'ebé estabelese tuir Artigu 11 hosi Protokolu ida-ne'e;

d. Kartaun Azúl signifika kartaun identifikasaun, ne'ebé hatudu eziténsia hosi polítika seguru obrigatóriu ba

veíkulu motor, ne'ebé fó sai hosi Gabinete Nasionál sira hosi Parte Kontratante sira, tuir dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e;

e. Veíkulu Transporte Tránzitu Rodoviáriu signifika tipu veíkulu rodoviáriu sira ba utilizasaun hodi tula sasán sira liuhosi teritóriu hosi Parte Kontratante ida ka liu, bainhira pasajen liuhosi territóriu ka territóriu sira-ne'e, ho ka lahó transbordu, armazenamentu, divizaun karga ka mudansa iha modalidade transporte, maka parte ida de'it hosi viájen kompletu hahú no remata liu fronteira hosi Parte Kontratante ida ka liu iha territóriu ne'ebé veíkulu liu no hanesan deskreve iha Sertifikadu Seguru nian ka iha Kartaun Azúl;

f. Apólise Seguru signifika dokumentu kontratuál ne'ebé maka fó sai hosi Seguradora ida ba seguradu ida hodi kobre mate ka kanek korporál sira no/ka estragu sira ba propriedade ne'ebé mosu hosi utilizasaun veíkulu transporte rodoviáriu nian;

g. Titulár Polítika signifika ema legál ka naturál ne'ebé maka halo polítika seguru veíkulu motorizadu obrigatóriu ka ida ne'ebé maka iha Kartaun Azúl ne'ebé válidu;

h. Asidente Tráfiku Rodoviáriu signifika akontesimentu ka eventu ne'ebé relasiona ho veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu ida-ne'ebé kauza mate ka kanek korporál no/ka estragu ba sasán;

i. Operadór Transporte Tránzitu signifika na'in, kondutór no/ka ajente sira hosi veíkulu transporte rodoviáriu nian ne'ebé (1) iha lisensa nasionál ka lisensa apropriadu atu opera servisu transporte nian no ne'ebé iha rejistu kumprimentu ne'ebé komprovadu ba regra no prosedimentu sira tuir lisensa ka autorizasaun refere, no (2) rejista ona nu'udar operadór transporte tránzitu nian hosi Komité Nasionál Koordenasaun Transporte Tránzitu nian (NTTCC);

Artigu 2
Aplikasaun

Tuir Artigu 3 no parágrafu 2 no 3 hosi Artigu 14 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu aplika dispozisaun hosi Protokolu ida-ne'e ba estabelesimentu hosi Eskema ASEAN ba Seguru Obrigatóriu ba Veíkulu Motor nian hodi permite Operadór sira Transporte Tránzitu nian no Veíkulu Transporte Rodoviáriu hosi Parte Kontratante ida-idak atu hetan seguru adekuadu hasoru mate ka kanek korporál no/estragu ba propriedade ne'ebé mosu hosi asidente tráfiku rodoviáriu iha territóriu sira hosi Parte Kontratante sira seluk.

Artigu 3
Kobertura Seguru Obrigatóriu Veíkulu Motor

Eskema ASEAN kona-ba Seguru Obrigatóriu ba Veíkulu Motor ne'ebé estabelese iha Protokolu ida-ne'e sei fornese, pelumenus, rekizitu mínimu sira-ne'ebé prevee hosi lei no regulamentu ne'ebé regula seguru obrigatóriu ba veíkulu motorizadu ne'ebé vigora iha nasaun ka nasaun sira tránzitu nian no destinu finál nian.

Artigu 4
Obrigasaun hosi Parte Kontratante

Aleinde responsabilidade ne'ebé asume tuir dispozisaun sira seluk hosi Protokolu ida-ne'e, Parte Kontratante sei esforsu atu foti medida hotu-hotu ne'ebé nesesáriu ba implementasaun hosi Protokolu ida-ne'e no, liu-liu:

a. Kompromete atu ezije kompañia seguru ka kompañia sira ne'ebé estabelese iha sira-nia territóriu ne'ebé fornese seguru obrigatóriu ba veíkulu motor atu adota eskema Kartaun Azúl hanesan deskreve iha Protokolu ida-ne'e;

b. Kompromete atu promulga lei no regulamentu nesesáriu rai-laran ne'ebé, karik presiza ba implementasaun Protokolu ida-ne'e;

c. Kompromete atu asegura katak Gabinete Nasionál iha fundu ne'ebé sufisiente atu kumpre nia obrigasaun tuir Artigu 10 hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 5
Obrigasaun atu iha Kartaun Azúl

Veíkulu Transporte Rodoviáriu sira tenke iha Kartaun Azúl ne'ebé válidu ne'ebé tenke aprezenta tuir pedidu.

Artigu 6
Emisaun ba Kartaun Azúl

Kartaun Azúl sei fó sai hosi Gabinete Nasionál hosi Parte Kontratante ida-idak, tuir Artigu 10 hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 7
Kobertura no Validade hosi Kartaun Azúl

1. Durante períodu nia validade, Kartaun Azúl sai hanesan prova eziténsia polítika seguru ba seguru obrigatóriu motor ne'ebé deskreve iha Artigu da-3 hosi Protokolu ida-ne'e.

2. Kartaun Azúl sei válidu ba períodu tempu espesífiku ida-ne'ebé labele liu tinan sivíl, la haree ba parágrafu viajen transporte tránzitu nian ne'ebé sei hala'o.

3. Kartaun Azúl sei válidu ba Veíkulu Transporte Rodoviáriu espesífiku ida no sei iha kazu ruma labele transfere.

Artigu 8
Konteúdu no Formatu hosi Kartaun Azúl

1. Kartaun Azúl sei, inter alia, inklui elementu sira tuirmai:

   a. Naran no enderesu hosi Gabinete Nasionál ne'ebé fó sai;

   b. Nasaun(sira) iha ne'ebé Polítika Seguru nian válidu;

   c. Naran(sira) no enderesu(sira) hosi Seguradora(sira);

d. Identifikasaun ba veíkulu transporte tránzitu rodoviáriu nian;

e. Naran no enderesu hosi Titulár Polítika nian;

f. Data emisaun no data espirasaun kartaun nian;

g. Naran (sira) no enderesu(sira) hosi Gabinete Nasionál iha Parte Kontratante ida-idak;

h. Parágrafu(sira) hosi polítika(sira) seguru nian;

i. Parágrafu série kartaun nian; no

j. Asinatura no karimbu hosi Gabinete Nasionál ne'ebé fó sai.

2. Formatu, tuir medida no forma, hosi Kartaun Azúl sei deside hosi Konsellu Gabinete sira-nian. Kartaun ne'e sei imprime ho lian Inglés.

Artigu 9
Estabelesimentu Gabinete Nasionál

1. Parte Kontratante sira sei estabelese Gabinete Nasionál ne'ebé nia funsaun prevee ona iha Artigu 10 hosi Protokolu ida-ne'e.

2. Gabinete Nasionál sei kompostu hosi seguradora (sira) lisensiada ne'ebé fornese seguru obrigatóriu ba veíkulu motor.

Artigu 10
Funsaun sira hosi Gabinete Nasionál

Gabinete Nasionál sei kompromete atu kumpre funsaun sira hanesan tuirmai ne'e:

a) Emite Kartaun Azúl ba Operadór Transporte Tránzitu nia nasaun rasik hafoin verifika katak Operadór Transporte Tránzitu iha ona polítika seguru motor ne'ebé prienxe rekizitu seguru obrigatóriu motor nasaun nian;

b) Fa'an polítika motor nasaun nian ne'ebé fornese seguru obrigatóriu mínimu ba Operadór Transporte Tránzitu nasaun seluk nian ne'ebé tama iha nasaun;

c) Karimbu iha Kartaun Azúl hafoin verifika katak Operadór Transporte Tránzitu nasaun seluk nian sosa ona polítika seguru motor ne'ebé presiza prienxe ho nia nasaun nia rekizitu seguru obrigatóriu.

d) Verifika, bainhira hetan informasaun kona-ba asidente rodoviáriu ne'ebé kauza iha nia territóriu hosi titulár Kartaun Azúl, sirkunstánsia hosi asidente ne'e no ho baze, hosi nia deskobrimentu, foti asaun ruma ne'ebé konsidera nesesáriu. Nia sei, iha eventu ruma, fó-hatene ba seguradór ne'ebé iha interese kona-ba reklamasaun ruma ne'ebé nia kaer hodi nia naran;

e) Hetan autorizasaun previa hosi seguradora interesada molok atu rezolve reklamasaun ruma;

f) Buka reembolsu hosi seguradór interesadu kona-ba montante reklamasaun sira ne'ebé rezolve ona.

Artigu 11
Estabelesimentu Konsellu Gabinete

Sei estabelese Konsellu Gabinete nian ida hodi koordena no superviziona operasaun jurídika, téknika, administrativa no finanseira hosi Gabinete Nasionál sira hosi Parte Kontratante sira hotu.

Artigu 12
Kompozisaun no Reuniaun Konsellu Gabinete

1. Konsellu Gabinete sei kompostu hosi reprezentante ida hosi Gabinete Nasionál ida-idak no reprezentante ida hosi Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian ne'ebé estabelese tuir Artigu 29.2 hosi Akordu.

2. Konsellu Gabinete sira tenki hili ninia Prezidente no ninia Vise-Prezidente hosi ninia membru sira ba tempu determinadu no tuir prinsípiu rotasaun nian.

3. Konsellu Gabinete nian halibur tinan ida dala ida. Reuniaun adisionál bele hala'o tuir pedidu hosi kualkér ida hosi Gabinete Nasionál.

Artigu 13
Funsaun Hosi Konsellu Gabinete

Konsellu Gabinete iha funsaun hanesan tuirmai ne'e:

a. Determina no adopta forma no konteúdu hosi Kartaun Azúl;

b. Estabelese orsamentu anuál no fiksa kontribuisaun anuál ne'ebé atu selu hosi Gabinete Nasionál ida-idak;

c. Koordena operasaun hosi Gabinete Nasionál sira hotu. Ba ida-ne'e, Konsellu sei prepara Akordu Inter-Gabinete ne'ebé sei asina hosi Gabinete Nasionál hotu-hotu no ne'ebé Konsellu de'it maka bele altera;

d. Sei halo rekomendasaun ba autoridade relevante, ho hanoin atu hadia Rejime Seguru Obrigatóriu ba Veíkulu Motor ASEAN nian no hametin prevensaun ba asidente tránzitu rodoviáriu, bainhira presiza, liu hosi alterasaun ba lei no regulamentu sira-ne'ebé vigora iha Parte Kontratante sira;

e. Rezolve disputa sira entre kualkér Gabinete Nasionál rua ka liu relasiona ho aplikasaun ka interpretasaun ba dispozisaun hosi Protokolu ida-ne'e; no

f. Aprezenta relatóriu tinan-tinan ba Reuniaun Reguladór Seguru ASEAN nian.

Artigu 14
Dispozisaun Institusionál

1. Reuniaun Reguladór Seguru ASEAN nian sei respon-

savel ba revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu relasiona ho implementasaun efetiva ba Protokolu ida-ne'e.

2. Sekretariadu ASEAN sei submete relatóriu regulár kona-ba progresu implementasaun Protokolu ida-ne'e nian ba Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian ne'ebé estabelese tuir Artigu 29.2 hosi Akordu.

3. Sekretariadu ASEAN sei fornese apoiu tékniku no asisténsia nesesáriu ba Reuniaun Reguladór Seguru ASEAN no órgaun sira seluk ne'ebé iha relasaun ho ASEAN iha sira-nia funsaun no responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 15
Dispozisaun Finál

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentika-da ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sai nu'udar parte integrante hosi Akordu.

3. Protokolu ida-ne'e sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifika-saun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu Jerál ASEAN nian. Parte Kontratante sira ne'ebé labele kumpre Pro-tokolu sei hetan períodu toleránsia tinan rua hahú hosi data asinatura Protokolu nian hodi serbisu ba kumpri-mentu.

5. Alterasaun ruma ba dispozisaun hosi Protokolu ida-ne'e no ninian Aneksu tenke hala'o ho akordu hosi Parte Kontratante sira hotu

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 5 – Eskema ASEAN ba Seguru Obrigatóriu Veíkulu Motor.

HALO iha Kuala Lumpur, Malázia iha loron 8 fulan Abril tinan 2001, iha kópia ida ho lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam
[Asinatura]
PEHIN DATO HAJI ABDUL AZIZ UMUR
Ministru Reprezentante ba Ministériu Finansas

Hosi Governu Reinu Kamboja
[Asinatura]
KEAT CHHON
Ministru Sénior, Ministru Ekonomia no Finansas

Hosi Governu República Indonézia
[Asinatura]
PRIJADI PRAPTOSUHARDJO
Ministru Finansas

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos
[Asinatura]
LIANE THYKEO
Vise Ministru Finansas

Hosi Governu Malázia
[Asinatura]
TUN DAIM ZAINUDDIN
Ministru Finansas

Hosi Governu Uniaun Myanmar
[Asinatura]
U KHIN MAUNG THEIN
Ministru Finansas no Reseita

Hosi Governu República Filipina
[Asinatura]
ALBERTO G. ROMULO
Sekretáriu Finansas

Hosi Governu República Singapura
[Asinatura]
LIM HNG KIANG
Ministru Finansas Daruak

Hosi Governu Reinu Tailándia
[Asinatura]
SOMKID JATUSRIPITAK
Ministru Finansas

Hosi Governu República Sosialista Vietname
[Asinatura]
LE THI BANG TAM
Vise Ministru Finansas

PROTOKOLU 6
ESTASAUN FERROVIARIU FRONTEIRA NO INTERKÁMBIU SIRA

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátiku Populár Laos, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, nu'udar Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira" ka individualmente hanesan "Parte Kontratante");

HANOIN FILAFALI Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan Dezembru tinan 1998 iha Hanoi, Vietname (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 16 no 25 hosi ida-ne'e prevee konkluzaun hosi implementasaun Protokolu sira -ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu;

AGORA, TANBA NE'E, Parte Kontratante sira konkorda ona hanesan tuirmai:

Artigu 1
Definisaun

Ba objetivu hosi Protokolu ida-ne'e:

1. "Estasaun Fronteira" maka estasaun ne'ebé estabelese iha Parte Kontratante ida nia territóriu fronteira, ka iha fatin seluk ne'ebé bele konkorda malu, la haree ba territóriu ne'ebé estasaun ne'e hela ne'ebé liga ba estrada ferroviária territóriu fronteira nian hosi Parte Kontratante viziñu.

2. "Estasaun Interkámbiu" katak estasaun ida iha Parte Kontratante ida nia territóriu laran ka iha fatin seluk ruma ne'ebé bele konkorda malu, la haree ba territóriu ne'ebé estasaun ne'e hela iha ne'ebé komboiu ida muda nia diresaun ba rota ka estasaun seluk. Bainhira relevante, estasaun interkámbiu ida bele mós sai estasaun fronteira ida;

3. "Ferroviária" signifika sistema dalan hotu-hotu, hamutuk ho estasaun sira, rai, materiál sirkulante, sistema sinál no komunikasaun no propriedade sira seluk ne'ebé maka Parte Kontratante sira uza ba transporte ferroviáriu, maibé la inklui parte ruma hosi ferroviária ne'ebé maka destina eskluzivamente ba tráfiku pasajeiru sira;

4. "Organizasaun Ferroviária" signifika kualkér:

   (i) Organizasaun(sira) ne'ebé maka na'in hosi Parte Kontratante sira no/ka;

   (ii) Organizasaun (sira) ne'ebé hetan lisensa hosi autoridade lisensiamentu hosi Parte Kontratante sira atu hala'o servisu ferroviáriu;

Parte Kontratante sira sei depozita detalle sira kona-ba Organizasaun Ferroviária (sira) ne'ebé Protokolu aplika ba iha Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. "Taxa" katak kualkér tarifa, kustu frete ka pagamentu seluk ba transporte sasán;

6. "Materiál Sirkulante" katak karreta, vagón, lokomotiva no veíkulu ho roda sira seluk ne'ebé maka Parte Kontratante sira maka na'in, aluga, arrenda ka uza ba transporte ferroviáriu;

7. "Estasaun" la inklui estasaun ida-ne'ebé atende de'it ba tráfegu pasajeiru nian;

8. "Tráfegu Diretu" katak transporte liuhosi ferrovia ba sasán sira iha tránzitu hosi pontu dezignadu hosi Parte Kontratante ida ba pontu dezignadu hosi Parte Kontratante sira seluk;

9. "Komboiu" signifika konjuntu vagón sira, karreta sira ka veíkulu sira seluk ho roda ho ka lahó lokomotivu(-sira) ne'ebé hala'o operasaun iha liña ferroviária hosi Parte Kontratante sira; no

10. "Autoridade Lisensiamentu" katak autoridade ida iha Estadu-Membru ASEAN ida-idak ne'ebé iha kompetensia atu fó lisensa ba servisu ferroviáriu sira.

Artigu 2
Ámbitu Aplikasaun nian

Tuir Artigu 16 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e ba servisu ligasaun no tránzitu nian iha liña ferroviária sira-ne'ebé tula komboiu sira sasán nian ne'ebé liga territóriu sira hosi Parte Kontratante sira.

Artigu 3
Obrigasaun sira

1. Parte Kontratante sira konkorda atu fornese instalasaun sira iha sira-nia fronteira ferroviária no estasaun interkámbiu sira-ne'ebé dezignadu ba movimentu sasán sira iha tránzitu.

2. Parte Kontratante sira konkorda atu hadi'a fasilitasaun transfronteirisu ba komboiu sira liuhosi dokumentu no prosedimentu sira-ne'ebé simplifikadu no armonizadu, no mós oras servisu nian ne'ebé koordenadu, iha estasaun fronteira no interkámbiu ferroviáriu sira-ne'ebé dezignadu. Detallu sira sei preskreve iha akordu inter-ferroviáriu ne'ebé sei konklui hosi Organizasaun Ferroviária relevante sira, tuir konvensaun no prosedimentu internasionál sira-ne'ebé aplikavel.

3. Parte Kontratante sira ho ida-ne'e konkorda atu fornese adekuadu, pesoál no fasilidade sira ba inspesaun ma-

teriál rodajen ferroviáriu no sistema inspesaun materiál rodajen ferroviáriu padronizadu iha kruzamentu fronteira sira.

Artigu 4
Estasaun Ferroviária no Estasaun Interkámbiu sira ne'ebé dezignadu

Parte Kontratante sira ho ida-ne'e adota sira-nia estasaun ferroviária no estasaun interkámbiu sira ne'ebé dezignadu iha rota ferroviária sira, ne'ebé nia detallu no ninia alterasaun tuirmai sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

Artigu 5
Akordu Operasionál Báziku sira no Tipu no Kuantidade Matéria Sirkulante

1. Parte Kontratante sira konkorda atu adota servisu ida hosi komboiu merkadoria nian ne'ebé sei estabelese liuhosi akordu mútuo entre Parte Kontratante sira-ne'ebé hafoin tau iha konsiderasaun rekizitu sira no seguransa tráfiku nian, sei fiksa:

   a) Númeru hosi komboiu sasán sira-ne'ebé maka sei hala'o no oráriu komboiu nian;

   b) Fronteira ferroviária no estasaun interkámbiu sira-ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante sira-ne'ebé komboiu sira-ne'e sei la'o ba no hosi ne'ebé;

   c) Fatin sira-ne'ebé lokomotivu sira sei halo atendimentu no estasaun sira hosi Parte Kontratante sira ne'ebé komboiu sira-ne'e sei para;

   d) Velosidade permisivel ne'ebé komboiu sira-ne'e sei halai;

   e) Klase oioin hosi materiál rodante ne'ebé maka komboiu sira sei kompostu; no

   f) Arranju seluk ruma ne'ebé maka Parte Kontratante sira konsidera apropriadu.

2. Taxa sira ba tráfegu liuhosi sei sai hanesan soma hosi taxa sira ne'ebé sei selu kona-ba distánsia sira ne'ebé tráfegu ne'e hala'o iha liña sira hosi Parte Kontratante ida-idak respetivamente.

3. Parte Kontratante sira tenke asegura katak enkuantu hala'o iha liña sira, sasán hotu-hotu ne'ebé maka sei:

   a) Karregadu ho forma la ultrapasa pezu brutu ne'ebé aseita hosi Parte Kontratante relevante sira; no

   b) Ekipadu ho sistema travaun kontinua ba vákuo ka ar nian.

4. Parte Kontratante sira konkorda katak kualkér komboiu ne'ebé halai ba no hosi estasaun interkámbiu sira iha liña sira hosi Parte Kontratante ida sei tula hosi lokomotiva sira ne'ebé opera hosi Organizasaun Ferroviária sira hosi Parte Kontratante respetiva sira, bainhira dispozisaun ida-ne'e bele hetan modifikasaun iha kualkér tempu hosi akordu mútuo entre Parte Kontratante sira.

5. Parte Kontratante ida-idak tenke garante katak lokomotivu nesesáriu sira sei iha prontidaun no iha kondisaun funsionamentu iha estasaun interkámbiu sira iha tempu hotu-hotu ne'ebé liuhosi komboiu sira, tuir oráriu ne'ebé vigora ba tempu ne'e, tenke foti hosi interkámbiu referidu estasaun sira iha liña sira hosi Parte Kontratante ne'ebá.

6. Parte Kontratante sira sei adere ba Regulamentu Modelu ONU nian kona-ba Transporte Sasán Perigozu sira nian bainhira muda sasán perigozu sira iha tránzitu liuhosi komboiu.

Artigu 6
Inspesaun ba Matéria Sirkulante

1. Parte Kontratante sira konkorda katak Inspetór Materiál Sirkulante sira sei fornese hosi Parte Kontratante ida-idak atu monitoriza movimentu komboiu no materiál rodativa hotu-hotu iha nia liña. Inspetór sira Materiál Sirkulante nian ne'ebé nomeadu ho loloos sei kualifikadu tuir Regulamentu no Instrusaun atuál sira ba Inspetór sira Karreta no Vagaun nian.

2. Parte Kontratante sira konkorda katak materiál sirkulante hotu-hotu ne'ebé uza liuhosi tráfegu sei hetan ezame no atendimentu bainhira nesesáriu hosi Inspetór sira Materiál Rodavel nian.

3. Parte Kontratante sira tenke fornese fasilidade ba movimentu materiál sirkulante iha sira-nia rota ferroviária ba movimentu merkadoria iha tránzitu no tenke fornese sistema ida-ne ebé efisiente ba monitorizasaun materiál sirkulante.

Artigu 7
Dispozisaun Institusionál

1. Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte sira ASEAN nian sei sai nu'udar órgaun responsável ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho efetivu implementasaun Protokolu ida-ne'e.

2. Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte sira ASEAN nian sei submete, liuhosi Sekretariadu ASEAN nian, relatóriu regulár sira kona-ba progresu implementasaun Protokolu ida-ne'e nian ba Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian ne'ebé estabelese tuir Artigu 29.2 hosi Akordu, hodi halo asaun tuirmai.

3. Sekretariadu ASEAN sei fornese apoiu tékniku no asisténsia nesesáriu ba Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte ASEAN nian iha ninia funsaun no responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 8
Dispozisaun Finál

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia sertifikada ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sai nu'udar parte integrante hosi Akordu.

3. Protokolu ida-ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira-nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 6- Estasaun Ferroviária Fronteira no Interkámbiu sira hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu.

HALO iha Phnom Penh, Kamboja, iha loron ida-ne'e Loron Sanulu-resin-neen fulan Dezembru nian iha Tinan Rihun Rua Sanulu-resin-ida, iha kópia orijinál ida de'it iha lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam:
[Asinatura]
PEHIN DATO ABU BAKAR APONG
Ministru Komunikasaun

Hosi Governu Reinu Kamboja:
[Asinatura]
TRAM IV TEK
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi Governu República Indonézia:
[Asinatura]
E. E. MANGINDAAN
Ministru Transporte

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
SOMMAD PHOLSENA
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi Governu Malázia:
[Asinatura]
DATO´ SRI ONG TEE KEAT
Ministru Transporte

Hosi Governu República Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
U NYAN HTUN AUNG
Ministru Transporte

Hosi Governu República Filipina:
[Asinatura]
EFREN C. MONCUPA
Subsekretáriu ba Implementasaun Projetu no Kestaun Espesiál
Departamentu Transporte no Komunukasaun hosi Filipina

Hosi Governu República Singapura:
[Asinatura]
LUI TUCK YEW
Ministru Transporte

Hosi Governu Reinu Tailándia:
[Asinatura]
POLICE LIEUTENANT GENERAL CHATT KULDILOKE
Vise-Ministru Transporte

Hosi Governu República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
IH LA THANG
Ministru Transporte

PROTOKOLU 7
SISTEMA TRÁNZITU ADUANEIRA NIAN

Governu sira, husi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, República Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere individualmente hanesan "Parte Kontratante" no koletivamente hanesan "Parte Kontratante sira");

HANOIN Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasan sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1998 iha Hanói, Vietnam (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 18 no 25 hosi ida-ne'e prevee konkluzaun ba implementasaun Protokolu sira ne'ebé sei sai parte integrante sira hosi Akordu;

HANOIN katak Sistema Tránzitu Aduaneira ASEAN nian serbisu ba estabelesimentu Komunidade Ekonómika ASEAN nian hanesan prevee ona iha Komunidade Ekonómika Blueprint ASEAN nian.

HAKARAK atu enkoraja no fasilita operasaun transporte inter-estaduál no tránzitu entre Parte Kontratante sira;

REITERA katak konkluzaun hosi Protokolu ida-ne'e sei prevee akordu efisiente no efikás ba komérsiu tránzitu entre Parte Kontratante sira;

KONKORDA ONA hanesan tuirmai:

Artigu 1
Definisaun sira

Objetivu husi Protokolu ida-ne'e:

(a) "Sistema Tránzitu Aduaneira ASEAN nian" ka "ACTS" signifika Sistema Transporte Aduaneiru nian ba iha kontrolu Aduaneira nian hodi fasilita movimentu sasan sira liuhosi teritóriu ida ka hosi Parte Kontratante ida ne'ebé estabelese tuir Protokolu ida-ne'e, bainhira pasajen liuhosi teritóriu ida-ne'e ka teritóriu sira mak parte ida de'it hosi viajen kompletu ne'ebé hahú no remata liuhosi fronteira ida ka Parte Kontratante sira ne'ebé tráfiku liu hosi nia teritóriu;

(b) "Prosedimentu ACTS" signifika regra no prosedimentu sira ne'ebé regula ACTS hanesan espesifika iha Protokolu ida-ne'e no ninia Aneksu Tékniku;

(c) "Autoridade kompetente sira" katak autoridade Aduaneira nian ka kualkér autoridade seluk ne'ebé responsavel atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e;

(d) "Aduaneira" maka autoridade Aduaneira sira hosi Parte Kontratante sira;

(e) "Dívida Aduaneira" signifika taxa, impostu no enkargu sira Aduaneira nian ne'ebé bele mosu kona-ba sasan sira ne'ebé tau tuir prosedimentu ACTS nian;

(f) "Eskritóriu Aduaneira nian ba partida" signifika kualkér eskritóriu Aduaneira nian iha ne'ebé hahú operasaun tránzitu ida;

(g) "Eskritóriu Aduaneira destinu nian" signifika kualkér eskritóriu Aduaneira nian iha ne'ebé operasaun tránzitu ida termina;

(h) "Eskritóriu Aduaneira nian ba tránzitu" signifika kualkér eskritóriu Aduaneira nian iha pontu saída ka entrada iha Parte Kontratante ida iha kontestu operasaun tránzitu nian;

(i) "Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian" signifika deklarasaun ne'ebé sei hato'o hosi Diretór ba eskritóriu Aduaneira nian hodi tau sasan sira tuir prosedimentu ACTS nian;

(j) "Téknika sira prosesamentu dadus nian" signifika introdusaun informasaun nian ne'ebé presiza atu kompleta formalidade sira ne'ebé iha relasaun iha sistema sira prosesamentu dadus nian hosi autoridade kompetente sira ka troka mensajen padraun eletróniku sira ho autoridade kompetente sira.

(k) " Garante" signifika kualkér terseira naturál ka legál ne'ebé kompromete ho eskrita atu selu hamutuk ho prinsipál kualkér dívida Aduaneira potensiál to'o montante ne'ebé garantidu;

(l) "Eskritóriu garantia nian" signifika eskritóriu(sira) ne'ebé dezignadu hosi Parte Kontratante ida atu jere akordu sira iha nasaun ne'ebá ba autorizasaun hosi garante sira no supervizaun hosi garantia sira ne'ebé kobre operasaun sira tránzitu nian;

(m) "Prinsipál" signifika ema ne'ebé tau sasan sira tuir prosedimentu ACTS nian, maski ida-ne'e halo hosi reprezentante autorizadu ida;

(n) "Operasaun Tránzitu" signifika transporte sasan sira hosi eskritóriu Aduaneira nian ida hosi partida ba eskritóriu Aduaneira nian ida hosi destinu tuir prosedimentu ACTS nian.

Artigu 2
Ámbitu Aplikasaun nian

Tuir Artigu 18.1 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu estabelese ACTS no atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e ba tránzitu sasan sira iha sira nia teritóriu.

Artigu 3
Dispozisaun Jerál sira

1. Sein prejuizu ba númeru 2 no 3 hosi Artigu ida-ne'e, Parte Kontratante ida-idak sei permite atu transporta sasan sira liuhosi nia teritóriu tuir prosedimentu ACTS nian.

2. Parte Kontratante sira bele bandu no/ka restrinje sasan balu hosi utilizasaun ACTS nian, bainhira ida-ne'e justifikadu ho baze iha moralidade pública, política pública ka seguransa pública, protesaun ba saúde no moris ema nian, animál ka ai-horis sira-nian, protesaun ba rikusoin nasionál ne'ebé iha valór artístiku, istóriku ka arkeolójiku, ka protesaun ba propriedade industriál ka komersiál.

3. Hafoin asina Protokolu ida-ne'e, lista sasan proibidu no/ka restritu ba Parte Kontratante ida-idak sei espesifika iha Aneksu ida ba Protokolu ida-ne'e. Parte Kontratante ida-idak bele altera nia lista sasan sira ne'ebé proibidu no/ka restritu liuhosi notifika lalais ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian kona-ba alterasaun sira. Sekretáriu-Jerál ASEAN nian sei komunika lalais Aneksu atualizadu ba Parte Kontratante sira.

4. Sasan sira ne'ebé koloka tuir prosedimentu ACTS nian sei la sujeita ba pagamentu taxa no impostu sira, aleinde enkargu sira ba transporte ka sira ne'ebé proporsionál ho despeza administrativa sira ne'ebé lori hosi tránzitu ka ho kustu hosi servisu sira ne'ebé presta, bainhira dispozisaun sira hosi ACTS maka observa no kualkér seguransa ne'ebé maka ezije tuir Artigu 5 hosi Protokolu ida-ne'e fornese ona. Dispozisaun ida-ne'e, maibé, la prevene:

(a) kobransa taxa no impostu sira iha nasaun esportasaun nian bainhira taxa no impostu sira-ne'e sei selu nafatin maski sasan sira-ne'e esporta tuir tránzitu ka tuir prosedimentu esportasaun nasionál; ka

(b) kobransa taxa no impostu sira iha nasaun destinu nian bainhira operasaun tránzitu nian hakotu no sasan sira hetan lisensa ba uzu iha uma.

5. Kondisaun sira ne'ebé tenke kumpre no formalidade sira Aduaneira nian ne'ebé tenke aplika ba operasaun tránzitu ida sei espesifika iha lejislasaun nasionál no/ka avizu administrativu sira ne'ebé fó sai hosi autoridade kompetente sira.

6. Hanesan regra jerál, sasan sira ne'ebé tau iha prosedimentu ACTS nia okos sei hetan izensaun hosi:

a. inspesaun Aduaneira fiziku rutina durante iha perkursu, exetu iha inspesaun ba selos no inspesaun naun-intrusivu;

b. Aduaneira nia eskoltu sira; no

c. ezijénsia atu fornese garantia ka fiansa ruma aleinde ida ne'ebé maka prevee iha Protokolu ida-ne'e no ninia Aneksu Tékniku.

7. Parte Kontratante sira sei promove utilizasaun sistema teknolojia informasaun no komunikasaun no tékniku jestaun risku nian kona-ba dispozisaun hotu-hotu ne'ebé introdús atu jere ACTS hodi asegura ambiente jestaun ne'ebé efisiente liu ba Aduaneira no ba komersiante sira.

Artigu 4
Deklarasaun Tránzitu Aduaneira nian

1. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian sei halo hosi Prinsipál ka nia reprezentante autorizadu ba sasan sira ne'ebé sei tau tuir prosedimentu ACTS nian.

2. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian no Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian ba efeitu sira prosedimentu ACTS nian tenke tuir Aneksu Tékniku ba Protokolu ida-ne'e.

Artigu 5
Seguransa ba Dívida Aduaneira nian

1. Atu asegura pagamentu ba dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu kona-ba sasan sira ne'ebé tau iha prosedimentu ACTS nia okos, no exetu bainhira prevee buat seluk, operasaun tránzitu ida sei kobre hosi garantia ida ne'ebé válidu ba Parte Kontratante hotu-hotu ne'ebé envolve iha operasaun ne'ebá.

2. Garantia tenke fornese hosi Prinsipál no soma másimu labele liu dívida potensiál Aduaneira nian ne'ebé debe.

3. Garante tenke estabelese no hetan aprovasaun hosi eskritóriu garantia nian iha Parte Kontratante ne'ebé garantia ne'e fornese. Garante tenke fornese enderesu ida ba servisu iha teritóriu hosi Parte Kontratante ida-idak ne'ebé envolve iha operasaun tránzitu ne'ebé iha kestaun. Iha kazu ne'ebé garante laiha enderesu ba prestasaun, garante tenke nomeia ajente ida iha Parte Kontratante ida-idak ne'ebé envolve iha operasaun tránzitu ne'ebé iha kestaun.

Artigu 6
Insidente sira iha dalan

Iha kazu lakon ka destruisaun ba sasan sira, estragu ba selu tránzitu nian ka kualkér insidente ka asidente seluk ne'ebé bele afeta abilidade atu kumpre prosedimentu ACTS nian, Prinsipál, operadór transporte nian ka ema sira seluk ne'ebé iha kontrolu ba sasan sira tenke relata akontesimentu imediatamente ba autoridade kompetente sira husi Parte Kontratante ne'ebé meiu transporte ne'e lokaliza iha ninia teritóriu, ne'ebé sei adota regra no prosedimentu ba akontesimentu sira-ne'e tuir Aneksu Tékniku husi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 7
Infrasaun sira

1. Parte Kontratante ida-idak sei iha direitu atu esklui temporariamente ka permanentemente hosi utilizasaun prosedimentu ACTS nian ema ruma ne'ebé kulpadu ba infrasaun grave hasoru Aduaneira ka lei ka regulamentu relevante sira seluk ne'ebé aplikavel ba transporte internasionál sasan nian ne'ebé tuir julgamentu hosi kompetente autoridade sira justifika asaun hanesan ne'e.

2. Infrasaun ruma ne'ebé deteta iha ligasaun ho operasaun tránzitu sei trata tuir lejislasaun nasionál hosi Parte Kontratante ne'ebé iha interese.

Artigu 8
Prosedimentu Simplifikadu

1. Autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante iha ne'ebé nia teritóriu halo pedidu ba autorizasaun bele autoriza komersiante balu atu uza prosedimentu simplifikadu sira ba operasaun tránzitu nian.

2. Responsabilidade sira hosi komersiante autorizadu sira-ne'e hamutuk ho prosedimentu sira ne'ebé simplifikadu hatuur iha Aneksu Tékniku hosi Protokolu ida-ne'e.

Artigu 9
Asisténsia Administrativa no Rekuperasaun

Autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante sira sei fó asisténsia ba malu tuir sira-nia lejizlasaun nasionál kona-ba inkéritu sira no investigasaun no/ka rekuperasaun hosi reklamasaun sira bainhira reklamasaun sira-ne'e mosu iha ligasaun ho operasaun tránzitu ida.

Artigu 10
Akordu Institusionál sira

1. Reuniaun husi Diretór-Jerál Aduaneira ASEAN nian sei responsavel ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no supervizaun ba aspetu hotu-hotu relasiona ho efetivu implementasaun Protokolu ida-ne'e. Reuniaun

Diretór-Jerál sira Aduaneira ASEAN nian bele dezigna grupu traballu ka komisaun relevante sira atu tulun sira hodi hala'o sira-nia responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

2. Sekretariadu ASEAN tenke fornese apoiu administrativu ne'ebé nesesáriu no asisténsia ba Reuniaun Diretór-Jerál Aduaneira ASEAN nian hodi hala'o ninia funsaun no hala'o ninia responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

3. Alterasaun hotu-hotu ba Aneksu Tékniku ba Protokolu ida-ne'e sei sujeita ba aprovasaun husi Reuniaun Diretór-Jerál Aduaneira ASEAN nian. Alterasaun sira ne'ebé temi ona sei tau aneksu administrativamente ba Protokolu ida-ne'e no serve hanesan parte integrante ida hosi Protokolu ida-ne'e .

Artigu 11
Dispozisaun oioin

1. Parte Kontratante ida-idak tenke foti medida adekuadu sira hodi garante katak dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e aplika ho efetivu no armonia, hodi konsidera nesesidade atu hamenus to'o posivel formalidade sira ne'ebé impoin ba parte ruma uza prosedimentu ACTS no nesesidade atu hetan satisfatóriu ba malu solusaun sira ba difikuldade ruma ne'ebé mosu hosi operasaun dispozisaun sira-ne'e nian.

2. Parte Kontratante sira sei, to'o iha ne'ebé posivel no sujeita ba sira-nia lejizlasaun nasionál, fornese ba malu informasaun ruma no informa ba malu kona-ba medida ruma ne'ebé afeta funsionamentu Protokolu ida-ne'e nian.

Artigu 12
Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikadu ida hosi ida-ne'e ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e ho nia Aneksu no Aneksu Tékniku sei forma parte integrante husi Akordu. Iha kazu inkonsisténsia ka konflitu, Akordu sei prevalese liu Protokolu ida-ne'e.

3. Protokolu ida ne'e sei sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun husi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. La bele halo rezerva ba Protokolu ida-ne'e tantu iha momentu asinatura ka ratifikasaun ka aseitasaun.

6. Kualkér alterasaun ba dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian, exetu alterasaun ba Aneksu no Aneksu Tékniku hanesan prevee iha númeru 3 hosi Artigu 3 no númeru 3 hosi Artigu 10 hosi Protokolu ida-ne'e respetivamente, sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante hotu-hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 7 kona-ba Sistema Tránzitu Aduaneira nian hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasan sira iha Tránzitu.

HALO iha Bangkok, Tailándia iha loron 24 fulan-Fevereiru tinan 2015, iha kópia ida de'it ho Lian Inglés.

Hosi Governu Brunei Darussalam,
[Asinatura]
PEHIN DATO ABD RAHMAN IBRAHIM
Ministra Finansas II iha Gabinete Primeiru Ministru

Hosi Governu Reinu Kamboja,
[Asinatura]
KEAT CHHON
Vise-Primeiru Ministru, Ministru Ekonomia no Finansa

Hosi Governu República Indonézia,
[Asinatura]
AGUS D.W. MARTOWARDOJO
Ministru Finansa

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos,
[Asinatura]
SANTIPHAB PHOMVIHANE
Vise-Ministru Finansa

Hosi Governu Malázia,
[Asinatura]
DATO' SERI AHMAD HUSNI MOHAMAD HANADZLAH
Ministru Finansa II

Hosi Governu República Uniaun Myanmar,
[Asinatura]
U WIN SHE-IN
Ministru Uniaun, Ministru Finansa no Reseita

Hosi Governu República Filipina,
[Asinatura]
CE AR V. PURISIMA
Sekretáriu Departamentu Finansa

Hosi Governu República Singapura,
[Asinatura]
THARMAN SHANMUGARATNAM
Vise-Primeiru Ministru no Ministru Finansa

Hosi Governu Reinu Tailándia
[Asinatura]
SOMMAI PHASEE
Ministru Finansa

Hosi Governu República Sosialista Vietnam,
[Asinatura]
TRUONG CHI TRUNG
Vise-Ministra Finansa

ANEKSU TÉKNIKU
REGRA NO PROSEDIMENTU SIRA TRÁNZITU ADUANERIA ASEAN NIAN

SEKSAUN 1
DISPOSISAUN NO PROSEDIMENTU JERÁL SIRA

Artigu 1
Ámbitu

Hanesan prevee iha Protokolu 7 "Sistema Tránzitu Aduaneira", Aneksu ida-ne'e estabelese regra no prosedimentu sira ne'ebé regula Sistema Tránzitu Aduaneira ASEAN nian (ACTS).

Artigu 2
Obrigasaun sira husi Principál

1. Iha kolokasaun sasan sira tuir prosedimentu ACTS, Prinsipál sei responsabiliza ba pagamentu ba kualkér dívida Aduaneira nian ne'ebé bele sai vensidu nu'udar rezultadu hosi irregularidade ne'ebé akontese antes terminasaun operasaun tránzitu nian. Responsabilidade ida-ne'e aplika hanesan bainhira sasan sira tau ona iha prosedimentu ACTS nia okos hosi Diretór nia reprezentante autorizadu.

2. Diretór tenke:

   (a) aprezenta sasan sira intaktu ho dokumentu nesesáriu sira, iha eskritóriu Aduaneira destinu nian, iha prazu ruma ne'ebé maka prevee ona, exetu autorizasaun ida atu hakotu prosedimentu ACTS nian iha komersiante nia fatin hetan ona tuir Artigu 41 hosi Aneksu ida-ne'e;

   (b) aprezenta ba autoridade kompetente sira, tuir pedidu no iha prazu ruma ne'ebé estipula ona, dokumentu hotu-hotu no informasaun sira seluk ne'ebé relevante ba operasaun tránzitu nian; no

   (c) observa dispozisaun sira relasiona ho ACTS.

3. Nú. 1 no 2 hosi Artigu ida-ne'e sei aplika mós ba transportadór ka pesoa jurídika ka fízika seluk ne'ebé aseita sasan no iha koñesimentu katak sasan sira-ne'e transporta tuir prosedimentu ACTS nian.

Artigu 3
Selajen

1. Hanesan regra jerál, sasan sira ne'ebé iha tránzitu tenke asegura ho selajen:

   (a) espasu ne'ebé kontein sasan sira, bainhira meiu transporte nian hetan ona aprovasaun hosi autoridade kompetente sira tuir regulamentu relevante sira no/ka sira ne'ebé rekoñese hosi Aduaneira partida nian hanesan adekuadu ba selajen; ka

   (b) pakote ida-idak iha kazu sira seluk.

2. Bele rekoñese meiu transporte nian hanesan adekuadu ba selajen karik:

   (a) selajen sira bele tau ho fasil no efetivu ba sira;

   (b) sira konstrui nune'e katak laiha sasan sira ne'ebé bele hasai ka hatama lahó husik hela vestíjiu vizivel sira kona-ba manipulasaun ka lahó sobu ba selajen;

   (c) laiha espasu sira iha ne'ebé sasan sira bele subar; no

   (d) espasu sira ne'ebé rezerva ba sasan sira asesivel lalais ba inspesaun hosi autoridade kompetente sira.

3. Eskritóriu Aduaneira partida nian bele deziste hosi ezijénsia ba selajen bainhira natureza hosi sasan sira ne'ebé transporta halo ida-ne'e la pratikavel, sujeitu ba deskrisaun sufisiente hosi sasan sira-ne'e hodi garante identifikasaun fásil.

SEKSAUN 2
UZA TEKNOLOJIA INFORMASAUN

Artigu 4
Aplikasaun Troka Dadus Eletróniku ba Fasilitasaun Sasan sira iha Tránzitu

1. Sein prejuizu ba sirkunstánsia espesiál sira ne'ebé temi iha nú. 2 hosi Artigu 32 husi Aneksu ida-ne'e, autoridade kompetente sira husi Parte Kontratante sira sei uza teknolojia informasaun nian hodi jere risku no rejista, kontrola, monitoriza no troka dadus kona-ba prosedimentu ACTS nian.

2. Tuir númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e, sistema sira ne'ebé adota tenke inklui medida sira hodi verifika fonte, autentisidade no integridade dadus nian no proteje sira hasoru destruisaun asidentál ka ilegál ka lakon asidentál, alterasaun ka asesu la autorizadu.

3. Autoridade kompetente sira tenke estabelese no mantein akordu seguransa adekuadu ba funsionamentu efetivu, seguru no konfiavel hosi sistema informatizadu sira ba ACTS.

Artigu 5
Mensajen Eletróniku Padraun sira ba Kontrolu Operasaun Tránzitu nian

1. Bainhira liberta sasan sira, eskritóriu Aduaneira partida nian sei transmite detalle sira hosi deklarasaun tránzitu Aduaneira ASEAN nian ba eskritóriu Aduaneira destinu nian uza mensajen "Rejistu Chegada Antisipada" no ba kada eskritóriu Aduaneira tránzitu nian uza mensajen "Rejistu Tránzitu Antisipadu".

2. Eskritóriu Aduaneira tránzitu nian tenke rejista sasan pasajen nian hasoru mensajen "Rejistu Tránzitu Previstu" ne'ebé simu hosi eskritóriu Aduaneira partida nian. Pasajen sasan nian sei notifika ba eskritóriu Aduaneira nian kona-ba partida uza mensajen "Notifikasaun Hakat Fronteira". Avizu ida-ne'e bele mós uza hosi eskritóriu sira Aduaneira nian hodi verifika katak sasan sira tuirmai foti iha kontrolu Aduaneira nian.

3. Eskritóriu Aduaneira destinu nian sei uza mensajen "Avizu kona-ba Chegada" hodi notifika eskritóriu Aduaneira nian kona-ba sasan nia to'o. Mensajen sei transmite la tarde liu loron tuirmai hafoin ne'ebé sasan sira aprezenta iha Aduaneira destinu nian. Eskritóriu Aduaneira destinu nian bele rai kópia ida hosi Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian bainhira presiza.

4. Bainhira operasaun tránzitu remata iha komersiante ida nia fatin tuir autorizasaun ne ebé fó tuir Artigu 41 husi Aneksu ida-ne e, tenke fó-hatene eskritóriu Aduaneira destinu ne ebé relevante kona-ba chegada ba sasan sira-ne'e molok soe sasan sira-ne e.

5. Wainhira eskritóriu garantia nian no eskritóriu Aduaneira partida nian lokaliza iha teritóriu sira hosi Parte Kontratante oioin, mensajen sira ne'ebé atu uza ba troka dadus garantia nian sei define liuhosi akordu mútuo entre Parte Kontratante sira.

6. Exeptu bainhira iha justifikasaun, eskritóriu Aduaneira destinu sei enkamiña mensajen "Rezultadu husi Kontrolu" ba eskritóriu Aduaneira partida nian la liu loron rua hafoin sasan sira aprezenta ona ba eskritóriu Aduaneira destinu nian.

SEKSAUN 3
GARANTIA SIRA

Artigu 6
Jerál

1. Prinsipál sei presiza atu fornese garantia ida hodi kobre pagamentu ba dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu kona-ba sasan sira ne'ebé tau iha prosedimentu ACTS nian, exetu bainhira fó ona dispensa garantia nian tuir parágrafu 8 hosi Artigu 11 hosi Aneksu ida-ne'e.

2. Ida-ne'e bele:

   (a) garantia viajen ida de'it ne'ebé kobre operasaun tránzitu ida de'it; ka

   (b) garantia viajen múltiplu ne'ebé kobre operasaun tránzitu lubuk ida.

3. Garante sei estabelese iha teritóriu Parte Kontratante nian iha-ne'ebé garantia ne'e fornese no tenke hetan aprovasaun hosi eskritóriu garantia nian. Garante tenke hatudu enderesu ida ba atendimentu iha teritóriu sira hosi Parte Kontratante ida-idak ne'ebé envolve iha operasaun tránzitu ne'ebé nia sai nu'udar garante. Iha kazu ne'ebé garante laiha enderesu ba prestasaun, garante tenke nomeia ajente ida iha teritóriu sira hosi Parte Kontratante ida-idak ne'ebé envolve iha operasaun tránzitu ne'ebé iha kestaun.

4. Eskritóriu garantia nian sei rekuza atu aprova garante ne'ebé parese la iha kapasidade atu asegura pagamentu iha prazu ne'ebé prevee ona ba kualkér dívida Aduaneira nian ne'ebé tenke inkorre to'o montante másimu ne'ebé garantidu.

5. Garantia sira viajen úniku nian tenke konforme ho formatu sira ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

6. Garantia viajen múltiplu sira tenke tuir formatu sira ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

7. Garante nia responsabilidade bazeia ba aseitasaun ba nia garantia hosi eskritóriu garantia nian. Ida-ne'e sai efetivu hahú hosi data ne'ebé deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ne'ebé nia garante hetan aseitasaun hosi eskritóriu Aduaneira nian ba partida.

8. Iha kazu garantia viajen úniku ka múltiplu, garantia nia responsabilidade limitadu ba montante másimu ne'ebé hatudu iha garantia.

9. Eskritóriu garantia nian tenke mantein prova katak nia simu ona garantia husi garante no disponibiliza ida-ne'e eletronikamente ba eskritóriu sira Aduaneira nian ba partida, liuhosi solisitasaun.

10. Eskritóriu ba garantia tenke revoga nia aseitasaun ba garantia husi garante kuandu kondisaun sira-ne'ebé hatuur iha momentu ne'ebé hasai la kumpre ona.

11. Sei permite Parte Kontratante hotu-hotu atu rejista sira-nia preokupasaun kona-ba abilidade garante ida nian atu kumpre reklamasaun sira no fornese sira-nia justifikasaun ba eskritóriu relevante garantia nian, bazeia ba ne'ebé garante bele hetan revogasaun.

Artigu 7
Garantia Viajen Úniku

1. Garantia viajen úniku ida sei kobre montante tomak hosi dívida Aduaneira nian ne'ebé tenke inkorre iha operasaun tránzitu ne'ebé refere, ne'ebé sei kalkula ho baze iha taxa aas liu hosi taxa sira, impostu no enkargu sira ne'ebé aplikavel ba sasan sira iha teritóriu sira ne'ebé kobre hosi operasaun tránzitu nian.

2. Garantia viajen úniku bele fornese iha formulário(sira) tuirmai:

   (a) Depózitu osan nian ne'ebé hatama iha eskritóriu garantia nian;

   (b) garantia voucher sira ne'ebé fó sai ba Prinsipál hosi garante ida; ka

   (c) Garantia ne'ebé fó hosi garante ida.

Forma(sira) aseitavel garantia nian sei determina hosi garantia eskritóriu nian iha teritóriu Parte Kontratante nian iha ne'ebé eskritóriu Aduaneira nian ba partida nian lokaliza.

Artigu 8
Depózitu osan

1. Valór depózitu osan nian tenke ekivalente ho valór montante totál dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu.

2. Depózitu osan-kas tenke iha moeda husi nasaun saída ka ho submisaun meiu pagamentu seluk ruma ne'ebé eskritóriu garantia país ne'e nian rekoñese no arkiva tuir dispozisaun ne'ebé vigora iha país ne'ebé sai.

3. Garantia viajen únika ho forma depózitu osan nian sei válidu ba Parte Kontratante hotu-hotu.

4. Depózitu osan-kas sei selu fali hosi eskritóriu garantia nian bainhira hala'o tiha ona operasaun tránzitu ne'ebé sira relasiona.

Artigu 9
Voucher Garantia Viajen Úniku

1. Diretór bele uza voucher garantia viajen úniku ne'ebé maka fó sai hosi Garante ida.

2. Prinsipál tenke entrega ba eskritóriu garantia voucher garantia viajen úniku ho valór montante totál dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu.

3. Garante tenke hatudu iha voucher garantia viajen únika nian teritóriu Parte Kontratante sira-nian ne'ebé vale ba, prazu validade voucher referidu nian no loron ikus ne'ebé nia bele uza, ne'ebé labele liu loron sianulu hahú hosi data ne'ebé nia fó sai.

4. Desde voucher garantia simu tiha ona husi eskritóriu Aduaneira partida nian iha ka molok data finál validade nian, voucher referidu sei válidu nafatin to'o operasaun tránzitu ne'ebé nia relasiona termina.

5. Voucher garantia viajen úniku tenke iha númeru úniku no konforme ho formatu ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

6. Garante tenke fó ba eskritóriu garantia nian detalle rekizitu kona-ba voucher sira-ne'ebé nia hasai tiha ona.

Artigu 10
Uza Garantia Viajen Únika nian

1. Garante ida bele fornese garantia viajen ida de'it hodi kobre operasaun tránzitu ida de'it.

2. Garantia viajen únika tenke tuir formatu ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira no tenke kontein Prinsipál nia naran no nia valór tenke ekivalente ho valór montante totál dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu.

3. Garantia viajen ida-idak tenke hatama iha eskritóriu garantia nian no kópia garantia nian sei rai iha eskritóriu Aduaneira partida nian. Bainhira halao operasaun tránzitu, tenke kansela garantia viajen úniku ida no tenke fó-hatene ba garantia tuirmai.

Artigu 11
Garantia Viajen Múltiplu

1. Diretór bele uza garantia viajen múltiplu bazeia ba montante referénsia. Montante referénsia sei ekivalente ho valór montante totál dívida Aduaneira nian ne'ebé bele mosu kona-ba sasan sira ne'ebé Prinsipál tau iha prosedimentu ACTS nian ba períodu pelumenus loron hitu.

2. Eskritóriu garantia relevante sei estabelese montante referénsia iha kolaborasaun ho Prinsipál hodi konsidera:

(a) informasaun kona-ba sasan sira ne'ebé nia koloka iha pasadu no/ka estimativa ida kona-ba númeru konsignasaun no valór sasan sira ne'ebé nia hakarak tau tuir prosedimentu ACTS nian; no

(b) taxa aas liu hosi taxa, imposstu no enkargu sira ne'ebé aplikavel iha nasaun sira tránzitu nian.

3. Eskritóriu garantia nian tenke halo revizaun ba montante referénsia pelumenus tinan ida dala ida, uza informasaun ne'ebé simu hosi eskritóriu Aduaneira sira partida nian, no sei halo ajustamentu bainhira konsidera nesesáriu.

4. Diretór tenke informa ba eskritóriu garantia nian karik montante referénsia monu ba nivel ida ne'ebé sufisiente atu kobre nia operasaun tránzitu atuál ka antisipada.

5. Valór ne'ebé sei kobre hosi garantia viajen múltiplu nian hanesan ho montante referénsia ne'ebé temi iha nú 1 Artigu ida-ne'e nian.

6. Diretór ida ne'ebé satisfás kritériu sira kona-ba nia esperiénsia, konfiabilidade no estatutu finanseiru bele hetan autorizasaun atu fornese garantia ida ba montante ida ne'ebé redús ka atu iha renúnsia garantia nian, sujeitu ba akordu Parte Kontratante sira ne'ebé envolve iha operasaun tránzitu nian.

7. Montante garantia ne'ebé presiza bele redús ba

(a) 50% hosi montante referénsia nian bainhira Diretór hatudu katak nia iha esperiénsia sufisiente kona-ba prosedimentu sira Aduaneira nian; ka

(b) 25% hosi montante referénsia nian bainhira Diretór hatudu katak nia iha esperiénsia sufisiente kona-ba prosedimentu sira Aduaneira nian no koopera besik tebes ho autoridade kompetente sira.

8. Bele fó dispensa ba garantia bainhira Diretór hatudu katak nia prienxe kritériu sira ne'ebé espesifika iha Artigu 15 hosi Aneksu ida-ne'e, iha komandu ba operasaun transporte nian no iha rekursu finanseiru sufisiente atu kumpre ninia obrigasaun sira.

9. Bainhira aplika parágrafu sira iha leten, Parte Kontratante hotu-hotu tenke konsidera:

(a) informasaun ne'ebé fornese hosi Diretór iha formulário aplikasaun padraun sira iha formatu ida ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira; no

(b) kualkér komentáriu ne'ebé simu hosi Parte Kontratante sira seluk hanesan prevee iha númeru 7 hosi Artigu 16 hosi Aneksu ida-ne'e.

Artigu 12
Uza Garantia Viajen Múltiplu nian

1. Garantia viajen múltiplu nian sei fó sai hosi garante ida.

2. Eskritóriu garantia nian tenke fó ba Prinsipál sertifikadu garantia viajen múltiplu ida ka liu ne'ebé konforme ho formatu ne'ebé Parte Kontratante sira sei konkorda atu permite nia atu fornese prova katak nia iha garantia viajen múltiplu.

3. Bainhira troka dadus garantia nian entre eskritóriu garantia nian no eskritóriu Aduaneira partida nian uza teknolojia informasaun no komunikasaun nian, partikulár sira hosi sertifikadu garantia nian sei hatama iha deklarasaun tránzitu Aduaneira nian no sei imprime iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian.

4. Bainhira laiha troka eletróniku dadus nian, sertifikadu tenke aprezenta ba Aduaneira partida nian hosi Diretór.

Artigu 13
Responsabilidade husi Garante

1. Garante sei kompromete atu selu dívida Aduaneira nian, ne'ebé deve tuir lei sira Aduaneira nian no lei no regulamentu sira seluk ne'ebé relevante hosi Parte Kontratante ne'ebé identifika ona irregularidade ida iha ligasaun ho operasaun tránzitu ida. Garante sei responsabiliza, hamutuk ho Prinsipal, ba pagamentu osan sira-ne'e.

2. Garante nia responsabilidade sei hahú bainhira deklarasaun tránzitu Aduaneira ne'ebé nia garante hetan aseitasaun hosi Aduaneira partida nian no sei ba autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante ne'ebá. Garante sei responsabiliza automatikamente ba autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante ida-idak ne'ebé tuirmai iha momentu ne'ebé sasan sira tama iha Parte Kontratante ida-idak nia teritóriu.

3. Sujeita ba númeru 8 hosi Artigu 6 hosi Aneksu ida-ne'e, garantia nia responsabilidade sei kobre la'ós de'it sasan sira ne'ebé inklui iha deklarasaun tránzitu Aduaneira nian maibé kualkér sasan lejítimu sira seluk ne'ebé bele kontein iha kompartimentu karga normál hosi veíkulu estrada nian ka kontentór no tenke deklara ona. Ida-ne'e sei la habelar ba sasan sira seluk.

4. Wainhira operasaun tránzitu seidauk hala'o, autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante ne'ebé identifika ona irregularidade ne'e:

(a) iha períodu loron sia-nulu nia laran hahú hosi data ne'ebé deklarasaun tránzitu Aduaneira nian hetan aseitasaun hosi eskritóriu Aduaneira nian kona-ba partida, notifika garante katak prosedimentu ne'e seidauk hala'o; no

(b) iha loron atus rua hitunulu nia laran hosi data ne'ebé deklarasaun tránzitu Aduaneira nian hetan aseitasaun hosi eskritóriu Aduaneira nian kona-ba partida, fó hatene ba garante katak nia, ka bele presiza, atu selu dívida Aduaneira nian ne'ebé nia iha responsabilidade nu'udar garante ba operasaun tránzitu ne'ebé iha kestaun. Notifikasaun tenke iha:

(i) númeru no data deklarasaun tránzitu Aduaneira nian;

(ii) naran husi eskritóriu Aduaneira nian;

(iii) Principál nia naran no enderesu; no

(iv) montante ne'ebé atu reklama.

5. Garante sei hetan libertasaun hosi nia obrigasaun sira hosi autoridade kompetente sira kona-ba operasaun tránzitu nian bainhira notifikasaun ida hosi notifikasaun sira ne'ebé prevee iha númeru 4 hosi artigu ida-ne'e seidauk fó-sai ba nia ho eskrita molok prazu relevante liu tiha.

6. Wainhira fo sai ona notifikasaun tuir parágrafu 4 Artigu ida-ne'e nian, garante tenke hetan informasaun hosi eskritóriu garantia nian kona-ba rekuperasaun dívida Aduaneira nian ka dezempeñu operasaun ACTS nian.

7. Bainhira autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante ida hala'o ona operasaun ACTS ida, sira labele ona reklama hosi garante, exetu dezempeñu ne'e hetan tanba informasaun fraudulentu.

8. Kuandu garante la hetan avizu kona-ba reklamasaun potensiál ne'ebé mosu hosi demisaun fraudulentu iha tinan ida nia laran hahú hosi loron ne'ebé Aduaneira simu deklarasaun tránzitu Aduaneira relevante iha nasaun partida nian, nia sei iha kualkér kazu hetan absolvisaun hosi responsabilidade hotu-hotu relasiona ho operasaun tránzitu ne'ebá.

9. Garante iha prazu loron tolunulu hahú iha loron ne'ebé halo reklamasaun eskrita ba pagamentu atu selu kuantia reklamada sira. Osan sira ne'ebé selu ona sei reembolsa ba garante karik, iha tinan ida nia laran tuir data ne'ebé pagamentu ne'e halo, estabelese tuir satisfasaun hosi autoridade kompetente sira ne'ebé halo reklamasaun katak laiha irregularidade ne'ebé komete iha ligasaun ho operasaun tránzitu ne'ebé iha kestaun.

Artigu 14
Kanselamentu no Revogasaun ba Garantia sira

1. Eskritóriu garantia nian sei revoga ninia aseitasaun ba garantia ida ka autorizasaun ba renúnsia garantia Principál karik iha kondisaun sira ne'ebé estabelese iha momentu emisaun nian la kumpre ona. Revogasaun sei produz efeitu imediatu sira.

2. Garante bele anula nia garantia iha tempu naran ida. Kanselamentu sei akontese iha loron sanulu-resin-haat tuir data ne'ebé desizaun ne'e hetan notifikasaun eskrita ba eskritóriu garantia nian

3. Revogasaun ka kanselamentu sei laiha prejuizu ba obrigasaun ruma ne'ebé mosu nu'udar rezultadu hosi operasaun tránzitu nian ne'ebé hahú molok loron ne'ebé revogasaun ka kanselamentu hetan efeitu.

4. Hahú hosi data ne'ebé maka revogasaun ka kanselamentu ne'e sai efeitu, sertifikadu ruma ne'ebé maka fó sai antes data ne'e sei la válidu atu tau sasan sira tuir prosedimentu ACTS nian no Prinsipál tenke entrega fali sertifikadu ruma ne'ebé maka iha nia liman ba eskritóriu garantia nian lahó demora.

5. Gabinete relevante garantia nian tenke notifika Parte Kontratante ida-idak kona-ba asaun sira ne'ebé halo tuir númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e.

SEKSAUN 4
NEGOSIANTE TRÁNZITU AUTORIZADU

Artigu 15
Kritériu Jerál sira

1. Atu bele hetan estatutu Komersiante Tránzitu Autorizadu no uza prosedimentu simplifikadu sira, tenke kumpre kondisaun jerál sira tuirmai.

Aplikante:

(a) sei estabelese ho eskritóriu rejistadu, sede sentrál ka estabelesimentu negósiu permanente iha teritóriu Parte Kontratante nian iha-ne'ebé halo pedidu ba autorizasaun; no

(b) tenke uza beibeik prosedimentu ACTS nian ka, iha kazu aplikasaun dahuluk ba autorizasaun, hatudu intensaun atu halo ida-ne'e.

2. Atu garanti jestaun di'ak ba prosedimentu simplifikadu sira bele fó de'it autorizasaun bainhira ema ne'ebé iha interese rai rejistu ne'ebé fó dalan ba autoridade kompetente sira atu fiskaliza prosedimentu no hala'o kontrolu efetivu.

3. Bainhira konsidera aplikasaun sira autoridade kompetente sira tenke konsidera kondenasaun ruma tuir Aduaneira ka lejizlasaun tributária iha tinan lima liubá.

Artigu 16
Aplikasaun no Desizaun sira ba Negosiante Tránzitu Autorizadu sira

1. Aplikasaun ida ba estatutu Komersiante Tránzitu Autorizadu sei halo ho eskrita iha formatu ida ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira no sei asina no data. Tenke espesifika prosedimentu simplifikadu hotu-hotu ne'ebé komersiante aplika ona.

2. Ema ne'ebé aplika ba estatutu Komersiante Tránzitu Autorizadu no prosedimentu simplifikadu sira ne'ebé relasionadu sei responsabiliza ba:

(a) ezatidaun hosi informasaun ne'ebé fó; no

(b) autentisidade hosi dokumentu sira ne'ebé akompaña.

Autorizasaun sira ne'ebé hetan katak fó ona ho baze iha informasaun falsu ka reprezentasaun ne'ebé laloos sei revoga ho efeitu imediatu.

3. Pedidu sira tenke hatama ba autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante sira iha ne'ebé rekerente estabelese. Bainhira rekerente ida hela iha teritóriu sira hosi Parte Kontratante sira liu ida, laiha buat ida maka sei impede nia pedidu sira ba akomodasaun iha teritóriu sira hosi Parte Kontratante sira-ne'e ida-idak karik nia iha hakarak.

4. Autorizasaun sira sei fó-sai no pedidu sira sei rejeita tuir dispozisaun atuál sira hosi Parte Kontratante sira.

5. Desizaun ne'ebé rejeita pedidu totál, ka prosedimentu simplifikadu ida ka liu ne'ebé aplika, tenke hakerek no hateten razaun sira ba rejeisaun.

6. Desizaun kona-ba pedidu sira, bainhira pedidu sira-ne'e kontein informasaun sufisiente, tenke fó iha prazu loron sia-nulu hahú hosi loron ne'ebé autoridade kompetente sira simu.

7. Desizaun sira tenke komunika ba Parte Kontratante sira seluk. Desizaun sira-ne'e sei sujeita ba revizaun hosi Parte Kontratante sira seluk, ho komentáriu sira ne'ebé sei simu iha prazu ida ne'ebé la liu loron tolunulu hosi loron simu komunikasaun, bazeia ba ne'ebé desizaun sira bele modifika ka mantein.

Artigu 17
Autorizasaun sira

1. Tuir aplikasaun ida hosi Diretór ida ne'ebé satisfás

kritériu sira iha Artigu 15 hosi Aneksu ida-ne'e, autoridade kompetente sira bele fó estatutu Komersiante Tránzitu Autorizadu ho utilizasaun hosi prosedimentu simplifikadu ida ka liu tuirmai:

(a) uza garantia viajen múltiplu nian;

(b) izensaun ba ezijénsia atu aprezenta sasan no meiu transporte nian iha eskritóriu Aduaneira nian ne'ebé sai;

(c) uza selajen espesiál sira ne'ebé aprova ona; no

(d) uza prosedimentu sira ne'ebé simplifikadu hanesan determina ona hosi Parte Kontratante sira seluk.

2. Salvu dispozisaun seluk, autorizasaun ne'ebé fó atu uza prosedimentu simplifikadu ne'ebé espesifika iha sub-parágrafu (a) Artigu ida-ne'e nian sei aplika iha Parte Kontratante hotu-hotu nia teritóriu. Prosedimentu simplifikadu sira iha subparágrafu 1 (b) no 1 (c) hosi Artigu ida-ne'e sei aplika de'it ba operasaun tránzitu sira ne'ebé hahú iha teritóriu hosi Parte Kontratante iha ne'ebé autentikasaun hetan ona.

3. Autorizasaun nia orijinál datadu no asinadu no kópia ida ka liu tenke fó ba titulár ne'ebé autoriza.

4. Autorizasaun sei válidu hahú hosi loron emisaun nian no espesifika kondisaun sira ne'ebé relasiona ho utilizasaun hosi kualkér prosedimentu simplifikadu ne'ebé fó ona.

Artigu 18
Alterasaun, Prestasaun ka Revogasaun ba Autorizasaun sira

1. Titulár ba autorizasaun nian tenke informa autoridade kompetente sira kona-ba fatór ruma ne'ebé mosu hafoin fó autorizasaun ne'ebé bele influensia nia validade ka konteúdu.

2. Autoridade kompetente sira revoga ka altera autorizasaun bainhira:

(a) titulár hatudu hakarak atu renunsia nia autorizasaun;

(b) deklarasaun ida ka liu ne'ebé halo iha momentu emisaun nian la'ós, ka la'ós ona, válidu;

(c) fatór ida ne'ebé mosu hafoin fó autorizasaun influensia nia kontinuasaun ka konteúdu; ka

(d) titulár la kumpre ninia obrigasaun sira nu'udar Negosiante Tránzitu Autorizadu.

3. Exetu iha kazu renúnsia voluntária, tenke fó-hatene titulár ho eskrita kona-ba razaun ba kualkér desizaun ne'ebé altera ka revoga autorizasaun ne'e.

4. Revogasaun ka alterasaun ba autorizasaun hahú iha efeitu hahú hosi loron ne'ebé hatudu iha notifikasaun eskrita.

SEKSAUN 5
PROSEDIMENTU SIMPLIFIKADU

Artigu 19
Izensaun ba Aprezentasaun Sasan iha Gabinete Aduaneira Partida nian

1. Prinsipál ida ne'ebé hetan ona Estatutu Komersiante Tránzitu Autorizadu inklui direitu atu uza garantia viajen múltiplu bele mós hetan autorizasaun atu hala'o operasaun tránzitu sira lahó aprezenta sasan sira no deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ne'ebé korresponde iha eskritóriu Aduaneira nian. Izensaun ne'e sei aplika entre buat seluk ba meiu transporte ba sasan sira ne'ebé refere.

2. Fasilidade ida-ne'e sei fó de'it bainhira Prinsipál hato'o deklarasaun tránzitu no komunikasaun sira ho Aduaneira partida nian uza téknika prosesamentu dadus eletróniku.

3. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian tenke hatama iha eskritóriu Aduaneira partida nian molok liberta sasan sira.

4. Autorizasaun tenke inklui prazu iha ne'ebé Aduaneira partida nian tenke hatudu intensaun atu halo verifikasaun, liu tiha prazu ne'ebé sasan sira sei liberta automatikamente.

5. Autorizasaun hanesan ne'e sei espesifika:

(a) eskritóriu Aduaneira ka eskritóriu sira partida nian ne'ebé sei responsabiliza ba operasaun tránzitu sira ne'ebé sei mai;

(b) oinsá, no bainhira, Diretór mak atu informa eskritóriu partida Aduaneira nian atu nune'e eskritóriu bele hala'o kontrolu nesesáriu ruma molok sasan sira sai; no

(c) medida sira ne'ebé atu foti atu asegura sasan sira bele identifika lalais inklui uza kualkér selajen espesiál ne'ebé atu tau husi Diretór.

Artigu 20
Uza Selu Espesiál Aprovadu

1. Autoridade kompetente sira bele autoriza Prinsipál ida atu uza tipu espesiál selajen nian kona-ba meius transporte ka pakote sira bainhira autoridade kompetente sira aprova selajen sira hanesan kumpre karakterístika sira ne'ebé tenke konkorda hosi Parte Kontratante sira.

2. Prinsipál tama iha númeru selajen iha kampu ne'ebé preskreve jn deklarasaun tránzitu Aduaneira nian.

3. Prinsipál tenke tau selajen la tarde liu bainhira sasan sira ne'e sai.

Artigu 21
Renúnsia ba Asinatura Manuál

Prinsipál bele hetan autorizasaun atu uza asinatura

eletróniku ka meius autentikasaun seluk hodi valida deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ne'ebé halo sai husi sistema prosesamentu eletróniku ka automátiku integradu.

SEKSAUN 6
OPERASAUN NO PROSEDIMENTU TRÁNSITU

Artigu 22
Meius husi Transporte no Deklarasaun sira

1. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ida-idak sei inklui de'it sasan sira ne'ebé atu karega iha meius transporte ida de'it ba karreta hosi eskritóriu Aduaneira nian ida hosi partida ba eskritóriu ida hosi Aduaneira hosi destinu.

2. Ba objetivu sira Artigu ida-ne'e nian, meius transporte ida ne'ebé úniku inklui:

   (a) veíkulu rodaviária ida ne'ebé akompaña ho ninia reboke(sira) ka semi-reboke(sira); no

   (b) kontentór sira ne'ebé karega ho meius transporte ida de'it hanesan define iha sub-parágrafu 2(a) hosi Artigu ida-ne'e.

3. Meius transporte ida deit bele uza ba karegamentu sasan iha eskritóriu Aduaneira liu ida husi partida no ba deskarga iha eskritóriu Aduaneira liu ida husi destinu.

Artigu 23
Deklarasaun Tránzitu Aduaneira nian

1. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian sei hatama iha eskritóriu Aduaneira nian ne'ebé sai liuhosi téknika prosesamentu dadus eletróniku.

2. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ne'ebé hato'o eletróniku hosi troka mensajen padraun sira tenke tuir estrutura no partikulár sira ne'ebé hatuur iha formatu ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

3. Iha kazu sira hanesan ne'e autoridade kompetente sira sei garanti katak dadus tránzitu nian troka entre eskritóriu Aduaneira sira ne'ebé relevante ba partida, tránzitu no destinu uza teknolojia informasaun no komunikasaun nian.

4. Deklarasaun tránzitu Aduaneira nian tenke asina eletróniku ka autentikadu ho forma seluk hosi Prinsipál ka reprezentante autorizadu, nune'e responsavel ba:

   (a) ezatidaun hosi informasaun ne'ebé fó sai iha deklarasaun;

   (b) autentisidade hosi dokumentu ruma ne'ebé aneksu; no

   (c) kumprimentu ba nia obrigasaun hotu-hotu relasiona ho utilizasaun prosedimentu ACTS nian.

5. Eskritóriu Aduaneira partida nian sei simu no rejista deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ho kondisaun katak:

   (a) ida-ne'e kontein informasaun nesesáriu hotu-hotu;

   (b) ida-ne'e akompaña ho dokumentu nesesáriu hotu-hotu; no

   (c) sasan sira ne'ebé nia refere, aprezenta ba Aduaneira karik presiza.

6. Kuandu Prinsipál hetan autorizasaun atu hahú operasaun tránzitu nian lahó aprezentasaun sasan sira-nian iha Aduaneira nia fatin, nia tenke tama, la tarde liu iha konsignasaun sasan nian, iha kampu sira ne'ebé dezignadu iha deklarasaun tránzitu Aduaneira nian, bainhira presiza; detalle sira hosi itinerário ruma ne'ebé maka prevee ona, períodu ne'ebé maka sasan sira tenke aprezenta iha Aduaneira destinu nian, identifikasaun medida sira ne'ebé aplika ona, no fraze tuirmai sei imprime iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian:

   Iha Inglés - "Negosiante Tránzitu Autorizadu — Aprezentasaun iha eskritóriu Aduaneira nian kona-ba izensaun ba partida".

7. Bainhira autoridade kompetente sira hosi nasaun partida nian halo verifikasaun ba konsignasaun ida molok nia sai, sira tenke rejista faktu ne'e iha kaixa dezignadu hosi Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian no atualiza sistema tuir ida-ne'e.

8. Prinsipál bele, ho aprovasaun hosi autoridade kompetente sira iha eskritóriu Aduaneira nian ba partida, altera partikulár ida ka liu hosi deklarasaun tránzitu Aduaneira nian hafoin simu tiha. Alterasaun sei la afeta natureza, tipu ka deskrisaun ofisiál sasan sira-nian.

9. Sei la permite alterasaun bainhira pedidu ne'e halo hafoin autoridade kompetente sira iha gabinete Aduaneira partida nian iha:

   (a) informa ba Prinsipál katak sira iha intensaun atu ezamina sasan sira;

   (b) estabelese katak partikulár sira ne'ebé iha kestaun la loos; no

   (c) liberta sasan sira.

Artigu 24
Dokumentu Akompañamentu ba Tránzitu

1. Bainhira deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ida prosesa iha eskritóriu partida nian hosi Aduaneira liuhosi sistema informatizadu, eskritóriu ne'e sei mantein deklarasaun ne'e no autoriza libertasaun ba sasan sira liuhosi emite ba Prinsipál Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian ne'ebé konforme ho formatu ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

2. Wainhira apropriadu, Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian sei suplementa ho lista sasan sira-ne'ebé sei halo parte integrante ida no konforme ho formatu ne'ebé sei konkorda hosi Parte Kontratante sira.

3. Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian bele imprime hosi Prinsipál nia fatin rasik ka sistema informátiku autorizadu seluk hafoin deklarasaun tránzitu Aduaneira nian hetan ona aprovasaun hosi eskritóriu Aduaneira nian ba partida.

Artigu 25
Prosedimentu sira iha Gabinete Aduaneira Partida nian

1. Bainhira autoridade kompetente sira ezije, tenke aprezenta veíkulu rodoviáriu, reboke no kontentór ruma hamutuk ho sasan sira no Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian ba Aduaneira partida nian. Eskritóriu Aduaneira nian ba partida sei foti medida sira ne'ebé nesesáriu atu satisfás sira-nia an kona-ba ezatidaun deklarasaun tránzitu Aduaneira nian no atu tau selajen sira Aduaneira nian ka verifika selajen espesiál sira.

2. Exeptu esepsaun seluk, sei rekuza libertasaun sasan sira ne'ebé atu tau tuir prosedimentu ACTS nian bainhira labele taka metin tuir Artigu 3 husi Aneksu ida-ne'e.

3. La bele sobu selajen sira wainhira la hetan autorizasaun hosi autoridade kompetente sira.

4. Bainhira Aduaneira partida nian preskreve itinerário ida, tenke konsidera saida maka konstitui sirkulasaun ida ne'ebé justifikadu ekonómikamente no informasaun ruma ne'ebé fornese hosi Prinsipál. Prinsipál sei hetan notifikasaun kona-ba itinerário ne'ebé maka prevee ona, ne'ebé sei imprime, tuir nesesidade, iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian.

5. Eskritóriu Aduaneira partida nian sei marka prazu atu kompleta operasaun tránzitu liuhosi aprezentasaun sasan sira iha eskritóriu Aduaneira destinu nian. Ida-ne'e tenke konsidera itinerário, lejislasaun transporte atuál ruma no, bainhira apropriadu, informasaun ne'ebé fornese hosi Prinsipál.

6. Prazu ne'ebé estabelese hosi Aduaneira ba partida sei vinkula autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante sira ne'ebé nia teritóriu sira tama durante operasaun tránzitu ida.

7. Kuandu sasan sira aprezenta iha Aduaneira destinu nian hafoin liu tiha prazu ne'ebé determina ona maibé fallansu ne'e tanba sirkunstánsia sira ne'ebé la atribui ba transportadór ka Prinsipál, sei konsidera katak ida ikus ne'e kumpre ona prazu ne'ebé prevee ona.

Artigu 26
Prosedimentu sira Durante Operasaun Tránzitu

1. Iha eskritóriu Aduaneira tránzitu ida-idak no iha eskritóriu Aduaneira destinu nian, meiu transporte nian sei aprezenta ba efeitu sira kontrolu nian ba autoridade kompetente sira ho sasan sira no Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian hamutuk ho lista sasan ruma ne'ebé iha relasaun ho ida-ne'e.

2. Hanesan regra jerál, eskritóriu sira Aduaneira nian ba tránzitu hosi Parte Kontratante sira ida-idak sei simu selajen Aduaneira nian hosi Parte Kontratante sira seluk ka selajen espesiál sira seluk ne'ebé aprova ona, desdeke hetan intaktu. Selajen sira ne'ebé aseita nune'e sei iha iha Parte Kontratante ne'e nia teritóriu protesaun legál hanesan ne'ebé fó ba sira nia selajen Aduaneira rasik.

3. Iha sirkunstánsia exesionál sira, autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante bele ezije atu akompaña meiu transporte nian iha sira-nia teritóriu; kualkér enkargu sira relasiona ho kustu eskoltu nian tenke hanesan ho servisu ne'ebé maka presta ona.

4. Autoridade kompetente sira sei la ezije verifikasaun rutina iha dalan durante perkursu transporte nian.

5. La haree ba dispozisaun númeru 6 hosi Artigu 3 hosi Protokolu 7, karik ezijénsia kontrolu nian halo esensiál ba autoridade kompetente sira atu halo verifikasaun ida ba perkursu transporte ida no sasan sira ne'ebé kontein iha laran iha viajen nia laran ka iha eskritóriu Aduaneira nian husi tránzitu, sira sei rejista iha kaixa dezignadu husi Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian, no atualiza ba sistema informatizadu tuir loloos, partikulár sira hosi kontrolu sira ne'ebé hala'o no númeru hosi selu foun sira ne'ebé tau.

Artigu 27
Insidente sira Durante Operasaun Tránzitu

1. Iha kazu sira ne'ebé hakerek iha kraik, transportadór sei halo entrada nesesáriu sira iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian no aprezenta ho konsignasaun no dokumentu tránzitu sira seluk ne'ebé iha relasaun ba autoridade kompetente sira hosi Parte Kontratante ne'ebé nia teritóriu meiu transporte nian lokaliza:

   (a) karik itinerário ne'ebé maka autoridade kompetente sira prevee hetan alterasaun;

   (b) karik selajen sira rahun iha operasaun transporte nia laran tanba razaun sira ne'ebé la'ós transportadór nia kontrolu;

   (c) karik sasan sira transfere ba meiu transporte seluk ne'ebé hanesan tanba razaun sira ne'ebé la'ós transportadór nia kontrolu;

   (d) Iha kazu perigu iminente ne'ebé nesesita deskarga parsiál ka totál imediata hosi meiu transporte nian; no

   (e) iha kazu insidente ka asidente ruma ne'ebé bele afeta abilidade Prinsipál ka transportadór nian atu kumpre ninia obrigasaun sira.

2. Bainhira autoridade kompetente sira konsidera katak operasaun tránzitu ne'ebé refere bele kontinua tuir dalan normál, sira tenke endosa kaixa dezignadu hosi Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian no atualiza sistema informatizadu tuir ida-ne'e.

3. Kuandu, tanba motivu justifikavel, sasan sira transporta liuhosi Aduaneira tránzitu nian, ne'ebé la'ós ida-ne'ebé notifika ba Aduaneira partida nian no temi iha deklarasaun, eskritóriu referidu tenke notifika eletróniku ba Aduaneira tránzitu nian ne'ebé orijinalmente dezignadu.

Artigu 28
Operasaun Ikus husi Tránzitu nian

1. Aprezentasaun sasan sira no dokumentu tránzitu sira ne'ebé relasionadu ba eskritóriu Aduaneira destinu nian sei konsidera hanesan konstitui operasaun ikus tránzitu nian.

2. Eskritóriu Aduaneira destinu nian sei rejista dokumentu sira ne'ebé aprezenta no rejista iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian data to'o nian no hatama detalle sira kona-ba kontrolu sira ne'ebé hala'o ona, no atualiza sistema informatizadu tuir ida-ne'e.

3. Eskritóriu Aduaneira destinu nian tenke notifika eskritóriu Aduaneira nian kona-ba partida no eskritóriu(-sira) Aduaneira nian kona-ba tránzitu katak operasaun tránzitu nian remata ona liuhosi haruka mensajen "Avizu kona-ba Chegada".

4. Operasaun tránzitu ida bele remata iha eskritóriu ida iha país destinu nia laran ne'ebé la'ós ida-ne'ebé hatama iha deklarasaun tránzitu Aduaneira nian. Eskritóriu referidu, ne'ebé hafoin sei sai eskritóriu Aduaneira destinu nian, sei notifika eskritóriu Aduaneira orijinál destinu nian no eskritóriu Aduaneira nian partida nian tuir loloos.

Artigu 29
Resibu ba Operasaun Ikus Tránzitu nian

1. Tuir pedidu hosi Prinsipál ka transportadór, no ba objetivu sira atu fornese evidénsia adisionál katak operasaun tránzitu nian hakotu ona ho loloos, eskritóriu Aduaneira destinu nian tenke endosa Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian ho forma apropriadu.

2. Dokumentu Akompañamentu ba Tránzitu ne'ebé aprovadu tenke rai hosi transportadór operasaun tránzitu nian hanesan prova dokumentál.

Artigu 30
Terminasaun ba Operasaun Tránzitu

1. Kontrolu ba sasan sira no entrada sira ne'ebé iha relasaun iha rejistu sira hosi Aduaneira destinu nian sei konsidera hanesan terminasaun hosi operasaun tránzitu nian.

2. Terminasaun ba operasaun tránzitu ida tenke hetan sertifikadu hosi Aduaneira destinu nian lahó demora. Terminasaun bele ho ka lahó rezerva. Bainhira terminasaun sertifika ho rezerva ida-ne'e sei akontese tanba faktu sira ne'ebé iha ligasaun ho operasaun tránzitu ne'e rasik.

3. Eskritóriu Aduaneira destinu tenke notifika eskritóriu Aduaneira partida nian katak prosedimentu operasaun tránzitu termina ona liuhosi haruka mensajen "Rezultadu Kontrolu".

4. Iha kazu sira ne'ebé sasan sira tau iha prosedimentu Aduaneira seluk ka sistema kontrolu Aduaneira seluk irregularidade hotu-hotu ne'ebé bele komete iha prosedimentu Aduaneira seluk ka sistema kontrolu Aduaneira ne'ebá sei la atribui ba responsabilidade garante operasaun tránzitu nian.

Artigu 31
Deskarga husi Operasaun Tránzitu

Eskritóriu Aduaneira partida nian sei hala'o operasaun tránzitu nian bainhira nia iha pozisaun atu estabelese ho baze iha komparasaun entre deklarasaun tránzitu Aduaneira nian ne'ebé halo ba eskritóriu Aduaneira partida nian no informasaun hosi eskritóriu Aduaneira destinu nian katak prosedimentu ne'e termina ona ho loloos.

Artigu 32
Prosedimentu sira Kontijénsia nian

1. Prosedimentu sira kontijénsia nian ne'ebé estabelese iha Artigu ida-ne'e refere ba prosedimentu sira ne'ebé bazeia ba utilizasaun dokumentu sira iha surat-tahan hodi permite alojamentu no kontrolu ba deklarasaun tránzitu Aduaneira nian no monitorizasaun ba operasaun tránzitu nian bainhira la posivel atu implementa prosedimentu eletróniku padraun sira ho kompletu ka parte ida tanba sistema komputadorizadu sira nia avariasaun.

2. Prosedimentu sira kontijénsia nian sei aplika:

   (a) bainhira sistema informatizadu sira hosi autoridade kompetente sira la funsiona;

   (b) bainhira sistema informatizadu sira hosi Prinsipál la funsiona; ka

   (c) bainhira kompletu ka parte husi rede entre Prinsipál no autoridade kompetente sira la funsiona.

3. Iha situasaun hirak ne'ebé temi iha leten iha número 2 husi Artigu ida-ne'e, sasan sira bele tau tuir prosedimentu ACTS liuhosi deklarasaun tránzitu iha surat-tahan ne'ebé halo iha forma ne'ebé korresponde ba formatu padraun ne'ebé sei konkorda husi Parte Kontratante sira no tuir prosedimentu sira ne'ebé konkorda ona entre Parte Kontratante sira.

4. Bainhira sistema informatizadu sira entre eskritóriu Aduaneira partida nian no eskritóriu Aduaneira destinu nian no/ka eskritóriu Aduaneira tránzitu nian ida ka liu la funsiona, entaun sei prodús kópia adisionál ida hosi Dokumentu Akompañamentu Tránzitu nian ba eskritóriu ida-idak.

5. Transportadór tenke aprezenta Dokumentu Akompaña-

mentu Tránzitu nian no kópia adisionál ida ba eskritóriu ida-idak. Kópia sei mantein iha eskritóriu Aduaneira ne'ebé prosesa. Dokumentu Akompañamentu Tránzitu orijinál tenke tau karimbu no entrega fali ba transportadór.

6. Rejistu manuál hotu-hotu relasiona ho operasaun tránzitu nian tenke hatama ba sistema informatizadu sira lalais liután ne'ebé razoavelmente pratikavel hosi Prinsipál no eskritóriu Aduaneira respetiva sira hosi partida, tránzitu no destinu.

SEKSAUN 7
PROSEDIMENTU POS-TRANZITU

Artigu 33
Prosedimentu Inkéritu atu Estabelese Terminasaun ne'ebé Loos ba Operasaun Tránzitu ida

1. Eskritóriu Aduaneira nian ne'ebé sai tenke inisia prosedimentu inkéritu ida kada, vez sira la simu mensajen "Avizu Chegada nian" iha loron rua nia laran hosi prazu ne'ebé sasan sira tenke aprezenta iha eskritóriu Aduaneira nian ne'ebé destinu ka mensajen "Rezultadu Kontrolu nian" iha loron neen nia laran hafoin simu mensajen "Konsellu Chegada nian".

2. Sei hahú prosedimentu inkéritu hodi hetan informasaun nesesária atu deskarega operasaun tránzitu, ka kuandu ida-ne'e la posivel atu:

   (a) estabelese se dívida Aduaneira nian ida mosu ona;

   (b) identifika devedór; no

   (c) determina autoridade kompetente sira ne'ebé responsavel ba rekuperasaun.

3. Iha kazu sira ne'ebé Aduaneira partida nian simu ona mensajen " Avizu Chegada nian", maibé la'ós mensajen "Rezultadu Kontrolu", tenke hahú prosedimentu inkéritu hodi haruka ba Aduaneira destinu, pedidu ida fó hanoin nian kona-ba mensajen "Rezultadu Kontrolu".

4. Karik eskritóriu Aduaneira partida nian seidauk simu mensajen "Avizu Chegada nian", sira sei hahú prosedimentu inkéritu ida hodi haruka pedidu ida ba eskritóriu Aduaneira destinu nian hodi konfirma katak sasan sira seidauk aprezenta. Aduaneira destinu nian sei hatán ba pedidu sira-ne'e iha loron hitu nia laran.

5. Kuandu prosedimentu inkéritu ne'ebé temi iha leten la prodús prova satisfatóriu katak operasaun tránzitu ne'e termina ho loloos, hafoin ne'e sei aplika prosedimentu tuirmai ne'ebé espesifika iha Artigu 34 hosi Aneksu ida-ne'e.

Artigu 34
Informa ba Prinsipál no Prova Alternativa ba Terminasaun

1. Karik Aduaneira partida nian, hahú tiha prosedimentu inkéritu eletróniku ida tuir Artigu 33 hosi Aneksu ida-ne'e, seidauk simu konfirmasaun kona-ba terminasaun iha prazu sira ne'ebé maka prevee ona, nia sei informa ba Diretór no husu ba nia atu fornese, iha loron tolunulu nia laran hafoin simu karta ne'e, prova katak prosedimentu ne'e termina ho loloos.

2. Prova ne'ebé temi iha númeru 1 artigu ida-ne'e nian bele iha forma dokumentu ne'ebé sertifikadu hosi autoridade kompetente sira país destinu nian ne'ebé estabelese katak sasan sira ne'e aprezenta tiha ona iha Aduaneira destinu nian.

3. Sei konsidera mós katak operasaun tránzitu termina tiha ona bainhira Prinsipál aprezenta ba autoridade kompetente sira-nia satisfasaun, prova ne'ebé hatudu katak sasan tama tuirmai iha prosedimentu Aduaneiru seluk iha país destinu.

4. Bainhira Prinsipál fornese prova satisfatóriu katak operasaun tránzitu ne'e hakotu ho loloos tuir kontrolu Aduaneira nian, eskritóriu Aduaneira nian ne'ebé partida bele hala'o operasaun tránzitu nian maski sasan sira la aprezenta ba eskritóriu Aduaneira orijinál destinu nian. Eskritóriu Aduaneira orijinál destinu nian sei hetan notifikasaun iha loron neen nia laran.

5. Bainhira inkéritu sira ne'ebé hala'o hosi eskritóriu Aduaneira nian ba partida estabelese ho independente katak operasaun tránzitu nian hakotu ho loloos iha kontrolu Aduaneira nian, nia sei informa ba Prinsipál no notifika eskritóriu Aduaneira orijinál hosi destinu tuir loloos.

Artigu 35
Dívida Aduaneira no Rekuperasaun

1 . Dívida Aduaneira nian iha signifikadu parágrafu (d) hosi Artigu 1 hosi Protokolu 7 sei mosu:

   (a) liuhosi hasai sasan sira ho ilegál hosi prosedimentu ACTS nian; ka

   (b) bainhira sasan sira la hasai ilegalmente maibé iha fallansu atu kumpre obrigasaun ida ne'ebé mosu hosi utilizasaun prosedimentu ACTS nian ka fallansu atu kumpre kondisaun ida ne'ebé regula kolokasaun sasan sira tuir prosedimentu ACTS nian.

2. Autoridade kompetente nia direitu atu reklama dívida Aduaneira nian sei determina:

   (a) husi fatin ne'ebé akontese irregularidade ne'ebé hamosu dívida Aduaneira nian; ka

   (b) kuandu labele estabelese iha teritóriu ne'ebé mak komete irregularidade, sei konsidera katak komete iha teritóriu Parte Kontratante nian iha ne'ebé deteta.

3. Responsavel prinsipál ba dívida Aduaneira nian maka Prinsipál. Garante sei responsabiliza hamutuk ba dívida Aduaneira nian.

4. Responsavel mós ba dívida Aduaneira nian ema sira tuirmai ne'e:

   (a) ema ne'ebé hasai sasan sira ilegalmente hosi prosedimentu ACTS nian;

   (b) ema ruma ne'ebé partisipa iha remosaun ne'e no ne'ebé hatene ka razoavelmente tenke hatene katak sasan sira ne'e hasai ilegalmente hosi prosedimentu ACTS nian; no

   (c) ema ruma ne'ebé maka hetan ka kaer sasan sira ne'ebé maka iha kestaun no ne'ebé maka hatene ka razoavelmente tenke hatene iha momentu hetan ka simu sasan sira katak sira hasai tiha ilegalmente hosi prosedimentu ACTS nian.

Faktu katak ema sira iha leten mak responsavel ba dívida Aduaneira nian la fó kmaan ba Prinsipál no garante sira-nia responsabilidade nian. Maske nune'e, pagamentu dívida Aduaneira nian husi ema sira ne'ebé responsavel tenke parsialmente ka kompletamente descarga responsabilidade Prinsipál no/ka garante hanesan kazu ne'e.

5. Laiha dívida Aduaneira nian kona-ba sasan sira ne'ebé tau tuir prosedimentu ACTS nian sei mosu iha ne'ebé ema ne'ebé iha interese prova katak fallansu ida atu kumpre obrigasaun konsekuente sira ne'e tanba destruisaun totál ka lakon irrekuperavel hosi sasan sira-ne'e nu'udar rezultadu hosi sira-nia natureza loloos, forsa maior ka konsekuensia husi autorizasaun husi parte kompetente. Sasan sira konsidera lakon irrekuperavelmente bainhira sira hetan sertifikasaun labele uza hosi autoridade kompetente sira ho direitu atu reklama.

6. Bainhira autoridade kompetente sira konsidera katak sasan sira hetan ona mudansa substansiál nu'udar rezultadu hosi sira-nia natureza loloos, forsa maiór ka konsekuénsia hosi autorizasaun hosi autoridade kompetente sira, maibé dívida ida hosi Aduaneira, autoridade kompetente sira sei kalkula dívida ne'e hodi konsidera tipu, kualidade, kuantidade, pezu, no valór Aduaneira ne'ebé korresponde husi sasan sira hanesan ne'e iha tempu ne'ebé dívida ne'e tenke selu.

Artigu 36
Asisténsia Administrativa - Dispozisaun Jerál

1. Parte Kontratante sira tenke presta asisténsia mútua ho hanoin ida atu determina estatutu operasaun tránzitu nian no ba rekuperasaun reklamasaun sira ne'ebé mosu tanba iregularidade sira ne'ebé seidauk rezolve.

2. Extensaun asisténsia ne'ebé atu fó tenke tama iha kompeténsia autoridade ne'ebé iha interese no sujeitu ba ninia lei nasionl sira no, liuliu, sein prejuizu ba lejizlasaun nasionl kona-ba protesaun dadus ka restrisaun legál sira seluk kona-ba transmisaun informasaun.

3. Informasaun hotu-hotu ne'ebé fornese iha relasaun ho inkéritu operasaun tránzitu ida bele uza de'it ba objetivu sira atu rezolve estatutu operasaun(sira) tránzitu nian ne'ebé preokupa no buka tuir reklamasaun(sira) ne'ebé mosu diretamente hosi kualkér irregularidade iha prosedimentu tránzitu.

4. Autoridade kompetente sira husi Parte Kontratante sira ne'ebé iha interese tenke fó ba malu ho detalle ruma ne'ebé nesesáriu atu identifika ema sira ne'ebé responsavel ba operasaun tránzitu ida inklui sira ne'ebé iha:

   (a) Prinsipál;

   (b) Transportadór (se diferente ho Diretór);

   (c) Ekspedidór (se diferente ho Prinsipál);

   (d) Konsignatáriu;

   (e) Garante; no

   (f) Garante Ajente Nasionál(sira).

5. Inkéritu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho operasaun tránzitu espesífiku tenke sita:

   (a) númeru referénsia deklarasaun tránzitu Aduaneira nian;

   (b) Informasaun seluk ne'ebé presiza atu identifika operasaun tránzitu; no

   (c) fundamentu ba inkéritu.

6. Iha kazu suspeitu irregularidade deliberada, pedidu ba informasaun bele habelar ba Prinsipál ida nia utilizasaun jerál ba sistema tránzitu.

7. Materiál ne'ebé disponibiliza ba Partidu Kontratasaun seluk bele inklui, maibé labele restrinje, elementu relevante sira-hotu:

   (a) dokumentu sira;

   (b) relatóriu sira;

   (c) rejistu sira kona-ba prosesu sira; no

   (d) informasaun relasiona ho irregularidade no infrasaun sira ne'ebé mosu tanba uza prosedimentu ACTS.

8. Bainhira, nu'udar rezultadu husi inkéritu ida, Prinsipál maka konsidera inkorre iha responsabilidade ba dívida Aduaneira nian hanesan prevee iha Artigu 2 husi Aneksu ida-ne'e, autoridade kompetente iha Parte Kontratasaun iha ne'ebé nia harii sei fó asisténsia ba reklamasaun ba autoridade iha notifikasaun ba nia kona-ba responsabilidade ida-ne'e.

9. Pedidu ba informasaun no asisténsia tenke halo iha formatu padraun ne'ebé atu konkorda husi Parte Kontratante sira.

10. Laiha buat ida iha Artigu sira-ne'e mak sei taka dalan ba autoridade kompetente sira husi nasaun tránzitu ida atu hahú prosedimentu inkéritu ida iha ne'ebé parese akontese irregularidade ida iha ninia teritóriu.

11. Laiha buat ida iha Artigu sira-ne'e mak sei taka dalan ba autoridade kompetente ida atu halo reklamasaun bainhira estabelese katak irregularidade ida ne'ebé inkorre iha dívida Aduaneira nian akontese iha ninia teritóriu.

12. La haree ba kualkér limite tempu másimu ne'ebé espesifika, autoridade kompetente sira nasaun destinu nian no, bainhira apropriadu, eskritóriu(sira) tránzitu nian ne'ebé husu atu atua iha ligasaun ho inkéritu ida, sei hatán lahó atrazu.

Artigu 37
Asisténsia Administrativa ba Rekuperasaun Reklamasaun sira-nian

1. Artigu ida-ne'e hatuur regra sira kona-ba asisténsia mútua ba rekuperasaun reklamasaun sira kona-ba operasaun tránzitu ida, bainhira sira-ne'e mosu iha território Partidu Kontratante ida nian ida-ne'ebé diferente ho iha-ne'ebé Prinsipál bazeia ba.

2. Pedidu ba asisténsia iha rekuperasaun ba reklamasaun tenke hatudu:

   (a) naran no enderesu ema ne'ebé iha interese;

   (b) detallu sira kona-ba operasaun tránzitu ne'ebé iha relasaun ho;

   (c) fundamentu ba reklamasaun;

   (d) montante ne'ebé atu reklama; no

   (e) informasaun relevante seluk ruma hanesan ezije husi autoridade ne'ebé rekere.

3. Autoridade rekeridu tenke informaa lalais, no iha kualkér kazu iha loron neen-nulu nia laran hahú husi simu pedidu, fó hanoin ba autoridade rekerente kona-ba asaun sira ne'ebé foti atu tulun atu rekupera reklamasaun no husi rezultadu ruma.

4. Alternativamente, autoridade ne'ebé husu tenke informa lalais ba rekerente autoridade kona-ba fundamentu ruma atu rekuza asisténsia.

5. Autoridade rekerente labele halo pedidu ba rekuperasaun iha ne'ebé reklamasaun ne'e kontesta hela tuir ninia lejizlasaun nasionál rasik.

6. Autoridade rekeridu tenke suspende kualkér aksaun rekuperasaun iha ne'ebé Prinsipál fornese prova satisfatriu katak reklamasaun ne'e kontesta hela iha autoridade rekerente nia nasaun. Iha kazu sira-nee autoridade rekeridu tenke notifika lalais autoridade rekerente nian.

7. Autoridade rekerente sei hateten montante reklamasaun atu hetan rekuperasaun tantu iha moeda ne'ebé nia situa no mós iha moeda autoridade ne'ebé husu iha taxa kambiál ne'ebé prevalese iha data ne'ebé pedidu ne'e halo.

8. Iha sirkunstánsia normál, Prinsipál ka garante, konforme kazu, sei haruka osan ne'ebé rekupera diretamente ba autoridade rekerente nian.

9. Kuandu garantia ne'e iha forma depózitu osan nian, autoridade ne'ebé husu tenke arranja atu pagamentu ne'e bele haruka ba autoridade rekerente iha nia moeda nasionál.

10. Kuandu reklamasaun labele rekupera hosi Prinsipál, autoridade rekerente nian sei hetan notifikasaun tuir ho nune'e promulga prosesu rekuperasaun hasoru garante liuhosi nia reprezentante nasionál nomeadu.

SESAUN 8
DISPOZISAUN MISCELNEOZU

Artigu 38
Veíkulu no Kontentór sira ba Objetivu sira Operasaun Tránzitu nian

1. Veíkulu transporte tránzitu rodaviáriu nian, kombinasaun ho veíkulu transporte tránzitu rodaviáriu nian no reboque ka kontentór lori sasan sira atu deklara hanesan sasan sira tuir prosedimentu ACTS nian. Labele presiza garantia ba veíkulu rodaviáriu, kombinasaun veíkulu transporte rodaviáriu no reboque ka kontentór.

2. Dispozisaun sira iha númeru 1 hosi Artigu ida-ne'e sei la taka dalan ba Parte Kontratasaun ida atu ezije kompletasaun formalidade sira iha eskritóriu tránzitu ka destinu Aduaneira nian atu asegura katak veíkulu rodaviáriu nian, kombinasaun hosi veíkulu rodaviáriu no reboke ka kontentór sei hetan re-esportasaun.

Artigu 39
Diskrepánsia Menór

1. Parte Kontratante sira sei la konsidera diskrepansia menór sira iha observasaun tempu-limita ka sirkulasaun sira ne'ebé preskreve.

2. Diskrepansia menór sira, hanesan sira ne'ebé mosu husi erru tipografiku, entre partikulár sira iha Dokumentu Akompañamentu Tránzitu, ka deklarasaun tránzitu Aduaneira nian, no konteúdu loloos husi meius transporte nian sei la, ipso facto, prevene descarga operasaun tránzitu nian.

Artigu 40
Eskluzaun

1. Parte Kontratante ida-idak iha direitu atu esklui temporariamente ka permanentemente husi utilizasaun prosedimentu ACTS kualkér ema ne'ebé sala ba infrasaun grave ida hasoru Aduaneira ka lei ka regulamentu relevante sira seluk ne'ebé aplika ba transporte internasionál sasan sira ne'ebé, tuir opiniaun husi autoridade kompetente sira justifika asaun hanesan ne'e.

2. Eskluzaun ne'e sei notifika iha loron hitu nia laran ba autoridade kompetente sira seluk hotu-hotu no, bainhira aplikavel, ba garante relevante.

Artigu 41
Autorizasaun atu hakotu Prosedimentu ACTS ida iha Negosiante ida nia fatin

1. Negosiante sira bele hetan autorizasaun atu foti entrega sasan ne'ebé tau iha operasaun tránzitu ida nia okos, sein sasan no Dokumentu Akompañamentu Tranzitu ne'ebé korresponde ne'ebé tenke aprezenta iha eskritóriu destinu Aduaneira nian.

2. Autorizasaun ne'e sei fo deit, iha ne'ebé komersiante:

   (a) hanesan Prinsipál ida ne'ebé hetan ona estatutu Komersiál Tránzitu Autorizadu; ka

   (b) la'ós Prinsipál ida hanesan define iha sub-parágrafu 2(a) hosi Artigu ida-ne'e maibé bele prienxe kritériu sira hanesan ne'e hanesan determina hosi Partidu Kontratante ne'ebé estabelese ba.

3. Autorizasaun tenke espesifika liuliu:

   (a) eskritóriu(sira) Aduaneira nian ne'ebé responsavel ba sasan sira ne'ebé simu husi destinatáriu autorizadu;

   (b) oinsá, no bainhira, destinatáriu autorizadu mak atu informa eskritóriu Aduaneira nian kona-ba destinu to'o sasan sira atu nune'e eskritóriu bele hala'o kontrolu nesesáriu ruma;

   (c) kualkér sasan ne'ebé autorizasaun la aplika no ne'ebé tenke aprezenta iha eskritóriu Aduaneira nian ba destinu; no

   (d) akordu sira ba komersiante atu simu mensajen "Rejistu Chegada Antisipadu" hosi eskritóriu destinu Aduaneira nian.

4. Autoridade kompetente sira sei espesifika iha autorizasaun karik asaun ruma ezije hosi eskritóriu Aduaneira nian ba destinu molok komersiante bele soe sasan sira.

5. Kuandu sasan sira to'o iha nia fatin ka iha fatin sira ne'ebé espesifika iha autorizasaun, komersiante tenke:

   (a) informa kedas ba eskritóriu Aduaneira nian kona-ba destinu kona-ba kuantidade, défise, substituisaun ka irregularidade seluk ne'ebé liu hanesan selajen ne'ebé rahun; no

   (b) envia kedas, no antes deskarega, haruka eskritóriu Aduaneira nian kona-ba destinu mensajen ida "Avizu Chegada" eletróniku ida.

6. Operasaun tránzitu sei konsidera remata ona bainhira dokumentu sira ne'ebé akompaña konsignasaun, hamutuk ho sasan intaktu sira, entrega ona iha tempu ne'ebé preskreve ona ba negosiante autorizadu nia fatin.

7. Tuir pedidu portadór nian, destinatáriu hanesan autorizadu tuir nmeru 1 hosi Artigu ida-nee sei fó-sai resibu ba konsignasaun ida-idak ne'ebé entrega.

8. Bainhira simu mensajen "Avizu Chegada", eskritóriu destinu ba destinu sei determina se presiza inspesaun no hala'o terminasaun operasaun tránzitu nian tuir Artigu 30 hosi Aneksu ida-ne'e.

Artigu 42
Konfidensialidade

1. Laiha buat ida iha Aneksu ida-ne'e mak sei interpreta atu ezije kualkér Parte Kontratasaun atu permite asesu ba informasaun konfidensiál, ne'ebé nia divulga:

   (a) kontrariu ho interese públiku hanesan determina husi ninia lejislasaun;

   (b) kontráriu ho ninia lejizlasaun ruma, inklui maibé la limita ba, lejizlasaun ne'ebé proteje privasidade pesoál ka asuntu finanseiru no konta sira hosi kliente individuál sira hosi instituisaun finanseira sira;

   (c) impede aplikasaun lei; ka

   (d) prejuizu interese komersiál lejítimu, ne'ebé bele inklui pozisaun kompetitiva, husi kualkér empreza partikulár, públiku ka privadu.

2. Bainhira Parte Kontratasaun ida fó informasaun ba Partidu Kontratasaun seluk, tuir Aneksu ne'e no dezigna informasaun ne'e nu'udar konfidensial Parte ne'ebé simu informasaun ne'e sei mantein konfidensialidade informasaun nian, uza de'it ba objetivu ne'ebé espesifika husi Parte ne'ebé fó informasaun ne'e no la fósai sein lisensa eskrita espesífiku husi Partidu ne'ebé fornese informasaun.

PROTOKOLU 8
MEDIDA SANITÁRIU NO FITOSANITÁRIU HODI IMPLEMENTA AKORDU KUADRU ASEAN NIAN KONA-BA FASILITASAUN SASÁN TRÁNZITU NIAN

Governu sira, Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrátika Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietname, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (ASEAN) (iha ne'e refere hanesan "Parte Kontratante sira")

HANOIN Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan-Dezembru tinan 1998 iha Ha Noi, Vietname (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 19, 22 no 25 hosi akordu ne'e prevee konkluzaun hosi implementasaun Protokolu ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu;

HANOIN hikas fali Planu Asaun Ha Noi ne'ebé maka adota hosi Xefe Estadu/Governu ASEAN nian iha Simeira

ASEAN ba dala neen iha Ha Noi, Vietname iha loron 15-16 fulan Dezembru tinan 1998 estipula atu operasionaliza Akordu ida-ne'e iha tinan 2000:

HAKARAK atu enkoraja no fasilita operasaun transporte entre estadu no tránzitu entre Parte Kontratante sira;

HANOIN filafali katak konkluzaun hosi Protokolu ida-ne'e sei prevee akordu efisiente no efetivu ba komérsiu tránzitu entre Parte Kontratante sira;

AGORA, HO IDA-NE'E, Parte Kontratante sira konkorda ona hanesan tuirmai ne'e:

Artigu 1
Definisaun

1. Ba objetivu husi Protokolu ida-ne'e:

   a) "Sasán" importante:

      - Ai-horis, produtu ai-horis nian ka objetu ka materiál seluk ruma ne'ebé bele rai ka habelar peste ai-horis nian;

      - Kualkér animál, inklui animál akuátiku, produtu animál ka kualkér objetu ka materiál seluk ne'ebé bele rai ka hada'et moras animál no zoonoses sira; no

      - Ai-han, bebida no ai-han ne'ebé bele kontein aditivu, kontaminante, toxina ka organizmu kauza moras ne'ebé prejudika ema ka animál nia moris ka saúde,

aleinde sasán ne'ebé maka bandu ka restritu ba movimentu iha território hosi Parte Kontratante ida hanesan espesifika iha kualkér Protokolu sira seluk ba Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu

   b) "Medida Sanitária no Fitosanitária" signifika medida ruma ne'ebé aplika:

      - Atu proteje animál ka ai-horis nia vida ka saúde iha território Parte Kontratante nia laran hosi risku sira ne'ebé mosu hosi entrada, estabelesimentu ka propagasaun hosi peste, moras, organizmu sira ne'ebé lori moras ka organizmu ne'ebé kauza moras;

      - Atu proteje ema ka animál nia vida ka saúde iha território Parte Kontratante nia laran hosi risku sira ne'ebé mosu hosi aditivu, kontaminasan, toxina ka organizmu sira ne'ebé kauza moras iha ai-han, bebida ka rasaun sira;

      - Atu proteje ema nia vida ka saúde iha território Parte Kontratante nian hosi risku ne'ebé mosu liu hosi animál, ai-horis ka moras sira nia produtu, ka hosi entrada, estabelesimentu ka propagasaun hosi peste; ka atu prevene ka limita estragu sira seluk iha território Parte Kontratante nia laran husi entrada, estabelesimentu ka propagasaun peste.

Medida sanitária ka fitosanitária inklui lei, regulamentu, ezijénsia no prosedimentu relevante hotu-hotu inklui, ho sira seluk, kritériu produtu finál; prosesu no métodu produsaun; prosedimentu teste, inspesaun, sertifikasaun no aprovasaun; tratamentu kuarentena nian inklui rekizitu relevante ne'ebé asosiadu ho transporte animál ka ai-horis sira, ka ho materiál sira ne'ebé nesesáriu ba sira nia sobrevivénsia durante transporte; dispozisaun kona-ba métodu estatístiku sira ne'ebé relevante, prosedimentu amostrajen nian no métodu avaliasaun risku nian; no ezijénsia sira embalajen no rótulu nian ne'ebé relasiona diretamente ho seguransa ai-han nian.

Artigu 2
Ámbitu Aplikasaun

Dispozisaun hosi Protokolu ida-ne'e aplika ba tránzitu sasán iha território hosi Parte Kontratante, partikularmente bainhira envolve tránzitu entre Estadu-Membru sira ASEAN nian ne'ebé halo parte iha Protokolu ida-ne'e.

Artigu 3
Obrigasaun sira

1. Tuir Artigu 19 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda katak lei, regulamentu, no prosedimentu ba tránzitu sasán nian iha sira nia território ida-idak sei alista iha Aneksu hosi Protokolu ida-ne'e Iha ezekusaun hosi medida SPS ["abreviatura orijinál ho lian Inglés"] nian, Parte Kontratante sira konkorda atu hetan orientasaun, bainhira posivel, hosi padraun, matadalan no rekomendasaun relevante ne'ebé dezenvolve hosi organizasaun internasionál no rejionál sira hanesan Komisaun Codex Alimentarius, Gabinete Internasionál Epizootika nian, Konvensaun Internasionál ba Protesaun Ai-horis nian (IPPC) ["abreviatura orijinál ho lian Inglés"] no ASEAN.

2. Ho ida-ne'e, Parte Kontratante sira konkorda atu asegura katak lei, regulamentu no prosedimentu nasionál sanitáriu no fitosanitáriu ba tránzitu sasán iha sira nia território ida-idak disponivel ba kualkér Parte ne'ebé iha interese. Lista lei sanitária no fitosanitária nasionál, regulamentu no prosedimentu hosi Parte Kontratante ne'ebé regula tránzitu sasán partikulár iha sira-nia território ida-idak hanesan estabelese tuir Artigu 3(1) aneksa ba Protokolu ida-ne'e, ne'ebé hanesan parte integrante ida hosi Protokolu ida-ne'e.

3. Parte Kontratante ida-idak sei notifika Sekretariadu ASEAN nian kona-ba mudansa ruma ba nia lei, regulamentu no prosedimentu sanitáriu no fitosanitáriu nasionál iha Aneksu ba diseminasaun hosi Sekretariadu ASEAN ba Parte Kontratante sira seluk hotu.

4. Parte Kontratante sira konkorda liután atu konsulta malu hodi estabelese akordu sanitáriu no fitosanitáriu bilaterál, multilaterál ka ASEAN no prosedimentu inspesaun sira hodi fasilita tránzitu sasán partikulár liu hosi sira-nia território bainhira lei ka regulamentu no prosedimentu sanitáriu no fitosanitáriu nasionál kona-ba tránzitu ba sasán partikulár sira-ne'e seidauk estabelese iha sira ida-idak nia território.

Artigu 4
Medida Emerjénsia

La haree ba obrigasaun hosi Parte Kontratante ne'ebé kontein iha Protokolu ida-ne'e, Parte Kontratante ida-idak bele iha kazu surtu moras no peste nian, foti no implementa medida emerjénsia apropriadu hodi proteje moris no saúde hosi ema, animál, ka ai-horis iha sira-nia território, no Parte Kontratante ne'ebé implementa medida tenke notifika kedas Parte Kontratante relevante no Sekretariadu ASEAN nian, kona-ba medida partikulár no produtu sira ne'ebé kobre.

Artigu 5
Regulamentu Institusionál

1. Reuniaun Altu Funsionáriu sira ASEAN nian hosi Ministru ASEAN kona-ba Agrikultura no Floresta (SOM-AMAF) ["abreviatura orijinál ho lian Inglés"] sei sai hanesan órgaun responsavel ba monitorizasaun, revizaun, koordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho implementasaun efetivu Protokolu ida-ne'e nian.

2. SOM-AMAF sei submete, liu hosi Sekretariadu ASEAN, relatóriu regulár kona-ba progresu implementasaun Protokolu ida-ne'e ba Konsellu Koordenasaun Transporte Tránzitu nian, hodi halo asaun tuir mai.

3. Sekretariadu ASEAN nian sei fornese apoiu tékniku nesesáriu no asisténsia ba SOM-AMAF atu halao funsaun no responsabilidade tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 6
Dispozisaun Finál

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia sertifikada ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sei suplementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan Dezembru tinan 1998 iha Ha Noi, Vietname, no, entre Parte Kontratante sira ba Protokolu ida-ne'e, Akordu no Protokolu ida-ne'e sei lee no interpreta hamutuk hanesan instrumentu ida de'it.

3. Protokolu ida ne'e sujeitu ba ratifikasaun ka aseitasaun husi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian.

5. Kualkér alterasaun ba dispozisaun Protokolu ida-ne'e nian sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kra'ik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu Nú. 8 ida-ne'e kona-ba Medida Sanitária no Fitosanitária hodi Implementa Akordu Kuadru ASEAN kona-ba Fasilitasaun Sasán iha Tránzitu.

HALO iha Phnom Penh, iha loron 27 fulan-Outubru tinan 2000 iha kópia ida de'it ho lian Inglés

Husi Governu Brunei Darussalam:
[Asinatura]
H.E. PEHIN DATO ABDUL RAHMAN TAIB
Ministru Indústria no Rekursu Primáriu

Husi Governu Reinu Kamboja:
[Asinatura]
H.E. MR. CHHEA SONG
Ministru Agrikultura, Floresta no Peskas

Husi Governu República Indonézia:
[Asinatura]
H.E. MR. NAZARUDDIN NASUTION
Embaixadór Estraordináriu no Plenipotensiáriu República Indonézia nian ba Reinu Kamboja

Husi Governu República Demokrátika Populár Laos:
[Asinatura]
H.E. DR. SIENE SAPHANGTHONG
Ministru Agrikultura no Floresta

Husi Governu Malázia:
[Asinatura]
H.E. DATUK (DR) MOHD. EFFENDI NORWAWI
Ministru Agrikultura

Husi Governu Uniaun Myanmar:
[Asinatura]
H.E. MAJOR GENERAL NYUNT TIN
Ministru Agrikultura no Irrigasaun

Husi Governu República Filipina:
[Asinatura]
H.E. MR. FRANCISCO E. ATAYDE
Embaixadór Estraordináriu no Plenipotensiáriu República Filipina nian ba Reinu Kamboja

Husi Governu República Singapura:
[Asinatura]
H.E. MR. MAH BOW TAN
Ministru Dezenvolvimentu Nasionál

Husi Governu Reinu Tailándia:
[Asinatura]
H.E. MR. PRAPAT POTFIASUTHON
Ministru Agrikultura no Kooperativas

Husi Governu República Sosialista Vietname:
[Asinatura]
H.E. DR. CAO DUG PHAT
Vise-Ministru Agrikultura no Dezenvolvimentu Rurál

Aneksu

REGULAMENTU SANITÁRIU (SPS) NO NASIONAL ESTADU-MEMBRU ASEAN

Brunei Darussalam

1. Konstituisaun Brunei Darussalam (Orden tuir Seksaun 83/3) - Emerjénsia (Saúde Pública) (Ai-han) (Orden), 1998

2. Kuarentena no Prevensaun Moras KAP 47

   - Kuarentena no Prevensaun ba Moras (Nomeasaun ba Funsionáriu sira)
   - Kuarentena no Prevensaun Moras (Regulamentu kona-ba Animál sira)
   - Kuarentena no Prevensaun ba Moras (Esportasaun ba Animál sira)

3. Regulamentu sira ne'ebé regula Importasaun Asu, Busa no Espésie Animál sira ne'ebé Relasionadu ba Brunei Darussalam (Revizaun) no Efetivu ho efeitu hahú hosi loron 1 fulan-Novembru tinan 1973.

4. Lei Alfándega nian (Kapítulu 36) - Orden Alfándega nian (Bandu no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (Alterasaun), 1955

   - Alfándega (Proibisaun no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (alterasaun), 1956
   - Alfándega (bandu no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (Alterasaun Nú. 2), 1956
   - Alfándega (Bandu no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (alterasaun), 1974
   - Alfándega (Bandu no Restrisaun ba Importasaun noEsportasaun)(alterasaun sira), 1989
   - Alfándega (Bandu no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (alterasaun), 1995
   - Alfándega (Bandu no Restrisaun ba Importasaun no Esportasaun) (Alterasaun Nú. 2), 1995

5. Peste Agrícola no Ai-horis ne'ebe estraga - Kapítulu 43 (Revizaun) 1984

6. Matadalan no Prosedimentu Servisu Kuarentena Ai-horis nian (1993)

7. Lei Floresta KAP 46 (Revizaun), Parte I, II no III no IV (1984)

8. Lei Peskas, Kapítulu 61 (1984).

Kamboja

1. Sub-Dekretu 98 - Inspesaun Fitosanitáriu ba Produtu Ai-horis ba Importasaun no Esportasaun.

2. Sub-Dekretu 66 (Sub-Lei 66) - Transporte Produtu Peskas nian.

3. Sub-Dekretu Nú 14 AR. KRAR, 1988: Inspesaun Sanitáriu ba Animál no Produtu Animál (Kapítulu II, III, IV no V).

4. Dekretu Konsultivu Aplika Sub-Dekretu 14 AR.NOR. KRAR, iha Loron 19 fulan-Jullu tinan 1988 kona-ba Fiskalizasaun Sanitária ba Animál no Produtu Animál.

Indonézia

1. Lei República Indonézia Nú. 16/1992 Kona-ba Kuarentena ba Animál, Ikan no Ai-horis.

Regulamentu Kuarentena Animál nian:

2. Regulamentu Governu Nú. 15/1977

3. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 750/Kpts/UM/10/1982

4. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 752/Kpts/UM/10/1982

5. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 753/Kpts/UM/10/1982

6. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 422/Kpts/UM/10/1988

7. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 745/Kpts/UM/10/1992

8. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 410/Kpts/UM/10/1991

Regulamentu Kuarentena Ikan nian:

9. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 214/Kpts/UM/5/1973

10. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 819/Kpts/UM/l 1/1980

11. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 179/Kpts/UM/3/1982

12. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 265/Kpts/lb730/5/1986

13. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 382/Kpts/IK210/6/1987

14. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 700/Kpts/IK210/10/1989

15. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 245/Kpts/LB 730/4/1990

16. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 809/Kpts/KU440/10/1990

17. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 520/Kpts/IK220/10/1993

18. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 405/Kpts/LB730/5/1996

Regulamentu Kuarentena Ai-horis nian:

19. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 491/Kpts/UM/7/1980 ne'ebé altera husi Dekretu Ministru Agrikultura Nú. HK310/22/Kpts/l/1984

20. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 310/21/Kpts/l/1984

21. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 796/Kpts/TP830/10/1984

22. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 797/Kpts/TP830/10/1984

23. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 559/Kpts/KB630/8/1985

24. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 861/Kpts/LB720/12/1989

25. Ministru Agrikultura Dekretu Nú. 38/Kpts/HK310/1/1990

26. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 411/Kpts/TP 120/6/1995

27. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 412/Kpts/KP150/6/1995

28. Despaxu Ministru Floresta Nú. 57/Kpts-II/1990

29. Despaxu Ministru Floresta Nú. 786/Kpts-H/1991

30. Despaxu Ministru Agrikultura Nú. 810/Kpts/KU 440/10/90

Lao PDR

1. Dekretu Primeiru-Ministru Nú. 85/PMO kona-ba Jestaun Pekuária iha Laos PDR, 1993

2. Primeiru-Ministru Regulamentu Nú. 11/PM kona-ba Jestaun Floresta no Indústria Ai-laran, 1999.

3. Dekretu Primeiru-Ministru Nú. 66/PM kona-ba Kuarentena Ai-horis, 1993

4. Ministériu Agrikultura no Floresta Regulamentu Nú. 0719/MAF kona-ba Jestaun no Utilizasaun Espésie Ai-horis no Fini ba Plantasaun, 1997

5. Regulamentu Ministériu Agrikultura no Floresta Nú. 0886/MAF kona-ba Jestaun no Uza Pestisida sira, 2000.

6. Ministériu Agrikultura no Floresta Regulamentu Nú. 0004/MAF kona-ba Jestaun Pekuária, 1993

7. Ministériu Agrikultura no Floresta Instrusaun Nú. 0005/MAF kona-ba Regulamentu kona-ba Jestaun Pekuária iha Laos PDR, 1997

8. Regulamentu Kuarentena Ai-horis Nú. 0639/MAF kona-ba Kuarentena Ai-horis, 1993.

Malázia

1. Lei Kuarentena Ai-horis 1976

2. Regulamentu Kuarentena Ai-horis nian 1981

3. Rekizitu, Matadalan no Prosedimentu Importasaun Kuarentena Ai-horis, 2000

4. Alfándega (Bandu Importasaun) Orden 1998

5. Ordenamentu Animál 1953

6. Kondisaun Importasaun Na'an Karau, Na'an Bibi, Na'an Rusa, Husi Austrália no Nova Zelándia

7. Kondisaun ba Importasaun Na'an Karau husi Reinu Unidu, Olanda no Fransa

8. Kondisaun sira ba Importasaun Na'an Karau nian husi USA no Kanadá

9. Kondisaun sira ba Importasaun Na'an ne'ebé laiha Ruin husi Nasaun sira Amérika Súl nian (Brazil, Arjentina, Uruguai)

10. Kondisaun sira ba Importasaun Na'an la ho ruin husi República Populár Xina

11. Kondisaun ba Importasaun Na'an la iha ruin hosi Índia

12. Kondisaun ba Importasaun Na'an-karau ne'ebé laiha glándula no laiha ruin hosi Vietname

13.Regulamentu ba Importasaun Manu Rade ka Manu, Produtu ka Parte sira-ne'e ba Malázia

14.Regulamentu ba Importasaun Manu Tolun ka Produtu Manu Tolun nian ba Malázia

15.Regulamentu ba Importasaun Manu Tolun inkubasaun ne'ebé atu Haki'ak nian ba Malázia

16.Regulamentu ba Importasaun Susubeen no Produtu-Subeen nian ba Malázia

17.Regulamentu ba Importasaun Animál Sub-Produtu ba Malázia

18.Regulamentu ba Importasaun Sementi ba Malázia

19.Regulamentu sira ba Importasaun Sebo (Tallow) nian ba Malázia

20.Regulamentu ba Importasaun husi Hahan animál nian husi Austrália ba Malázia (atu habokur animál)

21.Regulamentu ba Importasaun Karau husi Austrália ba Malázia (ho objetivu atu oho)

22.Regulamentu ba Importasaun Pekuária husi Austrália no Nova Zelándia ba Malázia (ho objetivu atu hakiak)

23.Regulamentu ba Importasaun Karau hosi Brazil ba Malázia (ho objetivu atu hakiak)

24.Regulamentu ba Importasaun Karau no balada hosi Kamboja, Myanmar, Laos ka Vietname ba Malázia (ho objetivu sira oho nian)

25.Regulamentu ba Importasaun Karau no balada husi Indonézia ba Malázia (ho objetivu hakiak nian)

26.Regulamentu ba Importasaun Karau husi Indonézia ba Malázia (ho objetivu oho nian)

27.Regulamentu ba Importasaun Karau husi República Populár Xina ba Malázia (ho objetivu atu halo bokur/oho)

28.Regulamentu ba Importasaun Karau sira hosi Singapura ba Malázia (ho objetivu sira oho nian ka haki'ak nian)

29.Regulamentu ba Importasaun Karau/Balada sira hosi Tailándia ba Malázia (ho objetivu haki'ak nian)

30.Regulamentu ba Implementasaun ba Hahan animál nian husi Tailándia ba Malázia (ba habokur animál)

31.Regulamentu ba Importasaun Karau/Búfalo sira hosi Tailándia ba Malázia (ho objetivu atu oho nian)

32.Regulamentu ba Importasaun Karau hosi USA ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

33.Regulamentu ba Importasaun Karau sira hosi Nasaun ruma ba Malázia (ho objetivu atu hakiak/oho nian)

34.Regulamentu ba Importasaun Bibi-Oan sira husi Austrália ba Malázia (ba objetivu sira halo bokur nian)

35.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai ka Bibi husi Austrália no Nova Zelándia ba Malázia (ba objetivu oho nian)

36.Regulamentu ba Importasaun Bibi no Bibi malai sira husi no Nova Zelándia ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

37.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai/Kabi husi República Populár Xina 11 ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

38.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai/bibi husi República Populár Xina ba Malázia (ho objetivu atu oho nian)

39.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai ka Bibi husi República Indonézia ba Malázia (ho atu hakiak)

40.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai ka Bibi husi República Indonézia ba Malázia (ho objetivu atu oho nian)

41.Regulamentu ba Importasaun Bibi malai ka Bibi ho Objetivu Hakiak husi Mali ba Malázia

42.Regulamentu ba Importasaun Bibi malae ka Bibi husi Uniaun Myanmar, Kamboja, Laos ka Vietname ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

43.Regulamentu ba Importasaun Bibi ka Bibi malai ho Objetivu Hakiak husi Tailándia ba Malázia

44.Regulamentu ba Importasaun Bibi malae ka Bibi ho Objetivu atu Oho husi Tailándia ba Malázia

45.Regulamentu ba Importasaun Bibi-malae ka Bibi husi Estadus Unidus Amérika ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

46.Regulamentu ba Importasaun Rusa husi Austrália ka Nova Zelándia ba Malázia (ho objetivu atu oho nian)

47.Regulamentu ba Importasaun Rusa husi Nasaun ruma ba Malázia (ho objetivu seluk tan)

48.Regulamentu ba Importasaun Fahi ba Malázia (ho objetivu atu hakiak nian)

49.Regulamentu ba Importasaun Fahi sira hosi Singapura ba Malázia (ba objetivu atu hakiak nian)

50.Regulamentu ba Importasaun Fahi ba Malázia (ho objetivu seluk tan)

51.Regulamentu ba Importasaun Kuda hosi Austrália no Nova Zelándia ba Malázia (ho objetivu korrida ka rekreasaun nian)

52.Regulamentu kona-ba Importasaun Kuda sira hosi USA no Kanadá ba Malázia (ho objetivu korrida, polo, no rekreasaun nian)

53.Regulamentu ba Importasaun Kuda sira hosi Filipina ba Malázia (ho Objetivu Rekreasaun nian)

54.Regulamentu ba Importasaun Kuda sira hosi Arjentina ba Malázia (ho objetivu rekreasaun no polo)

55.Regulamentu ba Importasaun Kuda sira hosi Xile ba Malázia (ho objetivu rekreasaun, korrida no hacking nian)

56.Regulamentu ba Importasaun Kuda hosi Xile ba Malázia (ba objetivu rekreasaun ka korrida nian)

57.Regulamsaun ba Importasaun Kuda hosi Japaun ba Malázia (ho objetivu rekreasaun ka korrida nian)

58.Regulamentu ba Importasaun Kuda Poniu no Espésie Kuda seluk hosi Tailándia ba Malázia (ho Objetivu Rekreasaun nian)

59.Regulamentu ba Importasaun Kuda hosi Reinu Unidu ba Malázia (ba objetivu rekreasaun, korrida no polo nian)

60.Regulamentu ba Importasaun Kuda hosi Reinu Unidu, Irlándia Irlándia Norte ba Malázia (ho objetivu rekreasaun, polo ka hacking)

61.Regulamentu ba Importasaun Kuda sira hosi Singapura ba Malázia (ho objetivu rekreasaun, polo, hacking)

62.Regulamentu ba Importasaun Kuda sira hosi Nasaun ruma ba Malázia

63.Regulamentu ba Importasaun Asu no Busa sira hosi Singapura ba Malázia

64.Regulamentu ba Importasaun Asu no Busa sira ba Malázia hosi Reinu Unidu, Eire, Irlanda Norte, Austrália, Nova Zelándia, Japaun no Brunei

65. Regulamentu ba Importasaun Asu no Busa sira ba Malázia hosi Nasaun seluk hanesan Reinu Unidu, Irlándia, Irlándia Norte, Austrália, Nova Zelándia, Japaun no Brunei

66.Regulamentu ba Importasaun Aves/Manu Moris ba Malázia

67.Regulamentu ba Importasaun Aves Doméstiku, Manu Piukai no Manu-pombu (Maibé La Inklui ho nia tolun no Manu oan) - (Ba Objetivu atu faan)

68.Regulamentu ba Importasaun Manu-oan ho Loron ida nian (Day Old Chilk (DOC)) nian hosi Singapura ba Malázia (ba komersiál layer no broiler)

69.Regulamentu ba Importasaun Manu rade-oan husi Singapura ba Malázia (ho objetivu nia isin uza ba komersiál)

70.Regulamentu ba Importasaun Manu Rade/Manu Rade oan sira hosi Reinu Unidu ba Malázia (atu hakiak)

71.Regulamentu ba Importasaun Manu-rade--an Loron ida nian (Day Old Chilk (DOC)) hosi Tailándia ba Malázia (atu hakiak)

72.Regulamentu ba Importasaun Manu sira seluk ba Malázia (ho objetivu komersiál no seluk tan)

73.Regulamentu ba Importasaun Animál hodi ba jardin animál nian

74.Regulamentu ba Importasaun Animál ka Manu sira ho Objetivu Espozisaun/Sirku nian

75.Regulamentu ba Importasaun Manduku ba Malázia

76.Regulamentu ba Importasaun koellu ba Malázia

77.Lei ba Ai-han 1983

78.Regulamentu ba Ai-han 1985

79.Lei ba Peska nian 1985

80.Lei Prevensaun no Kontrolu ba Moras Infeksioza sira 1988

Myanmar

1. Saúde no Dezenvolvimentu Animál

2. Lei Peska Tasi nian iha Myanmar

3. Lei peska ba Be'e nian

4. Lei ba Akikultura

5. Lei Ai-han no Medikamentu

6. Lei Pestisida

7. Lei Kuarentena

8. Konsellu Restaurasaun Lei no Orden Estadu nian; Lei Pestisida

9. Lei Konsellu Restaurasaun Lei no Orden Estadu nian; Lei Kuarentena Peste Ai-horis nian

10.Lei Kuarentena Peste Ai-horis nian

11.Lei Pestisida

12.Prosedimentu ne'ebé Relasiona ho Lei Pestisida

13.Lei Saúde no Dezenvolvimentu Animál

14.Lista Títulu husi Lei/Aktu/Regulamentu SPS nasionál ne'ebé eziste

15.Departamentu Peskas; Diretiva Nú. (1/95, 8/96, 2/98, 3/98, 4/98, 6/98, 8/98)

16.Lei Ai-han Nasionál

17.Konjuntu mínimu hosi rekizitu SPS nian ne'ebé propoin ba Planta no Parte Planta nian no Produtu Planta nian, Protokolu 8, Sasán ASEAN nian iha Tránzitu

18.Konjuntu Mínimu Rekizitu Sanitáriu ba Pekuária, Produsaun Pekuária no Ai-han Animál

19.Konjuntu Mínimu Rekizitu Sanitáriu ba Pekuária, Produsaun Pekuária no Ai-han Animál

20.Formasaun ba Konsellu Rejistu Pestisida nian

Filipina

1. Orden Administrativu BPI Nú. 5, Série husi 1949 - Regulamentu ne'ebé regula importasaun ka introdusaun ba Filipina husi Ai-horis Kafé ka Parte husi Ai-fuan sira, iha Fini Ai-horis refere atu nune'e bele prevene introdusaun husi bezouru destrutivu ne'ebé koñesidu hanesan Coffee Berri Borer, Stephanoderes hampei Ferrari, no seluk tan peste no moras sira ne'ebé prejudika ba ai-horis sira.

2. BPI Avizu alterasaun iha loron 14 fulan Outubru tinan 1949 - Avizu alterasaun ho loron 30 fulan Agostu tinan 1947, ne'ebé bandu movimentu, transferénsia no/ka arremesa hosi munisípiu ida ba munisípiu seluk iha Província no Sidade Davao, ka hosi província ka sidade ida-ne'e ba Sidade seluk, ka ba munisípiu ruma hosi província seluk hosi ai-horis ka parte sira hotu, hosi jéneru Musa, maka hanesan Abaca (Manila hemp), Banana, Canton, Bacol, nst. maski infetadu ka lae.

3. Orden Administrativu BPI No. 6 Série tinan 1949 (revizaun) - Deklara "Cadang-cadan" hosi tipu Bicol hanesan moras perigozu ida ne'ebé prevee nia kontrolu, no tau iha kuarentena província hotu-hotu ne'ebé moras ne'e eziste ona.

4. Orden Administrativu BPI Nú. 13, Série 1949 nian - Regula importasaun Ai-horis Borraxa nian no parte sira ne'ebé eziste ona hanesan fini ai-musan borraxa nian, no seluk tan, hosi Amérika Sentrál atu nune'e bele prevene introdusaun ba Illa Filipina hosi moras ida ne'ebé koñesidu hanesan Dothidella ulei ba objetivu balu no iha kondisaun balu.

5. Orden dministrativu BPI No. 16 Series husi 1949 - Regula importasaun ai-fuan hosi Estadu Vitória, Austrália atu nune'e bele prevene introdusaun ba Filipina hosi insetu ida ne'ebé koñesidu hanesan Quenslands fruit fly (Pacus tryom)

6. Orden Administrativu BPI Nú. 14 Série husi 1950 (Revizaun) - Regulamentu ne'ebé regula kuarentena interprovinsiál husi ai-horis hotu-hotu espésie Musa atu nune'e bele prevene propagasaun moras abaca ne'ebé koñesidu hanesan "Bunchy-top" inklui earworm, mosaic, wilt (moras vaskulár) no fluksu baktéria nia fulin, fornese medida sira ba destruisaun ai-horis infetadu hotu-hotu, no revoga Gabinete Administrativu Agrikultura nian (Orden No. 38 no 5)

7. Orden Administrativa BPI Nú. 6 Série 1952 nian - Regula importasaun Fini Kenaf no parte seluk hosi ai-horis refere ne'ebé bele habarak hosi Kuba, Guatemala, Honduras, Nikarágua, Salvadór, Kosta Rika, Panamá, Méxiku no nasaun tropikál seluk hosi Amérika Súl no Estadu Florida, USA hodi prevene introdusaun ba Filipina moras virus sira ne'ebé koñesidu hanesan destrutivu ba Kenaf (Hibiscus cannabinus) iha nasaun sira refere.

8. Orden Administrativa BPI Nú. 7 Série tinan 1953 nian - Deklara "Sour Grass" ka "Puerto Rico Grass"(Tricachne insularis) hanesan du'ut agrikola ne'ebé grave no prevee nia kontrolu.

9. Orden Administrativu BPI Nú. 15 Série tinan 1954 (Revizaun) - Orden ida ne'ebé bandu variedade hare/hare kulit Buenket iha estirpe 19-3, Maragakat, Dalong-dalong, Kinandan Puti, Kho Luang Tin Thong iha Celery Stick, Bulubin, Mangsangya, Sipot.

10.Orden Administrativu BPI Nú. 1-B. Série husi 1955 (Revizaun) - Regulamentu sira ne'ebé regula zonifikasaun ba área abaca nian, atuál no potensiál, no preskreve restrisaun balu no medida seluk ba kontrolu Moras Mozaiku Abaca nian.

11.Orden Administrativa BPI Nú.7 Série 1957 nian (revizaun) - Regulamentu ne'ebé regula importasaun, lori ba introdusaun iha Filipina animál moris hanesan insetu, manu, krustáseu, barra, molusku, réptil, mamíferu, no animál sira seluk ne'ebé la monu iha ámbitu termu "Animál Doméstiku" hanesan prevee no define iha Seksaun 4 Lei Nú. 3639, hodi bele proteje indústria agrikola hosi nasaun sira-ne'e.

12.Orden Administrativu BPI Nú.7 Série 1957 nian - Avizu Amendatóriu ba Seksaun 8 (Revizaun)

13.Orden Administrativu BPI Nú. 2 Série tinan 1958 nian - Regulamentu ne'ebé regula hasai no soe ai-horis kabas/algudaun hotu-hotu inklui ai-horis voluntáriu hafoin kolleita no fornese medida hasoru peste no moras sira.

14.Orden Administrativu BPI Nú. l Series of 1961 -

Deklara ai-horis sira ne'ebé koñesidu hanesan Canna, ka Bandera -Espanola (Canna indica} no Arrowroot (Maranta arundinacea) hanesan ai-horis ne'ebé perigu no bandu espetativa iha kondisaun balun; nia kultivasaun ka propagasaun iha Filipina hamriik iha ne'ebé ai-horis abaca sira kuda ka kuda iha eskala komersiál.

15.Orden Administrativa BPI Nú. l Série 1963 nian - Fornese regulamentu ba importasaun ai-fuan fresku sira, ai-horis ka fini sira iha materiál kuda nian ba Filipina hosi nasaun sira no fatin sira ne'ebé infestadu ho susuk ai-fuan Mediterráneu nian (Ceratitis capitatd); susuk ai-fuan mexikanu (Anastrepha indens); Queenslands fruit fly (Daens iryoni) no fruit flies sira seluk.

16.Orden Administrativu BPI Nú. 2,3 Série 1963 nian - Alterasaun ba dispozisaun balu hosi Despaxu Administrativu Indústria Planta nian Nú. 2, Série 1950 nian (Revizaun).

17.Orden Administrativu BPI Nú 2, Série 5 husi 1968 (altera) - Altera liután Seksaun balun husi AO Nú 2, Série husi 1958 (Altera) ne'ebé regula importasaun no esportasaun materiál ai-horis nian ba no husi Filipina.

18.Orden Administrativu BPI Nú. 2 Série 1969 nian (internu) - Deklara "Vírus Manchadu iha Daun" hanesan moras perigozu ida husi sitrus. Fornese kontrolu no tau iha kuarentena provínsia hotu-hotu ne'ebé moras ne'e eziste ona.

19.Orden Administrativu BPI Nú. 1970 Série 118-2 - Revizaun daruak ba padraun ba Banana /hudi Filipina nian.

20.Orden Administrativu BPI Nú. 3 Série husi 1974 - Altera Seksaun 7 husi AO Nú. 6, 1949 Série (revizaun) ho títulu Deklara Nuu "Cadang-cadang" hosi Tipu Bicol hosi moras perigozu, Prevee ba nia kontrolu, no kuda iha kuarentena provínsia hotu-hotu tamba moras ne'e eziste ona.

21.Orden Administrativu BPI Nú.4 Série 1975 nian - Regulamentu ne'ebé regula taxa pagamentu ba oras estraordináriu, transporte, subsídiu ba hahán, hela-fatin ba pesoál sira Kuarentena Planta nian.

22.Orden Administrativu BPI Nú. l Série 1978 nian - Regra no regulamentu sira ne'ebé regula apuramentu merkadoria emisaun nian.

23.Orden Administrativu BPI Nú.2 Série 1978 nian - Adosaun ba padraun orden administrativu ne'ebé fó sai hosi Gabinete Padraun hanesan Orden Administrativu BPI nian kona-ba merkadoria ai-horis agrícola brutu sira ba esportasaun sira.

24.Orden Administrativu BPI Nú. l Série tinan 1981 - Regra no regulamentu atu implementa Dekretu Prezidensiál Nú. 1433 ho títulu "Promulga Lei Kuarentena Ai-horis nian iha tinan 1978" nune'e Halo Revizaun no Konsolida Lei Kuarentena Ai-horis nian ne'ebé eziste ona hodi hadia no hametin liután Servisu Kuarentena Ai-horis nian hosi Gabinete Indústria Ai-horis nian.

25.Orden Administrativu BPI Nú. 1-1 Série husi 1982 - Regula importasaun ai-horis Has (Mangifera spp) no parte sira husi fatin, área ka nasaun ne'ebé infestadu ho malformasaun Has husi Bunchy-top, Woody-gall no Scaly bark (Cuarteado), Moras husi manga iha orden atu prevene nia introdusaun iha Filipina.

26.Orden Administrativu BPI Nú. Série 1-2 husi 1982 - Regula bandu exetu ba objetivu balu no iha kondisaun balu, importasaun husi nu ida (Cocus nucifera Linn.) no ai-palmeira sira seluk no/ka parte ida-idak husi área ne'ebé infesta ho moras letal husi Nu

27.Orden Administrativu BPI Nú. Dl Series 19982- Deklara Sacotto Wilt husi Nu hanesan moras Nu ne'ebé perigozu no prejudisiál no provavelmente deklara Illa Mindanao no fatin sira seluk karik hetan moras ne'ebe eziste, iha Kuarentena ba área sira ne'ebé infestadu.

28.Orden Administrativa BPI Nú. 4 Série 1983 nian - Orden Administrativa ne'ebé hadia dispozisaun permanente hosi Seksaun 1, Regra VII hosi Orden Administrativa BPI Nú. l, Série 1981 nian.

29.Orden Administrativu BPI Nú. ... . Série husi 1985 - Altera dispozisaun balun husi Orden Administrativu Kuarentena Nú. 1 Série husi 1981.

30.Orden Administrativu BPI Nú. Dl 1985 Series - Deklara Salvinia molesta, D.S Mitsheli hanesan ai-hahoris ne'ebé atrapalla ba Ai-Oan seluk no lao iha Kuarentena hosi provínsia sira Aklan, Antique, Capiz no Iloilo; iha Illa Panay, sub-Provínsia Guimaras no Illa Negros hodi prevene nia propagasaun ba área sira seluk iha Filipina.

31.Orden Administrativu BPI Nú. 6 Série 1986 nian - Altera dispozisaun balun hosi Orden Administrativu Kuarentena BPI Nú. 1 Série husi 1981.

32.Orden Administrativu BPI Nú. 7 Series of 1986 - hasai despaxu Administrativu BPI Nú. 1, Series husi 1965 "Deklara Kafé Beny Borer (Stephanoderes hampei Ferrari), peste perigozu ida, ne'ebé prevee kontrolu no tau iha kuarentena provínsia hotu-hotu ne'ebé peste eziste.

33.Orden Administrativu BPI Nú. 16 Série 1987-Deklara Has Pulp Weevil (Slernochetus frigidus Fabr). Peste perigozu ida no hakanek manga sira nomós deklara Grupu Illa Palawan iha kuarentena hodi prevene propagasaun hosi área sira ne'ebé infestadu ba área sira ne'ebé la infestadu

34.Orden Administrativu BPI Nú. 18 Series of 1987 - Deklara Mollusk Ampularia gigas ne'ebé lokalmente

koñesidu hanesan “Golden Kuhol” hanesan peste ai-horis ne’ebé grave no fornese medida atu regula no kontrola nia propagasaun

35.Orden Administrativu BPI Nú. 20 Série 1987 - Deklara Has Pulp Weevil (Sternohems frigidus Fabr) hanesan peste perigozu no prejudisiál no tau Grupu Illa Palawan iha kuarentena hodi prevene propagasaun peste sira-ne’e

36.Orden Administrativu BPI Nú. 14 1988 Série - Deklara Noinatode Fehuk-Ropa (Globodera roschrensis Woll), nu’udar peste perigozu ida no tau iha kuarentena área hotu-hotu iha Filipina ne’ebé sira hetan no hatene katak eziste

37.Orden Administrativu BPI Nú. Série 15 husi 1988 - Modifikasaun ba Orden Administrativu BPI Nú. 6 Série husi 1949 (revizaun ho títulu “Deklara moras Cadang Cadang Nu ne’e perigozu”; ne’ebé prevee nia kontrolu no tau iha kuarentena provínsia hotu-hotu ne’ebé moras sira eziste ona no fó sai ona hosi Diretór Indústria Ai-horis nian tuir lei 3027

38.Orden Administrativu BPI Nú. 23, Série husi 1988 - Regulamentu ba Importasaun Ai-fuan no Modo Fresku ba Filipina husi Nasaun no Fatin sira ne’ebé Infestadu ho lalar Musan Mediteráneu (Ceratius capitata) Lalar Musan Mexikanu (Anatrepha indent) Lalar Musan Queensland (Dacus tryom) no Lalar Musan sira seluk

39.Orden Administrativu Série Nú. 16 Série husi 1989 -Regulamentu sira ne’ebé regula entre Pro vinsial Movimentu rejionál sira husi espésie ai-horis hotu-hotu ne’ebé pertense ba Aidila (Carica papaya) atu nune’e bele prevene propagasaun moras Aidila Ring Spot Virus (PRVS) ba área ne’ebé la infetadu liu hosi fornese medida ba destruisaun hotu-hotu ai-horis Aidila ne’ebé infetadu no peste ai-horis nian

40.Orden Administrativu Espesiál Kuarentena BPI Nú. 1 Série husi 1993 - Altera Seksaun 1 husi Orden Espesiál BPI Nú. 1982 Série D-2, Re. Deklara batar Black bug (Scotinophora spp. Burn), peste perigozu ka batar no deklara Grupu Illa Palawan iha Kuarentena hodi prevene propagasaun ba parte seluk iha Filipina

41.Sirkulár Kuarentena Ai-horis BPI Nú. 01 Série tinan 1996 - Matadalan sira kona-ba Importasaun Fehuk Ropa Mutin

42.Sirkulár Kuarentena Ai-horis BPI Nú. 02 Série husi 1996 - Matadalan sira kona-ba Importasaun Bawang Putih nian

43.Sirkulár Kuarentena Ai-horis BPI Nú. 03 Série husi 1996 - Matadalan sira kona-ba Importasaun Lis Mean

44.Sirkulár Kuarentena Ai-horis BPI Nú. 04 Série husi 1996 - Matadalan sira kona-ba Importasaun Kafé-musan

45.Orden Administrativu DA Nú. Série 10 husi 1996 - Regra no Regulamentu kona-ba Importasaun Produtu Agríkola

46.Orden Administrativu DA Nú. Série 1997 - Alterasaun ba Despaxu Administrativu Nú. 10 Série husi 1996

47.Orden Administrasaun BAI Nú. 29, Série 1999- Reimpozisaun ba restrisaun importasaun ba produtu belzia sira ne’ebé kobre hosi A.O. Nu Nu. 23 Série husi 1999

48.Orden Administrasaun BAI Nú. 29, Série 1999- Reimpozisaun restrisaun importasaun ba produtu belzia sira ne’ebé kobre hosi A.O. Nu Nu. 23 Série husi 1999

49.Orden Administrativu DA Nú. 27, Série 1999 - Re-Esportasaun ba Produtu ho Orijen Bélzia ne’ebé kobre hosi Departamentu A.O. Nú. 23, 24 Série husi 1999

50.Orden Administrativu DA Nú. 24, Série husi 1999 - Rekizitu Sertifikasaun Suplementár ba Libertasaun husi Enviu iha Tránzitu ka Emisaun husi Produtu Kompensasaun Asesoria ne’ebé Kobre husi A.O. Nú. 23. Série husi 1999

51.Orden Administrativu DA Nú. 23, Série 1999 - Bandu Importasaun Ai-han, Na’an no Produtu Na’an nian, Susubeen no Produtu Susubeen nian, Manu tolun no Ai-han Prosesadu Kontein hanesan hosi Béljika, Fransa, Olanda no Alemaña, no Rekizitu Sertifikasaun nian ba Importasaun sira ne’ebé hanesan hosi Nasaun sira seluk UE nian

52.Despaxu Memorandu DA Nú. 18, Série 1999 nian - Inspesaun SGS ba Esportasaun Na’an Karau nian hosi Índia ba Filipina

53.Despaxu Memorandu DA Nú. 14, Série 1999 nian - Importasaun Na’an Kuda

54.Orden Administrativa DA Nú. 14, Série 1998 Matadalan Revizaun ba Importasaun Hahán-Karau nian hosi Setór Privadu

55.Orden Administrativa DA Nú. 13, Série 1998 - Akreditasaun ba Hind Agro Industria Limitadu ba Esportasaun Na’an no Produtu Na’an nian husi Índia

56.Orden Administrativa DA Nú. 4, Série 1998 nian-Matadalan Revizaun iha Importasaun Produtu Agríkola

57.Orden Administrativu BAI Nú. 1, Série tinan 1998-Regra ne’ebé regula kona-ba Importasaun Karau Hakiak nian hosi Indonézia

58.Orden Administrativu DA Nú. 1, Série 1997 - Alterasaun ba Orden Administrativu Nú. 1 Série 1992 ho títulu Proibisaun Kontra Importasaun, Sosa ka Introdusaun ba Filipina Animál Fahi Doméstiku ka Selvajen no Semen, Produtu Na’an Fahi ne’ebé Malirin ka Konjeladu,

Na'an Fahi Prosesadu, Biolójiku Produtu ne'ebé prepara hosi órgaun no tesidu fahi nian no produtu sira seluk hotu ho orijen fahi nian hosi Angola, Península Ibérika (España no Portugál), Bacia Mediteráneu (Sardenha & Malta), Kuba, Itália & Áfrika Kontinentál

59. Orden Administrativu DA Nú. 10, Série 1996-Regra no Regulamentu kona-ba Importasaun Produtu Agríkola nian

60. Orden Administrativa DA Nú. 9-A, Série 1996 - Revizaun Regra no Regulamentu kona-ba Importasaun Na'an no Produtu Na'an nian

61. Orden Administrativa DA Nú. 5, Série 1996 - Regra ne'ebé Regula Importasaun Na'an no Produtu Na'an hosi Fransa

62. Orden Administrativa DA Nú. 21, Série 1995 - Regra ne'ebé Regula Importasaun Na'an Karau Konjeladu Fresku no Produtu Na'an Karau nian hosi Arjentina

63. Orden Administrativu DA Nú. 15, Série 1995 - Implementasaun Matadalan kona-ba Importasaun Na'an hahan meudia/Almosu iha Lata no Produtu Na'an Fahi sira seluk hosi Shanghai Maling Food Co. Ltd., Shanghai, República Populár Xina

64. Orden Administrativu DA Nú. 14, Série 1995 - Regra no Regulamentu sira kona-ba Importasaun Na'an Karau no Produtu Na'an Karau nian

65. Orden Administrativu DA Nú. 17, Série 1994 - Importasaun Na'an no Produtu Na'an Tasak nian husi Campofrio iha España

66. Orden Administrativu DA Nú. 15, Série 1994 - Ezije Komisaun Korrida Filipina (PHILRACOM) no hakiak aman Nasionál (NSF) atu Ezije Teste Coggins ba Korrida Kuda hotu-hotu no hanesan Pré-Rekizitu ba Rejistu iha Livru Nasionál no /ka Renovasaun ba Lisensa/ Lisensa sira

67. Orden Administrativu DA Nú. 1, Série 1994 - Regra ne'ebé Regula Importasaun Produtu Na'an nian sira hosi Austrália

68. Orden Administrativa DA Nú. 19, Série 1993 - Regra ne'ebé regula Importasaun Na'an no Produtu Na'an nian husi Índia

69. Orden Administrativu DA Nú. 11, Série 1993 - Regra ne'ebé Regula Importasaun Na'an no Produtu Na'an nian hosi Brazil

70. Orden Administrativa DA Nú. 133, Série 1990 - Regra Revizaun sne'ebé Regula Importasaun Manu-fuik sira nian ba Filipina

71. Memorandu Sirkulár BAI Nú. 2, Série 1981 - Matadalan sira kona-ba Importasaun Búfalo Semen husi Tailándia, Índia no Pakistau

72. Orden Administrativa BAI Nú. 6-1, Série 1980 - (Alterasaun Orden Administrativa Nú. 6) Proibisaun Kontra Importasaun, Lori ka Introdusaun ba Filipina husi Animál Fahi Doméstiku ka Selvajen no sira-nia Semen, Produtu Na'an husi Fahi Konjeladu ka Ai-han ne'ebé konjeladu, na'an, na'an fahi ne'ebé preparadu, produtu orgániku ne'ebé prepara hosi fahi nia órgaun no tesidu no produtu fahi sira seluk hotu Orijen hosi Brazil, Angola, Península Ibérika (España no Portugál), Basia Mediterráneu (Sardeña & Malta), Kuba, Itália no Áfrika Kontinentál

73. Memorandu Sirkulár BAI Nú. 4, Série 1979- Matadalan kona-ba Kuarentena Manu Fuik ne'ebé Destina ba Esportasaun

74. Orden Administrativu BAI Nú. 2- Regra no Regulamentu ne'ebé Limita Importasaun Kuda ba Filipina

75. Orden Administrativu BAI Nú. 36, Série 1976 - Regula Importasaun Manu oi-oin sira ba Filipina

76. Orden Administrativu BAI Nú. 33, Série 1975 - Proibisaun hasoru Importasaun, Lori ka Introdusaun ba Filipina Animál sira, Efeitu Animál , Produtu Animál no Na'an hosi Arjentina, Paraguai, Índia, Pakistaun, Bangladexe, Tailándia, Indonézia no Hongkong

77. Orden Administrativu DA Nú. 18, Série 1999- SGS Inspesaun ba Esportasaun Na'an Buffalo husi Índia ba Filipina.

78. Dekretu Prezidente República Nú. 1297 (Janeiru 1978) - Sentraliza Importasaun Ruminante sira hodi Hakiak, Oho no Na'an Karau

79. Dekretu Prezidente República Nú. 1593 (Juñu 1978) -Altera Seksaun balu hosi P.D. Nú. 1297 Sentraliza Importasaun Ruminante sira-nian ba Hakiak, Oho no Na'an Karau

80. Lei República nian. Lae. 3767 (Nov. 1930) - Regula Importasaun, Lori ka Introdusaun ba Illa Filipina sira, hosi Animál Moris, hanesan Insetu, Manu, Krustáseu, Niki, Molusku, Réptil, Mamíferu no Animál sira seluk ne'ebé la tama iha ámbitu "Animál Doméstiku" hanesan fornese no define iha Seksaun 4, R.A. 3639 atu nune'e bele proteje indústria agríkola iha nasaun idane'e no ba objetivu sira seluk

81. FAO Nú. 135 - Regra no Regulamentu ne'ebé regula importasaun ikan no produtu peska nian.

82. FAO Nú. 147 - Regra no Regulamentu ne'ebé regula emisaun lisensa/ lisensa merkadoria nian ba esportasaun ikan no produtu peska/ akuátiku.

83.FAO Nú. 117,S, 1975 - Regra no Regulamentu ne'ebé regula operasaun hosi planta prosesamentu ikan no produtu peska/ akuátiku no preskreve/ ezije padraun, kontrolu kualidade no inspesaun ba ikan prosesadu no produtu peska/ akuátiku.

84.FAO Nú. 192 - Hametin Servisu Kuarentena Peska (FQS) iha BFAR no iha Unidade Kampu Rejionál no preskreve regra no regulamentu ho nia prosedimentu

85.Orden Administrativu DENR Nú. 97 - 08 ; Matadalan ne'ebé Entrada no Dispozisaun ba Ai-tahan Importadu, Ai, Veneer, Plywood, Postes no Piles, no Pulpwood inklui Ai-u'ut.

86.Orden Administrativu DENR Nú. 97-3 5: Altera no Klarifika Seksaun balun hosi DAO No. 97-08 Ho Títulu "Matadalan ne'ebé regula entrada no Dispozisaun ba Ai-kabuar Importadu , Ai-tahan, Veneer, Plywood, Postes no Piles no Pulpwood inklui Ai-u'ut"

87.FAO Nú. 187,s,1993 - Revizaun ba Orário kona-ba Taxa no Enkargu ba Servisu ne'ebé Fornese hosi Gabinete Peska no Rekursu Akuátiku.

88.RA Nú. 7394 (Lei Konsumidór Filipina nian iha tinan 1992) - Regra no regulamentu ne'ebé konstitui produsaun no fa'an produtu konsumidór hotu-hotu hodi proteje interese konsumidór nian, promove ho bein-estár jerál no estabelese padraun konduta ba indústria ai-han nian.

89.FAO Nú 17-l,s,1994 - Altera seksaun 3,4,no 5 husi FAO 117 Sek.8, 9 no 10 husi Sek. 3 hodi inklui dispozisaun sira kona-ba ijiene pesoál, seguransa fornesimentu bee, ekipamentu no ezijénsia produsaun, ijiene fatin fábrika no saneamentu.

90.DA-AO Nú.10;s,1996 - Aplikasaun ba regra no regulamentu kona-ba importasaun produtu agrícola no emisaun lisensa/autoridade/apuramentu ne'ebé fó sai hosi DA, ninian Eskritóriu, no ajénsia ne'ebé aneksa antes importasaun produtu agrícola.

91.Orden Administrativu DA Nú. ll, s, 1997 - Husu ba produtu agrícola importadu hotu-hotu atu tuir dokumentasaun kuarentena/no/ka inspesaun no apuramentu molok fó sai hosi Gabinete Alfándega.

92.RA - 8550 - Lei ida ne'ebé prevee dezenvolvimentu, jestaun no konservasaun ba peskas no rekursu akuátiku, hodi integra nivel teóriku tomak no ba objetivu seluk

93.FAO 195,8,1999 - Regra no regulamentu sira ne'ebé regula importasaun ikan fresku, malirin/konjeladu no produtu peska/akuátiku.

Singapura

1. Lei kona-ba Animál no Manu sira (Kapítulu 7)

   a. Regra kona-ba Animál no Manu sira (Kuarentena) 1088 (S283/88)

   b. Animál no Manu sira (Kuarentena) (Alterasaun No. 2) 1996 (S422/96)

   c. Animál no Manu sira (Kuarentena) (Alterasaun) 2000 (S87/2000)

   d. Notifikasaun Animál no Manu sira (Moras) 1999 (S452/99)

   e. Manuál Regulamentu Veterinária ba Importasaun Animál & Manu sira, no Biolojia Veterinária:

      - Asu no Busa
      - Karau Vaka
      - Bibi Malai no Bibi
      - Fahi
      - Kuda
      - Manu no Manu tolun Doméstiku
      - Sirku no Animál sira Atuasaun
      - Animál Zoolójiku sira no Manu
      - Manu (seluktan Manu doméstiku)
      - Mamíferu ki'ik sira no animál sira laboratóriu
      - Sémen
      - Espesimen Klíniku/ Patolójiku
      - Biolojia Veterinária

2. Lei kona-ba Kontrolu Ai-horis (Kapítulu 57A)

   a. Kontrolu ba Ai-horis sira (Alterasaun) 1998 Nú. 32 husi 1998

   b. Regra kona-ba Kontrolu Ai-horis (Importasaun Ai-horis nian) 1994 (S 29/94)

   c. Kontrolu ba Ai-horis sira (Importasaun Ai-horis) (Alterasaun) Regra 1997 (SI 48/97)

   d. Kontrolu ba Ai-horis sira (Importasaun Ai-horis)

   e. Kontrolu ba Ai-horis sira (Importasaun Ai-horis nian) (Alterasaun) Regra sira 2000 (S91/2000)

   f. Regra Kontrolu Ai-horis nian (Importasaun no Transbordu Ai-fuan no Ai-horis Fresku)

   g. Matadalan Administrativu ba Importasaun Ai-horis sira-nian

3. Lei kona-ba Ai-han (Kapítulu 105)

   a. Regra sira kona-ba Ai-han (Lisensa, Análize no Taxa) 1968 (SI89/68)

b. Regra sira kona-ba Alimentasaun (Lisensa, Análize no Taxa) (Alterasaun) 1984 (S280/84)

c. Regra sira kona-ba Alimentasaun (Lisensa, Análize no Taxa) (Alterasaun) 1992 (S89/92)

d. Regra sira kona-ba Alimentasaun (Lisensa, Análize no Taxa) (Alterasaun) 1997 (SI 51/97)

e. Regra kona-ba Alimentasaun (Lisensa, Análize no Taxa) (Alterasaun) 1998 (SI 41/98)

f. Regra sira kona-ba Ai-han (Lisensa, Análize no Taxa) (Alterasaun) 2000 (S96/2000)

4. Lei kona-ba Na'an no Ikan ne'ebé Saudavel

   a. Lei Na'an no Ikan Saudavel (Importasaun, Esportasaun no Transbordu) Regra 1999

   b. Lei kona-ba Na'an no Ikan Saudavel (Transporte Na'an) Regra 1999 5. Lei kona-ba Peska

5. (Kapítulu 111)

   a. Regra Peska nian (Importasaun, Esportasaun no Komersializasaun) 1969

   b. Regra Peska nian (Pianha) 1971

6. Lei Fa'an Ai-han nian (Kapítulu 283)

   a. Regulamentu kona-ba Ai-han (Alterasaun) 1992, 1993, 1998 no 1999

Tailándia

1. Regulamentu Departamentu Dezenvolvimentu Pekuária nian kona-ba movimentu doméstiku hosi animál moris ka mate-isin iha Reinu B.E 2537 (1994)

2. Lei kona-ba Epidemia Animál B.E 2499 (1956)

3. Regulamentu Inspesaun ba Na'an no Produtu Manu nian B.E 2535 (1992)

4. Regulamentu Inspesaun Na'an nian B.E 2535 (1992)

5. Regulamentu Produtu Na'an Prosesadu nian B.E 2535 (1992)

6. Regulamentu kona-ba Bem-estar Animál ba Transporte Manu-tolun B.E 2542 (1999)

7. Regulamentu kona-ba Bem-estar Animál ba Oho Manu B.E 2542 (1999)

8. Regulamentu kona-ba Bem-estar Animál ba Manu ihakiak nian B.E 2542 (1999)

9. Lei Ai-han B.E 2522 (1979)

10. Lei no Regulamentu Kuarentena Ai-horis nian B.E 2507 (1964)

    - Lei Kuarentena Ai-horis B.E 2507
    - Regulamentu Ministeriál sira B.E 2507
    - Notifikasaun husi Ministériu Agrikultura
    - Notifikasaun husi Departamentu Agrikultura nian

Vietname

1. Dekretu-Lei kona-ba Protesaun ba Ai-horis no Kuarentena, 1993

2. Dekretu-Lei kona-ba Servisu Veterináriu, 1993

3. Dekretu-Lei kona-ba Kualidade Produtu, 1999

4. Dekretu 92/CP kona-ba Regulamentu Kuarentena Ai-horis husi 27 Novembru 1993.

5. Dekretu 93/CP hosi 27 Novembru 1993 ne'ebé fornese Matadalan sira kona-ba Kuarentena, Kontrolu dezaminasaun no Inspesaun Ijiene Veterinária ba Animál no Produtu Animál sira

6. Dekretu 15/CP iha tinan 1996 husi Governu kona-ba Jestaun Ai-han ba Animál.

7. Dekretu 46/CP husi 6 Agostu 1996 husi Governu kona-ba Sansaun Administrasaun iha Área Jestaun Estadu nian kona-ba Saúde (Kapítulu I, Artigu 1 no 7,e).

8. Dekretu 57/CP iha loron 31 fulan Maiu tinan 1997 husi Governu kona-ba Sansaun Administrativa iha área Medida no Kualidade Produtu (Kapítulu II, Artigu 16).

9. Dekretu 41/1998/ND-CP loron 11 fulan Juñu tinan 1998 husi Governu hodi Promulga Regulamentu kona-ba Kuarentena Saúde Liu Fronteira (Artigu 4, Kapítulu 1).

10. Sirkulár 02 TT/TS loron 25 fulan Juñu tinan 1994 husi Ministériu Peskas hodi Orienta Implementasaun Dekretu 93/CP.

11. Sirkulár 10/1998/TT-BYT loron 10 fulan Agostu tinan 1998 husi Ministra Saúde atu Orienta Implementasaun Dekretu 41/1998/ND-CP (Parte IB.6)

12. Sirkulár 39/1999/TT-BTM husi Ministériu Komérsiu hodi Orienta Implementasaun Desizaun Nú. 1787 19997QD-TTg.

13. Desizaun 91719987QD-BNN-BVTV husi Ministru Agrikultura no Dezenvolvimentu Rural kona-ba Emisaun Regulamentu no Prosedimentu ba Inspesaun Planu Kuarentena no Sistema Dokumentasaun.

14.Desizaun husi Primeiru-Ministru No. 178719997QD-TTg loron 30 fulan Agostu tinan 1999 atu Promulga Regulamentu kona-ba Rotulajen Produtu sira ne'ebé Sirkula iha País no ba Importasaun-Esportasaun

15.Desizaun 75/1998 QD-BNN-BVTV husi Ministru Agrikultura no Dezenvolvimentu Rurál kona-ba Publikasaun Lista Peste Kuarentena Ai-horis.

16.Desizaun 389 NN/TY husi Ministru Agrikultura no Dezenvolvimentu Rural hodi Promulga Regulamentu kona-ba Prosedimentu Kuarentena, Kontrolu Masadu no Inspesaun Ijiene Veterinária ba Animál no Produtu Animál.

17.Desizaun 678/QD/BNN-BVTV husi Diretór Jerál Departamentu Protesaun Ai-horis kona-ba Emisaun Padraun Tékniku Kuarentena Ai-horis.

18.Regulamentu 1091/1999/QD/KHCN-MT kona-ba Verifika no Sertifikasaun Estadu nian kona-ba Produtu Importasaun-Esportasaun to'o Fin Ministériu Siénsia, Teknolojia no Ambiente.

19.Regulamentu 650 QD/TS loron 4 fulan Agostu tinan 2000 kona-ba Verifika no Sertifikasaun husi Estadu kona-ba Produtu Aquátiku husi Ministériu Peskas.

20.Regulamentu kona-ba Verifikasaun Estadu nian kona-ba Kualidade Alimentár Importadu Promulga tuir desizaun 1370/BYT-QD loron 17 fulan Jullu tinan 1997 husi Ministru Saúde (Kapítulu I, Artigu 6, 13).

PROTOKOLU 9
SASÁN PERIGOZU SIRA

Governu sira, hosi Brunei Darussalam, Reinu Kamboja, República Indonézia, República Demokrática Populár Laos, Malázia, Uniaun Myanmar, República Filipina, República Singapura, Reinu Tailándia no República Sosialista Vietnam, Estadu-Membru sira hosi Asosiasaun Nasaun sira Sudeste Aziátiku nian (iha ne'e refere hanesan "Parte Kontratante sira");

HANOIN FILA FALI Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun hosi Sasán sira iha Tránzitu ne'ebé asina iha loron 16 fulan Dezembru iha tinan 1998 iha Hanoi, Vietnam (iha ne'e refere hanesan "Akordu");

REKOÑESE katak Artigu 20 no 25 ne'e preve ba konkluzaun hosi implementasaun Protokolu sira-ne'ebé sei sai parte integrante hosi Akordu;

AGORA, TANBA NE'E, Parte Kontratante sira konkorda ona hanesan tuir mai:

Artigu 1
Definisaun sira

Ba objetivu sira hosi Protokolu ida-ne'e,

(a)"Sasán Perigozu sira", "Meiu Transporte sria" no "Transporte iha Tránzitu" sei iha signifikadu sira-ne'ebé atribui ba sira iha Akordu.

(b)"Regulamentu Modelu UN nian" katak Rekomendasaun Nasoins Unidas nian kona-ba Transporte ba Sasán Perigozu / Regulamentu Modelu.

(c)"ADR" signifika Akordu Europeu kona-ba Transporte Internasionál ba Sasán Perigozu liuhosi Estrada.

(d)"ADR Reestruturadu" signifika versaun reestruturadu hosi Akordu Europeu Kona-ba Transporte Internasionál ba Sasán Perigozu sira liuhosi Estrada, aplikavel hahú hosi loron 1 fulan Jullu iha tinan 2001.

(e)"Operadór Transporte iha Tránzitu sira" sei iha signifikadu ne'ebé atribui ba nia iha Protokolu 3 - Tipu no Kuantidade Veíkulu Rodoviáriu nian, tuir Akordu.

Artigu 2
Ámbitu Aplikasaun nian

Tuir Artigu 20 hosi Akordu, Parte Kontratante sira konkorda atu aplika dispozisaun sira hosi Protokolu ida-ne'e ba movimentu sasán perigozu sira iha transporte iha tránzitu rodoviáriu dezignadu (ka entre estadu) transporte iha tránzitu sirkulasaun sira hanesan espesifika iha Protokolu 1 hosi Akordu.

Artigu 3
Klassifikasaun

Sasán perigozu sira sei fahe ba klase/divizaun sira tuirmai:

Klase 1:	Esplozivu sira
Klase 2:	Divizaun 2.1 : Gas inflamavel sira
	Divizaun 2.2 : Gas sira-ne'ebé la inflamavel, la tóxiku
	Divizaun 2.3 : Gás tóxiku sira
Klase 3:	Líkidu sira ne'ebé inflamavel no esplozivu sira-ne'ebé desensibilizadu ba líkidu
Klase 4:	Divizaun 4.1 : Sólidu inflamavel sira, substánsia autoreativa sira no esplozivu desensitizadu sólidu sira
	Divizaun 4.2 : Substánsia sira-ne'ebé mak bele hetan sunu espontáneu
	Divizaun 4.3 : Substánsia sira-ne'ebé iha kontaktu ho bee hasai gás sira-ne'ebé bele sunu
Klase 5:	Divizaun 5.1 : Substánsia oxidante sira
	Divizaun 5.2 : Peróxidu orgániku sira
Klase 6:	Divizaun 6.1 : Substánsia tóxiku sira

Divizaun 6.2 : Substánsia infesioza sira

Klase 7: Materiál radioativu

Klase 8: Substánsia korozivu sira

Klase 9: Substánsia no artigu oioin

Atribuisaun sasán perigozu sira ba klase/divizaun sira iha leten sei halo tuir Parte 2 hosi Modelu UN nia Regulamentu sira ka hosi ADR Reestruturadu.

Artigu 4
Adosaun ba Regulamentu Modelu UN nian, ADR no ADR Reestruturadu

Ba efeitu sira implementasaun Protokolu ida-ne'e nian, Parte Kontratante sira konkorda atu adota dispozisaun sira hosi Regulamentu Modelu UN nian, ADR no ADR Reestruturadu, liuliu relasiona ho buat sira tuirmai:

(i) klase no divizaun sira-ne'ebé detallu kona-ba sasán perigozu sira;

(ii) embalajen no tau rotulajen ba sasán perigozu sira;

(iii) marka veíkulu no métodu embalajen nian;

(iv) dokumentu transporte no deklarasaun;

(v) formasaun; no

(vi) prekausaun sira hasoru Ahi-han no/ka Esplozaun sira

Artigu 5
Lisensa

1. Transporte iha tránzitu ba sasán ruma ne'ebé tama iha kategoria ka klasifikasaun ruma hanesan hateten iha Artigu 3 no dispozisaun sira iha Artigu 4 iha ne'e sei la hala'o hosi kualkér operadór transporte iha tránzitu nian, salvu lisensa ba objetivu ne'e fó ona hosi autoridade relevante sira hosi Parte Kontratante sira-ne'ebé nia território transporte iha tránzitu liu.

2. Pedidu ba lisensa refere tenke halo ba Komité Nasionál Kordenasaun Transporte iha Tránzitu hosi Parte Kontratante relevante.

3. Bainhira aplikasaun ida halo ba Komité Nasionál Kordenasaun Transporte iha Tránzitu hosi Parte Kontratante relevante, katak Komité Nasionál Kordenasaun Transporte iha Tránzitu sei halo ligasaun ho Komité Nasionál Kordenasaun Transporte iha Tránzitu hosi Parte Kontratante liuhosi ne'ebé nia território transporte tránzitu nian liu.

4. Lisensa ruma se la trasa iha lian Inglés sei akompaña ho tradusaun sertifikadu iha Inglés ne'ebé fó sai hosi kompetente relevante autoridade.

5. Atu evita dúvida, Komité Nasionál Kordenasaun Transporte iha Tránzitu sei la konsidera hanesan autoridade aprovadór ba lisensa refere maibé atu fasilita no fornese de'it ligasaun entre aplikante no autoridade aprovadór relevante.

Artigu 6
Dispozisaun Institusionál sira

1. Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte sira ASEAN nian mak sai nu'udar órgaun responsavel ba monitorizasaun, revizaun, kordenasaun no fiskalizasaun ba aspetu hotu-hotu ne'ebé relasiona ho implementasaun efetivu ba Protokolu ida-ne'e.

2. Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte sira ASEAN nian sei submete, liuhosi Sekretariadu ASEAN, relatóriu regulár sira kona-ba progresu implementasaun Protokolu ida-ne'e nian ba Konsellu Kordenasaun Transporte iha Tránzitu nian, hodi halo asaun tuir mai.

3. Sekretariadu ASEAN tenke fornese apoiu tékniku no asisténsia nesesáriu ba Reuniaun Funsionáriu Superiór Transporte ASEAN nian iha ninia funsaun no responsabilidade sira tuir Protokolu ida-ne'e.

Artigu 7
Dispozisaun Finál sira

1. Protokolu ida-ne'e sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei fornese lalais kópia autentikada ida-ne'e nian ba Parte Kontratante ida-idak.

2. Protokolu ida-ne'e sei suplementa no forma parte integrante ida hosi Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán iha Tránzitu ne'ebé asina iha 16 Dezembru 1998 iha Hanoi, Vietnam no, hanesan entre Parte Kontratante sira ba Protokolu ida-ne'e, Akordu no Protokolu ida-ne'e sei prontu no interpreta hamutuk hanesan instrumentu ida de'it.

3. Protokolu ida-ne'e sujeita ba ratifikasaun ka aseitasaun hosi Parte Kontratante sira. Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian sei depozita ba Sekretáriu-Jerál ASEAN nian ne'ebé sei informa lalais ba Parte Kontratante ida-idak kona-ba depózitu ne'e.

4. Protokolu ida-ne'e sei tama iha vigór bainhira Parte Kontratante hotu-hotu hatama Instrumentu Ratifikasaun ka Aseitasaun nian ba Sekretáriu Jerál ASEAN nian.

5. Kualkér alterasaun ba Dispozisaun sira Protokolu ida-ne'e nian sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

6. Referénsia sira iha Protokolu ida-ne'e ba Regulamentu Modelu UN nian, ADR no ADR Reestruturadu sei ba versaun sira hosi instrumentu sira-ne'e ne'ebé eziste iha data asinatura Protokolu ida-ne'e nian. Aplikabilidade ba revizaun ka alterasaun sira iha futuru ba Regulamentu Modelu UN nian, ADR no ADR Reestruturadu sei efetua ho konsentimentu hosi Parte Kontratante sira hotu.

SAI HANESAN SASIN MAK, sira ne'ebé asina iha kraik, hetan autorizasaun devidamente hosi sira nia Governu ida-idak, asina ona Protokolu 9 – Sasán Perigozu sira hodi implementa Akordu Kuadru ASEAN nian kona-ba Fasilitasaun Sasán sira iha Tránzitu.

HALO iha Jakarta, Indonézia iha loron 20 fulan Setembru tinan 2002, iha kópia ida de'it iha Lian Inglés.

Hois Governu Brunei Darussalam
[Asinatura]
PEHIN DATO ZAKARIA SULAIMAN
Ministru Komunikasaun

Hosi Governu Reinu Kamboja
[Asinatura]
KHY TAINGLIM
Ministru Obras Públika no Transporte

Hosi Governu República Indonézia
[Asinatura]
AGUM GUMELAR
Ministru Komunikasaun

Hosi Governu República Demokrátika Populár Laos
[Asinatura]
BOUATHONG VONGLOKHAM
Ministru Komunikasaun, Transporte, Postu no Konstrusaun

Hosi Governu Malázia
[Asinatura]
DATO' SERI DR. LING LONG SIK
Ministru Transporte

Hosi Governu Uniaun Myanmar
[Asinatura]
MAJOR GENERAL HLA MYINT SWE
Ministru Transporte

Hosi Governu República Filipina
[ssinatura]
ARTURO T. VALDEZ
Subsekretáriu Transporte

Hosi Governu República Singapura
[Asinatura]
YEO CHEOW TONG
Ministru Transporte

Hosi Governu Reinu Tailándia
[Asinatura]
NIKORN CHAMNONG
Vise-Ministru Transporte no Komunikasaun

Hosi Governu República Sosialista Vietnam
[Assinatura]
DR. TRAN DOAN THO
Vise-Ministru Transporte